

OS IMIGRANTES E A POPULAÇÃO PORTUGUESA IMAGENS RECÍPROCAS

ANÁLISE DE DUAS SONDAgens

**MÁRIO F. LAGES
VERÓNICA M. POLICARPO
JOSÉ CARLOS L. MARQUES
PAULO LOPES MATOS
JOÃO HOMEM CRISTO ANTÓNIO**

Os imigrantes e a população portuguesa:
imagens recíprocas/ Mário F. Lages [et al.]-(Observatório da Imigração 21)

ISBN 989-8000-20-1

l- Lages, Mário Ferreira

CDU 316
314

PROMOTOR
OBSERVATÓRIO DA IMIGRAÇÃO
www.oi.acime.gov.pt

COORDENADOR DA COLECÇÃO
PROF. ROBERTO CARNEIRO
rc@cepcep.ucp.pt

AUTORES
MÁRIO F. LAGES
VERÓNICA M. POLICARPO
JOSÉ CARLOS L. MARQUES
PAULO LOPES MATOS
JOÃO HOMEM CRISTO ANTÓNIO

EDIÇÃO
ALTO-COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO
E MINORIAS ÉTNICAS (ACIME)
R. ÁLVARO COUTINHO, 14,1150-025 LISBOA
TELEFONE: (00351) 218106100 FAX: (00351) 218106117
E-MAIL: acime@acime.gov.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA
ANTÓNIO COELHO DIAS, S.A.

PRIMEIRA EDIÇÃO
1500 EXEMPLARES

ISBN
989-8000-20-1

DEPÓSITO LEGAL
248659/06

LISBOA, OUTUBRO 2006

ÍNDICE GERAL

NOTA DE ABERTURA	21
NOTA DO COORDENADOR	23
OS IMIGRANTES E A POPULAÇÃO PORTUGUESA - IMAGENS RECÍPROCAS	29
INTRODUÇÃO	31
1. OS TERMOS E A INTENÇÃO	34
2. O QUADRO CONCEPTUAL	37
Estudos internacionais	38
Estudos sobre migrações em Portugal	43
3. HIPÓTESES	48
4. QUESTÕES METODOLÓGICAS	50
5. A ORDENAÇÃO DO TEXTO	54
CAP. 1. PORTUGAL, PAÍS MIGRANTE	57
1. PORTUGAL EMIGRANTE	57
2. A IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL	60
3. COMPOSIÇÃO SEXUAL E ETÁRIA	73
4. PADRÕES REGIONAIS	76
A distribuição dos efectivos de imigrantes	76
A distribuição regional dos imigrantes segundo a sua proveniência	80
5. A NUPCIALIDADE DOS ESTRANGEIROS	83
CAP. 2. CARACTERIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES INQUIRIDAS	87
1. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO IMIGRANTE	87
Caracterização sociodemográfica	88
Inserção dos imigrantes no mercado de trabalho	95
Inserção social dos imigrantes	106

2. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO PORTUGUESA	112	3. VALORIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO	225
As variáveis demográficas e a representatividade da amostra	113	Factores explicativos da valorização da imigração	228
Características sociais e culturais dos inquiridos	117	Relações entre os três tipos de atitudes	233
As variações na situação laboral e económica	120	CAP. 6. ESTEREÓTIPOS RELATIVOS AOS IMIGRANTES	237
A experiência de emigração	124	1. IMAGENS DO TRABALHO	239
CAP. 3. SATISFAÇÃO COM A VIDA E VALORES INTERINDIVIDUAIS	129	2. ESTEREÓTIPOS POSITIVOS	248
1. SATISFAÇÃO COM A VIDA	129	3. OS IMIGRANTES E O DESVIO SOCIAL	253
Variáveis demográficas e geográficas	131	4. PREDITORES DOS ESTEREÓTIPOS	256
Variáveis sociológicas	137	Variáveis demográficas e sociológicas	256
Variáveis culturais	143	As variáveis interpessoais	258
A importância relativa dos preditores	146	5. ESTEREÓTIPOS E ATITUDES FACE AO NÚMERO DE IMIGRANTES	259
2. ÉTICA, TOLERÂNCIA E ACOLHIMENTO	149	CAP. 7. PRECONCEITO RELATIVO AOS IMIGRANTES	263
3. DIREITOS DOS HOMOSSEXUAIS E AUTORITARISMO	155	1. A RELATIVA CONSOLIDAÇÃO DA NORMA ANTI-RACISTA	264
Atitudes perante os direitos dos homossexuais	157	2. A PERCEÇÃO E EXAGERO DAS DIFERENÇAS CULTURAIS	270
Atitudes perante a autoridade	165	3. PREDITORES DO PRECONCEITO	277
CAP. 4. VALORES SOCIAIS E POLÍTICOS	175	4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	280
1. JUSTIÇA SOCIAL E SEUS VALORES	175	Preditores do racismo	280
A protecção dos desfavorecidos	177	Preditores da percepção das diferenças culturais	285
A igualdade de oportunidades	181	5. PRECONCEITO E RESISTÊNCIA À IMIGRAÇÃO	288
O prémio ao mérito	186	Resistência à imigração	290
O controle do poder	188	Atitudes face aos direitos dos imigrantes	293
2. LIBERDADE E PARTICIPAÇÃO VS. ORDEM E RIQUEZA	191	6. VALORIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO	296
Liberdade de expressão	192	CAP. 8. OS IMIGRANTES E A DISCRIMINAÇÃO	299
Participação política	195	1. OS IMIGRANTES FACE AOS IMIGRANTES	299
Ordem e segurança	198	Distância social ou rejeição da proximidade	300
Riqueza e poder de compra	200	Distância pessoal ou rejeição da intimidade	302
3. DOS VALORES MATERIAIS AOS PÓS-MATERIAIS	201	Preditores do preconceito	307
CAP. 5. ATITUDES DOS PORTUGUESES FACE À IMIGRAÇÃO	209	2. A PERCEÇÃO E A EXPERIÊNCIA DE DISCRIMINAÇÃO	309
1. RESISTÊNCIA À IMIGRAÇÃO	209	Discriminação do grupo de pertença vs. discriminação dos outros grupos	315
Preditores da Resistência à imigração	212	Experiência de discriminação na sociedade portuguesa	318
2. ATITUDES FACE AOS DIREITOS DOS IMIGRANTES	218		
Factores explicativos das atitudes face aos direitos dos imigrantes	222		

CAP. 9. MODELOS INTERPRETATIVOS DAS ATITUDES DOS PORTUGUESES	331
1. DIREITOS E REPATRIAÇÃO	332
2. VALORIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO	337
3. RESISTÊNCIA À IMIGRAÇÃO – DOIS MODELOS INTERPRETATIVOS	339
Primeiro modelo	340
Segundo modelo	347
CONCLUSÃO	351
ANEXO 1: DEMOGRAFIA	367
1. ESTRANGEIROS LEGALMENTE RESIDENTES EM PORTUGAL 1960-1979	367
2. ESTRANGEIROS LEGALMENTE RESIDENTES EM PORTUGAL 1980-2002	368
3. PIRÂMIDES ETÁRIAS DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA SEGUNDO O CENSO DE 2001	369
4. CASAMENTOS CELEBRADOS, POR NACIONALIDADE DO CÔNJUGE	370
5. COMPONENTES DO CRESCIMENTO POPULACIONAL POR CONCELHO, 2001-2002	372
ANEXO 2: METODOLOGIA	373
1. PRESSUPOSTOS	373
2. DESENHO DAS AMOSTRAS	375
3. A DISTRIBUIÇÃO EFECTIVA DAS AMOSTRAS	380
4. FICHAS TÉCNICAS	383
5. LÍNGUAS DO INQUÉRITO AOS ESTRANGEIROS	385
ANEXO 3. INQUÉRITO AOS PORTUGUESES	389
ANEXO 4. INQUÉRITO AOS IMIGRANTES	397
BIBLIOGRAFIA	407

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População e imigrantes em 2000, por continentes	32
Tabela 2. Modelo das orientações de aculturação dos imigrantes	42
Tabela 3. Percentagem da população estrangeira em Portugal (1890-2003)	61
Tabela 4. Taxas de migrabilidade por período, de 1960-2003	62
Tabela 5. Autorizações de permanência concedidas ao abrigo do D.L. 4/2001	66
Tabela 6. Nacionais de outros países residentes em Portugal em 1999	67
Tabela 7. Nacionais ¹ de outros países residentes em Portugal em 2002	68
Tabela 8. Estrangeiros residentes em Portugal por nacionalidades mais representativas	70
Tabela 9. Relações de masculinidade e medidas de estrutura da população portuguesa e estrangeira no Censo de 2001	73
Tabela 10. População residente e percentagem de imigrantes por distritos em Portugal (1991-2003)	76
Tabela 11. Percentagem de imigrantes segundo a dimensão do concelho (2001)	79
Tabela 12. Nupcialidade da população estrangeira em Portugal (2001-2003) %	83
Tabela 13. Casamentos em Portugal segundo a nacionalidade do cônjuge (1991, 2001 e 2003)	84
Tabela 14. Casamentos segundo as principais proveniências dos cônjuges (2001-2003)	85
Tabela 15. Nacionalidade dos imigrantes inquiridos e dos imigrantes presentes em Portugal em 2003 (em %)	88
Tabela 16. Familiares que se tem intenção de trazer para Portugal	91
Tabela 17. Razões da decisão de vir para Portugal (em %)	92
Tabela 18. Experiência migratória anterior	94
Tabela 19. Ocupação/profissão no país de origem	95
Tabela 20. Ocupação/profissão actual	97
Tabela 21. Rendimento líquido mensal da família do inquirido por grupo territorial	99
Tabela 22. Rendimento mensal médio da família do inquirido (em) por grupo territorial e período de entrada em Portugal	100
Tabela 23. Dias de trabalho no último mês por grupo territorial	104
Tabela 24. Fonte de ajuda por grupos de imigrantes	108
Tabela 25. Relações pessoais com portugueses (Sondagem aos Imigrantes)	109

Tabela 26. Relações pessoais com portugueses, por grupo territorial do inquirido (% que respondeu 'sim')	110	Tabela 52. Valências da Imigração	227
Tabela 27. Condições de integração na sociedade portuguesa	111	Tabela 53. Valorização da imigração por nível de rendimento	229
Tabela 28. Respondentes cujo sexo foi registado no inquérito	113	Tabela 54. Valorização da imigração por grupo profissional/ocupacional (valores médios)	230
Tabela 29. Avaliação da situação económica por parte dos respondentes	123	Tabela 55. Valorização da Imigração – variáveis explicativas	232
Tabela 30. Cruzamento das respostas sobre a experiência de imigração do respondente e dos seus familiares	126	Tabela 56. Correlações (r de Pearson) entre atitudes	233
Tabela 31. Grau de satisfação dos imigrantes em função do ano de entrada	136	Tabela 57. Direitos dos imigrantes por posição face ao número de imigrantes	234
Tabela 32. Satisfação/insatisfação dos portugueses em função da sua situação económica	140	Tabela 58. Resistência à imigração, valorização da imigração e direitos dos imigrantes	236
Tabela 33. Coeficientes β e de correlação entre a satisfação com a vida e factores sociais e atitudinais na população portuguesa	147	Tabela 59. Coeficientes de contingência (cc) e tb de Kendall da profissão de origem em função da profissão actual segundo os grupos de imigrantes	241
Tabela 34. Coeficientes β e de correlação entre a satisfação com a vida e factores sociais e atitudinais na população imigrante	149	Tabela 60. Coeficientes de contingência (cc) e tb de Kendall do grau de instrução em função da profissão actual segundo os grupos de imigrantes	243
Tabela 35. Importância dada a alguns indicadores éticos	150	Tabela 61. Percentagens de portugueses que concordam com várias afirmações relativas ao trabalho dos imigrantes	247
Tabela 36. Atitudes de rejeição/acolhimento do outro	153	Tabela 62. Número de características positivas atribuídas por portugueses a portugueses e imigrantes	249
Tabela 37. Direitos dos homossexuais e indicadores de autoritarismo nas populações portuguesa e imigrante	156	Tabela 63. Características atribuídas a imigrantes e portugueses	250
Tabela 38. Médias de Autoritarismo	165	Tabela 64. Valores de α de Cronbach relativos às características positivas	252
Tabela 39. Variáveis explicativas das opções por 'Proteger os mais desfavorecidos'	178	Tabela 65. Médias das características positivas, por grupo de origem	252
Tabela 40. Variáveis explicativas das opções por 'Garantir a todos as mesmas oportunidades'	181	Tabela 66. Associação entre os grupos de imigrantes e tipos de desvio social	255
Tabela 41. Variáveis explicativas das opções por 'Compensar melhor os que mais trabalham'	186	Tabela 67. Características positivas atribuídas aos diversos grupos de imigrantes, por escalão etário	257
Tabela 42. Variáveis explicativas das opções por 'Castigar a corrupção e o abuso do poder'	188	Tabela 68. Rejeição da intimidade: percentagens válidas (2004)	268
Tabela 43. Variáveis explicativas da opção 'Defender a liberdade de expressão'	193	Tabela 69. Percepção das diferenças culturais: média das classificações (2002)	273
Tabela 44. Variáveis explicativas da opção 'Aumentar a participação nas decisões políticas'	195	Tabela 70. Percepção da diferença cultural: média das classificações (2004)	274
Tabela 45. Variáveis explicativas da opção 'Manter a ordem e segurança'	198	Tabela 71. Diferenças na classificação média dos inquiridos nas medidas de preconceito	276
Tabela 46. Variáveis explicativas da opção 'Aumentar a riqueza e o poder de compra'	200	Tabela 72. Racismo em relação aos imigrantes: análises de regressão linear múltipla	282
Tabela 47. Variáveis explicativas dos valores materiais e pós-materiais	203	Tabela 73. Percepção da diferença cultural em relação aos imigrantes: análise de regressão linear múltipla.	286
Tabela 48. Atitudes face aos direitos dos imigrantes legais (% válidas)	219	Tabela 74. Atitudes face aos direitos dos imigrantes legais, por atitudes racistas e percepção da diferença cultural (% que concorda)	293
Tabela 49. Atitudes face aos direitos dos imigrantes ilegais (% válidas)	220	Tabela 75. Atitudes face aos direitos dos imigrantes ilegais, por atitudes racistas e percepção da diferença cultural (% que concorda)	294
Tabela 50. Dimensões das atitudes face aos direitos dos imigrantes	221		
Tabela 51. Análise de Variância das atitudes face aos direitos dos imigrantes, por variáveis explicativas	224		

Tabela 76. Atitudes face à repatriação dos imigrantes, por atitudes racistas e por percepção da diferença cultural (% que concorda)	295	Tabela 96. Percentagem que viveu uma ou mais situações de discriminação no local de trabalho, por origem nacional do inquirido	328
Tabela 77. Correlações entre as atitudes face aos direitos dos imigrantes e as duas medidas de preconceito (racismo e percepção da diferença cultural)	296	Tabela 97. Factores explicativos da percepção de discriminação no local de trabalho: análise de regressão logística	329
Tabela 78. Valorização da imigração, por atitudes racistas e por percepção da diferença cultural (valores médios)	297	Tabela 98. Percentagem de portugueses que concorda com direitos para imigrantes legais	333
Tabela 79. Distância social: comparação entre portugueses e imigrantes (% de respostas válidas)	301	Tabela 99. Percentagem de portugueses que concorda com direitos para imigrantes ilegais	333
Tabela 80. Distância social, por grupo territorial de origem do inquirido (%)	301	Tabela 100. Preditores de 'direitos dos imigrantes'	335
Tabela 81. Rejeição da proximidade: respostas dos inquiridos de Leste, por língua de aplicação do inquérito	302	Tabela 101. Preditores de 'Direitos dos imigrantes' por tipo de variável	336
Tabela 82. Rejeição da intimidade (% de respostas válidas)	303	Tabela 102. Preditores de 'Valorização da Imigração'	339
Tabela 83. Rejeição da intimidade: média das classificações, por grupo nacional do inquirido	304	Tabela 103. Resistência à imigração: análise de regressão logística	342
Tabela 84. Rejeição da intimidade: comparação portugueses/ imigrantes	304	Tabela 104. Resistência à imigração de imigrantes africanos, brasileiros e de Leste: análises de regressão logística	344
Tabela 85. Percentagem de inquiridos que se declarou 'Muito, pouco ou algo incomodado' em relação ao casamento de um filho com um imigrante, por grupo nacional do inquirido.	305	Tabela 105. Identificação de factores potencialmente preditores da resistência à imigração: análise factorial em componentes principais	348
Tabela 86. Rejeição da intimidade: respostas dos inquiridos de Leste, por língua de aplicação do inquérito (valores médios)	305	Tabela 106. Correlação entre as variáveis usadas na definição dos clusters	376
Tabela 87. Percepção de discriminação por parte dos imigrantes (%)	310	Tabela 107. Percentagens de população portuguesa e estrangeira nos clusters da amostra	376
Tabela 88. Percepção da discriminação, por grupo nacional de origem do inquirido (valores médios)	312	Tabela 108. Número de freguesias e inquéritos por freguesias	377
Tabela 89. Experiência de discriminação na sociedade portuguesa (%)	318	Tabela 109. Freguesias para que foi planeado o inquérito por distrito, por clusters	377
Tabela 90. Experiência de discriminação, por origem geográfica do inquirido	320	Tabela 110. Passos de sondagem	378
Tabela 91. Experiência de discriminação dos inquiridos de Leste, por língua do inquérito	320	Tabela 111. Número de inquiridos na população portuguesa e imigrante, por freguesia e cluster	381
Tabela 92. Percentagem que viveu uma ou mais situações de discriminação, por origem geográfica do inquirido	322	Tabela 112. Inquéritos aos estrangeiros segundo a língua em que foram feitos	385
Tabela 93. Factores explicativos da percepção de discriminação dos imigrantes: análise de regressão logística	324		
Tabela 94. Discriminação dos imigrantes no local de trabalho, por origem nacional do inquirido (comparação 2002/2004).	326		
Tabela 95. Discriminação dos imigrantes de Leste no local de trabalho, por língua do inquérito	327		

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1. Taxa bruta de migrabilidade (1940-2003)	62
Gráfico 2. Estrangeiros legalmente residentes em Portugal (1960-2003)	63
Gráfico 3. Composição dos efectivos imigrantes por proveniência geográfica (1980-2003) %	63
Gráfico 4. Percentagem dos imigrantes por origem geográfica segundo os dados dos SEF (1991, 2001 e 2003)	72
Gráfico 5. Pirâmides etárias da população estrangeira em 1991 e 2001	75
Gráfico 6. Percentagem de imigrantes por população dos distritos 1991-2003	78
Gráfico 7. Percentagem distrital de estrangeiros por nacionalidade (2003)	80
Gráfico 8. Percentagem distrital de estrangeiros por nacionalidade em relação ao total nacional (2003)	81
Gráfico 9. Percentagens de imigrantes que tem intenção de trazer para Portugal algum familiar	90
Gráfico 10. Desemprego por instrução e grupo imigrante	98
Gráfico 11. Evolução do rendimento familiar médio dos imigrantes da Europa de Leste (em) segundo o ano de entrada em Portugal, 1998-2004	103
Gráfico 12. Horas de trabalho diário na última semana por grupos de imigrantes	104
Gráfico 13. Valores em dívida por parte da entidade patronal por grupos de imigrantes	105
Gráfico 14. Estrutura etária da população inquirida e dos efectivos residentes no Continente	114
Gráfico 15. Comparação entre a amostra proporcional desejada e a amostra efectiva	114
Gráfico 16. Distribuição pelas NUTs II da população inquirida e dos efectivos residente no Continente	115
Gráfico 17. Instrução dos respondentes, por género	117
Gráfico 18. Posições religiosas da população do Continente em 2001 e da amostra	118
Gráfico 19. Posição religiosa na amostra em função do sexo	119
Gráfico 20. Posição política na amostra em função do sexo	119
Gráfico 21. Profissão/ocupação dos respondentes em função do sexo	120
Gráfico 22. Rendimento mensal familiar em função da profissão/ocupação dos respondentes	121
Gráfico 23. Avaliação da situação económica em função do rendimento	124
Gráfico 24. Respondentes que alguma vez emigraram, por cluster e sexo	125
Gráfico 25. Repartição dos respondentes que alguma vez emigraram, por instrução e sexo	127
Gráfico 26. Distribuição dos respondentes que alguma vez emigraram, por posição política e sexo	127

Gráfico 27. Grau de satisfação com a vida em Portugal, segundo o grupo territorial de origem do inquirido	130	Gráfico 50. Concordância com igualdade de direitos para os casais homossexuais na população imigrante em função da orientação política	164
Gráfico 28. Grau de satisfação dos portugueses em função do número de imigrantes na zona	134	Gráfico 51. Autoritarismo por grupos de respondentes	166
Gráfico 29. Grau de satisfação dos imigrantes em função do número de imigrantes na zona	135	Gráfico 52. Autoritarismo-liberalidade na população portuguesa em função da instrução	169
Gráfico 30. Grau de satisfação dos portugueses em função da escolaridade	137	Gráfico 53. Autoritarismo-liberalidade na população imigrante em função da instrução	169
Gráfico 31. Grau de satisfação dos imigrantes em função da escolaridade	138	Gráfico 54. Autoritarismo-liberalidade na população portuguesa em função do rendimento	170
Gráfico 32. Grau de satisfação dos imigrantes em função da situação económica pessoal	139	Gráfico 55. Autoritarismo-liberalidade na população portuguesa em função da profissão	171
Gráfico 33. Grau de satisfação dos portugueses em função do rendimento	140	Gráfico 56. Autoritarismo-liberalidade na população portuguesa em função da posição religiosa	172
Gráfico 34. Grau de satisfação dos imigrantes em função do rendimento	141	Gráfico 57. Autoritarismo-liberalidade na população portuguesa em função da posição política	174
Gráfico 35. Grau de satisfação dos portugueses em função da profissão	142	Gráfico 58. Percentagens de pessoas que escolheram um determinado item de resposta	176
Gráfico 36. Grau de satisfação dos imigrantes em função da profissão	142	Gráfico 59. Percentagens de portugueses que responderam positivamente à pergunta sobre a protecção dos desfavorecidos em função do rendimento	179
Gráfico 37. Grau de satisfação dos portugueses em função da sua orientação política	144	Gráfico 60. Percentagens de portugueses que responderam positivamente à pergunta sobre a protecção dos desfavorecidos em função da instrução	179
Gráfico 38. Grau de satisfação dos imigrantes em função da sua orientação política	145	Gráfico 61. Percentagens de imigrantes que responderam positivamente à pergunta sobre a protecção dos desfavorecidos em função do grupo de origem	180
Gráfico 39. Atitudes de aceitação do outro em 2002 e 2004	151	Gráfico 62. Percentagens de portugueses que responderam positivamente à pergunta sobre igualdade de oportunidades em função do cluster	182
Gráfico 40. Atitudes positivas para com imigrantes e ciganos em 2004	152	Gráfico 63. Percentagens de portugueses que responderam positivamente à pergunta sobre a igualdade de oportunidades em função da instrução	183
Gráfico 41. Atitude de rejeição/acolhimento em função da orientação política entre os portugueses	154	Gráfico 64. Percentagens de portugueses que responderam positivamente à pergunta sobre a igualdade de oportunidades em função do rendimento	183
Gráfico 42. Atitude de rejeição/acolhimento em função da orientação política entre os imigrantes	155	Gráfico 65. Percentagens de portugueses que responderam positivamente à pergunta sobre a igualdade de oportunidades em função da posição política	184
Gráfico 43. Os casais homossexuais devem ter os mesmos direitos que os casais heterossexuais	157	Gráfico 66. Percentagens de imigrantes que responderam positivamente à pergunta sobre a igualdade de oportunidades em função da instrução	184
Gráfico 44. Concordância com igualdade de direitos para os homossexuais, na população portuguesa, em função da idade	159	Gráfico 67. Percentagens de imigrantes que responderam positivamente à pergunta sobre a igualdade de oportunidades em função do ano de entrada em Portugal	185
Gráfico 45. Grau de concordância com igualdade de direitos para os homossexuais na população portuguesa, em função da instrução	160	Gráfico 68. Percentagens de portugueses que responderam positivamente à pergunta sobre a melhor compensação para os que mais trabalham em função da instrução	187
Gráfico 46. Concordância com igualdade de direitos para os casais homossexuais nas populações portuguesa e imigrante em função de duas posições religiosas	161	Gráfico 69. Percentagens de imigrantes que responderam positivamente à pergunta sobre a melhor compensação para os que mais trabalham em função da instrução	187
Gráfico 47. Concordância com igualdade de direitos para os casais homossexuais na população portuguesa em função de três posições religiosas	162		
Gráfico 48. Concordância com igualdade de direitos para os casais homossexuais na população imigrante em função de três posições religiosas	162		
Gráfico 49. Concordância com igualdade de direitos para os casais homossexuais na população portuguesa em função da orientação política	164		

Gráfico 70. Percentagens de portugueses que responderam positivamente à pergunta o castigo da corrupção e o abuso do poder em função do cluster	189	Gráfico 86. Posição quanto ao número de imigrantes	210
Gráfico 71. Percentagens de imigrantes que responderam positivamente à pergunta o castigo da corrupção e o abuso do poder em função da instrução	190	Gráfico 87. Índice de Resistência à Imigração	211
Gráfico 72. Percentagens de imigrantes que responderam positivamente à pergunta o castigo da corrupção e o abuso do poder em função da instrução	190	Gráfico 88. Percentagens de portugueses segundo as suas atitudes face ao número de imigrantes, por sexos	213
Gráfico 73. Percentagens de inquiridos que responderam positivamente às perguntas sobre objectivos políticos importantes para Portugal	192	Gráfico 89. Relação entre as índice de contacto e a atitude face ao aumento do número de imigrantes	216
Gráfico 74. Percentagens de portugueses e imigrantes que responderam positivamente às perguntas sobre a defesa da liberdade de expressão, em função da opção política	194	Gráfico 90. Relação entre as atitudes face ao número de imigrantes e à igualdade de direitos entre homo e heterossexuais	217
Gráfico 75. Percentagens de portugueses e imigrantes que responderam positivamente à pergunta sobre a participação nas decisões políticas, em função do número de imigrantes na zona	196	Gráfico 91. Relação entre a atitude face ao número de imigrantes e a posição política	217
Gráfico 76. Percentagens de portugueses e imigrantes que responderam positivamente à pergunta sobre a participação nas decisões políticas, em função da idade	197	Gráfico 92. Atitudes face ao aumento ou diminuição do número de imigrantes em função dos valores dominantes	218
Gráfico 77. Percentagens de portugueses e imigrantes que responderam positivamente à pergunta sobre a participação nas decisões políticas, em função da profissão	197	Gráfico 93. Indicadores de valorização da imigração	226
Gráfico 78. Percentagens de portugueses e imigrantes que responderam positivamente à pergunta sobre a ordem e a segurança, em função do sexo	199	Gráfico 94. Valências da imigração (percentagem válida de respondentes que concordam com as afirmações)	227
Gráfico 79. Percentagens de valores materiais e pós-materiais nas populações inquiridas	202	Gráfico 95. Valorização da imigração por escalão etário	228
Gráfico 80. Percentagens de valores materiais e pós-materiais na população portuguesa em função da idade	204	Gráfico 96. Valorização da imigração por posição face ao número de imigrantes	234
Gráfico 81. Percentagens de valores materiais e pós-materiais na população imigrante em função da idade	204	Gráfico 97. Direitos dos imigrantes por posição face ao número de imigrantes	235
Gráfico 82. Percentagens de valores materiais e pós-materiais na população portuguesa em função do rendimento	205	Gráfico 98. Imagens dos portugueses a respeito de os imigrantes trabalharem mais do que eles mesmos	239
Gráfico 83. Percentagens de valores materiais e pós-materiais na população imigrante em função do rendimento	206	Gráfico 99. Respostas afirmativas à questão ‘os imigrantes ganham menos que os portugueses pelo mesmo trabalho’	240
Gráfico 84. Percentagens de valores materiais e pós-materiais na população portuguesa em função da instrução	206	Gráfico 100. Percentagem de portugueses que pensa que os imigrantes têm habilitações a mais para os trabalhos que fazem	241
Gráfico 85. Percentagens de valores materiais e pós-materiais na população portuguesa em função da posição política	207	Gráfico 101. Profissão no país de origem pela profissão actual entre os imigrantes de Leste	242
		Gráfico 102. Profissão actual por habilitações académicas pela profissão actual entre os imigrantes de Leste	244
		Gráfico 103. Profissão actual por habilitações académicas pela profissão actual entre os imigrantes brasileiros	244
		Gráfico 104. Profissão actual por habilitações académicas pela profissão actual entre os imigrantes africanos	245
		Gráfico 105. Respostas afirmativas à pergunta ‘No futuro vão ocupar lugares de maior importância que muitos portugueses’	246

Gráfico 106. Médias das características positivas, por grupo de origem	253	Gráfico 125. Valores médios da percepção da discriminação na sociedade de acolhimento: comparação 2002-2004	311
Gráfico 107. Percentagens de características negativas atribuídas a cada grupo	254	Gráfico 126. Percepção da discriminação do grupo de pertença (%)	315
Gráfico 108. Associações feitas pelos portugueses a respeito dos desvios dos imigrantes nas sondagens de 2002/2004	255	Gráfico 127. Percepção da discriminação do próprio grupo de pertença, por peso da população imigrante na zona de residência do inquirido.	316
Gráfico 109. Estereótipos por grau de escolaridade	257	Gráfico 128. Percepção da discriminação contra o grupo de pertença, em função de ter rendimentos em atraso	317
Gráfico 110. Número de Estereótipos em função da atitude face ao número de imigrantes	260	Gráfico 129. Quem são os discriminantes (dados de 2002)	319
Gráfico 111. Número de estereótipos acerca dos três principais grupos de imigrantes em função da atitude face ao seu número	260	Gráfico 130. Índice de Discriminação (distribuição percentual dos inquiridos)	321
Gráfico 112. Atitude perante o número de imigrantes em função do número de características positivas a estes associadas	261	Gráfico 131. Percentagem de inquiridos que indicou uma ou mais situações de discriminação, por grau de escolaridade	323
Gráfico 113. Atitude perante o número de imigrantes em função do número de crimes a estes associados	261	Gráfico 132. Indicadores de sentimento de discriminação no local de trabalho: comparação 2002/2004	325
Gráfico 114. Percentagem de inquiridos que não responderam 'Sim' à pergunta 'Aceitaria ter como chefe um imigrante...?' nas sondagens de 2002 e de 2004	266	Gráfico 133. Índice de Discriminação no local de trabalho (distribuição percentual dos inquiridos)	327
Gráfico 115. Percentagem de inquiridos que não responderam 'Sim' à pergunta 'Colocaria os seus filhos numa escola em que os filhos de imigrantes [...] fossem mais de metade?' nas sondagens de 2002 e de 2004	267	Gráfico 134. Distribuição da variável 'Direitos dos imigrantes'	334
Gráfico 116. Percentagem de inquiridos que declararam sentir-se incomodados relativamente à pergunta 'Como se sentiria se um filho (irmão) seu casasse com um imigrante?'	268		
Gráfico 117. Percentagens de respostas não à pergunta 'Se dependesse de si, aceitava ser vizinho de...?' na sondagem de Percentagens válidas, 2004)	269		
Gráfico 118. Percepção da diferença cultural: percentagem de inquiridos que considera os imigrantes 'muito diferentes', sondagem de 2004	275		
Gráfico 119. Resistência à imigração, por atitudes racistas (%)	290		
Gráfico 120. Resistência à imigração, por percepção da diferença cultural (%)	291		
Gráfico 121. Percentagem que respondeu 'diminuir', por atitudes racistas	291		
Gráfico 122. Percentagem que respondeu 'diminuir', por percepção da diferença cultural	292		
Gráfico 123. Índice de preconceito dos imigrantes em relação aos outros grupos de imigrantes: distribuição percentual dos inquiridos	306		
Gráfico 124. Valores médios da percepção da discriminação	310		

NOTA DE ABERTURA

Pela segunda vez, o ACIME, agora em conjunto com a Fundação para a Ciência e Tecnologia, a quem se agradece o apoio concedido, incentivou a realização deste importante estudo sobre “*Imigrantes e População portuguesa: imagens recíprocas*”. Realizado num contexto de total liberdade científica, este estudo do Centro de Estudos e Sondagens de Opiniões da Universidade Católica Portuguesa, dirigido pelo Prof. Mário Lages, baseia-se nos dados de dois relevantes inquéritos – a portugueses e a imigrantes – sobre o que pensam uns dos outros e tem, por vários motivos, a maior importância.

Tendo consciência que a imagem construída sobre o *Outro* é determinante na conformação das nossas atitudes em relação a *Ele* e sabendo que o acolhimento e a integração se jogam sobretudo na dimensão relacional interpessoal do quotidiano, torna-se vital obter um retrato, tão fiel quanto possível, desse quadro de percepções e imagens mútuas. Note-se que se estabeleceu como objectivo um olhar sobre estes dois universos em relação - nacionais e imigrantes – sem os quais não se poderia ter uma análise completa e coerente.

Assim, as imagens e percepções que autóctones e imigrantes evidenciam podem, por exemplo, revelar-nos os bloqueios potenciados a partir de preconceitos e de estereótipos que, de parte-a-parte, percepções erradas geram. Mas o interesse pelo conhecimento destes bloqueios não é meramente académico, o que em si mesmo já seria muito interessante. Esses sinais de alerta são fundamentais, para uma instituição com as responsabilidades do ACIME desenvolver o seu trabalho na promoção do acolhimento e integração de imigrantes. É a partir deles que se podem desenhar intervenções políticas bem direccionadas que combatam a cristalização dos preconceitos. Ignorá-los seria muito perigoso, pois permitiria deixar crescer - e consolidar-se - a intolerância e a rejeição mútuas.

Por outro lado, este Estudo permite identificar alavancas importantes para o diálogo entre imigrantes e autóctones. Pela positiva, são evidentes sinais de abertura ao *Outro*, em áreas como, por exemplo, o reagrupamento familiar ou o reconhecimento do contributo que é dado à (ou recebido da) sociedade portuguesa. Essa identificação de linhas de construção de pontes entre os dois grupos é outro ponto de partida para as actividades do ACIME.

Há que ter consciência que vivendo em Democracia, os cidadãos têm uma palavra decisiva na configuração das políticas públicas e que a expressam não só no momento soberano do voto mas também em diferentes formas de participação cívica mais regulares. Os poderes públicos – e bem – estão cada vez mais atentos a esses sinais dos seus cidadãos.

Neste contexto, o caminho mais seguro para garantir políticas de acolhimento e integração de imigrantes abertas e humanistas é trabalhar por uma imagem positiva da imigração na opinião pública nacional, imagem essa não poluída e distorcida por preconceitos infundados, por estereótipos básicos e por estigmas injustos. De igual forma, é fundamental trabalhar por uma imagem positiva que os imigrantes tenham da sociedade de acolhimento e que os leve a sentirem-se parte plena e integrante de uma sociedade que também é sua.

Mas este não é um simples desafio de *marketing*. Estas imagens positivas mútuas terão que nascer, não só da eliminação de preconceitos, mas também de **respostas políticas concretas** de encontro e diálogo, de construção de conhecimento mútuo, de resolução de problemas, de eliminação de desigualdades e injustiças.

Se assim não for - e se esta imagem mútua se deteriorar - é grande o risco de, por um lado, se verificar a ascensão de políticas restritivas e intolerantes da sociedade de acolhimento e, por outro, se assistir ao crescimento de atitudes de desintegração social das comunidades imigrantes. Compete-nos trabalhar para que isso não aconteça.

RUI MARQUES

ALTO COMISSÁRIO PARA A IMIGRAÇÃO E MINORIAS ÉTNICAS

NOTA DO COORDENADOR

O volume nº2 da colecção de estudos do Observatório da Imigração intitulou-se “Atitudes e Valores perante a Imigração”.

Com essa publicação pretendeu-se, em simultâneo, significar a elevada importância atribuída pelo Observatório da Imigração à análise dos sentimentos dos portugueses face aos imigrantes, e vice-versa, e bem assim abrir uma fileira de investigação empírica de envergadura sobre a formação e evolução das representações do *outro* no âmbito do mosaico socio-cultural português.

Como dizíamos na nota introdutória a essa primeira sondagem, apontamento escrito em 6 de Maio de 2003, “a reaprendizagem da arte de viver juntos é um grande desafio do novo século e bem no âmbito do processo de construção europeia. Em certa medida, é esse o tabuleiro onde podemos provar ter aprendido com a história e onde podemos aspirar a realizar um salto de qualidade relativamente ao passado próximo”.

Voltamos hoje ao assunto, volvidos que são 3 anos, e munidos de um considerável avanço relativamente a metodologias e formas de observação dessa complexa realidade. Atendendo às características marcadamente originais do estudo – e para vincar a relevância de começarmos a dispor, pela primeira vez em Portugal, de dados longitudinais sobre a temática em apreço – vale a pena visitar alguns dos aspectos mais frisantes da presente investigação, seja ao nível das suas opções metodológicas, seja no que respeita a algumas das suas conclusões mais salientes.

O presente estudo sobre as imagens recíprocas dos portugueses e dos imigrantes que viviam em Portugal em meados de 2004 está baseado em duas sondagens feitas nas mesmas localidades e nas mesmas datas e representativas das respectivas populações. A intenção geral da investigação era fazer dois retratos paralelos das atitudes dos portugueses em relação aos estrangeiros e destes em relação à sociedade de acolhimento.

Os objectivos da investigação consistiam, em termos mais específicos, no que reporta à população portuguesa, em caracterizar, compreender e explicar as suas representa-

ções e atitudes face aos imigrantes relativamente à sua presença entre nós, no que se refere ao número, à inserção social, às relações de trabalho, aos direitos cívicos e aos impactos económicos, sociais e culturais na sociedade portuguesa em geral. No que respeita à sondagem aos imigrantes, pretendia-se detectar, compreender e explicar as suas atitudes relativamente à sociedade de acolhimento, designadamente no que se refere à percepção da discriminação e à sua inclusão social, bem como caracterizar as populações imigrantes em termos sociodemográficos, trajectória migratória, redes de apoio e planos de reagrupamento familiar.

O presente estudo baseia-se sobre duas amostras representativas de portugueses e imigrantes em todo o país, à imagem do que o precedeu e de que, por vicissitudes diversas, só foi publicado o relatório preliminar que tinha sido preparado para um seminário de apresentação dos primeiros resultados. Os resultados deste trabalho foram, assim, usados no presente relatório de forma a verificar as mudanças eventualmente verificadas em determinados temas, no que respeita quer à população portuguesa quer à imigrante.

Foi tomado em consideração o vasto conjunto de referências, observações e cautelas sobre as metodologias de sondagem de populações raras. Desse *corpus* metodológico se deduz que, numa amostra nacional, é recomendável, em primeiro lugar, utilizar toda a informação censitária existente e relevante sobre a distribuição da população imigrante, dividindo o território em *clusters* homogéneos; e, em segundo, que nos locais escolhidos se siga um procedimento quanto possível aleatório. Foi este, pois, o método seguido quer na definição quer na concretização das amostras. De facto, depois de definidos os *clusters*, foram neles escolhidos aleatoriamente os locais de amostragem, e dentro deles as unidades de inquérito – os grupos domésticos – mediante um caminho aleatório sistemático. E nestes grupos, o respondente também foi escolhido aleatoriamente, pois só quando os imigrantes de uma determinada localidade não excediam o número de inquéritos pretendidos é que se recorreu ao procedimento bola-de-neve. Todavia, em tal caso, o problema da aleatoriedade não se colocava, já que importava entrevistar censitariamente toda a população imigrante da localidade e não apenas uma amostra dela.

Em razão de tudo isto é legítimo afirmar que os dados aqui apresentados são representativos das populações inquiridas, portuguesa e imigrante. A única dúvida que poderá subsistir refere-se a terem ou não as pessoas entrevistadas respondido com

sinceridade e verdade às perguntas que lhes foram colocadas. Todavia esta questão não é específica desta investigação pois diz respeito a todas as que são baseadas sobre o inquérito sociológico por questionário, o que não pode ser analisado cabalmente. Apenas aqui ou além se retiram algumas indicações a seu respeito em termos de consistência das respostas. Mas pode-se dizer que o método usado na recolha da informação, a sondagem presencial e domiciliada, é o que mais garantias dá no que respeita à captação fiel da opinião dos inquiridos, como é universalmente reconhecido.

Passando ao capítulo de conclusões, e no que se refere aos *valores da tolerância e do acolhimento* medidos através da aceitação da proximidade com grupos mais ou menos estigmatizados, verificou-se que os mais rejeitados são os toxicodependentes, as pessoas com passado criminoso e os alcoólicos, sendo as atitudes de portugueses e imigrantes bastante semelhantes. Utilizando estes dados para construir uma medida de proximidade verifica-se que os portugueses têm atitudes mais positivas do que os imigrantes, e que as pessoas mais acolhedoras são as de esquerda. No que se refere à igualdade de direitos de homo e heterossexuais verifica-se que a pequena dimensão dos *clusters* é indicativa de posições mais conservadoras, para além de que quem vive em zonas com mais imigrantes tem atitudes mais liberais do que os demais. Os mais jovens e os mais instruídos, os menos crentes e os mais de esquerda também são mais liberais. Estes factores são menos visíveis na diferenciação das atitudes da população imigrante, a respeito da qual os valores não são tão extremos, designadamente no que se refere à posição religiosa.

No que se refere à medida do *autoritarismo* verificou-se que os brasileiros e os imigrantes de Leste têm atitudes mais liberais do que os africanos e portugueses. Em nenhum destes grupos o sexo discrimina tais atitudes. No entanto, relativamente aos portugueses o maior autoritarismo seria uma função da idade mais avançada, da menor instrução, do menor rendimento, das ocupações mais baixas, de ser crente e de ter posições de direita. Nos imigrantes seriam discriminantes o *cluster* e a instrução.

Relativamente aos *valores e direitos políticos*, como a *liberdade de expressão*, nota-se que, entre os portugueses, apenas a posição religiosa, medida numa escala de três pontos, e a posição política têm variações significativas. E no que se refere aos imigrantes apenas esta última variável tinha reflexos na sua diferenciação. No entanto,

o ideal de *aumentar a participação nas decisões políticas* varia, no que se refere à população portuguesa, em função do número de imigrantes na zona, da idade, da instrução, do rendimento, e das posições religiosa e política. No que toca aos imigrantes as variáveis discriminantes são a região, o número de imigrantes, a idade, a origem territorial, a instrução, a profissão. Quanto às opções pela *manutenção da ordem e segurança*, as variáveis diferenciadoras para os portugueses são o sexo, o grau de instrução, o rendimento e as posições religiosa e política; e para os imigrantes, as atitudes diferenciam-se em função do sexo e da região, apenas a primeira sendo interpretável. A adesão à ideia de que um dos objectivos políticos principais deveria ser o *aumento da riqueza e do poder de compra* tem diferenças significativas, na população portuguesa, em função da região, da instrução e da profissão ao passo que nos imigrantes apenas a origem territorial discrimina as atitudes a esse respeito. Por outro lado, organizando estes itens num índice conjunto de *valores materiais e pós-materiais*, verifica-se que as suas variações podem ser atribuídas, no caso da população portuguesa, ao *cluster*, à região, ao número de imigrantes, à idade, à instrução, à profissão, ao rendimento e às posições religiosa e política; e no que se refere aos imigrantes, ao *cluster*, à idade, à origem territorial e ao rendimento.

Acerca das *atitudes da população portuguesa face à imigração* em geral, pode-se afirmar que se caracterizam por serem algo contraditórias. Assim, por um lado, verifica-se um acréscimo muito significativo, entre 2002 e 2004, na percentagem de pessoas que reconhecem os imigrantes como fundamentais para a vida económica do país. Em consonância com este dado, quatro em cada cinco inquiridos no estudo afirmou que os imigrantes fazem os trabalhos que os portugueses não querem. A percepção da relação entre imigrantes e segurança social parece também ter-se invertido, no sentido de que é, em 2004, maior a percentagem de portugueses que reconhecem que aqueles não dão prejuízo ao Estado português, não recebendo dele mais do que o que dão. Neste sentido, a maioria das pessoas defende os direitos dos imigrantes (direito de voto, direito à nacionalidade, direito ao reagrupamento familiar, etc.) desde que estes tenham trabalho e não cometam crimes.

Outra das preocupações deste estudo foi abordar os *estereótipos* partilhados pelos portugueses a respeito dos imigrantes, os quais, indiscutivelmente, afectam as suas atitudes face à imigração. De entre os grupos de imigrantes analisados, aqueles de quem os portugueses têm melhor imagem, no que toca ao trabalho, são os originários da Europa de Leste – os únicos a ser percebidos como mais trabalhadores do

que os portugueses. Mas é reconhecido que todos os imigrantes são discriminados negativamente, quando comparados a colegas portugueses, no que se refere ao salário e à possibilidade de ascensão social. No que respeita a *estereótipos positivos* mais próximos de características de personalidade, verifica-se que a população portuguesa tem melhor imagem dos imigrantes brasileiros do que dos imigrantes africanos: 85% dos portugueses atribuem características positivas aos primeiros e apenas 68% o faz relativamente aos africanos (com metade da amostra a indicar um ou mesmo nenhum atributo positivo). Os imigrantes brasileiros tendem a ser vistos como os mais simpáticos e os da Europa de Leste como os mais competentes e rectos, ao passo que os imigrantes africanos são tidos como os menos competentes e os menos rectos. Comparando imigrantes com portugueses, estes últimos vêem-se como menos alegres e bem dispostos do que brasileiros e africanos, mas melhores profissionais, mais competentes e mais sérios. Por outro lado, os imigrantes de Leste são considerados menos alegres e bem dispostos, menos simpáticos e menos sérios, mas mais competentes e cumpridores e mais bem educados.

Uma leitura geral dos resultados destas duas sondagens mostra de modo inequívoco a falácia da imagem que Portugal tem de si, de ser «um povo acolhedor e de brandos costumes». Se comportamentos declaradamente racistas têm pouca visibilidade e são em número reduzido quando comparados com os ocorridos noutros países europeus, a verificação da existência de comportamentos xenófobos tem chamado a atenção mesmo de quem tem o olhar mais alheado ou está desinteressado destas temáticas. O presente estudo que, mais do que comportamentos, analisa atitudes, crenças, estereótipos, torna claro haver algumas manifestações de racismo em aproximadamente 1/4 da nossa população, valor que quase dobra quando se observa o exagero da diferença cultural percebida, particularmente no que toca a imigrantes de Leste e imigrantes africanos. Em reforço da ideia de que não existe uma “capacidade própria” do povo português para o acolhimento e aceitação de imigrantes estão os seguintes factos: a prontidão com que a maioria não apenas rejeita a vinda de mais imigrantes mas também afirma deverem ir-se embora os que aqui estão; a disponibilidade para garantir todos os direitos aos que para aqui imigram mas apenas enquanto tiverem trabalho; a clareza com que os imigrantes afirmam a distância, e até o racismo, que os portugueses mantêm ou perpetram em relação aos grupos de que fazem parte.

Nunca será demais relevar a extrema importância de estudos científicos como aquele a que se reporta a presente publicação.

A dinâmica das representações recíprocas e a evolução da estrutura de valores presente na mente colectiva – e individual – da população residente em Portugal são factores determinantes da paz social e do apego a valores de tolerância e de civilidade que são timbre do modo português de ver o mundo (e o diverso).

À equipa da Universidade Católica Portuguesa, superiormente dirigida pelo Professor Mário Lages, devemos mais este contributo inestimável para extrair conhecimento e saber das pulsações íntimas da sociedade portuguesa. A todos os investigadores dirijo uma palavra do mais sentido e justo reconhecimento.

Também ao ACIME e à FCT que, mediante uma pioneira iniciativa de abrir um concurso público para a selecção e financiamento de estudos de imigração, viabilizaram o presente estudo, significamos publicamente o nosso muito obrigado bem como o agradecimento antecipado de todos quantos virão a beneficiar da leitura deste livro.

ROBERTO CARNEIRO

COORDENADOR DO OBSERVATÓRIO DA IMIGRAÇÃO DO ACIME

OS IMIGRANTES E A POPULAÇÃO PORTUGUESA - IMAGENS RECÍPROCAS

INTRODUÇÃO

Quando o analista social se interroga sobre o que mais tem contribuído nas sociedades modernas para a sua mudança, entre os muitos factores que se lhe oferece individualizar aparecem-lhe como determinantes o desenvolvimento tecnológico e os movimentos populacionais, o primeiro, condicionando o trabalho, a economia e os meios de comunicação e transmissão cultural, e o segundo, constituindo o motor da sua emergência. Na base de todos estes factos estão, com efeito, as pessoas em interacção num território e a diferenciação entre elas existente, sendo a multiculturalidade o corolário da contínua circulação de pessoas e de bens.

Nenhuma sociedade moderna subsiste sem que no seu território surjam comunidades diversificadas. Competências adquiridas noutros espaços, em função dos modos específicos de apropriação dos meios disponíveis para a sobrevivência e das formas culturais para isso criadas, fazem hoje parte do capital social de muitos países que em nada contribuíram para a sua criação. E os movimentos populacionais são um dos motores de fenómenos sociais e culturais muito amplos, dos quais avulta a interacção e difusão cultural, potenciadora da criação de novas ideias e valores e da sua eventual padronização.

Não admira, pois, que, provindas de áreas que vão da sociologia à demografia e à geografia humana, das ciências políticas à psicologia, da história ao direito, as perspectivas de abordagem das migrações se tenham multiplicado. Nada, com efeito, do que a história conta acerca da deslocação de massas populacionais se pode comparar, em termos de importância e dimensão, ao que aconteceu após a segunda guerra mundial e sobretudo mais recentemente. Segundo uma estimativa da IOM, numa população mundial de 4825 milhões de habitantes, haveria, em 1985, 105 milhões de migrantes (2,2%). Em 2000, esta percentagem já tinha subido para 2,9% (175 em 6057 milhões); e prevê-se que, em 2050, migrações mundiais atinjam 230 (em 9000 milhões) de habitantes, o que corresponderá a uma percentagem de 2,6.¹ Bem se pode, pois, dizer, com Papademetriou (2001) que «as migrações internacionais, nos dias de hoje,

1 Dados originais em <http://www.iom.int/documents/officialtxt/en>.

tocam a vida de mais pessoas e apresentam-se nas políticas e na economia de mais Estados do que alguma vez antes.»

De modo a fazer uma ideia da distribuição do fenómeno pelas grandes regiões do globo, vejam-se os valores da tabela seguinte, respeitante a 2000, onde são particularmente notórios os relativos à América do Norte e à Europa.

Tabela 1. População e imigrantes em 2000, por continentes

	População total (milhões)	Imigrantes	
		Número (milhões)	Percentagem da população
Ásia	3672,3	49,7	1,4
África	793,6	16,2	2,1
Europa	727,3	56,1	7,7
América Latina/Caraíbas	518,8	5,9	1,1
América do Norte	313,1	40,8	13,0
Oceania-Pacífico	30,5	5,8	19,1
Global	6056,7	174,7	2,9

Fonte: <http://www.iom.int/documents/officialtxt/en>.

No que se refere ao Velho Continente, a vinda maciça de populações africanas e doutras proveniências fez com que surgisse, nos tempos mais recentes, nas mentes de políticos e cidadãos comuns a ideia de que a ‘cidadela’ precisava de ser defendida de uma ‘invasão’, tendo o facto reflexos na política (por ex. Áustria), na defesa da identidade cultural laica (ex. França) e na implementação de mecanismos de segurança (designadamente após os atentados terroristas de 11 de Março de 2004, em Madrid, e 7 de Julho de 2005 em Londres), a expensas das liberdades individuais.

Mas, para o analista, esta ‘invasão’ é imparável e inevitável. A atractividade que as nações da Europa têm para os grupos humanos mais carenciados é de tal maneira grande que não se poupam a sacrifícios para entrar, mesmo clandestinamente, nos paraísos do consumo e de bem-estar que estes países representam. A demografia torna, aliás,

inevitável a refontalização da mão-de-obra europeia no estrangeiro, pois só assim o seu desenvolvimento económico é sustentável, dadas as suas muito baixas taxas de fecundidade e de mortalidade e o correspondente aumento da esperança de vida e envelhecimento populacional. Este facto é, aliás, importante não só em termos numéricos mas também qualitativos. Na verdade, a respeito dos países da OCDE, Dumont e Lemaître (2005), com base em dados dos censos realizados por volta de 2000, referem que as migrações internacionais são bastante selectivas relativamente aos imigrantes com altas qualificações, algumas nações menos desenvolvidas vendo fugir para o estrangeiro algumas das suas elites.

Neste quadro geral da evolução recente das sociedades europeias, Portugal ocupa um lugar próprio. De país emigrante, que via embarcar para as Américas muitos dos seus filhos, ou, na década de 60, transpor ‘a salto’ a fronteira rumo à Europa, nos últimos 15 anos, sobretudo, passou a ser país de muitas imigrações. O sentido global destes fenómenos pode, aliás, ser globalmente entrevisto nos saldos migratórios das últimas décadas. Se, com efeito, tomarmos os períodos intercensitários como balizas de cálculo e acrescentarmos à população inicial todos os nados vivos e retirarmos todos os óbitos do período, verificaremos que em 1970 deveria haver mais 1.328.843 pessoas do que as recenseadas. No entanto, entre 1970 e 1981, por efeito sobretudo do retorno dos portugueses das ex-colónias, o balanço entre emigrantes e imigrantes foi positivo, tendo-se registado 522.058 pessoas a mais do que as que resultavam do simples jogo demográfico dos nascimentos e dos óbitos. Este superavit foi, no entanto, em parte, eliminado, no período de 1981-91, em que se verificou um saldo negativo de 293.233 pessoas. No entanto, na década seguinte, inverteu-se novamente a tendência, tendo-se registado 410.674 pessoas a mais do que o saldo natural faria esperar.²

Os anos referentes ao presente século, como se poderá ver em detalhe mais adiante neste trabalho, só têm contribuído para acentuar a tendência verificada na última década de noventa, tornando Portugal num território de confluência de muitos tráfegos e tráficos, de forma que, segundo cálculos reportados por Dumont e Lemaître (2005: 20), a percentagem de pessoas nascidas no estrangeiro a viver em Portugal era de 6,3% e a de ‘não-cidadãos’ de 2,2%. E em

² Cálculos nossos.

2001-2002, segundo o INE, em termos das componentes do crescimento populacional, natural ou migratório (Anexo 1.5), todo o interior e o Alentejo têm vindo a sofrer o efeito não só do balanço negativo do movimento natural mas também das migrações. Na verdade, quando há crescimento populacional ele deve-se à vinda de imigrantes, muito poucos sendo os concelhos onde o crescimento se pode atribuir apenas à diferença entre nascimentos e óbitos.

É neste quadro genérico de fenómenos que se situa a presente investigação, a qual tem como intenção não só compreender as atitudes dos portugueses face à imigração e aos imigrantes mas também verificar qual a situação destes no nosso país, constatando a forma como são acolhidos e as atitudes que eles mesmos têm relativamente à população autóctone e aos outros imigrantes. Tudo isto está baseado em duas sondagens, uma à população portuguesa do Continente e a outra aos imigrantes que nele viviam em meados de 2004, mediante amostras representativas dos respectivos universos, escolhidas segundo procedimentos fundamentados teoricamente um pouco mais adiante e especificados em termos técnicos no Anexo 2.

1. OS TERMOS E A INTENÇÃO

Uma das questões epistemológicas subjacentes à concepção desta investigação e aos textos que comentam os seus resultados é que na base das realidades sociais estão mais as imagens que produzem do que os factos que as constituem. E de tal maneira assim está constituído o mundo das relações humanas que alguns teóricos pensam que a realidade implodiu na imagem e esta constitui uma hiperrealidade mais real do que a própria realidade (Baudrillard, 1990 e 1991). E mesmo que se não chegue a formulações tão radicais, não há dúvida de que as interacções entre os actores sociais estão condicionadas pelas impressões que cada qual tem acerca dos outros. A dimensão dramática da vida social, posta em evidência por Goffman (1975: 52 e ss e 124 e ss), apenas verifica e formaliza a reprodutividade dos papéis em que cada qual se representa. Por isso, é legítimo pensar que a emergência da estética na definição da pós-modernidade (Lages, 1997), sobretudo entre as classes afluentes, é a manifestação de que a imagem está no centro das preocupações de quem tem uma liderança simbólica reconhecida; e que o

papel crescente dos conselheiros de imagem no dia-a-dia de colunáveis e políticos é a verificação concreta de que o homem pós-moderno vive mais de aparências do que de realidades, estando a comunicação social cada vez ao serviço desta hiperrealidade.

É precisamente em função desta fluidez e imprecisão da auto-apresentação condicionada da ideia do Outro, sobretudo quando pouco conhecido, que se coloca no cerne desta investigação o conceito de imagens em vez do de representações sociais, o qual tem mais créditos na literatura sociológica e psicossociológica, desde que Durkheim (1951) cunhou a expressão “representações colectivas”. É que, quando os teóricos se lhes referem como “forma[s] de conhecimento [...] que concorre[m] para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 1993: 36), colocam-se a um nível de conceptualização que se adequa mal ao nosso objecto. De facto, mais do que de representações sociais totalmente elaboradas e construídas, a presente investigação trata, pelo menos em parte, de representações *in fieri*, as quais poderão ter colocações diversas na estrutura do edifício das identidades partilhadas, conforme as teorias com que se analisam. Nem todas elas estão, com efeito, tão formalizadas que possam ser univocamente tomadas por configurações mentais específicas de um grupo relativamente a outro ou a outros.

Mas isso não impede de reconhecer que, a respeito de alguns dos itens em análise, o processo de disseminação no corpo social, que as representações supõem, está bastante adiantado, podendo ser por isso referidos como traços culturais das populações estudadas. Não estando, porém, o processo finalizado, o termo imagens, teoricamente menos exigente, parece mais adequado ao processo de investigação de que aqui se dá conta. A função heurística do termo é, com efeito, maior e mais facilmente reconhecível do que a das representações. Dito de outra maneira, as questões que nos ocupam não se podem reduzir às ideias-feitas, aos preconceitos e aos estereótipos partilhados, constitutivos da modelização suposta na representação social: o nosso objecto é constituído por ‘modos’ ou ‘fantasmas’ de olhar que porventura não têm uma configuração perfeitamente estabelecida e reconhecida como tal.

A decisão de não utilizar o termo representações resulta, pois, de que nele se supõe existir um nível de consistência difícil de reconhecer e que não era de presumir quando

iniciámos este processo de investigação. De resto, um dos seus objectivos é precisamente construir o objecto teórico de que as imagens constituem como que os blocos com que foi edificado o nosso tema, obviamente mais complexo no final do que quando iniciámos a pesquisa.

Mas a escolha dos termos com que formulamos o título deste trabalho também está relacionada com o material sobre que nos debruçamos, as respostas a dois questionários. Neles, com efeito, apenas se captam impressões de atitudes, de opiniões e de comportamentos, como se fossem instantâneos de uma câmara digital em que a representação é puramente virtual, não tendo sequer a materialidade da película ou o aspecto formal dos velhos retratos de família em que todos se vestiam com as suas melhores roupas para ficar bem na foto. De facto, esta nova forma de representação não é mais do que uma imagem provisória do eu que se apresenta a si mesmo e ao inquiridor sob o flache potente do inquérito, o qual cria uma relação de sinceridade fictícia ao impor uma relação, nem sempre totalmente aceite, e ao revelar zonas-sombra que nem à consciência do respondente por vezes são suficientemente visíveis, sobre elas tendo ele de tomar posição nos poucos segundos que medeiam entre a formulação da pergunta e a resposta esperada. Sabido é que, a tal luz, o entrevistado ou toma a atitude de se esconder detrás de poses mais ou menos elaboradas e conscientes ou de dizer o que efectivamente crê, pensa ou sente.

Certo é, porém, que, num caso e no outro, às imagens assim recolhidas subjazem representações colectivas que são filtradas por idiosincrasias pessoais: em qualquer opinião, atitude ou comportamento imiscuem-se, com efeito, ideias-feitas veiculadas culturalmente e preconceitos dominantes nos grupos sociais que definem as referências valorativas dos inquiridos. Na verdade, o preconceito não é mais que o fundo de pré-determinação cultural das imagens que o respondente incorporou na sua personalidade e exprime em gestos e palavras; e os estereótipos resultam dos mecanismos quase automáticos de repetição que os actores sociais menos reflexivos subscrevem de forma quase automática, de acordo com os hábitos que a socialização neles foi inculcando.

Destas breves considerações se deduz, pois, que o quadro genérico em que o nosso trabalho se situa não está tanto na definição das condições económicas, sociais ou culturais do fenómeno migratório, nem nos seus aspectos demográficos ou geográficos nem tão-pouco nos aspectos legais com implicações para o nosso tema (embora nenhum destes aspectos possa ser inteiramente descartado), mas sobretudo na compreensão sociológica e psicossociológica das questões relacionadas com a criação de imagens recíprocas por parte de duas populações, uma maioritária e a outra minoritária. Ora, estas imagens são condicionadas por dois factores fundamentais, a cultura de origem dos actores sociais e as mudanças que a ela vão sendo introduzidas pela interacção. A sobredeterminação que os contactos sociais introduzem não pode de facto ser minimizada, como refere Portes (1999) a respeito da adaptação cultural: «o êxito do processo de adaptação depende menos daquilo que os imigrantes trazem consigo e mais de como são acolhidos pelo governo e sociedade receptoras. Os modos de recepção hostis dão lugar a ‘formações reactivas’ que distanciam os imigrantes cada vez mais dos padrões normativos dominantes e dão lugar a crescentes conflitos inter-étnicos.» Por isso é que ao abstracto das formas culturais, original ou adventício, é necessário acrescentar as variáveis relacionais que as concretizam.

2. O QUADRO CONCEPTUAL

O desenvolvimento do tema das imagens mútuas dos imigrantes e dos portugueses insere-se num vasto conjunto de estudos que têm vindo a ser produzidos, designadamente nos últimos quinze anos, sobre os imigrantes, suas condições de vida e inserção nas comunidades de acolhimento, tanto no estrangeiro como em Portugal. Sendo tão abundantes, torna-se difícil dar uma ideia adequada dos múltiplos aspectos neles abordados, em termos do seu contributo para a presente investigação; o que não nos dispensa, no entanto, de referir brevemente as linhas de força dos que mais directamente têm a ver com este trabalho, quer porque foram tidos em conta na sua concepção quer na análise dos resultados das sondagens, embora estejamos conscientes de que, ao referir estas investigações, por vezes complexas e cheias de pormenor, em poucas linhas ou expressões, corremos o risco de não fazer justiça a tudo o que nelas há de seminal e original.

Estudos internacionais

Entre os estudos internacionais por nós utilizados têm particular importância os relacionados com a formação das atitudes para com os imigrantes e destes para com a população de acolhimento, quer se trate de imigração legal quer ilegal. No que se refere à primeira, temos em evidência o estudo de Chandler e Tsai (2001: 178-9) que tentam interpretar sondagens feitas regularmente nos Estados Unidos (General Data Survey), para isso recorrendo a teorias bastante genéricas. Reclamando-se da herança do interaccionismo simbólico de Cooley, Mead e Blumer, afirmam que os «indivíduos desenvolvem as suas concepções acerca de si mesmos e dos outros, incluindo a sociedade em geral, num processo de interacção comunicativa com outros actores». Por outro lado, põem em destaque que «praticamente todas as análises das variações na opinião pública examinam os efeitos de características de base como a idade, o sexo e a raça», bem como o interesse próprio, operacionalizado pelos autores em termos de «fonte e montante de rendimento e efeitos percebidos das políticas nas condições económicas e na segurança pessoal.» E não deixam de invocar conceitos básicos derivados de Max Weber sobre os «grupos de status cujos membros procuram aumentar a honra e o prestígio associado a um particular estilo de vida», ao mesmo tempo que afirmam tenderem «as pessoas a evitar o isolamento e a desaprovação e a procurar a promoção e validação pessoal».

As perspectivas invocadas por estes autores não esquecem a importância de outras tradições, como a da pressão conformista dentro dos grupos, os grupos de referência ou a teoria da identidade social de Tajfel, já que a simples classificação das pessoas em grupos tem grande importância para a estereotipização dos endogrupos (por ex. como heterogéneos) e dos exogrupos (como homogéneos). Por isso, põem em destaque as ideologias, que identificam com crenças políticas, predisposições e valores. Numa palavra, quase nenhum aspecto relevante das teorias explicativas dos comportamentos sociais está ausente dos pressupostos dos autores, que chegam à conclusão (Chandler e Tsai, 2001: 185-7) de que as características individuais (sexo, idade e raça) têm pouca importância. E no que se refere às variáveis relacionadas com o interesse próprio, verificam que quem tem uma ideia pessimista da economia também tem atitudes mais anti-imigratórias do que os outros. No entanto, não descobriram nenhuma correlação significativa entre o

rendimento e tais atitudes. E, no que se refere às variáveis ideológicas, verificaram que elas têm aparentemente maior impacto do que as demais, sendo as atitudes dos conservadores mais negativas do que as dos liberais. Relativamente aos factores ligados à comparação dos grupos, referem que a simples identificação como americano por parte dos inquiridos leva a sentimentos de etnocentrismo e atitudes defensivas em relação a tudo o que pareça ameaçar a cultura e a sociedade americana. Por fim, o aumento do grau de instrução parece ser um poderoso agente de sentimentos pró-imigração.

Espenshade e Calhoun (1993), por seu lado, testam várias hipóteses relativamente às atitudes para com os imigrantes ilegais e os indocumentados, com base em sondagens feitas na Califórnia meridional, referindo ter obtido uma ligeira confirmação de que essas atitudes dependiam da competição ou não no mercado de trabalho. Mas encontraram mais fortes argumentos relativamente à afinidade cultural entre respondentes e migrantes indocumentados, bem como ao papel da educação nestas atitudes. Por outro lado, verificaram que «as avaliações dos respondentes relativamente a custos e benefícios tangíveis para si mesmos também influenciavam a sua avaliação da imigração ilegal». Finalmente, os resultados da análise por eles feita forneciam «argumentos adicionais relativamente a um modelo de política simbólica (a symbolic politics model) de formação da opinião quando o modelo é estendido à questão da migração indocumentada para os Estados Unidos.»

Lee *et al.* (2001: 431) também procuram preditores das atitudes face à imigração ilegal em relação à lei do Estado da Califórnia, que «exclui os imigrantes ilegais de benefícios da segurança social, da educação e da assistência médica, exceptuando emergências», e desenvolvem duas hipóteses que interessam ao presente contexto: a do favoritismo étnico endogrupal, segundo o qual «a motivação para manter um sentido positivo de identidade social leva os membros dos diferentes grupos étnicos e raciais a ver a sua própria cultura em termos mais favoráveis do que as outras subculturas»; e a de que o preconceito e o racismo relativamente aos latinos seriam derivados da socialização na infância, a qual leva a considerar que tal etnia mina os valores americanos, por exemplo, o da ética do trabalho, sendo o preconceito confundido com a identidade étnica (*ibid.*: 432).

Por seu lado, Saxton e Benson (2003), usando os dados do 30º Eurobarómetro sobre imigrantes e excluídos, discutem quais os melhores preditores tanto da hostilidade social como política para com os imigrantes e identificam a vulnerabilidade económica objectiva³ (rendimento, classe social e profissão) e subjectiva (interpretação da situação económica do país, expectativas económicas futuras e mudança da situação económica familiar recente), bem como a ideologia e o contexto nacional, para explicar os níveis de atitudes hostis para com os imigrantes em cinco nações da UE. Os resultados confirmariam que a hostilidade social e política são distintas mas que os factores ideológicos dão melhor conta delas do que o contexto económico e nacional. E chegam à conclusão de que a hostilidade atitudinal deriva fundamentalmente dos baixos níveis de educação e de uma forma poderosa de ‘hostilidade ideológica’, que abarca o racismo à moda antiga, a ideologia tradicional da direita e as orientações materialistas dos valores.

O tema da *discriminação* tem vindo a ocupar várias reflexões por parte dos estudiosos. Dion (2001), num estudo sobre a procura de habitação no Canadá por parte de vários grupos de imigrantes, coloca entre os factores de discriminação a raça, o nível e a fonte de rendimento, o estatuto dos imigrantes, a língua, a etnia, a religião e a dimensão da família. Por outro lado Pettigrew e Meertens (1996) põem em evidência a discriminação no trabalho relativamente aos imigrantes, referindo que «em todas as nações da Europa ocidental os estrangeiros tem taxas de desemprego muito mais alta do que os nativos». Para o provar dão alguns exemplos, designadamente o holandês, em 1990.

A percepção da discriminação por parte dos imigrantes é medida por Verkuyten (1998), quer em termos gerais quer em situações específicas, directa e indirectamente, sendo os indi-

cadores por ele utilizados semelhantes aos que introduzimos nos nossos inquéritos (cf. também Dion *et al.*, 1996). Outra preocupação tem sido a de estudar as consequências que o sentimento de discriminação tem nos discriminados, sendo identificadas variáveis correlacionadas com a, ou preditas pela, percepção de discriminação. Entre estas, estão algumas de carácter interpessoal e outras de carácter intergrupar, como a disponibilidade para participar em acções para benefício do seu grupo étnico/nacional.

3 Num trabalho sobre o impacto da imigração na sociedade americana, Camarota (1998) demonstra que a imigração conduz à redução de salários para trabalhadores não qualificados e promove ganhos para os donos do capital e para os trabalhadores qualificados.

No que se refere ao *preconceito*, põe-se em destaque o trabalho de Houvouras (2001), que interpreta as atitudes perante a educação bilingue, tentando ultrapassar o clássico modelo do racismo em função das categorias branco vs. negro, verificando que o preconceito relativamente aos latinos e as atitudes perante a imigração aumentam a oposição a este tipo de educação. Por outro lado, toma como base a definição do preconceito rácico de Dovidio e Gaertner (1986) como uma combinação de estereótipos negativos, sentimentos de desagrado ou aversão e vontade de se manter distante dos grupos diferentes. E considera que estas atitudes dependem de o actor social se sentir ou não ameaçado na sua posição, a qual depende de uma ‘ideologia da estratificação’, fundada na inferioridade biológica e na falta de esforço dos que estão nas posições sociais inferiores, por oposição às explicações estruturais que atribuem as desigualdades às diferenças de oportunidades determinadas pelas instituições sociais. Tudo isto teria reflexos nas atitudes: quem opta pelas razões individuais tenderia a opor-se mais frequentemente a políticas favorecedoras de determinados grupos-alvo.

A *relação entre preconceito e atitudes* específicas relativamente à *aculturação* é objecto de um estudo de Zich *et al.* (2001) referente à Alemanha, onde exploram resultados de sondagens que confirmam estar o preconceito relacionado com as ideologias de assimilação e segregação entre os membros do grupo maioritário. Mas também dizem que «as análises das minorias étnicas provam que o preconceito e a aculturação também estão relacionados com os grupos minoritários.» E mostram que «o preconceito é funcional para a aculturação das minorias», confirmando-se pois a impressão de que há uma relação estreita entre os níveis macro e microsocial de lidar com os imigrantes.

Nesta sequência, devem-se destacar os estudos que se dedicam a compreender a importância dos fenómenos culturais de base na explicação das opiniões, atitudes e comportamentos. Pérez, Moscovici e Chulvi (2002: 51) lembram que a cultura define a identidade humana tal como a natureza está na base da identidade animal e que as minorias étnicas são evocadas pela via da natureza (com atributos positivos), como «ponte entre o ser humano e o animal», servindo as metáforas animais para conotar negativamente os imigrantes. A temática da cultura e da aculturação domina, de resto, muitos dos estudos utilizados, desde que a proposta de Berry (1980, 1984) de um modelo bidimensional

de aculturação substituiu o modelo unidimensional de assimilação até então seguido, segundo o qual os imigrantes eram retratados num continuum onde o biculturalismo era visto como uma fase transitória com vista à assimilação que supunha a adopção total da cultura do país de acolhimento, tornando-se assim o imigrante um «membro de direito» da cultura dominante (Bourhis et al., 1997: 376). Berry teria sido o primeiro a propor que «a cultura do imigrante e a de acolhimento podem ser consideradas como dimensões independentes e pontos extremos de um *continuum bipolar*.» De facto, mais «do que estar opostas em relação a uma dimensão única, as identidades das comunidades imigrantes e de acolhimento são configuradas como processos distintos segundo dimensões ortogonais» (Bourhis et al., 1997: 376).

Neste entendimento, é possível tipificar as atitudes dos inquiridos em quatro grupos teóricos, que definem outras tantas estratégias de aculturação, conforme se dá ou não importância à manutenção, por um lado, da identidade e da cultura locais e, por outro, das relações com os outros, como se lê na Tabela 2 (cf. Bourhis et al., 1997: 377).

Tabela 2. Modelo das orientações de aculturação dos imigrantes

		1. É importante manter a identidade e características culturais?	
2. É importante manter relações com outros grupos?		SIM	NÃO
	SIM	INTEGRAÇÃO	ASSIMILAÇÃO
	NÃO	SEPARAÇÃO	MARGINALIZAÇÃO

Segundo este esquema, que podemos traduzir em termos de oposição entre a determinação cultural e a espontaneidade relacional, a integração resultaria de uma estratégia que permite ao imigrante adoptar aspectos da cultura maioritária, mantendo a sua identidade cultural de origem. Na assimilação, adopta os traços culturais da sociedade receptora, com prejuízo da sua identidade. Na separação, pelo contrário, tenta manter a sua identidade cultural e rejeita relações com os membros das comunidades receptoras. Finalmente, na marginalização rejeita as características culturais próprias e da cultura de acolhimento, perdendo contacto com ambas as culturas. Bourhis e colaboradores

propõem a substituição da segunda dimensão pela questão ‘é importante adoptar a identidade cultural da comunidade de acolhimento’, o que os leva a elaborar um modelo de interacção dinâmico demasiado complexo para ser referido aqui (Bourhis *et al.*, 1997: 377-82).

Um modelo que elabora sobre o de Berry, chamado escala de aculturação da comunidade de acolhimento (EACA)⁴, é usado por Ogay et al. (2001) para estudar as respostas de 131 estudantes suíços a respeito de três grupos: imigrantes em geral, italianos (‘valorizados’) e albaneses (‘desvalorizados’). Os resultados mostrariam que «as orientações de aculturação mais endossadas por estes estudantes são as de integração e do individualismo, seguida da orientação integração-transformação». As outras seriam pouco escolhidas. Por outro lado, afirmam que as diferenças entre as orientações de aculturação «são menos favoráveis para com os imigrantes albaneses do que para com os italianos.»

A hipótese de que as atitudes dos autóctones são determinadas, em primeiro lugar, pela atitude positiva dos imigrantes relativamente a aceitarem os padrões e valores da sociedade de acolhimento é desenvolvida por Nesdale e Mak (2000), os quais põem em destaque, juntamente com outros aspectos, o grau de aceitação por parte do grupo dominante, o sucesso dos imigrantes no país e a escolha que fazem em viver no seio do seu grupo étnico e não na sociedade mais vasta. Tudo isto é testado com base em 603 imigrantes vivendo na Austrália, concluindo os autores que o modelo é adequado aos dados utilizados, embora com alguns resultados inesperados, designadamente a hipótese do contributo do sucesso dos imigrantes para o modelo.

Estudos sobre migrações em Portugal

A saída de elevados quantitativos populacionais portugueses, primeiro, em direcção a destinos transatlânticos e, posteriormente, rumo aos países industrializados da Europa, deu lugar em Portugal a vários estudos de carácter essencialmente demográfico, centrados sobre a quantificação dos fluxos (entre outros, Antunes, 1973; Almeida, 1975; Serrão, 1977; Godinho,

⁴ Esta escala supõe, segundo os termos usados pelos autores, seis ‘orientações de aculturação’: ‘integração-transformação’, ‘integracionista’, ‘individualista’, ‘assimilacionista’, ‘segregacionista’ e ‘exclusionista’.

1978; Anido e Freire, 1978; Seruya, 1982; Arroiteia, 1983; Baganha, 1991). A mesma perspectiva é utilizada na análise da crise económica de 1973/74 e do 25 de Abril, que marcam o declínio da emigração portuguesa para a Europa e o desenvolvimento de novas modalidades migratórias (como, por exemplo, a emigração temporária) (Peixoto, 1991) e de alguns movimentos de retorno (Poinard, 1983; Silva, 1984).

Depois dos meados da década de 80, a produção científica tem vindo a mostrar como se têm reanimado os fluxos emigratórios para o estrangeiro, em especial para a Europa ocidental (Baganha, 1993 e 1997; Marques, 1997; Cavalheiro, 2000; Baganha et al., 2002). Estes estudos procuram mostrar que os emigrantes se dirigiam para destinos não tradicionais, assumindo novas modalidades, e usufruindo no seu desenvolvimento dos mecanismos institucionais da EU em interconexão com os fluxos de imigração em Portugal.

Por outro lado, a bibliografia sobre a imigração em Portugal, apesar de não ser muito abundante, tem-se intensificado a partir da década de 90, reflectindo a evolução registada na população estrangeira residente em Portugal. Uma primeira revisão desta produção científica foi realizada por Baganha e Góis (1998), que afirmam aguardar a maioria das comunidades imigrantes presentes em Portugal uma investigação sistemática e abrangente já que grande parte dos estudos realizados nos anos 80 e 90 privilegiava os imigrantes residentes na Área Metropolitana de Lisboa. Os autores reconhecem, contudo, que, no decurso da década de 90, se assistiu à diversificação quer das temáticas abordadas quer da incidência territorial dos estudos (Baganha e Góis, 1998/1999: 262 e ss.). Esta diversificação prosseguiu durante os primeiros anos do terceiro milénio, acompanhando a evolução das populações imigrantes presentes em Portugal.

A presença de novas comunidades de estrangeiros, sobretudo provindas do Leste da Europa, provocou um conjunto de investigações sobre a estruturação desta nova vaga imigratória, suas características (Baganha et al., 2003, 2004 e 2005), efeitos na sociedade portuguesa (Almeida, 2004) e extensão deste grupo de migrantes para as áreas rurais, designadamente no Alentejo (Fonseca, 2003, 2004). A maioria destes trabalhos evidencia a diversificação da origem dos imigrantes presentes em Portugal, o seu capital social e humano, a complexificação dos seus processos de inserção no mercado de tra-

balho e a alteração das estratégias e dos processos migratórios adoptados (cujo aspecto mais visível e publicamente mais noticiado tem sido a presença de redes organizadas de tráfico de pessoas).

A par destas investigações, foram feitos, a partir de 2000, vários estudos que procuram analisar um vasto conjunto de temáticas, entre as quais avultam: a inserção de Portugal no sistema migratório Europeu (Fonseca, 2002); a inserção urbana dos imigrantes (Fonseca, 2002; 2002/03, 2003); a migração dos profissionais altamente qualificados (Peixoto, 2001); os efeitos da imigração no desenvolvimento regional (Malheiros, 2002), demográfico (Rosa et al., 2004) e económico (Ferreira et al., 2000 e 2004); a integração dos imigrantes (Machado, 2002 e 2003; Pires, 2003); a participação cívica dos imigrantes; e as características de comunidades imigrantes específicas (Oliveira, 2002; Machado, 2002; Malheiros, 2004). Têm, também, surgido temáticas de investigação que abordam as novas formas de relacionamento dos imigrantes com a sociedade de origem e a sociedade de acolhimento (Góis, 2002; Malheiros, 2001), o empresarialismo dos imigrantes (Marques, 2002; Oliveira, 2005) e a diversificação cultural proporcionada pelos imigrantes (Fonseca, 2004). A imagem da imigração em dois diários lisboetas, durante os meses de Julho e Agosto de 2000, prende, por outro lado, a atenção de Cunha (2001), que põe em evidência as diferenças no tratamento que neles é dada aos imigrantes do Leste europeu e dos PALOP.

A perspectiva legal tem ocupado igualmente alguns investigadores: Rocha-Trindade (2002), Peixoto (2002) e Sousa (2002). Fonseca et al. (2002: 135) focam a sua atenção «nas mudanças nas leis nacionais de imigração, nas medidas adoptadas pelo governo central para combater a discriminação e na crescente exclusão social sentida por muitos imigrantes». E Mendoza (2001), numa comparação entre Portugal e Espanha, analisa o papel do Estado, através de políticas de imigração, no tipo de inserção social conseguida pelos imigrantes, afirmando que a «lei portuguesa é menos rígida e menos complicada que a espanhola». De facto, não só «os imigrantes podem obter trabalho em sectores de actividade ou ocupações para os quais há registo oficial de desemprego de portugueses ou de imigrantes com autorização de residência» mas também a «autorização de residência permite aos trabalhadores a deslocação no mercado de trabalho, quer em termos

geográficos quer ocupacionais, a partir da primeira autorização». Por outro lado, «não há, em Portugal, distinção entre autorizações para auto-emprego e trabalho contratado» (ibid.:171). Um aspecto complementar destes é posto em evidência por Fonseca et al. (2002) ao identificarem os principais desafios para a cidadania e governo de Portugal em resultado da alteração de posição no contexto migratório internacional, focando a sua atenção «nas mudanças nas leis nacionais de imigração, nas medidas adoptadas pelo governo central para combater a discriminação e na crescente exclusão social sentida por muitos imigrantes» (p.135).

A situação da imigração ilegal mereceu a especial atenção de Eaton (1993, 1998). No segundo destes estudos, o autor diz que algumas «comunidades imigrantes estão em situação difícil. Muitas estão a contribuir para o desenvolvimento socio-económico, mas, ao mesmo tempo, são frequentemente vistas como grupos inferiores pela população autóctone.» Nota ainda «a desigualdade de práticas discriminatórias, designadamente no que respeita à educação e à habitação», apontando alguns casos de discriminação racial detectado em entrevistas com imigrantes africanos. E afirma que «os portugueses dominam sobre uma pequena, embora crescente e importante, comunidade estrangeira» (Eaton, 1998: 61). Neste estudo, já desactualizado, o autor considera a ilegalidade como característica fundamental da imigração portuguesa. Referindo dados da Economist Intelligence Unit (Eaton, 1993), estima que 50% (cerca de 50000) dos imigrantes africanos estariam ilegais no país. Entre os estrangeiros brancos do norte da Europa a situação é do mesmo tipo: mais de 70% dos ingleses residentes no Algarve fá-lo-iam de modo ilegal; de resto, os dados da distribuição dos imigrantes pelo território nacional avançados por Eaton, relativos a 1991, são muito semelhantes aos de 2001: cerca de metade das pessoas residem no distrito de Lisboa, 9,5% em Setúbal e 11,5% em Faro. De notar ainda que o autor também se debruça sobre o tráfico humano, de mulheres e de trabalhadores, bem como sobre a violência contra imigrantes e sobre a discriminação na educação e na habitação e em geral. E constata que, sendo a percentagem de imigrantes ainda bastante reduzida (entre 0,5 a 1 % do total da população), eles só são vistos como uma ameaça quando se congregam em número significativo em determinados locais.

Neto (2002), por outro lado, utilizando a categorização dos processos de aculturação já referida – integração, assimilação, separação e marginalização – e com base numa amostra

de conveniência relativa a 313 adolescentes vivendo em Lisboa e pertencentes a três minorias étnicas (angolanos, cabo-verdianos e indianos), com idades médias de 15 anos, chega à conclusão de que a integração era a estratégia preferida pelos respondentes, excepto entre os cabo-verdianos, seguida da assimilação, e de que a estratégia por eles utilizada depende em parte da etnia, da identidade da maioria, da interacção intergrupala, da discriminação percebida, da pressão das experiências de adaptação, da idade, do sexo, ao passo que a interacção exogrupal, a proficiência na língua e a auto-estima não se não teriam revelado importantes na previsão dessas estratégias.

A aceitação da população imigrante pelos portugueses tem sido objecto de alguns estudos, particularmente no que respeita à percepção de diferenças étnicas e culturais, designadamente em termos de preconceito e discriminação, neles se fazendo uma tentativa séria de compreensão da estrutura de crenças e das representações sociais racistas na sociedade portuguesa (Vala, Brito e Lopes, 1999a; Vala et al., 1999b). Neles tenta-se desmitificar a opinião do senso comum conhecida como «lusotropicalismo», ideologia que reúne grande consenso entre a população portuguesa e até certos discursos académicos, segundo a qual os portugueses são vistos como um povo particularmente não-racista, em boa parte devido às suas relações privilegiadas com os povos das suas antigas colónias. Contradizendo a ideologia, tais estudos revelam que o racismo e a discriminação mudaram de forma, passando de uma expressão que focava as diferenças fenotípicas e genotípicas para uma outra centrada nas diferenças culturais. É a passagem de um racismo flagrante para um racismo subtil.

Por outro lado, um trabalho de Marques (1999) analisa «a evolução dos valores relacionados com o trabalho usando dados de inquéritos coligidos ao longo de 20 anos e diferentes metodologias», afirmando que «a imagem construída com as experiências passadas com diferentes categorias de estrangeiros juntamente com a distância social percebida são importantes para moldar as atitudes.»

Algumas questões teóricas restam, no entanto, sem resposta já que estes trabalhos, ou se limitam a analisar fenómenos locais (e.g. Grande Lisboa, cf. Vala, 2004), não tendo, portanto, representatividade nacional, ou estudam minorias étnicas negras e imigrantes

(ou descendentes de imigrantes), sem considerar toda a diversidade destas populações. Machado (1999), por exemplo, utilizando uma sondagem nacional de imigrantes oriundos da Guiné, mostra que a sua maioria tem a percepção da existência de racismo em Portugal, em diversos contextos.

Por outro lado, nestes trabalhos quase sempre se estudam as atitudes da população portuguesa relativamente à imigrante mas raramente se analisam as atitudes dos imigrantes face à população portuguesa, seus condicionamentos e expressões. Ora aquela perspectiva é insuficiente para compreender o estado das relações inter-étnicas, onde estão igualmente implicadas as atitudes do grupo minoritário, as suas interpretações dos factos e as atitudes perante eles, a expressão dos seus sentimentos e a roupagem com que vestem os sentimentos e comportamentos da sociedade receptora.

O presente estudo tenta colmatar parte destas deficiências, já que se baseia sobre duas amostras representativas de portugueses e imigrantes em todo o país, à imagem do que o precedeu (Lages e Policarpo, 2003)⁵, de que, por vicissitudes diversas, só foi publicado o relatório preliminar, que tinha sido preparado para um seminário de apresentação dos primeiros resultados. Os resultados deste trabalho serão assim usados no presente relatório de forma a verificar as mudanças eventualmente verificadas em determinados temas, no que respeita quer à população portuguesa quer à imigrante.

3. HIPÓTESES

O quadro que acabamos de apresentar mostra que as hipóteses relativas à compreensão dos temas que foram objecto de inquérito são muitas e amplas. Podem, no entanto, ser problematizadas em dois núcleos teóricos, o cultural e o inter-relacional, o primeiro visando sobretudo as imposições do sistema e o segundo as especificações que lhe são introduzidas pela interacção que estrutura e sustenta os grupos sociais. Neste sentido, as ideias-feitas, os preconceitos, os estereótipos são pré-determinações sistémicas com expressão na discriminação, no racismo e noutras atitudes de afastamento ou rejeição do Outro, enquanto que as

⁵ A amostra aos imigrantes não seguiu os mesmos procedimentos, sendo feita junto dos locais do SEF onde os imigrantes iam tratar de problemas que tinham a ver com a sua estadia em Portugal (cf. Lages e Policarpo 2003: 24-8).

manifestações de entendimento, acolhimento e proximidade resultaram de características culturais sobredeterminadas ou modificadas pela interacção grupal.

De uma maneira geral importa, portanto, verificar se a ideologia dominante, segundo a qual o povo português é acolhedor e de brandos costumes, que, por razões culturais, teria feito uma colonização menos dominadora e distante do que os outros povos, tem efectiva correspondência nas atitudes expressas no inquérito relativamente aos estrangeiros e imigrantes. Por outro lado, no que respeita à dimensão inter-relacional, a hipótese, nem sempre explicitamente expressa, que preside a muitas das análises feitas é que a associação diferencial (Sutherland) explicaria em parte os comportamentos desviantes e que este conceito tem o seu contraponto na hipótese do contacto (Wagner *et al.*, 2003, Hewstone, 2003), pela qual se supõe não bastar a simples interacção grupal para que o entendimento aconteça, sendo necessários certos pré-requisitos que reduzem com sucesso o enviesamento que a interacção implica e que seriam, segundo Allport, um estatuto igual na situação de contacto; a cooperação intergrupar; a existência de objectivos comuns; e o apoio da autoridade, lei ou costumes (cf. Dovidio *et al.*, 2003). Neste sentido, a associação diferencial seria um espécie de institucionalização do preconceito; pelo contrário, o contacto, repetido e gratificante, levaria à sua superação, sobretudo se for eliminado o conflito que decorre da busca dos mesmos bens escassos. Desta forma, a interacção tenderia a criar o entendimento, a compreensão e a estima e, por esta via, a rechaçar sentimentos de rejeição e discriminação.

É neste entendimento geral das relações condicionantes das atitudes que faz sentido analisar o modo como as variáveis demográficas e de habitat, sociológicas e culturais entram na explicação das variações verificadas nas opiniões e nos comportamentos dos portugueses relativamente aos imigrantes e destes em relação aos portugueses e entre si. No entanto, a importância de cada uma delas, isoladas ou em grupo, na definição das opiniões e atitudes pode ser variável, funcionando por vezes as variáveis sociológicas como mediatas e as culturais como imediatas, enquanto relativamente a outras temáticas as variáveis sociológicas são mais importantes. É por outro lado de supor que as variáveis culturais estejam mais directamente relacionadas com os fenómenos de natureza ideológica e as sociais e económicas com as que implicam ameaças aos posicionamentos

sociais. Tudo isso será, porém, explicitado nos diversos capítulos, onde serão retomadas algumas ideias e hipóteses que constam da literatura antes comentada.

De uma maneira geral, é de supor que as variáveis que caracterizam socio-economicamente as populações e as que têm a ver com a ideologia, designadamente as relativas ao posicionamento político, sejam as que têm mais poder de diferenciação das populações em análise e das suas atitudes.

4. QUESTÕES METODOLÓGICAS

Todos estes aspectos, formulados quer em termos teóricos quer analíticos, condicionaram tanto a escolha dos conteúdos dos inquéritos como a metodologia de definição dos métodos de recolha da informação. No que se refere à primeira questão, partindo da herança do trabalho feito sobre o mesmo tema (Lages e Policarpo, 2003), foi constante, na fase de concepção deste trabalho, a preocupação de captar as imagens mútuas dos actores em função das suas determinantes culturais, ao mesmo tempo que eram introduzidas questões sobre o conhecimento e a interacção entre imigrantes e a população portuguesa. Demos, por outro lado, particular atenção às reflexões feitas na literatura comentada no ponto 2 e a uma questão epistemológica levantada por Kelly (1963: 110) que diz não ser «possível a alguém exprimir todo o seu sistema de constructos» e que «muitos dos constructos pessoais não têm palavras indicadoras», conceitos estes que completam o que foi afirmado no ponto 1. E, na formulação das questões, foi tido em conta que alguns inquiridos teriam alguma dificuldade em responder correctamente às perguntas que revelassem a sua situação de marginalidade ou ilegalidade, eliminando do inquérito tudo o que pudesse causar problemas nesse sentido.

No que se refere à definição da amostra, considerou-se que, por se tratar da captação de impressões e imagens recíprocas de duas populações, as respectivas sondagens deveriam ser feitas nas mesmas datas e nas mesmas localidades, com subordinação da amostra dos portugueses à dos imigrantes. Com efeito, a primeira não levantava nenhuma dificuldade especial em termos de obtenção de uma amostra representativa. A dos imigrantes, porém, tinha diversas questões que necessitavam de ser devidamente ponde-

radas para que tal objectivo fosse atingido, derivadas da existência de imigrantes ilegais e do facto de os estrangeiros não estarem distribuídos proporcionalmente à população portuguesa, quer porque escolheram zonas turísticas para viver quer porque os seus vínculos laborais e os trabalhos executados eram tudo menos estáveis, o que terá provocado grande mobilidade residencial. Por isso, considerámos ser necessário definir previamente um método que permitisse obter uma amostra representativa de imigrantes, os quais podem ser equiparados a outras populações raras, sensíveis ou ocultas, por serem pouco numerosas e dispersas no território e não se lhes conhecer a dimensão ou a distribuição exacta, questão a que a literatura metodológica tem dedicado alguma atenção, sobretudo no quadro de estudos étnicos, epidemiológicos e de toxicodependência, de forma minimizar o enviesamento intrínseco aos métodos mais comuns de amostragem.

Um dos procedimentos mais utilizados neste tipo de trabalhos tem sido o da bola-de-neve no qual a pessoa inquirida indica uma ou mais pessoas suas conhecidas para responder ao questionário. Mas se esta técnica está adaptada a estudos intensivos, tal como histórias de vida e monografias etnográficas, presta-se mal a estudos extensivos. No entanto, tem sido utilizada frequentemente, por exemplo, nas *NIDA National Household Surveys* sobre a toxicodependência. Mas há autores que insistem em que alguns dos problemas de formalização dos enviesamentos contidos em tais procedimentos não estão inteiramente resolvidos (Van Meter, 1990: 32 e 39).

Certo é que vários melhoramentos têm sido propostos, por exemplo, por Heckathorn (1997, 2002) e colaboradores (Heckathorn *et al.*, 2002). No primeiro destes trabalhos, Heckathorn reconhece que os métodos da bola-de-neve, dos informadores privilegiados ou das populações-alvo têm vários problemas decorrentes do facto de a amostra inicial não ser aleatória e tender a inquirir mais os indivíduos cooperantes do que os outros. Ao mesmo tempo, refere que isso é agravado quando os primeiros respondentes são voluntários ou quando ocultam pessoas das suas relações caso as questões postas sejam delicadas, para além de que as pessoas isoladas são menos frequentemente inquiridas (Heckathorn, 1997: 175). Noutra lugar (Heckathorn, 2002: 12-13), reforça as deficiências da técnica de «*chain-referral*», que, por ser uma amostra de conveniência, está inicialmente enviesada, depende do voluntarismo e predisposição para responder,

tem um recrutamento diferencial, depende da homofilia e não corrige as desigualdades das redes de cada «semente». Deficiências semelhantes são apontadas por Magnani et al. (2005: S69), que dizem que as «sementes» raramente são escolhidas aleatoriamente, sendo a entrevista feita às pessoas mais cooperantes.

Os problemas fundamentais destas metodologias estão, pois, na obtenção da amostra aleatória inicial, sendo a solução de Heckathorn da «respondent-driven sampling» porventura apropriada a estudos localizados de toxicod dependência, mas dificilmente utilizável em sondagens nacionais. De resto, os procedimentos referidos pelo autor para obviar aos enviesamentos resultantes da sobreamostragem das pessoas com grandes redes de relações – fazer o contrapeso da amostra pelo tamanho da rede auto-reportada pelo sujeito ou dar mais incentivos a pessoas com redes de relações menos extensas (Heckathorn, 1997: 179) – parecem ser soluções *ad hoc* que não eliminam os enviesamentos intrínsecos ao método.

Uma outra questão importante neste tipo de sondagens é que elas não se prestam a «fazer inferências directas sobre a população» (Salganik e Heckathorn, 2004), embora sejam, segundo referem os autores, perfeitamente adequadas a «fazer estimativas sobre redes sociais» – para o que aliás foram introduzidas na prática sociológica por James Coleman – e para calcular «a proporção de uma população com um determinado traço», segundo procedimentos que não vem ao caso referir e que são certamente problemáticos, já que a amostra não é aleatória. Na verdade, como referem Frank e Snijders (1994: 54), para que a extrapolação para a população seja possível, é necessário que a amostra inicial seja bernoulliana, o que exige que as pessoas sejam incluídas independentemente na amostra inicial, que sejam nomeadas independentemente e que as nomeações sejam feitas com igual probabilidade (cf. também Félix-Medina e Thompson, 2004: 20).

Uma outra técnica preconizada na literatura para o estudo das populações raras é a amostra focalizada (*targeted sampling*), que envolve duas etapas, a primeira consistindo no mapeamento da população escolhida e a segunda no recrutamento de um número específico de sujeitos nos sítios escolhidos, garantindo que pessoas de diferentes áreas e subgrupos sejam incluídas. A este respeito, Magnani et al. (2005: S69) referem que tal metodologia exige um trabalho etnográfico prévio de identificação das várias redes e

subgrupos. E referem as vantagens das sondagens por clusters multi-etápicas, embora também notem que quando os grupos estão fortemente estigmatizados os resultados da sua utilização poderão não ser correctos. Isto porque não existem listas dessa população e o seu mapeamento seria economicamente proibitivo (p. S68). No mesmo sentido, Félix-Medina e Thompson (2004: 20) propõem, em vez de uma amostra bernoulliana, uma amostra aleatória de «lugares onde os membros da população em causa têm probabilidade de ser encontrados.» Esta «amostra inicial de lugares (clusters) é escolhida usando um procedimento clássico de escolha [...] sendo pedido] às pessoas desta amostra inicial [...] que nomeiem outros membros da população. Mas porque os lugares são as unidades amostrais, em vez de estabelecer ligações entre os respondentes e as pessoas que nomearam, seguem-se os laços entre os clusters na amostra inicial e as pessoas nomeadas nestes clusters.»

De todas estas propostas retemos, complementarmente às reflexões de Magnani e colaboradores sobre a amostra focalizada, estes apontamentos de Félix-Medina e Thompson, acrescentando-lhes o que Chaturvedi e McKeigue (1994) dizem a respeito das amostras de populações minoritárias com vista a determinar níveis epidemiológicos. Os autores assinalam as dificuldades existentes na utilização de várias bases de dados (censos, serviços de saúde, registos eleitorais, emprego), mas afirmam que os censos podem servir para «identificar estratos geográficos de forma a ter em conta a dispersão da população», embora lembrem que esta «selecção de áreas onde se concentram grupos étnicos minoritários pode conduzir a enviesamentos porque as pessoas que se fixam em áreas em que há concentração de grupos étnicos minoritários são possivelmente diferentes daquelas que se fixam em áreas onde a maior parte dos residentes» têm outra origem (p. 108).

Deste conjunto de referências, observações e cautelas sobre as metodologias de sondagem de populações raras deduz-se que, numa amostra nacional, é recomendável, em primeiro lugar, utilizar toda a informação censitária existente e relevante sobre a distribuição da população imigrante, dividindo o território em clusters homogéneos; e, em segundo, que nos locais escolhidos se siga um procedimento quanto possível aleatório. Foi este, pois, o método seguido quer na definição quer na concretização das amostras, como se pode conferir pelo Anexo 2. De facto, depois de definidos os clusters, foram

neles escolhidos aleatoriamente os locais de amostragem e, dentro deles, as unidades de inquérito – os grupos domésticos –, mediante um caminho aleatório sistemático. E, nestes grupos, o respondente também foi escolhido aleatoriamente, pois só quando os imigrantes de uma determinada localidade não excediam o número de inquéritos pretendidos é que se recorreu ao procedimento bola-de-neve. Todavia, em tal caso, o problema da aleatoriedade não se colocava já que importava entrevistar censitariamente toda a população imigrante da localidade e não apenas uma amostra dela.

Em razão de tudo isto, é legítimo afirmar que os dados aqui apresentados são representativos das populações inquiridas, portuguesa e imigrante. A única dúvida que poderá subsistir refere-se a terem ou não as pessoas entrevistadas respondido com sinceridade e verdade às perguntas que lhes foram colocadas. Todavia, esta questão não é específica desta investigação pois diz respeito a todas as que são baseadas sobre o inquérito sociológico por questionário, o que não pode ser analisado cabalmente. Apenas aqui ou além se retiram algumas indicações a seu respeito, em termos de consistência das respostas. Mas pode-se dizer que o método usado na recolha da informação, a sondagem presencial e domiciliada, é o que mais garantias dá no que respeita à captação fiel da opinião dos inquiridos, como é universalmente reconhecido e a nossa experiência confirma.

5. A ORDENAÇÃO DO TEXTO

O conjunto de elementos recolhidos são trabalhados nos diversos capítulos deste estudo de forma a retirar toda a informação relevante possível. De forma a tornar facilmente perceptível algumas das relações complexas entre as variáveis, são utilizados vários gráficos e tabelas. A esta perspectiva visual do conteúdo acrescenta-se o comentário interpretativo baseado na validade estatística dos resultados. O texto leva-nos progressivamente da simples descrição à interpretação baseada em modelos estatísticos, o que em determinados momentos conduz a dimensões de reflexão menos intuitivas mas necessárias à fundamentação e demonstração adequada do significado dos dados.

O Cap. 1 estabelece as bases genéricas dos fenómenos em análise, trazendo ao conhecimento do leitor alguns elementos do contexto demográfico da emigração e imigração

em Portugal, em termos do seu quadro evolutivo. Logo em seguida, o Cap. 2 caracteriza as amostras das populações que foram objecto de inquérito, começando pela imigrante e em seguida pela portuguesa. Para além do conteúdo suposto no seu título «Caracterização das populações inquiridas», discute-se, em termos concretos, a questão da representatividade das amostras, tendo em conta a correspondência entre os números amostrais e os das populações de que foram retirados. Estes dois capítulos iniciais encerram o enquadramento geral da investigação.

No Cap. 3, sobre a «Satisfação com a vida e valores interindividuais», tenta-se explicitar as justificações encontradas nas respostas dos inquiridos para as diferentes atitudes perante a vida em geral, tentando perceber em que medida os diversos tipos de variáveis contribuem para a definição das atitudes manifestadas pelos respondentes. O capítulo trata ainda das atitudes de tolerância e de acolhimento dos imigrantes por parte dos portugueses, das suas reacções perante a ideia da autoridade e da aceitação da igualdade de direitos entre hetero e homossexuais.

No mesmo tom analítico é desenvolvido o Cap. 4, dedicado aos «Valores sociais e políticos», nele se estudando questões como a protecção aos desfavorecidos, a igualdade de oportunidades, a meritocracia, o controle do poder e outros temas mais amplos como liberdade e participação e os valores materiais e pós-materiais, tudo isto sendo analisado em termos comparativos quando os inquéritos aos imigrantes e aos portugueses têm questões idênticas.

Estabelecido, pois, o contexto demográfico e de caracterização sociográfica e valorativa dos respondentes, no Cap. 5, sobre as «Atitudes dos portugueses face à imigração», desenvolvem-se questões como a resistência à imigração e seus preditores, bem como as atitudes face aos direitos dos imigrantes e seus factores explicativos. A mesma lógica de tratamento estende-se ainda ao tema da valorização da imigração. O capítulo termina pela análise das relações entre estes três tipos de atitudes.

O capítulo seguinte analisa os «Estereótipos relativos aos imigrantes» por parte da população portuguesa, nele se estudando as atitudes menos consciencializadas por ela, quer

no que respeita aos estereótipos positivos (suas qualidades) quer aos aspectos negativos da sua presença entre nós (designadamente no que se refere ao desvio social), utilizando na sua compreensão diferenciada os preditores disponíveis, sejam demográficos, sociológicos ou de natureza interpessoal. O capítulo termina destacando a relação entre estereótipos e atitude perante o número dos imigrantes.

O Cap. 7 é o corolário do tema precedente pois desenvolve a temática do preconceito dos portugueses relativamente aos imigrantes, analisando o racismo mais ou menos subtil existente em alguns sectores da população portuguesa e criticando os resultados em função da aceitação da norma que vigora na expressão das atitudes que se referem à discriminação. Neste contexto se estuda ainda a percepção das diferenças culturais mediante um tratamento estatístico dos preditores relacionados com estas temáticas, bem como com a resistência à imigração e aos direitos dos imigrantes. Esta análise termina com as atitudes de valorização da imigração.

O Cap. 8 constitui como que o reverso da medalha dos anteriores pois analisa as atitudes de cada grupo de imigrantes relativamente às outras categorias e aos portugueses, designadamente em termos de distância social ou pessoal e rejeição da intimidade, sendo estudados os preditores do preconceito e da percepção e experiência da discriminação relativamente aos outros grupos, bem como aos portugueses.

Para finalizar, o Cap. 9 apresenta alguns modelos das atitudes dos portugueses. Constitui como que uma síntese de todos aqueles em que foram estudadas as suas atitudes, designadamente no que se refere aos direitos e repatriação, valorização da imigração e resistência à imigração.

O trabalho termina com uma Conclusão em que são resumidos alguns dos principais resultados obtidos e da sua relação.

Deste volume constam ainda quatro Anexos. No primeiro, «Demografia», são apresentadas algumas estatísticas ou gráficos complementares do Cap. 1. No segundo, «Metodologia», são acrescentados alguns pormenores técnicos em aditamento às considerações feitas acima. Dos dois últimos constam os dois inquéritos aos portugueses e aos imigrantes utilizados nas sondagens. O volume termina com a bibliografia consultada.

CAPÍTULO 1. PORTUGAL, PAÍS MIGRANTE

O fenómeno imigratório sobre que este estudo se debruça tem uma raiz e um fundamento que se exprime numa longa história de viagens, descobertas, contactos e miscigenações com outros povos (Freyre, 2003), de que importa dar uma breve panorâmica geral de enquadramento.

1. PORTUGAL EMIGRANTE

Portugal tem sido historicamente um país de emigração. O fenómeno está ainda hoje marcado na nossa diáspora, em resultado da qual se encontram portugueses em praticamente todos os recantos do globo. Desde os inícios do século XVI, a Expansão Ultramarina contribuiu significativamente para as migrações para fora e para dentro do país, seja com o propósito de colonizar, comerciar, evangelizar ou simplesmente administrar seja recebendo servos e escravos dos povos da descoberta. Com o avançar dos séculos a presença lusa no mundo foi-se cimentando, designadamente nos arquipélagos atlânticos, na América do Sul e em África, mas também no antigo Estado da Índia, a partir do qual se multiplicaram os contactos com o Extremo Oriente e a Oceânia. Neste contexto, a heterogeneidade territorial da Expansão, aliada aos seus diversos modelos (colonização, conquista e comércio), esteve na base de um amplo movimento de gentes que foi gerando vastas comunidades de portugueses por todo o ultramar.

Se nem sempre é fácil destrinçar entre o colonizador e o emigrante propriamente dito (Serrão, 1973: 86), até por se tratar de fluxos migratórios num espaço pluri-continental, parece certo que a Expansão cedo galvanizou a fixação de gentes em larga escala nos novos territórios. Naqueles em que vingou a vertente da colonização, mormente nos arquipélagos atlânticos e no Brasil, a imigração vinda do Continente foi determinante para o estabelecimento de sociedades pluri-étnicas. Os imperativos da economia local e as novas formas de organização civil, militar e eclesiástica determinaram, assim, significativos movimentos de colonos que encontraram nesses territórios condições favoráveis ao desenvolvimento de actividades económicas e de soberania. Neste contexto, o Brasil, pela

sua dimensão e potencialidade, cedo emergiu como uma segunda pátria portuguesa, marcada pela forte miscigenação com as populações indígenas e de origem africana.

A despeito de alguma emigração para a América do Norte, no século XIX, sobretudo protagonizada por açorianos, e em menor escala para a África – crescente a partir do último quartel de Oitocentos –, o destino principal da emigração ainda continuava, até 1960, a ser o Brasil. A corrente emigratória atingia o seu auge em 1895, com cerca de 45 mil emigrantes, valor que se manteria muito elevado até ao advento da I República (Arroteia, 1983: 21)⁶. Nos anos que decorrem de 1914 a sensivelmente 1950, isto é, ao período entre as duas guerras mundiais, o fluxo migratório diminuiu substancialmente para iniciar um período de subida constante na década de 1950 (Arroteia, 1983: 21-22).

Todavia, este destino emigratório viria a conhecer uma inflexão na década de 1960. Com efeito, neste decénio, tem lugar o surto da emigração portuguesa para a Europa.⁷ A difícil situação política e económica portuguesa, bem como a guerra colonial, aliadas às necessidades de mão-de-obra e à receptividade imigratória de vários países do velho continente, contribuíram para isso⁸. Em 1962, a França – o principal destino – já ultrapassava o número de emigrantes relativamente ao Brasil (Baganha, 1992: 824). A partir dessa data, a Europa seria o principal destino português.

Com a crise económica de 1972/74 e a Revolução dos Cravos, os movimentos migratórios portugueses registaram uma forte diminuição (esta diminuição foi de 45,4%, entre 1973 e 1974, e de 42,8%, entre 1974 e 1975). Nos dez anos posteriores a 1975, apesar da existência de um forte potencial migratório (agravado pela vinda de milhares de retornados das ex-colónias), não se verificou um movimento significativo de saídas (Baganha e Peixoto 1997: 33 e ss). Tal deve-se à adopção, por parte dos países que até à altura tinham servido como destino privilegiado a milhares de emigrantes portugueses, de medidas destinadas a estagnar a entrada de novas forças de trabalho imigrantes e a reduzir o 'efectivo' de estrangeiros residentes no seu território.

rio⁹. Mas, como referem Baganha e Peixoto (1997: 35), não foi somente a imposição de políticas de imigração restritivas que impediram a concretização do fluxo migratório. A inexistência de redes de apoio desempenhou igualmente um papel determinante nos baixos valores registados ao longo deste período.

Durante a década de 1980, a emigração mostrou alguma expressão, conquanto a sua quantificação seja assaz problemática graças à existência de lacunas nos dados, à extinção do «passaporte do emigrante» (na sequência da adesão de Portugal à CEE) e, ainda, a diversas saídas não legais (Peixoto, 1993: 35 e ss). De acordo com os dados do INE (emigração permanente e temporária), a taxa bruta de emigração (TBE) canalizada fundamentalmente para a Europa mas, também, para os Estados Unidos da América (17%) e para o Canadá (12,4%), situou-se nos 1,7‰ (1980-88)¹⁰. Nos anos 90, porém, a TBE ascendeu a 3‰, em grande parte graças à ida de gentes para a França (25%), Suíça (21,5%), Alemanha (18,3%) e para diversos outros destinos europeus como o Reino Unido ou a Espanha. Mas, ao contrário da década anterior, onde as saídas para os Estados Unidos e Canadá representavam conjuntamente 24,9%, na década de 90, apenas atingiam os 4,2%. Nos anos 90, acentuou-se, pois, o carácter europeu da emigração portuguesa, tendo tal destino, segundo os números oficiais, cerca de 81,8% dos emigrantes.

A análise das estatísticas dos países de destino da emigração portuguesa para a Europa, realizada por Baganha e Peixoto (1997), confirma o ressurgimento dos movimentos de saída de trabalhadores portugueses durante a segunda metade dos anos 80 e no decurso dos anos 90.¹¹ Com efeito, entre 1985 e 1990, assistiu-se à saída de uma média de 33.000 indivíduos por ano. Tal como anteriormente à crise de 1973/74, o fluxo migratório continuou a privilegiar os destinos europeus, embora se tenha alterado a importância dos diferentes países europeus. Assim, a França deixou de ser o principal pólo de atracção, passando esse papel a ser desempenhado pela Suíça. De facto, entre 1985 e 1991, a França apenas acolheu 5% dos emigrantes portugueses

9 Importa referir que foi durante este período que a Alemanha e a França adoptaram medidas de incentivo ao retorno.

10 Cálculos efectuados com base nas séries de emigração do INE (temporária e permanente) para os anos de 1980-88 e de acordo com as estimativas provisórias da população residente. Para uma visão global da emigração permanente desde 1950, veja-se Baganha (1992).

11 Sobre os fluxos emigratórios portugueses para a Europa, após 1973/74, veja-se, ainda, Baganha et al. (2002).

6 O autor estima que, em 1907, haviam saído 42 mil indivíduos e que, em 1912, se contabilizavam 89 mil emigrantes.

7 Em 1963, registavam-se quase 40 mil saídas e, em 1966, 120.239 saídas legais (Arroteia, 1983: 21).

8 Simultaneamente, como nota Jorge Arroteia (1983: 21), desde os anos trinta eram postos entraves à entrada de mão-de-obra não especializada na América do Sul, reprimindo-se igualmente a emigração clandestina.

que se dirigiram para a Europa, enquanto a Suíça recebeu cerca de 60% desses emigrantes. Durante este período, o Canadá afirmou-se como o país que, a seguir à Suíça, mais emigrantes absorveu, com cerca de 17% do total de emigrantes portugueses. Além desta alteração nos destinos emigratórios, há a enunciar outras características deste novo ciclo migratório, nomeadamente a crescente importância da emigração temporária e a dificuldade em a distinguir da permanente. A primeira já vinha a aumentar desde a altura em que os países da Europa Ocidental fecharam as portas aos estrangeiros e deixaram abertas as entradas laterais que possibilitaram o ingresso dos familiares de imigrantes, assim como dos trabalhadores sazonais (Hollifield, 1994). Os números de trabalhadores temporários são, contudo, particularmente significativos a partir da segunda metade da década de 80, altura em que saíram, em média, cerca 47.000 indivíduos por ano, com destino sobretudo à Suíça e à França.

2. A IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL

12 Essencialmente galegos cuja presença se estimava, exageradamente, em 50 mil, em meados do século XIX (Cf. Vogel, 1860: 119), empregando-se sobretudo na distribuição da água e em diversos trabalhos agrícolas. A sua permanência era, regra geral, temporária, regressando à terra natal após as colheitas ou pela arrecadação de um pecúlio (L'Évêque, n. 18 e 19).

13 Em particular, a comunidade britânica, mercê do seu protagonismo na vida política e militar portuguesa, desde 1807, e da sua participação na actividade económica, designadamente na produção e comercialização de vinho do Porto e no contributo para a construção do caminho-de-ferro.

Não sendo tradicionalmente Portugal um país de imigração, mas de emigração, a sua população foi sendo constituída com o contributo de várias nacionalidades: autóctones, mouros, judeus e, mais tarde, ingleses, franceses, genoveses e espanhóis,¹² tendo-nos ficado dos muçulmanos e judeus, particularmente alguns traços culturais significativos. As comunidades vindas da Europa, residindo sobretudo nos grandes centros urbanos, dedicaram-se fundamentalmente ao comércio de importação e exportação.¹³ O ténue processo de industrialização portuguesa no século XIX também foi responsável pela fixação de vários quadros técnicos no país.

Mas, de um modo geral, os imigrantes no passado recente português eram pouco numerosos. À data do 3º recenseamento geral da população portuguesa, em 1890, a percentagem ascendia somente a 0,8% e, nas décadas posteriores, até 1950, houve uma queda sistemática das suas percentagens na população

portuguesa (Tabela 3). Em 1970, apenas 0,3% dos residentes eram estrangeiros, valor que aumentaria substancialmente nas décadas seguintes, em particular de 1970 para 1981 e de 1991 a 2001, com uma variação de (339%) e (78%), respectivamente.

Tabela 3. Percentagem da população estrangeira em Portugal (1890-2003)

Ano	População Residente	Estrangeiros	%
1890	5049729	41339	0,82
1900	5423132	41728	0,77
1911	5960056	41197	0,69
1920	6032991	29070	0,48
1930	6825883	30443	0,45
1940	7755423	32127	0,41
1950	8510240	21186	0,25
1960	8851289	29579	0,33
1970	8663250	24703	0,29
1981	9833014	108526	1,10
1991	9867147	127370	1,29
2001	10356117	226715	2,19
2003	10474685	250697	2,39
2003 (AT's)	10474685	434352	4,15

Fonte: INE, *Censos da população*, excepto anos de 1970 e 2003, calculados a partir das estimativas da população residente (<http://www.ine.pt/prodserv/nseries/serie.asp> e INE, *Estimativas Provisórias da População Residente em 2003*, Lisboa, 2004) e dos dados do SEF (<http://www.sef.pt/estatisticas.htm>). Em 2003, adicionaram-se as autorizações temporárias (AT's) de residência relativas a 2001, 2002 e 2003.

De acordo com o Gráfico 1, a taxa bruta de migrabilidade (TBMig) revelou significativas alterações entre 1940 e 2003. Exceptuando os anos de 1974-1979, em que o saldo se mostrou positivo, fundamentalmente graças às repercussões do 25 de Abril, a predominância da imigração sobre a emigração apenas se tornou um fenómeno estrutural da demografia portuguesa a partir da década de 1990, quando se registou uma TBMig de

2,9‰¹⁴. No entanto, a existência de saldos migratórios negativos pontuais, na década de 1970 e durante os anos 80, escamoteia significativos movimentos imigratórios que já eram detectáveis a partir de então.

Gráfico 1. Taxa bruta de migrabilidade (1940-2003) ¹⁵



¹⁴ Alerta-se, entretanto, para o carácter meramente indicativo deste cálculo, totalmente dependente da qualidade das estatísticas. Por outro lado, o saldo migratório nada pode avançar sobre o peso da emigração nem da imigração (visto uma saída anular uma entrada), mas apenas da relação entre ambas, nem tão-pouco sobre o retorno de emigrantes.

Tabela 4. Taxas de migrabilidade por período, de 1960-2003

Período	TBMig
1960-69	-15,02
1970-79	3,92
1980-89	-3,52
1990-99	2,92
2000-2003	6,07

¹⁵ Fonte: INE, Estimativas provisórias da população residente (<http://www.ine.pt/prodserv/nseries/dado.asp>); INE, Estimativas Provisórias da População Residente 2003, Lisboa, 2004 e INE, Estatísticas demográficas (séries cronológicas). Cálculo dos autores.

Portugal é, pois, à semelhança dos restantes países do Sul da Europa, um país com uma história imigratória bastante recente. Se excluirmos os fluxos migratórios que ocorreram durante o tempo do Império, nomeadamente os migrantes cabo-verdianos que chegaram a Portugal continental nos anos 60 e inícios dos anos 70, podemos afirmar que o ciclo de imigração contemporâneo se iniciou na segunda metade da década de 70,

com a chegada maciça de pessoas providas das ex-colónias, após a independência destas (Baganha e Góis, 1998/1999). Os anos 80 correspondem a uma segunda fase deste ciclo caracterizado pela diversificação da origem nacional dos imigrantes e por um aumento substancial dos asiáticos – sobretudo chineses¹⁶ – e sul-americanos (predominantemente do Brasil). Dos 58.000 estrangeiros a residir legalmente em território nacional, em 1980, 48% eram originários de África, 31% da Europa e 11% da América do Sul (Gráfico 3).¹⁷

Gráfico 2. Estrangeiros legalmente residentes em Portugal (1960-2003)

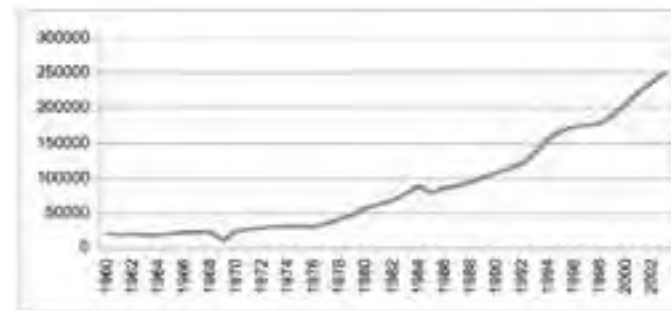
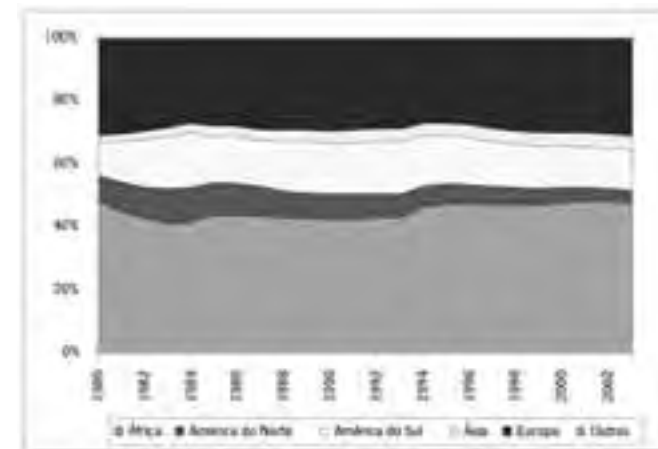


Gráfico 3. Composição dos efectivos imigrantes por proveniência geográfica (1980-2003) %



Durante os anos 80, registou-se um incremento significativo da população estrangeira a viver em Portugal, com uma média de 6,4% ao ano (Baganha e Marques, 2001: 15), motivado, sobretudo, por razões de trabalho. A adesão de Portugal à Comunidade Europeia, em 1986, acelerou a internacionalização da economia portuguesa e atraiu para o país a migração laboral das fontes tradicionais de fornecimento de mão-de-obra. Em 1990, o número total de estrangeiros legalmente residentes em Portugal era de 107.767, 42% dos quais de África, 29% da Europa e 16% da América do Sul.

16 Durante o período de 1991 e 2001, a nacionalidade chinesa registou a maior variação intercensitária (511%). (ROSA 2003: 38).

17 Fonte: Dados do SEF. Vide anexos 1.1 e 1.2.

18 É preciso notar que o crescimento registado durante esta década ficou a dever-se mais aos dois processos de legalização da população estrangeira a viver em Portugal (em 1992 e 1996) do que a um fluxo contínuo de novas entradas. Estes dois processos visaram preferencialmente os imigrantes ilegais dos países de língua oficial portuguesa (os PALOP e o Brasil), incluindo artigos de discriminação positiva em relação a estes grupos. No decurso destes dois processos de legalização, aproximadamente 39.000 (1992) e 35.000 (1996) imigrantes obtiveram a legalização (Baganha e Marques, 2001: 16; Marques e Góis, 2004).

19 SEF, *Residentes Estrangeiros em Portugal - 1980/1998*, Que Evolução, Lisboa, 1999; Baganha, 2001; e SEF, *Estatísticas de 2000*.

O início dos anos 90 foi marcado pela adesão de Portugal ao acordo de Schengen e pela confirmação de uma nova fase do ciclo imigratório, caracterizado por uma crescente tendência para a diversificação das nacionalidades presentes em Portugal. O desenvolvimento positivo da população estrangeira foi intenso ao longo da década de 90, atingindo uma taxa de crescimento anual de aproximadamente 7%.¹⁸ Esta evolução foi particularmente evidente na população estrangeira oriunda de África e da Europa. Estes dois continentes representavam, em 1998, 75,7% da população estrangeira total (29,3% de origem europeia e 46,4% de origem africana). Apesar deste aumento significativo, o número de estrangeiros a viver legalmente em Portugal era, em 2000, apenas, de 207.607, isto é, cerca de 2% da sua população total.¹⁹ No final do século XX, os imigrantes em Portugal eram maioritariamente originários das ex-colónias portuguesas em África e do Brasil (76%, em 1999, e 77%, em 2000). Os restantes pertenciam a mais de cem nacionalidades, nenhuma das quais com valores numéricos expressivos (SEF, *Estatística de 1999 e de 2000*).

Do que se afirmou pode concluir-se que “a presença de imigrantes em Portugal era, até 2000, relativamente fraca e a maioria dos movimentos que ocorriam podiam atribuir-se directamente ao nosso passado colonial, às nossas relações históricas e culturais bem como às nossas relações económicas” (Baganha *et al.*, 2003).

Aos dados da imigração legal há a adicionar, ainda, um fluxo não negligenciável de imigrantes ilegais que, desde 1996 – ano em que se efectuou a última regularização extraordinária de imigrantes ilegais do século XX e Portugal acedeu ao Espaço Schengen –, não parou de crescer. Crescimento que foi particularmente intenso após a entrada em vigor do Decreto-Lei 244/98, de 8 de Agosto, que veio consagrar a oportunidade de obtenção de autorização de residência aos imigrantes ilegais a residir no país (Baganha *et al.*, 2003). Com efeito, o artigo 88º do referido Decreto-Lei afirmava que: «Em casos excepcionais de reconhecido interesse nacional ou por razões humanitárias, o Ministro da Administração Interna pode conceder a autorização de residência a cidadãos estrangeiros que não preencham os requisitos exigidos no presente diploma.» De acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, nos finais de 2000, existiam 41.401 pedidos de concessão de autorizações de residência ao abrigo de tal artigo, o que significava o reconhecimento oficial da existência no país de pelo menos 41.401 imigrantes ilegais (Baganha *et al.*, 2003).

A partir de 2000, registou-se uma súbita e inesperada modificação na paisagem migratória em Portugal. Após a consolidação da imigração de origem europeia e dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Portugal passou a atrair também imigrantes económicos de múltiplas origens, inclusive de países com os quais Portugal não tinha laços privilegiados (Marques e Góis, 2004). As autorizações de permanência concedidas ao abrigo do D.L. 4/2001, de 10 de Janeiro, permitem confirmar as mudanças na imigração em Portugal e, simultaneamente, atestar a emergência de comunidades imigrantes anteriormente pouco significativas do ponto de vista quantitativo, assistindo-se a que, pela primeira vez, os imigrantes ucranianos, romenos, moldavos ou russos surgissem no topo das estatísticas da imigração em Portugal. No espaço de um ano (2001), e ao abrigo do artigo 55 do Decreto-Lei 4/2001, de 10 de Janeiro, foram concedidas 126.901 autorizações de permanência a trabalhadores estrangeiros que se encontravam ilegalmente no país (Tabela 5).²⁰

20 O artigo 55 do Decreto-Lei 4/2001 estabelecia que até à aprovação do relatório – que veio a ser feita a 30 de Novembro de 2001 –, “em casos devidamente fundamentados, pode ser autorizada a permanência a cidadãos estrangeiros que não sejam titulares de visto adequado” e que reunam diversas condições, nomeadamente serem titulares de proposta de contrato com informação da Inspeccção-Geral do Trabalho. Aos imigrantes abrangidos por esta disposição foi-lhes concedida uma autorização de permanência (Baganha *et al.*, 2004).

Tabela 5. Autorizações de permanência concedidas ao abrigo do D.L. 4/2001

Nacionalidade	2001		2002		2003	
	N	%	N	%	N	%
PALOP	15.624	12,3	6.874	14,4	1.925	21,2
Angola	4.997	3,9	2.681	5,6	855	9,4
Cabo Verde	5.488	4,3	2.452	5,1	618	6,8
Guiné Bissau	3.239	2,6	866	1,8	213	2,3
Moçambique	315	0,2	117	0,2	29	0,3
São Tomé e Príncipe	1.585	1,2	758	1,6	210	2,3
Brasil	23.713	18,7	11.559	24,3	2.648	29,1
Europa de Leste	70.430	55,5	26.475	55,6	4.057	44,6
Moldávia	8.984	7,1	3.066	6,4	582	6,4
Roménia	7.461	5,9	2.992	6,3	473	5,2
Rússia	5.022	4,0	1.807	3,8	218	2,4
Ucrânia	45.233	35,6	16.916	35,5	2.546	28,0
Outros	3.730	2,9	1.694	3,6	238	2,6
China	3.348	2,6	520	1,1	41	0,5
Paquistão	2.851	2,2	-29	-0,1	34	0,4
Índia	2.828	2,2	488	1,0	69	0,8
Outros	8.107	6,4	1.770	3,7	323	3,6
Total	126.901	100,0	47.657	100,0	9.097	100,0

Fonte: SEF, *Estatísticas de Estrangeiros, 2001, 2002, 2003* (<http://www.sef.pt/estatisticas.htm/>), cit. in Baganha *et al.*, 2003.

21 A partir da entrada em vigor do Decreto-Lei 4/2001, a população estrangeira legalmente residente passou a ser constituída por detentores de autorizações de residência e detentores de autorizações de permanência.

A maioria destas autorizações de permanência foi concedida a cidadãos da Europa de Leste (56%) e 36% a imigrantes de um país específico, a Ucrânia. Deste modo, num só ano, o número de imigrantes a residir legalmente em Portugal passou de 208.198, em 2000, para 350.503, em 2001, o que significou um crescimento de 68% no volume da população estrangeira com residência legal²¹.

Em consequência desta evolução, em 2002, a hierarquia das principais nacionalidades de imigrantes foi drasticamente alterada, passando os originários da Ucrânia a formar o grupo mais numeroso (Baganha *et al.*, 2004). As tabelas seguintes mostram claramente esta mudança na hierarquia das 10 principais nacionalidades de imigrantes de países terceiros, em 1999 e 2002.

Tabela 6. Nacionais de outros países residentes em Portugal em 1999

Nacionalidade	Residentes
Cabo Verde	43.797
Brasil	20.887
Angola	17.695
Guiné-Bissau	14.140
EUA	7.975
S. Tomé e Príncipe	4.795
Moçambique	4.503
Venezuela	3.412
China	2.733
Canadá	2.012
Total de Países Terceiros	138.467
Total da UE	52.429
Total de Estrangeiros Residentes	190.896

Fonte: SEF, *Estatística de 1999*, cit. in Baganha *et al.*, 2003.

Tabela 7. Nacionais¹ de outros países residentes em Portugal em 2002

Nacionalidade	Residentes
Ucrânia	62.041
Cabo Verde	60.368
Brasil	59.950
Angola	32.182
Guiné-Bissau	23.349
Moldávia	12.155
Roménia	10.938
S. Tomé e Príncipe	9.208
China	8.316
EUA	8.083
TOTAL	347.302
Total da UE	66.002
Total de Estrangeiros Residentes	238.746
Autorizações de Permanência, 2001	126.901
Autorizações de Permanência, 2002	47.657
Total de Estrangeiros presentes	413.304

Nota: ¹ Inclui detentores de autorização de residência e de permanência, para 2001 e 2002

Fonte: SEF, *Estatísticas 2001 e 2002* (para 2002 em: www.sef.pt/estatisticas.htm), cit. in Bagana *et al.* 2003

Como é possível constatar, em 2002, a hierarquia das principais nacionalidades deixa de ser encabeçada pelos imigrantes originários dos países lusófonos e passa a ser dominada pelos nacionais de países da Europa de Leste. A evolução dos imigrantes provenientes destes países é particularmente significativa se atendermos a que, tanto nas estatísticas oficiais como nos processos de legalização de 1992 e 1996, este grupo de imigrantes era bastante reduzido.

Como referem Baganha *et al.* (2004), a mudança registada nos padrões migratórios portugueses foi especialmente «imprevisível porque Portugal não adoptou, durante este período, nenhuma política pró-activa de recrutamento de imigrantes do Leste europeu, nem tinha quaisquer laços históricos, culturais ou económicos privilegiados com esta região a que se possa atribuir este súbito e [...] intenso movimento de trabalhadores imigrantes desta região para Portugal. Acresce que o número de cidadãos de países da Europa do Leste residentes em Portugal durante os anos 90 era diminuto, 2.373 pessoas em 1999 (SEF, *Estatísticas de 1999*), e além do mais encontrava-se disperso por várias nacionalidades, pelo que nenhuma nacionalidade da Europa de Leste tinha, em finais dos anos 90, relevância numérica suficiente para suportar uma rede migratória na qual este súbito e sobretudo forte movimento se pudesse basear.»

Aos desenvolvimentos atrás descritos há a adicionar a oportunidade de legalização criada especificamente para os cidadãos brasileiros a viver ilegalmente em Portugal, em resultado dos acordos bilaterais sobre o recrutamento de nacionais de Portugal e Brasil, assinado a 11 de Julho de 2003 e implementado pela Lei n.º 40/2003, de 19 de Setembro. Com base neste acordo, 29.486 brasileiros fizeram o registo prévio necessário ao acesso ao processo de legalização. Em 2004, esta possibilidade de regularização foi estendida aos trabalhadores de outras nacionalidades que satisfizessem um conjunto de pré-requisitos constantes do Decreto-Lei 40/2003, de 19 de Setembro. À semelhança do processo aplicável aos cidadãos brasileiros, também este requeria o pré-registo, tendo-se verificado 53.197 inscrições. As taxas de sucesso de ambos os processos (isto é, o número final dos imigrantes que reúnem as condições para acederem à legalização) são ainda incertas, mas, atendendo aos resultados dos processos de regularização de 1992 e 1996, é de admitir que, havendo condições favoráveis no mercado de trabalho, uma parte dos que agora se registaram se mantenha em Portugal, independentemente de conseguirem ou não regularizar a sua situação em Portugal.

Antes de prosseguir com a análise das características demográficas da população estrangeira em Portugal e da sua distribuição pelo território nacional, convém lembrar que o cômputo da população imigrante se revela algo problemático graças à existência de diversos indivíduos residindo clandestinamente em Portugal. Se, por um lado, os censos da

população minoram este óbice ao pretenderem arrolar toda a população residente, não nos esqueçamos que existem ainda diversas deficiências de cobertura, com especial acuidade para os «segmentos étnica e territorialmente específicos», em particular, em torno das populações socio-economicamente desfavorecidas (Baganha et al., 2002: 48 e ss).

As estatísticas dos estrangeiros residentes legalmente são, no entanto, fornecidas pelo SEF (efectivo em 31 de Dezembro) e reproduzidas nas *Estatísticas Demográficas* do INE. Mas a sua comparação com os dados censitários é problemática, designadamente em razão da não coincidência das datas a que se referem (Rosa et al., 2003: 27-33). Assim, na Tabela 6, relativa a 2001, verifica-se uma discrepância global na ordem dos 9093 indivíduos. Nela se nota também, para o mesmo ano, uma forte disparidade em torno dos imigrantes cabo-verdianos (51%), angolanos (-39%) e brasileiros (-26%).

Tabela 8. Estrangeiros residentes em Portugal, por nacionalidades mais representativas²²

	INE (12.03.01)		SEF* (31.12.01)
Total	232665**	Total	223602
Angola	37014	Cabo-Verde	49930
Cabo-Verde	33148	Brasil	23541
Brasil	31669	Angola	22630
Guiné-Bissau	15624	Guiné-Bissau	17580
França	15359	Reino Unido	14952
Espanha	9047	Espanha	13594
S. Tomé e Príncipe	8517	Alemanha	11143
Alemanha	6387	EUA	8058
Reino Unido	6227	França	7771
Venezuela	5742	S. Tomé e Príncipe	6230

* Nestes totais apenas se incluem os estrangeiros titulares de autorização de residência e de cartão de residência. Ficam, assim, de fora os cidadãos estrangeiros em Portugal portadores de vistos (trabalho, estada temporária e estudo) e os estrangeiros portadores de uma autorização de permanência.
 ** Entende-se por estrangeiro a situação de indivíduos não possuírem a nacionalidade do país de referência pelo que, este total agrega os indivíduos que o INE designa de estrangeiros (226715), os indivíduos com mais de uma nacionalidade sem que nenhuma seja a portuguesa (4905) e os apátridas (1075).
 Fontes: XIV Recenseamento Geral da População, INE, e Relatório Estatístico (2001), SEF.

Em função destas divergências entre os censos da população e as estatísticas do SEF, os dados relativos a 2003 devem ser trabalhados com alguma prudência, até porque, como foi referido, devem ser adicionadas as autorizações de permanência recentemente concedidas a vários milhares de imigrantes (ver Tabela 5)²³. Por isso, se a informação do SEF aponta para um total de 250.697 estrangeiros residindo legalmente em 2003 o seu número poderá, eventualmente, ascender a 434.548 se contabilizadas as autorizações temporárias de permanência (anos de 2001, 2002 e 2003)²⁴. Dadas as virtualidades mas também as diversas lacunas tanto dos recenseamentos da população como das estatísticas do SEF, utilizaremos ambas com o propósito do estudo da população imigrante na sua vertente demográfica, o que não significa que sejam efectivamente comparáveis.

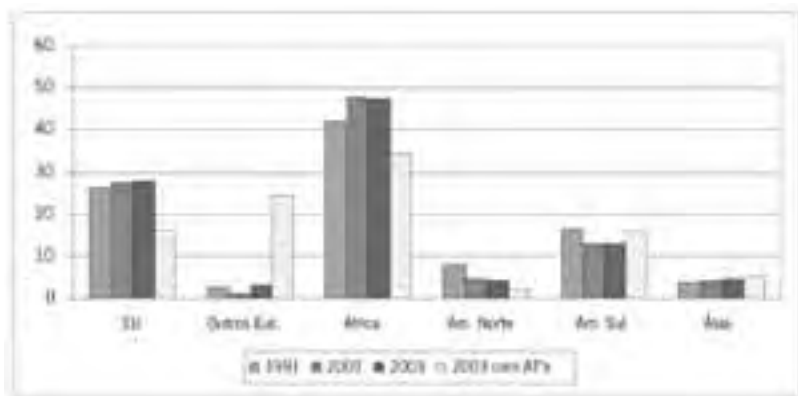
De acordo com o Gráfico 4, a composição dos efectivos imigrantes por origem geográfica sofreu significativas alterações desde 1991 ao final de Dezembro de 2003. Segundo os dados do SEF – aqueles que permitem uma maior comparabilidade do fenómeno –, os imigrantes africanos sempre se mostraram mais numerosos, entre os 42%, em 1991, e os 34%, em 2003, quando consideradas as autorizações temporárias. O peso dos imigrantes da União Europeia logrou um ligeiro crescimento entre 1991 e 2003. Mas, se considerarmos as autorizações temporárias concedidas entre 2001-2003, o seu peso decaiu mais de 10 pontos percentuais de 2001 a 2003. Finalmente, os cidadãos da América do Sul, onde se contabilizam essencialmente brasileiros, ascendiam a cerca de 16% do efectivo estrangeiro, tanto em 1991 como em 2003 (com AT's).

²² Segundo Rosa et al., 2003: 27.

²³ Neste particular alguns autores optaram pela realização de estimativas da população imigrante através da compatibilização dos dados do SEF, do INE e do Instituto para o Desenvolvimento e Inspeção das Actividades de Trabalho (Ferreira et al., 2004: 53-64).

²⁴ As estatísticas do SEF, mormente as disponíveis online, incluem as autorizações temporárias de residência e permanência, concedidas em 2001, 2002 e 2003, para o cômputo do total de estrangeiros residentes em Portugal. Se considerarmos que nem todos os imigrantes a quem foram concedidas autorizações continuam a permanecer em território nacional supomos que os valores de 2001, 2002 e 2003 se encontrem relativamente empolados.

Gráfico 4. Percentagem dos imigrantes por origem geográfica segundo os dados dos SEF (1991, 2001 e 2003) ²⁵



As profundas diferenças verificadas na repartição percentual dos imigrantes, em 2003, se consideradas ou não as autorizações temporárias, espelham o significativo número de autorizações concedidas aos estrangeiros do Leste Europeu e, em menor escala, aos brasileiros, os maiores beneficiários dos processos de regularizações extraordinárias. Assim,

é compreensível a forte redução do peso dos oriundos da União Europeia (de 28 para 16%) e dos africanos (de 47 para 34%), ainda que o efectivo de ambos tenha subido significativamente de 1991 a 2003.

Comparando os dados fornecidos pelo SEF com os censos de 1991 e 2001 – ainda que as datas de ambos não sejam coincidentes – nota-se uma maior discrepância nos Africanos (1991), Sul-Americanos (1991 e 2001) e de outros países da Europa (2001).²⁶

²⁵ Fontes: INE, Censos de 1991 e 2001; SEF, Relatório Estatístico de 2003 (http://www.sef.pt/data/re-latorios/2003/relatorio_estatistico_2003.pdf), a que foram adicionadas as autorizações temporárias de permanência relativas a 2001, 2002 e 2003. Nos censos de 1991 e 2001, os indivíduos contabilizados como «outros países da América» foram englobados neste gráfico como «América do Sul».

3. COMPOSIÇÃO SEXUAL E ETÁRIA

Pelo recenseamento de 2001 a relação de masculinidade (RM) da população residente era de 93,4%, enquanto no conjunto imigrante se situava nos 118,8%.²⁷ Esta sobremasculinidade dos imigrantes é relativamente recente já que em 1991 a razão entre os sexos era de 95,9% para 93,1% no total nacional (Rosa et al. 2003, 40).²⁸ No entanto as RM distribuem-se actualmente de modo muito desigual no seio das comunidades estrangeiras. Os efectivos da União Europeia apresentavam uma RM de 94,2% - muito semelhante à portuguesa - o que em parte se enquadra num fluxo migratório pautado pelo agrupamento familiar.²⁹ Também a livre circulação de indivíduos dentro do espaço comunitário e a maior facilidade na obtenção de empregos graças a maiores qualificações académicas estará na base de um menor desequilíbrio entre os sexos.

Tabela 9. Relações de masculinidade e medidas de estrutura da população portuguesa e estrangeira no Censo de 2001

	Razão de masculinidade	Percentagens no total da população			Índice de dependência total
		0-14 Anos	15-64 anos	65+ anos	
Portugueses	92,9	16,0	67,3	16,7	48,6
Estrangeiros	118,8	13,9	81,2	4,9	23,1
Europa	130,0	12,9	79,4	7,7	26,0
EU	94,2	15,2	74,1	10,7	35,0
Outros da Europa	280,2	7,9	90,8	1,4	10,2
África	111,6	15,1	81,6	3,3	22,5
Brasil	113,6	11,5	85,2	3,3	17,3
Ásia	170,9	8,0	88,2	3,9	13,4
Total da população recenseada	93,4	16,0	67,7	16,4	47,8

Fonte: INE, *Censo de 2001* (cálculo nossos)

26 Em 1991, 42% segundo o SEF, e 34% segundo o Censo. Relativamente aos Sul-Americanos, em 1991, os valores eram de 16% e 21%, respectivamente; em 2001, de 13% e 17%. Nos imigrantes dos restantes países da Europa encontravam-se as maiores divergências em 2001: 1,25%, segundo o SEF, e 10,2%, segundo o Censo. É de notar que os cerca de 9 meses decorrentes entre o censo de 2001 e as estatísticas do SEF (31.12), bem assim como o importante processo de legalização de estrangeiros em 2001, são os principais responsáveis para as diferenças percentuais, em particular face aos imigrantes dos restantes países da Europa.

27 Dado o peso dos efectivos imigrantes recenseados, pode afirmar-se que este contribui modestamente para um maior equilíbrio entre os sexos no total da população portuguesa (0,54%). Segundo os dados do SEF, relativos a 2003 (residentes em situação regular), a RM global atingia os 122,5%. (http://www.sef.pt/estatisticas/por_sexo_03.pdf)

28 No período intercensitário de 1991 a 2001 assistiu-se a um aumento da masculinidade em todas as nacionalidades, com excepção da Espanha, França, Cabo Verde e Guiné-Bissau (ROSA et al., 2003: 40).

29 Recorde-se que significativa parte dos estrangeiros provenientes da União Europeia provém da segunda geração de portugueses radicados no exterior.

30 INE, Censo de 1991 e 2001 (cálculos nossos).

No extremo oposto surgem os asiáticos e, principalmente, os estrangeiros de Leste com RM de 170,9 e 280,2%, respectivamente. O profundo desnivelamento entre os sexos indicia, desde logo, razões substancialmente económicas a reger estes movimentos migratórios.

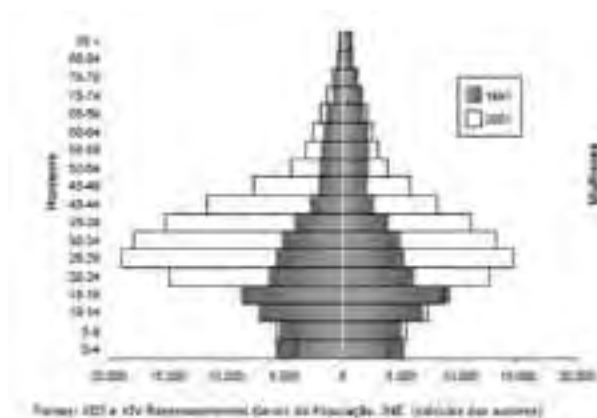
A população africana – esmagadoramente constituída por nacionais dos PALOP – e a brasileira têm razões de sexos menos desequilibradas comparativamente à asiática e de Leste. Na realidade, a fixação dos imigrantes de expressão portuguesa foi mais precoce, o que lhes possibilitou maiores possibilidades de legalização e de reagrupamento familiar. Por outro lado, e no que concerne aos africanos, saliente-se a sua elevada taxa de fecundidade, associada ao facto de uma parte da sua população ser de segunda geração, o que contribui assim para um maior equilíbrio entre os sexos.

No que respeita à estrutura etária da população estrangeira note-se, por outro lado, a significativa alteração ocorrida entre 1991 e 2001. No primeiro momento censitário, os jovens (0-14 anos) representavam 24%, os potencialmente activos (14-64 anos) 70%, e os idosos (65+ anos) 6%, panorama que em 2001 se modificava com uma forte diminuição dos jovens (de 24% para 14%) e, em menor escala, dos idosos (de 6 para 5%)³⁰. Por consequência, à data do último censo, a população potencialmente activa aumentava para 81%, reduzindo-se o índice de dependência total de 43% em 1991, para apenas 23%, em 2001.

Ao nível da estrutura etária dos estrangeiros, em 2001, assinala-se a forte diferença relativamente à população portuguesa (ver Anexo 1.3). Com efeito, se, em 2001, 16,7% dos

portugueses eram idosos, esse quantitativo era de apenas 4,9% na população imigrante. Neste sentido, os potencialmente activos estrangeiros eram 81,2%, enquanto os residentes portugueses se situavam nos 67,3%.

Gráfico 5. Pirâmides etárias da população estrangeira em 1991 e 2001³¹



Dentro das comunidades estrangeiras, esboçam-se, ainda assim, dissemelhanças assinaláveis na sua estrutura etária. De uma forma geral, os grupos com RM mais desequilibradas – particularmente os de Leste e Asiáticos – são também aqueles que têm maior percentagem de população potencialmente activa (91 e 82%, respectivamente), o que se compreenderá dado o carácter relativamente recente desta imigração, com reduzidas expectativas de fixação definitiva e ao ténue reagrupamento familiar. Recorde-se, igualmente, que esta imigração, em boa medida clandestina, era constituída sobretudo por indivíduos do sexo masculino em idade laboral. Ao invés, nos imigrantes da União Europeia, que, em 2001, representavam 22% do total estrangeiro, havia uma maior proximidade com a realidade portuguesa, visto a percentagem de idosos se cifrar em 10,7%, mais do dobro da média global dos imigrantes.

31 Segundo Rosa et al., 2003: 37

4. PADRÕES REGIONAIS

A distribuição dos efectivos de imigrantes

A população portuguesa regista, desde longa data, fortes assimetrias ao nível da distribuição regional, designadamente uma excessiva concentração no litoral Norte e particularmente em torno das zonas urbanas de Lisboa e Porto. Esta realidade, que sofreu algum agravamento entre 1991 e 2001, tem particular influência na distribuição dos estrangeiros. Na verdade, este grupo tinha, em 1991, preponderância nos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal e Faro, nos quais estavam 59,7% do total. Segundo os dados do censo de 2001, estes mesmos distritos já agregavam 75% do conjunto, destacando-se o de Lisboa, com cerca de 45%.

Tabela 10. População residente e percentagem de imigrantes, por distritos em Portugal (1991-2003)

Distrito	Censo 1991			Censo 2001			2001 (SEF)			Imigrantes Pop. PT
	Pop. (1991)	Pop. (2001)	% Imigrantes	Pop. (1991)	Pop. (2001)	% Imigrantes	Pop. (2001)	% Imigrantes		
PORTUGAL	100,0	100,0	1,1	100,0	100,0	7,2	100,0	100,0	8,1	76,0
Açores	1,2	1,2	0,0	1,2	1,2	0,0	1,2	1,2	0,0	0,0
Algarve	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0
Aveiro	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0
Braga	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0
Bragança	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0
Castelo Branco	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0
Coimbra	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0
Évora	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0
Faro	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0
Guarda	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0
Lisboa	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0
Lisboa (incluindo Setúbal)	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0
Lisboa (excluindo Setúbal)	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0
Matosinhos	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0
Porto	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0
Porto (incluindo Vila Real)	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0
Porto (excluindo Vila Real)	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0
Setúbal	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0
Trofa	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0
Vila Real	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0
Viseu	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0
Zona Insular	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0

*Incluem-se as autorizações temporárias de permanência de 2001 a 2003.

Fontes: INE, Censos de 1991e 2001, SEF, Estatísticas de 2003, e INE, Estimativas Provisórias da População Residente em 2003 (cálculos nossos).

De acordo com os dados relativos a 2003, a percentagem de imigrantes em Portugal ascendia a 2,4%, embora a esse cômputo se deva acrescentar as 183.655 autorizações temporárias de permanência relativas a 2001, 2002 e 2003, o que elevaria essa percentagem para 4,1%.

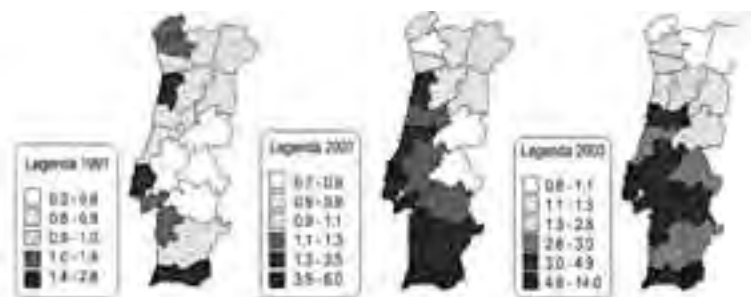
Como já tivemos ocasião de mencionar, a comparabilidade entre os dados do recenseamento e do SEF está longe de ser perfeita. No primeiro caso, existem algumas lacunas na cobertura de populações cujo grau de mobilidade é elevado, enquanto as estatísticas produzidas pelo SEF não englobam os estrangeiros em situação irregular. De qualquer forma, o elevado número de concessões de autorizações temporárias de permanência, em 2001 e 2002, reduziu apreciavelmente o quantitativo de estrangeiros ilegais – principalmente de Leste –, pelo que os dados do SEF, respeitantes a 2003, são os que devem ser considerados, por serem os mais recentes e por retratarem mudanças significativas ocorridas após o recenseamento de 2001.

As irregularidades na distribuição dos estrangeiros existentes em 2003 persistiram de forma análoga às de 2001. Lisboa, Faro, Setúbal e Porto continuavam a agregar 75% dos estrangeiros, ainda que ocorresse uma quebra no distrito de Setúbal e uma subida dos imigrantes no Algarve. No entanto, especialmente no interior, vários distritos – Vila Real, Bragança, Guarda, Castelo Branco, Évora e Beja – perderam importância relativa. E, em Braga e Aveiro, também houve diminuição de efectivos. Mas no Porto e em Lisboa mantiveram-se praticamente os níveis de 2001. Por outro lado, nos Açores e na Madeira assistiu-se, de 1991 a 2001, a uma diminuição das percentagens de estrangeiros, situação que pouco se alterou em 2003. No entanto, a diminuição de efectivos portugueses nos arquipélagos, combinada com o forte aumento de imigrantes contabilizados entre 2001 e 2003, foi responsável por uma maior percentagem de estrangeiros em relação aos efectivos insulares.

No Gráfico 6, visualiza-se melhor a atracção que alguns distritos do litoral exercem, ainda que em 1991 essa tendência não seja totalmente homogênea. Diversos distritos do interior, nomeadamente Vila Real, Viseu, Bragança e Guarda possuíam, nesse recenseamento, percentagens análogas a vários outros do litoral (Porto, Coimbra e Leiria). O mesmo

sucedida no Alentejo, onde Évora e Beja, apesar da sua exígua população, possuíam uma percentagem de imigrantes não distante da média nacional.

Gráfico 6. Percentagem de imigrantes por população dos distritos 1991-2003



Em 2001, acentua-se a concentração nos distritos tradicionalmente acolhedores de imigrantes, isto é, Lisboa, Setúbal e Faro, com valores acima da média nacional. Faro passa, em dez anos, de 2,8% de imigrantes para 6%, enquanto em Lisboa a percentagem também mais que duplica (de 2,1 para 4,8%). Em Setúbal, o peso dos imigrantes em relação ao total de residentes quase triplica, passando de 1,4 para 3,5%.

A situação em Dezembro de 2003 registou apreciáveis alterações relativamente aos elementos disponíveis para 2001, mesmo que, ressalve-se, não exista total compatibilidade entre os dados. Se as maiores percentagens de imigrantes se concentravam em Lisboa, Faro e Setúbal, é de assinalar o forte aumento registado em Lisboa (quase o dobro) e, principalmente, em Faro, actualmente o distrito com maior peso de estrangeiros relativamente ao efectivo populacional. Os dados do SEF também evidenciam, para esse ano, para além da macrocefalia de Lisboa, Faro e Setúbal, o reforço da 'litoralização' do fenómeno em análise. É que, apesar de uma subida generalizada dos imigrantes em quase todos os distritos, os que mais crescem, relativamente a 2001, são os do Porto, Aveiro e Leiria e, sobretudo, Santarém e Coimbra. Pelo contrário, no interior, designadamente em Vila Real, Viseu, Bragança, Guarda e Castelo Branco, o crescimento é inferior ao da média nacional. Por outro lado, no Alentejo, apesar de existirem valores inferiores à

média (4,1%), registou-se um apreciável aumento, particularmente em Portalegre e Évora (cerca do triplo), e em menor escala em Beja, onde a percentagem mais que duplicou.

Em síntese, na história recente da imigração portuguesa, pode mencionar-se a forte atracção exercida pelo distrito de Lisboa onde, tanto em 2001 como em 2003, quase se incluíam metade de todos os imigrantes. Mas os imigrantes também tendem a afluír aos distritos de Faro, Setúbal e Porto, conquanto este último tenha perdido gradualmente a sua importância. Ao nível da relação entre estrangeiros e população distrital, é de assinalar a macrocefalia de Lisboa (em todos os anos com mais do dobro da média), mas também Setúbal e, principalmente, Faro, actualmente o distrito com maior percentagem. A tendência é, pois, para uma cada vez maior concentração de estrangeiros em três distritos do litoral. De facto, em 1991, a média nacional (1,3%) era ultrapassada por seis distritos. Tanto em 2001 como em 2003, apenas Faro, Lisboa e Setúbal a excediam. A sua presença no Norte e, sobretudo, no Norte interior é mais moderada.

Numa análise à escala concelhia por tipos de dimensão populacional – apenas possível para 2001 –, verifica-se que 62% dos imigrantes residiam nos 24 concelhos de maior dimensão, o que não é de estranhar visto estarem neles incluídos 42,5% da população portuguesa. Nestes mesmo concelhos mais populosos, a percentagem de estrangeiros face aos residentes era de 3,2%, um ponto percentual acima da média, enquanto a percentagem mais baixa pertencia aos pequenos concelhos (6000-20000 hab.), com apenas 1,1%.

Tabela 11. Percentagem de imigrantes segundo a dimensão do concelho (2001)

Classes	N	População	Imig.	% Total Imig.	%Imig./Pop.
< 6000	47	199874	2828	1,2	1,4
6000-20000	132	1476356	15903	7,0	1,1
20000-45000	70	2014280	34852	15,4	1,7
45000-100000	35	2262915	33367	14,7	1,5
> 100000	24	4402692	139765	61,6	3,2
TOTAL	308	10356117	226715	100,0	2,2

Fonte: INE, *Censo de 2001* (cálculos nossos)

Os municípios de muito pequena dimensão (<6000, 1,4%) tinham percentagens ligeiramente superiores aos pequenos (60000-20000, 1,1%) e os de média dimensão (20000-45000) superavam ligeiramente os concelhos situados entre 45000 e 100 mil habitantes, facto que se justifica em parte pelo elevado quantitativo de estrangeiros a residir em concelhos algarvios de média dimensão. Assim, em 2001, existiam 18 municípios com mais de 5% de imigrantes, dos quais onze no Algarve – com destaque para Albufeira, Aljezur, Lagoa, Lagos e Vila do Bispo, com uma percentagem global perto dos 9% – e todos eles com um efectivo populacional inferior a 45 mil habitantes. No distrito de Lisboa, encontravam-se cinco concelhos – Odivelas, Cascais, Sintra, Loures e Amadora –, com um peso migrante situado entre 5,5 e 7,1% para Odivelas e Amadora, respectivamente. Quer no Alentejo quer no distrito de Setúbal existia apenas um concelho com mais de 5% de estrangeiros: Moura (6,5%) e Seixal (5,3%).

A distribuição regional dos imigrantes segundo a sua proveniência

Em 2003, a distribuição dos imigrantes por proveniência geográfica nos diversos distritos e regiões autónomas (Gráfico 7) registava, tal como a percentagem regional de estrangeiros (Gráfico 8), profundas diferenças.

Gráfico 7. Percentagem distrital de estrangeiros por, nacionalidade (2003)³²

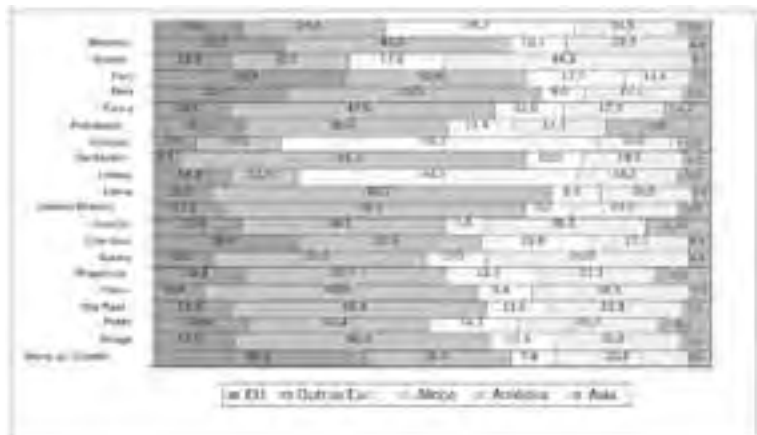
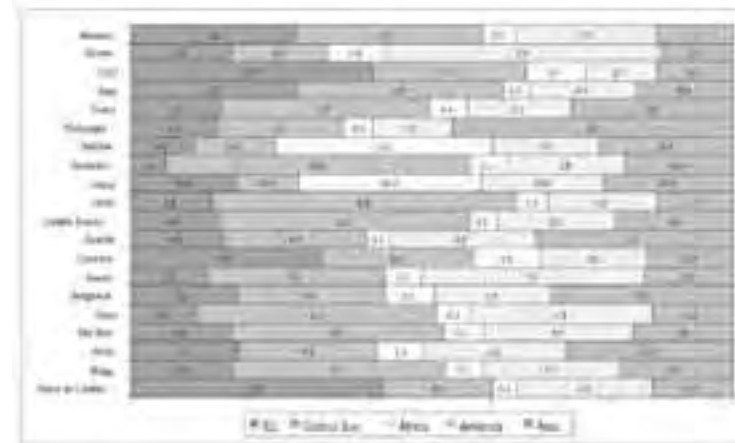


Gráfico 8. Percentagem distrital de estrangeiros por nacionalidade em relação ao total nacional (2003)³³



Privilegiando na análise o primeiro destes gráficos, dir-se-á que, em termos globais, os estrangeiros dos «outros países da Europa», isto é, fundamentalmente do Leste, se encontravam bem disseminados pelo país. São dominantes (com mais de 50% de todos os estrangeiros) nos distritos de Santarém, Leiria e Castelo Branco e superam (com entre 40-49%) qualquer dos outros grupos nos de Beja, Évora, Viseu, Vila Real, Braga e Região Autónoma da Madeira.

O grupo dos americanos, na sua esmagadora maioria de origem brasileira, também se encontra bastante bem disperso no território, conquanto só na Região Autónoma dos Açores sejam majoritários graças à concentração de norte-americanos na base aérea das Lajes, na ilha Terceira. Assim, em oito distritos, todos no Norte (Aveiro, Viseu, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real, Braga e Bragança), e na Região Autónoma da Madeira mais de 20% do total era composto por americanos, com relevância para o distrito de Aveiro (35,9%).

³² Fonte: SEF, Relatório estatístico 2003 (efectivos residentes em 31.12.2003, por distrito), ao que se adicionaram as autorizações temporárias de permanência de 2001, 2002 e 2003 (SEF, Relatórios estatísticos de 2002 e 2003). A desagregação das ATP de 2001 por nacionalidade e distrito foi-nos gentilmente cedida pelo Departamento de Relações Públicas do SEF.
³³ Fonte: Id., ibid. O total de efectivos por distritos obteve-se pelas Estimativas provisórias da população residente (<http://www.ine.pt/prodserv/nseries/dado>).

Os cidadãos da União Europeia residentes em Portugal revelavam-se maioritários em termos relativos em Viana do Castelo (38,3%) e Faro (33,8%), em parte devido aos britânicos, franceses, holandeses e alemães que aí se vieram instalar. Ainda assim a sua percentagem a nível distrital era apreciável em Beja (23,7%) e Coimbra (26,2%), e sobretudo, em Lisboa (38%).

Os africanos encontravam-se sobretudo concentrados nos distritos de Setúbal e Lisboa nos quais se juntam 81,3% de todos os que residem no nosso país. De facto, a recente história imigratória portuguesa fez com que a população vinda de África, quase toda das antigas colónias, se fosse estabelecendo preferencialmente nestes dois distritos. Na origem desta concentração, encontram-se, sobretudo, a forte oferta de emprego nas principais actividades de inserção laboral destes imigrantes (construção civil, serviços domésticos, restauração, limpezas industriais) na Área Metropolitana de Lisboa e o funcionamento das redes migratórias que, como é sabido, tendem a reforçar a concentração espacial dos imigrantes.

Finalmente a população asiática, com um peso relativo de apenas 5,8%, foi, como vimos anteriormente, a que maior variação sofreu desde a última década. Se é certo que no distrito de Lisboa residia 47% de todo o efectivo e que em todas as restantes divisões o seu peso era diminuto, convem sublinhar a sua dispersão por todo o território, onde variava entre 3,6% (Leiria) e 18,9% (Portalegre), e tinha uma presença importante nos distritos da Guarda, Bragança, Porto e Évora. Em geral, o grupo está bem representado em todos os distritos, mesmo no interior, onde as percentagens se não distanciam substancialmente da média.

Em síntese, dir-se-á que à excessiva concentração de africanos nos distritos de Lisboa e Setúbal contrapõe-se uma relativa disseminação dos restantes estrangeiros por todo o território português. Os distritos do Interior Norte apresentavam, em 2003, elevados quantitativos de imigrantes de Leste e da América, realidade em grande medida devida à facilidade com que se integram nas diversas actividades do sector terciário e da agricultura de regiões mais envelhecidas e periféricas. Assim, e apesar destes grupos conjuntamente ultrapassarem os 75% do total em Santarém e Leiria, a sua presença era muito expressiva em todos os distritos do interior, particularmente em Viseu (77,3%), Castelo Branco (73,4%) e Vila Real (69,4%).

5. A NUPCIALIDADE DOS ESTRANGEIROS

No quadro da contribuição dos estrangeiros para a renovação demográfica portuguesa, merece destaque a questão da nupcialidade, já que uma das perguntas do inquérito se debruça sobre a aceitação que portugueses e imigrantes têm relativamente aos outros grupos, designadamente no que respeita aos casamentos. Como em todo este capítulo, coloca-se, pois, também aqui, o pano de fundo dos factos onde as opiniões se desenham.

Ora os factos dizem que, no decurso dos anos noventa e no primeiro quinquénio da presente década, o número de casamentos em Portugal tem registado um decréscimo, em particular de 1999 a 2003. Em 1990, a taxa bruta de nupcialidade (TBNup) situava-se nos 7,3‰; em 1996, era de 6,3‰.³⁴ Apesar de uma ligeira subida entre 1996 e 1999, a redução desta taxa tem-se acentuado significativamente desde então, sendo, em 2003, de 5,1‰.³⁵ Estes valores podem ser comparados com os da população estrangeira em 2001-2003 (Tabela 12).

34 Para uma abordagem mais alargada desta temática, em especial para o período de 1991 a 2001, consulte-se (Rosa, 2001: 52-69).

35 INE, *Estatísticas Demográficas de 2003*, «Movimento da população – indicadores e taxas. Dados retrospectivos.

36 INE, *Estatísticas Demográficas de 2001, 2002 e 2003* (www.ine.pt): «População estrangeira residente com estatuto legal, por nacionalidade e sexo». A cada uma destas estatísticas foi adicionado o quantitativo de autorizações temporárias de permanência no ano em análise: 350.877, 413.304 e 434.352 estrangeiros, em 2001, 2002 e 2003, respectivamente. (www.sef.pt/estatisticas.htm). O cálculo resulta da divisão do total de casamentos em que um dos cônjuges era estrangeiro (5570) pela população estrangeira em causa, em 2001, 2002 e 2003 (1.198.533).

Tabela 12. Nupcialidade da população estrangeira em Portugal (2001-2003) ‰³⁶

Origem	Nupcialidade
União Europeia	3,27
Outros Europa	3,20
África	2,68
América	12,50
Brasil	13,34
Ásia	1,29
Oceania	8,85
TOTAL	4,65

Segundo estes dados, há diferenças substanciais na intensidade da nupcialidade segundo as várias proveniências geográficas dos nubentes. Os europeus, tanto da União Europeia como dos restantes países do continente, apresentam taxas praticamente idênticas. Os africanos, segundo estes números, seriam dos grupos com menos nupcialidade (2,7%), o que pode estar associado a um elevado número de uniões de facto não registadas nas estatísticas oficiais. Pelo contrário, os brasileiros registaram, em 2001-2003, uma TBNup muito elevada (13,3%). De facto, neste período, os casamentos de imigrantes brasileiros representaram 41,2% do total de celebrações que envolveram estrangeiros. No conjunto, os asiáticos têm a matrimonialidade mais reduzida (1,3%). Não sendo, porém, seguros os números utilizados nestes cálculos, não se poderá atribuir significado definitivo a estas diferenças.

Mais seguras são as indicações que se podem retirar das estatísticas referentes à inter-eticidade dos casamentos. Em 1991, o número de casamentos entre nacionais portugueses ascendia a 98,1%, tendo essa percentagem sido reduzida, em 2001, para 96,4% e, em 2003, para 92,6%. Da mesma forma, a união matrimonial entre estrangeiros, ainda que diminuta em termos estatísticos, tem ganho momentum, representando, em 2003, 0,7% do total de casamentos.

Tabela 13. Casamentos em Portugal segundo a nacionalidade do cônjuge (1991, 2001 e 2003)

		Mulher					
		Nacionalidade Portuguesa	%	Nacionalidade Estrangeira	%	Total	%
1991	Homem						
	Nacionalidade portuguesa	70426	98,1	349	0,8	70775	98,9
	Nacionalidade Estrangeira	741	1,0	39	0,1	780	1,2
	Total final	71167	99,1	387	0,9	71554	100,0
2001	Homem						
	Nacionalidade portuguesa	56297	96,4	372	1,7	56669	98,1
	Nacionalidade Estrangeira	397	1,5	224	0,8	621	1,9
	Total final	56694	98,0	596	2,0	57290	100,0
2003	Homem						
	Nacionalidade portuguesa	49768	92,6	2134	4,0	51902	96,6
	Nacionalidade Estrangeira	1448	2,7	395	0,7	1843	3,4
	Total final	51216	95,3	2529	4,7	53745	100,0

Fonte: 1991 e 2001: Rosa (2001: 66), a que se adicionou a percentagem face ao total de casamentos.
2003: www.ine.pt (*Estatísticas Demográficas 2003*: Casamentos celebrados por nacionalidade do cônjuge feminino, segundo a nacionalidade do cônjuge masculino) (cálculos nossos)

A característica porventura mais saliente da nupcialidade expressa na tabela 13 refere-se ao crescimento dos casamentos mistos. Foi essencialmente no período entre 2001 e 2003 que se assistiu a um incremento desta realidade, visto o volume de casamentos de homens portugueses com estrangeiras ter subido de 1,7% do total para 4,0%. A procura de estrangeiros homens por parte de mulheres não portuguesas também aumentou, entre 2001 e 2003 na ordem dos 61,4%, ainda que o seu número seja bastante inferior neste último ano. Esta realidade aponta para uma maior aceitação das mulheres estrangeiras por parte dos homens do que o inverso. Assim, se, em 1991, o número de casamentos entre portuguesas e estrangeiros era ligeiramente inferior aos mistos, em que o homem era cidadão nacional, em 2001, essa situação inverteu-se. Contudo, em apenas três anos (2001-2003) o diferencial entre estes dois grupos cresceu significativamente, visto os casamentos mistos de portugueses com estrangeiras ser de 4%, e o de portuguesas com imigrantes representar apenas 2,7% do total.

Tabela 14. Casamentos segundo as principais proveniências dos cônjuges (2001-2003)

		Mulher									
		América do Norte	Europa	África	Ásia	Oceania	Outros países da Europa	África	Ásia	América do Sul	Outros
Homem	Total	97,0	98,1	97,9	0,8	0,3	0,1	0,9	0,3	0,0	
	Europa	99,4	98,3	95,9	0,3	0,3	0,1	0,4	0,3	0,0	
	África	94,8	95,6	95,4	0,2	0,5	0,1	0,4	0,3	0,0	
	Outros países da Europa	87,0	98,3	98,8	10,5	0,0	0,0	5,8	0,0	0,0	
	África	79,7	33,5	72,1	3,8	26,8	0,3	0,0	0,4	0,0	
	América do Norte	99,8	97,5	97,8	5,0	0,0	1,8	0,8	0,8	0,0	
	América Central e do Sul	87,1	86,2	87,9	0,3	0,5	0,1	11,2	0,0	0,0	
	Ásia	90,7	89,9	87,9	1,1	0,0	1,1	9,9	0,0	0,0	
	Oceania	88,7	86,7	86,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13,3	

Considerando os casamentos celebrados no território português entre 2001 e 2003 por proveniência dos cônjuges, verifica-se que em todas as origens geográficas existe uma preponderância de casamentos de estrangeiros com portugueses. Essa atracção é particularmente visível no que respeita às pessoas providas da América do Norte (95,8%), eventualmente por questões de natureza cultural, enquanto no extremo oposto se encontram os africanos (70,7%). Na realidade, esta comunidade (principalmente os

PALOP), pela sua elevada expressão numérica, precoce fixação em Portugal e persistência em muitas das suas tradições, encontra condições para uma maior endogamia étnica. De qualquer forma, dentro dos PALOP esboçam-se mudanças assinaláveis. Os angolanos e moçambicanos propendem a uma maior miscigenação com os portugueses (84 e 89%, respectivamente), encontrando-se no extremo oposto os cabo-verdianos, guineenses (64%) e são-tomenses (53%), com maior preferência pelos seus congéneres.

Também nos diversos países da União Europeia se verificam algumas particularidades. Os belgas e, sobretudo, os alemães registavam a menor percentagem de matrimónios com portugueses (68 e 59%, respectivamente), sendo apreciável o consórcio de alemães com africanos (8,8%) e, sobretudo, com asiáticos (15%). Também em 2001-2003 a procura de cônjuge asiático por parte dos belgas fora idêntica à registada entre pessoas da mesma nacionalidade (11%). Pelo contrário, todos os cidadãos holandeses se casaram exclusivamente com europeias (68% com portuguesas e 32% com holandesas), enquanto o número de cônjuges extra-europeus foi diminuto no que respeita aos espanhóis e franceses (apenas 2,8 e 4,5%, respectivamente).

O número de matrimónios (920) envolvendo imigrantes dos «outros países da Europa» (principalmente de Leste) superou largamente o somatório da União Europeia (645, excluindo Portugal), sendo de assinalar a esmagadora maioria de casamentos com portugueses (87%) e com os «outros países da Europa» (10,5%).

Tal como foi mencionado, destacava-se do conjunto o significativo número de casamentos envolvendo brasileiros (2294), mais do dobro face aos africanos. No entanto, a comunidade brasileira tendia fundamentalmente a procurar cônjuge português (87%) e com os seus concidadãos (12,1%), sendo bastante modesta a procura de parceiro nos restantes países da Europa, Ásia e, sobretudo, África.

CAPÍTULO 2. CARACTERIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES INQUIRIDAS

Colocado que foi, em termos demográficos, o pano de fundo da presente investigação, importa realizar neste capítulo duas tarefas fundamentais: caracterizar os imigrantes e os portugueses que foram inquiridos nas respectivas sondagens e definir a qualidade dos dados obtidos. A primeira tenta responder à pergunta, quem são as pessoas cujas ideias, opiniões, atitudes e comportamentos vamos tentar compreender? A segunda tenta resolver o problema de saber se essas ideias, opiniões, atitudes e comportamentos representam as ideias, opiniões, atitudes e comportamentos das respectivas populações, ou se se trata de coisas que apenas dizem respeito a quem respondeu, não sendo possível a generalização. Complementarmente a saber de quem se trata, este capítulo tem a intenção de compreender o grau de cientificidade do trabalho de campo, questão não resolvida com as definições metodológicas feitas na introdução e no Anexo respectivo, já que entre o desenho da amostra, por mais rigoroso que seja, e a sua concretização muitos factores podem perturbar a sua representatividade.

Sendo a caracterização das populações inquiridas o objectivo central do presente capítulo, que trata sucessivamente da população imigrante e da portuguesa, aborda-se ainda o problema da representatividade em relação ao último grupo referido. A incerteza dos números concernentes aos imigrantes e a sua mobilidade constante, referidas no capítulo anterior, não permitem analisar com o rigor necessário os problemas que se colocam a este respeito, tendo pois de ser discutidos por via indirecta. Verificando a adequação da amostra à população portuguesa ser-nos-á possível tirar conclusões acerca da representatividade da amostra aos imigrantes já que o método e o modo de execução foram os mesmos.

1. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO IMIGRANTE

Começando, pois, pelas características da população imigrante em termos sociais, demográficos e profissionais, refere-se que o respectivo inquérito foi aplicado à população de nacionalidade estrangeira a residir em Portugal, entre os dias 2 e 24 de Abril e de 2 a 27 de Junho de 2004. O número de inquéritos validados foi de 1.454.

Caracterização sociodemográfica

A maior proporção de inquiridos (40%) tem a nacionalidade de um dos países africanos de língua oficial portuguesa, sobretudo angolana e cabo-verdiana, seguindo-se a nacionalidade brasileira (26%) e o grupo dos nacionais dos diferentes países da Europa de Leste (20%). Os restantes inquiridos são de diferentes nacionalidades, nenhuma das quais com valores superiores a 5% (Tabela 15).

Tabela 15. Nacionalidade dos imigrantes inquiridos e dos imigrantes presentes em Portugal em 2003 (em %)

Nacionalidade	Inquiridos (1)	Presentes em 2003 (dados SEF) (2)	Diferença entre (1) e (2)
Total PALOP	40,1	31,4	8,7
Angolana	14,2	7,9	6,3
Cabo-verdiana	14,6	14,4	0,2
Guineense	6,0	5,6	0,4
Moçambicana	2,3	1,2	1,1
São Tomense	3,1	2,3	0,8
Outro país africano	1,8	2,8	-1,0
Total Europa de Leste	19,9	24,3	-4,4
Russa	2,7	1,8	0,9
Ucraniana	10,5	15,0	-4,5
Moldava	2,3	3,0	-0,7
Búlgara	0,3	0,8	-0,5
Romena	3,2	2,7	0,5
Outro país de Leste	1,0	1,0	0
País da União Europeia	4,9	16,1	-11,2
Brasileira	25,9	14,8	11,1
País Asiático / Médio Oriente	3,4	5,8	-2,4
Outros países	0,7	4,8	-4,1
Total	100,0	100,0	0,0

Comparando a nacionalidade da população inquirida com os dados do SEF relativos à população estrangeira legalmente residente em Portugal, em 2003, é possível verificar algumas discrepâncias. Por exemplo, os nacionais da Ucrânia, que correspondiam, em 2003, a 61,8% do total de imigrantes de Leste em Portugal, estão ligeiramente subrepresentados no inquérito, enquanto a generalidade das nacionalidades africanas de expressão oficial portuguesa se encontra sobrerrepresentada. Tal é particularmente evidente no caso dos angolanos que, em 2003, representavam 25,1% dos nacionais dos PALOP. Os cidadãos brasileiros e o grupo dos nacionais da União Europeia são os que apresentam as maiores divergências entre o número de inquiridos e os dados do SEF. No caso dos brasileiros, contudo, a diferença apresentada reduz-se significativamente se aos dados do SEF adicionarmos o número de brasileiros que efectuou o registo prévio ao abrigo do acordo bilateral sobre o recrutamento de nacionais de Portugal e Brasil atrás referido (passando de 11% para 6%).

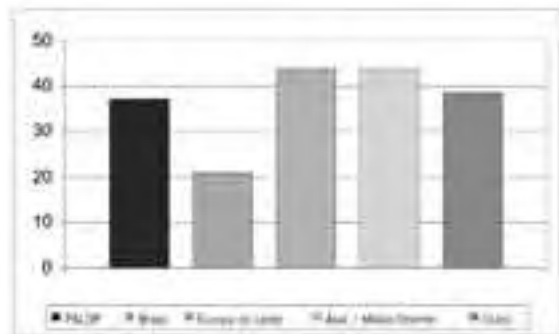
A composição por sexos da população inquirida encontra-se enviesada a favor do sexo masculino, com 61% de homens e 39% de mulheres. Em termos de idade, a maioria dos imigrantes situa-se nos grupos etários activos (15-44 anos e, dentro deste, particularmente no grupo 25-34 anos), o que é característico de um fluxo migratório de natureza predominantemente laboral. Estas características gerais da população inquirida ocultam, contudo, especificidades próprias dos diversos grupos de imigrantes. Assim, a população dos PALOP, em resultado de uma presença mais longa em território nacional, tem uma composição etária ligeiramente mais equilibrada do que a população da Europa de Leste e do Brasil. Enquanto, como referido no capítulo precedente, o primeiro grupo já se encontra em Portugal, em número significativo, há mais de duas décadas, os segundos só a partir do final do século XX e início do século XXI é que começam a ter uma presença mais visível na sociedade portuguesa.

As datas referidas pelos inquiridos para a sua entrada em território português confirmam estas diferentes histórias migratórias. A maioria dos imigrantes dos PALOP (71%) entraram em Portugal antes de 1998 (56% dos quais antes de 1991), enquanto os imigrantes brasileiros e os do Leste europeu entraram predominantemente após 1998 (respectivamente, 87% e 97%). Os imigrantes originários de um país do Leste da Europa

entraram em Portugal sobretudo (44%) em 2001. Os imigrantes do Brasil apresentam uma maior proporção de entradas em 2003 (22%). O facto destes dois anos terem sido marcados, do ponto de vista legislativo, pela entrada em vigor de diplomas legais tendentes à regularização da situação dos imigrantes em situação ilegal (o último dos quais especificamente dirigido aos imigrantes brasileiros) constitui um primeiro indicador do efeito das medidas legislativas na promoção de fluxos migratórios específicos (veja-se, mais adiante, a importância das oportunidades de legalização na escolha de Portugal como destino migratório).

Em resultado destas diferentes histórias migratórias, é natural que o processo de reagrupamento familiar (responsável por um reequilíbrio das estruturas sexuais das populações migrantes) se encontre em fases diferentes: para os migrantes dos PALOP ele encontra-se já praticamente encerrado, enquanto para os migrantes da Europa de Leste e para os brasileiros ainda se encontra em plena concretização. Os dados sobre as intenções dos migrantes relativamente aos seus familiares parecem, contudo, contradizer esta afirmação. Com efeito, os imigrantes dos PALOP referem com mais frequência a intenção de trazer para Portugal algum ou alguns dos seus membros familiares, sendo a diferença para os outros grupos que referem com maior incidência essa mesma intenção de aproximadamente seis pontos percentuais.

Gráfico 9. Percentagens de imigrantes que tem intenção de trazer para Portugal algum familiar



Esta aparente contradição entre as perspectivas de reagrupamento familiar manifestadas pelos migrantes e a sua história migratória pode ser clarificada através da análise do(s) elemento(s) familiar(es) que os diversos grupos nacionais considerados desejam trazer para Portugal. Assim, enquanto a generalidade dos imigrantes, à excepção dos nacionais dos PALOP, refere o intuito de trazer para Portugal a sua mulher, marido ou companheiro e os seus filhos (isto é, elementos da sua família nuclear), a maioria dos inquiridos dos PALOP refere o propósito de trazer para Portugal os pais, irmãos ou outros parentes (isto é, membros da sua família alargada) (Tabela 16).

Tabela 16. Familiares que se tem intenção de trazer para Portugal

	Grupo territorial					Total
	PALOP	Brasil	Europa de Leste	Ásia / Médio Oriente	Outro	
Mulher/ marido/ companheiro(a)	14,6	23,7	37,0	47,4	40,0	24,1
Filhos	33,2	47,4	63,0	26,3	53,3	43,9
Pais	15,6	10,5	12,6	36,8	13,3	14,8
Irmãos	35,6	31,6	19,3	10,5	33,3	29,1
Outros parentes	20,0	15,8	7,6	15,8	6,7	15,5
Total	48,9	18,1	28,4	4,5	3,5	

Os motivos para a escolha de Portugal como destino migratório apresentados por cada um dos grupos de migrantes ajudam a sustentar a afirmação de estarmos perante grupos com histórias migratórias diversas. De facto, 46% dos nacionais dos PALOP afirmaram que nasceram em Portugal, vieram em criança ou adolescente ou ainda vieram juntar-se à família imigrada. Os mesmos motivos são referenciados por 21% dos brasileiros e apenas por 11% dos nacionais do Leste. Estes dois grupos, assim como os restantes dois outros, indicaram com maior frequência razões de natureza económica e/ou profissional para a sua decisão de vir para Portugal (Tabela 17).

Tabela 17. Razões da decisão de vir para Portugal (em %)

Motivo	Grupo territorial					Total*
	PALOP	Brasil	Europa de Leste	Ásia / Médio Oriente	Outro	
Reagrupamento familiar ³⁷	45,6	20,7	10,5	30,6	9,8	29,6
Económicos e profissionais ³⁸	37,6	73,0	83,1	71,4	78,1	59,8
Legais e de controlo ³⁹	1,5	4,6	15,5	8,2	9,8	5,9
Estudo	16,5	4,6	2,2	4,1	14,6	9,6
Outros	16,5	17,4	12,9	14,3	12,2	15,8

Nota: * dado tratar-se de uma questão de resposta múltipla a soma dos totais ultrapassa os 100%

Relativamente à decisão de vir para Portugal, é de notar a percentagem de imigrantes de Leste que afirmaram que a escolha de Portugal se deveu a uma maior facilidade na obtenção dos documentos legais necessários ao exercício de uma profissão e/ou à menor capacidade inspectiva das autoridades portuguesas. Tendo presente que o fluxo de imigrantes da Europa de Leste se desenvolveu, sobretudo, a partir do início do novo milénio e que os documentos oficiais atribuem este fluxo «à falta de controlo na emissão de vistos de curta duração por parte de outros países da União Europeia; à velocidade e facilidade de movimento dentro do Espaço Schengen; e ao tráfico de seres humanos organizado a partir da Europa de Leste sob o disfarce de denominadas ‘agências de viagem’» (Baganha, Marques e Góis, 2003), as duas razões referidas denotam que, aos condicionalismos atribuídos pelos documentos oficiais, há a adicionar a circunstância de estes imigrantes terem consciência das hipóteses de regularizar a sua estadia em Portugal após a chegada ao país,⁴⁰ e o facto de, em caso de insucesso na regularização da sua situação, as

probabilidades de serem apreendidos pelas autoridades serem reduzidas. Estas últimas razões foram igualmente apuradas, em 2002, numa investigação realizada por Baganha e colaboradores junto de imigrantes originários da Europa de Leste (Baganha et al., 2004). Como se afirma nesse estudo, a possibilidade de obter um documento de residência legal em Portugal foi indicada por 13% dos inquiridos como razão da escolha de Portugal como país de destino.

A possibilidade de obter uma autorização de residência em Portugal torna-se particularmente relevante se atendermos a que a maioria dos imigrantes (de todos os grupos nacionais que se têm vindo a considerar) entraram em Portugal com um visto de duração inferior a 3 meses (vistos de curta duração e vistos turísticos concedidos por outro Estado) que não lhes permitiria exercer de forma continuada uma actividade profissional em Portugal. O valor dos que entraram com este tipo de vistos é mais expressivo entre os imigrantes da Europa de Leste (82%) e menor entre os imigrantes dos PALOP. Os imigrantes do Brasil apresentam uma situação intermédia (56%). Comparando o visto detido pelos imigrantes na altura da sua entrada em Portugal com o detido pelos mesmos no momento do inquérito é possível verificar que os imigrantes passaram a ostentar títulos de permanência mais duradouros e mais conformes ao prosseguimento de uma actividade profissional mais permanente. Com efeito, 68% dos imigrantes dos PALOP, 65% dos da Europa de Leste e 50% dos do Brasil afirmaram possuir um título de permanência em território nacional com duração de um ou mais anos (visto de trabalho ou autorização de residência). Não obstante esta melhoria generalizada no estatuto legal de permanência em Portugal, é ainda possível detectar que 9% dos inquiridos não tinha nenhum visto ou autorização de residência.

Em relação ao momento da entrada do imigrante, este valor representa uma diminuição considerável, dado que nessa altura 18% dos imigrantes não tinha um título de entrada válido. A análise dos fluxos de entrada e saída da situação de ilegalidade permite notar que a maioria dos que entraram sem visto possui actualmente um visto de trabalho (17%), uma autorização de residência (34%) ou está à espera que o seu processo seja resolvido no SEF (12%). Os que se encontram actualmente de forma ilegal em Portugal, por seu lado, entraram em Portugal ou com um visto turístico (44%) ou sem qualquer tipo de visto (38%).

Razões de natureza económica e/ou profissional justificam, também, a decisão dos imigrantes de permanecer em Portugal (62% das respostas referem como motivo o ter ou estar à espera de ter um trabalho seguro). Os restantes motivos para a continuação da estadia em Portugal referem-se a razões familiares (ter ou estar à espera de ter cá a família, 42%), ao facto de ter obtido uma autorização de permanência/residência (20%) e à impossibilidade de se ter deslocado para o país de que gostaria (4%). A importância destas razões varia segundo o grupo considerado. Assim, os imigrantes dos PALOP apontam maioritariamente (54%) razões de natureza familiar para a continuação da estadia em Portugal, enquanto os do Brasil e da Europa de Leste referem, sobretudo, razões de carácter económico/profissional (68% e 73%, respectivamente). Quanto aos imigrantes de Leste, refere-se ainda a importância que o acesso a uma estadia legal em Portugal teve na motivação de permanecer no país (30% dos inquiridos).

No que diz respeito a experiências migratórias anteriores dos inquiridos, é de assinalar que aproximadamente 30% dos imigrantes da Europa de Leste já tinham trabalhado noutra país, enquanto que para os imigrantes dos PALOP e do Brasil este valor não chega aos 10%. Dos imigrantes que responderam positivamente a esta questão a maioria teve uma experiência migratória anterior num país da Europa (Tabela 18). Para além desta experiência migratória na Europa ocidental, os migrantes referiram ainda experiências migratórias regionais, como, por exemplo, em África (no caso dos imigrantes dos PALOP) ou num país do Leste europeu (no caso dos nacionais da Europa de Leste).

Tabela 18. Experiência migratória anterior

	Grupo territorial					Total
	PALOP	Brasil	Europa de Leste	Ásia / Médio Oriente	Outro	
Pais da Europa ocidental	60,0	73,1	65,0	86,6	50,1	48,1
Pais da Europa de Leste	5,0	0,0	22,1	13,3	0,0	12,8
Pais de África	50,0	0,0	2,6	0,0	16,7	14,0
Outro país	20,0	53,8	24,7	26,7	16,7	28,0
Total	24,4	15,9	47,0	9,1	3,7	

Inserção dos imigrantes no mercado de trabalho

A posição dos imigrantes nos mercados laborais dos seus países de origem (Tabela 19) mostra que a população inquirida apresenta uma diversidade de situações que importa considerar. Em termos gerais, podem distinguir-se quatro grandes grupos populacionais. O primeiro, composto por indivíduos que exerciam profissões superiores ou que eram quadros médios antes de iniciarem o processo migratório (19%); o segundo, por profissionais de nível intermédio (35%); o terceiro, por profissionais não especializados (21%); o último, por indivíduos que se encontravam em situações de inactividade, sobretudo estudantes, nos seus países de origem (25%).

Tabela 19. Ocupação/profissão no país de origem

	Grupo territorial					Total
	PALOP	Brasil	Europa de Leste	Ásia/Médio Oriente	Outro	
Prof. Superiores	0,7	4,2	18,6	9,5	0,0	6,2
Quadros Médios	10,7	12,9	15,7	11,9	13,9	12,7
Trabalhadores Serviços	8,0	18,3	11,0	2,4	8,3	11,9
Trab. Especializados	17,2	24,2	29,7	16,7	27,8	22,6
Trab. Não Especializados	19,7	28,4	12,7	19,0	13,9	20,8
Desempregados	0,2	0,3	0,0	0,0	2,8	0,5
Inactivos	43,4	11,8	11,4	40,4	33,3	25,3
Domésticas	9,5	1,4	0,0	7,1	0,0	4,2
Estudantes	33,9	10,4	11,4	33,3	33,3	21,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Uma análise mais detalhada da distribuição profissional por grupos em função da região de origem permite identificar as diferentes estruturas ocupacionais dos imigrantes nos seus países. Assim, a maioria dos imigrantes vindos dos PALOP eram, antes de emigrar,

estudantes ou trabalhadores não especializados. Os brasileiros exerciam profissões intermédias ou profissões pouco ou nada qualificadas. Entre os imigrantes da Europa de Leste dominavam quer as profissões superiores quer as de nível intermédio.

Estas estruturas profissionais regionalmente diferenciadas resultam dos distintos perfis de qualificação dos imigrantes. Enquanto a maioria dos que vieram do Leste têm qualificações pós-secundárias, o mesmo só é válido para 28% dos brasileiros e 21% dos imigrantes dos PALOP. Estes dois últimos grupos de nacionalidade apresentam um nível educativo intermédio (13 anos de escolaridade) ou baixo (9 ou menos anos de escolaridade). Importa, contudo, notar que, como se afirmou atrás, estes três grupos nacionais têm histórias migratórias diferenciadas no tempo. Os imigrantes da Europa de Leste são bastante recentes, pelo que os dados apresentados se referem quase exclusivamente ao imigrante, enquanto os dados referentes aos imigrantes dos PALOP, em resultado da sua presença mais longa em Portugal, abrangem quer o imigrante quer os filhos deste (nascidos ou não em Portugal). Para além disso, os dados relativos aos imigrantes dos PALOP abrangem um conjunto de indivíduos que vieram para Portugal especificamente para estudar. A decomposição do perfil educativo dos imigrantes dos PALOP permite exemplificar as diferenças a que nos referimos: dos inquiridos com 35 ou mais anos, 52% tinha até 6 anos de escolaridade, valor que se reduz para 14% no grupo de indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 34 anos.

Não obstante esta particularidade, pode-se notar que, como seria de esperar, as diferenças educativas apresentadas encontram uma expressão prática nas profissões exercidas nos países de origem, verificando-se que os detentores de níveis educativos superiores tendem a ocupar profissões mais qualificadas. Como se verá de seguida, a correspondência entre o nível educativo e a profissão exercida deixa de existir quando os imigrantes se inserem no mercado de trabalho português.

A diversidade de perfis profissionais dos imigrantes nos seus países de origem acima descrita reduz-se drasticamente quando se considera a profissão que exercem em Portugal. Neste caso, o grupo dos trabalhadores especializados e o dos trabalhadores não especializados congregam mais de 60% dos imigrantes e 77% da população activa. Os restantes

imigrantes activos encontram-se, maioritariamente, desempregados (11% dos activos) ou exercem uma profissão de nível superior. Esta estrutura ocupacional é, com ligeiras variações, comum a todos os grupos. Uma destas variações é formada pelo peso que as profissões de nível superior apresentam no caso dos brasileiros, comparativamente com os outros grupos nacionais (Tabela 20).

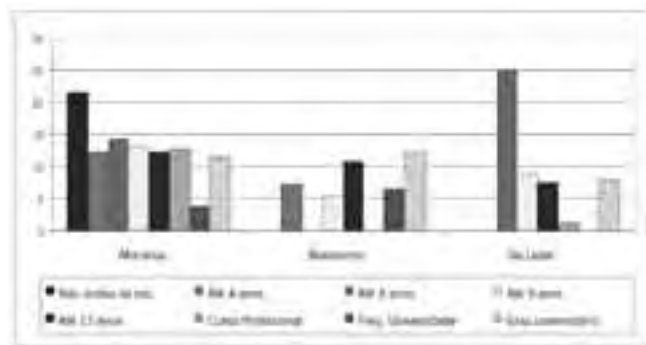
Tabela 20. Ocupação/profissão actual

	Grupo territorial					Total
	PALOP	Brasil	Europa de Leste	Ásia/Médio Oriente	Outro	
Prof. Superiores	1,1	3,0	2,4	6,8	4,2	2,3
Quadros Médios	1,6	5,5	2,0	9,1	12,0	4,0
Trabalhadores Serviços	2,5	4,1	2,0	6,8	9,8	3,7
Trab. Especializados	24,0	29,0	34,4	31,8	20,4	27,1
Trab. Não Especializados	30,3	44,9	53,0	29,5	17,6	37,1
Desempregados	12,3	7,7	4,5	4,5	7,8	8,9
Inactivos	28,3	5,7	1,6	11,3	28,2	16,9
Domésticas	6,7	3,0	0,4	6,8	2,8	4,2
Reformados	3,4	0,0	0,0	0,0	14,1	2,9
Estudantes	18,2	2,7	1,2	4,5	11,3	9,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

De assinalar, ainda, relativamente aos imigrantes africanos a elevada percentagem quer de desempregados quer de inactivos, indicativa de um fluxo migratório já consolidado, composto, por isso, não apenas pela população activa mas também por pessoas que se encontram nas diversas situações de inactividade. É interessante notar que, cruzando os dados do desemprego pelo nível de instrução (Gráfico 10), a distribuição do desemprego

deste grupo é quase uniforme, com excepção dos que nunca andaram na escola, que, como era de esperar, têm níveis de desemprego mais elevados. Entre os imigrantes de Leste a maior percentagem de desemprego é também das classes mais baixas de instrução, neste caso, a dos que têm apenas até 6 anos de escolaridade.

Gráfico 10. Desemprego por instrução e grupo imigrante



A permanência mais demorada dos imigrantes dos PALOP em Portugal não significa, contudo, um maior sucesso na incorporação (medida, neste caso, pelo rendimentos auferidos) deste grupo no mercado de trabalho português. Com efeito, os nacionais dos PALOP encontram-se – juntamente com os grupos de imigrantes mais recentes – com maior preponderância entre os escalões de rendimento familiar mais baixos (até 600€). Os imigrantes brasileiros, por seu lado, são os que apresentam situações mais diversificadas, combinando uma proporção significativa de inquiridos com rendimentos familiares inferiores a 600€, com uma percentagem maior de inquiridos que declaram rendimentos médios (entre 600€ e 1499€) ou elevados (superiores a 1500€). Em termos de rendimentos médios⁴¹, é possível observar que os imigrantes dos PALOP são os que têm rendimentos médios mais baixos (713€), seguidos pelos imigrantes da Europa de Leste

(776€) e, a uma distância considerável, pelos Brasileiros (1.008€). Comparando estes valores com o rendimento médio dos portugueses⁴² (1.131€), torna-se evidente que os brasileiros são os que se aproximam mais do rendimento médio da população portuguesa, enquanto os nacionais dos PALOP são os que mais se afastam.

Tabela 21. Rendimento líquido mensal da família do inquirido por grupo territorial

	Grupo territorial					Total
	PALOP	Brasil	Europa de Leste	Ásia/Méio Oriente	Outro	
Menos de € 365	26,1	11,6	18,1	24,1	29,2	20,5
De € 365 a € 599	34,7	27,2	39,5	37,9	21,9	32,4
De € 600 a € 999	24,0	29,6	30,5	27,6	18,7	26,6
De € 1000 a € 1499	9,4	17,3	5,2	3,4	10,4	10,8
De € 1500 a € 1999	1,8	6,5	1,9	3,4	5,2	3,6
De € 2000 a € 4999	2,6	6,8	1,9	3,4	10,4	4,4
€ 5000 ou mais	1,3	1,0	2,9	0,0	4,2	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Esta desigualdade de rendimentos pode resultar das diferenças nos níveis qualificativos dos grupos populacionais considerados, ou exprimir o tratamento diferencial a que estão sujeitos ou, mais explicitamente, uma integração incompleta da população imigrante, o não reconhecimento das suas qualificações de origem e/ou a sua discriminação económica. Atendendo a que o rendimento dos imigrantes assume um lugar central entre os diversos indicadores de integração económica dos imigrantes e que diversos estudos empíricos têm mostrado uma relação entre o rendimento e o tempo de permanência no país de acolhimento,⁴³ a primeira hipótese pode ser

43 Sobre a relação entre o rendimento dos imigrantes e o tempo de permanência no país de destino veja-se, entre outros, Borjas (1985 e 1994) e Chiswick (1978). Para uma avaliação crítica da existência de uma relação directa e linear entre estas duas variáveis veja-se Borjas (1989).

averiguada aproximadamente pela análise da relação entre o momento de entrada do imigrante e o seu rendimento familiar.

Para os nacionais dos PALOP não é possível verificar uma relação inequívoca entre o tempo de permanência em Portugal e a evolução dos rendimentos, sendo precisamente aqueles que entraram em Portugal há mais tempo (entre 1950 e 1980) que apresentam rendimentos familiares médios mais baixos (638€). Naqueles que entraram entre 1981 e 2004, é possível verificar uma evolução positiva entre o rendimento familiar e o tempo de permanência em território nacional (Tabela 22).

Mas as razões para a não conformidade dos que se encontram há mais tempo em Portugal com a tendência geral verificada para os que entraram após 1980 não podem ser directamente relacionadas com o perfil profissional dos imigrantes africanos. Embora se trate do grupo que apresenta uma maior proporção de trabalhadores não especializados (36%), é, igualmente, o grupo em que as profissões superiores (3%) e os quadros médios (3%) são mais significativos e em que o desemprego apresenta os valores mais baixos (1%). Também as diferenças ao nível do capital humano de cada uma destas coortes de imigrantes não se mostram como suficientemente significativas para explicar as diferenças nos rendimentos médios.

Tabela 22. Rendimento mensal médio da família do inquirido (em €) por grupo territorial e período de entrada em Portugal

Período de entrada em Portugal	Grupo territorial					Média geral por ano
	PALOP	Brasil	Europa de Leste	Ásia/Médio Oriente	Outro	
1950 - 1980	639	1670	-	-	-	691
1981 - 1990	877	1527	-	2150	791	939
1991 - 1998	746	1298	852	799	1538	883
1999 - 2004	589	960	719	495	1425	830
Média	713	1008	776	672	1343	848

Apesar dos imigrantes que chegaram a Portugal antes de 1981 manifestarem a maior proporção de indivíduos que não frequentaram a escola (13%) ou que apenas têm a 4ª classe (25%), eles apresentam, juntamente com os que entraram entre 1981 e 1990, a maior proporção de licenciados (5%). As dissemelhanças verificadas poderão, assim, ser o resultado de outras variáveis cuja análise se encontra para além dos objectivos do presente trabalho, como, por exemplo, diferentes ciclos económicos ou variações nas condições no mercado de trabalho aquando da chegada do imigrante, ou poderão significar a integração incompleta dos imigrantes no mercado laboral português.

Esta última razão encontra suporte na análise dos rendimentos médios das várias coortes de imigrantes, por período de chegada a Portugal e por ocupação/profissão. À excepção das profissões superiores, dos quadros médios e dos trabalhadores dos serviços – nos quais a reduzida presença dos imigrantes influencia significativamente o cálculo do rendimento médio dos diferentes grupos de imigrantes⁴⁴ –, o grupo dos imigrantes dos PALOP que entraram em Portugal entre 1950 e 1980 apresentam os rendimentos mais baixos nas categorias em que a sua presença é numericamente mais significativa, em alguns casos mesmo inferiores aos rendimentos médios dos imigrantes que entraram mais recentemente em Portugal.

No caso dos Brasileiros, a relação entre o tempo de permanência em Portugal e a evolução dos rendimentos manifesta uma maior linearidade, aumentando os rendimentos com o aumento do tempo de permanência em Portugal. A redução drástica do rendimento que se verifica naqueles que entraram entre 1999 e 2004 encontra-se relacionada com as suas características profissionais e educativas. Assim, enquanto 34% dos que entraram até 1998 exerciam profissões superiores ou eram quadros médios, apenas 5% dos que entraram após aquela data desempenhavam o mesmo tipo de profissões. Estes últimos desempenham, maioritariamente, profissões especializadas (31%) ou não-especializadas (47%). A nível formativo, 23% dos entrados entre 1950 e 1998 têm um grau universitário, valor que se reduz para 10% no caso dos que entraram entre 1999 e 2004. Estes dados sugerem que a desigualdade de rendimentos entre as diversas coortes de imigrantes é o resultado, sobretudo, de diferenças nos níveis qualificativos e profissionais

44 Neste caso, o valor médio é fortemente afectado pela existência de alguns 'outliers'.

dos brasileiros que chegaram a Portugal nos vários períodos considerados. Contudo, não pode ser menosprezada a existência de um tratamento diferencial por parte dos portugueses, ou de uma diferente capacidade dos imigrantes que mais recentemente chegaram ao mercado de trabalho nacional em mobilizar os recursos disponíveis.⁴⁵ Por exemplo, comparando os rendimentos auferidos pelos profissionais não-especializados que chegaram até 1998 e os que chegaram após essa data é possível notar que os últimos apresentam condições remuneratórias significativamente inferiores às dos primeiros (respectivamente, 890€ e 1251€).

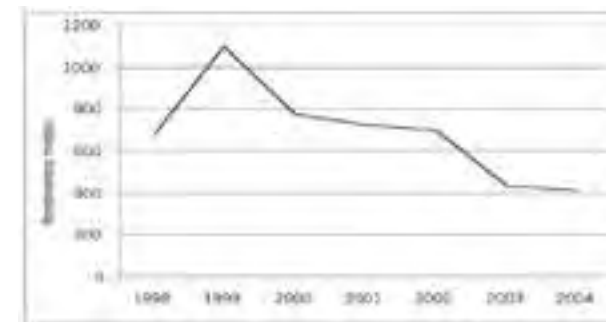
A relativamente curta duração da residência em Portugal dos imigrantes da Europa de Leste não nos permite avaliar os efeitos do aumento do tempo de residência sobre as suas remunerações familiares médias, à semelhança do que foi realizado para os outros dois grupos. Não analisaremos, por isso, a evolução do rendimento médio por período, mas por anos de entrada, começando em 1998. O gráfico seguinte permite verificar que os rendimentos dos nacionais do Leste europeu aumentam à medida que a sua estadia em Portugal se torna mais demorada. Tal como para os restantes imigrantes, esta evolução espelha os conhecimentos do país e a integração económica que os imigrantes vão

adquirindo com o prolongamento da sua estadia, conhecimentos e integração que lhes permitem aceder a um leque mais diversificado de oportunidades existentes no mercado de trabalho, sobretudo daquelas que não são mediadas pela rede de familiares, amigos e conhecidos.⁴⁶ Para além destes factores, a redução dos rendimentos dos imigrantes do Leste que entraram em Portugal há menos tempo poderá ter sido influenciada pela evolução negativa da situação económica portuguesa (à semelhança do que poderá ter acontecido aos outros grupos de imigrantes).

45 Por recursos mobilizáveis entendemos, por exemplo, informações sobre empregos, acesso a empregos melhor remunerados, capacidade de impor os seus direitos laborais (particularmente importante no caso dos imigrantes ilegais), acesso à protecção social na doença e no desemprego, etc.

46 Sobre a acção do aumento da permanência em território nacional sobre as formas de aquisição de emprego por parte dos nacionais da Europa de Leste ver Baganha et al., 2005.

Gráfico 11. Evolução do rendimento familiar médio dos imigrantes da Europa de Leste (em €) segundo o ano de entrada em Portugal, 1998-2004



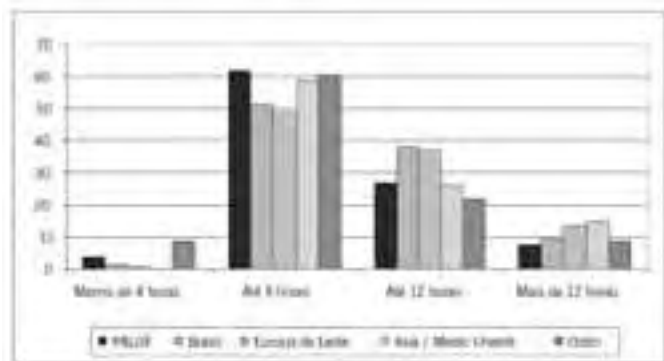
Três notas deverão ser feitas relativamente à distribuição dos rendimentos pelos diferentes grupos de nacionalidades considerados. Primeiro, o indicador do rendimento familiar líquido não permite uma aferição adequada do nível de rendimento do inquirido, uma vez que o rendimento familiar global pode ser o resultado quer do rendimento auferido apenas por um elemento do agregado quer da soma dos rendimentos de diferentes elementos do agregado familiar. Ou seja, dado que o cálculo do rendimento familiar resulta da adição de diferentes valores, torna-se impreciso para analisar o rendimento individual. Segundo, a variável não permite avaliar se o rendimento familiar resulta do salário ou de qualquer outra forma de proveitos económicos (rendas, subsídios, etc.). Terceiro, esta distribuição não tem em consideração as condições de trabalho efectivas dos imigrantes que poderão explicar uma parte das diferenças de rendimentos observáveis na Tabela 22. Por exemplo, a apresentação isolada desta tabela não nos informa sobre a sua situação profissional (por conta própria, por conta de outrem, etc.), nem, no caso de se tratar de trabalhador por conta de outrem, sobre a natureza do vínculo contratual que liga o inquirido ao seu empregador, nem ainda sobre as horas de trabalho realizadas para auferir o rendimento indicado. Pode, no entanto, obter-se uma aproximação a este último aspecto na Tabela 23 e no Gráfico 12. Na primeira, é possível constatar que, no mês anterior à data do inquérito, a maioria dos inquiridos trabalhou mais do que 22 dias (56%), sendo os brasileiros quem mais referiu ter trabalhado mais do que 22 dias no último mês.

Tabela 23. Dias de trabalho no último mês, por grupo territorial

	Grupo territorial					Total
	PALOP	Brasil	Europa de Leste	Ásia/Médio Oriente	Outro	
Nenhum dia	0,9	1,4	2,8	0,0	8,7	1,7
De 1 a 5 dias	1,2	0,0	0,4	0,0	0,0	0,5
De 6 a 10 dias	0,9	2,0	0,8	0,0	4,3	1,3
De 11 a 15 dias	4,4	2,4	1,6	6,1	13,0	3,3
De 16 a 22 dias	41,4	34,0	37,8	39,4	21,7	37,5
Mais de 22 dias	51,1	60,2	56,5	54,5	52,2	55,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

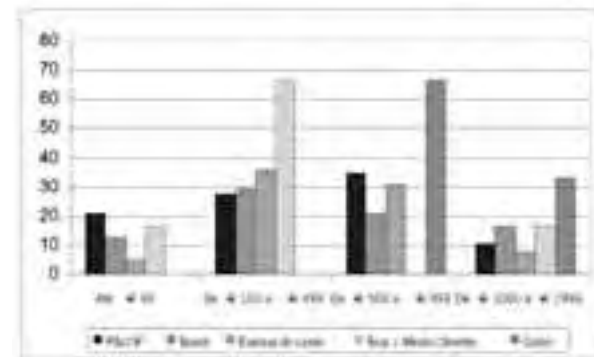
No Gráfico 12, pode observar-se que os brasileiros e os imigrantes de Leste foram os que declararam uma duração do seu dia de trabalho mais longa. Mais de 35% dos inquiridos destes dois grupos referiram ter trabalhado até 12 horas por dia na semana que precedeu o inquérito e 14% dos europeus de Leste e 9% dos brasileiros afirmaram mesmo que, em média, o seu dia de trabalho ultrapassou as 12 horas.

Gráfico 12. Horas de trabalho diário na última semana, por grupos de imigrantes



Para além das diferenças nas condições de trabalho que acabámos de apresentar é ainda possível observar disparidades na forma de tratamento dos diferentes grupos por parte das entidades empregadoras. Tal é particularmente visível nas questões relativas à existência de vencimentos em atraso. Os imigrantes de Leste são os mais atingidos pelo incumprimento das obrigações da entidade patronal: 17%, contra cerca de 9% para imigrantes dos PALOP e brasileiros. Para além disso, são também os imigrantes de Leste que, juntamente com os brasileiros, referem valores em dívida mais elevados (Gráfico 13). No caso dos brasileiros, os principais atingidos são os que chegaram ao país a partir de 1998 (87%).

Gráfico 13. Valores em dívida por parte da entidade patronal, por grupos de imigrantes



Os imigrantes de Leste, juntamente com os brasileiros chegados a Portugal após 1998, são ainda os que se encontram há mais tempo à espera de receber o dinheiro que o empregador lhes deve. Para 37% dos de Leste e para 36% dos brasileiros essa espera já ultrapassa os seis meses, enquanto somente 22% dos nacionais dos PALOP afirmou um tempo de espera semelhante.

Não obstante os rendimentos pouco elevados auferidos pela maioria dos nacionais estrangeiros (e, nalguns casos, das dificuldades associadas ao recebimento do vencimento), é possível verificar que uma proporção considerável de indivíduos (cerca de 40%) afirmou ter enviado no último mês algum dinheiro para a sua família no país de origem. Os bra-

sileiros e os nacionais de um país do Leste da Europa apresentam as percentagens mais elevadas (respectivamente, 50% e 46%), o que se fica a dever à relativa juventude, quer da última vaga de imigrantes brasileiros quer do fluxo migratório da Europa de Leste.

É reconhecido que as remessas dos imigrantes tendem a reduzir-se à medida que estes se estabilizam nos países de acolhimento. Este facto poderá explicar não só as elevadas percentagens de brasileiros e de imigrantes da Europa de Leste que realizaram transferências monetárias, como a menor percentagem de nacionais dos PALOP que afirmaram ter enviado dinheiro para a sua família (27%). Os valores enviados pelos diferentes grupos ajudam a suportar a afirmação precedente. Assim, os nacionais dos PALOP enviaram, em

média, 248€ para os seus familiares, o que é significativamente inferior ao valor médio enviado por brasileiros (429€) e europeus de Leste (507€).⁴⁷

Inserção social dos imigrantes

O inquérito aos imigrantes contém algumas questões que possibilitam analisar a dimensão da inserção social dos imigrantes na sociedade portuguesa. As questões sobre os seguintes tópicos são particularmente adequadas a esse fim: redes sociais dos imigrantes, diversidade das redes sociais e acesso a instituições.

As redes sociais são frequentemente consideradas como mecanismos potenciadores da integração do imigrante, uma vez que constituem 'locais' de transferência de informação e recursos que poderão ser mobilizados pelo imigrante no seu processo de adaptação à sociedade de acolhimento.⁴⁸ As redes sociais ou as relações sociais oferecem ao migrante uma estrutura de suporte social que o poderá auxiliar na procura de emprego, habitação, etc. A acção das relações sociais/redes sociais⁴⁹ permite, assim, mitigar a incerteza que frequentemente se encontra associada ao processo migratório. Trata-se, em suma, de recursos sociais que

podem permitir ou facilitar ao imigrante o acesso a determinadas estruturas de oportunidades no mercado de emprego, no mercado habitacional, no campo político, etc.

De acordo com os dados recolhidos, sensivelmente metade (52%) dos imigrantes já recebeu ajuda de alguém desde que chegou a Portugal. Os brasileiros e os europeus do Leste são os que mais frequentemente afirmaram terem recebido auxílio desde a sua chegada a Portugal. Os nacionais dos PALOP, por seu lado, são os que menos recorreram à ajuda de outras pessoas.

De todos os imigrantes, 59% dos que receberam ajuda afirmaram ter sido auxiliados na obtenção de trabalho, 51% na obtenção de alojamento, 24% na regularização da sua permanência em território nacional e 10% na aprendizagem da língua portuguesa. Estes resultados sugerem duas interpretações complementares: primeira, o imigrante utiliza as relações sociais/redes sociais, sobretudo, para satisfazer as suas necessidades mais imediatas e centrais (encontrar trabalho e habitação); segunda, a acção das redes sociais do imigrante vai diminuindo de importância à medida que se trata de áreas sociais em que é exigido um conhecimento factual menos ligado a aspectos quotidianos dos indivíduos que formam a estrutura social dos imigrantes.

Relativamente à ajuda para encontrar trabalho é possível constatar diferenças interessantes entre os três grupos de imigrantes que se tem vindo a estudar: 45% dos nacionais dos PALOP afirmaram ter recebido apoio, valor que ascende a 64% no caso dos brasileiros e a 71% nos imigrantes de Leste. Estes dados sugerem que o auxílio prestado, quer por membros da mesma comunidade quer por indivíduos exteriores a esta, assume um papel determinante para os imigrantes mais recentemente chegados a Portugal (como é, sobretudo, o caso dos de Leste). Com o prolongar da permanência em território nacional, os imigrantes passam a conhecer as oportunidades de emprego e a aceder aos empregos sem o recurso a mediadores.

Duas outras questões tiveram respostas positivas e numericamente significativas, uma relativa à ajuda na procura de habitação e a outra no processo de legalização, apresentando resultados opostos aos obtidos na questão atrás referida: em ambas se registam

47 De notar que no cálculo do valor médio enviado pelos nacionais da Europa de Leste não foi considerado um indivíduo que afirmou ter enviado mais de 5000 € para a sua família no mês anterior à realização do inquérito.

48 É reconhecido que a acção das redes sociais poderá, também, limitar a integração do imigrante, promovendo a sua marginalização e exploração. Sobre os efeitos perversos das redes de imigrantes vide Pohjola (1991).

49 Utilizamos os dois termos para indicar que o suporte social do imigrante poderá não resultar apenas da sua inserção em redes sociais estruturadas mas também de contactos sociais ocasionais que o imigrante poderá desenvolver durante a sua estadia no país de acolhimento.

valores superiores para os nacionais dos PALOP relativamente aos imigrantes de Leste e, apenas no caso da legalização, no que toca aos brasileiros.

O apoio aos imigrantes advém, sobretudo, das suas redes de interconhecimento constituídas por familiares e amigos e conhecidos. No total, 87% dos inquiridos referiram estas duas fontes de ajuda. Trata-se, sobretudo, de familiares e/ou amigos membros da mesma comunidade nacional (65%) e, minoritariamente, por portugueses (22%). As associações de imigrantes e as diversas organizações (de solidariedade, religiosas e estatais) são apenas marginalmente referidas como fonte de apoio por parte dos inquiridos (5% no total). A análise destes dados globais por grupos territoriais permite observar uma importância diferencial das várias fontes de apoio por parte dos distintos grupos de nacionalidade. Enquanto para os nacionais dos PALOP a família surge como principal unidade de suporte, para os nacionais brasileiros e da Europa de Leste o apoio provém maioritariamente dos amigos e conhecidos, quer do país de origem quer portugueses (Tabela 24).

Tabela 24. Fonte de ajuda, por grupos de imigrantes

	Grupo territorial				Total
	PALOP	Brasil	Europa de Leste	Ásia / Médio Oriente	
Família	59,1	27,2	23,8	31,8	37,8
Amigos e conhecidos do país de origem	17,2	32,0	37,1	36,4	28,3
Amigos e conhecidos portugueses	11,7	29,0	27,6	13,6	22,1
Associações de imigrantes	0,7	1,1	1,0	0,0	0,9
Organizações diversas	7,6	2,6	6,7	13,6	5,8
Outra	3,7	8,1	3,8	4,5	5,3
Total	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0

Dos dados da tabela pode concluir-se que para todos os grupos de migrantes as formas de solidariedade informais (formadas por familiares, amigos e conhecidos) são a principal origem do apoio. A percentagem de imigrantes auxiliados por estruturas sociais de natureza mais formal não ultrapassa, em geral, os 10% em todos os grupos considerados. Trata-se de um dado interessante se atendermos a que nos últimos anos tem sido criada uma multiplicidade de associações e de estruturas de suporte aos diversos grupos de imigrantes que têm estabelecido o centro da sua actividade económica e social em Portugal.⁵⁰

Relativamente ao reduzido significado das associações como estruturas de apoio dos imigrantes, é possível afirmar que ele se encontra em sintonia com a fraca participação associativa dos imigrantes. Somente 7% dos inquiridos afirmaram pertencer a uma associação, não havendo diferenças assinaláveis entre os três grupos de nacionalidades que se tem vindo a analisar mais extensivamente neste capítulo.

Outro aspecto da integração é a diversidade das relações sociais dos imigrantes. Isto é, se as suas práticas de sociabilidade se encontram limitadas à sua comunidade nacional ou se incluem relações informais com portugueses. Duas questões do inquérito aos imigrantes permitem verificar a existência de relações sociais entre imigrantes e portugueses. A primeira averiguava se os inquiridos já tinham sido convidados para a casa de um português, respondendo aproximadamente três quartos afirmativamente a esta questão. Na segunda, procurava-se saber se o imigrante já tinha convidado um português para sua casa. Também nela se obtiveram valores elevados, com os mesmos três quartos dos inquiridos a referirem que já tinham convidado um português para sua casa.

Tabela 25. Relações pessoais com portugueses (Sondagem aos Imigrantes)

	Sim
Já foi convidado para a casa de um português?	72,8
Já convidou um português para a sua casa?	75,6
Tem algum amigo português?	87,0
Tem algum familiar português?	37,3

⁵⁰ Sobre a acção e o papel das associações de imigrantes em Portugal veja-se, entre outros, Albuquerque *et al.* (2000) e Pires (2004).

Quando se cruza esta informação pelo grupo territorial do inquirido, verifica-se que a percentagem dos que afirmaram já terem sido convidados para a casa de um português é particularmente elevada entre os nacionais de Leste e os brasileiros e ligeiramente menor no caso dos nacionais dos PALOP. Mas as percentagens dos que afirmaram já ter convidado um português para a sua casa não apresentam grandes variações entre os três grupos de imigrantes, surgindo os imigrantes da Europa de Leste com os menores valores.

Tabela 26. Relações pessoais com portugueses, por grupo territorial do inquirido (% que respondeu 'sim')

	Grupo imigrante		
	PALOP	Brasileiros	De Leste
Já foi convidado para a casa de algum português? (**)	70,9	74,7	81,0
Já convidou um português para a sua casa? (ns)	77,1	78,0	71,7
Tem algum amigo português? (ns)	87,9	87,0	87,7
Tem algum familiar português? (***)	52,0	30,9	15,3
Teste do χ^2 : ns ($p \geq 0,05$) ** $p \leq 0,01$ *** $p \leq 0,001$			

A elevada interacção entre portugueses e imigrantes, patente nas duas questões anteriores, é secundada pela forte percentagem de imigrantes que afirmaram ter amigos portugueses. Os imigrantes dos PALOP são os que com maior frequência afirmam ter amigos portugueses, logo seguidos pelos de Leste e pelos brasileiros. Atendendo a que estas percentagens são bastante superiores às dos que afirmam ter algum familiar português (37%), é de admitir que uma parte substancial das relações de sociabilidade dos imigrantes ocorra fora do quadro familiar. A existência de familiares portugueses é, aliás, apenas maioritária entre os imigrantes dos PALOP, o que se poderá explicar, quer pela sua permanência mais demorada em território nacional quer pelos laços históricos, sociais e culturais que ligam aquele grupo populacional aos portugueses. Esta última razão pode ser também responsável pela percentagem de brasileiros com ligações familiares a portugueses. A ausência das referidas razões, juntamente com a sua recente chegada a Portugal, explica, por outro lado, a reduzida percentagem de nacionais da Europa de Leste que afirmaram ter pelo menos um familiar português. Apesar de reduzido, este

valor adquire um significado particular se atendermos a que este grupo de imigrantes chegou ao país, sobretudo, a partir de 1998/9 e que anteriormente a esta data a população residente com a nacionalidade de um país da Europa de Leste era bastante reduzida⁵¹. Conhecidos os recursos sociais utilizados pelos imigrantes nas diversas situações sociais e as sociabilidades dos imigrantes, importa analisar a avaliação subjectiva que os imigrantes fazem dos aspectos mais relevantes para a sua integração na sociedade portuguesa. Na sua opinião, a principal condição para a sua integração na sociedade portuguesa encontra-se ligada ao ter trabalho. Trata-se claramente de uma visão instrumental da integração, considerando-se que esta se realiza quando o imigrante consegue satisfazer as suas necessidades económicas.⁵² A presença da família junto do imigrante surge como a segunda condição mais relevante para a integração dos imigrantes. A importância da aquisição de competências (saber falar português) e conhecimentos específicos (relativos ao funcionamento dos serviços) que contribuam para a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa é referida por, respectivamente, 32% e 20% dos inquiridos. Assim, enquanto a aquisição de competências específicas na língua portuguesa ainda é vista como relevante por uma parte dos imigrantes, o conhecimento sobre o funcionamento das instituições surge como uma das condições de integração menos relevantes (Tabela 27).

Tabela 27. Condições de integração na sociedade portuguesa

	%
Saber falar bem português	31,8
Saber como funcionam os serviços	20,1
Ter trabalho	54,1
Obter a nacionalidade portuguesa	22,8
Ter amigos portugueses	21,1
Ter amigos da sua nacionalidade	14,9
Ter a família consigo	33,6

Os grupos territoriais que se tem vindo a examinar atribuem um significado variável às diferentes condições de integração. Os imigrantes de Leste, certamente devido ao desconhecimento

⁵¹ Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 1999, residiam em Portugal 2.373 pessoas de um país do Leste Europeu (SEF, 1999).

⁵² Sobre a integração económica como forma instrumental de integração ver Eisenstadt (1954) e Esser (1980).

inicial que tinham da língua portuguesa, consideram como mais importante o desenvolvimento das suas competências linguísticas (63%). Mas os três grupos afirmam como condição essencial à integração o exercício de uma actividade profissional (respectivamente, 63%, 58% e 56% para brasileiros, nacionais dos PALOP e de Leste). A família surge como condição fundamental de integração, sobretudo, para os imigrantes dos PALOP (43%) e do Brasil (37%). Os imigrantes de Leste consideram a família como a terceira condição relevante para a sua integração (29%). De referir ainda que as relações de amizade com portugueses surgem como importantes para 32% dos brasileiros, 18% dos imigrantes dos PALOP e 12% dos nacionais da Europa de Leste e que a aquisição da nacionalidade portuguesa é referida por cerca de um quarto de cada um dos três grupos de nacionalidade⁵³.

2. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO PORTUGUESA

O segundo universo sobre o qual se baseia o presente estudo é a população de nacionalidade portuguesa a residir no Continente, cuja amostra foi constituída segundo os procedimentos explicitados no Anexo 2. Tendo sido intenção do desenho da sondagem e da forma como foram realizados os trabalhos de campo obter uma amostra representativa, e havendo a possibilidade de discutir a qualidade dos dados obtidos em função do que se sabe de algumas características da população portuguesa a partir dos dados oficiais (Censo de 2001 e outras estimativas do INE), no que respeita à estrutura e outras características populacionais, esta parte, para além de caracterizar a população inquirida, em termos demográficos e socioculturais, pretende ver em que medida ela corresponde à do território do Continente e avaliar a qualidade dos dados obtidos comparando as estruturas conhecidas do universo e da amostra, dando assim, ao leitor, os instrumentos de avaliação da credibilidade do trabalho realizado e dos resultados obtidos. Não podendo ser a mesma análise feita acerca dos imigrantes, poder-se-á considerar o presente estudo como uma aproximação à questão, embora se saiba que os problemas da obtenção de uma amostra representativa para as populações portuguesa e imigrante são substancialmente diferentes.

53 As percentagens exactas são: nacionais dos PALOP, 28%; brasileiros, 24% e europeus de Leste, 27%.

As variáveis demográficas e a representatividade da amostra

O inquérito à população portuguesa foi realizado entre 15 de Maio e 27 de Junho de 2004 e inquiriu 1.539 pessoas. O universo era constituído por todas as pessoas de ambos os sexos com 18 e mais anos.

A diferenciação dos inquiridos em termos de sexo e a sua comparação com as estimativas feitas pelo INE para a população residente para 31 de Dezembro de 2003 é feita na Tabela 28, onde faltam 32 inquiridos cujo sexo não foi registado.

Tabela 28. Respondentes cujo sexo foi registado no inquérito

	N	%	Estimativa INE
Masculino	649	43,1	47,7
Feminino	858	56,9	52,3
Total	1507	100,0	100,0

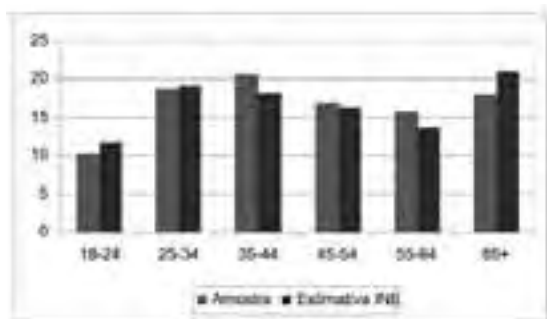
A tabela mostra haver algumas diferenças entre a amostra e estimativa do INE, estando os homens subrepresentados na amostra em 4,6%. Mas estas diferenças não são estatisticamente significativas,⁵⁴ o que nos habilita a afirmar que por ela não são introduzidos viesamentos de monta no que se refere a esta característica. De facto, estas diferenças poderiam ter sido obtidas numa amostra aleatória como a que foi realizada.

No que respeita à *idade* dos respondentes, verifica-se igualmente existir uma proporção sensivelmente semelhante entre os dados oficiais (estimativas da população portuguesa do Continente em 31 de Dezembro de 2003) e os obtidos na sondagem em todos os grupos considerados, como se constata no Gráfico 14, sendo certo que as duas distribuições não têm diferenças significativas.⁵⁵ Assim, as percentagens ligeiramente inferiores da amostra relativamente à população, no que respeita aos jovens e idosos, e as diferenças para mais, nas idades adultas, não são erros que afectem a validade dos dados, pois resultam de variações intrínsecas a qualquer amostra e das incertezas nas próprias estimativas.

54 $\chi^2 (1) = 0,428, p > 0,50$.

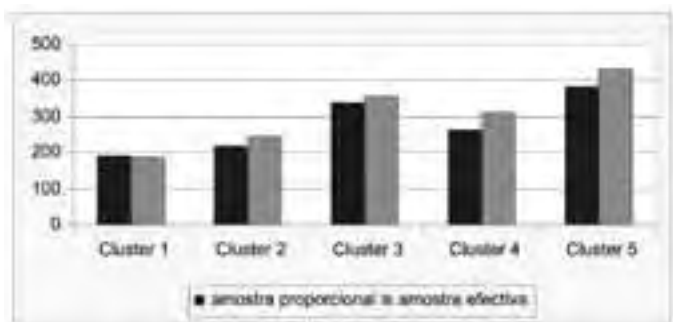
55 $\chi^2 (5) = 0,644, p > 0,95$.

Gráfico 14. Estrutura etária da população inquirida e dos efectivos residentes no Continente



Um outro aspecto fundamental da análise da representatividade da amostra está na sua dispersão pelo território, para o que se não seguiu um critério geográfico, do tipo da região administrativa, mas se fez uma classificação das localidades em clusters com base em características demográficas e sociológicas em que o número de estrangeiros constituísse um dos critérios fundamentais de diferenciação, como se explica mais abundantemente no Anexo metodológico. Por isso, interessa ver em que medida os dados obtidos correspondem em termos estruturais aos que eram expectáveis, estando os dados essenciais à avaliação da questão representados no Gráfico 15, em que se faz a comparação entre a amostra desejada em função da proporção de população dos clusters e os inquéritos efectivamente realizados em cada um deles.

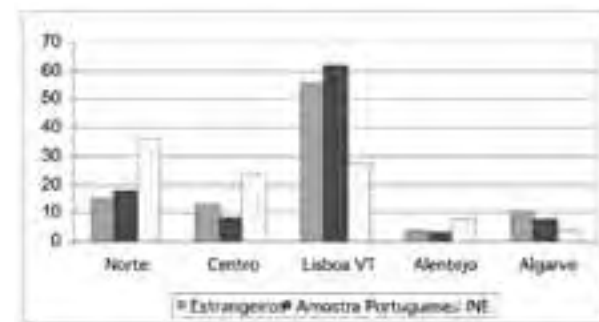
Gráfico 15. Comparação entre a amostra proporcional desejada e a amostra efectiva



Como se mostra no gráfico, há uma quase coincidência entre a amostra ideal e a amostra conseguida, a não ser nos clusters mais populosos (cluster 4 e 5), o que, porém, não é suficiente para que a amostra desejada e a amostra efectiva sejam significativamente diferentes.⁵⁶

Tendo, pois, em conta que não foi a região mas o cluster que serviu de critério à distribuição proporcional da amostra, não admira que nela se não retratem as proporções da população portuguesa segundo as regiões administrativas do Continente, como se pode ver no Gráfico 16, onde se compara a população portuguesa de 18 e mais anos, segundo as estimativas oficiais para o fim do ano de 2003 (identificada no gráfico sob a designação 'INE'), com as percentagens de portugueses na amostra e com as de estrangeiros no Censo de 2001.

Gráfico 16. Distribuição pelas NUTs II da população inquirida e dos efectivos residentes no Continente



De resto, não se supunha que tal acontecesse. Crítico seria haver diferenças notórias entre a distribuição dos imigrantes na amostra e nas NUTs. Mas isso não se verifica: a sobrerepresentação da amostra em Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve e a subrepresentação nas demais regiões não são significativas.⁵⁷ Por isso, não é ousado dizer que, tanto quanto se pode deduzir dos dados disponíveis, a amostra reproduz a estrutura da distribuição dos estrangeiros em termos regionais e, por consequência, também dos imigrantes.

⁵⁶ $\chi^2 (4) = 2,479, p > 0,50$.

⁵⁷ $\chi^2 (4) = 1,913, p > 0,70$.

Tendo em conta o que acabámos de dizer, não admira que também a proporção da população portuguesa, em termos de uma diferenciação rural-urbana, não tenha sido respeitada na amostra. Com efeito, os inquéritos realizados em localidades que foram classificadas como rurais por terem menos de 3000 habitantes, apenas atingem 15% do total de respondentes, enquanto que a estatística relativa à população portuguesa representa 31%. Se, porém, atendermos a que 86% da população estrangeira vivia em zonas com mais de 3000 habitantes, verificamos que o seu número corresponde exactamente à proporção de urbanos obtidos na amostra, 85%.

Residindo os imigrantes sobretudo em meios urbanos, forçoso era que a população portuguesa inquirida reflectisse esta maior urbanização dos imigrantes, o que não impede que, com os novos fluxos de imigrantes que chegaram a Portugal no final da década de 90 e inícios do novo milénio, se tenha assistido a uma maior dispersão regional da população imigrante e a uma maior extensão dessa população para áreas rurais, porém, ainda não suficiente para alterar o carácter essencialmente urbano da imigração em Portugal. De resto, as estatísticas do Censo de 2001 já dão conta de parte deste fenómeno. Deduz-se, pois, destes dados, que as únicas distorções existentes na amostra, no que respeita à população portuguesa, se referem à variável região e à categoria rural-urbano. E isto só no respeitante à população portuguesa que não à imigrante.

Adquirido como está que a amostra é representativa no que respeita aos três itens demográficos que podem ser controlados através da sua correspondência em relação aos dados oficiais e que constituem indicadores relativamente estáveis e estruturantes, não valerá muito a pena insistir neste tipo de comparações já que para a maioria das outras características da população da amostra as fontes utilizadas não são mais seguras do que a da presente amostra aleatória. Ainda assim, aqui ou além, serão apresentados elementos que indicam que, quanto aos valores de caracterização encontrados, nos aspectos que estão menos sujeitos a mudanças estruturais, existe uma quase coincidência entre as percentagens obtidas e as que caracterizam o universo.

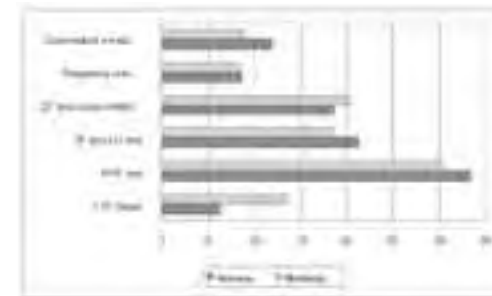
Do que se disse pode-se, pois, deduzir que os traços individualizantes das categorias sociais, quando significativos, podem ser tomados como representando as características do universo. De facto, a amostra corresponde ao desenho que dela foi feito no sentido

de captar representativamente as imagens que os portugueses fazem dos imigrantes. Por outro lado, sabendo que esta amostra passa os testes fundamentais de representatividade, mesmo tendo sido condicionada no seu desenho pela presença diferencial dos imigrantes no território do Continente, é legítimo concluir que a sondagem aos imigrantes também o é, pois foi feita com a mesma metodologia de base, pela mesma equipa e sob as mesmas exigências de qualidade e de controle do trabalho de campo.

Características sociais e culturais dos inquiridos

Um dos elementos relevantes da caracterização da população respondente é o seu grau de instrução, dado que ele tem interferência na diferenciação de grande parte das atitudes e comportamentos que foram objecto de inquérito. Os resultados obtidos, diferenciados em termos de sexo, estão representados no Gráfico 17.

Gráfico 17. Instrução dos respondentes, por género



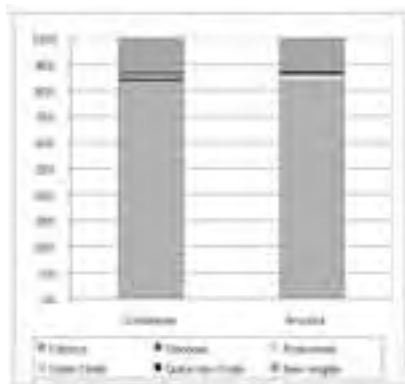
Dele se retira que o perfil de instrução dos inquiridos é relativamente baixo, possuindo a maioria dos entrevistados níveis de instrução iguais ou inferiores ao 6º ano de escolaridade (42%), quantitativo ligeiramente inferior ao total nacional registado no Censo de 2001 (47%). Da mesma forma, regista-se uma percentagem apreciável de indivíduos que não frequentaram a escola ou que não terminaram a 4ª classe (10%), superior, inclusive, à apontada pelo último recenseamento (6%). Há, porém, um grupo significativo de indivíduos que possui níveis de escolarização intermédios (20%) ou superiores (10%), enquanto, em 2001, se registavam 14% e 10% para os níveis intermédios e superior, respectivamente.⁵⁸

58 Cf. INE, *Censo de 2001*, quadro 6.37.

Como seria de esperar, em resultado da gradual expansão da oferta educativa que afectou de forma diferenciada as diferentes gerações de indivíduos inquiridos, os entrevistados com 45 ou mais anos apresentam níveis de instrução mais baixos do que os com menos de 45 anos. Assim, enquanto 66% dos primeiros têm seis ou menos anos de escolaridade, somente 17% dos segundos apresentam os mesmos níveis de instrução. Do gráfico resulta ainda que as mulheres, mais do que os homens, têm níveis de instrução muito baixos (menos do que a 4.º ano/classe), da mesma maneira que não tinham atingido, na mesma proporção que os homens, a licenciatura ou graus superiores.

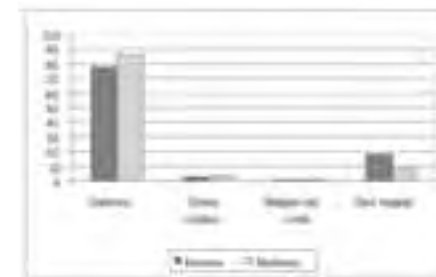
No que se refere à religião, os valores, tanto no que concerne aos dados oficiais como aos dos respondentes ao inquérito, estão representados no Gráfico 18.

Gráfico 18. Posições religiosas da população do Continente em 2001 e da amostra



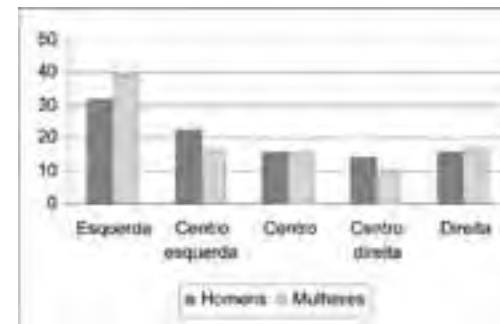
Dele se deduz, em primeiro lugar, que a estrutura religiosa da população foi correctamente captada na sondagem. De facto, os católicos são 84,4% no Censo e 83,3% na amostra, da mesma maneira que para os sem religião os valores chegam a 13,3% no Censo e 12,7% na amostra (as diferenças nas demais categorias são extremamente pequenas). Separando estes totais por sexos e agregando os diversos grupos apenas em 'religião católica', 'outra religião cristã', 'religião não cristã' e 'sem religião' obtemos o Gráfico 19 no qual se entrevê uma realidade de todos conhecida: a feminização da religião e a masculinização da irreligiosidade.

Gráfico 19. Posição religiosa na amostra em função do sexo



Ainda relativamente à caracterização da população em termos de posicionamentos ideológicos, apresentam-se os resultados de uma pergunta sobre a orientação política dos respondentes onde se lhes pedia que se auto-posicionassem numa escala de 5 termos que iam da esquerda à direita. Os resultados, separados por sexos, constam do Gráfico 20.

Gráfico 20. Posição política na amostra em função do sexo



Nele se vêem alguns factos dignos de nota: o primeiro, e mais significativo, é que a população se considera maioritariamente de esquerda; de facto, somando a esquerda com o centro esquerda obtemos um total de 55%. O centro, o centro direita e a direita só contam, por isso, 45%; e o centro direita e a direita, juntos, apenas somam 28%.

É, por outro lado, conveniente notar que todos os partidos de ‘esquerda’, na eleição para a Assembleia da República, em 2002, apenas tinham obtido no seu conjunto 48,4%. Mas, em 2005, ultrapassaram a fasquia colocada no inquérito, já que subiram para 59,9%.⁵⁹ A sondagem tem, pois, valores que estão a meio termo entre estas duas votações e captam posicionamentos tendenciais muito mais verdadeiros do que seríamos tentados a pensar em primeira análise.

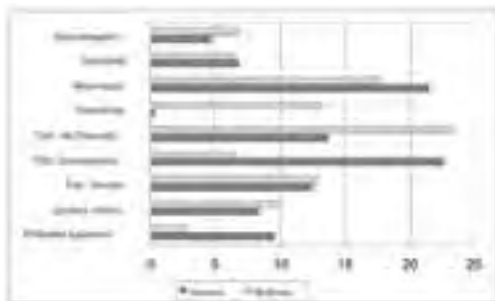
As variações na situação laboral e económica

No que se refere à situação económica dos respondentes, temos alguns valores objectivos – tanto quanto as opiniões expressas num inquérito correspondem à verdade dos factos – tais como a profissão e o rendimento, e outros que derivam de uma apreciação subjectiva da situação económica, sobre a qual os respondentes se pronunciaram.

Relativamente à ocupação ou profissão exercida pelos inquiridos activos, verifica-se que dominam os profissionais não especializados (32%), seguidos pelos trabalhadores especializados e os trabalhadores dos serviços (respectivamente, 22% e 21%), pelos quadros médios (15%) e os profissionais superiores (10%).

A profissão/ocupação dos respondentes, diferenciada entre mulheres e homens, está representada no Gráfico 21, nele sendo particularmente notório o desequilíbrio entre os dois sexos no que diz respeito aos quadros superiores e aos trabalhadores especializados (e, obviamente, às domésticas, que começam a ter alguns representantes masculinos).

Gráfico 21. Profissão/ocupação dos respondentes em função do sexo



⁵⁹ Cf. <http://www.eleicoes.mj.pt>.

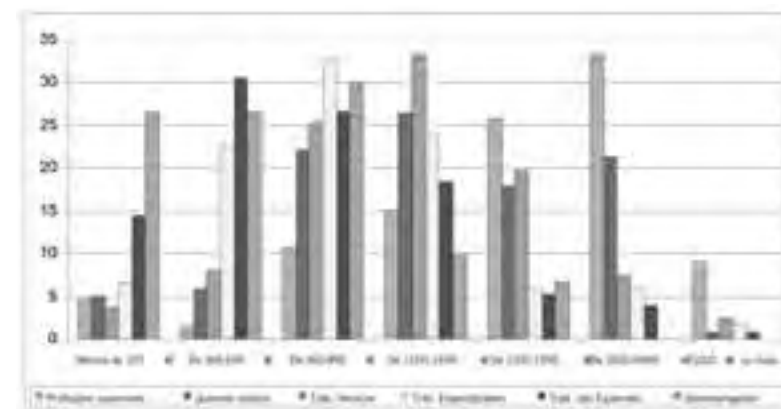
As mulheres são maioritárias nas profissões não especializadas (42%) – em que estão incluídos os trabalhos de limpeza – contra 21% para os homens, enquanto estes exercem profissões especializadas (34%, contra 12% para as mulheres) ou superiores (14% e 5%, respectivamente, para homens e mulheres) em maior proporção.

Por outro lado, a maioria dos inquiridos activos trabalha por conta de outrem (79%), havendo, porém, uma proporção não negligenciável de trabalhadores por conta própria (20%), quer isoladamente (9%), quer com empregados (4%) quer, ainda, com familiares (7%). Os dados do Censo de 2001 mostram também que a esmagadora maioria dos indivíduos trabalhava por conta de outrem (81,6%) e os que trabalham por conta própria ascendem a 16,6%, valores estes muito próximos dos que foram obtidos na amostra⁶⁰.

No que se refere à influência da estrutura ocupacional da população inquirida nos níveis de rendimentos do agregado familiar, o Gráfico 22 documenta uma realidade previsível, complexa e de difícil leitura, ainda assim mais compreensível do que se a tivéssemos de exprimir apenas por palavras.

⁶⁰ Cf. INE, Censo de 2001, quadro 6.37.

Gráfico 22. Rendimento mensal familiar em função da profissão/ocupação dos respondentes



Uma forma de dar alguma transparência a este conjunto de dados é assinalar as modas de cada uma das categorias socioprofissionais: nas profissões superiores, ela está na categoria dos 2000-4990€; na dos quadros médios e trabalhadores dos serviços, na dos 1000-1499€; na dos trabalhadores especializados e desempregados, na dos 600-999€; e na dos trabalhadores não especializados, na 366-599€.

Em termos gerais, a maioria dos inquiridos declarou ter um rendimento inferior a 1.000€ (51%) e 21% declarou auferir rendimentos superiores a 1.500€. Deve ainda referir-se que 8% dos entrevistados afirmou receber menos do que o salário mínimo (365€). Nota-se, em particular, a percentagem (5%) de pessoas que têm profissão superior e têm um rendimento familiar inferior a 365€, certamente porque em situação de trabalho ocasional ou horário reduzido.

Do gráfico resultam, por outro lado, algumas tendências notórias e quase 'intuitivas', designadamente que em cada uma das categorias de rendimentos, até à de 600-999€, aumenta a percentagem dos que as auferem à medida que diminui a sua qualificação socioprofissional; ao contrário, a partir do 1500-1999€, decrescem os que têm tais montantes à medida que diminui a sua qualificação. Todas estas variações são, de resto, estatisticamente significativas.⁶¹

Se, por outro lado, olhamos para os inquiridos em termos da sua actividade económica, notamos que 60% são activos e 40% inactivos. Relativamente a estes últimos, a maioria é formada por reformados (19%) e domésticas (8%), seguidos pelos estudantes (7%) e desempregados (6%). Estes valores são relativamente próximos aos apurados no censo de 2001, onde a população sem actividade económica se repartia por estudantes (7,8%), domésticas (8%) e os reformados, estes com maior expressão, já que atingiam os 22,2%. Em 2001, a percentagem de desempregados era, porém, menor (3,9%). De notar, no entanto, que, em 2001, se registava um quantitativo adicional de 5,5% relativo à «população sem actividade económica»: «incapacitados permanentes» e «outras situações».⁶²

Estes valores, dedutíveis da pergunta acerca da ocupação/profissão, são, no entanto, diferentes daqueles que se retiram de uma outra questão sobre se, durante o último ano, o respondente tinha

estado desempregado 'pelo menos uma vez', o que corresponde a uma experiência de desemprego porventura já terminada. Numa outra questão, procurava-se saber se algum membro da família do respondente tinha estado em idêntica situação em igual período. Os dados relevantes relativos a estas questões são os seguintes: 17% dos inquiridos dizem ter estado desempregados pelo menos uma vez no último ano e 33% afirma haver na sua família alguém que também ficou desempregado neste mesmo período. Tendo-se igualmente perguntado se as empresas em que os respondentes trabalhavam tinham despedido trabalhadores, verificou-se que a percentagem de respostas afirmativas não ia além de 26%. Algumas das aparentes discrepâncias entre estes números não contradizem, porém, a situação precária de emprego sentida, na altura em que foi feito o inquérito, por uma parte importante da população inquirida.

Como nas respostas a todos os questionários se imiscui o desejo de projectar uma imagem conforme com o que é considerado social, política e culturalmente correcto, nada como perguntar directamente como é que os respondentes avaliavam a sua situação económica, pedindo-se-lhes que a classificassem numa escala de cinco termos que iam do 'muito boa' ao 'muito má', passando por três outros pontos intermédios. Segundo a Tabela 29, em termos globais, quase 2/3 dos respondentes considerava-a satisfatória. Mas a distribuição está inclinada para os valores negativos: apenas 13% diz que ela é boa ou muito boa, enquanto que os que dizem que é má ou muito má atingem o dobro (26%).

Tabela 29. Avaliação da situação económica por parte dos respondentes

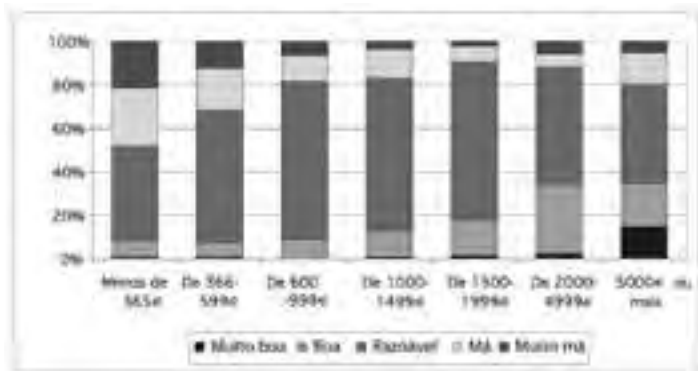
	N	% válida
Muito boa	16	1,1
Boa	171	11,4
Satisfatória	933	62,1
Má	252	16,8
Muito má	130	8,7
Total	1502	100,0

⁶¹ $\chi^2(30) = 244,27$, $p = 0,50$; $t_b = -0,38$; $p = 0,00$.

⁶² Cf. INE, Censo de 2001, quadro 6.28.

Tratando-se de uma questão que tem a ver menos com a verdade dos factos do que com a correspondência destes à ideia que o respondente faz da sua situação, e não havendo uma pauta uniforme da bondade ou da maldade dela, tentámos verificar em função de que variáveis diferiam as suas avaliações. E, em primeiro lugar, estudámos a sua relação com o rendimento da família. Os valores de tal cruzamento são os que constam do Gráfico 23.

Gráfico 23. Avaliação da situação económica em função do rendimento



Nele se vê que as tendências só se tornam claras quando os respondentes consideram que a sua situação é má ou muito má, decrescendo, então, as percentagens, como era de esperar. Mas isso não impede que alguns dos inquiridos, embora poucos, com rendimentos muito elevados, considerem que a sua situação é má ou muito má.

A experiência de emigração

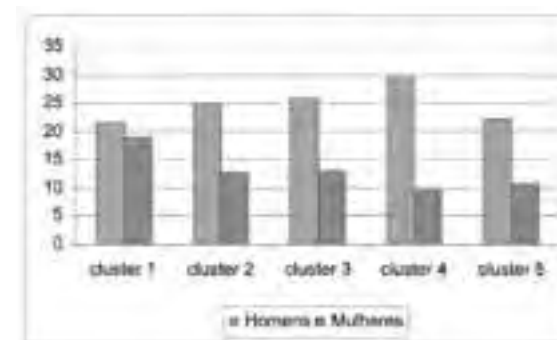
Entre os elementos caracterizadores da população portuguesa com interesse para a compreensão das suas atitudes relativamente aos imigrantes está a sua experiência da emigração, a qual constitui um factor importante na abertura das comunidades rurais ao exterior e à entrada no país de novas formas de olhar para a realidade envolvente. Por isso, foram feitas três perguntas sobre a matéria, a primeira e a segunda questionando sobre se o respondente alguma vez saiu de Portugal para trabalhar e em que data o fez,

e a terceira sobre se algum dos seus familiares mais próximos (pais, irmãos, filhos ou avós) também já tinha emigrado.

No que se refere à experiência emigratória do inquirido, regista-se que 18% dos entrevistados afirmaram já terem saído de Portugal para exercer uma actividade profissional, dos quais 60% homens e 40% mulheres. Destes 18%, 32% tinham saído pela última vez de Portugal antes de 1974, 22% entre 1975 e 1985, 21% entre 1986 e 1995 e 25% entre 1996 e 2003, dados estes que sustentam as conclusões de alguns autores relativas à reanimação e manutenção de fluxos emigratórios para o estrangeiro após a crise petrolífera do início da década de 70 (cf. Baganha, 1993; Baganha e Peixoto, 1997; Baganha, Ferrão e Malheiros, 2002; Peixoto, 1993 e 2004).

Os resultados globais apontam para grandes diferenças entre os sexos no que toca à experiência de emigração, já que 25% dos homens respondeu afirmativamente à pergunta e apenas 13% das mulheres o fizeram. Estas diferenças podem ser constatadas quando se introduz a variável cluster, como se vê no Gráfico 24, que nos mostra tendências divergentes em termos do sexo. Com efeito, em termos gerais, e não entrando em pormenores pouco significativos, enquanto a percentagem de homens cresce, à medida que se passa de clusters com pouca população para clusters mais populosos, a das mulheres tem o sinal contrário.

Gráfico 24. Respondentes que alguma vez emigraram, por cluster e sexo



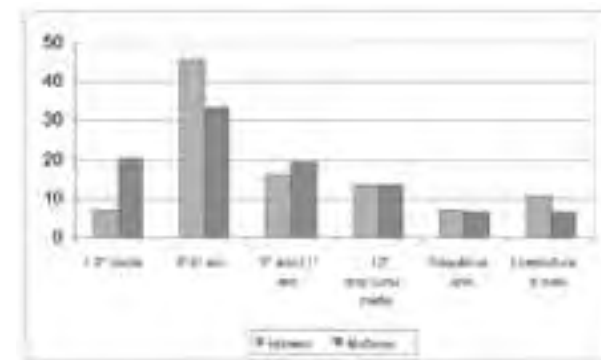
Quanto à experiência emigratória dos familiares dos respondentes, pode-se avançar um dado que, só por si, é significativo: mais de metade dos respondentes (59%) diz ter entre os seus familiares próximos alguém que já saiu alguma vez do país para trabalhar, o que nos leva a pôr a questão de saber em que medida a emigração se reproduz nas famílias. Para o saber, cruzámos a pergunta sobre a emigração do próprio com a dos seus familiares. Os resultados são os que constam da Tabela 30, na qual se vê que apenas 10% emigraram sem que houvesse alguém na família que o tivesse feito, ao passo que 23% iniciou ou seguiu uma tradição emigratória. Dito de outra maneira, tomando apenas em conta os que já emigraram, temos que 31% iniciou uma prática emigratória enquanto que os restantes mais de 2/3 reproduziu ou iniciou uma tradição familiar.

Tabela 30. Cruzamento das respostas sobre a experiência de imigração do respondente e dos seus familiares

		Se o próprio saiu de Portugal para trabalhar	
		Sim	Não
Se familiares saíram de Portugal para trabalhar	Sim	23,4%	76,6%
	Não	10,2%	89,8%

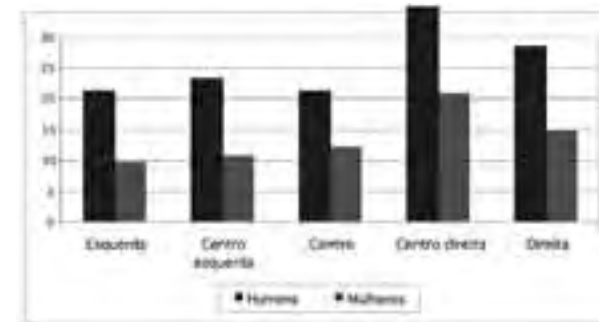
De todas as variáveis que podiam ser chamadas à compreensão deste fenómeno emigratório, enquanto experimentado pela população portuguesa, pareceu-nos particularmente demonstrativo das características da população inquirida o nível de instrução, cujas percentagens, diferenciadas pelo sexo dos respondentes, são apresentadas no Gráfico 25. Nele se vê algum paralelismo entre os sexos na emigração a partir do 9.º ano de escolaridade. Mas, no que toca aos níveis mais baixos de instrução, as diferenças são notórias, havendo entre os analfabetos mais mulheres do que homens a emigrar, o que não só reproduz a diferencial estrutura do analfabetismo em termos de sexo mas também parece documentar o facto de muitas mulheres analfabetas saírem do país para se juntar a seus maridos.

Gráfico 25. Repartição dos respondentes que alguma vez emigraram, por instrução e sexo



Por último, perguntámo-nos se a experiência de emigração teria alguma coisa a ver com a orientação política, mostrando o Gráfico 26 que as pessoas de direita emigram mais do que as de esquerda.

Gráfico 26. Distribuição dos respondentes que alguma vez emigraram, por posição política e sexo



Mas se, no que se refere à esquerda, as mulheres não chegam a metade dos emigrantes homens, no centro e na direita, sobretudo no centro direita, a proporção de mulheres é bastante mais do que metade dos homens. Não se vislumbra, porém, a razão de ser destes factos.

CAPÍTULO 3.

SATISFAÇÃO COM A VIDA E VALORES INTERINDIVIDUAIS

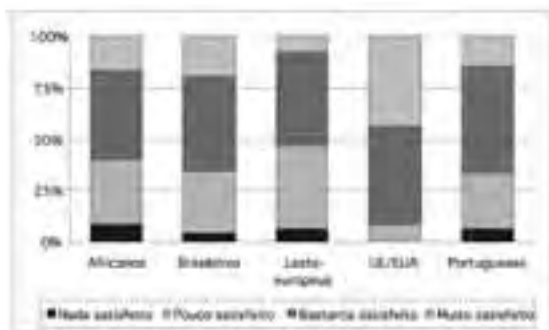
Na sequência da análise feita no capítulo precedente às características da população portuguesa e imigrante, faz-se neste o estudo de diversas questões relacionadas com as atitudes perante a vida e os valores interindividuais, temáticas que serão continuadas no próximo capítulo, que tratará dos valores sociais e políticos. As questões em apreço, relativas tanto aos portugueses como aos imigrantes, serão analisadas em termos abrangentes, aferindo as eventuais semelhanças ou dissemelhanças existentes entre estes grupos, distinguindo os imigrantes segundo denominações – africanos, brasileiros e de Leste –, não porque constituam grupos homogêneos, nos seus aspectos caracterizados, mas porque são entendidos habitualmente como unidades distintas, em termos dos estereótipos com que a população portuguesa os identifica. Excepcionalmente será considerado um grupo ainda mais heterogêneo, constituído por pessoas provenientes da UE e dos EUA, do Canadá, da Austrália, etc., as quais, não sendo imigrantes ‘económicos’ no sentido estrito do termo, não suscitam o mesmo tipo de atitudes. O capítulo começa com uma questão, que só indirectamente tem a ver com os valores das relações interpessoais, e termina com uma outra, que, em boa verdade, poderia estar colocada no seguinte. Aqui colocada estabelece uma ponte para ele.

1. SATISFAÇÃO COM A VIDA

A satisfação que a pessoa sente com a sua situação, não sendo um valor, estabelece o quadro de fundo em que os valores podem ser colocados. Dependente da auto-avaliação que a pessoa faz da sua vida em geral – humores e amores, vivências e sonhos, amarguras e trabalhos –, bem como do sentimento de realização profissional e pessoal, a satisfação pode ser interpretada como uma variável que influi nas relações com outrem, elas sim situadas no centro da nossa investigação. Por isso se destaca e analisa a informação recolhida, tentando explicar-lhes as variações.

A pergunta que dizia respeito à satisfação com a vida foi colocada tanto no inquérito aos imigrantes como à população portuguesa. O Gráfico 27 mostra os resultados das respectivas amostras, segundo a categorização utilizada no inquérito: ‘nada’, ‘pouco’, ‘bastante’ ou ‘muito’ satisfeito.

Gráfico 27. Grau de satisfação com a vida em Portugal, segundo o grupo territorial de origem do inquirido



Se tomarmos os imigrantes no seu conjunto, verificamos que a sua maioria, quando inquirida sobre o tema em análise, se declara ‘bastante’ ou ‘muito’ satisfeita. Se, porém, olharmos para cada um dos grupos em que foram divididas as amostras, vemos que os imigrantes de Leste são os que maior insatisfação manifestam (47% dizem estar pouco ou nada satisfeitos).⁶³ Deles se aproximam os africanos: 40% confessam estar ‘pouco’ ou ‘nada satisfeitos’ com a vida. Os brasileiros, por seu lado, são os que têm valores mais próximos dos cidadãos europeus: 66% afirmam estar ‘bastante’ ou ‘muito satisfeitos’; e os portugueses seguem na sua pegada, com a mesma percentagem nas mesmas categorias. No pólo oposto dos imigrantes de Leste, estão os estrangeiros postos na cate-

goria conjunta ‘UE/EUA’: nenhum deles se diz ‘nada satisfeito’ e apenas um em cada dez se confessa ‘pouco satisfeito’.

Nestes resultados, deve-se sobretudo pôr em evidência que as posições extremas de satisfação e insatisfação parecem estar

relacionadas com os tipos de trabalho executado por cada grupo, com as razões que levaram à entrada no nosso país, com o estatuto social e com o grau de liberdade de decisão relativamente a continuar ou não inserido na sociedade portuguesa. Uma interpretação generalista dos dados leva, por isso, a colocar a hipótese, no que se refere aos não nacionais, de que o grau de insatisfação depende da diferença entre as expectativas que a pessoa tem relativamente ao trabalho e à integração na sociedade de acolhimento e as reais condições que encontra nos mais diversos aspectos em que se podem desagregar esses conceitos; e que, no caso português, têm sobretudo a ver com as condições materiais de vida.

Estas considerações poderiam ser operacionalizadas de diversas maneiras; mas não há no inquérito elementos suficientes para o seu tratamento completo. Por isso, apenas tentamos compreender a questão em termos de algumas variáveis caracterizadoras das subpopulações em causa, examinando sistematicamente as relações entre o grau de satisfação com a vida e as variáveis sociogeográficas, sociodemográficas, socioeconómicas e culturais, tanto no que diz respeito à população imigrante como à população portuguesa.

Variáveis demográficas e geográficas

No que se refere às variáveis demográficas, coloca-se, em primeiro lugar, a questão de saber se é teoricamente expectável que os homens devam ter maior ou menor satisfação com a vida do que as mulheres. Na verdade, não se vê qualquer justificação para que isso aconteça. E de facto, tanto na sondagem à *população portuguesa* como na referente à *imigrante*, não se observaram diferenças que não resultem da aleatoriedade amostral.

No que respeita à *idade*, a situação é diferente: não parece incorrecto supor que, nas idades mais jovens, o idealismo leve a olhar a vida de forma menos negativa do que nas idades mais avançadas, quando as desilusões começam a acumular-se e o peso da vida se faz sentir. A idade deve, pois, ter alguma influência na expressão do sentimento de satisfação com a vida. Ora, acontece que os resultados confirmam a hipótese. No que se refere à *população portuguesa*, verifica-se haver diferenças significativas no grau de

⁶³ As diferenças entre os três grupos de imigrantes (valores médios de satisfação) são significativas (F(2,1252) = 8,44; p < 0,00).

satisfação quando cruzado pela idade, sendo o valor do τ_b de Kendall⁶⁴ significativo, embora moderado.⁶⁵ Sendo negativa, esta associação indica, como se supôs, que, com o avançar da idade, há maior tendência para considerar a vida mais negativamente. No entanto, no que se refere à *população imigrante*, os resultados não confirmam a hipótese: havendo diferenças significativas para o conjunto dos imigrantes, não se configuram segundo um padrão definido,⁶⁶ o que poderá ser explicado pela heterogeneidade das populações que são agregadas no conjunto imigrante.

No que se refere às variáveis sociogeográficas, destrinchadas em duas perspectivas – a da dimensão das localidades onde foi feito o inquérito (quer desagregada em cinco clusters, progressivamente mais populosos, quer sintetizada no binómio rural-urbano) e a da localização no território (cinco NUTs II ou regiões) –, é difícil definir teoricamente a hipótese da sua relação com o grau de satisfação ou insatisfação, a não ser recorrendo à ideologia romântica de que a vida no campo é mais agradável, tranquila e saudável do que na cidade. E se é certo que, para alguns espíritos e situações, esta ideologia funciona – determinando, por exemplo, o retorno de idosos para o campo para gozar a reforma –, não se sabe se esse movimento se faz de forma a reflectir-se nos resultados.

Mas se as dificuldades de definição do sentido das relações entre as duas variáveis são grandes em relação aos portugueses, tornam-se quase insuperáveis quando se trata dos imigrantes, cuja localização no território depende substancialmente da existência ou não de trabalho nas localidades onde, muitas vezes, residem acidental e precariamente. A mobilidade dos imigrantes no território é, na verdade, muito grande, sem dúvida superior à da população autóctone.

Não obstante, a questão foi explorada, tendo-se chegado à conclusão de que, no que respeita à *região*, se verifica que os imigrantes residentes no Alentejo e Algarve dizem estar mais satisfeitos com a sua vida em Portugal do que os das outras regiões.⁶⁷ E tal não se deve ao facto dos diferentes grupos não se distribuírem

uniformemente no território.⁶⁸ De facto, independentemente da sua origem geográfica, os imigrantes residentes no sul do país estão muito mais satisfeitos com a sua vida do que os que vivem nas outras regiões⁶⁹.

Colocou-se ainda a hipótese de o grau de satisfação estar relacionado com o número de imigrantes na zona de residência do respondente, para o que se poderia utilizar a informação dada pelos inquiridores relativamente a haver nos locais de inquérito ‘poucos’, ‘muitos’, ou ‘quase só imigrantes’. O fundamento da hipótese estaria em que o isolamento é factor de insatisfação e o convívio com os concidadãos contribui para a diminuição do sentimento de desenraizamento. Sabe-se, com efeito, que as pessoas com a mesma origem tendem a concentrar-se, o que permite recriar vivências culturais gratificantes. Por isso, é de esperar mais satisfação nos meios onde há muitos imigrantes, caso esse efeito não seja contrariado pelos comportamentos desviantes, controlo e opressão por parte de grupos criminosos ou por políticas urbanas limitadoras da qualidade de vida, que, por vezes, se desenvolvem em tais ambientes.

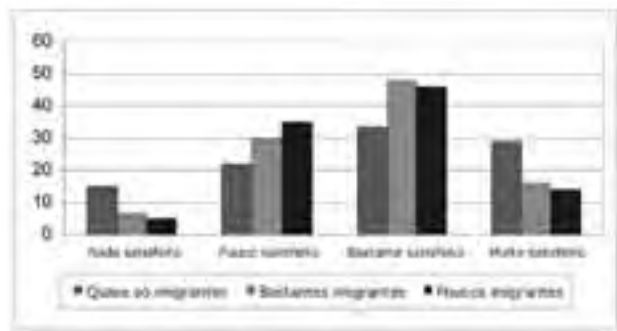
Estas deduções, teoricamente válidas para os imigrantes, não o são, porém, para a população portuguesa, para a qual seriam de imaginar relações opostas, já que um habitat em que haja ‘quase só imigrantes’ faz supor algum distanciamento em relação às pessoas da sua cultura original. No entanto, também podem ser entrevistados factores que têm efeito contrário a este, designadamente, o encanto com a cultura diferente, a simpatia dos imigrantes, etc.

Sendo difícil definir teoricamente o sentido das relações entre estas duas perguntas, tentámos verificar em que sentido se orientam os dados, construindo o Gráfico 28 e o Gráfico 29, relativos, respectivamente, à população portuguesa e à imigrante, nos quais é feito o cruzamento das respostas às perguntas sobre o grau de satisfação com a vida em função do número de imigrantes na zona.

68 $F(2,1252) = 5,37$; $p = 0,01$.

69 $F(4,1252) = 10,71$; $p < 0,00$.

Gráfico 28. Grau de satisfação dos portugueses em função do número de imigrantes na zona



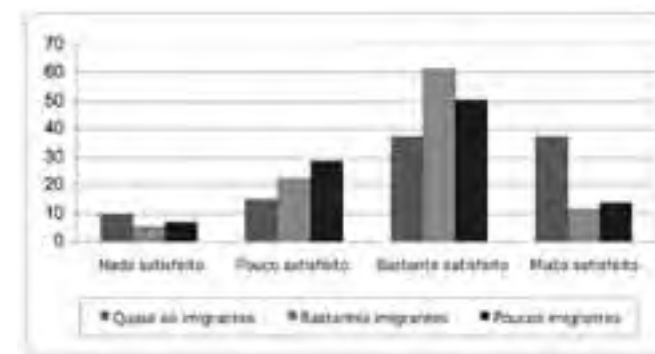
No que respeita à população portuguesa, o sentido das variações da insatisfação ou satisfação com a vida não parecem muito claros, embora tanto a distribuição como o valor do teste de Kendall (τ_b) sejam significativos, conquanto este tenha pequeno valor.⁷⁰ O gráfico mostra, com efeito, que os 'nada satisfeitos' decrescem com o número de imigrantes, os 'pouco satisfeitos' (tal como os 'bastante satisfeitos'), aumentam à medida que há menos imigrantes. Finalmente os 'muito satisfeitos' diminuem quando se rarefazem os imigrantes na zona de inquérito. Simplificando a análise e tomando apenas dois pontos, vemos mais facilmente que isto faz sentido e é consistente. Se, de facto, juntarmos as percentagens dos 'bastante' ou 'muito satisfeitos', encontramos 75% de respondentes 'satisfeitos' em habitats com 'quase só imigrantes'; pelo contrário, só há 64% de 'bastante' ou 'muito satisfeitos' em lugares onde há 'poucos imigrantes'; ou seja, o grau de satisfação com a vida é maior quando o meio social está cheio de imigrantes do que no caso contrário.

Seja qual for o sentido das relações esperadas – e vimos que a teoria, aliás, incompletamente explicitada, poderia orientar em

sentidos antagónicos –, estes dados são surpreendentes e altamente significativos das atitudes dos portugueses para com os imigrantes. Podem mesmo ser tomados como uma medida indirecta da sua aceitação pelos autóctones, pois a satisfação destes com a vida seria tanto maior quanto mais imigrantes há nas zonas em que habitam. Deve-se, por outro lado, acrescentar que a validade destes resultados é confirmada estatisticamente. Se, na verdade, reduzirmos a insatisfação a duas categorias, 'satisfeito' e 'insatisfeito', que agrupem, respectivamente, os dois itens mais próximos da escala, tanto a distribuição como o τ_b são significativos, sendo esta última estatística mais elevada do que no tratamento com os itens originais.⁷¹

Estas deduções são tanto mais de pôr em evidência quanto os dados referentes aos imigrantes não confirmam tão expressivamente a hipótese de que eles estejam mais satisfeitos quando vivem em habitats com 'quase só imigrantes', como se vê no Gráfico 29, embora, à primeira vista, seja semelhante ao anterior.

Gráfico 29. Grau de satisfação dos imigrantes em função do número de imigrantes na zona



De facto, quando temos em conta os valores das respostas em função das quatro categorias de satisfação e dos três de tipos de habitat, as estatísticas são significativas tanto no que se refere à distribuição como ao coeficiente de associação.⁷² Mas, se reduzirmos estes dados às categorias de 'satisfeitos' e 'insatisfeitos', a hipótese não é supor-

⁷⁰ $\chi^2(6) = 31,97$; $p < 0,00$;
 $\tau_b = -0,064$; $p = 0,01$.

⁷¹ $\chi^2(2) = 8,45$; $p < 0,02$;
 $\tau_b = -0,078$; $p < 0,01$.
⁷² $\chi^2(6) = 38,05$; $p < 0,00$;
 $\tau_b = -0,041$; $p = 0,13$

tada pelos dados, pois tanto a distribuição como o coeficiente de associação não são significativos. A mesma dedução seria, aliás, feita ao ver que apenas 63% dos imigrantes dizem sentir-se ‘bastante’ ou ‘muito satisfeitos’ nos locais onde há ‘quase só imigrantes’, enquanto 60% têm iguais sentimentos em habitats com poucos imigrantes. A diferença entre estes dois grupos é com efeito muito pequena.

Desta dupla análise, retira-se, pois, que os portugueses que vivem em meios onde há quase só imigrantes se sentem muito melhor do que os imigrantes em igual situação. Os gráficos antes comentados mostram que a hipótese inicial funciona ao contrário do que era esperado. Por outro lado, a semelhança na distribuição das suas respostas indicia que o fenómeno está correctamente medido em ambas as amostras.

Se tomarmos em linha de conta as datas de chegada a Portugal por parte dos imigrantes e as agruparmos em décadas (excepto na primeira e na última categoria), e em termos de ‘insatisfeito’ e ‘satisfeito’, obtemos os valores que constam da Tabela 31, a qual mostra que, se não tivermos em conta quem veio para Portugal antes de 1970, o grau de satisfação aumenta em função directa da antiguidade da estadia no nosso país,⁷³ o que pode ser interpretado no sentido de que o tempo é uma variável importante para a inserção na sociedade e para a criação de laços e rotinas que contribuem para a sensação de estar bem com a vida.

Tabela 31. Grau de satisfação dos imigrantes em função do ano de entrada

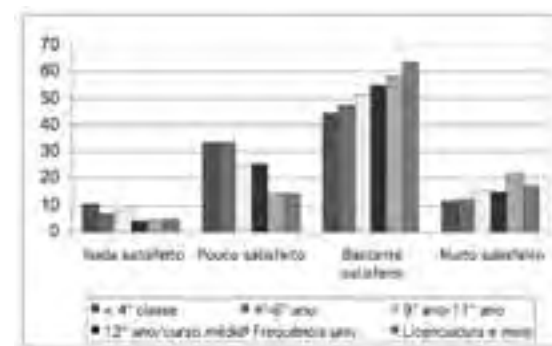
	Insatisfeito		Satisfeito	
	N	%	N	%
Antes de 1970	4	33,3%	8	66,7%
De 1970-1979	23	29,5%	55	70,5%
De 1980-1989	44	29,7%	104	70,3%
De 1990-1999	137	37,5%	228	62,5%
De 2000-2004	324	41,5%	457	58,5%
Total	532	38,4%	852	61,6%

Variáveis sociológicas

Mas se a correlação entre a satisfação e as variáveis de incidência geográfica não tem sentido claro, o mesmo não deveria acontecer com as chamadas variáveis sociológicas. Foi mostrado (Lages, 2004) que quanto mais directamente as variáveis explicativas têm a ver com as condições materiais de vida tanto mais forte é a sua associação com a felicidade, uma outra medida da satisfação. Assim, é de supor que também aqui o grau de instrução e o rendimento – a primeira estando relacionada com a possibilidade de acesso aos bens materiais, sociais e culturais e a segunda representando uma parte desses bens –, bem como a situação económica nos termos em que o respondente a entende, devam ter uma forte relação com o grau de satisfação.

No que respeita à *escolaridade*, a hipótese é sustentada pelos dados da sondagem aos portugueses, da qual se deduz que, quanto maior é a escolaridade, maior é a satisfação com a vida. De facto, tanto a distribuição como a associação entre as variáveis são significativas, embora o teste de Kendall seja moderado.⁷⁴ O Gráfico 30 mostra, na verdade, dois movimentos complementares: diminuem os ‘nada’ satisfeitos e ‘pouco’ satisfeitos à medida que a escolaridade aumenta e crescem com o grau de instrução os ‘bastante’ ou ‘muito’ satisfeitos. E de tal maneira são regulares na sua linearidade as quatro partes em que o gráfico se divide que não podemos deixar de nos admirar.

Gráfico 30. Grau de satisfação dos portugueses em função da escolaridade

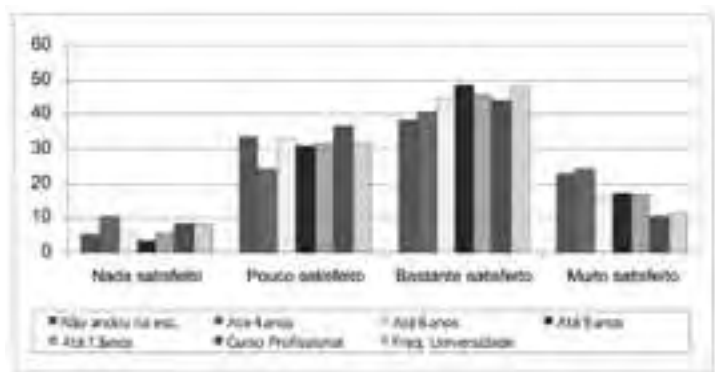


73 $\chi^2(4) = 10,71$; $p = 0,03$;
 $\tau_b = -0,078$; $p < 0,01$.

74 $\chi^2(15) = 53,50$;
 $p < 0,00$; $\tau_b = 0,137$;
 $p < 0,00$

No que respeita, porém, aos imigrantes, a situação é confusa: por um lado, o χ^2 não é significativo (o que implica que as diferenças verificadas na distribuição se poderiam encontrar numa população em que nenhuma existissem) e, por outro, existe uma ligeira associação negativa entre as duas variáveis, sendo a relação significativa, embora no limite do que é habitualmente aceite.⁷⁵ Isto quereria dizer que os imigrantes estariam tanto mais insatisfeitos quanto mais instrução têm, e vice-versa. Mas, olhando bem para o Gráfico 31, notamos tendências contraditórias nestas relações: não havendo nenhuma tendência clara nos 'nada' ou 'pouco' satisfeitos e sendo ligeiro o crescimento dos 'bastante' satisfeitos em função da instrução, os poucos ganhos dos mais instruídos nesta categoria são totalmente anulados pelas percentagens de 'muito satisfeitos' que decrescem regularmente em função desta mesma variável.

Gráfico 31. Grau de satisfação dos imigrantes em função da escolaridade

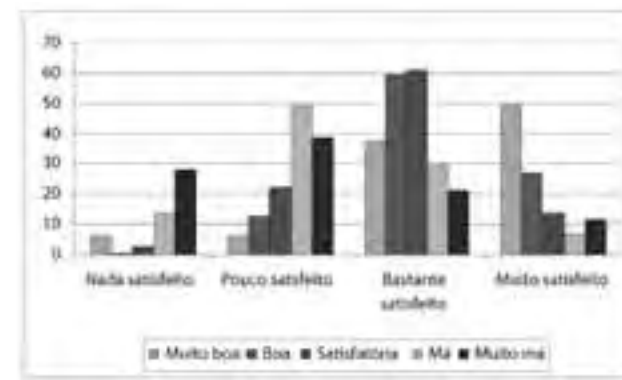


A explicação possível destas diferenças em relação ao suposto na hipótese, só confirmada pela amostra aos portugueses, estaria na grande heterogeneidade da população imigrante, onde há situações de reduzida instrução, designadamente entre os africanos, e outras de altas qualificações técnicas e científicas entre os imigrantes de Leste, os quais não encontram trabalho com elas compatível. Por isso, não se estranha que os 'muito' satisfeitos decresçam à medida que o grau de instrução aumenta, ao contrário do que aconteceu com os portugueses.

75 $\chi^2(15) = 25,04$;
 $p < 0,25$; $\tau_b = -0,045$;
 $p < 0,05$.

Uma outra variável que pode ser utilizada para a compreensão das variações das respostas dos portugueses (a pergunta não foi feita aos imigrantes), é a apreciação que eles fazem da sua situação económica actual, que, nos termos do inquérito, podia ser considerada 'muito boa', 'boa', 'satisfatória', 'má', e 'muito má'. A tabela de contingência construída com estas perguntas mostra que as variações encontradas são significativas do ponto de vista estatístico.⁷⁶

Gráfico 32. Grau de satisfação dos imigrantes em função da situação económica pessoal



As respectivas percentagens estão representadas no Gráfico 32, onde se vê que as distribuições correspondem àquilo que era de esperar. De resto, se reduzíssemos as quatro categorias de insatisfação apenas a duas, 'satisfeito' e 'insatisfeito', a regularidade do seu crescimento com a má situação económica e o aumento da satisfação com a melhoria dela ainda ficaria mais patente, como se pode comprovar pela Tabela 32, donde se deduz que a linearidade da relação é quase perfeita.

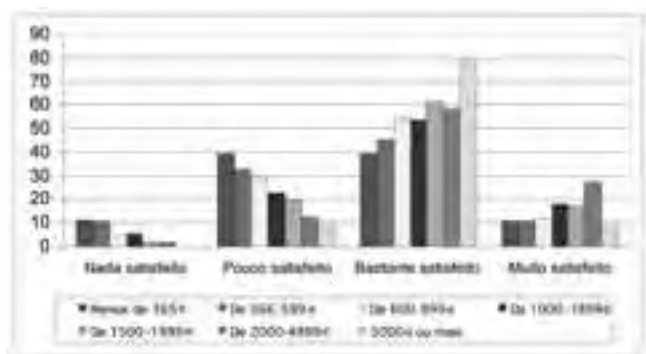
76 $\chi^2(12) = 319,23$;
 $p < 0,00$; $\tau_b = -0,336$;
 $p < 0,00$.

Tabela 32. Satisfação/insatisfação dos portugueses em função da sua situação económica

	Muito boa	Boa	Satisfatória	Má	Muito má
Insatisfeito	12,5	13,5	25,2	62,9	66,9
Satisfeito	87,5	86,5	74,8	37,1	33,1

O rendimento parece afectar positivamente o grau de satisfação com a vida. A afirmação é válida tanto para os portugueses⁷⁷ como para os imigrantes,⁷⁸ embora a associação encontrada seja muito mais forte no que se refere aos primeiros do que aos segundos. Estes resultados podem ser visualizados nos gráficos seguintes, que mostram ser a satisfação com a vida tanto maior quanto maior é o rendimento, segundo a hipótese geral de que este sentimento teria muito mais a ver com as condições materiais de vida do que com variáveis de natureza cultural.

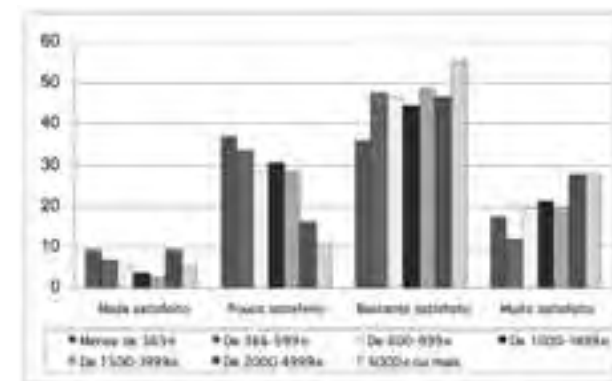
Gráfico 33. Grau de satisfação dos portugueses em função do rendimento



77 $\chi^2(18) = 85,42$;
 $p < 0,00$; $\tau_b = 0,201$;
 $p < 0,00$.

78 $\chi^2(18) = 30,46$;
 $p < 0,00$; $\tau_b = 0,108$;
 $p < 0,00$.

Gráfico 34. Grau de satisfação dos imigrantes em função do rendimento

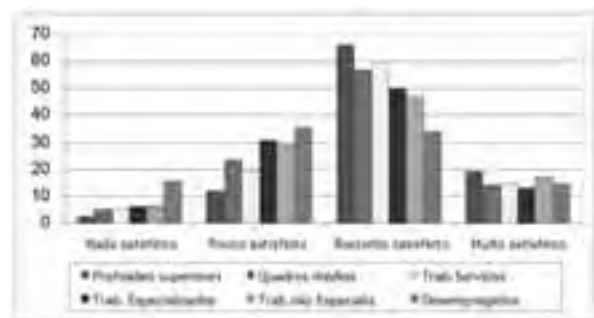


Deixando de lado os estudantes, reformados e domésticas, por não pertencerem à mesma lógica de ordenação utilizada nas restantes ocupações, esta mesma ideia é confirmada pelas estatísticas relativas à *ocupação/profissão*, nas quais se verifica que, na população portuguesa, tanto a distribuição dos respondentes em função destas duas variáveis como o sentido da associação entre elas estão de acordo com a hipótese de uma maior satisfação das profissões superiores e um máximo de insatisfação por parte dos desempregados.⁷⁹

O gráfico tem, além disso, duas particularidades dignas de nota: por um lado, os 'quadros médios' estão mais insatisfeitos com a vida do que os 'trabalhadores de serviços' e, por outro, os 'trabalhadores não especializados' são ligeiramente menos insatisfeitos do que os 'trabalhadores especializados', o que, perturbando a quase linearidade das relações detectadas, mostra que a insatisfação está de acordo com as expectativas diferenciais dos grupos profissionais.

79 $\chi^2(15) = 41,11$; $p < 0,00$;
 $\tau_b = -0,108$; $p < 0,00$.

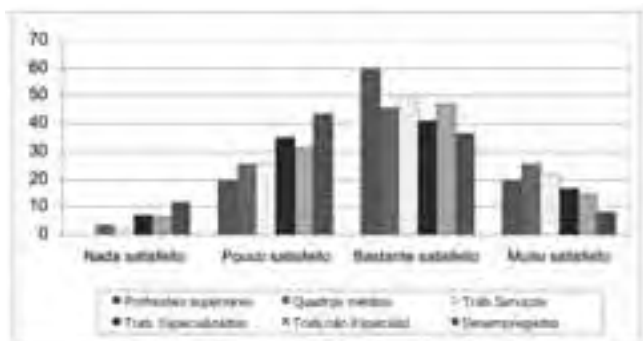
Gráfico 35. Grau de satisfação dos portugueses em função da profissão



Por outro lado, se olharmos para as percentagens de estudantes portugueses em termos do seu grau de insatisfação, notaremos que os valores por eles obtidos são semelhantes aos das profissões superiores: juntando os ‘nada’ e os ‘pouco’ satisfeitos, obtemos 14,4% para estas profissões e 13,8% para os estudantes. Ao invés, as domésticas estão entre as pessoas mais insatisfeitas: 8,6% dizem-se ‘nada’ satisfeitos e 33,6% ‘pouco’ satisfeitos. Os reformados têm valores idênticos em ambas estas categorias: 40,8%.

No que respeita à população imigrante (Gráfico 36), utilizando as mesmas categorias, chega-se a valores muito semelhantes aos reportados acima, embora o coeficiente de associação seja ligeiramente mais pequeno do que o relativo à população portuguesa.⁸⁰

Gráfico 36. Grau de satisfação dos imigrantes em função da profissão



A configuração geral destes gráficos é muito semelhante. De facto, a insatisfação cresce à medida que a categoria socioprofissional dos respondentes é mais baixa, atingindo valores máximos nos desempregados, dos quais 55,4% dizem estar ‘nada’ ou ‘pouco’ satisfeitos e apenas 8,3% se sentem ‘muito’ satisfeitos. De notar ainda que as diferenças em relação à linearidade assinaladas a propósito da população portuguesa, relativamente aos quadros médios e aos trabalhadores não especializados, tem aqui uma réplica, o que permite dizer que aquele facto não corresponde a uma idiosincrasia da amostra portuguesa. A sua emergência entre os imigrantes, mesmo tendo em conta a sua heterogeneidade, não só reforça aquelas deduções como mostra a adequação da classificação das profissões utilizada na definição dos grandes grupos.

Notamos, para finalizar, que o grau de insatisfação de estudantes, reformados e domésticas, ausentes da tabela e dos cálculos de significância, é bastante diferente do da população portuguesa: os estudantes ‘nada’ ou ‘pouco’ satisfeitos são 23,3%, os reformados 18,4%, e as domésticas 29,9%.

Variáveis culturais

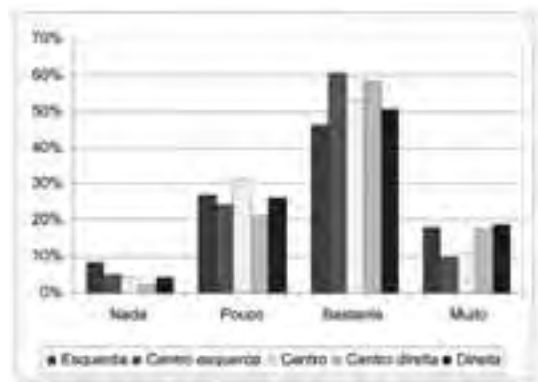
Os resultados obtidos acima estão conformes com a ideia de que as variáveis relacionadas com as condições materiais de existência têm uma relação muito mais directa com os sentimentos de satisfação ou de felicidade do que as que têm a ver com as de natureza cultural, que podem ser consideradas variáveis mediatas, como é dito noutra lugar (Lages, 2004). Por isso se explora a ideia na presente investigação, começando pela religião. Mas a verificação do sentido da associação da satisfação com esta variável apresenta algumas dificuldades: o ser difícil definir o *tonus* dominante de cada confissão religiosa relativamente à vida e ser praticamente impossível perceber como os grupos dentro de cada confissão se apropriam da sua definição de vida. De facto, não é indiferente que alguém seja praticante ou não, que seja fundamentalista ou progressista, que siga uma linha de perfeição ou hedonista, etc. Por isso, não surpreende que esta variável não esteja associada à satisfação com a vida, quer tomemos a religião segundo a desagregação utilizada nos inquéritos quer agrupemos as categorias originais em apenas duas categorias (‘crentes’ e ‘não crentes’) ou em três (‘cristãos’, ‘outra religião’ e ‘sem religião’).

⁸⁰ $\chi^2(15) = 32,130$;
 $p < 0,00$; $\tau_b = -0,094$;
 $p < 0,00$.

Os problemas encontrados na definição da religião não se colocam, porém, com a variável relativa à 'orientação política', seja porque resulta da auto-classificação do respondente seja porque, estando claramente escalonada, é possível entrever teoricamente as relações existentes entre ela e o grau de satisfação. Faz, com efeito, sentido pensar que as pessoas de esquerda ou de direita têm sentimentos mais extremos no que se refere à insatisfação/satisfação com a vida do que os que se situam mais ao centro, pela simples razão de que os extremos apelam aos extremos.

Para ver se os dados respondem a estes pressupostos simples, colocámos no Gráfico 37 e no Gráfico 38 os resultados relativos às populações portuguesa e imigrante.

Gráfico 37. Grau de satisfação dos portugueses em função da sua orientação política



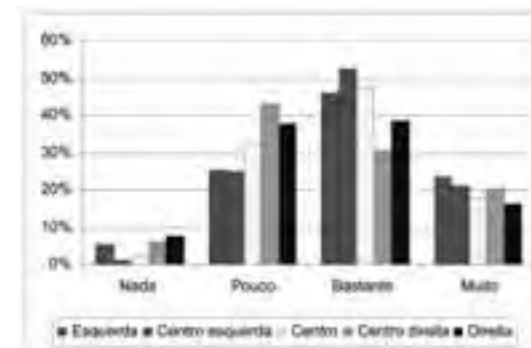
No que se refere à primeira, constatamos que as variações das respostas, sendo significativas, não têm um sentido bem definido, e que o valor de τ_b é demasiado pequeno para ser significativo.⁸¹ Mas a hipótese de que as orientações políticas extremas também têm expressões polarizadas no que se refere à satisfação é confirmada pelos dados: as percentagens das colunas referentes ao 'nada' e 'muito' satisfeitos têm uma certa

configuração em U, ao invés dos 'bastante' satisfeitos que se conformam mais com um U invertido. Estes factos repercutem-se no pequeno valor de correlação encontrado, já que nele se supõe

⁸¹ $\chi^2(12) = 24,78$;
 $p < 0,02$, $\tau_b = -0,040$;
 $p = 0,16$.

a linearidade das relações. Assim, o gráfico, mais do que as estatísticas, mostra a relação suposta. As pessoas que se colocam ao centro preferem os pontos intermédios da escala da satisfação.

Gráfico 38. Grau de satisfação dos imigrantes em função da sua orientação política



Estas observações não são confirmadas inteiramente pelos dados referentes à população imigrante, já que a única configuração em U aqui encontrada se refere aos que se dizem 'nada' satisfeitos, mas não aos 'muito' satisfeitos. Nos pontos intermédios, pelo contrário, embora as tendências tenham exceções, vemos que aumentam progressivamente as percentagens dos que se dizem pouco satisfeitos quando se passa da esquerda para a direita; mas verifica-se o contrário com os que se dizem 'bastante' satisfeitos. Não admira, pois, que, com atitudes tão contraditórias, os testes estatísticos relativos à distribuição das respostas sejam insignificantes, embora o indicador de associação seja bastante elevado e significativo.⁸²

Não obstante todas estas divergências relativamente à configuração dos dois gráficos, pode-se afirmar que os extremos são mais demarcados na expressão dos sentimentos de satisfação do que os que se situam mais ao centro. A ideia é confirmada nas duas populações no que se refere à nenhuma satisfação. Os dados relativos à população portuguesa também confirmam a hipótese para os outros graus de satisfação, como se o extremar das

⁸² $\chi^2(12) = 20,02$;
 $p < 0,07$; $\tau_b = -0,114$;
 $p < 0,01$.

posições políticas trouxesse consigo o extremar das apreciações acerca da vida ou, em alternativa, como se fossem estas que condicionassem aquelas, já que em tudo isto pode haver alguns efeitos de retroacção.

Em síntese, deste conjunto de observações e análises resulta que a satisfação com a vida está sobretudo associada às variáveis da instrução, profissão, rendimento e situação económica, ou seja, com as variáveis que têm a ver com as condições materiais de existência, a elas apenas se acrescentando, de forma interpretável, a orientação política. É, por outro lado, interessante notar que estas constatações, válidas para a população portuguesa, são no essencial confirmadas pelas estatísticas relativas aos imigrantes, embora para eles as relações nem sempre sejam tão claras e significantes.

A importância relativa dos preditores

Estas conclusões parcelares têm vantagem em ser reexaminadas numa análise conjunta dos dados, de forma a perceber o peso relativo de cada um dos factores na percepção do sentimento de satisfação com a vida por parte dos inquiridos. Por isso, foram estudados alguns modelos com diversas variáveis relativas ao contexto vivencial e atitudinal dos respondentes, mediante um procedimento estatístico denominado regressão de dados categoriais, com escalonamento optimal, o mais adequado ao tipo de variável dependente em causa, designadamente porque algumas das relações encontradas em algumas das variáveis independentes, como se observou anteriormente, não são lineares.

No que se refere à população portuguesa, as variáveis incluídas no primeiro ensaio foram as seguintes: cluster; região; dimensão (urbana/rural); estatuto social da habitação; etnia; sexo; idade; prevalência de imigrantes na zona; grau de instrução; apreciação subjectiva da situação económica; rendimento líquido mensal da família; profissão actual; orientação política; posição religiosa; importância dada a: gozar a vida, sentir-se bem consigo mesmo, ajudar os necessitados, dedicar a vida aos outros; igualdade de direitos para os homossexuais; aceitação da ideia de que deveria haver mais polícias e penas mais graves; respeito pela autoridade. Tendo-se detectado, num primeiro ensaio, que algumas

destas variáveis tinham valores R^2 não significativos, foram sendo excluídas progressivamente dos modelos ensaiados, restando as que constam do modelo apresentado na Tabela 33.⁸³

Tabela 33. Coeficientes β e de correlação entre a satisfação com a vida e factores sociais e atitudinais na população portuguesa

	β	e.p.	Sig.	Correlação			Importância
				Ordem- zero	Parcial	Parte	
Cluster	-0,066	0,024	0,007	-0,041	-0,073	-0,065	0,013
Grau de instrução	0,081	0,026	0,000	0,162	0,083	0,075	0,064
Situação económica actual	-0,410	0,025	0,000	-0,429	-0,410	-0,400	0,852
Gozar a vida	0,051	0,026	0,020	0,130	0,053	0,048	0,032
Sentir-se bem consigo mesmo	0,076	0,025	0,000	0,112	0,081	0,072	0,041
Respeito pela autoridade	-0,057	0,025	0,001	0,005	-0,060	-0,054	-0,001
R múltiplo = 0,466				$R^2 = 0,217$		R^2 ajust. = 0,207	

Foram retidos, pois, seis preditores, um relacionado com o habitat, dois com a caracterização socioeconómica e os restantes com algumas atitudes. Notória é a importância da situação económica dos inquiridos, tal como era entendida por eles, na definição do sentimento de satisfação, já que à sua conta está 85% da explicação dada pelas variáveis consideradas. O seu valor é negativo porque a ordem em que os seus itens estão expressos na pergunta ('muito boa', 'boa', 'satisfatória', 'má' e 'muito má') 'é inversa da que classifica a satisfação com a vida ('nada', 'pouco', 'bastante' e 'muito'). Assim, tanto maior é a satisfação com a vida quanto melhor é a situação económica, o que confirma o que se disse anteriormente.

83 Para a leitura da tabela, ter em conta que β significa o valor da variável dependente quando o desvio-padrão do preditor muda uma unidade, mantendo-se o resto constante. 'Ordem zero' é a correlação entre o preditor e a variável dependente transformados. Na correlação 'parcial', retiram-se os efeitos lineares dos outros preditores, tanto do preditor em causa como da variável dependente. Na correlação 'parte', retiram-se apenas esses efeitos somente do preditor. A 'importância' define o peso relativo de cada preditor no modelo. Cf. J. Meulman & W. J. Heiser, SPSS Categories 13.0.

Desta análise foi excluído o rendimento mensal por ser uma espécie de duplicado objetivo da situação económica entendida subjectivamente. De facto, quando são usados os dois indicadores conjuntamente, o grau de instrução deixa de ser significativo. Mas se, em vez da apreciação subjectiva da situação económica, usarmos o rendimento, este assume o papel de variável-líder pois explicaria 60% enquanto a instrução passaria a explicar 11% da variação. Neste caso, porém, o modelo não seria tão perfeito como o reportado na Tabela 33, pois as variáveis do modelo apenas explicariam cerca de 8% da variação, ao passo que, no modelo referido na tabela, este valor ascende a 21%.

Não deixa de ser, por outro lado, curioso notar que, de todas as variáveis atitudinais introduzidas no primeiro modelo, apenas restam – deixando de lado o ‘respeito pela autoridade’ por ter um peso diminuto no modelo (0,1%) – as que estão relacionadas com valores egocêntricos (gozar a vida e sentir-se bem consigo mesmo), com exclusão das que têm conotação altruísta (ajudar os necessitados e dedicar a vida aos outros). Estas variáveis são de resto como que o contraponto das variáveis materiais, que parecem ser as principais condicionantes do sentimento de satisfação com a vida. Neste sentido, confirmam a hipótese geral.

Estendendo a análise à amostra da população imigrante, segundo o mesmo procedimento estatístico, introduzimos no primeiro modelo as seguintes variáveis: cluster; região; dimensão; concentração de imigrantes; idade; sexo; etnia; número de dias que trabalhou no último mês; montante de dinheiro enviado para a família; instrução; profissão; rendimento; grau de relacionamento com os portugueses; atitudes perante: homossexuais, criminalidade e autoridade; orientação política; posicionamento religioso.

A eliminação progressiva das variáveis que não contribuíam significativamente para o modelo, levou à retenção dos três preditores apresentados na Tabela 34. Dentre eles, o que tem maior peso é a instrução, seguida da dimensão rural/urbana.

Tabela 34. Coeficientes β e de correlação entre a satisfação com a vida e factores sociais e atitudinais na população imigrante

	β	e.p.	Sig.	Correlação			Importância
				Ordem- zero	Parcial	Parte	
Urbano/rural	0,134	0,043	0,002	0,142	0,137	0,134	0,323
Orientação política	-0,130	0,043	0,000	-0,122	-0,132	-0,129	0,270
Instrução	-0,160	0,043	0,000	-0,150	-0,162	-0,159	0,407
R múltiplo = 0,242				$R^2 = 0,059$		R^2 ajust.= 0,046	

De notar, por outro lado, que a explicação da variância da variável dependente dada por estes três factores não chega a 5%, cinco vezes menos do que a do modelo encontrado para a população portuguesa, o que certamente se deve atribuir à pluralidade de situações vividas pelas populações imigrantes. A instrução seria aqui a variável mais importante.

Nestes dois modelos, perdem-se, no entanto, algumas informações importantes detectadas na análise individual das variáveis, designadamente a que se refere à relação entre o posicionamento político e a satisfação com a vida, que não aparece em nenhum destes modelos.

2. ÉTICA, TOLERÂNCIA E ACOLHIMENTO

A avaliação das atitudes éticas das populações inquiridas é um tarefa útil para a compreensão dos seus sentimentos, atitudes e comportamentos. Por isso se dedica este ponto à análise das duas perguntas que a elas se referem: a primeira, feita apenas na sondagem aos portugueses, inquiria se o ‘gozar a vida’, o ‘sentir-se bem consigo mesmo’, o ‘ajudar os necessitados’ e o ‘dedicar a vida aos outros’ tinham ‘nenhuma’, ‘pouca’, ‘bastante’ ou ‘muita’ importância para o respondente; e a segunda, colocada tanto aos portugueses como aos imigrantes, inquiria sobre se os entrevistados aceitariam ser vizinhos de um conjunto de onze grupos sociais minoritários ou estigmatizados.

No que se refere à primeira questão, os dois primeiros itens podem ser considerados significativos de atitudes egocêntricas e os dois últimos de altruísmo. As estatísticas de base

são as que constam da Tabela 35, a qual, no conjunto, mostra uma forte deslocação da distribuição para a direita (ou seja, para os valores positivos) em praticamente todos os itens, como se pode facilmente deduzir das médias colocadas na última linha, para a compreensão das quais se deve ter em conta que o máximo valor atingível é 4, caso todas as pessoas respondam ter para elas muita importância o item em causa; por outro lado, em caso de equilíbrio entre todos os tipos de resposta, o valor seria de 2,5.

Tabela 35. Importância dada a alguns indicadores éticos

Importância	Gozar a vida		Sentir-se bem consigo		Ajudar os necessitados		Dedicar a vida aos outros	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Nenhuma	24	1,6	7	,5	10	,7	38	2,6
Pouca	94	6,3	38	2,5	103	6,9	258	17,4
Bastante	507	34,1	426	28,4	602	40,3	609	41,1
Muita	862	58,0	1030	68,6	779	52,1	577	38,9
Total respondentes	1487	100,0	1501	100,0	1494	100,0	1482	100,0
Média		3,48		3,65		3,44		3,16

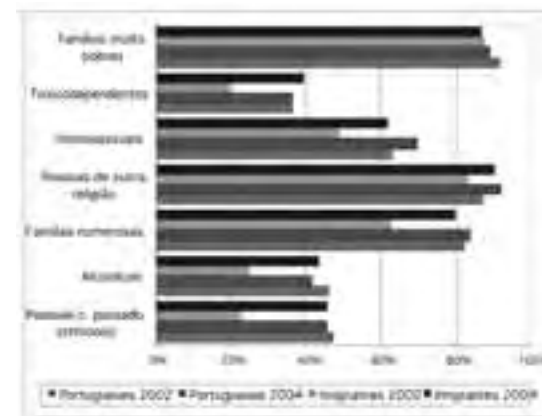
Esta deslocação para os valores positivos em todos os itens em apreço – designadamente o ‘ajudar os necessitados’ e ‘dedicar a sua vida aos outros’ – é surpreendente e pode significar duas coisas: ou que os respondentes se conformaram com o que achavam moral ou socialmente correcto; ou que não compreenderam tudo o que, em última análise, poderia estar implicado nos termos da pergunta que explicitava ‘que importância tem para si’. Na verdade, a última expressão podia ser entendida em termos gerais e não como devendo ser concretizável na vida do próprio. Mesmo assim, as respostas não parecem ter sido automáticas: os que dão ‘muita’ importância à dedicação da vida aos outros representam 30%, menos do que os que têm igual atitude em relação a ‘sentir-se bem consigo mesmo’.

Malgrado esta distorção, será interessante ver em que medida estas atitudes estão relacionadas com o sentimento de satisfação com a vida. Para todos os itens, a análise mostrou que as duas variáveis estão associadas positiva e significativamente. No entanto,

em consonância com o que se disse anteriormente a respeito das condições materiais da existência como condicionantes imediatas e visíveis dos comportamentos, também aqui as estatísticas relativas à dimensão hedonística das atitudes estão mais fortemente relacionadas com o sentimento de satisfação com a vida do que os que exprimem posicionamentos altruístas e espirituais.⁸⁴ De facto, os valores de τ_b das duas expressões do altruísmo são muito baixos. Nota-se, além disso, que todas as associações registadas têm sinal positivo, o que quer dizer que tanto maior é a satisfação com a vida quanto maior é a importância que se dá a ‘gozar a vida’, a ‘sentir-se bem consigo mesmo’, a ‘ajudar os necessitados’ ou a ‘dedicar a vida aos outros’.

A segunda pergunta a ser utilizada neste contexto da avaliação das atitudes de tolerância inquiria sobre se os respondentes aceitariam, caso apenas deles dependesse, ser vizinhos de pessoas pertencentes a grupos minoritários ou excluídos. Tendo a pergunta sido colocada, na maioria do seus itens, tanto à população portuguesa como à imigrante nas sondagens feitas sob a responsabilidade da mesma equipa, em 2002, com metodologias semelhantes (excepto no que se refere aos imigrantes em 2002), é possível comparar as atitudes dos portugueses e dos imigrantes e analisar a evolução das mesmas, neste período. As percentagens daqueles que escolheram os itens em causa estão expressas no Gráfico 39.

Gráfico 39. Atitudes de aceitação do outro em 2002 e 2004

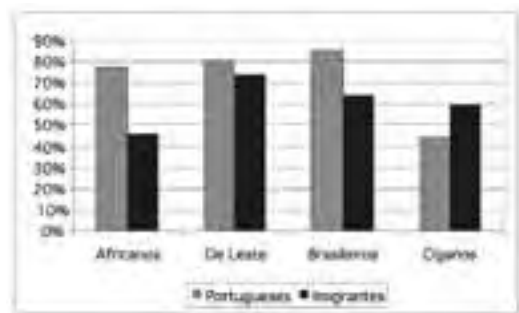


84 Gozar a vida': $\chi^2(9) = 74,21$; $p = 0,00$; $\tau_b = 0,133$; $p < 0,00$; 'estar bem consigo mesmo': $\chi^2(9) = 49,03$; $p < 0,00$; $\tau_b = 0,127$; $p < 0,00$; 'ajudar os necessitados': $\chi^2(9) = 42,61$; $p < 0,00$; $\tau_b = 0,062$; $p < 0,00$; 'dedicar a vida aos outros': $\chi^2(9) = 36,67$; $p < 0,00$; $\tau_b = 0,069$; $p < 0,01$.

Os grupos de pessoas mais rejeitados pelos respondentes, portugueses e imigrantes, são os toxicodependentes, as pessoas com passado criminoso e os alcoólicos, ou seja, três dos comportamentos desviantes mais comuns, devendo-se notar que as atitudes de portugueses e imigrantes são bastante semelhantes. As únicas excepções, consistentes aliás nos dois grupos, referem-se às pequenas percentagens de imigrantes que, em 2002, aceitavam ser vizinhos destas três categorias de pessoas, facto a que não serão alheias as diferenças de metodologia então empregue, dado que os imigrantes foram interrogados quando recorriam aos serviços oficiais para se legalizarem. Mas os valores referentes à população imigrante, em 2004, são equivalentes aos dos portugueses. Esta consistência de respostas mais do que um fenómeno de conformação com os valores da sociedade portuguesa, significa possivelmente atitudes que percorrem de forma semelhante as sociedades de origem e de acolhimento. Muitos dos imigrantes, com efeito, não estão no nosso país há tempo suficiente para absorverem os nossos modos de sentir.

Nos inquéritos realizados em 2004, foram introduzidos alguns itens que não constavam do inquérito realizado em 2002, relativos à aceitação dos ciganos e dos imigrantes, de cujo grupo não faziam parte os respondentes. Os resultados referentes aos que disseram aceitar ser vizinhos destes grupos sociais estão representados no Gráfico 40, do qual se deduz que os portugueses são em geral bastante mais receptivos em relação aos imigrantes do que os imigrantes em relação aos outros grupos em análise.

Gráfico 40. Atitudes positivas para com imigrantes e ciganos, em 2004



As diferenças são particularmente notórias em relação aos africanos, que recebem voto positivo de 78% da população portuguesa e só são aceites por 46% dos outros imigrantes. Em relação aos brasileiros, as diferenças também são bastante grandes (20%). Ao invés, os ciganos são muito mais aceites pelos imigrantes do que pelos portugueses (60% contra 44%, respectivamente). Pode-se ainda afirmar que cerca de 20% da população portuguesa não aceitaria ter qualquer das categorias de imigrantes como vizinhos.

Os onze indicadores apresentados (Gráfico 39 e Gráfico 40) foram usados para construir uma medida das atitudes de distância/proximidade, em que distinguimos quatro categorias: a primeira – ‘rejeição’ – engloba os que responderam positivamente a 3 ou menos itens; a segunda – ‘distância’ – conta os que responderam positivamente a entre 4 e 6 itens; a terceira – ‘proximidade’ – junta os que têm entre 7 e 9 repostas positivas; finalmente, a categoria ‘acolhimento’ é aplicada a quem respondeu positivamente a 10 ou 11 itens. A comparação entre os portugueses e os imigrantes, em função desta classificação, é apresentada em seguida.

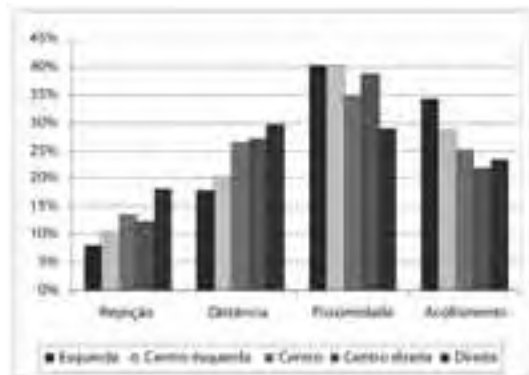
Tabela 36. Atitudes de rejeição/acolhimento do outro

	Portugueses		Imigrantes	
	N	% válida	N	% válida
Rejeição	167	11,3%	179	13,7%
Distância	331	22,3%	378	28,9%
Proximidade	555	37,5%	389	29,8%
Acolhimento	428	28,9%	360	27,6%
Total	1481	100,0%	1306	100,0%

A tabela confirma a impressão que resultava da análise anterior: os portugueses têm atitudes mais positivas do que os imigrantes em relação aos grupos de pessoas em análise. De facto, enquanto, entre os primeiros, os que foram classificados como próximos ou acolhedores representam 2/3 do total, entre os imigrantes as mesmas atitudes apenas são partilhadas por 57% dos respondentes.

Quando se estuda a relação entre os valores assim encontrados e a orientação política que os respondentes disseram ter, chega-se a alguns resultados interessantes, como se pode ver no Gráfico 41 e no Gráfico 42.

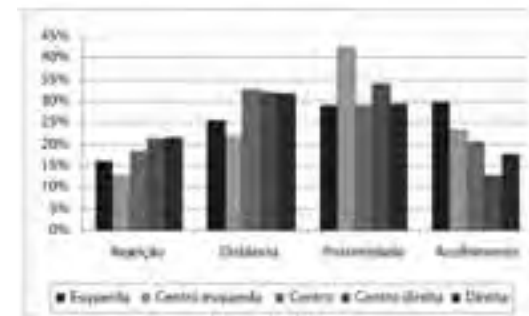
Gráfico 41. Atitude de rejeição/acolhimento em função da orientação política entre os portugueses



No que respeita aos portugueses, o gráfico mostra que as atitudes de ‘rejeição’ e a ‘distância’ relativamente aos grupos em análise aumenta à medida que se passa da esquerda para a direita, o contrário acontecendo com as categorias da ‘proximidade’ e ‘acolhimento’ em que a esquerda leva a melhor. E de tal maneira é clara a relação negativa entre as duas variáveis que quase não era preciso comprová-la com os testes estatísticos, que, no entanto, mostram que não só são significativas as variações na distribuição como a associação entre as duas variáveis é relativamente elevada.⁸⁵

⁸⁵ $\chi^2(12) = 30,74$;
 $p < 0,01$; $\tau_b = -0,137$;
 $p < 0,00$.

Gráfico 42. Atitude de rejeição/acolhimento em função da orientação política entre os imigrantes



Na população imigrante, porém, as relações não são tão evidentes. De facto, as diferenças registadas na distribuição não são significantes; e se o τ_b é significativo, a associação nele indicada é mais pequena do que na população portuguesa.⁸⁶

3. DIREITOS DOS HOMOSSEXUAIS E AUTORITARISMO

Tanto no inquérito aos portugueses como aos imigrantes foram feitas três perguntas que têm interesse para o presente contexto. A primeira dizia: ‘Os casais homossexuais devem ter os mesmos direitos que os casais heterossexuais’; a segunda: ‘Para reduzir a criminalidade são necessários mais polícias e penas mais duras’; e a terceira: ‘O respeito pela autoridade é o mais importante dos valores’. A respeito de cada uma delas pedia-se aos inquiridos que se pronunciassem escolhendo uma das seguintes posições: ‘concordo totalmente’, ‘concordo’, ‘discordo’ e ‘discordo totalmente’.

Estas proposições têm implicações diferentes: a primeira, sob a capa da legalidade, dá lugar à expressão de atitudes morais, conotadas com o conservadorismo ou com o progressismo; a segunda, colocando uma questão sobre o bom ordenamento da sociedade, reflecte o clima de segurança ou insegurança que os cidadãos eventualmente tenham experimentado recentemente. Pelo contrário, a terceira está num plano

⁸⁶ $\chi^2(12) = 16,02$;
 $p = 0,19$; $\tau_b = -0,110$;
 $p < 0,01$.

ideológico mais abstracto de valoração da autoridade. Os resultados gerais das respostas obtidas são os apresentados na Tabela 37.

Tabela 37. Direitos dos homossexuais e indicadores de autoritarismo nas populações portuguesa e imigrante

Grau de concordância	Iguais direitos para os Homossexuais		Mais polícias e penas mais duras		Autoridade é o mais importante valor	
	Portugueses	Imigrantes	Portugueses	Imigrantes	Portugueses	Imigrantes
Concordo totalmente	21,7%	18,9%	35,7%	25,0%	28,5%	26,3%
Concordo	32,5%	34,5%	46,5%	51,0%	48,0%	50,8%
Discordo	28,8%	29,8%	16,1%	20,8%	20,7%	19,7%
Discordo totalmente	16,9%	16,8%	1,8%	3,1%	2,8%	3,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Nela se vê que são praticamente idênticas as atitudes dos portugueses e dos imigrantes no que respeita a concordar (simples ou totalmente) com que os homossexuais tenham os mesmos direitos que os heterossexuais (54% e 52%, respectivamente) e à importância da autoridade (77%). O mesmo se não pode, porém, dizer da outra medida do autoritarismo (necessidade de mais polícias e penas mais duras para combater a criminalidade), onde

a população portuguesa é bastante mais concordante do que a imigrante com tal afirmação (82% e 76%, respectivamente). O paralelismo dos resultados, no que respeita às duas últimas questões mostra que elas estão não só intimamente relacionadas ao nível dos conceitos mas também nas respostas dadas pelos respondentes.

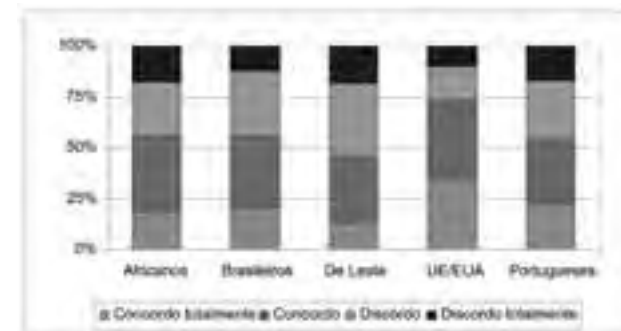
A primeira questão está, porém, num plano à parte, não só em termos conceptuais como de resultados. De facto, são bem visíveis as diferenças nas atitudes entre os respondentes no que diz respeito aos direitos dos homossexuais e ao autoritarismo, o que aliás é confirmado estatisticamente.⁸⁷ Por isso se analisam separadamente.

87 A análise categorial das componentes principais dá como medidas médias de discriminação as seguintes: homossexuais: 0,232; criminalidade: 0,676; autoridade: 0,651. Os valores de correlação entre estas variáveis são os seguintes: homossexuais/criminalidade: $\tau_b = -0,011$ ($p=0,66$); homossexuais/autoridade: $\tau_b = 0,088$ ($p<0,01$); criminalidade/autoridade: $\tau_b = 0,423$ ($p<0,00$).

Atitudes perante os direitos dos homossexuais

Começando, pois, pelas atitudes relativas aos direitos dos casais homossexuais, vejamos as posições dos grupos de estrangeiros a seu respeito. Os dados reportados no Gráfico 43 mostram serem as pessoas vindas da União Europeia ou de outro país ocidental as que mais concordam com que os casais homossexuais devam ter os mesmos direitos que os heterossexuais. Juntando os que ‘concordam totalmente’ e os que ‘concordam’ obtemos quase 3/4 de respondentes, enquanto apenas 54% dos portugueses e 55% dos africanos e brasileiros têm idêntica atitude. Os imigrantes de Leste são os que mais rejeitam tal hipótese, pois só 46% concordam com a afirmação.⁸⁸

Gráfico 43. Os casais homossexuais devem ter os mesmos direitos que os casais heterossexuais



Se nos perguntarmos a que variáveis estas diferenças de atitudes estão associadas, devemos pôr à cabeça as que têm a ver com o conservadorismo, que parece estar associado às zonas rurais, enquanto o progressismo e a tolerância seriam próprios das zonas urbanas. De facto, a menor dimensão da localidade está relacionada com um certo estreitamento da mentalidade. Mas a ser exacta esta hipótese apenas seria válida para a população portuguesa.

Feita a análise em termos dos clusters, verificou-se que os portugueses têm percentagens tanto maiores de discordância com a afirmação em apreço quanto mais pequenas são as localidades,

88 As diferenças entre grupos de estrangeiros são significativas: $\chi^2(5) = 14,55$; $p<0,05$; $cc=0,115$, $p<0,05$.

sendo certo que se não verifica a hipótese nula. Por outro lado, o indicador de correlação, embora moderado, é significativo e tem o sinal previsto. Mas se a hipótese está assim confirmada, os fundamentos da teoria obrigam a pensar que as mesmas relações não deveriam existir para a população imigrante relativamente à qual o habitat nada tem a ver com o meio de socialização, a variável subjacente a todos estes considerandos. Esta dedução é confirmada pelos dados, acontecendo mesmo que as correlações têm sinal contrário ao da população portuguesa. Assim, as atitudes mais liberais seriam representadas por imigrantes que habitam em localidades mais pequenas.⁸⁹ As mesmas relações existem, de resto, para a mesma população se dividirmos as localidades em dois tipos, rurais e urbanas, embora os testes tenham valores menos expressivos⁹⁰. E não deixa de ser interessante notar que os portugueses que vivem em zonas com mais imigrantes tendem a ter atitudes mais liberais do que aqueles que habitam em zonas com poucos imigrantes, talvez porque o contacto mais frequente com pessoas diferentes esteja relacionado com uma certa relativização dos valores morais tradicionais. De resto,

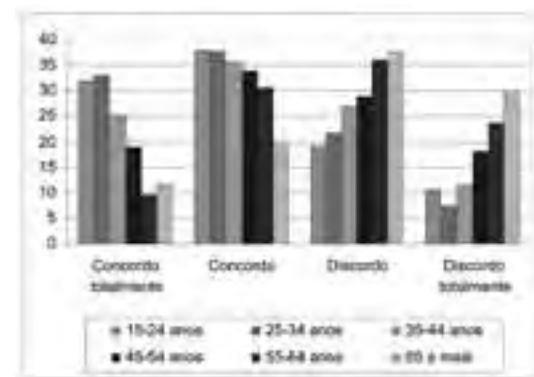
tanto a correlação da população portuguesa como a da imigrante são significativas, embora com valores moderados⁹¹.

No que se refere às variáveis demográficas, tomamos em primeiro lugar o sexo. Não tendo formulado à partida nenhuma hipótese que nos oriente na escolha de quem mais aceitaria a igualdade de direitos dos casais homossexuais, ficámos surpreendidos com o facto de esta variável estar significativamente associada às atitudes restritivas ou liberais de homens e mulheres, verificando-se que estas são mais permissivas neste aspecto do que os homens. A afirmação é, aliás, verdadeira tanto para a população portuguesa como para a imigrante, com correlações muito semelhantes e bastante elevadas.⁹²

No que toca à *idade*, é possível à partida supor que os mais jovens têm atitudes mais favoráveis à igualdade de direitos entre homossexuais e heterossexuais do que os mais velhos, já que as atitudes morais tendem a tornar-se mais estritas à medida que

se avança na idade. Os resultados mostram, pelo menos no que respeita à população portuguesa, que este pressuposto é verdadeiro e que a associação entre as variáveis se confirma total e abundantemente.⁹³

Gráfico 44. Concordância com igualdade de direitos para os homossexuais, na população portuguesa, em função da idade



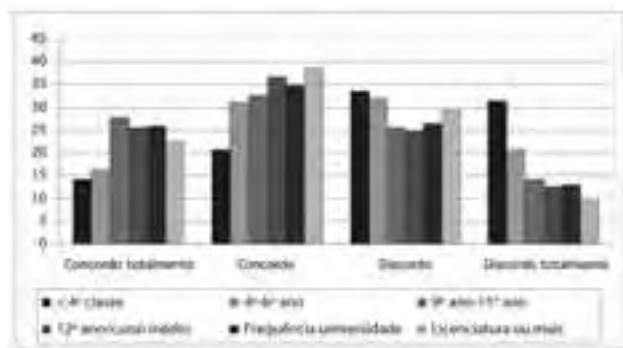
De facto, no que respeita à população portuguesa, não só as diferenças na distribuição em função da idade são muito significativas como o coeficiente de associação é um dos mais elevados até agora encontrados. Mas estas relações não se encontram na população imigrante, onde a distribuição das respostas não permite excluir a hipótese nula. No entanto, a correlação encontrada, mais modesta do que a portuguesa, vai no mesmo sentido: os mais idosos são menos liberais do que os mais jovens na atribuição aos homossexuais dos direitos dos outros casais.

No que se refere à influência da instrução na definição das atitudes a respeito desta mesma questão na população portuguesa, podemos observar no Gráfico 45 que, em termos gerais, é tanto maior a concordância com a igualdade de direitos quanto maior é o grau de instrução do respondente⁹⁴. Parece pois que as atitudes mais ou menos liberais na aceitação das normas éticas pós-modernas estarão relacionadas, entre outros factores, com

93 Portugueses: $\chi^2(15)=142,23$; $p<0,00$; $\tau_b=0,245$, $p<0,00$; imigrantes: $\chi^2(15)=19,61$; $p=0,19$; $\tau_b=0,061$, $p<0,02$.
94 $\chi^2(15)=63,00$; $p<0,00$; $\tau_b=-0,139$, $p<0,00$.

a informação que os respondentes têm e a relativização moral que diferencia os meios sociais característicos dos vários níveis de instrução. Este efeito não se verifica, porém, nos dados relativos à população imigrante: as suas estatísticas não são significativas.⁹⁵

Gráfico 45. Grau de concordância com igualdade de direitos para os homossexuais na população portuguesa, em função da instrução



Segundo alguns pressupostos anteriormente estabelecidos, poder-se-ia estender este tipo de relações às condições socioeconómicas dos inquiridos, medidas em termos de profissão e rendimento, uma vez que todas estas variáveis estão de certo modo relacionadas.⁹⁶ No entanto, nem a profissão nem o rendimento estão associados significativamente com o tema em estudo, quer na população portuguesa quer na imigrante. Os factores que distanciam a instrução de cada uma destas variáveis fazem com que o efeito desta se diluam nos enviesamentos por eles introduzidos.

95 $\chi^2(24) = 26,30$; $p = 0,33$.

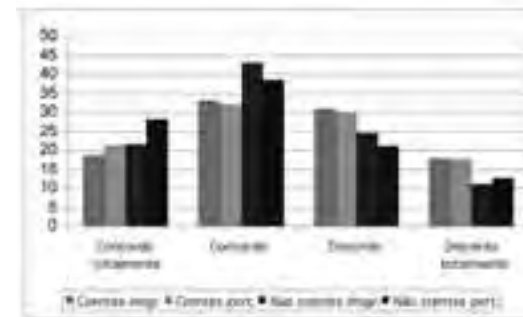
96 O coeficiente de correlação de Spearman, no que se refere à população portuguesa é, entre instrução e profissão, $p = 0,526$, e entre instrução, $p = 0,491$, o que leva a concluir que apenas 28 e 24% das respectivas variações é explicada.

A hipótese de que algumas das variáveis culturais, como o posicionamento religioso e a orientação ideológica, possam estar relacionadas com as atitudes de maior ou menor aceitação da igualdade de direitos para os casais homossexuais faz todo o sentido. As religiões sempre se preocuparam com o bom ordenamento da sexualidade, sobretudo as que têm influência nas orientações éticas da nossa população. Por isso, não admiraria que as pessoas com afiliação religiosa concordem menos com a

igualdade de direitos do que as que não têm nenhuma crença. De mesma maneira, constituindo esta questão um dos cavalos de batalha dos partidos de esquerda, é de supor que as pessoas com igual orientação se pronunciem mais favoravelmente a esse respeito, sendo possivelmente tanto mais radicais na sua adesão a este princípio quanto mais à esquerda se colocam, o contrário acontecendo com quem se diz de direita.

Feita a análise relativamente à população portuguesa, verifica-se que o posicionamento religioso, quando reduzido às categorias de 'crentes' e 'não crentes', está significativamente associado à concordância com a afirmação de que os casais hetero e homossexuais devem gozar dos mesmos direitos, como se depreende do Gráfico 46 e se confirma pelas estatísticas que lhe dizem respeito.⁹⁷ A associação negativa diz que os não crentes concordam mais do que os crentes com essa afirmação, como se verifica no gráfico. De facto, os primeiros estão 5 a 8 pontos percentuais abaixo dos não crentes, no que se refere à discordância com a igualdade de direitos.

Gráfico 46. Concordância com igualdade de direitos para os casais homossexuais nas populações portuguesa e imigrante, em função de duas posições religiosas



Quando observamos, no mesmo gráfico, os dados referentes aos imigrantes notamos grandes semelhanças. De facto, os valores que lhes dizem respeito não se diferenciam, em termos de configuração geral, da distribuição mas apenas no que se refere aos níveis de concordância ou discordância, sendo ambas as estatísticas significantes.⁹⁸

97 $\chi^2(3) = 9,76$; $p < 0,03$; $cc = 0,083$; $p < 0,03$.

98 $\chi^2(3) = 8,45$; $p < 0,04$; $cc = 0,083$; $p < 0,04$.

Definindo, porém, a posição religiosa em três categorias ('religião cristã', 'outra religião' e 'sem religião'), verificamos que tanto os valores relativos aos portugueses como aos imigrantes melhoram a significância, tornando-se ainda mais discriminantes.⁹⁹ O Gráfico 47 e o Gráfico 48 mostram que os níveis de discordância dos não cristãos são, em ambos os casos, muito mais fortes do que os dos cristãos. Esta afirmação é sobretudo válida para a população portuguesa, onde as duas percentagens de discordância atingem os 73%, enquanto entre os cristãos apenas se obtêm 48%.

Gráfico 47. Concordância com igualdade de direitos para os casais homossexuais na população portuguesa, em função de três posições religiosas

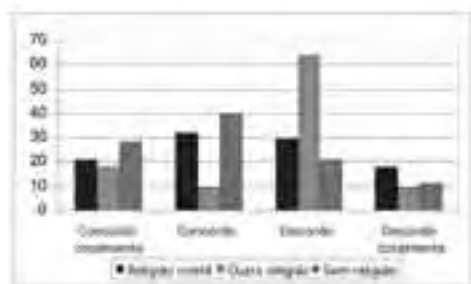
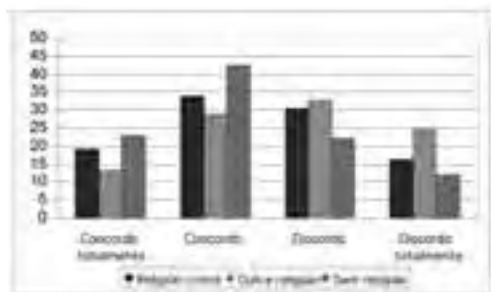


Gráfico 48. Concordância com igualdade de direitos para os casais homossexuais na população imigrante, em função de três posições religiosas



⁹⁹ Portugueses: $\chi^2(6) = 22,70$; $p < 0,01$; $cc = 0,126$; $p < 0,01$; imigrantes: $\chi^2(6) = 15,71$; $p < 0,02$; $cc = 0,113$; $p < 0,02$.

Com efeito, na população imigrante os valores não são tão extremos: os que professam uma religião não cristã e escolheram qualquer das hipóteses de discordância apenas somam 58%, enquanto os cristãos com atitudes semelhantes obtêm praticamente a mesma percentagem que a população portuguesa (47%).

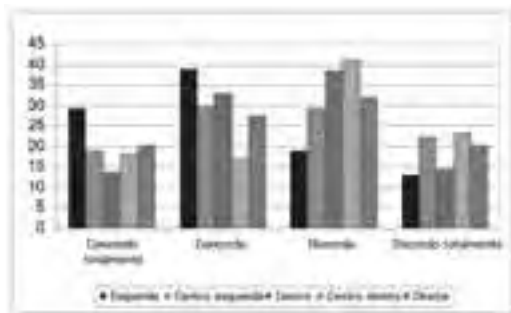
A conclusão lógica destes resultados é, pois, que os portugueses que professam outra religião pertencem a uma franja muito mais tradicionalista e conservadora do que os seus pares da população imigrante. Por outro lado, a concordância genérica das distribuições, tanto no que se refere à separação entre crentes e não crentes como na sua discriminação nas três categorias que acabámos de comentar, mostra que nas diferenças detectadas se nota um certo paralelismo de atitudes.

A segunda variável cultural a estudar é a *orientação política* dos respondentes, a qual já noutros casos se viu ser relevante para a compreensão das variações dos comportamentos e atitudes. De facto, as pessoas de esquerda sempre se definiram como mais permissivas e liberais, no que respeita à sexualidade, do que as de direita. Por isso, não surpreende que também aqui as correlações desta variável com a aceitação de direitos dos homossexuais sejam claras e consistentes, tanto no que se refere à população portuguesa como à imigrante.

Olhando os dados referentes à população portuguesa representados no Gráfico 49, verifica-se que, tal como observámos a propósito do grau de satisfação, as percentagens de concordância total com a frase proposta têm uma configuração em U, confirmando assim a ideia de que a polarização das atitudes em função da opção política se repercute nas atitudes relativas aos direitos dos homossexuais. De notar ainda que os testes estatísticos confirmam a hipótese formulada anteriormente a respeito da associação entre as duas variáveis, sendo não só significativos como também razoavelmente elevados.¹⁰⁰

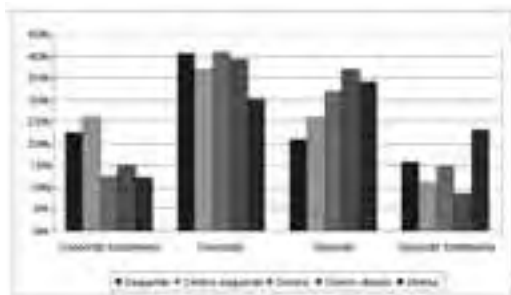
¹⁰⁰ $\chi^2(12) = 60,09$; $p < 0,00$; $\tau_b = 0,146$; $p < 0,00$.

Gráfico 49. Concordância com igualdade de direitos para os casais homossexuais na população portuguesa, em função da orientação política



Passando da população portuguesa para a análise dos mesmos fenómenos entre as comunidades imigrantes, parece que estas relações se obscurecem um pouco e que o efeito de polarização dos sentimentos e das atitudes esmorece. Na verdade, o Gráfico 50 não tem a mesma clareza das configurações encontradas no gráfico anterior, o que, no entanto, não impede as diferenças da respectiva tabela de contingência de serem significativas tal como os testes de associação entre estas variáveis. Na realidade, o τ_b é praticamente idêntico ao encontrado para a população portuguesa.¹⁰¹

Gráfico 50. Concordância com igualdade de direitos para os casais homossexuais na população imigrante, em função da orientação política



¹⁰¹ $\chi^2(12) = 24,54$;
 $p < 0,02$; $\tau_b = 0,140$;
 $p < 0,00$.

Em síntese, em termos das variáveis culturais, a orientação política discrimina melhor as atitudes dos portugueses e dos imigrantes do que a posição religiosa. Por outro lado, os factos aqui identificados mostram que a configuração das respostas em função das ideologias confirma que as personalidades propensas a olhar polarmente para a sua vida em termos de grau de satisfação também tendem a olhar para os outros de forma extremada, o que, manifestando a coerência dos traços caracterológicos, também mostra a coerência dos resultados, apontando para a não casualidade do paralelismo das distribuições destas duas amostras independentes.

Atitudes perante a autoridade

As respostas às perguntas relacionadas com o controlo e ordenamento sociais – sintetizáveis nas expressões ‘Mais polícias e penas mais duras’ e ‘A autoridade é o mais importante valor’, a primeira definindo a forma concreta como se deve controlar a criminalidade e a segunda o suporte ideológico da ordenação social – podem ser examinadas em termos de um índice que junta as respectivas respostas e que foi escalonado em cinco categorias: autoritários, semiautoritários, ambivalentes, semiliberais e liberais, conforme as respostas concordavam ou não com as afirmações propostas.¹⁰²

Resultados globais

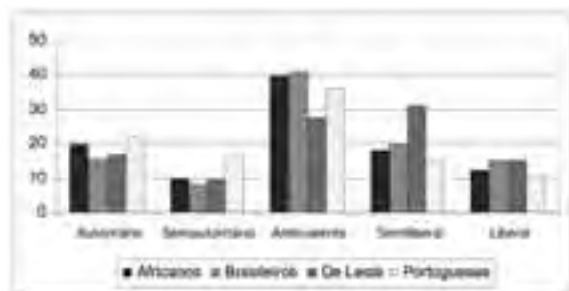
A Tabela 38 e o Gráfico 51 resumem e representam os resultados dessa análise e mostram que os portugueses manifestam mais tendências autoritárias do que todos os outros grupos. Logo a seguir vêm os africanos e os brasileiros. Os imigrantes de Leste são, curiosamente, os que têm mais fortes tendências liberais.¹⁰³

Tabela 38. Médias de Autoritarismo

	Média
Portugueses	3,24
Africanos	3,06
Brasileiros	2,89
De Leste	2,82

Se tivermos em conta que o ponto médio entre o autoritarismo e a liberalidade é 3, a tabela mostra que os brasileiros e os imigrantes de Leste têm atitudes mais liberais do que autoritárias, ao contrário dos africanos e dos portugueses. Mas a média mais favorável aos imigrantes de Leste deve-se às atitudes semiliberais que neles ultrapassam as de todos os outros grupos. De resto, se juntarmos as categorias de semi-autoritarismo e autoritarismo, os brasileiros são os que têm as percentagens mais baixas, 24%, contra 26% dos imigrantes de Leste, 30% dos africanos e 38% dos portugueses.

Gráfico 51. Autoritarismo por grupos de respondentes



102 Na construção do índice, foram tidas em conta as possibilidades de aparecimento de um determinado código. O código relativo à primeira categoria tinha a possibilidade de aparecer 5 vezes, o da segunda 4, o da terceira 5, o da quarta 4 e o da quinta 5. Na categoria central, a mais numerosa, estão incluídas pessoas que ou responderam 4 numa das perguntas, ou 2 em ambas ou 3+1 numa ou noutra. Daí a designação de 'ambivalentes'.

103 É de notar que as diferenças entre os grupos de imigrantes são significativas: $\chi^2(8) = 30,23$; $p < 0,00$.

As variações demográficas e geográficas

A primeira variável sociodemográfica a que demos atenção com vista à explicação destas atitudes foi o sexo. A análise revelou que não há diferenças significativas na distribuição das amostras em função desta variável. De facto, nenhum indicador de associação é válido, tanto no que respeita à população portuguesa como à imigrante, o que não se coaduna com a ideia-feita de que o homem é mais autoritário do que a mulher.

Mas se se poderia supor a não existência de variações significativas em função do sexo – ao fim e ao cabo, tanto o

homem como a mulher sofreram a transformação de valores ocorrida na sociedade – é de supor que haja variações significativas em termos de idade. Com efeito, a mudança social e cultural está datada e por isso não afecta de forma idêntica todas as gerações. É, pois, natural que o autoritarismo encontrado na população portuguesa seja sobretudo expresso pelos menos jovens.

Os factos estão de acordo com a hipótese, pelo menos no que respeita à população portuguesa, onde é tanto maior a tendência para as atitudes autoritárias quanto maior é a idade dos respondentes.¹⁰⁴ No entanto, no que toca aos imigrantes, a distribuição da variável não é significativamente diferente da hipótese nula, embora o sentido da correlação – também não significativa – esteja no sentido esperado. Mas a esta excepção não deve ser dado o mesmo peso que à confirmação obtida na população portuguesa, já que a relação só é expectável em populações culturalmente homogêneas, o que, obviamente, não acontece com os imigrantes.

Passando às variáveis que têm uma referência local, referimos primeiramente a dimensão do lugar onde foram feitos os inquéritos como podendo estar relacionada com o carácter autoritário ou liberal. O fundamento da hipótese está em que, pelas razões invocadas anteriormente, as pequenas comunidades e as grandes urbes tendem a colocar-se em posições opostas, ao longo desse continuum que vai do autoritarismo à liberalidade, as primeiras aproximando-se mais do primeiro pólo e as cidades do segundo. Todavia, assim formulada, a hipótese só é adequada às comunidades portuguesas da primeira metade do século passado. Na actualidade, suscita dúvidas: algumas das características urbanas começam, com efeito, a invadir as aldeias. A distinção que já anteriormente não era visível em todos os aspectos da definição do tipo-ideal rural-urbano, perdeu elementos distintivos. Não obstante, os termos em que está expressa poderiam ser ajustados à classificação das atitudes de muitos daqueles que responderam às perguntas, pois são herdeiros de um conceito de organização social que dava sobretudo importância à estabilidade do sistema e à estrutura conservadora das relações por ele definidas.

No entanto, no que respeita aos imigrantes, todas estas considerações não têm sentido. A imigração junta no mesmo território pessoas provindas de contextos culturais muito diversos. De

104 $\chi^2(20) = 41,58$; $p < 0,01$; $\tau_b = -0,098$; $p < 0,00$

resto, nem os imigrantes de uma nacionalidade são amostras representativas das suas próprias populações: os que saem a procurar trabalho noutras paragens têm características especiais, como, por exemplo, mais capacidade de arriscar, mais espírito empreendedor ou aventureiro, etc. Por isso, se os dados confirmarem a hipótese deverão ser considerados espúrios.

A verdade dos factos mostra que as dúvidas elaboradas teoricamente se justificam a respeito da população portuguesa, pois não se encontraram variações ou associações significativas entre o autoritarismo e qualquer das variáveis dimensionais (clusters ou rural-urbano). Curiosamente, porém, e contrariamente ao que era de esperar, as estatísticas relativas aos imigrantes são significativas no que respeita ao autoritarismo, em termos de clusters.¹⁰⁵ Por outro lado, o sinal da correlação diz que tanto maior é o autoritarismo quanto menor é o cluster. A correlação é, de resto, confirmada no que respeita à dicotomia rural-urbano. E tendo o mesmo sentido e sendo ligeiramente mais fortes as estatísticas obtidas com ela,¹⁰⁶ forçoso é admitir que a classificação de tais estatísticas como espúrias, como dissemos antes, necessita de ser qualificada.

As variações socioeconómicas

No que se refere às variáveis socioeconómicas, considerámos útil explorar as relações que a *instrução* e o *rendimento* têm com o autoritarismo. É de crer que a primeira esteja positivamente relacionada com o grau de liberalidade assumida pelos respondentes, já

que para quem tem menos instrução o sistema de regras é mais fixo e imutável. E na realidade assim acontece: na população portuguesa, como se pode constatar no Gráfico 52, a instrução está positivamente associada à liberalidade, sendo a correlação encontrada a que maior poder explicativo tem entre todas as que foram estudadas até aqui.¹⁰⁷ O decréscimo linear nos autoritários e o crescimento monotónico nos liberais, em função do grau de instrução, representados no gráfico, não podia ser mais concludente.

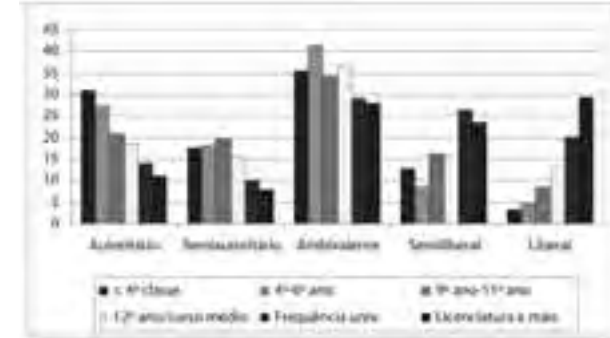
105 $\chi^2(16) = 37,51$;
 $p < 0,01$; $\tau_b = -0,049$;
 $p < 0,01$.

106 $\chi^2(4) = 18,26$;
 $p < 0,01$; $\tau_b = -0,1080$;
 $p < 0,01$.

107 $\chi^2(20) = 166,94$;
 $p < 0,00$; $\tau_b = 0,219$;
 $p < 0,00$.

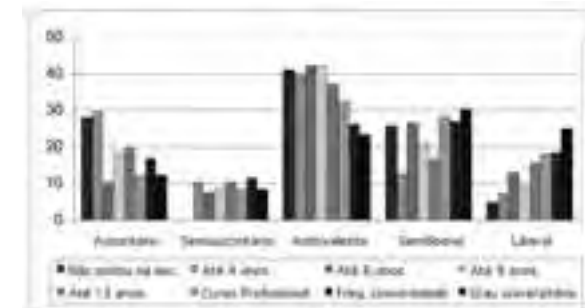
108 $\chi^2(28) = 85,18$;
 $p < 0,00$; $\tau_b = 0,109$;
 $p < 0,00$.

Gráfico 52. Autoritarismo-liberalidade na população portuguesa, em função da instrução



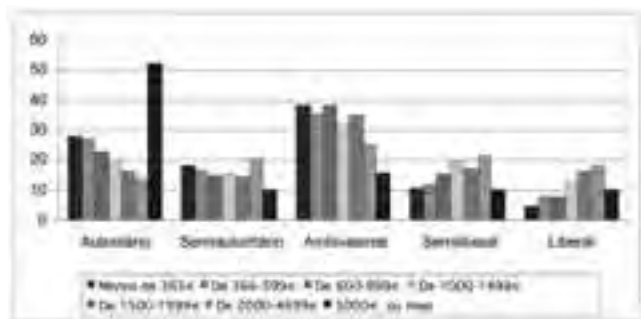
Comentário quase idêntico poderia ser feito a respeito dos imigrantes, para os quais também a distribuição é significativamente diferente da hipótese nula e o valor de τ_b relativamente elevado, embora menor do que o encontrado para a população portuguesa.¹⁰⁸ O paralelismo dos gráficos (com valores menos regulares neste último caso, como é compreensível) mostra que os fundamentos das atitudes em apreço são transversais a muitas sociedades, constituindo como que um padrão na formação do ser social, no que respeita à hierarquização.

Gráfico 53. Autoritarismo-liberalidade na população imigrante, em função da instrução



A relação entre autoritarismo-liberalidade e *rendimento* parece, à partida, mais difícil de estabelecer, a não ser que se considere que o rendimento é uma função da idade e da instrução. Uma hipótese mais fantasiosa faria depender a estrutura dos afectos e das ideias, pelo menos em parte, das vivências que o sistema impõe. A marca da sociedade iria, pois, muito para além das condições de vida e estender-se-ia a tudo aquilo que tem a ver com a identidade e posicionamento pessoal relativamente à manutenção do sistema. Maiores rendimentos poderiam assim estar associados a estruturas de personalidade mais liberal. Mas as determinantes destas relações estariam dependentes fundamentalmente da instrução.

Gráfico 54. Autoritarismo-liberalidade na população portuguesa, em função do rendimento



No respeitante à população portuguesa, a hipótese tem cabimento: os conceitos de autoritarismo-liberalidade estão significativamente relacionados com o que as famílias inquiridas recebem mensalmente, em termos líquidos: é tanto mais autoritário na nossa sociedade quem menos tem. De resto, o coeficiente τ_b é relativamente elevado.¹⁰⁹ O Gráfico 54 mostra, com efeito, que o autoritarismo diminui à medida que o rendimento familiar aumenta, da mesma maneira que a liberalidade aumenta com ele. A única excepção a esta regra refere-se à última categoria de rendimentos, que tem valores de autoritarismo não previsíveis. Deve-se,

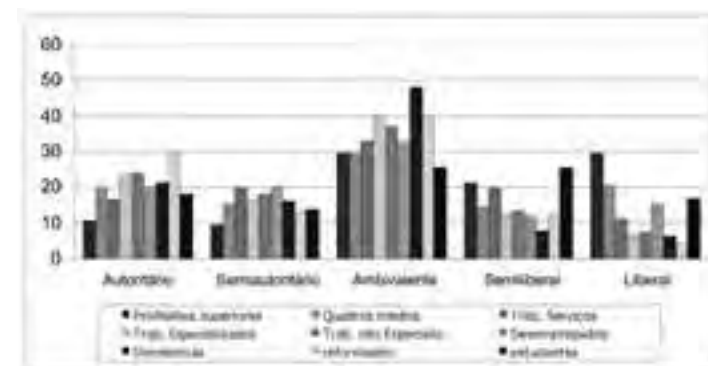
no entanto, ter em conta que são poucas as famílias que diziam ter 5000€ ou mais de proventos mensais, o que, só por si mesmo torna as respectivas percentagens erráticas.

109 $\chi^2(24) = 57,76$; $p < 0,00$; $\tau_b = 0,115$; $p < 0,00$.

No que se refere aos imigrantes – como era de prever, dado que o seu rendimento não é uma função linear das características socioeconómicas e culturais –, nem as estatísticas são significativas nem se pode pois ver nenhum sentido nas variações entre as duas variáveis. Da mesma maneira, no que respeita aos imigrantes, possivelmente pelas razões que acabamos de ver, a correlação entre o autoritarismo e a ocupação/profissão – medida em cinco classes a que se acrescentaram os desempregados e deixando de lado os estudantes, domésticas e reformados – nem é relevante nem significativa.

No entanto, no que se refere à população portuguesa, os valores encontrados em termos de ocupação/profissão – considerando todas as categorias em que foi codificada – têm variações significativas; e o valor de τ_b ainda é maior do que o encontrado para o rendimento.¹¹⁰

Gráfico 55. Autoritarismo-liberalidade na população portuguesa, em função da profissão



No entanto, o sentido do crescimento em função desta variável não é claro, embora a liberalidade seja mais frequente entre as profissões superiores (a que se associam, como é compreensível, os estudantes), sendo as domésticas e os reformados os menos liberais entre os grupos ocupacionais considerados.

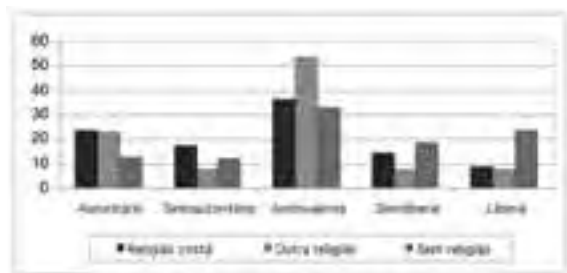
110 $\chi^2(20) = 64,45$; $p < 0,00$; $\tau_b = -0,120$; $p < 0,00$.

As variáveis culturais

Entre as variáveis explicativas das atitudes de autoritarismo-liberalidade, as mais abrangentes são naturalmente as relativas à cultura de origem das populações e à eficácia dos processos de socialização por elas usados na inculcação, temas que não podem ser aprofundados aqui nos seus elementos mais significativos. Por isso nos limitamos a avaliar alguns dos itens que em certa medida as reflectem, a religião e a orientação política dos inquiridos.

No que se refere à posição religiosa da população portuguesa, verificamos que, quando reduzida a duas categorias – ‘crentes’ e ‘não crentes’ –, tem correlações com o continuum autoritarismo-liberalidade, sendo os ‘crentes’ menos liberais do que os ‘não crentes’.¹¹¹ E se distinguirmos os crentes em ‘cristãos’ e ‘não cristãos’ e refizermos os cálculos, verificamos que se mantém a significância da correlação positiva encontrada.¹¹² Olhando para o respectivo gráfico, constatamos visualmente esses resultados: os que professam uma religião cristã são ligeiramente mais liberais do que os que têm outras crenças. De facto, juntando os semiliberais, encontramos 23% para os cristãos e 15% para os não cristãos. Mas ambas estas categorias são superadas pelos não crentes que somam 42% na dimensão liberal.

Gráfico 56. Autoritarismo-liberalidade na população portuguesa, em função da posição religiosa



111 $\chi^2(4) = 31,73$; $p < 0,00$;

$\tau_b = 0,110$; $p < 0,00$.

112 $\chi^2(8) = 50,88$;

$p < 0,00$; $\tau_b = 0,135$;

$p < 0,00$.

Distinguindo, porém, no grupo ‘religião cristã’, entre ‘católicos’ e ‘outros cristãos’ notamos que estes são menos liberais do que os primeiros. Com efeito, as percentagens conjuntas de semiliberais e liberais ascendem a 23% para os católicos e a 20% para os outros cristãos. Em ambos os casos, porém, se juntarmos os autoritários aos semiautoritários, vemos que as tendências autoritárias são mais importantes nos dois grupos do que as liberais. De facto 34,7% dos católicos tendem para o autoritarismo. Mas são superados nesta tendência pelos outros cristãos (40,7%).

No que toca à população imigrante, é significativo em termos da relação com o autoritarismo o posicionamento religioso quando apenas se distinguem as categorias de ‘crentes’ e ‘não crentes’;¹¹³ mas não o é quando se introduzem mais distinções.

No conjunto, a variável religião tem algumas inconsistências no que se refere aos imigrantes, em parte explicáveis quer pela relativa indefinição desta variável, no que toca ao contributo que dá à definição das mentalidades, quer porque estas populações são culturalmente heterogéneas. No que se refere à população portuguesa, no entanto, os dados comentados fazem sentido.

O facto mais relevante desta análise cifra-se na clara tendência liberal dos que não têm religião relativamente aos que professam alguma. De facto, todas as religiões – embora em graus diversos – incutem um quadro mental que valoriza a manutenção do sistema, o qual se repercute na forma como as pessoas que com ele se conformam olham para a vida e para os outros. Pelo contrário, para os que não têm crenças pré-estabelecidas, a definição das regras sociais decorre do puro contrato social e do jogo das forças do poder em que pensam intervir ou efectivamente intervêm.

Tendo isto em conta, não surpreenderá que a *orientação política* dos respondentes tenha a ver com a definição das atitudes em estudo e que se possa esperar nas pessoas de esquerda maior liberalidade do que em quem se assume de direita. E, na verdade, os dados referentes à população portuguesa mostram com clareza que a pessoa é tanto mais liberal quanto mais à esquerda se coloca. Todavia, o poder de explicação desta variável é menor do que o da instrução ou o rendimento.¹¹⁴

113 $\chi^2(4) = 11,48$; $p < 0,03$;

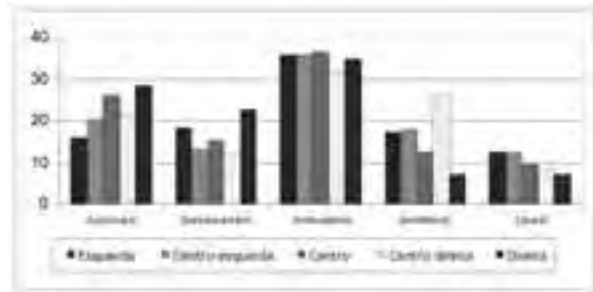
$\tau_b = 0,063$; $p < 0,01$.

114 $\chi^2(16) = 40,53$;

$p < 0,01$; $\tau_b = -0,098$;

$p < 0,00$.

Gráfico 57. Autoritarismo-liberalidade na população portuguesa, em função da posição política



O Gráfico 57 mostra claramente duas coisas: que os autoritários crescem das posições de esquerda para as de direita e que o contrário acontece com a categoria liberal (e menos claramente na categoria de semiliberal). Esta constatação não elimina, porém, outro aspecto importante: mesmo nos que se dizem de esquerda, as atitudes semiautoritárias e autoritárias são bastante mais frequentes do que as semiliberais e liberais (34% contra 30%, respectivamente).

No que se refere aos imigrantes, a orientação política não está relacionada significativamente com as categorias em estudo.

CAPÍTULO 4.

VALORES SOCIAIS E POLÍTICOS

O posicionamento dos entrevistados perante a autoridade, a ordem, a segurança e o rigor nas sanções do crime, tratado no final do capítulo anterior, introduziu uma temática de grande importância para a compreensão dos quadros mentais dos grupos sociais inquiridos, designadamente no que respeita aos valores que têm a ver com as relações com os outros ou com a própria organização das sociedades. Se, nos temas tratados anteriormente, foram detectadas atitudes que interferem na expressão destes valores, a perspectiva em que foram vistos estava centrada na expressão de atitudes algo abstractas em que os outros não eram directamente visados. No entanto, o inquirido contém várias questões de natureza menos abstracta em que as definições teóricas e os princípios se concretizam em atitudes para com as pessoas com quem os entrevistados estão ou podem estar em contacto. Mas nem todas elas tinham tais referências concretas. Algumas persistiam na definição de valores mais ou menos abstractos, como aqueles sobre que nos debruçamos em primeiro lugar.

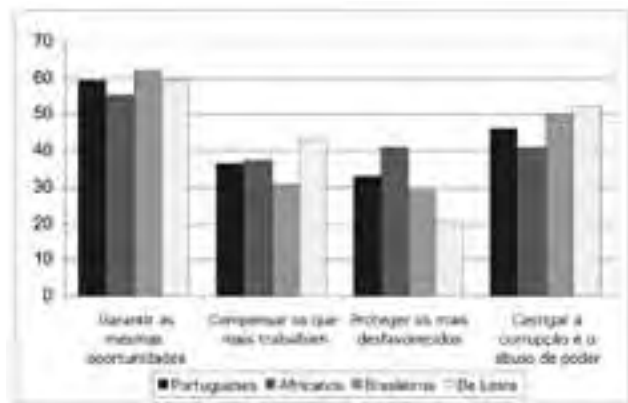
1. JUSTIÇA SOCIAL E SEUS VALORES

Em ambos os questionários em estudo havia uma questão relativa aos ideais de justiça social defendidos pelos inquiridos, a qual estava formulada em termos de saber, dentre quatro hipóteses de resposta, quais as duas medidas que os respondentes escolhiam como mais importantes no sentido de haver 'uma sociedade mais justa'. Os itens propostos eram os seguintes: 'garantir a todos as mesmas oportunidades', 'compensar melhor os que mais trabalham', 'proteger os mais desfavorecidos' e 'castigar a corrupção e o abuso de poder'. Os dois primeiros podem ser entendidos em termos da oposição igualdade vs. mérito; o terceiro tem a ver essencialmente com a função social do Estado; e o último com a função de controlo e moralização do exercício do poder político.

De forma a colocar o quadro genérico das questões a desenvolver em seguida, são apresentadas no Gráfico 58 as percentagens de respondentes que escolheram um determi-

nado item relativamente ao total do grupo respectivo. Em termos técnicos, trata-se, pois, de uma percentagem de casos, podendo a soma ser superior a 100 já que se pedia aos inquiridos que respondessem a uma ou duas perguntas e dos dados resulta ter havido entre 72 e 75% de pessoas que responderam a duas.

Gráfico 58. Percentagens de pessoas que escolheram um determinado item de resposta



O gráfico mostra que o item mais destacado nas respostas é o referente à igualdade:

mais de metade dos respondentes o colocou acima de todos os outros, sem que haja grandes diferenças entre eles; apenas os africanos têm uma percentagem ligeiramente mais baixa. O item que vem a seguir é o do castigo da corrupção e abuso do poder, sendo os brasileiros e os imigrantes de Leste os grupos que mais lhe são sensíveis¹¹⁵.

As hipóteses de explicação para estes factos podem ser duas: as experiências vividas nos países de origem ou aquilo a que foram sujeitos em Portugal, parecendo ser mais provável a primeira, embora não haja modo de dizer quanto o seja. No entanto, os africanos parecem estar menos atentos a este valor, o que pode

eventualmente estar associado ao menor interesse pela questões políticas, em razão de terem como preocupação dominante os problemas do dia-a-dia, acompanhado de um certo distanciamento das instituições sociais, como referem as teorias da pobreza.

O terceiro lugar nas escolhas é ocupado pelas questões relacionadas com o prémio ao mérito, ao qual são particularmente sensíveis os imigrantes de Leste e menos os brasileiros. Por último, vem a protecção aos mais desfavorecidos, na qual se detectam duas sensibilidades antagónicas: a dos africanos, que parecem esperar da sociedade uma compensação pelo estado de comparativa diminuição em que se encontram, e a dos imigrantes de Leste, que pedem à sociedade que compense o mérito e elimine os focos de corrupção e os abusos do poder, possivelmente porque lhe sofreram ou sofrem os efeitos no dia-a-dia.

Se é certo que não podemos garantir que estas interpretações das diferenças detectadas sejam as mais adequadas, pode-se afirmar com segurança que estes resultados concordam em termos gerais com as características socioeconómicas dos grupos em estudo. Constituem, de qualquer maneira, hipóteses a verificar, embora algumas tenham de ficar apenas como elucubrações decorrentes da imaginação sociológica que a tudo tenta encontrar justificações, dado ser impossível demonstrá-las com os dados de que dispomos. Algumas podem, no entanto, ser feitas, como se passa a dizer.

A protecção dos desfavorecidos

Começamos pela questão que mede a adesão dos respondentes a um modelo de estado social, o que para muitos – designadamente, os mais carenciados económica, social e culturalmente – se confunde com o estado providência. A Tabela 39 sintetiza a análise deste item em função dos factores que têm sido utilizados para compreender o sentido e significância das atitudes, dela tendo sido excluídas, como das demais desta partição, duas variáveis que se mostraram não estarem significativamente associadas a nenhum dos itens em análise: o sexo e as atitudes religiosas, quando reduzidas a três posições: ‘cristãos’, ‘outra religião’ e ‘sem religião’.¹¹⁶ Foram, porém, retidas todas as que só em algumas das tabelas têm valores significativos. Os testes utilizados são, por um lado, o χ^2 e, por outro, o coeficiente de contingência (cc), um teste de associação, baseado no χ^2 , para variáveis nominais.

Tabela 39. Variáveis explicativas das opções por 'Proteger os mais desfavorecidos'

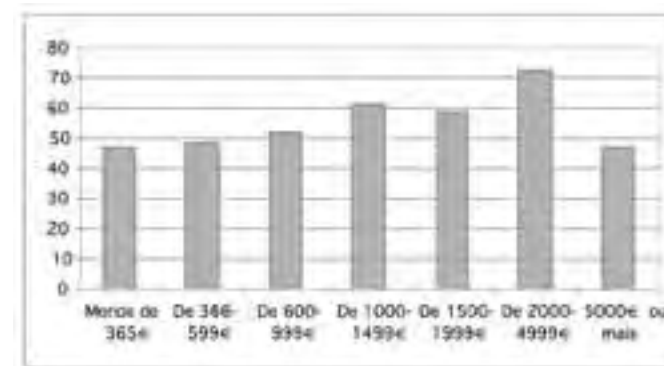
	Portugueses		Imigrantes	
	χ^2	cc	χ^2	cc
Cluster	ns	ns	ns	ns
Região	ns	ns	ns	ns
Rural-urbano	ns	ns	ns	ns
Número de imigrantes	ns	ns	6,78*	0,083*
Idade	ns	ns	ns	Ns
Origem territorial	-	-	31,14***	0,176***
Grau de Instrução	13,84*	0,098*	17,45*	0,125*
Profissão	11,67*	0,112*	ns	ns
Rendimento	16,68**	0,121**	ns	ns
Posição política	ns	ns	ns	ns
Ano de entrada	-	-	13,35**	0,111**

ns = não significativo; *p<0,05; **p<0,01; ***p ≤ 0,001

116 A associação significativa da posição religiosa, no que se refere aos imigrantes, tendo em conta as categorias originais utilizadas no inquérito ('ortodoxo', 'protestante', 'outra religião cristã', 'muçulmano', 'judeu', 'hindu', 'outra religião não cristã', 'crente sem religião', 'indiferente', 'agnóstico ou ateu') com 'proteger os mais desfavorecidos' ($\chi^2= 22,11$; $p<0,05$; $cc= 0,141$), com 'compensar melhor os que mais trabalham' ($\chi^2= 21,84$; $p<0,05$; $cc= 0,140$) e com 'castigar a corrupção e o abuso do poder' ($\chi^2= 24,14$; $p<0,01$; $cc= 0,147$), e, no que toca aos portugueses, relativamente a 'garantir as mesmas oportunidades' ($\chi^2= 22,16$; $p<0,01$; $cc= 0,125$) não é considerada porque não tem as necessárias frequências em algumas das casas da respectiva tabela de contingência.

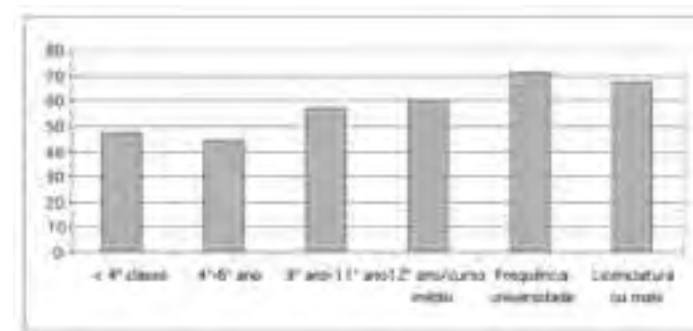
Pela tabela se vê que nenhum dos factores sociogeográficos está relacionado com a escolha do item 'Proteger os mais desfavorecidos'. De facto, no que se refere à população portuguesa, os únicos que têm valor explicativo são o grau de instrução, a profissão e o rendimento. De todos estes factores representa-se em seguida o que tem mais directa relação com esta atitude, o rendimento (Gráfico 59), o qual mostra que a consciência da necessidade de proteger os mais necessitados cresce com ele. Mas o rendimento, por sua vez, depende em grande medida da instrução¹¹⁷ (Gráfico 60).

Gráfico 59. Percentagens de portugueses que responderam positivamente à pergunta sobre a protecção dos desfavorecidos, em função do rendimento



No entanto, a correlação não é perfeita, como já tivemos ocasião de verificar, sendo de destacar, sobretudo, o facto de as pessoas com rendimentos mais elevados serem menos sensíveis às exigências de uma justiça compensatória do que o último escalão da educação, onde também se regista uma pequena quebra.

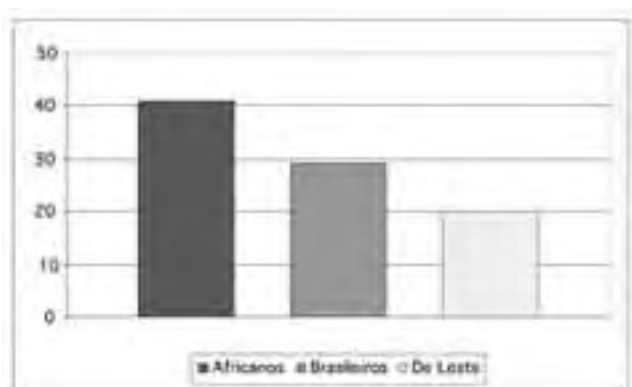
Gráfico 60. Percentagens de portugueses que responderam positivamente à pergunta sobre a protecção dos desfavorecidos, em função da instrução



117 Relação instrução/rendimento: $\chi^2= 423,2$; $p<0,00$; $cc=0,515$.

No que se refere aos imigrantes, as variáveis que têm relação com a ideia de que a sociedade mais justa implica a protecção dos mais desfavorecidos são, por um lado, a origem territorial e o ano de entrada em Portugal e, por outro, algumas das variáveis de carácter cultural, como a instrução. De forma a entender como se distribui esta atitude em função da origem dos imigrantes, representa-se a sua distribuição no Gráfico 61, onde são patentes as suas diferenças.

Gráfico 61. Percentagens de imigrantes que responderam positivamente à pergunta sobre a protecção dos desfavorecidos, em função do grupo de origem



O gráfico mostra que os imigrantes africanos são os que mais reclamam tal medida, com cerca de 41% a reclamá-la, os brasileiros estando onze pontos percentuais abaixo deles e os imigrantes de Leste a 20% dos primeiros. Mas será que isso resulta, no caso dos primeiros, de uma maior consciência das funções sociais do Estado e, para os segundos, de um maior alheamento político? Os elementos de que dispomos não nos permitem responder.

A igualdade de oportunidades

A segunda medida conducente a uma sociedade mais justa, nos termos do inquérito, dizia respeito ao valor da igualdade, formulada em termos de 'garantir a todos as mesmas oportunidades'. As estatísticas de que se pode deduzir o valor explicativo de cada uma das variáveis independentes, tanto no que respeita à população portuguesa como para os imigrantes, estão colocadas na Tabela 40.

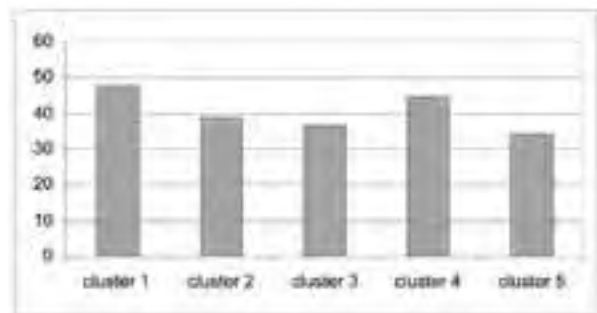
Tabela 40. Variáveis explicativas das opções por 'Garantir a todos as mesmas oportunidades'

	Portugueses		Imigrantes	
	χ^2	cc	χ^2	cc
Cluster	14,86**	0,102**	ns	ns
Região	ns	ns	13,69**	0,110**
Rural-urbano	4,71*	0,057*	ns	ns
Número de imigrantes	ns	ns	ns	ns
Idade	15,91**	0,105**	ns	ns
Origem territorial	-	-	ns	ns
Grau Instrução	50,22***	0,185***	15,61*	0,119*
Profissão	11,76*	0,113*	ns	ns
Rendimento	25,23***	0,149***	ns	ns
Posição política	16,20**	0,131**	ns	ns
Ano de entrada	-	-	9,73*	0,095*

ns = não significativo; *p<0,05; **p<0,01; ***p<0,001

Comparando estes resultados com os do quadro anterior, nota-se que as variáveis geográficas, que ali nada explicavam, aqui são significativas, duas para a população portuguesa e a outra para a imigrante. A relação entre o habitat e a percepção da necessidade deste valor corresponde àquilo que era expectável, no que respeita à população portuguesa: estão mais atentos à desigualdade de oportunidades aqueles que as sentem mais vivamente, como se parece deduzir do gráfico seguinte, onde se vê que é sobretudo, nos clusters mais pequenos que esse sentimento é mais forte.

Gráfico 62. Percentagens de portugueses que responderam positivamente à pergunta sobre igualdade de oportunidades, em função do cluster

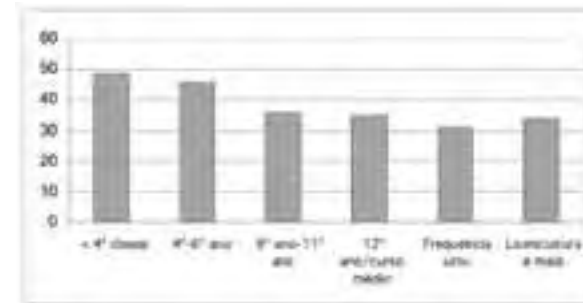


Surpreende mesmo a regularidade com que decrescem as percentagens do gráfico, a qual só é interrompida pela percentagem do 'cluster 4'. De resto a verdade destes resultados é confirmada pela variável 'rural-urbano'. E esta confirmação é sintomática, sobretudo quando se vê que as diferenças em função da variável 'região' não são significativas.

Estas deduções não são, porém, válidas, como habitualmente, para os imigrantes, os quais apresentam variações de sensibilidade apenas em função da região.

Um dos factores que mais fortemente está associado à sensibilidade para com a igualdade de oportunidades é a instrução, tendo as variações encontradas o sentido previsível: a sensibilidade à desigualdade de oportunidades decresce à medida que a instrução aumenta. Os menos instruídos mostram, pois, ter consciência da situação em que se encontram. A única e ligeira excepção à queda monotónica das percentagens é a das pessoas com a instrução mais elevada.

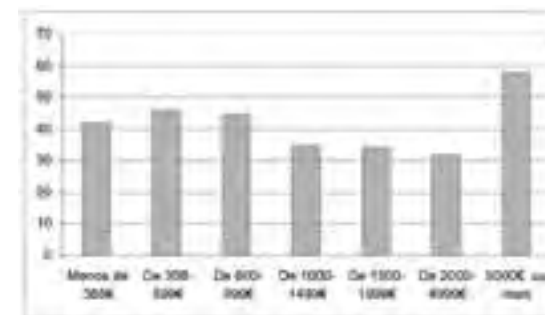
Gráfico 63. Percentagens de portugueses que responderam positivamente à pergunta sobre a igualdade de oportunidades, em função da instrução



Há ainda outras variáveis que estão significativamente relacionadas com a sensibilidade à desigualdade de oportunidades, como a idade, o rendimento, a profissão, e a posição política, segundo associações previsíveis, embora nem sempre tenham um sentido bem definido, designadamente as da idade e da religião.

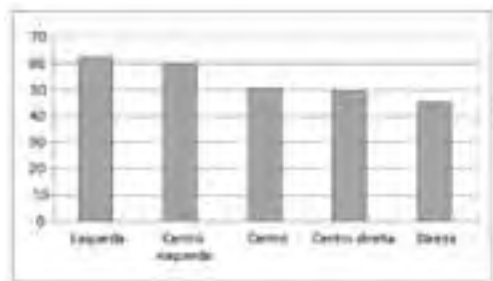
Nota-se, por outro lado, que a configuração das respostas positivas à pergunta sobre a igualdade em função do rendimento se assemelha muito à anterior, com uma forte acentuação do último grupo, o dos respondentes mais ricos, o que pode decorrer da consciência de serem privilegiados.

Gráfico 64. Percentagens de portugueses que responderam positivamente à pergunta sobre a igualdade de oportunidades, em função do rendimento



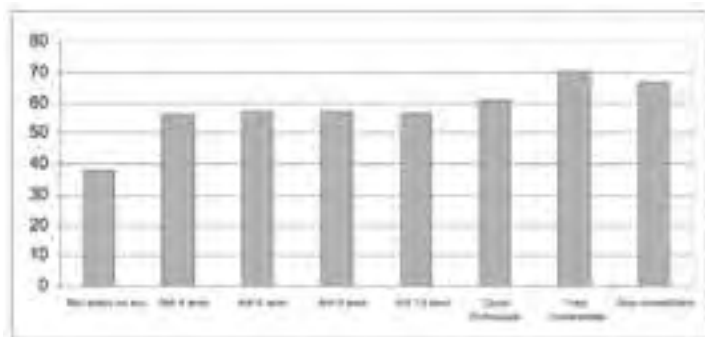
Um último caso em que o sentido era previsível é o da orientação política dos respondentes, como se vê no Gráfico 65, que mostra uma queda regular da percentagem de pessoas que pensam que garantir a igualdade de oportunidades é fundamental para uma sociedade justa.

Gráfico 65. Percentagens de portugueses que responderam positivamente à pergunta sobre a igualdade de oportunidades, em função da posição política



As variáveis explicativas das escolhas dos imigrantes, no que respeita a este objectivo da 'igualdade de oportunidades', são a região, o grau de instrução e os anos de permanência em Portugal. Por serem teoricamente mais interessantes, representamos em seguida as duas últimas.

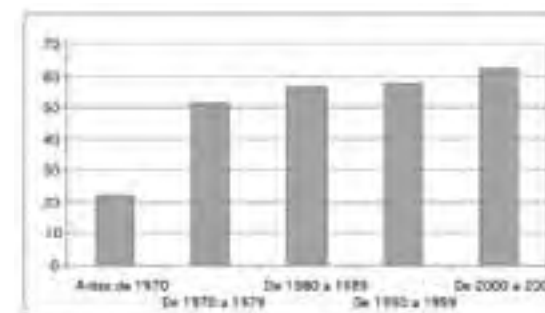
Gráfico 66. Percentagens de imigrantes que responderam positivamente à pergunta sobre a igualdade de oportunidades, em função da instrução



O facto mais notório deste Gráfico 66 é que inverte o sentido do Gráfico 63, referente aos portugueses. Entre os imigrantes, quem tem mais instrução também é mais sensível à questão da igualdade de oportunidades. Mas, se excluirmos os que não andaram na escola, as diferenças entre aqueles que têm menos do que um curso profissional não são muito visíveis. Só a partir daí é que as percentagens aumentam verdadeiramente.

Esta contradição com a sensibilidade da população portuguesa mostra, por um lado, que a lógica do entendimento das questões sociais pode ser muito diferenciada, em função dos elementos culturais dominantes numa determinada população e dos condicionamentos supervenientes; e, por outro, que não é possível detectar atitudes coerentes em populações com composições étnicas e culturais tão diversas como as que presentemente compõem as comunidades imigrantes em Portugal. De facto, as atitudes e os comportamentos que em alguns dos grupos são semelhantes aos da sociedade de acolhimento ficam alterados quando se misturam com os de outros com características antagónicas.

Gráfico 67. Percentagens de imigrantes que responderam positivamente à pergunta sobre a igualdade de oportunidades, em função do ano de entrada em Portugal



Inteira e de acordo com o que era de esperar estão, por outro lado, as estatísticas referentes aos anos de permanência em Portugal, segundo as quais haveria como que uma ruptura entre os que vieram antes de 1970 e os restantes, os primeiros estando muito menos despertos para a questão da igualdade do que todos os segundos, possível-

mente porque são mais idosos e porque chegaram num período em que era imperioso acomodar-se à situação e neste estado de espírito se mantiveram. O aumento das percentagens das pessoas mais instruídas corresponderiam a uma consciência social induzida pela reflexão e informação.

O prémio ao mérito

A terceira medida proposta como opção para uma sociedade mais justa diz respeito à proposição ‘Compensar melhor os que mais trabalham’, cujas variações, no que se refere à população portuguesa e à imigrante, estão compendiadas na Tabela 41.

Tabela 41. Variáveis explicativas das opções por ‘Compensar melhor os que mais trabalham’

	Portugueses		Imigrantes	
	χ^2	cc	χ^2	cc
Cluster	13,81**	0,098**	17,61***	0,125***
Região	ns	ns	ns	ns
Rural-urbano	ns		ns	ns
Número de imigrantes	15,08***	0,108***	9,87**	0,100**
Idade	ns	ns	ns	ns
Origem territorial	-	-	8,89*	0,95*
Grau Instrução	21,23***	0,122***	19,38*	0,132*
Profissão	17,03**	0,135**	ns	ns
Rendimento	15,06*	0,115*	ns	ns
Posição política	14,03**	0,122**	ns	ns
Ano de entrada	-	-	ns	ns

ns = não significativo; *p<0,05; **p<0,01; ***p<0,001

Dela resulta que as variações nas respectivas distribuições estão associadas significativamente, no primeiro caso, ao cluster, ao número de imigrantes na zona, ao grau de instrução, à profissão, ao rendimento e à posição política; e, no segundo, ao cluster, ao número de imigrantes, à origem territorial e ao grau de instrução.

De forma a colmatar a tersa informação dos números, de si mesmo abstractos e pouco compreensíveis, ilustramos em seguida, com dois gráficos, o comportamento da população portuguesa e da população imigrante no que respeita à instrução, de forma a verificar se a relação contraditória que detectámos a propósito da questão da igualdade também se mantém a propósito da melhor compensação para quem trabalha mais.

Gráfico 68. Percentagens de portugueses que responderam positivamente à pergunta sobre a melhor compensação para os que mais trabalham, em função da instrução

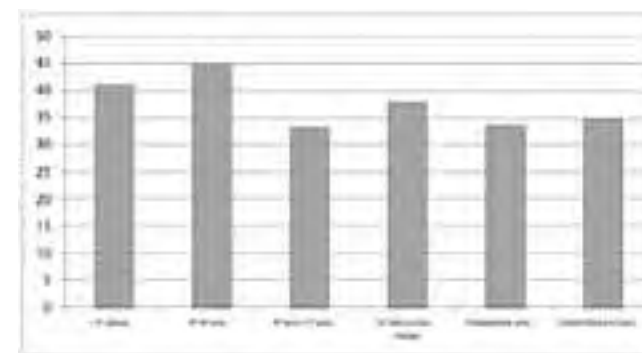
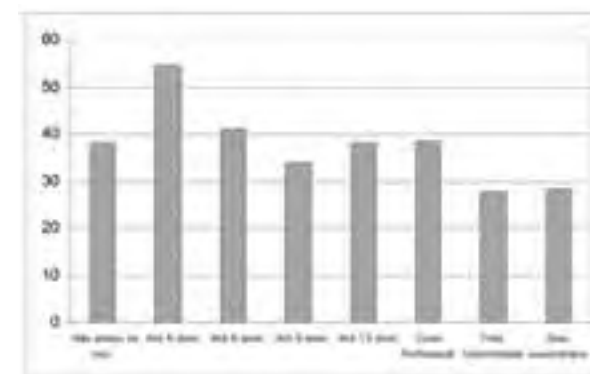


Gráfico 69. Percentagens de imigrantes que responderam positivamente à pergunta sobre a melhor compensação para os que mais trabalham, em função da instrução



A comparação destes gráficos com os que lhes correspondem na pergunta sobre a igualdade (Gráfico 63 e Gráfico 66, respectivamente), mostra que se diferenciam substancialmente e que a ideia da igualdade em função da instrução por parte dos imigrantes não se reproduz na relação entre a compensação dos que melhor trabalham e a instrução: tanto os portugueses como os imigrantes menos instruídos convêm mais do que os mais instruídos em que quem mais trabalha deve receber mais. De qualquer maneira, esta tendência geral não é muito acentuada, sendo curioso verificar que o desenho das curvas do Gráfico 68 e do Gráfico 69, tendo em conta o facto de no segundo haver mais categorias do que no primeiro, tem uma configuração muito semelhante.

O controle do poder

A última questão, das quatro postas à escolha para a definição de uma sociedade mais justa, propunha como meta ‘castigar a corrupção e o abuso do poder’. As variáveis que poderiam estar associadas às variações das respostas estão expressas na Tabela 42.

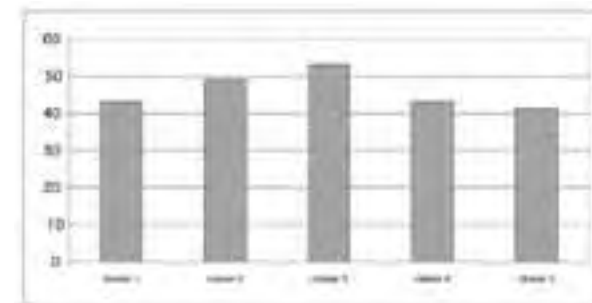
Tabela 42. Variáveis explicativas das opções por ‘Castigar a corrupção e o abuso do poder’

	Portugueses		Imigrantes	
	χ^2	cc	χ^2	cc
Cluster	ns	ns	10,78*	0,098*
Região	12,31*	0,093*	na	ns
Rural-urbano	ns	ns	ns	ns
Número de imigrantes	ns	ns	ns	ns
Idade	10,98*	0,088*	ns	ns
Origem territorial	-	-	10,02**	0,101**
Grau Instrução	ns	ns	28,89**	0,161**
Profissão	ns	ns	ns	ns
Rendimento	ns	ns	13,91*	0,129*
Posição política	ns	ns	ns	ns
Ano de entrada	-	-	ns	ns

ns = não significativo; *p<0,05; **p<0,01; ***p ≤ 0,001

Nela se vê que são muito poucas as variáveis que têm qualquer relação significativa com esta proposição, não se descortinando mesmo para algumas o seu racional. De facto, no que diz respeito à população portuguesa, as únicas que têm variações significativas são o cluster e a idade. No que se refere à idade, a distribuição mostra que apenas as idades mais avançadas têm percentagens de escolha mais baixas (pouco mais de 50%) do que todas as outras, que se situam monotonicamente à volta de 60%. Mas esta variação nem chega, em boa verdade, a ser significativa¹¹⁸. Porém, as variações são significativas quando vistas em termos de cluster, como se deduz do Gráfico 70. No entanto, não se descortina intuitivamente porque é que crescem as percentagens de adesões a esta medida até ao cluster de dimensão populacional média e diminuem nos clusters mais populosos, o mais provável sendo tratar-se de um acidente de distribuição sem significado sociológico.

Gráfico 70. Percentagens de portugueses que responderam positivamente à pergunta sobre o castigo da corrupção e o abuso do poder, em função do cluster



Por outro lado, sendo habitualmente mais errático o poder explicativo das variáveis caracterizadoras da população imigrante, é estranho que a mesma questão, quando lhes é colocada, tenha obtido respostas que estão significativamente relacionadas com o cluster, a origem territorial, a instrução, o rendimento e a posição religiosa, quando nada disso é relevante nas estatísticas da população portuguesa. No entanto, há diferenças sensíveis entre os africanos (41%), os brasileiros (50%) e os imigrantes de Leste (52%), a menor sensibilidade dos primeiros concordante com o distanciamento em relação às instituições e realidades políticas sentido

118 p = 0,053.

pelas populações mais carenciadas. E no que toca à ‘instrução’ e ‘rendimento’ (Gráfico 71 e Gráfico 72), vê-se que a adesão à pergunta cresce quando aumentam os anos de frequência da escola e quando cresce o rendimento auferido pela família do respondente, sendo os dois gráficos muito parecidos.

Gráfico 71. Percentagens de imigrantes que responderam positivamente à pergunta sobre o castigo da corrupção e o abuso do poder, em função da instrução

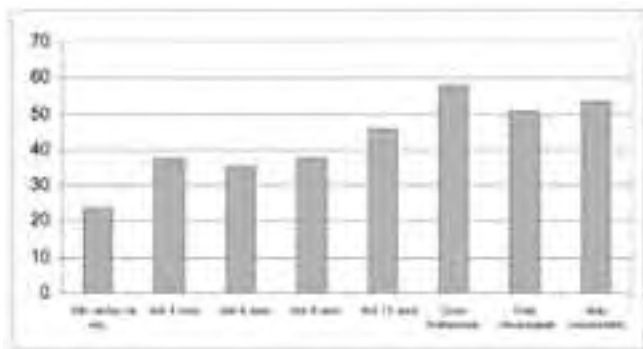
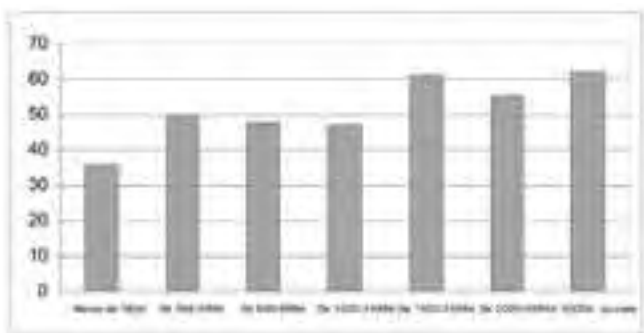


Gráfico 72. Percentagens de imigrantes que responderam positivamente à pergunta sobre o castigo da corrupção e o abuso do poder, em função da instrução



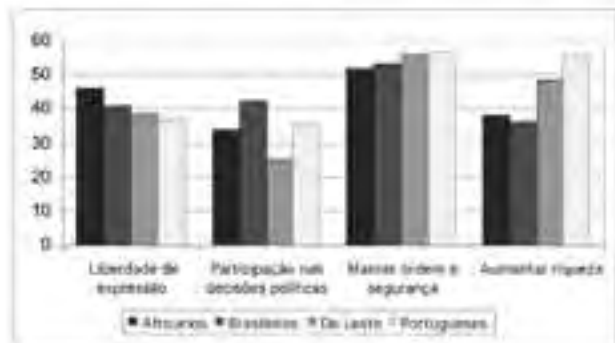
Este conjunto de comentários a respeito da quase uniformidade das distribuições dos imigrantes e dos portugueses relativamente à questão da corrupção e do abuso do poder evidencia a sua estranheza quando comparados com as outras três medidas relativas à criação de uma sociedade mais justa. A quase platitude das respectivas distribuições, em função das variáveis explicativas, poderia levar a pensar que as respostas foram dadas ao acaso pelas pessoas entrevistadas. Mas as variações existentes nos outros itens da mesma pergunta, e as explicações encontradas para as diferenças nelas existentes, não permitem admitir tal suspeita.

A razão da inexistência de variações significativas deve, pois, procurar-se alhures, possivelmente em que a questão não é marcante para as populações inquiridas. Por isso, e apesar de ser a segunda frase mais escolhida dentre as quatro medidas conducentes a uma ‘sociedade mais justa’, não se diferenciam a seu respeito. A adesão à pergunta percorre, pois, de forma aleatória e bastante uniforme todo o tecido social independentemente de sexo, instrução, rendimento, posição religiosa, posição política. Ora, este resultado é tão importante como se tivéssemos encontrado associações significativas.

2. LIBERDADE E PARTICIPAÇÃO VS. ORDEM E RIQUEZA

Em termos da eventual diferenciação entre as populações inquiridas, no que respeita a valores políticos, foram ainda incluídas em ambos os inquéritos quatro perguntas sobre ‘objectivos políticos mais importantes’ a alcançar em Portugal. As proposições que os respondentes deviam escolher, até um máximo de duas, eram as seguintes: ‘defender a liberdade de expressão’, ‘aumentar a participação das pessoas nas decisões políticas’, ‘manter a ordem e a segurança’ e ‘aumentar a riqueza e o poder de compra’. As percentagens das suas opções estão representadas no Gráfico 73.

Gráfico 73. Percentagens de inquiridos que responderam positivamente às perguntas sobre objectivos políticos importantes para Portugal



Dele se deduz que os imigrantes africanos e brasileiros dão menos destaque às questões do aumento da riqueza do que os portugueses e os imigrantes de Leste, sendo mais sensíveis à liberdade de expressão. No que, porém, todos os grupos coincidem é em atribuir o máximo de importância à ordem e segurança, já que mais de metade fizeram esta opção. Por outro lado, os portugueses estão particularmente preocupados com o aumento da riqueza (56%), percentagem pouco inferior à sua preocupação com a ordem e a segurança.

De forma a compreender em que medida as respostas se diferenciam nas populações portuguesa e imigrante, tomada esta como um todo, estudámos em seguida as respostas a cada uma das afirmações. Das tabelas em que estão resumidas as suas estatísticas foram porém retiradas as variáveis 'cluster' e 'ano de entrada em Portugal' por se terem revelado irrelevantes para a explicação, em todos os itens em estudo.

Liberdade de expressão

Como se viu acima, a liberdade de expressão foi escolhida por 37% de portugueses, 46% de africanos, 41% de brasileiros e 39% de imigrantes de Leste. Os testes de significância e associação relativos à população portuguesa e à imigrante, em função das variáveis independentes retidas, estão sintetizadas na Tabela 43.

Tabela 43. Variáveis explicativas da opção 'Defender a liberdade de expressão'

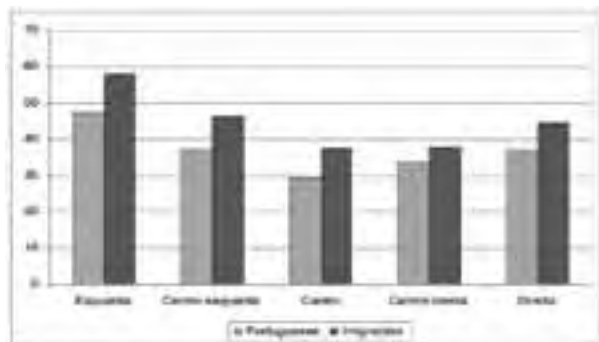
	Portugueses		Imigrantes	
	χ^2	cc	χ^2	Cc
Região	ns	ns	ns	ns
Rural-urbano	ns	ns	ns	ns
Número de imigrantes	ns	ns	ns	ns
Idade	ns	ns	ns	ns
Origem territorial	-	-	ns	ns
Grau Instrução	ns	ns	ns	ns
Profissão	ns	ns	ns	ns
Rendimento	ns	ns	ns	ns
Posição Religiosa (3)	6,97*	0,072*	ns	ns
Posição política	17,02**	0,137**	11,76*	0,155*

ns = não significativo; *p<0,05; **p<0,01; ***p ≤ 0,001, (3) três posições

O quadro mostra que quase não há variáveis em função das quais se diferenciam os respondentes a respeito da defesa da liberdade de expressão. De facto, apenas a 'posição política' e a 'posição religiosa' têm estatísticas significativas. No que se refere a esta última, quando categorizada em termos de 'religião cristã', 'outra religião' e 'sem religião', verificam-se percentagens muito diferentes: 36%, dos cristãos escolhe este item contra apenas 23% de não cristãos com idêntica atitude. Mas ambos são suplantados pelos que não têm religião, 46% dos quais adere a este valor, quase duplicando a percentagem dos pertencentes a uma religião não cristã. Estes resultados não surpreendem se tivermos em conta alguns dos resultados obtidos a propósito de outros itens já comentados.

A orientação política é a única variável explicativa comum aos portugueses e aos imigrantes. Os seus resultados estão expressos no Gráfico 74.

Gráfico 74. Percentagens de portugueses e imigrantes que responderam positivamente às perguntas sobre a defesa da liberdade de expressão, em função da opção política



Um dos aspectos mais notórios deste gráfico é que os imigrantes dão sistematicamente mais importância a este item do que os portugueses, sendo as diferenças tanto maiores quanto a distribuição se desloca para a esquerda. Por outro lado, tal como noutros itens estudados acima, também aqui as atitudes relativas à liberdade de expressão têm uma ligeira configuração em U, aumentando as percentagens à medida que nos aproximamos dos extremos. E nestes, a esquerda, porventura mais politizada, adere a este conceito mais fortemente que a direita.

Merece ainda ser comentado o facto de serem poucas as variáveis que discriminam os respondentes e de serem precisamente as variáveis ideológicas a fazê-lo, o que nos remete, no que se refere à primeira destas observações, para o que se disse a propósito do item 'castigar a corrupção e o abuso do poder': a questão é de tal maneira transversal a todas as categorias de respondentes (agregados em função do sexo, da idade, do habitat, do grau de instrução, da profissão ou do rendimento) que não se diferenciam, todos concordando com ela em proporções muito semelhantes em todas estas variáveis. De resto, não se pode invocar a hipótese de que a expressão 'liberdade de expressão' não tenha sido entendida, pois isso deveria reflectir-se nas diferenças em função da instrução, o que efectivamente não acontece.

Participação política

A adesão ao objectivo 'aumentar a participação nas decisões políticas' tem curiosamente mais variáveis explicativas do que o objectivo que acabámos de comentar.

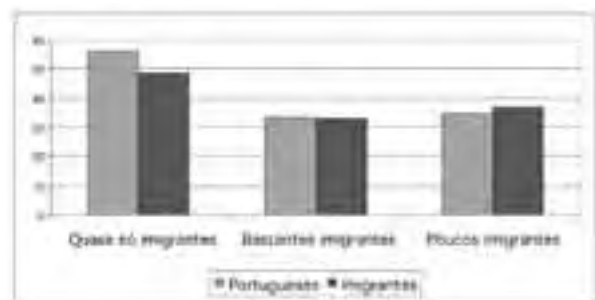
Tabela 44. Variáveis explicativas da opção 'Aumentar a participação nas decisões políticas'

Participação nas decisões políticas				
	Portugueses		Imigrantes	
	χ^2	cc	χ^2	cc
Região	ns	ns	11,42*	0,103*
Rural-urbano	ns	ns	Ns	ns
Número de imigrantes	6,66*	0,074*	6,31*	0,082*
Idade	22,74***	0,128***	13,92*	0,114*
Origem territorial	--	--	14,74***	0,129***
Grau Instrução	61,62***	0,209***	14,32*	0,116*
Profissão	21,72***	0,155***	29,98***	0,177***
Rendimento	25,27***	0,152***	ns	ns
Posição Religiosa	8,36*	0,79*	ns	ns
Posição política	10,77*	0,109*	ns	ns

ns = não significativo; * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p \leq 0,001$

Notório na tabela é que o 'número de imigrantes na zona' tem aqui valores significativos, o que raramente acontece, tanto no que se refere à população portuguesa como à imigrante. Por isso se representam as respectivas percentagens em seguida (Gráfico 75).

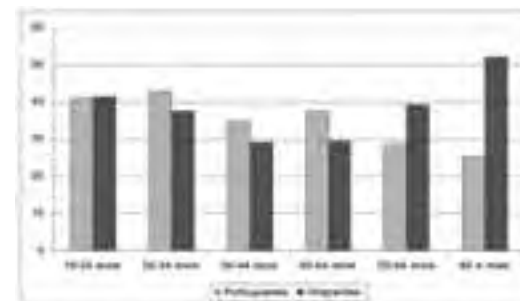
Gráfico 75. Percentagens de portugueses e imigrantes que responderam positivamente à pergunta sobre a participação nas decisões políticas, em função do número de imigrantes na zona



A coincidência das duas distribuições, com variações significativas em duas amostras totalmente independentes, é surpreendente, porque significa que o efeito da presença dos imigrantes no aumento da consciencialização da necessidade da participação nas decisões políticas é sensivelmente o mesmo nas duas populações. Mas o gráfico também mostra que o efeito é curvilíneo nas duas populações, o que de alguma maneira reflecte as hesitações teóricas que acima formulámos a respeito do efeito do número de imigrantes na população.

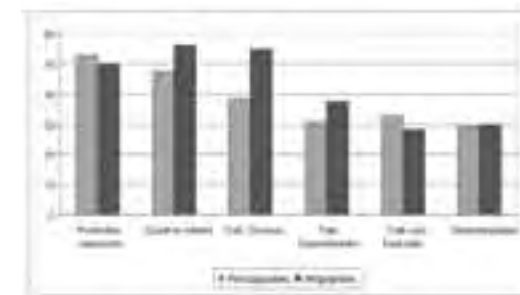
Outra variável que raramente tem sido encontrada na explicação das diferenças de atitudes é a idade. Segundo o Gráfico 76, a sua distribuição é diferente nas duas populações em estudo. De facto, entre os portugueses a atenção a este objectivo decresce quase regularmente com a idade. Mas no que toca aos imigrantes, havendo um comportamento semelhante nos três primeiros grupos etários, dispara para valores muito elevados nos últimos três, de forma que 52% das pessoas idosas escolhem este objectivo político, o que não era de esperar.

Gráfico 76. Percentagens de portugueses e imigrantes que responderam positivamente à pergunta sobre a participação nas decisões políticas, em função da idade



Reexaminando a Tabela 44, verificamos que a variável com maior coeficiente de contingência (cc) é a profissão. Por isso, apresentamos em seguida a comparação entre os resultados das duas amostras (Gráfico 77).

Gráfico 77. Percentagens de portugueses e imigrantes que responderam positivamente à pergunta sobre a participação nas decisões políticas, em função da profissão



O que há de mais notório neste gráfico é a configuração geral das duas distribuições, no essencial semelhantes, sendo as pessoas com profissões superiores as que mais sensíveis se mostram a este objectivo político e decaindo regularmente as percentagens à medida que se avança para os desempregados. As excepções por parte dos imigrantes a esta regularidade devem ter a ver com a não correspondência entre profissão e competências verificável em parte significativa da população imigrante.

Ordem e segurança

A escolha da proposição ‘manter a ordem e segurança’ como objectivo de preferência por parte dos respondentes apresenta algumas características que a individualizam em relação aos outros, em primeiro lugar, porque, no que toca aos portugueses, são significativas as variações em termos de ‘sexo’, ‘grau de instrução’, ‘rendimento’, ‘posição religiosa’ e ‘posição política’, e, no que respeita aos imigrantes, apenas temos como variáveis diferenciadoras o ‘cluster’ e o ‘sexo’, sendo esta a única variável comum às duas populações.

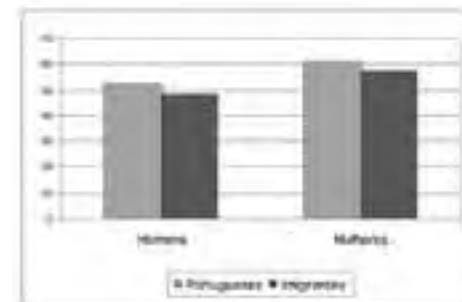
Tabela 45. Variáveis explicativas da opção ‘Manter a ordem e segurança’

	Portugueses		Imigrantes	
	χ^2	cc	χ^2	Cc
Região	ns	ns	4,81*	0,067*
Rural-urbano	ns	ns	ns	ns
Número de imigrantes	ns	ns	ns	ns
Sexo	9,50*	0,84*	8,57**	0,090**
Idade	ns	ns	ns	ns
Origem territorial	-	-	ns	ns
Grau Instrução	15,99**	0,108**	ns	ns
Profissão	ns	ns	ns	ns
Rendimento	22,73**	0,144**	ns	ns
Posição Religiosa	12,19**	0,095**	ns	ns
Posição política	47,36***	0,224***	ns	ns

ns = não significativo; *p<0,05; **p<0,01; ***p ≤ 0,001

Ora acontece que o sexo apenas aqui diferencia as respostas, constituindo pois um verdadeiro hápax estatístico. Por isso se representam os seus resultados no gráfico seguinte, que mostra serem as mulheres mais sensíveis do que os homens ao valor da segurança.

Gráfico 78. Percentagens de portugueses e imigrantes que responderam positivamente à pergunta sobre a ordem e a segurança, em função do sexo



No que respeita às outras variáveis significativamente associadas a este valor, refere-se apenas que os imigrantes se diferenciam em termos de cluster, mas a tendência – 51%, 49%, 51%, 57% e 52%, do mais pequeno para o maior – não evoca nenhuma justificação plausível.

As variáveis explicativas deste item, no que respeita aos portugueses, têm tendências que correspondem àquilo que era expectável. Assim, o posicionamento político tem, da esquerda para a direita, as seguintes percentagens de respostas ‘sim’: 42%, 51%, 69%, 67%, 64%, as quais mostram que as primeiras insistem muito menos nos valores da ordem e da segurança do que as que estão à direita, sendo curioso que, também aqui, a distribuição é curvilínea, as mais altas percentagens estando no centro, o que concorda com algumas reflexões e análises feitas acima.

Da mesma maneira, no que se refere à religião, verifica-se que 62% dos que seguem uma religião não cristã aderem à ideia da ordem e segurança, mais do que os 59% de ‘cristãos’ e muitos mais do que os que não têm nenhuma religião, que apenas atingem os 44%, o que configura um comportamento contrário, como era de prever, ao verificado relativamente ao conceito de ‘defender a liberdade de expressão’, onde as percentagens eram, como se viu, 23%, 36% e 46%, respectivamente. Os respondentes são, portanto, tanto mais sensíveis a este último ‘objectivo político’ quanto menos aderem à ideia da manutenção da ordem e da segurança. Os resultados são pois consistentes e complementares.

Riqueza e poder de compra

A última medida da orientação dos inquiridos no que respeita aos objectivos que as sociedades devem prosseguir é a mais material de todas: o aumento da riqueza e do poder de compra. A análise das suas variações está compendiada na Tabela 46, da qual se deduz que poucas são as variáveis em função das quais as respostas se diferenciam.

Tabela 46. Variáveis explicativas da opção ‘Aumentar a riqueza e o poder de compra’

	Portugueses		Imigrantes	
	χ^2	cc	χ^2	cc
Região	10,00*	0,086*	ns	ns
Rural-urbano	ns	ns	ns	ns
Número de imigrantes	ns	ns	ns	ns
Idade	ns	ns	ns	ns
Origem territorial	-	-	8,68*	0,096*
Grau Instrução	16,73**	0,111**	ns	ns
Profissão	24,14***	0,163***	ns	ns
Rendimento	ns	ns	ns	ns
Posição Religiosa	ns	ns	ns	ns
Posição política	ns	ns	ns	ns

ns = não significativo; *p<0,05; **p<0,01; ***p ≤ 0,001

De facto, no que se refere aos portugueses, apenas a ‘região’, o ‘grau de instrução’ e a ‘profissão’ contribuem para distinguir os respondentes em termos de concordância com os termos da pergunta. No que se refere à região, vemos que ela cresce do Norte para o Centro e decresce regularmente para o Algarve: 58%, 66%, 54%, 50%, 48%. O máximo de apego aos bens e à riqueza estaria pois na Região Centro. Mas não entrevemos nenhuma justificação para tal resultado.

No que se refere à instrução, o padrão de escolhas é semelhante: é maior entre os menos instruídos (56%) e os que têm o primeiro ou o segundo ciclo (62%), para descer paulatinamente e quase sem excepções com o aumento do grau de instrução adquirido: 59% para os que têm o 9º ano-11º ano; 52% para os que têm o 12º ano/curso médio; 46% para os que frequentaram a universidade e 48% para os que têm uma licenciatura ou graus superiores. Em acordo com estes dados, o padrão de valorização deste indicador cresce desde os que têm profissões mais elevadas (44%) até aos trabalhadores não especializados (64%), passando por quadros médios (49%), trabalhadores dos serviços (53%) e trabalhadores especializados (65%).

Relativamente aos imigrantes, apenas a origem os discrimina, com valores que vão dos 38% referentes aos ‘africanos’, aos 36%, relativos aos ‘brasileiros’, para atingir os 48%, com os ‘de Leste’.

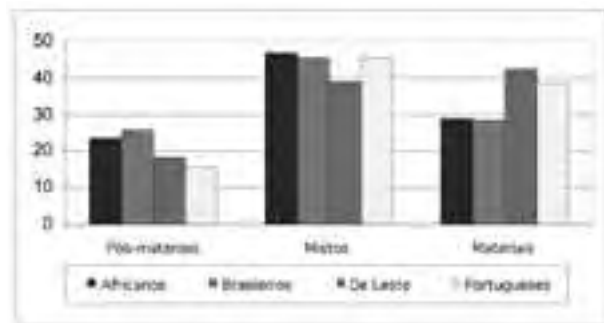
3. DOS VALORES MATERIAIS AOS PÓS-MATERIAIS

Estes resultados ganham em ser reelaborados num índice que tente captar o ethos específico de cada uma das populações inquiridas, utilizando conceitos que em certa medida resumem o sentido das opções feitas. Para isso utilizamos os conceitos de valores materiais e pós-materiais, que traduzem, retirando-lhes alguma da carga ideológica, os termos ‘materialist’ e ‘postmaterialist’ usados por Inglehart (1997).¹¹⁹ De facto, na língua portuguesa, os termos ‘materialista’ e ‘materialismo’ têm conotações muito mais fortes do que aquelas que se podem imaginar nas expressões que estes conceitos resumem. De resto, em inglês, não há possibilidade de dizer estes conceitos da mesma forma que em português. Mas mesmo as designações de valores materiais e pós-materiais não são isentas de entendimentos incorrectos, como o de que os valores pós-materiais são sucedâneos dos primeiros, como se neles houvesse uma evolução histórica, com sentido fixo e predeterminado. À falta de melhor, e para não introduzirmos nomenclaturas ainda mais estranhas, conformamo-nos com as que têm vindo a ser propostas, adaptando-as à nossa língua.

119 Os indicadores utilizados para medir estes conceitos são semelhantes aos presentes no Eurobarómetro (ver, por exemplo, Saxton e Benson, 2003).

Notamos, por outro lado, que, para a definição destes valores, entram formulações muito próximas das de Inglehart. Assim, nos valores 'materiais', estão aqueles que escolheram as frases 'manter a ordem e a segurança' e 'aumentar a riqueza e o poder de compra'; para a dos valores pós-materiais, as duas restantes: 'defender a liberdade de expressão' e 'aumentar a participação dos cidadãos'. Quem, porém, fez escolhas em que entram elementos do primeiro e do segundo grupo é apodado de 'misto'. Da utilização destes conceitos no tratamento dos dados resultaram as estatísticas consignadas no Gráfico 79.

Gráfico 79. Percentagens de valores materiais e pós-materiais nas populações inquiridas



O gráfico mostra que, deixando de lado os mistos, os valores materiais soblevam em todas as populações os valores pós-materiais, sendo os portugueses e os imigrantes de Leste os que mais marcadamente os preferem. Olhando para os níveis de adesão a estes valores vemos que, no que toca aos brasileiros, apenas há uma diferença de 2 pontos percentuais entre os valores materiais e os pós-materiais, e de 5 nos africanos. Mas, nos portugueses, essa diferença sobe para 23 e, nos imigrantes de Leste, para 24.

De modo a entender de que forma estes valores estão associados a diversas variáveis independentes, elaborámos a Tabela 47 que compendia as estatísticas que nos podem orientar no entendimento da matéria.

Tabela 47. Variáveis explicativas dos valores materiais e pós-materiais

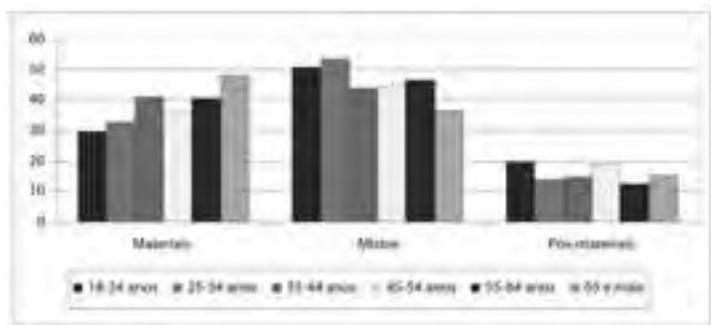
	Portugueses		Imigrantes	
	χ^2	τ_b	χ^2	τ_b
Cluster	15,97*	0,029*	17,78*	0,041
Região	15,98*	0,046*	ns	ns
Rural-urbano	ns	ns	ns	ns
Número de imigrantes	12,84*	ns	13,35**	ns
Idade	26,20**	0,072**	24,04**	0,061*
Origem territorial	-	-	15,20**	0,075**
Grau Instrução	53,03***	0,153***	ns	ns
Profissão	41,50**	-0,049**	ns	ns
Rendimento	28,86**	0,097**	20,63*	0,064*
Posição religiosa (3 itens)	18,24**	0,086**	ns	ns
Posição política	30,50***	0,140***	ns	ns

ns = não significativo; *p<0,05; **p<0,01; ***p ≤ 0,001

O primeiro facto a assinalar é que, nas populações imigrantes, as únicas variáveis em função das quais o seu ethos se diferencia são o cluster, a idade, a origem territorial e o rendimento; na população portuguesa, há diferenças significativas relativamente ao cluster e à região, bem como à idade, à instrução, à profissão, ao rendimento, à posição religiosa e à posição política. Representando alguns destes dados de forma a compreender melhor estes fenómenos, começamos por aqueles em que há paralelismo entre as distribuições portuguesas e imigrantes – a idade e o rendimento.

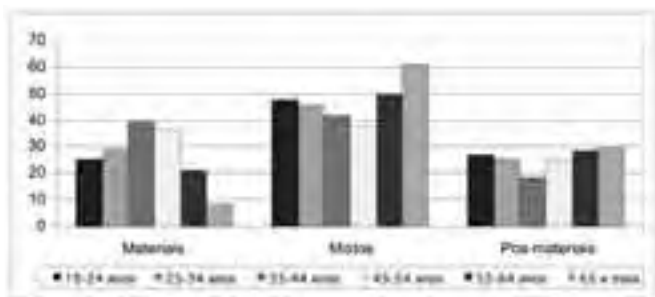
No que toca à idade, na população portuguesa (Gráfico 80), apenas nos valores materiais e mistos é que se notam tendências assinaláveis, com um nítido crescimento nos valores materiais à medida que a idade aumenta e um decréscimo nos valores mistos.

Gráfico 80. Percentagens de valores materiais e pós-materiais na população portuguesa, em função da idade



Nos valores pós-materiais, não há uma tendência definida, parecendo não haver diferenças de culturas geracionais. Na verdade, apenas os mais jovens e os de 45-54 anos se destacam numa distribuição essencialmente rectangular.

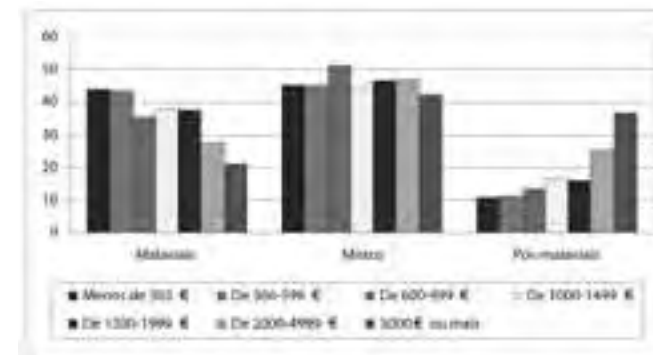
Gráfico 81. Percentagens de valores materiais e pós-materiais na população imigrante, em função da idade



Como tem sido frequente, o mesmo fenómeno analisado a respeito da mesma variável em relação à população imigrante não tem o mesmo entendimento. Com efeito, as percentagens dos que aderem aos valores materiais aumentam até à adultícia e diminuem posteriormente, o contrário acontecendo com os outros dois grupos, que têm uma ligeira configuração em U.

Tomando o rendimento como fonte de variação do tema em causa, vemos, para o caso português (Gráfico 82), que a adesão aos valores materiais decresce à medida que o rendimento aumenta, ocorrendo o contrário nos valores pós-materiais. Além disso, é visível no gráfico que as percentagens das duas categorias mais afluentes decrescem muito mais do que a linearidade faria esperar, no que respeita aos valores materiais, ao contrário do que acontece nas percentagens dos valores pós-materiais, onde, a partir dos 2000€ de rendimento mensal, se verifica um crescimento abrupto.

Gráfico 82. Percentagens de valores materiais e pós-materiais na população portuguesa, em função do rendimento



Se olharmos para a representação do mesmo fenómeno relativamente à população imigrante, notamos que a situação quase se inverte, sendo pequenas as diferenças entre os valores pós-materiais e materiais. Mas o mais importante é que os valores materiais decrescem com o rendimento e os pós-materiais quase se mantêm constantes não fora o caso de os respondentes de rendimento mais elevado serem muito mais orientados por valores pós-materiais do que os que deles se aproximam em riqueza, justamente ao contrário do que acontece na população portuguesa.

CAPÍTULO 5.

ATITUDES DOS PORTUGUESES FACE À IMIGRAÇÃO

As atitudes das maiorias perante as minorias têm sido alvo de estudo frequente ao longo dos últimos anos. Num trabalho anterior realizado por alguns dos autores (Lages e Policarpo, 2003), foi sondada uma amostra representativa da população portuguesa, tendo incidido as questões sobre três grandes áreas temáticas atinentes à imigração: a resistência à imigração, os direitos e condições de repatriação dos imigrantes; e a valorização da imigração.

Por resistência à imigração, entendia-se então, como agora, a posição face ao número de imigrantes no país. A principal diferença reside em se ter incidido, no primeiro estudo, na vinda de mais imigrantes e em focar, no presente, a possibilidade de diminuição do seu número actual. Quanto aos direitos e condições de repatriação, os indicadores aqui utilizados quase não diferem dos usados por Lages e Policarpo e pouco se distanciam dos habitualmente inseridos no Eurobarómetro (ver Coenders et al., 2005). Centram-se em questões relacionadas com o direito de voto, o direito à nacionalidade ou o reagrupamento familiar, bem como em fundamentos para a repatriação de imigrantes, tais como a criminalidade ou o desemprego.

Finalmente, por valorização da imigração, tal como em 2003, procura-se aceder às opiniões sobre a contribuição da imigração para o país, em termos económicos, sociais e culturais.

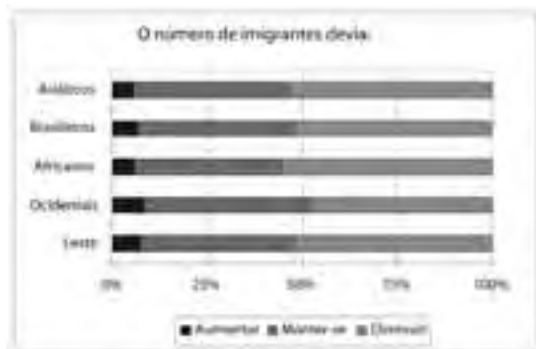
1. RESISTÊNCIA À IMIGRAÇÃO

Saber da disposição dos cidadãos de países de imigração, nomeadamente os pertencentes à União Europeia, relativamente aos imigrantes, é uma questão que tem vindo a ser tratada em vários estudos de carácter nacional e internacional e invade as agendas dos media. Nesse aspecto, aqui apenas se retomam questões diversamente propaladas. Os presentes dados oferecem no entanto a possibilidade de avaliar essas atitudes em função de diferentes grupos de imigração. O inquérito foi, na verdade, construído de

modo a captar as diferenças de sensibilidade dos cidadãos portugueses quanto a grupos migracionais provenientes de origens tão diferentes como África, Ásia, Brasil, Europa de Leste ou União Europeia e outros países ocidentais.¹²⁰

Uma primeira questão do inquérito aos portugueses tinha a ver com as suas atitudes quanto à entrada de mais imigrantes em território nacional. Como se observa no Gráfico 86, elas diferem ligeiramente em função da nacionalidade dos imigrantes, havendo maior oposição aos provenientes de países africanos, juntamente com o desejo de ver diminuído o número de outros imigrantes económicos. Quanto a pessoas naturais de países ocidentais – os imigrantes não económicos –, é menor a resistência à sua vinda, embora ainda assim muito forte.

Gráfico 86. Posição quanto ao número de imigrantes



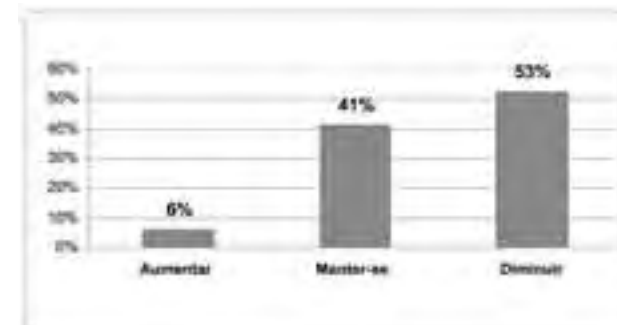
120 Embora legalmente as pessoas com nacionalidade de um outro país da UE não sejam imigrantes, são neste trabalho tratadas como tal, uma vez que, quer pela experiência de abandono do seu país quer pela categoria de “estranheiro” que aqui adquirem, estas pessoas aproximam-se, dum ponto de vista sociológico, aos imigrantes.

Estes dados mostram que, embora os portugueses em geral considerem que o número de imigrantes em Portugal deve diminuir, tendem a defender mais a redução de imigrantes de origem africana do que de outras proveniências. As percentagens dos que desejam essa redução em relação aos diversos grupos são as seguintes: africanos 55%; asiáticos 54%, europeus de Leste 53%, brasileiros 52% e, finalmente, dos países ocidentais 47%. Dir-se-ia que a recusa da aceitação de mais imigrantes é uma função da

proximidade cultural sentida pelos respondentes em relação aos diversos grupos em presença, embora com elementos contraditórios no que respeita à língua e, possivelmente, também em função da acumulação de imagens mais ou menos negativas resultantes do tempo de permanência entre nós, questão complexa que pode ter alguns efeitos contraditórios. A maior recusa em aceitar os imigrantes africanos deve ser lida, aliás, à luz das relações entre Portugal e as ex-colónias e do modo como os imigrantes africanos e seus descendentes têm vindo a ser integrados na nossa sociedade.

De forma a tornar mais facilmente comparáveis estas atitudes, procedeu-se ao cálculo de um índice que agregasse numa só variável este conjunto de informação. Em função de serem objecto central desta sondagem as atitudes dos portugueses face aos imigrantes de Leste, africanos e brasileiros, utilizaram-se os seus indicadores na construção do referido índice, que varia entre 1 e 3.¹²¹ Assim, foram recategorizadas como 1 (‘Aumentar’) as médias dos valores entre 1 e 1,65, como 2 (‘Manter-se’) os valores entre 1,66 e 2,33 e como 3 (‘Diminuir’) os valores entre 2,34 e 3. Os resultados desta recodificação estão colocados no Gráfico 87.

Gráfico 87. Índice de Resistência à Imigração



Aparentemente, o número de imigrantes existentes no país parece ser suficiente para uma larga maioria da população, pois apenas cerca de 6% da amostra julga que o número de imigrantes

121 $\alpha = 0,93$

deveria aumentar. A grande divisão está entre aqueles que julgam que o número deveria diminuir e os que consideram que se deveria manter. Um pouco mais de metade¹²² da população (53%) é pela diminuição e o restante é pela manutenção ou aumento do número de imigrantes.

Preditores da resistência à imigração

Como acontece em relação a quase todos os aspectos abordados pelas ciências sociais, as representações e atitudes não se distribuem uniformemente pelo tecido social, apesar da pressão hegemónica de determinadas tendências no sentido de se imporem como únicas ou, pelo menos, as únicas aceitáveis, em determinado momento. Torna-se, pois, imperativo proceder à identificação dos factores potencialmente discriminantes dessas tendências, de forma a melhor compreender as atitudes que aqui nos interessam.

Entre esses factores, destacam-se cinco grandes grupos: um primeiro, que reúne características sociodemográficas; um segundo, que respeita à situação económica objectivamente vivida ou subjectivamente percebida pelos inquiridos; um terceiro, que traduz o grau e a qualidade do contacto dos portugueses inquiridos com os imigrantes; um quarto, que descreve a experiência de emigração, directa (do próprio) ou indirecta (v.g. de um familiar); e um último, que diz respeito aos valores sociopolíticos, partilhados pelos inquiridos.

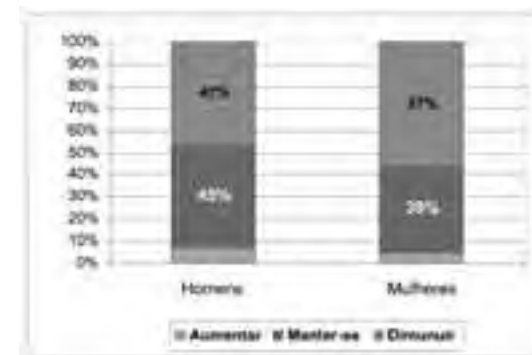
Variáveis sociodemográficas

As mulheres tendem a opor-se mais à imigração do que os homens.¹²³ Enquanto 57% das inquiridas dizem que o número de imigrantes em Portugal devia ser reduzido, apenas 47% dos homens dizem o mesmo.

122 A margem de erro é de 2,6%.

123 $\chi^2(2) = 14,17$; $p < 0,00$; $cc = 0,100$

Gráfico 88. Percentagens de portugueses segundo as suas atitudes face ao número de imigrantes, por sexos



Embora não exista, segundo os dados deste estudo, uma relação linear entre idade e oposição à imigração, não se pode assegurar a inexistência de diferenças entre os diversos grupos etários.¹²⁴ Pelo contrário, observam-se diferenças significativas. As pessoas com 65 anos ou mais são, como seria de esperar, as que mais se opõem à imigração. Mas, quanto aos outros grupos etários, os que se opõem em menor número à imigração são os de 35-44 anos, seguidos dos de 18-24 e dos de 55-64 anos.

Uma outra variável em análise decorre duma classificação subjectiva: foi pedido aos inquiridos que classificassem os inquiridos de acordo com as suas marcas físicas em 'negro', 'asiático', 'branco', 'cigano', 'indiano' ou 'outro'. Contrapondo os resultados de 'brancos' com os de todos os outros juntos, vemos, claramente, que os 'não-brancos' (mesmo tendo nacionalidade portuguesa não deixam de pertencer a minorias – pois a cor da pele e outros traços físicos são determinantes na relação de cada um com o ambiente que o rodeia) são mais favoráveis à imigração do que os 'brancos'.¹²⁵

Por outro lado, tal como se verifica em muitos estudos sobre discriminação e imigração, quanto maior o grau de escolaridade do inquirido menor a propensão para tomar atitudes discriminatórias.¹²⁶ Da mesma forma, comparando as pessoas em função

124 $\chi^2(10) = 20,61$; $p < 0,05$

125 $\chi^2(2) = 18,86$; $p < 0,00$; $cc = 0,117$

126 $\chi^2(10) = 31,483$; $p < 0,00$; $\tau_b = -4,101$; $p < 0,00$

das suas identidades religiosas, quem diz não ter religião manifesta em geral uma atitude mais favorável aos imigrantes.¹²⁷

Os grupos ocupacionais/profissionais que mais se opõem à imigração são as domésticas (61%), os desempregados (57%), os reformados (57%), os trabalhadores não-especializados (55%), os quadros médios (54%) e os trabalhadores especializados (54%).¹²⁸ Por outro lado, os que menos se opõem são, por ordem crescente de oposição, os profissionais superiores (34%), os estudantes (45%) e os trabalhadores dos serviços (48%). Analisando apenas os dados de empregados, são os que têm profissões mais baixas na escala social os que revelam maior oposição à imigração.¹²⁹

Em geral, quanto menos ganham mais as pessoas se opõem à imigração,¹³⁰ um resultado concordante (e, provavelmente, justaposto) com o grau de instrução.

Insegurança económica e satisfação com a vida

A insegurança económica é habitualmente apontada como uma das causas principais para uma atitude de rejeição ou contestação da imigração, não só em estudos científicos mas também no discurso e representações sociais sobre imigração. Por isso, figuravam no inquérito três perguntas relativas à insegurança económica objectiva (ter estado ou não desempregada a pessoa inquirida ou um seu familiar e ter a empresa em que trabalha despedido trabalhadores) e uma sobre a situação económica actual, de um ponto de vista subjectivo (ser 'muito boa' ou 'muito má', com três outros graus intermédios).

Segundo os resultados obtidos nestas perguntas, e contrariamente ao que geralmente se pensa, a insegurança económica não se relaciona com as posições face à imigração. Não são as pessoas com situação económica mais insegura (quer objectiva quer subjectivamente) as que mais recusam a vinda de mais imigrantes.¹³¹

- 127** $\chi^2(2) = 13,585$;
 $p < 0,01$; $cc = 0,098$
128 $\chi^2(16) = 28,086$;
 $p = 0,03$
129 $\chi^2(8) = 15,805$;
 $p < 0,05$; $\tau_b = 2,536$; $p = 0,01$
130 $\chi^2(12) = 23,869$;
 $p = 0,021$; $\tau_b = -2,682$;
 $p < 0,01$
131 $\chi^2(6) = 17,51$;
 $p < 0,01$; $cc = 0,111$.

Viu-se igualmente se a aceitação dos imigrantes estava relacionada com uma outra variável subjectiva, a *satisfação com a vida*, uma variável habitual em estudos como o Eurobarómetro. As pessoas mais satisfeitas são as que mais aceitam a manutenção ou o aumento do número de imigrantes .

Variáveis interpessoais

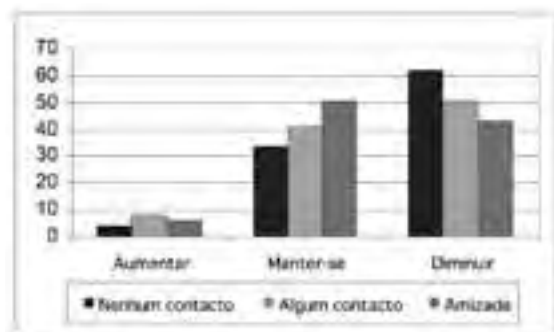
Outras questões que se supõe estarem relacionadas com as atitudes face à imigração são as relações de amizade e familiares. Foram introduzidas várias questões no questionário aos portugueses que permitiam verificar o nível e tipo de contacto que têm com imigrantes. Uma delas tinha a ver com o facto de o respondente ter ou não familiares que tivessem tido uma experiência de emigração, tendo-se verificado que não há diferenças significativas em função desta variável.¹³² Outra inquiria da experiência de emigração dos respondentes, os resultados mostrando que os antigos emigrantes têm uma atitude mais favorável à vinda de mais imigrantes que os que nunca emigraram,¹³³ podendo esta relação significar que têm uma maior compreensão da dificuldade de relacionamento e integração social e económica por que se passa em situação de imigração, lembrando possivelmente a sua própria experiência e a de amigos e familiares que, provavelmente, ainda residem nos países de onde regressaram.

O contacto com os imigrantes e a possível influência que o conhecimento mútuo possa ter nas atitudes dos respondentes não se limita à experiência própria ou de familiares das dificuldades sentidas pelos imigrantes; passa também pelo conhecimento mais ou menos directo dos imigrantes que vivem no meio onde os respondentes vivem.¹³⁴ Para avaliar este efeito, foram feitas as seguintes perguntas: 'Já foi convidado para casa de um imigrante?', 'Já convidou um imigrante para sua casa?' e 'Tem algum amigo imigrante?'. A partir das respostas construiu-se um índice de amizade intergrupala,¹³⁵ o qual tinha três posições: 'Nenhum contacto pessoal', 'Algum contacto' e 'Amizade', à primeira pertencendo todos aqueles que declararam 'não' nos três indicadores; à segunda os que declararam 'sim' em um ou dois

- 132** $\chi^2(2) = 3,934$;
 $p = 0,140$.
133 $\chi^2(2) = 9,267$;
 $p = 0,010$; $cc = 0,081$.
134 Para saber mais sobre a hipótese do contacto, ler, por exemplo, a excelente síntese apresentada por Dovidio, Gaertner e Kawakami (2003).
135 Amizade intergrupala ($\alpha = 0,79$).

indicadores; e à terceira os que responderam ‘sim’ a todas as perguntas. Verificou-se, como era de esperar, que ao maior convívio com imigrantes corresponde uma maior aceitação de que o seu número se deve manter e uma menor concordância com que o seu número deve diminuir, como se vê no Gráfico 89.¹³⁶

Gráfico 89. Relação entre o índice de contacto e a atitude face ao aumento do número de imigrantes



Valores sociopolíticos

Quanto aos valores sociopolíticos, as pessoas que dão maior valor à autoridade também são as que mais aceitam a diminuição do número de imigrantes.¹³⁷ Da mesma maneira, como documenta o Gráfico 90, quem mais discorda da igualdade de direitos entre homo

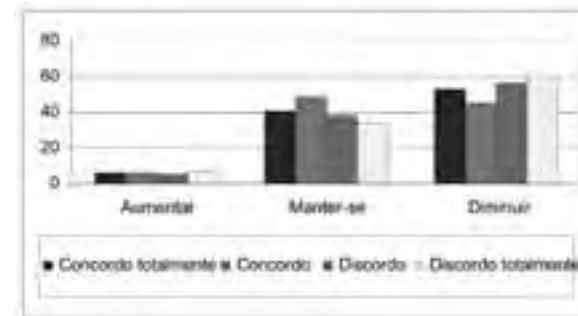
e heterossexuais tende também a manifestar-se mais contra a redução do número de imigrantes. Estes resultados não surpreendem, uma vez que estes indicadores aparecem sistematicamente associados a atitudes negativas face aos imigrantes.¹³⁸

¹³⁶ $\chi^2(4) = 38,05$, $p < 0,00$; $\tau_b = -0,138$, $p < 0,00$.

¹³⁷ $\chi^2(12) = 25,78$, $p = 0,012$; $cc = 0,134$.

¹³⁸ $\chi^2(6) = 18,05$, $p < 0,00$; $\tau_b = 0,058$, $p < 0,05$.

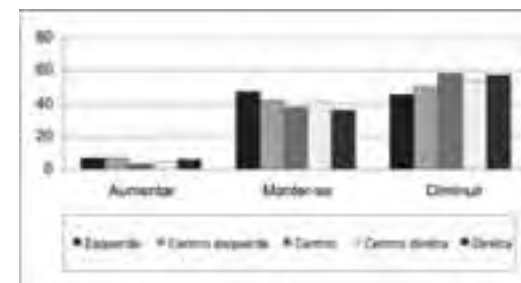
Gráfico 90. Relação entre as atitudes face ao número de imigrantes e à igualdade de direitos entre homo e heterossexuais



Também não admira que as pessoas não igualitárias, i.e., as que não elegeram o indicador ‘Garantir a todos as mesmas oportunidades’ como uma medida essencial para uma sociedade mais justa, sejam, em geral, mais favoráveis à diminuição do número de imigrantes.¹³⁹

Quanto ao posicionamento político, tendo em conta a escala de auto-categorização dos respondentes entre esquerda e direita, a tendência a dizer que o número dos imigrantes dos três grupos considerados deve diminuir é tanto maior quanto mais de direita são. Ao contrário, no que se refere à manutenção do número de imigrantes, a percentagem diminui quanto mais nos aproximamos da direita. Estas relações estas claramente expressas no Gráfico 91.¹⁴⁰

Gráfico 91. Relação entre a atitude face ao número de imigrantes e a posição política

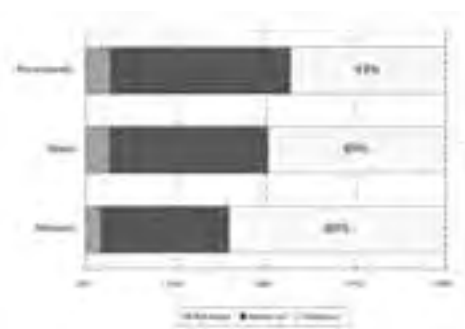


¹³⁹ $\chi^2(2) = 22,07$, $p < 0,00$; $cc = 0,128$.

¹⁴⁰ $\chi^2(8) = 11,39$, $p = 0,18$; $\tau_b = 0,085$, $p < 0,01$.

Abordando, por outro lado, a diferenciação das atitudes em relação ao aumento ou diminuição em termos dos valores materiais e pós-materiais definidos no Cap. 4. vemos (Gráfico 92), que é tanto maior o número de portugueses que acham que o número de imigrantes deve diminuir quanto mais são orientados por valores materiais.¹⁴¹ Ao invés, aqueles que se identificam com valores pós-materiais opõem-se à diminuição do número de imigrantes. Por outro lado, os designados como mistos, estão divididos quanto à diminuição do número de imigrantes.

Gráfico 92. Atitudes face ao aumento ou diminuição do número de imigrantes em função dos valores dominantes



2. ATITUDES FACE AOS DIREITOS DOS IMIGRANTES

No discurso político e mediático sobre a imigração, a questão da atribuição de direitos aos imigrantes é um dos tópicos centrais. No presente estudo, esta temática foi abordada distinguindo entre imigrantes que têm a sua situação legal regularizada e aqueles que a não têm, um critério utilizado em diversos estudos empíricos sobre as atitudes face à imigração em geral (v.g. Coenders et al., 2005), assim como em estudos sobre o racismo (v.g. Pettigrew e Meertens, 1995 e 1999). Na medida em que a situação de ilegalidade

pode ser percebida como potencialmente disruptiva da ordem social, os valores de conformismo social levariam a uma menor aceitação dos imigrantes nessa situação.

¹⁴¹ $\chi^2(4) = 23,15$,
 $p < 0,00$; $\tau_b = 0,124$,
 $p < 0,00$.

Como se pode constatar na Tabela 48 referente aos imigrantes legais, existe relativo consenso em torno dos direitos dos imigrantes, quando remetem para a esfera dos direitos fundamentais, nomeadamente o reagrupamento familiar, o direito à naturalização ou legalização, ou mesmo o direito de participar na vida política nacional, através do voto, havendo nos três casos mais de 3/4 de portugueses que concordam com o reconhecimento de direitos, apenas 13% dos portugueses não concordando com o reagrupamento familiar.

Tabela 48. Atitudes face aos direitos dos imigrantes legais (% válidas)

Direitos dos imigrantes a residir legalmente em Portugal	Concorda
Devem poder votar como os portugueses	77,9
Deve-lhes ser facilitada a naturalização	83,2
Devem poder trazer a sua família para Portugal	87,2
Devem ser reenviados para os seus países, mesmo tendo filhos nascidos em Portugal	17,8
Devem ser reenviados para os seus países, se cometerem algum tipo de crime	79,5
Devem ser reenviados para os seus países, se não tiverem trabalho	61,3

No que se refere, porém, às proposições que envolvem atitudes negativas relativamente aos imigrantes legais – os três últimos itens da tabela –, nota-se que as atitudes de recusa aumentam. De facto, 18% dos portugueses aceita que ‘devem ser reenviados para os seus países, mesmo tendo filhos nascidos em Portugal’, o que implica uma atitude de total recusa do outro diferente, possivelmente relacionada com outras duas posições, a de reenviar para os seus países de origem os imigrantes que cometeram algum crime (só não aceite por 21% dos respondentes) ou que não têm trabalho (não aceite por 39% dos respondentes).

Disto sobressai que, quando se trata de aspectos percebidos como pondo em causa a ordem estabelecida ou os interesses económicos, recuam as atitudes positivas de reconhecimento de direitos, traçando-se assim uma clara fronteira entre os “de dentro” e os “de fora”. O reconhecimento de direitos não parece, pois, fazer-se incondicionalmente. Se em aspectos como o direito a estar com a família o discurso da igualdade parece ser

francamente maioritário, as opiniões em relação ao repatriamento revelam a existência de uma fronteira simbólica que separa os imigrantes dos nacionais, nas representações dos portugueses.

Essa fronteira parece ser, ainda, mais acentuada a respeito dos imigrantes ilegais (Tabela 49) do que dos legais.

Tabela 49. Atitudes face aos direitos dos imigrantes ilegais (% válidas)

Direitos dos imigrantes a residir ilegalmente em Portugal	Concorda
Devem ser protegidos nos seus direitos laborais	68,2
Deve-lhes ser facilitada a legalização	76,0
Devem ser reenviados para os seus países, se não tiverem trabalho	75,0
Devem ser todos reenviados para os seus países de origem	43,9

De facto, às situações percebidas como potencialmente conflituantes com os interesses dos respondentes e com a ordem social vem juntar-se, na formação da imagem deste grupo, a condição de ilegalidade, que acentua a sua potencial força disruptiva. Nestes casos, os valores de conformismo social podem estar por trás do nítido recuo na atribuição aos imigrantes de direitos iguais aos dos nacionais (cf. Pettigrew e Meertens, 1999).

Com o objectivo de proceder a uma redução destes indicadores e à eventual identificação de dimensões destas atitudes, procedeu-se a uma análise em componentes principais, cujos resultados se apresentam na Tabela 50.

Tabela 50. Dimensões das atitudes face aos direitos dos imigrantes

Indicadores das atitudes face aos direitos dos imigrantes: análise de componentes principais	Componentes		
	1 Direitos: imigrantes Legais	2 Repatriação condicional	3 Direitos: imigrantes Ilegais
Deve-lhes ser facilitada a naturalização (Imig. Legais)	0,77		
Devem poder trazer a sua família para Portugal (Imig. Legais)	0,75		
Devem poder votar como os portugueses (Imig. Legais)	0,64		
Devem ser reenviados para os seus países, mesmo tendo filhos nascidos em Portugal (Imig. Legais)	-0,53		
Devem ser reenviados para os seus países se não tiverem trabalho (Imig. Legais)		0,79	
Devem ser reenviados para os seus países se não tiverem trabalho (Imig. Ilegais)		0,76	
Devem ser reenviados para os seus países se cometerem algum tipo de crime (Imig. Legais)		0,71	
Devem ser protegidos nos seus direitos laborais (Imig. Ilegais)			0,80
Deve-lhes ser facilitada a legalização (Imig. Ilegais)			0,75
Devem ser todos reenviados para os seus países de origem (Imig. Ilegais)			-0,65
Variância explicada	19,7%	19,2%	17,5%
a de Cronbach	0,62	0,66	0,63
Rotação Varimax com normalização de Kaiser. Foram ocultados todos os valores abaixo de 0,4.			

Na tabela estão, pois, identificados três factores: um primeiro que remete para os *direitos dos imigrantes legais*; um segundo que remete para a *repatriação* dos imigrantes, legais ou ilegais, sob determinadas condições, traduzindo assim uma negação de direitos semelhantes aos dos nacionais; finalmente, um terceiro factor que remete para os *direitos dos imigrantes ilegais*. Estes indicadores foram usados para construir 3 novas variáveis, que exprimem as atitudes encontradas em relação aos direitos dos imigrantes.

Factores explicativos das atitudes face aos direitos dos imigrantes

No que refere aos *direitos dos imigrantes legais*, em termos da explicação das suas variações pelas *variáveis sociodemográficas*, nota-se que são os indivíduos mais instruídos e com rendimentos mais elevados que mais concordam com a atribuição de direitos aos imigrantes legais. Nenhuma das restantes variáveis sociodemográficas se revelou significativa. Ao que parece, o facto de ter tido uma experiência de emigração não influencia a concordância com este tipo de atitudes. No entanto, os inquiridos que têm algum *familiar emigrante* defendem mais este tipo de direitos do que aqueles que não o têm. Por outro lado, quanto maior for o número e a qualidade do contacto pessoal com imigrantes tanto mais os inquiridos tendem a concordar com a atribuição deste tipo de direitos.

No que respeita aos *valores sociopolíticos*, verifica-se, tal como seria de esperar, que são os inquiridos que se identificam com valores pós-materiais, e menos conservadores do ponto de vista moral, quem mais concordam com a atribuição de direitos aos imigrantes legais.

Quanto aos valores de igualitarismo, tendem mais a concordar com esta atitude os inquiridos que consideram que se deve ‘garantir a todos as mesmas oportunidades’, mas que discordam de que se deve ‘compensar melhor os que mais trabalham’. Nem a afirmação de que se deve ‘proteger os mais desfavorecidos’, nem o posicionamento político revelam relação significativa com esta dimensão das atitudes face aos direitos dos imigrantes.

Por outro lado, tendem mais a assumir esta atitude os indivíduos para quem ‘gozar a vida’ é bastante ou muito importante, ao contrário daqueles que adoptam posições extremadas em relação a ‘sentir-se bem consigo mesmo’ (atribuindo-lhe muita ou nenhuma

importância). São também os que atribuem maior importância a ‘ajudar os necessitados’ e ‘dedicar a vida aos outros’ que mais tendem a concordar com esta atitude, tal como aqueles que se consideram mais satisfeitos com a vida.

Nenhuma das variáveis económicas, objectivas ou subjectivas exerce efeitos sobre esta dimensão das atitudes, assim como sobre as restantes duas dimensões identificadas.

Quando nos debruçamos sobre as *atitudes face aos direitos dos imigrantes ilegais* encontramos resultados muito semelhantes. Ressalvam-se, no entanto, algumas excepções. Destaca-se a importância da dimensão rural/urbana, sendo tendencialmente os indivíduos residentes em meio urbano quem mais concordam com a atribuição de direitos aos imigrantes ilegais. Também o facto de residir numa zona com muitos ou bastantes imigrantes influencia a tendência para concordar com esta dimensão das atitudes. Da mesma forma, os indivíduos brancos tendem menos a concordar com esta dimensão do que os indivíduos de outras etnias, assim como aqueles com identificação religiosa, em contraste com os não crentes.

No que diz respeito à *repatriação condicional*, a influência destas variáveis faz-se, no geral, no sentido inverso, como de resto seria de esperar, uma vez que se trata de uma dimensão que traduz a recusa de igualdade completa de direitos. De facto, são os indivíduos menos instruídos, com menores rendimentos, com crença religiosa e preferencialmente do sexo feminino aqueles que mais defendem a repatriação de imigrantes nas condições definidas. São também aqueles que revelam menos contacto com imigrantes que defendem a sua repatriação.

Do ponto de vista dos *valores sociopolíticos*, encontramos entre aqueles que defendem esta dimensão preferencialmente os indivíduos que se identificam com valores materiais e aqueles que discordam de que se ‘deve proteger os mais desfavorecidos’. Nenhuma das restantes variáveis sociopolíticas se revela significativa. Entre as demais variáveis, apenas o grau de satisfação com a vida e o autoritarismo se mostram importantes, sendo que encontramos entre os indivíduos menos satisfeitos e mais autoritários a maior concordância com a repatriação condicional dos imigrantes.

Este conjunto de análises está sintetizado na Tabela 51, onde se apresenta a análise de variância das atitudes face aos direitos dos imigrantes.

Tabela 51. Análise de variância das atitudes face aos direitos dos imigrantes, por variáveis explicativas

	Direitos dos imigrantes legais	Repatriação condicional	Direitos dos imigrantes ilegais
Região (outros/Norte)	-	F=10,311 p=0,001	-
Dimensão do habitat (urbana/rural)	-	-	F=6,4 p=0,120
Zona do inquérito (muitos/poucos imigr.)	-	F=3,076 p=0,460	F=9,3 p=0,00
Cor da pele (outros/branco)	-	F=4,226 p=0,04	F=11,23 p=0,00
Idade	-	-	-
Escolaridade	F=3,38 p=0,005	F=11,87 p=0,00	F=4,899 p=0,00
Rendimento	F=2,755 p=0,012	F=2,265 p=0,035	-
Posição religiosa (não crente/crente)	-	F=16,043 p=0,00	F=21,683 p=0,00
Sexo	-	F=3,913 p=0,048	-
Emigrante (Sim)	-	-	-
Familiar emigrante (sim)	F=4,402 p=0,036	-	F=17,901 p=0,00
Índice de relações pessoais com imigrantes	F=2,894 p=0,001 r=0,101**	F=1,832 p=0,039 r=- 0,067*	F=2,318 p=0,006 r=0,111**
Orientação Pós-Material/Material	F=5,139 p=0,006	F=6,070 p=0,002	F=12,805 p=0,00
«Garantir a todos as mesmas oportunidades»	F=21,201 p=0,00	-	F=29,122 p=0,00
«Compensar melhor os que mais trabalham»	F=19,46 p=0,00	-	F=16,179 p=0,00

«Proteger os mais desfavorecidos»	-	F=6,351 p=0,012	-
Posicionamento político (Esquerda-Direita)	-	-	F=5,06 p=0,00
«Gozar a vida»	F=3,925 p=0,008	-	F=3,125 p=0,025
«Sentir-se bem consigo mesmo»	F=3,644 p=0,012	-	F=7,905 p=0,00
«Ajudar os necessitados»	F=8,989 p=0,00	-	F=4,045 p=0,007
Autoritarismo (índice)	F=2,616 p=0,016 r= -0,099**	F=5,195 p=0,00 r=0,133**	F=4,240 p=0,00 r=-0,107**
Satisfação com a vida	F=4,769 p=0,003	F=2,731 p=0,043	-
Insegurança económica objectiva	-	-	-
Insegurança económica subjectiva.	-	-	-

*p<0,05; ** p<0,01; *** p<0,001

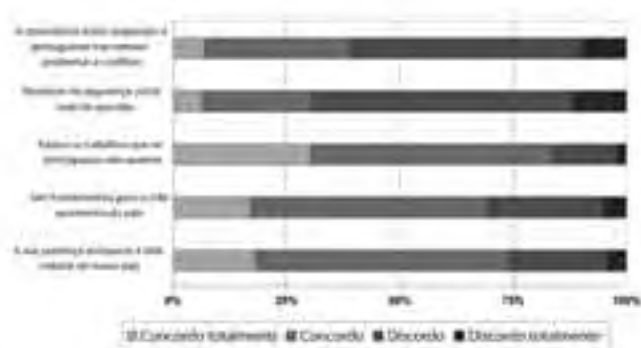
Em resumo, o perfil sociográfico dos portugueses que mais tendem a concordar com os direitos dos imigrantes, legais ou ilegais, assim como a rejeitar a sua repatriação em determinadas condições, remete para indivíduos mais instruídos, com melhores níveis de rendimento, sem identificação religiosa e que têm maior contacto com imigrantes. Trata-se ainda de indivíduos que tendem a partilhar valores pós-materiais (como a defesa da liberdade de expressão) e que são menos conservadores do ponto de vista moral e que, em termos de justiça social, tendem a defender a norma igualitária mais do que a meritocrática.

3. VALORIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO

De forma a melhor entender as opiniões dos portugueses no que respeita à imigração, é fundamental conhecer a apreciação que eles fazem do número de imigrantes actualmente existente no nosso país. Não devemos, no entanto, descuidar outras facetas das suas atitudes. E tal como na análise anteriormente feita sobre os direitos e condições de repatriação, pretende-se, com o presente estudo, dar uma contribuição para a compreensão da importância que os portugueses reconhecem à imigração no sentido do enriquecimento cultural, económico e social do país.

Pode-se dizer que, em geral, as pessoas reconhecem valor à imigração e aos imigrantes (Gráfico 93). Uma larga maioria dos portugueses (84% das respostas válidas, i.e., não tendo em conta as não-respostas) considera que os imigrantes fazem os trabalhos que os portugueses não querem, cerca de 2/3 (74%) da população afirma que a presença de imigrantes enriquece a vida cultural do nosso país e 69% julga os imigrantes como fundamentais para a vida económica do país.

Gráfico 93. Indicadores de valorização da imigração



Por outro lado, embora a maioria tenda a discordar dos potenciais efeitos negativos levantados pela imigração, esta rejeição não é tão unânime como foi a concordância com as questões anteriores. De facto, 70% dos respondentes discordam da afirmação ‘Recebem da segurança social mais do que dão’; mas apenas cerca de 60% discordam de ‘A convivência entre imigrantes e portugueses traz sempre problemas e conflitos’.

Comparando estes dados com os da sondagem realizada em 2002 (Lages e Policarpo, 2003), verifica-se um acréscimo muito significativo na percentagem de pessoas que reconhecem os imigrantes como fundamentais para a vida económica dos país e

constata-se uma inversão na percepção da relação entre imigrantes e segurança social, no sentido de reconhecer que aqueles não dão prejuízo ao Estado português, na medida em que não recebem dela mais do que o que dão¹⁴² (Gráfico 94; Tabela 52).

Gráfico 94. Valências da imigração (percentagem válida¹⁴³ de respondentes que concordam com as afirmações)

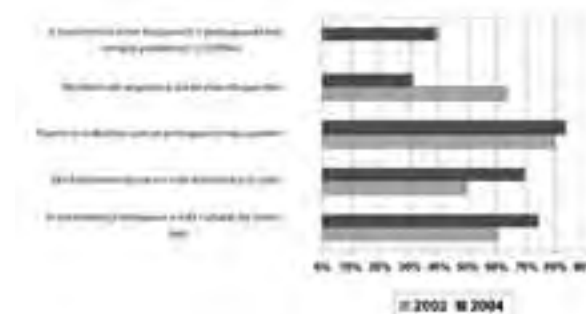


Tabela 52. Valências da imigração

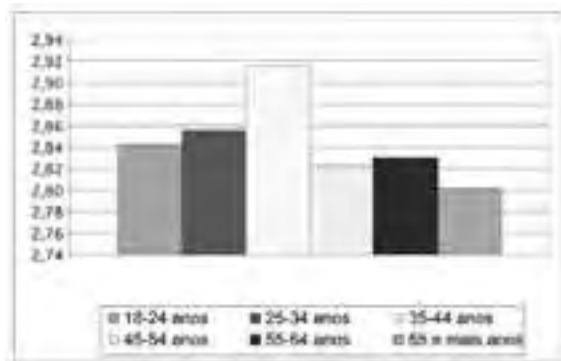
	Concordo		Discordo		NS/NR	
	2002	2004	2002	2004	2002	2004
A sua presença enriquece a vida cultural do nosso país	49%	70%	33%	24%	18%	6%
São fundamentais para a vida económica do país	40%	65%	41%	28%	19%	7%
Fazem os trabalhos que os portugueses não querem	72%	81%	18%	16%	10%	3%
Recebem da segurança social mais do que dão	43%	21%	25%	47%	32%	32%
A convivência entre imigrantes e portugueses traz sempre problemas e conflitos		36%		56%		8%

Os dados indicam de forma clara um entendimento geral da imigração como um fenómeno que contribui positivamente para a sociedade portuguesa. A partir destes cinco indicadores, foi construído um índice de valorização da imigração¹⁴⁴, que varia entre '1 = Desvalorização da imigração' e '4= Valorização da imigração', o qual será utilizado daqui em diante neste capítulo quando se falar de 'valorização da imigração'.

Factores explicativos da valorização da imigração

Em termos de variáveis sociodemográficas, verifica-se não haver diferenças significativas em função do sexo dos inquiridos. Homens e mulheres valorizam igualmente a imigração¹⁴⁵. Tal como na resistência à imigração, também para com esta variável a idade não garante uma interpretação linear. É, porém, possível afirmar que a faixa etária entre os 35 e os 44 anos¹⁴⁶ é claramente mais favorável à imigração do que as pessoas com mais de 45 anos (Gráfico 95).

Gráfico 95. Valorização da imigração, por escalão etário



Tendo sido obtida informação no inquérito acerca da cor da pele dos respondentes, já que nele havia uma pergunta sobre a matéria que devia ser preenchida pelos entrevistadores, perguntamo-nos se a diferenciação dos portugueses entre 'brancos'¹⁴⁷

e 'outros' poderia ter qualquer efeito nas variações deste índice, a hipótese sendo que os primeiros seriam menos sensíveis a valorizar a imigração. Ora os dados confirmam a hipótese: os 'brancos' valorizam menos a imigração do que os 'outros'¹⁴⁸. Estes dados não podem, no entanto, ser comparados com informações provenientes de qualquer fonte oficial, já que em Portugal, desde a mudança de regime de 1974, não existe qualquer registo da cor da pele das pessoas. Por outro lado, os estudos sobre o racismo e sobre a imigração incidindo na maioria branca ignoram geralmente este aspecto.

No que se refere à variável *grau de instrução*, observa-se uma correlação positiva com a valorização da imigração.¹⁴⁹ Quanto maior o grau de instrução maior a valorização da imigração. Este é um efeito encontrado noutros estudos sobre racismo e imigração (cf., por exemplo, Vala, 1999) e é recorrente em todo este estudo. Por outro lado, também o *rendimento líquido* auferido pelo agregado se correlaciona positivamente com a valorização da imigração.¹⁵⁰ Existem diferenças significativas¹⁵¹ entre os diversos níveis de rendimentos, de tal modo que podem ser constatadas diferenças entre três grandes grupos: as pessoas com rendimentos inferiores a €999; entre €1000 e €1499; mais de €1500.

148 $M_{\text{brancos}} = 2,84$; $dp=0,47$; $M_{\text{outros}}=3,01$; $dp=0,39$; $t(1,1456)=2,798$; $p<0,00$.

149 $r=0,249$; $p<0,00$.

150 $r=0,231$; $p<0,00$.

151 $F(6,1169)= 11,764$; $p<0,00$.

Tabela 53. Valorização da imigração, por nível de rendimento

	N	Média	DP	Min	Máx
P - Menos de €365	182	2,73	0,51	1,00	4,00
N - De € 366 a € 599	230	2,73	0,49	1,20	4,00
H - De € 600 a € 999	278	2,80	0,45	1,25	4,00
O - De € 1000 a € 1499	237	2,92	0,45	1,00	4,00
V - De € 1500 a € 1999	123	2,98	0,42	1,60	4,00
C - De € 2000 a € 4999	99	3,06	0,41	1,80	4,00
F - € 5000 ou mais	20	3,04	0,37	2,00	3,60

Outra variável de caracterização socioeconómica, a profissão/ocupação, está também associada à valorização da imigração. As pessoas que exercem profissões superiores, os quadros médios, os trabalhadores dos serviços e os estudantes valorizam mais a imigração do que os restantes grupos profissionais/ocupacionais¹⁵².

Tabela 54. Valorização da imigração, por grupo profissional/ocupacional (valores médios)

Ocupação/profissão actual	N	Média	Desvio-Padrão
Prof.Superiores	84	3,07	0,45
Quad.Médios	136	3,03	0,43
Trab.Serviços	183	2,91	0,40
Trab.Especializados	200	2,81	0,47
Trab.Não Especializ.	281	2,79	0,48
Domésticas	116	2,74	0,48
Reformados	279	2,79	0,48
Estudantes	95	2,91	0,39
Desempregados	86	2,75	0,57
Total	1460	2,85	0,47

Por outro lado, as pessoas sem religião valorizam mais a imigração do que as que dizem ter religião.¹⁵³ E quando se usa a variável experiência de emigração verifica-se que nem o ter sido emigrante¹⁵⁴, nem ter algum familiar emigrante¹⁵⁵ parece ter qualquer influência na valorização da imigração. No que respeita ao tipo de relações estabelecidas com os imigrantes, supostamente relacionadas com a valorização da imigração, designadamente de amizade e familiares, observa-se que, no que atende a estas últimas, não existem diferenças significativas.¹⁵⁶ Quanto às relações de amizade, não surpreendendo, a um maior convívio íntimo com imigrantes corresponde uma maior valorização da imigração¹⁵⁷.

No que se refere aos *valores sociopolíticos*, resulta da análise que quanto maior apreço se dá aos valores materiais menos se valoriza a imigração.¹⁵⁸ Da análise aos valores de igualitarismo e meritocráticos, resulta que uma maior valorização da imigração parte das pessoas que consideram que se deve 'garantir a todos as mesmas oportunidades'¹⁵⁹, ou das que não têm como prioridade 'compensar melhor os que mais trabalham'¹⁶⁰. Em termos de posicionamento político clássico, parece haver uma pequena tendência para que quanto mais à esquerda maior a valorização da imigração¹⁶¹, mas a grande diferença¹⁶² encontra-se, no sentido inverso, na comparação entre aqueles que se assumem como sendo de direita¹⁶³ e todos os outros¹⁶⁴.

Outras questões foram inseridas no inquérito com o propósito de entender a relação entre diferentes formas de estar perante a vida e as atitudes face à imigração. Neste aspecto, são as pessoas que mais importância atribuem a 'gozar a vida'¹⁶⁵, 'sentir-se bem consigo mesmo'¹⁶⁶, 'ajudar os necessitados'¹⁶⁷ e 'dedicar a vida aos outros'¹⁶⁸ aquelas que mais valorizam a imigração.

Como era de esperar, os portugueses que mais valorizam a autoridade¹⁶⁹ e os que menos concordam com a igualdade de direitos entre hetero e homossexuais¹⁷⁰ são os que menor importância reconhecem à imigração. Da mesma maneira, são os que menos satisfeitos estão com a vida que menos valorizam a imigração¹⁷¹.

O quadro da análise estatística da significância das relações das variáveis com a valorização da imigração é apresentado na Tabela 55.

- 152** $F(8,1459) = 7,820$; $p < 0,00$ (teste Scheffe).
- 153** Sem religião: $M = 2,95$; $dp = 0,47$; crentes: $M = 2,83$; $dp = 0,47$. $F(1,1497) = 10,896$; $p < 0,00$.
- 154** $t(1,1514) = 1,059$; $p = 0,29$.
- 155** $t(1,1509) = 0,482$; $p = 0,63$.
- 156** $t(1,1501) = 0,872$; $p = 0,38$.
- 157** $r = 0,129$; $p < 0,00$; $F(2,1514) = 13,718$; $p < 0,00$.
- 158** $r = 0,192$; $p < 0,00$; $F(2,1351) = 26,661$; $p < 0,00$.
- 159** $F(1,1416) = 33,371$; $p < 0,00$.
- 160** $F(1,1416) = 13,889$; $p < 0,00$.
- 161** $r = 0,089$; $p < 0,01$. $F(4,964) = 3,432$; $p < 0,01$.
- 162** $F(1,964) = 10,826$; $p < 0,00$.
- 163** $M = 2,77$; $dp = 0,53$.
- 164** $M = 2,90$; $dp = 0,44$.
- 165** $F(3,1476) = 10,402$; $p < 0,00$.
- 166** $F(3,1490) = 10,080$; $p < 0,00$.
- 167** $F(3,1483) = 4,815$; $p < 0,00$.
- 168** $F(3,1471) = 7,711$; $p < 0,00$.
- 169** $r = 0,096$; $p < 0,00$. $F(6,1490) = 4,895$; $p < 0,00$.
- 170** $r = 0,083$; $p < 0,00$. $F(3,1417) = 3,746$; $p = 0,011$.
- 171** $r = 0,099$; $p < 0,00$. $F(3,1486) = 5,308$; $p < 0,00$.

Tabela 55. Valorização da imigração – variáveis explicativas

	Valorização da imigração
Região (outros/Norte)	
Dimensão do habitat (urbana/ rural)	
Zona do inquérito (muitos /poucos imigr.)	
Cor da pele (outros/ branco)	F=7,828 p=0,005
Idade	
Escolaridade	F(5, 1510)= 20,939 p<0,00
Rendimento	F(6,1169)=11,764 p<0,00
Ocupação/Profissão	F(8,1459)=7,820 p<0,00
Posição religiosa (não crente/ crente)	F(1,1497)=10,896; p=0,001
Sexo	t(1,1493)=1,649; p=0,099
Emigrante (Sim)	
Familiar emigrante (sim)	
Índice de relações pessoais com imigrantes	F(2,1514)=13,718; p=0,00
Pós-Materialismo/Materialismo	F(2,1351)=26,661; p=0,00
«Garantir a todos as mesmas oportunidades»	F(1,1416)=33,371; p=0,00
«Compensar melhor os que mais trabalham»	
«Proteger os mais desfavorecidos»	
Posicionamento político (Esquerda- Direita)	F(4,964)=3,432; p=0,009
«Gozar a vida»	F(3,1476)=10,402; p=0,00.
«Sentir-se bem consigo mesmo»	F(3,1490)=10,080; p=0,00
«Ajudar os necessitados»	F(3,1483)=4,815; p=0,002
«Dedicar a vida aos outros»	F(3,1471)=7,711; p=0,00
Conservadorismo moral (índice)	F(6,1490)=4,895; p=0,00
Igualdade de Direitos	F(3,1417)=3,746; p=0,011
Satisfação com a vida	F(3,1486)=5,308; p=0,001
Insegurança económica objectiva	
Insegurança económica subjectiva	

Em resumo, os portugueses que mais valorizam a imigração são de pele não branca, os mais instruídos, com maiores rendimentos, com profissões de alto estatuto, não religiosos, têm maior intimidade com imigrantes, não se definem como materialistas, são igualitários, não consideram o mérito acima de tudo. Em termos políticos, não são de direita. São pessoas que atribuem importância a gozar a vida e sentir-se bem consigo mesmo mas também são pessoas que consideram importante para si ajudar os necessitados e dedicar a vida aos outros.

Relações entre os três tipos de atitudes

A opção de analisar separadamente os três tipos de atitudes face à imigração (a resistência à imigração, as atitudes face aos direitos dos imigrantes e a valorização da imigração) teve como objectivo compreender melhor e fundamentar as diferenças entre elas, que, como era de supor, estão correlacionadas entre si (Tabela 56). Seria de esperar que pessoas receptivas à vinda de mais imigrantes estivessem mais atentas aos seus direitos e atribuissem maior valor à imigração.

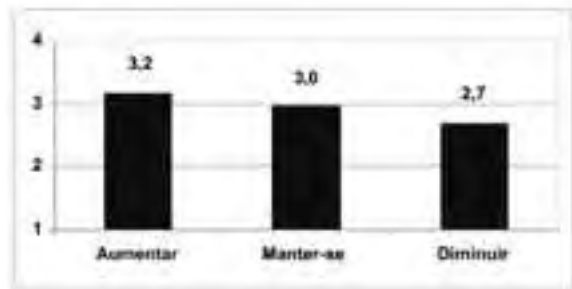
Tabela 56. Correlações (r de Pearson) entre atitudes¹⁷²

	Valorização	Direitos imig. legais	Repatriação condicional	Direitos imig. ilegais
Resistência	-0,345	-0,195	-0,213	-0,336
Valorização		0,243	-0,155	0,318
Direitos Imig. Legais			-0,250	0,289
Repatriação condicional				-0,257

A valorização da *imigração* difere de modo significativo conforme a posição quanto ao número de imigrantes no país.¹⁷³ As poucas pessoas favoráveis a um aumento do seu número¹⁷⁴ dão maior valor social e económico à imigração do que as que são pela manutenção.¹⁷⁵ Por sua vez, estas valorizam mais dos que as que defendem a diminuição,¹⁷⁶ as quais pouco passam do ponto médio da escala (2,5) (Gráfico 96).

172 Para todos os valores de r apresentados, p<0,00.
173 F(2,1422)= 94,737; p<0,00.
174 M=3,18; dp=0,48.
175 M=2,97; dp=0,41.
176 M=2,83; dp=0,47.

Gráfico 96. Valorização da imigração, por posição face ao número de imigrantes

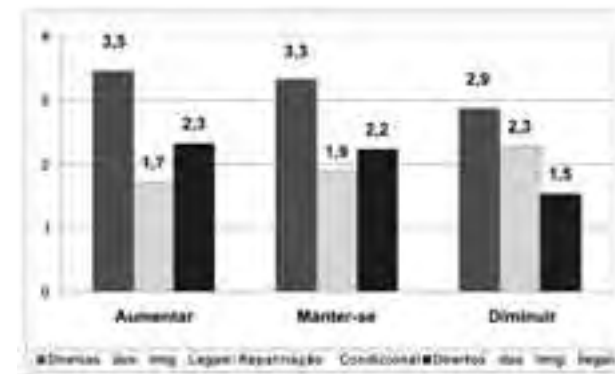


No que se refere à resistência à imigração, verifica-se uma vez mais o efeito esperado como se comprova pela Tabela 57 e pelo Gráfico 97. Por outro lado, a quantidade média de direitos para imigrantes legais e ilegais aceites pelos portugueses favoráveis ao aumento do número de imigrantes é maior do que a quantidade aceite pelos que defendem a manutenção e muito maior do que a quantidade assumida pelos partidários da diminuição do número de migrantes. Como facilmente se observa no Gráfico 97, há um efeito contrário no que concerne às condições indicadas para repatriação.

Tabela 57. Direitos dos imigrantes, por posição face ao número de imigrantes

		N	Média	Dp
Direitos dos imigrantes legais F(2,1415)=36,408 p=0,00	Aumentar	85	3,45	0,79
	Manter-se	589	3,33	0,88
	Diminuir	744	2,87	1,24
Repatriação condicional F(2,1400)=30,373 p=0,00	Aumentar	84	1,70	1,07
	Manter-se	581	1,87	1,05
	Diminuir	738	2,26	0,98
Direitos dos imigrantes ilegais F(2,1401)=92,245 p=0,00	Aumentar	85	2,32	0,88
	Manter-se	587	2,23	0,90
	Diminuir	732	1,52	1,07

Gráfico 97. Direitos dos imigrantes, por posição face ao número de imigrantes



Resistência à imigração, valorização da imigração e direitos dos imigrantes

Uma vez que os três tipos de atitudes face à imigração estão correlacionados, importa compreender em que medida a resistência à imigração – variável mais imediata e concreta – é explicada pelas outras duas e qual a importância relativa de cada uma destas. Para tal, foi efectuada uma regressão linear¹⁷⁷ tendo como variável dependente (V.D.) a resistência à imigração¹⁷⁸ e como variáveis independentes (V.I.) os direitos dos imigrantes legais e dos imigrantes ilegais, as condições de repatriação e a valorização da imigração. O método escolhido, que faz entrar na equação uma variável de cada vez, começando pela que apresenta o maior valor de F na relação com a V.D., excluiu da equação a V.I. 'Direitos dos imigrantes legais'. Tal significa que esta variável nada acrescenta à explicação da V.D. conseguida pelas restantes variáveis.

Olhando os resultados da regressão¹⁷⁹, a resistência à imigração é explicada pela valorização da imigração¹⁸⁰, pelos direitos dos imigrantes ilegais¹⁸¹ e pelas condições de repatriação¹⁸² (Tabela 58). Isto significa que os menos favoráveis à diminuição do número de imigrantes são as pessoas que mais valorizam a imigração, as que maior número de direitos defendem para os imigrantes ilegais e as que menos situações aceitam como válidas para a repatriação.

¹⁷⁷ Método stepwise.

¹⁷⁸ Foi utilizada como variável dependente a média das posições dos inquiridos face ao número de imigrantes africanos, Leste-europeus e brasileiros.

¹⁷⁹ R²=19,1%.

¹⁸⁰ β=-0,266; p<0,00.

¹⁸¹ β=-0,212; p<0,00.

¹⁸² β=0,119; p<0,00.

Tabela 58. Resistência à imigração, valorização da imigração e direitos dos imigrantes

Modelo		β Normalizado	t	Sig.
1	(Constante)		41,789	0,00
	Valorização da Imigração	-0,357	-14,217	0,00
2	(Constante)		42,564	0,00
	Valorização da Imigração	-0,277	-10,687	0,00
	Direitos dos imigrantes ilegais	-0,238	-9,206	0,00
3	(Constante)		36,344	0,00
	Valorização da Imigração	-0,266	-10,329	0,00
	Direitos dos imigrantes ilegais	-0,212	-8,047	0,00
	Expatriação	0,119	4,758	0,00
a	Variável Dependente: Resistência à Imigração ($R^2=19,1\%$)			

De todo este capítulo se deduz, em primeiro lugar, que um pouco mais de metade da população portuguesa é favorável à diminuição do número de imigrantes. Ao contrário de outros estudos (segundo uma sondagem tornada pública em Março de 2005¹⁸³, 62,5% dos portugueses são contra a entrada de mais estrangeiros no país), que centram a questão na vinda de mais imigrantes (Concorda com a vinda de mais imigrantes/Pensa que o país necessita de mais imigrantes), o presente trabalho indaga os portugueses acerca da necessidade de aumentar, manter ou diminuir o número de imigrantes. Enquanto que até aqui sabíamos que 62,5% dos portugueses são contrários à vinda de mais imigrantes, agora podemos afirmar que a maioria da população tem vontade de ver reduzido o número actual de imigrantes económicos. Não se trata de opinar que não devem vir mais – trata-se de ser favorável à expulsão de alguns dos que já cá estão.

O segundo resultado a destacar é a atitude dúbia dos portugueses face aos direitos dos imigrantes. Por um lado, há uma predisposição para conceder um largo conjunto de direitos, incluindo a naturalização, o reagrupamento familiar, o direito de voto; por outro, tende-se a ser menos afirmativo em tudo aquilo que interfere com o trabalho e a segurança, possivelmente em razão de a presença dos imigrantes ser percebida como introdutora de mudanças importantes na organização social. Mas parece igualmente haver uma consciencialização da dureza e das agruras da imigração, de que surge uma atitude de acolhimento e protecção dos imigrantes, sem que se vejam, no entanto, as implicações reais desses direitos.

¹⁸³ Ver jornal 'Público' de 16 de Março de 2005.

CAPÍTULO 6.

ESTEREÓTIPOS RELATIVOS AOS IMIGRANTES

O estudo dos estereótipos é um tema central na investigação sobre as relações entre maioria e minorias em geral e entre os receptores de imigrantes e os imigrantes em particular. Segundo Ortiz (1998), os primeiros estudos empíricos sobre estereótipos surgem nos anos 30 do século passado (Katz e Braly, 1933), tendo sido o termo introduzido pela primeira vez nas ciências sociais por Lippman (1922). O conceito utilizado na altura não diferia muito quanto ao seu significado do actual *esquema*¹⁸⁴, consistindo, deste modo, o estereótipo numa estrutura cognitiva com a função de facilitar ao indivíduo a compreensão de uma situação social, agrupando e racionalizando o meio envolvente. O estereótipo é, portanto, em certa medida, resultado de uma operação de simplificação e armazenamento de informação, sem a qual seria impossível lidar com a enorme quantidade de informação que nos chega a todo o momento.

Mas o estereótipo não se resume a um processo cognitivo. A utilização de informação estereotípica na formação de julgamentos, na tomada de decisão e no relacionamento interpessoal é muito mais que isso: envolve escolhas, conhecimentos, socialização, consciência de normas, nos quais se observam factores culturais e pessoais de criação do estereótipo interessantes do ponto de vista da intervenção política e social. Se todos organizamos a informação em compartimentos que permitam a recordação posterior, nem todos fazemos as mesmas catalogações nas mesmas unidades de arquivo, nem muito menos a utilizamos do mesmo modo quando em interacção com outros. É que, se o estereótipo tem uma função de arrumar a informação que os indivíduos captam nos diferentes processos de socialização, também diferencia os grupos sociais em que os indivíduos se integram, tornando-se elemento «característico» de um grupo e não de outro, no sentido de que os grupos se distinguem não pelo número de pessoas a que o estereótipo pode ser atribuído mas pelo facto de se poder atribuir mais a esse grupo do que a outro.¹⁸⁵

¹⁸⁴ Por esquema entende-se uma «estrutura cognitiva que influencia todas as actividades cognitivo-perceptuais, que recebem todas juntas o nome de processamento de informação». (Ashmore e Del Boca, 1981, cit. in Ortiz, 1998: 223).

A proposta inicial para esta investigação retinha como ponto central o conhecimento das imagens que imigrantes e portugueses têm uns dos outros. Como se viu na Introdução, o termo imagens é impreciso e difuso, permitindo por isso uma pluralidade de abordagens, desde as representações sociais, aos estereótipos, às atitudes, às crenças, etc. Não podendo ser convenientemente tratadas todas estas dimensões no inquérito, optou-se por equacionar a problemática em termos de estereótipos e de atitudes, de forma a facilitar a comparação com os dados recolhidos na sondagem realizada em 2002 pela mesma equipa (Lages e Policarpo, 2003). E tendo-nos debruçado, no capítulo anterior, sobre as atitudes, prosseguimos neste uma das intenções da presente investigação estudando os estereótipos.

Diga-se, no entanto, que só a população portuguesa foi inquirida a este respeito. A questão foi retirada do inquérito aos imigrantes de forma a não o sobrecarregar demasiado. No entanto, as questões colocadas aos portugueses são suficientes para se fazer uma ideia das suas imagens a respeito dos grupos sociais não autóctones, sendo esta dimensão porventura mais importante para os objectivos deste trabalho do que as que resultariam das imagens dos imigrantes relativamente aos portugueses. De resto, a comparação entre os resultados das sondagens de 2004 e 2002 torna possível o exame de como é que esses estereótipos eventualmente mudaram entretanto.

A primeira parte deste capítulo incide sobre a relação entre imigrantes e trabalho, nela se tentando compreender o que os portugueses pensam a esse respeito. De seguida, olha-se para um conjunto de características positivas atribuídas aos imigrantes. Houve a preocupação de introduzir no inquérito vários aspectos positivos da imigração, no sentido de contrabalançar os aspectos negativos a ela mais frequentemente associados. Neste mesmo ponto, procura-se demonstrar que, embora não descurando o seu carácter essencialmente valorativo, a atribuição de diferentes características positivas pode ser, por si mesma, uma manifestação de favoritismo, identificação e valorização de alguns imigrantes preferencialmente a outros. Com a abordagem às características positivas não se pretende escamotear qualquer tipo de

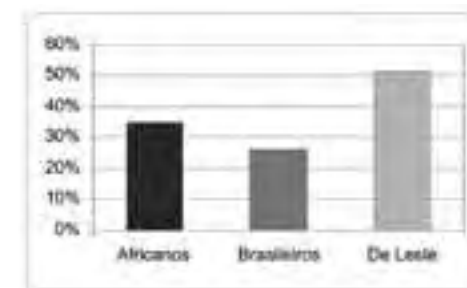
185 Como referem McCauley e Stitt (1978: 934, cit. in Joos, 2004: 43-44), "a stereotype trait may be seen as characterizing a small percentage of Germans, far less than 100%, and be seen as absolutely less probable in Germans than many other traits; it can still be a stereotype trait, can still be «typical» of Germans if it is seen as relatively more probable in Germans than in others".

imagem negativa eventualmente existente na sociedade portuguesa. Pelo contrário, numa terceira parte do capítulo, mostra-se quanto estas imagens estão presentes entre os respondentes, nomeadamente na associação que fazem entre imigrantes e criminalidade. Nos últimos dois pontos, faz-se a análise dos preditores dos estereótipos e evidencia-se como estes, por sua vez, são bons preditores das atitudes face à imigração introduzidas no capítulo anterior. Sempre que necessário, são comparados os resultados em função do grupo de origem dos imigrantes.

1. IMAGENS DO TRABALHO

Os primeiros resultados, apresentados no Gráfico 98, referentes a uma questão que inquiria dos portugueses se os imigrantes trabalhavam mais do que eles mesmos, não têm em si mesmos nenhum elemento de surpresa. A seus olhos, os imigrantes de Leste são os que mais trabalham: mais de metade (52%) di-lo, ao passo que a respeito dos africanos a percentagem desce para 35% e para 26% no que se refere aos brasileiros.¹⁸⁶

Gráfico 98. Imagens dos portugueses a respeito de os imigrantes trabalharem mais do que eles mesmos

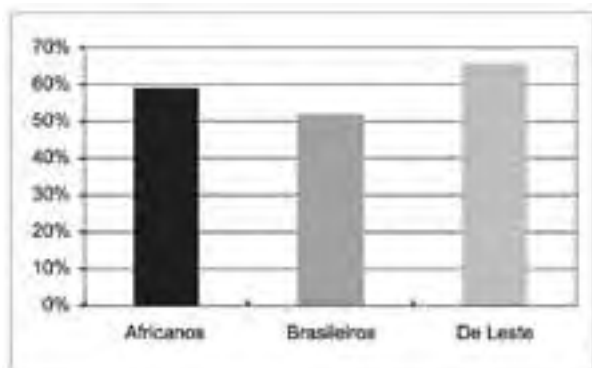


Para quem está atento à análise espontânea que ressuma das conversas do dia-a-dia, torna-se claro que a recente vaga de imigração oriunda de Leste foi, desde a primeira hora, encarada de modo mais positivo do que as restantes vagas de imigrantes; de facto, os números vão nesse sentido.

186 Todas as diferenças são significativas ($p < 0,00$) (testes Cochran e McNemar).

Por outro lado, a maioria da população considera que os imigrantes recebem menos do que os portugueses pelo mesmo trabalho, um dado particularmente relevante no que se refere aos imigrantes de Leste que são vistos como os mais injustiçados no que concerne aos rendimentos auferidos pelo trabalho que fazem (Gráfico 99)¹⁸⁷. Não é, porém, possível estimar a partir da sondagem aos portugueses ou da feita aos imigrantes se esta convicção tem fundo de verdade. Apenas se pode dizer que, em termos médios, os imigrantes brasileiros têm rendimentos mais próximos dos dos portugueses e que os imigrantes africanos são os que menos recebem (cf. cap. 2).

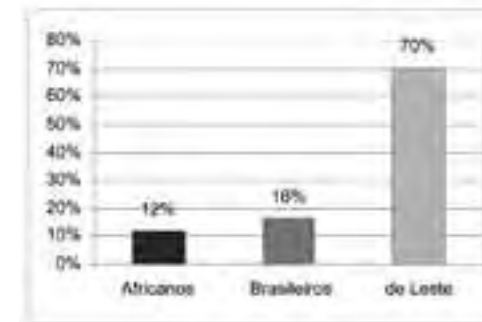
Gráfico 99. Respostas afirmativas à questão ‘os imigrantes ganham menos que os portugueses pelo mesmo trabalho’



Quanto à relação entre as qualificações académicas e o emprego há a referir que aproximadamente 2/3 da população portuguesa estão convencidos de os imigrantes de Leste serem sobrequalificados para os trabalhos que fazem (Gráfico 100). Apenas cerca de 15% julga o mesmo acerca de africanos e brasileiros.

¹⁸⁷ Diferenças significativas ($p < 0,00$) (testes Cochran e McNemar).

Gráfico 100. Percentagem de portugueses que pensa que os imigrantes têm habilitações a mais para os trabalhos que fazem



Uma vantagem dos inquéritos que envolvem amostras representativas de imigrantes é verificar se a realidade está de acordo com percepções como esta. De facto, o inquérito que lhes foi feito permite fazer o cruzamento do tipo de profissões que os respondentes tinham nos seus países de origem com as que têm em Portugal. Da mesma forma, é possível cruzar a profissão actual com os anos de instrução que tiveram. As estatísticas relativas ao primeiro destes cruzamentos estão sintetizadas na Tabela 59.

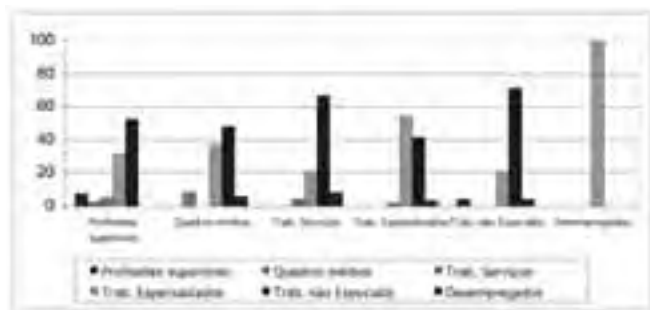
Tabela 59. Coeficientes de contingência (cc) e τ_b de Kendall da profissão de origem, em função da profissão actual, segundo os grupos de imigrantes

Grupos	Teste	Valor	p
Africanos N=209	cc	0,585	0,00
	τ_b	0,173	0,004
Brasileiros N=294	cc	0,515	0,00
	τ_b	0,211	0,00
De Leste N=188	cc	0,423	0,024
	τ_b	0,052	0,418

Dela se retira que, no que respeita à correspondência entre a categoria da profissão de origem e a profissão actual, o coeficiente de contingência para os três grupos de imigrantes é muito elevado e significativo. No entanto, vê-se que ela não é tão perfeita para os imigrantes de Leste como para os outros dois grupos. Aliás, quando olhamos para o τ_b de Kendall, notamos que deixa de ser significativo para esta população.

Por ser, pois, o grupo cujos indicadores são *a priori* mais problemáticos e cujo sentido é menos claro, representamo-lo em seguida no Gráfico 101, o qual, embora complexo, mostra, por exemplo, que, das pessoas com profissões superiores nos seus países de origem, apenas 8% as tinham mantido em Portugal, no momento do inquérito. Porém, 3% passaram a quadros médios, 5% a trabalhadores de serviços, 32% a trabalhadores especializados e 53% a trabalhadores não especializados.

Gráfico 101. Profissão no país de origem pela profissão actual entre os imigrantes de Leste



Conclusões semelhantes podem retirar-se das outras categorias. Incluímos aqui apenas os dados referentes a quem tinha no seu país de origem uma profissão que foi categorizada como quadros intermédios: 9% mantiveram a sua categoria mas 37% passaram a trabalhadores especializados e 49% a trabalhadores não especializados, os restantes 6% estando no desemprego.

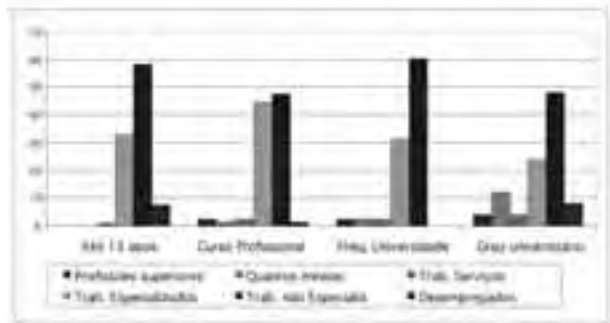
No que se refere às habilitações académicas, as estatísticas básicas são as que constam da Tabela 60, que mostra haver uma forte correlação entre as duas séries, com a particularidade de que o cc relativos aos imigrantes de Leste é mais elevado do que os dos outros dois grupos. No entanto, para todos eles o τ_b de Kendall é negativo e para os imigrantes de Leste não é significativo.

Tabela 60. Coeficientes de contingência (cc) e τ_b de Kendall do grau de instrução em função da profissão actual segundo os grupos de imigrantes

Grupos	Teste	Valor	p
Africanos N=419	cc	0,423	0,00
	τ_b	-0,167	0,00
Brasileiros N=341	cc	0,468	0,00
	τ_b	-0,131	0,008
De Leste N=236	cc	0,479	0,00
	τ_b	-0,103	0,091

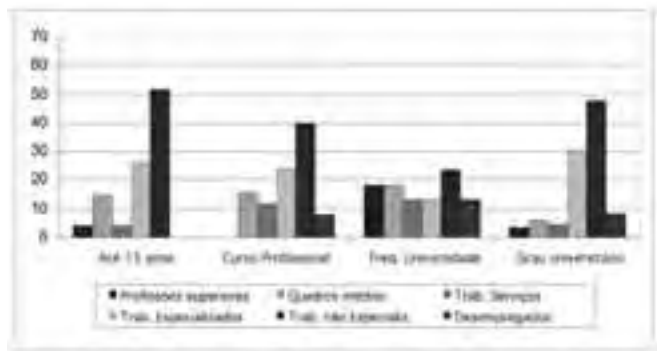
A respeito deles, o fenómeno detectado anteriormente da degradação socioprofissional em Portugal tem a sua correspondência entre o grau de instrução ou formação adquirido e a categoria socioprofissional actual, como se pode ver no Gráfico 102, onde são apresentados apenas os graus de ensino a partir dos 13 anos de escolaridade, de forma a simplificar a leitura, dele resultando que poucos dos que frequentaram a universidade ou têm um grau universitário tem uma profissão das três primeiras categorias. Mais precisamente, apenas 4% têm uma profissão superior, enquanto 12% pertencem aos quadros médios, 4% aos trabalhadores de serviços, 24% são trabalhadores especializados, 48% trabalhadores não especializados e 8% estão desempregados. Esta configuração geral do gráfico, com todas as suas distribuições inclinadas para a direita, concorda essencialmente com o que se viu a respeito da degradação profissional.

Gráfico 102. Profissão actual por habilitações académicas pela profissão actual entre os imigrantes de Leste



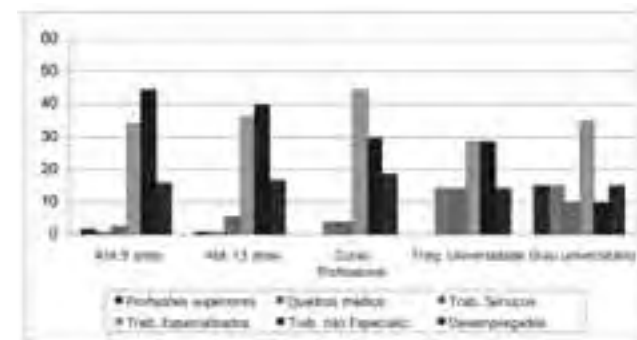
O significado destes factos torna-se ainda mais evidente quando comparamos esta distribuição com a dos brasileiros e africanos. No que se refere aos primeiros e comparando o gráfico acima com o Gráfico 103, que lhes diz respeito, verificamos que a distribuição dos respondentes pelas categorias socioprofissionais é muito mais normal no sentido estatístico.

Gráfico 103. Profissão actual por habilitações académicas pela profissão actual entre os imigrantes brasileiros



E se introduzirmos na comparação um gráfico semelhante a estes que faça o cruzamento entre as mesmas variáveis para os africanos (Gráfico 104) notaremos que a distribuição (aqui apresentada a partir do 9º ano de escolaridade) é ainda mais conforme com uma distribuição normal.

Gráfico 104. Profissão actual por habilitações académicas pela profissão actual entre os imigrantes africanos

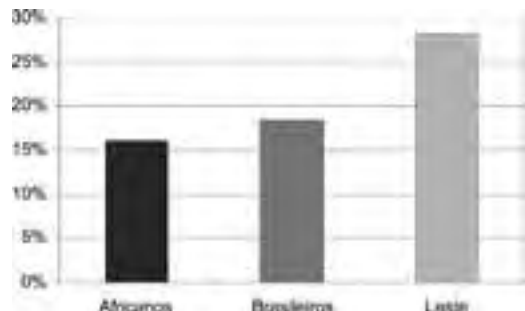


Os dados mostram, pois, de forma clara, que uma boa parte dos imigrantes dos países de Leste exercia, antes de emigrar, profissões superiores às que conseguiu ter em Portugal e que a correspondência entre o nível educativo e a profissão exercida deixa de existir quando os imigrantes se inserem no mercado de trabalho português. Algo que, em certa medida, também existe para os outros grupos de imigrantes, pois, em regra, os imigrantes têm dificuldade em encontrar trabalho de acordo com as suas habilitações, ficando à partida confinados às posições laborais mais baixas.

Estas observações levam a concluir que as percepções dos portugueses a respeito da correspondência entre formação e trabalho dos imigrantes (em particular, no caso dos oriundos da Europa de Leste) está fundada nos factos, embora o seu pormenor seja bastante complexo.

Embora reconhecendo que os imigrantes de Leste exercem funções laborais abaixo das suas qualificações e que trabalham mais do que os portugueses, somente 28% dos inquiridos pensam que estas pessoas virão a ocupar no futuro lugares de maior importância do que muitos portugueses (Gráfico 105). Como se poderia prever, tendo em conta os resultados já apresentados, esse número é ainda menor para os outros dois principais grupos de imigrantes, o que mostra, mais uma vez, o diferencial de competência que os portugueses construíram acerca dos vários grupos de imigrantes.

Gráfico 105. Respostas afirmativas à pergunta ‘No futuro vão ocupar lugares de maior importância que muitos portugueses’



Comparando estes dados com os obtidos em 2002 (Tabela 61), nota-se um aumento do reconhecimento da situação de discriminação no trabalho a que os imigrantes estão sujeitos.

Tabela 61. Percentagens de portugueses que concordam com várias afirmações relativas ao trabalho dos imigrantes

Afirmações	Africanos		Brasileiros		Leste	
	2002	2004	2002	2004	2002	2004
Trabalham mais do que os portugueses	27,6	35,1	15,0	26,2	44,6	51,5
Ganham menos que os portugueses pelo mesmo trabalho	57,3	59,1	45,3	51,7	65,5	65,9
Têm habilitações a mais para os trabalhos que fazem	12,0	12,0	16,3	16,4	67,4	70,2
No futuro vão ocupar lugares de maior importância que muitos portugueses	13,2	16,0	16,0	18,5	23,4	28,2

Em geral, a percentagem de pessoas que afirmam que os imigrantes trabalham mais do que os portugueses é maior do que em 2002. E são também mais as que declaram que os imigrantes ganham menos que os portugueses pelo mesmo trabalho, da mesma maneira que aumenta a percentagem de quem pensa que os imigrantes no futuro irão ocupar lugares de maior importância do que muitos portugueses.

Quando analisadas estas tendências relativamente a cada grupo, vê-se que elas se mantêm. Assim, no que se refere aos imigrantes de Leste, a percentagem de portugueses que pensa que eles trabalham mais do que os portugueses aumenta 7 pontos percentuais, sendo mais de metade a considerar que os seus concidadãos são menos trabalhadores do que os imigrantes de Leste. Mas o mesmo é afirmado por mais de 1/3 a respeito dos africanos e por cerca de 1/4 a respeito dos brasileiros. A imagem dos imigrantes, no que respeita ao seu empenho no trabalho, é, pois, claramente positiva, embora a relativa aos imigrantes de Leste suplante a dos dois outros grupos.

Apesar de, nesta sondagem, uma maioria de pessoas afirmar que todos os grupos de imigrantes ganham menos dos que os portugueses pelo mesmo trabalho, continuam a ser mais os que reconhecem os imigrantes de Leste como os mais prejudicados neste domínio.

2. ESTEREÓTIPOS POSITIVOS

A atribuição de características a grupos sociais é uma parte fundamental dos estudos sobre a discriminação, os quais têm contribuído para a aprendizagem da norma dominante por parte da população que, por isso, entre outras razões, começa a recusar as atitudes e preconceitos discriminatórios, contrários ao *Zeitgeist*. Por esse motivo, os investigadores têm adoptado várias estratégias que lhes permitam medir por meios menos directos aquilo que, de forma directa, é difícil captar. Um dos métodos utilizados passa pela medição das pequenas diferenças entre avaliações positivas atribuídas a grupos com estatuto social diferente (por ex., *Ogay et al.* 2001). Em boa parte dos casos, o participante mostra atitudes positivas face ao Outro, mas não tão positivas como as que assume face ao seu grupo ou a outros grupos diferentes do primeiro.

No presente estudo, optou-se, porém, por um outro procedimento de aproximação ao tema, embora não muito distante deste. Foi pedido aos participantes que indicassem, a partir duma lista de atributos positivos, a saber – ‘1: Alegres e bem dispostos’, ‘2: Bons profissionais’, ‘3: Simpáticos e de trato fácil’, ‘4: Competentes e cumpridores’, ‘5: Bem educados’ e ‘6: Sérios e honestos’ – quais os que consideravam adequados à caracterização de cada grupo de imigrantes, bem como dos portugueses, segundo uma forma de operacionalização semelhante à que tem vindo a ser adoptada por vários autores (*Moscovici e Pérez 1999; Pérez et al.* 2002).

Uma primeira abordagem aos resultados passa necessariamente pela análise do número de portugueses dispostos a atribuir características positivas a cada grupo social (Tabela 62).

Tabela 62. Número de características positivas atribuídas por portugueses a portugueses e imigrantes

	Africanos		Brasileiros		Leste-Europeus		Portugueses	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Nenhuma	497	32,3	239	15,5	417	27,1	381	24,8
uma	261	17,0	196	12,7	209	13,6	205	13,3
duas	219	14,2	313	20,3	205	13,3	199	12,9
três	202	13,1	272	17,7	207	13,5	182	11,8
quatro	132	8,6	202	13,1	213	13,8	202	13,2
cinco	99	6,4	158	10,3	173	11,2	179	11,6
seis	129	8,4	159	10,3	115	7,5	191	12,4
Total	1539	100,0	1539	100,0	1539	100,0	1539	100,0

Como se pode deduzir da Tabela 62, 85% dos portugueses atribuem características positivas a brasileiros, os quais constituem o grupo com quem os portugueses mais se identificam. No pólo oposto, com apenas 68%, estão os africanos: metade da amostra indica 1 ou nenhum atributo.

Por outro lado, se tivermos apenas em conta a percentagem de pessoas que atribui quatro ou mais características a cada um dos grupos considerados, observamos que os portugueses são os que têm a percentagem mais alta (37%), seguidos dos brasileiros (34%), dos imigrantes de Leste (33%) e, finalmente, dos africanos (23%).

Porque a lista de atributos não é resultante de um trabalho prévio de recolha e confirmação de caracteres habitualmente conotados com os diferentes grupos sociais considerados, a leitura destes resultados deve ser cautelosa, já que algumas destas qualidades podem corresponder a estereótipos culturais (cf. *Garcia Marques, 1999*) de um ou outro grupo, quer pela positiva, isto é, pela existência do traço, quer pela negativa, ou seja, pela sua ausência. De qualquer modo, na medida em que a questão colocada estava centrada na opinião pessoal – o que permitia detectar os estereótipos ou crenças sociais¹⁸⁸ –, é de crer que os dados obtidos

188 Para uma introdução à distinção entre estereótipos culturais e estereótipos pessoais, introduzida pelo modelo dissociativo (*Devine, 1989*), ver *Garcia Marques (1999)*.

sejam adequados a distinguir entre as imagens positivas da população portuguesa relativamente aos diversos grupos sociais. Nesta hipótese, significariam uma clara preferência pelos brasileiros e, também, uma menor sintonia com os africanos.

Uma segunda etapa necessária à apreciação destes dados consiste em passar do número de características para os seus aspectos qualitativos, a respeito dos quais se observa um forte consenso em torno da definição dos imigrantes brasileiros como alegres e bem dispostos. Estes também são tidos pela maioria dos portugueses como simpáticos e de trato fácil. A alegria é também o atributo maioritariamente indicado relativamente aos imigrantes africanos. Por outro lado, quando questionados acerca da competência profissional de brasileiros e africanos, são muito menos os portugueses que utilizam estas características na hetero-descrição. Com os imigrantes de Leste passa-se exactamente o oposto – são mais vistos como bons profissionais e competentes do que como pessoas alegres ou simpáticas. Tomando como referência a auto-descrição dos portugueses, observa-se que estes imaginam os africanos e os brasileiros como mais alegres e bem dispostos do que eles próprios, mas piores profissionais, menos competentes e não tão sérios (Tabela 63).

Tabela 63. Características atribuídas a imigrantes e portugueses

	Africanos	Brasileiros	De Leste	Portugueses
Alegres e bem dispostos	51%	75%	23%	40%
Bons profissionais	29%	31%	51%	48%
Simpáticos e de trato fácil	37%	63%	35%	45%
Competentes e cumpridores	26%	30%	48%	43%
Bem educados	35%	47%	48%	44%
Sérios e honestos	24%	26%	32%	40%

Por outro lado, vêem os imigrantes originários da Europa de Leste como menos alegres e bem dispostos, menos simpáticos e menos sérios, mas mais competentes e cumpridores e mais bem educados. Quanto à qualidade profissional, não existem diferenças significativas segundo o teste de Wilcoxon para duas amostras dependentes.

Alguns trabalhos na área das representações sociais (Pérez *et al.*, 2002) têm demonstrado a importância de aferir a discriminação, não apenas segundo modelos atitudinais e comportamentais mas também através das ideias, das representações e dos estereótipos existentes sobre os grupos sociais. Esta segunda orientação metodológica permitiria aceder ao que alguns autores designam como ontologização, que «consiste numa operação de classificação pela qual a minoria pode, não somente ser classificada com exogrupo, mas também ser representada como fora do mapa social da identidade humana» (Pérez *et al.*, 2002: 53). Os mesmos estudiosos relatam um estudo experimental em que as principais classificações atribuídas à maioria pertenciam à esfera do humano e as classificações aplicadas às minorias pertenciam ou eram associadas ao mundo animal, um mundo animal positivo que faria a ponte entre os humanos (a cultura) e aquilo onde vimos (a natureza). Outros autores (Lima 2003; Lima e Vala 2004), para designar o mesmo fenómeno, preferem falar de infra-humanização, que seria um dos elementos de expressão do racismo tomado como «um processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo (ou toda uma categoria social), que é definido como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginária), a qual é resignificada em termos de uma marca cultural interna que supostamente define padrões de comportamento» (Lima e Vala, 2004: 11).

Procurou-se testar esta última abordagem a partir dos dados deste estudo. Tratando-se de um exercício que envolve várias aproximações conceptuais, as hipóteses interpretativas aqui avançadas devem ser olhadas com cautela. Estando, porém, o estudo baseado numa amostra significativa de âmbito nacional é possível dizer com alguma segurança que os traços encontrados correspondem a características expressas, a única dúvida estando em saber se os dados não correspondem mais ao que as pessoas consideram que devem dizer do que ao que realmente pensam. Estas são porém incertezas que não podem ser ultrapassadas em nenhum estudo de opinião como aquele que comentamos.

Seja como for, o facto é que se pediu aos portugueses inquiridos que indicassem se os vários grupos sociais em estudo (imigrantes africanos, brasileiros, de Leste e portugueses) tinham os atributos positivos atrás referidos. Da análise das respostas referentes a cada um dos grupos, resulta haver correlações significativas entre todos estes atributos:

quem diz que sim a um, com maior probabilidade diz sim também a outro. A partir duma análise em componentes principais confirmatória (rotação oblimin, adequada para factores correlacionados), foram obtidos três factores que, a partir daqui designaremos por ‘competência’ (que agrupa ‘bons profissionais’ e ‘competentes e cumpridores’), ‘simpatia’ (‘alegres e bem dispostos’ e ‘simpáticos e de trato fácil’) e ‘rectidão’ (‘bem educados’ e ‘sérios e honestos’) (Tabela 64).

Tabela 64. Valores de α de Cronbach relativos às características positivas

Valores de α	Africanos	Brasileiros	De Leste	Portugueses
Rectidão	0,67	0,58	0,65	0,62
Simpatia	0,63	0,60	0,56	0,57
Competência	0,65	0,64	0,67	0,67
Total	0,80	0,76	0,79	0,80

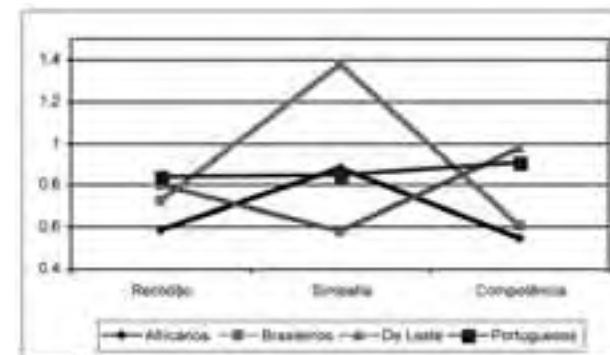
Olhando os dados (Tabela 65 e Gráfico 106), notamos que os portugueses se vêem a si como mais competentes e rectos do que aos imigrantes brasileiros e africanos, estando estes últimos no fim da escala¹⁸⁹.

Tabela 65. Médias das características positivas, por grupo de origem

	Africanos	Brasileiros	De Leste	Portugueses
Rectidão	0,59	0,73	0,80	0,84
Simpatia	0,88	1,38	0,58	0,85
Competência	0,55	0,61	0,98	0,91

189 Testes T de comparação de médias significativos ($p < 0,00$).

Gráfico 106. Médias das características positivas, por grupo de origem



Quanto aos imigrantes de Leste, talvez em razão do quase consenso acerca da sua elevada preparação profissional e intelectual, os portugueses não se destacam deles em termos de rectidão¹⁹⁰ e reconhecem-lhes mesmo superioridade no capítulo da competência¹⁹¹. Por outro lado, enunciam a ‘simpatia’ como dimensão primeira de brasileiros e africanos, sobretudo dos primeiros, que nela têm a sua marca distintiva. Os africanos ocupam, na apreciação dos portugueses, o lugar mais baixo em termos de ‘rectidão’ e ‘competência’¹⁹². Estes dois grupos teriam uma representação inversa da de portugueses e imigrantes de Leste, quanto à nomeação de atributos. Neste caso, primeiro a simpatia, depois a rectidão e finalmente a competência.

3. OS IMIGRANTES E O DESVIO SOCIAL

Para além das características de carácter positivo, procurou-se obter junto dos portugueses, a partir de uma lista de factores socialmente negativos, conotados como ilegais e/ou criminais, quais as características negativas associadas aos diferentes grupos de imigrantes. Os itens sobre que os inquiridos se podiam pronunciar, relativamente a imigrantes africanos, brasileiros e de Leste, eram os seguintes: ‘1: Violência’, ‘2: Tráfico de droga’, ‘3: Prostituição’ e ‘4: Crime organizado (máfias)’.

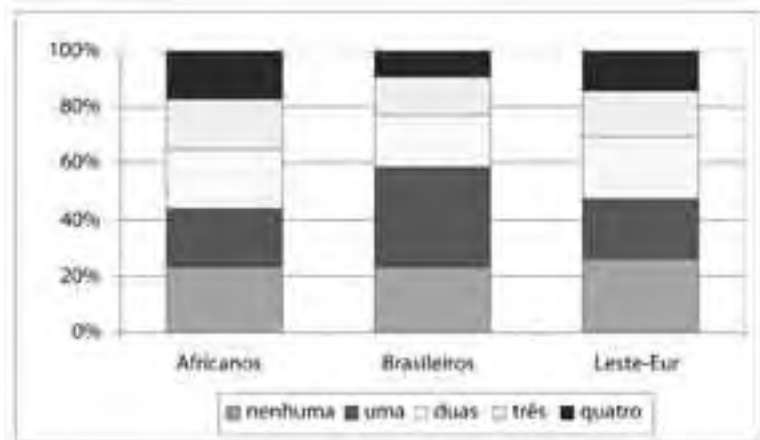
190 Teste T não significativo ($p = 0,166$).

191 Teste T significativo ($p < 0,00$).

192 Testes T significativos ($p < 0,00$).

Como se pode verificar no gráfico abaixo (Gráfico 107), apenas cerca de 1/4 da população recusa conotar os diversos grupos de imigrantes com pelo menos um tipo de acto negativo.

Gráfico 107. Percentagens de características negativas atribuídas a cada grupo



Analisando os dados da Tabela 66, por grupo de imigrantes, em termos do lugar que ocupam na mente dos portugueses relativamente aos tipos de desvios sociais em apreço, notamos que os africanos são, sobretudo, associados à violência: a sua percentagem (65%) é de longe superior à dos imigrantes de Leste e à dos brasileiros. No que respeita ao tráfico de droga, são também os africanos que sobrepõem os dois outros grupos. Ao invés, no que se refere à prostituição, são os brasileiros que ocupam o primeiro lugar e, no crime organizado, os imigrantes de Leste. Em resumo, os africanos são, sobretudo, vistos como violentos e ligados ao tráfico de droga, os imigrantes de Leste estão particularmente associados ao crime organizado e à violência e, no que se refere aos brasileiros, o seu desvio emblemático é a prostituição. Aliás, este é o item mais fortemente associado pelos portugueses a um dos grupos de imigrantes, já que mais de 2/3 o refere.

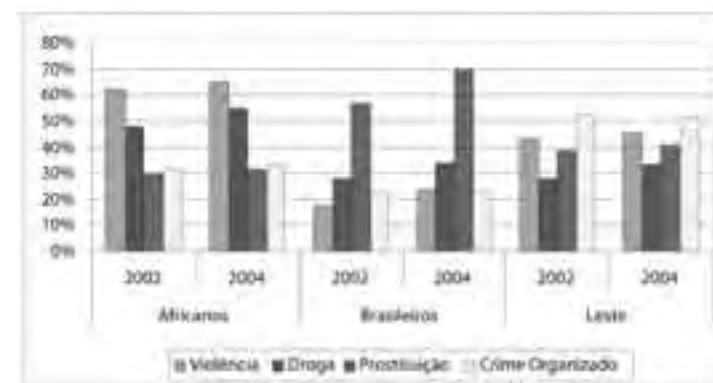
Tabela 66. Associação entre os grupos de imigrantes e tipos de desvio social

	Violência	Droga	Prostituição	Crime organizado
Africanos	64,8%	54,8%	31,7%	33,3%
Brasileiros	23,7%	33,8%	69,6%	22,9%
De Leste	45,4%	33,3%	40,8%	51,3%

* todas as diferenças são significativas a 0,00

Comparando estes dados com os da sondagem de 2002 (Gráfico 108), verificamos que a configuração geral das duas distribuições se mantém para cada um dos grupos considerados, com ligeiros aumentos em quase todas as categorias de cada um dos grupos.

Gráfico 108. Associações feitas pelos portugueses a respeito dos desvios dos imigrantes nas sondagens de 2002/2004



Examinando os resultados por grupos de origem, verifica-se um acréscimo significativo do número de pessoas que associam o tráfico de droga aos imigrantes africanos (aumento que, aliás, também se verificou, embora em menor escala, nos outros grupos de imigrantes) e uma subida na associação entre brasileiros e prostituição (a que fenómenos mediáticos como as “mães de Bragança”¹⁹³ não deixarão de ser alheios). Não se deixará, por outro lado, de assinalar que a associação entre imigrantes de Leste e grupos mafiosos

decreceu ligeiramente. Esta é mesmo a única excepção no crescimento da associação negativa dos imigrantes a práticas desviantes.

4. PREDITORES DOS ESTEREÓTIPOS

Quando tentamos compreender as variações de estereótipos em função das variáveis diferenciadoras, podemos distinguir entre variáveis sociodemográficas, e socioeconómicas por um lado, e interpessoais, por outro.

Variáveis demográficas e sociológicas

Tomando em primeiro lugar as variáveis sociodemográficas, notamos que o sexo dos respondentes, no que respeita aos brasileiros e africanos, não discrimina as respostas na atribuição de estereótipos. Porém, as opiniões divergem quanto aos imigrantes de Leste. Os homens atribuem

mais características positivas a este grupo de imigrantes. Talvez se sintam mais confortáveis para o fazer por ser este grupo ainda recente em Portugal e por ser ainda maioritariamente masculino, já que é maior a percentagem de homens que atribui características de rectidão e de competência, não havendo diferenças entre sexos quanto à atribuição de características de simpatia. Não existem igualmente diferenças entre homens e mulheres na associação de imigrantes ao crime.

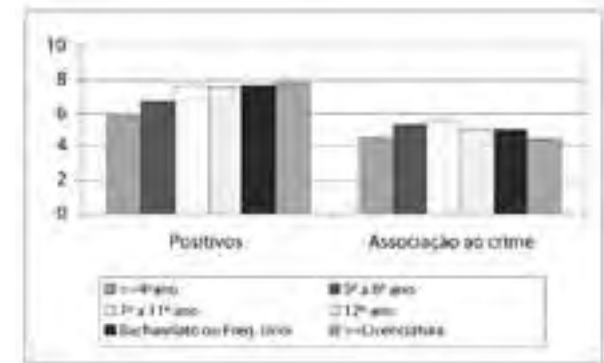
A *idade* desempenha um papel importante na atribuição de algumas características ao grupo dos africanos e ao grupo dos imigrantes de Leste, tendendo as pessoas mais velhas a atribuí-lhes menos características positivas. No caso dos africanos, o déficit diz respeito sobretudo à competência e à rectidão, sendo as estatísticas significativas em ambas as categorias.¹⁹⁴ No que se refere aos imigrantes de Leste, com a idade, são menos os portugueses que lhes atribuem competência, simpatia e rectidão.¹⁹⁵ Quanto aos brasileiros, não se encontram variações em função da idade dos portugueses.

Acerca da relação entre imigrantes e crime, não existem diferenças em função da idade.

Tabela 67. Características positivas atribuídas aos diversos grupos de imigrantes, por escalão etário

	χ^2	g.l.	sig.
Competência Africanos	30,234	5	0,00
Competência Brasileiros	8,407	5	0,135
Competência Leste	37,881	5	0,00
Simpatia Africanos	6,703	5	0,244
Simpatia Brasileiros	Consensual		
Simpatia Leste	28,623	5	0,00
Rectidão Africanos	17,015	5	0,004
Rectidão Brasileiros	8,672	5	0,123
Rectidão Leste	11,131	5	0,049

Gráfico 109. Estereótipos, por grau de escolaridade



Por outro lado, nas zonas com maior número de imigrantes (correspondente à categoria 'quase só imigrantes' atribuída pelos inquiridores), os respondentes portugueses tendem a atribuir menos características positivas aos diversos grupos de imigrantes. Ao invés, tendem também a associar em menor grau os imigrantes à criminalidade.

194 Competência: $\chi^2(5) = 30,23, p < 0,00$; rectidão: $\chi^2(5) = 17,02, p < 0,01$.

195 Competência: $\chi^2(5) = 37,88, p < 0,00$; simpatia: $\chi^2(5) = 28,62, p < 0,00$; rectidão: $\chi^2(5) = 11,13, p < 0,05$.

As pessoas com maior instrução, nomeadamente as que têm alguma formação superior, associam em menor percentagem os imigrantes ao crime.¹⁹⁶ Em concordância com este facto, as pessoas com menos instrução estão menos dispostas a indicar estereótipos positivos.¹⁹⁷

No que toca ao rendimento, nota-se que apenas existem diferenças significativas no que respeita à atribuição de características de competência e de rectidão a imigrantes de Leste.¹⁹⁸ Ou seja, quanto menos ganham os portugueses menos atribuem características destas a este grupo.

No que se refere à posição religiosa, não se notam diferenças significativas.

As variáveis interpessoais

De forma a verificar em que medida as variáveis respeitantes às relações que os portugueses mantêm com os imigrantes interferem nas suas apreciações produzidas a respeito destes, foi construído, a partir de três indicadores, um índice de amizade intergrupar, que tem em conta três posições: 'nenhum contacto pessoal', 'algum contacto, e 'amizade'. Na construção do índice, a 0 (zero), correspondem todos aqueles que declararam 'não' nos três indicadores; a 1, os que declararam 'sim' em um ou dois indicadores; e a 2, os que responderam 'sim' a todas as perguntas (ver capítulo anterior).

Constatou-se que quanto maior o contacto com imigrantes maior o número de adjetivos positivos referidos e menor a associação de imigrantes ao crime, com excepção da relação entre imigrantes de Leste e criminalidade. A leitura conjunta destes dados e dos referentes à concentração de imigrantes reforça as investigações que, no campo da

hipótese do contacto, reafirmam o carácter decisivo da *qualidade do contacto* (Dovidio *et al.*, 2003; Hewstone, 2003; Wagner *et al.*, 2003). De facto, não basta ser-se vizinho, não basta ser-se colega, é preciso conhecer, aprofundar laços, desenvolver relações para que o contacto contribua positivamente para a diminuição do preconceito e da discriminação.

196 $F(5, 1519) = 2,997$; $p < 0,01$.

197 $F(5, 1519) = 4,961$; $p < 0,00$.

198 Competência: $\chi^2(6) = 44,78$, $p < 0,00$; rectidão: $\chi^2(6) = 27,88$, $p < 0,00$.

Uma outra variável que nos pareceu ser interessante analisar, nesta perspectiva de que o conhecimento diminui os estereótipos e as apreciações negativas, é a da experiência de emigração por parte do respondente ou dos seus familiares. Assim, as pessoas que já emigraram por razões de trabalho tendem a associar em menor grau os imigrantes à criminalidade do que as pessoas que nunca emigraram.¹⁹⁹ Quanto a estereótipos positivos, não existem diferenças significativas entre os dois grupos.²⁰⁰

A experiência de emigração indirecta, isto é, de algum familiar do respondente (pais, irmãos, filhos, avós), não está relacionada com o número de estereótipos positivos²⁰¹ e negativos²⁰² atribuídos a imigrantes. Contudo, embora fora dos limites usuais de aceitação do teste estatístico, assinala-se a existência de uma tendência para uma maior saliência de estereótipos positivos referentes a imigrantes por parte das pessoas com experiência indirecta de emigração.

5. ESTEREÓTIPOS E ATITUDES FACE AO NÚMERO DE IMIGRANTES

No capítulo anterior, foram apresentados os resultados do inquérito às atitudes dos portugueses face à imigração e aos imigrantes. Como então se demonstrou, não obstante as diferenças em função da origem, observam-se elevadas correlações entre atitudes perante os diversos grupos de imigrantes,²⁰³ o que justificou a construção de um índice que agrega este conjunto de informações. Sendo um dos objectivos desta investigação o estudo comparado de diversos preditores da atitude dos portugueses face aos imigrantes, interessará, por isso, ver como se configuram as suas respostas no que respeita à entrada ou saída de imigrantes em território nacional, em função do número e do tipo de estereótipos dos inquiridos.

Em primeiro lugar, assinala-se uma correlação positiva entre o número de estereótipos negativos e a resistência à imigração²⁰⁴ e uma negativa entre o número de estereótipos positivos e a resistência à imigração.²⁰⁵ Quanto maior é, pois, o número de estereótipos negativos e quanto menor o número de positivos, maior a oposição à imigração. Em média, as pessoas com atitude mais favorável em relação ao número de imigrantes têm mais

199 $F(1,1524) = 4,658$; $p = 0,031$.

200 $F(1,1524) = 0,055$; $p = 0,814$.

201 $F(1,1519) = 3,149$; $p = 0,076$.

202 $F(1,1519) = 0,00$; $p = 0,99$.

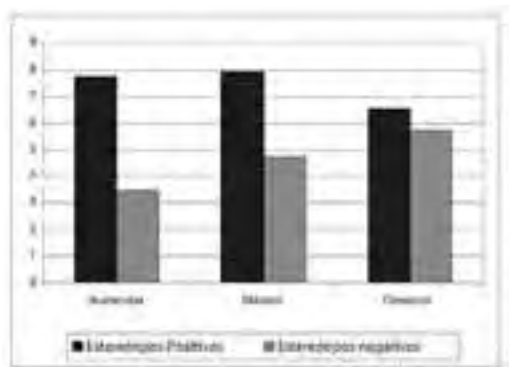
203 ρ de Spearman entre 0,74 e 0,86.

204 $\rho = 0,184$; $p < 0,00$.

205 $\rho = -0,127$; $p < 0,00$.

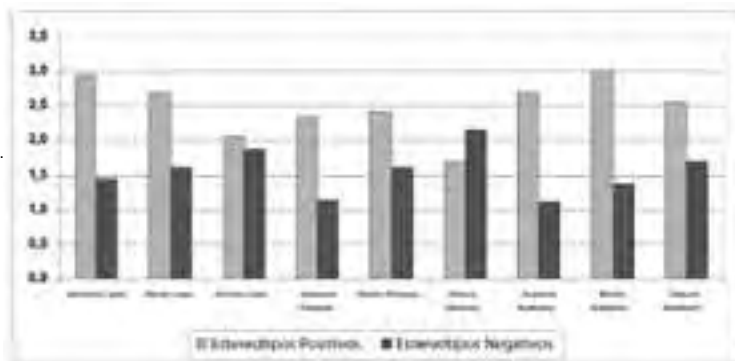
estereótipos positivos²⁰⁶ e menos negativos²⁰⁷ do que as pessoas com atitude menos favorável, conforme se pode constatar pelo Gráfico 110.

Gráfico 110. Número de Estereótipos em função da atitude face ao número de imigrantes



Como é assinalado no gráfico seguinte, os padrões de relação entre o número de estereótipos positivos e negativos e a atitude face ao número de imigrantes são semelhantes para qualquer dos principais grupos de imigrantes em Portugal²⁰⁸.

Gráfico 111. Número de estereótipos acerca dos três principais grupos de imigrantes, em função da atitude face ao seu número



206 $F(2,1430) = 15,115$; $p < 0,00$.

207 $F(2,1430) = 26,811$; $p < 0,00$.

208 Estereótipos positivos (EP) Leste: $F(2,1403) = 20,860$; $p < 0,00$. Estereótipos Negativos (EN) Leste: $F(2,1403) = 9,611$; $p < 0,00$. EP Africanos: $F(2,1410) = 24,097$; $p < 0,00$; EN Africanos: $F(2,1410) = 38,939$; $p < 0,00$; EP Brasileiros: $F(2,1409) = 9,557$; $p < 0,00$; EN Brasileiros: $F(2,1409) = 17,452$; $p < 0,00$.

Focando os mesmos dados a partir de uma outra perspectiva, é possível verificar que quanto maior o número de características positivas atribuídas aos imigrantes maior a percentagem de pessoas favoráveis à manutenção ou aumento do seu número e menor a percentagem daquelas que são pela diminuição (Gráfico 112).²⁰⁹ No sentido inverso, a um aumento do número de crimes associados a imigrantes corresponde uma maior percentagem de pessoas favoráveis à diminuição do número de imigrantes e a uma diminuição daquelas que são favoráveis à manutenção e, claro, ao aumento desse número (Gráfico 113).²¹⁰

Gráfico 112. Atitude perante o número de imigrantes, em função do número de características positivas a estes associadas

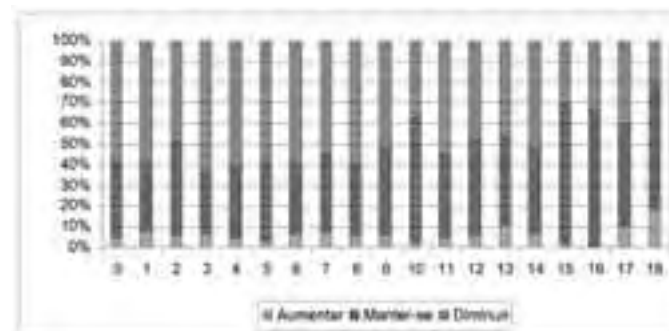
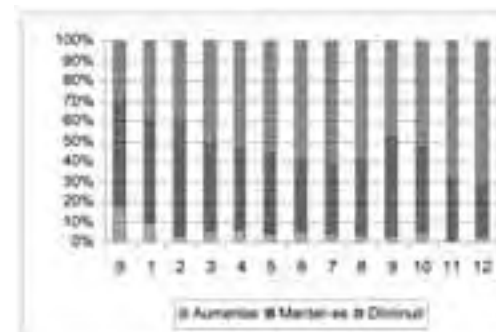


Gráfico 113. Atitude perante o número de imigrantes, em função do número de crimes a estes associados



209 $\chi^2(36) = 75,91$, $p < 0,00$, $cc = 0,225$.

210 $\chi^2(24) = 91,90$, $p < 0,00$, $cc = 0,246$.

Atendendo aos diferentes tipos de estereótipos positivos, importa compreender se todos se relacionam com a atitude face ao número de imigrantes no mesmo sentido. Os dados apontam para uma resposta positiva. Sejam características de competência,²¹¹ sejam de simpatia²¹² ou de rectidão,²¹³ quanto maior o seu número mais positiva é a atitude perante o número de imigrantes. Assim, os dados indicam que não é o tipo, ou qualidade, de classificação ou estereótipo positivo que determina a atitude mas sim o número de estereótipos, dando a impressão de que se trata mais de uma questão de quantidade do que de qualidade, algo que, à partida, pode parecer estranho.

Uma explicação possível destes resultados seria que não basta a observação de cada conteúdo estereotípico por si, mas será na relação entre os tipos de estereótipos que se encontram diferenças significativas nas atitudes face ao número de imigrantes. Para procurar avaliar da adequação da hipótese, foram os respondentes agrupados em três grupos, o primeiro constituído por quem atribui aos imigrantes mais características de competência do que de simpatia, o segundo o inverso, e o terceiro por quem atribui aos imigrantes igual número de características de simpatia e competência.

Feita a análise, concluiu-se que também na relação entre os tipos de características positivas não se encontra qualquer contributo para a compreensão da tomada de posição dos portugueses face ao número de imigrantes.²¹⁴ Tomando os estereótipos e as atitudes por grupo de imigrantes, somente para brasileiros se encontram valores significativos.²¹⁵ Deste modo, os dados apontam para que seja, de facto, o número de estereótipos e não o conteúdo a influenciar a atitude face ao número de imigrantes. Esta é uma discussão que se retoma no Cap. 8 acerca dos precursores do racismo.

- 211** $\chi^2(12) = 34,85$, $p < 0,00$, $cc = 0,154$; $F(2,1429) = 8,846$, $p < 0,00$.
212 $\chi^2(12) = 30,07$, $p < 0,00$, $cc = 0,144$; $F(2,1429) = 10,782$, $p < 0,00$.
213 $\chi^2(12) = 40,44$, $p < 0,00$, $cc = 0,166$; $F(2,1429) = 14,279$, $p < 0,00$.
214 $\chi^2(4) = 3,00$, $p = 0,558$.
215 Africanos: $\chi^2(4) = 1,18$, $p = 0,881$; Leste-Europeus: $\chi^2(4) = 1,10$, $p = 0,895$; Brasileiros: $\chi^2(4) = 10,01$, $p = 0,040$, $cc = 0,084$.

CAPÍTULO 7.

PRECONCEITO RELATIVO AOS IMIGRANTES

Num contexto em que a norma anti-racista dominante nas sociedades ocidentais, desde o final da Segunda Guerra Mundial, tornou socialmente reprovável manifestar sentimentos e atitudes abertamente negativos em relação a membros de grupos “minoritários” (definidos com base na cor da pele, opção sexual, opinião política, entre outros aspectos), diversos autores têm apontado para recentes transformações nas expressões do racismo. Neste sentido, Katz, Wakenhut e Hass (1986) propuseram o conceito de “ambivalência racial”, Gaertner e Dovidio (1986) falaram de “racismo aversivo”, McConahay forjou o conceito de “racismo moderno” (1986) e Sears (1988) o de “racismo simbólico”. Todas estas aproximações apontam para novas e mais sofisticadas dimensões do racismo²¹⁶.

Da mesma maneira, Pettigrew e Meertens (1995) sugerem que a metamorfose deste fenómeno teria dado origem a uma nova forma de expressão do preconceito, mais subtil, assente em três componentes: a percepção do Outro como diferente do ponto de vista cultural, a avaliação das minorias com base na sua suposta rejeição ou inadaptação aos valores tradicionais da sociedade de acolhimento e, finalmente, a negação de emoções positivas em relação a essas mesmas minorias, principalmente quando comparadas com as maiorias dominantes. Segundo os autores, os racistas subtis «rejeitam as expressões cruas de racismo, contudo percebem as novas minorias como “pessoas à parte”, as quais violam os valores tradicionais e pelas quais não sentem qualquer tipo de simpatia ou admiração» (Meertens e Pettigrew, 1999: 23).

Considera-se esta distinção bastante útil para compreender a estrutura das atitudes de preconceito dos portugueses face às minorias, designadamente imigrantes. Não pretendemos, no entanto, proceder a uma verdadeira operacionalização da teoria destes autores; interessa-nos antes fazer uso da sua proposta para responder a questões como: existe preconceito, por parte dos portugueses, em relação aos imigrantes? Se sim, como se manifesta esse preconceito, que formas assume e que factores concorrem para

216 Para uma introdução a este tema, ver, por exemplo, Vala, Brito e Lopes (1999), ou Lima (2003).

a sua construção? Dirige-se o preconceito preferencialmente a determinados grupos de imigrantes? E, finalmente, em que medida o preconceito, nas suas cambiantes, mais ou menos manifestas, pode contribuir para explicar as atitudes face à imigração em Portugal?

Segundo Meertens e Pettigrew (1999), os “racistas flagrantes” são aqueles que manifestam atitudes hostis em relação aos imigrantes, seja em relação ao seu repatriamento seja em relação à restrição dos seus direitos. Importa, por isso, considerar neste estudo esta primeira – e mais clássica – dimensão do preconceito, ainda que a sua expressão seja abertamente sancionada, nas sociedades ocidentais (e, por isso, menos provável). Por isto mesmo, tais formas mais declaradas de racismo parecem-nos insuficientes para dar conta das zonas cinzentas das atitudes, que remetem para uma aceitação ambivalente, ou condicional, em relação às minorias imigrantes, o que explicaria, por exemplo, que alguém valorize o contributo dos imigrantes para a sociedade de acolhimento e, simultaneamente, defenda a sua repatriação em determinadas circunstâncias (Meertens e Pettigrew 1999: 23; vide Cap. 5). Por esse motivo, tomaremos a percepção da diferença cultural como uma das expressões possíveis de uma forma de preconceito em relação aos imigrantes mais subtil e que não está sujeita a sanção social.

A consideração desta segunda dimensão do preconceito não pretende, porém, subestimar a importância da primeira. O simples facto de alguns indivíduos continuarem a manifestar abertamente atitudes negativas em relação a membros de grupos minoritários deve tornar-nos atentos aos possíveis conflitos de atitudes. De facto, é importante que o estudo das novas formas de racismo não nos leve a assumir que as antigas já não existem, remetendo para uma perigosa invisibilidade um fenómeno cujas consequências continuam a afectar todos os que, por algum motivo, são percebidos, em determinado momento, pela maioria dominante, como diferentes.

1. A RELATIVA CONSOLIDAÇÃO DA NORMA ANTI-RACISTA

Tendo em conta o que ficou dito, os indicadores de racismo considerados neste estudo não são originais, encontrando-se o seu uso relativamente generalizado na literatura sobre o tema. No caso do preconceito declarado, ou das formas mais clássicas de racismo,

estes indicadores tentam operacionalizar este conceito a partir da aceitação ou rejeição da proximidade e da intimidade em relação ao Outro, neste caso, os imigrantes das três principais proveniências territoriais representadas em Portugal: Africanos, Brasileiros e do Leste europeu.

O preconceito foi medido indirectamente através de quatro questões-cenário. A primeira, relativa às relações de trabalho, inquiria sobre se os respondentes aceitariam ter como chefe um imigrante de um dos três grupos considerados. A segunda, relativa à educação das crianças, tinha como objectivo saber se os portugueses colocariam os seus filhos numa escola onde os filhos de imigrantes estivessem em maioria. A terceira, relativa à conhecida medida de rejeição da intimidade, perguntava aos inquiridos se se sentiriam incomodados se um(a) filho/a (ou irmão/ã) casasse com um imigrante. Finalmente, a quarta, replicando a medida de distância social usada em diversos estudos internacionais, nomeadamente com objectivos comparativos (vg. European Values Survey), perguntava se, em caso de poderem escolher, aceitariam ter como vizinhos um conjunto alargado de categorias socialmente estigmatizadas, entre as quais imigrantes africanos, brasileiros e de Leste.

Alguns destes indicadores têm, ainda, sido usados em diversos estudos, entre os quais o Eurobarómetro (Thalhamer et. al., 2001), o European Social Survey ou o European Values Survey. Foram igualmente utilizados no estudo anterior por nós realizado (Lages e Policarpo, 2003), sendo, por isso, possível estabelecer comparações com tais dados em termos de uma eventual mudança das atitudes sociais a este respeito, ainda que deva ser feita com reservas, devido a alguns pormenores metodológicos relativos à formulação das questões, das escalas de medida ou do seu lugar no questionário, como oportunamente se especificará.

O principal aspecto que ressalta do estudo destes indicadores de racismo declarado é que a grande maioria dos inquiridos revela atitudes de aceitação dos estrangeiros. Trata-se de um resultado previsível, num contexto social em que, como se afirmou, a xenofobia e o racismo declarado têm vindo a ser vilipendiados. Segundo a ideologia corrente, a uma nação que deu «novos mundos ao mundo» e que sempre se orgulhou da miscigenação

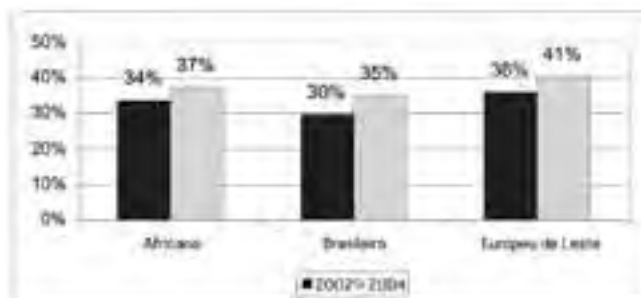
conduzida em tempos de colonização e dos “brandos costumes” que nos “caracterizam”, não ficaria bem ser racista, não só em termos de percepção de si como de comportamentos efectivos perante o diferente.

No entanto, chama-nos a atenção o facto de um pouco mais de um terço dos inquiridos ter respondido que não aceitaria ter como chefe um imigrante e que não colocaria os seus filhos numa escola com muitos imigrantes. Vejamos, pois, alguns aspectos que merecem ser destacados e ser alvo de uma reflexão mais aprofundada.

Por um lado, das três origens territoriais consideradas, os imigrantes de Leste e os imigrantes africanos são aqueles em relação aos quais um maior número de inquiridos respondeu negativamente, ou seja, em relação aos quais podemos suspeitar da existência de uma maior rejeição.

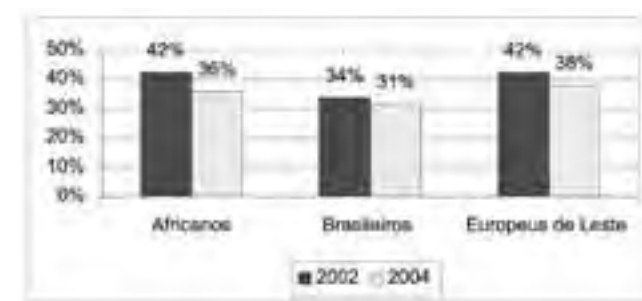
Por outro lado, quando comparados com os dados de 2002, estes resultados revelam uma ligeira subida da percentagem de inquiridos que rejeitam a ideia de proximidade nas relações de trabalho, em relação a qualquer uma das origens nacionais consideradas. Estas duas tendências são bem visíveis na figura que se segue.

Gráfico 114. Percentagem de inquiridos que não responderam ‘Sim’ à pergunta ‘Aceitaria ter como chefe um imigrante...?’, nas sondagens de 2002 e de 2004



Pelo contrário, verifica-se uma ligeira descida da percentagem de portugueses que não responderam afirmativamente perante o cenário de colocar os seus filhos numa escola em que os filhos de imigrantes fossem mais de metade.

Gráfico 115. Percentagem de inquiridos que não responderam ‘Sim’ à pergunta ‘Colocaria os seus filhos numa escola em que os filhos de imigrantes [...] fossem mais de metade?’, nas sondagens de 2002 e de 2004



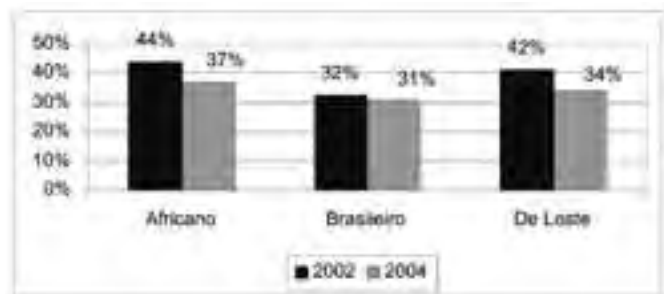
Os dados relativos à rejeição de intimidade revelam alguma complexidade em relação aos anteriores. Embora a maioria dos inquiridos tenha declarado não se sentir nada incomodada com o cenário proposto, a soma das primeiras três categorias (‘muito incomodado’, ‘incomodado’ e ‘pouco incomodado’), todas elas reportando-se a algum grau de desconforto, mostra que um pouco mais de um terço dos inquiridos declara sentir-se de alguma forma incomodado no caso de um familiar directo (filho ou irmão) casar com um imigrante africano, brasileiro ou de Leste. Esta diferença é ligeiramente maior em relação aos africanos.

Tabela 68. Rejeição da intimidade: percentagens válidas (2004)

Como se sentiria se um filho seu casasse com um imigrante...	Africano	Brasileiro	De Leste
Muito incomodado	8,4	4,7	7,2
Incomodado	11,3	8,1	9,2
Pouco incomodado	17,4	18,0	17,8
Nada incomodado	63,0	69,2	65,9
Total	100,0	100,0	100,0
N	1463	1463	1450

Se compararmos estes dados com os de 2002 (Gráfico 116), em que, na categoria 'incomodado' estão juntas todas as gradações de incómodo constantes do inquérito, segundo a definição acima, notamos que, em geral, esse sentimento é menos expresso em 2004 do que em 2002, sobretudo em relação aos africanos e aos imigrantes de Leste. A implícita rejeição da intimidade relativamente a estes grupos quase está uniformizada com os brasileiros, os quais possivelmente representariam o máximo possível, nas actuais circunstâncias, da aceitação do diferente. De facto, enquanto, em 2002, a diferença entre os africanos e de Leste, por um lado, e os brasileiros, por outro, era de 12 e 10 pontos percentuais, agora reduzem-se a 6 e 3 pontos, respectivamente.

Gráfico 116. Percentagem de inquiridos que declararam sentir-se incomodados relativamente à pergunta 'Como se sentiria se um filho (irmão) seu casasse com um imigrante?', nas sondagens de 2002 e de 2004

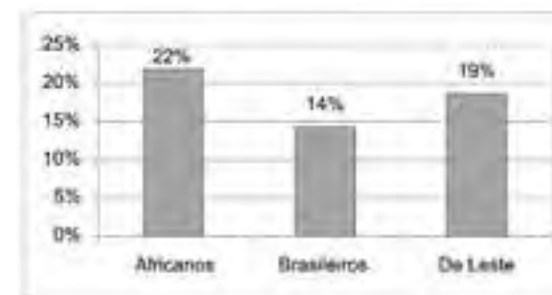


Uma das possíveis justificações para esta aceitação acrescida das minorias imigrantes pode estar relacionada com o seu maior tempo de convivência com população autóctone, convivência essa que diminuiria o distanciamento entre ambas e, conseqüentemente, o preconceito. Mas esta diminuição da distância também aponta para um fenómeno de consolidação da norma anti-racista e anti-discriminatória, com progressiva interiorização das atitudes socialmente aceites. Neste sentido, indicadores da rejeição da intimidade, como o que aqui foi utilizado, tornar-se-iam cada vez menos eficazes para medir o racismo.

A única excepção à conformação com a norma refere-se, como vimos, ao cenário de ter como chefe um imigrante, o que é interessante se pensarmos que aumentou também, de 2002 para 2004, a percentagem de inquiridos que pensam que 'os imigrantes trabalham mais do que os portugueses' ou que 'no futuro os imigrantes vão ocupar lugares de maior importância que muitos portugueses' (cf. Tabela 61).

Finalmente, no que respeita à medida de aceitação/rejeição da proximidade em relação a grupos socialmente estigmatizados²¹⁷, verifica-se que apenas menos de um em cada cinco inquiridos declararam abertamente que não aceitavam ser vizinhos de imigrantes brasileiros ou de Leste. Como se pode observar no Gráfico 117, os imigrantes africanos surgem destacados negativamente nas avaliações dos portugueses inquiridos, nomeadamente por comparação com os imigrantes brasileiros.

Gráfico 117. Percentagens de respostas não à pergunta 'Se dependesse de si, aceitava ser vizinho de...?': percentagens válidas (2004)



Uma vez que todos estes indicadores exprimem uma dimensão mais declarada de racismo, quer através de aspectos que tentam medir as atitudes face ao contacto pessoal com os imigrantes (variáveis ‘chefe imigrante’, ‘filhos em escolas de imigrantes’ e ‘casamento com imigrante’) quer através da medida de distância social em relação a grupos socialmente estigmatizados, podem ser reunidos numa única medida de racismo²¹⁸, que usaremos nas análises que se seguem.

217 Esta pergunta tem sido incluída em estudos internacionais, como o European Values Survey, embora frequentemente apareça formulada na negativa, i.e., “Se dependesse de si, quais destes grupos não gostaria de ter como vizinhos?” Uma vez que a formulação negativa das perguntas traz dificuldades à implementação do inquérito, nomeadamente no que respeita à correcta interpretação da questão, resolveu-se no presente trabalho formulá-la positivamente. Esta alteração compromete, no entanto, a comparação directa dos resultados com os desses mesmos inquéritos internacionais.

218 A associação entre as variáveis revelou-se significativa: p de Spearman significativo a $p < 0,01$; $\alpha = 0,72$. Este Índice de Racismo varia entre 0 e 12; o seu valor médio é 3,7 e, quanto mais alto uma pessoa pontuar na escala, tanto mais poderemos considerá-la aberta e manifestamente racista.

2. A PERCEÇÃO E EXAGERO DAS DIFERENÇAS CULTURAIS

A percepção do Outro como diferente do ponto de vista cultural tem sido considerada como um indicador possível das transformações na expressão das atitudes racistas. Segundo vários autores, estas traduziriam uma transferência no processo de diferenciação relativamente a aspectos relacionados com a cultura, em detrimento de aspectos fenotípicos (como a cor da pele) ou genotípicos (como a raça). A este respeito, Pettigrew e Meertens (1995) propuseram o conceito de racismo subtil, testado em Portugal por Vala, Brito e Lopes (1999). Pettigrew e Meertens propõem uma escala de 10 itens para medir aquilo a que chamam uma “teoria do racismo subtil”, de que fazem parte três componentes: a defesa de valores tradicionais (as minorias violariam os valores tradicionais das maiorias dominantes); o exagero das diferenças culturais (as desvantagens das minorias seriam atribuídas à sua grande diferença em relação às maiorias dominantes, em termos culturais); e a negação de emoções positivas em relação aos membros dessas minorias. Estes três componentes ou dimensões partilham entre si o facto de serem socialmente aceites, por se enquadrarem nas normas de comportamento aceitável nas sociedades ocidentais, facto de onde derivaria a sua natureza “encoberta” ou subtil.

Parece-nos que esta abordagem das formas não declaradas de preconceito é essencial para compreender as atitudes em relação aos imigrantes a viver entre nós, principalmente num contexto em que as normas de comportamento socialmente aceitáveis, “politicamente correctas”, cada vez mais pressionam os indivíduos a dar uma imagem de si mesmos como igualitários ou, pelo menos, não discriminatórios. Não sendo nossa intenção, como foi referido atrás, proceder a um teste do conceito de racismo subtil, interessa-nos, ainda assim, compreender em que medida uma das suas importantes componentes – a percepção e exagero das diferenças culturais – pode estar relacionada com a maior ou menor aceitação dos imigrantes no nosso país. Mais especificamente, pretendemos compreender as cambiantes que este aspecto assume em relação aos três grandes grupos de imigrantes presentes em Portugal: africanos, brasileiros e do Leste da Europa.

Tomar a percepção da diferença cultural como indicador de preconceito encontra, porém, resistências, quer por parte do senso comum quer mesmo no seio da comunidade científica. Afinal, se as diferenças culturais existem mesmo (e negá-las pode, até, ser interpretado como uma tendência hegemónica de uniformização cultural, com base nos critérios das maiorias), por que razão a sua simples constatação deve ser interpretada como uma forma de preconceito?

Entre os estudiosos, esta questão tem suscitado algum debate. Num artigo publicado em 2001, Coenders *et al.* reanalisam os dados usados por Pettigrew e Meertens para propor a sua teoria do racismo subtil e declaram que, usando métodos de análise de dados diferentes dos destes autores, chegam a duas escalas diferentes: uma que pode ser relacionada com o racismo tradicional; uma segunda que respeita à percepção da diferença cultural. Segundo Coenders *et al.*, esta última não corresponderia propriamente a uma dimensão do racismo, por estar pouco relacionada com o racismo tradicional e nem revelar as mesmas variáveis preditoras nem um poder explicativo semelhante. Por outro lado, se as diferenças culturais existem mesmo, a identificação “correcta” dessas diferenças é um acto “realista” e não deve ser tomada como uma expressão do preconceito. Para poder ser considerada como tal, seria necessário captar não tanto a *percepção* dessa diferença cultural mas principalmente a sua *avaliação* (Coenders *et al.*, 2001: 288).

Na sua resposta a este artigo, os autores da teoria do racismo subtil voltam a sublinhar a importância de considerar as três componentes para conseguir captar essa dimensão encoberta do preconceito (defesa de valores tradicionais, exagero das diferenças culturais e negação das emoções positivas). Para eles, o fraco poder explicativo da escala de percepção da diferença cultural, assim como o facto de esta estar pouco correlacionada e não ter as mesmas variáveis predictoras que o racismo tradicional, poderiam dever-se à utilização de apenas uma dessas dimensões (Pettigrew e Meertens, 2001). Mais ainda, dizendo que a crítica à sua proposta se deve à ausência de uma teoria que conduzisse a análise empírica dos dados, por parte dos seus críticos, Pettigrew e Meertens defendem a percepção da diferença cultural como indicador de preconceito, apoiando-se numa longa tradição teórica, mas também empírica e experimental, da Psicologia Social (v.g. os estudos de Rokeach sobre a dissemelhança de crenças, 1960). Reafirmam assim o que tinham dito no artigo original de 1995: «Estas diferenças [culturais] são muitas vezes genuínas; mas o preconceito subtil exagera-as através de estereótipos grosseiros.» (Pettigrew e Meertens, 1995: 58). Mais ainda, apoiando-se no pensamento de Rokeach, defendem que, ao contrário do igualitarismo, o preconceito subtil se concentra e coloca o acento nessa diferença, *exagerando-a* (por exemplo, quando um indivíduo prefere responder, em relação aos imigrantes, que estes são ‘muito diferentes’, no que respeita aos seus usos e costumes, em vez de ‘nada diferentes’ ou ‘um pouco diferentes’).

É precisamente este aspecto que consideramos importante ter em conta, no presente estudo, para melhor compreender as atitudes face aos imigrantes. Assumindo parcialmente o argumento de Pettigrew e Meertens, consideramos que o exagero das diferenças culturais pode constituir um indicador de preconceito não declarado. No entanto, dizemos “parcialmente” na medida em que, para os autores, apenas a consideração conjunta das três componentes atrás referidas permite captar o preconceito subtil. É por essa razão que a nossa análise se dirige exclusivamente à percepção e exagero da diferença cultural e não ao preconceito subtil.

No trabalho realizado em 2002, cujos dados têm vindo a ser alvo de comparação com os da presente investigação, a percepção da diferença cultural foi operacionalizada a partir de uma pergunta em que se pedia aos inquiridos que avaliassem em que medida

consideravam os imigrantes diferentes dos portugueses, relativamente a cinco itens. A Tabela 69 apresenta os valores médios das classificações dos inquiridos em relação a cada um dos itens e a cada um dos três grupos de imigrantes considerados. Na escala utilizada, os valores variavam entre 1 (‘muito semelhantes’) e 4 (‘muito diferentes’). Assim, na tabela, os valores médios mais altos indicam maior atribuição de diferenças culturais aos imigrantes.

Tabela 69. Percepção das diferenças culturais: média das classificações (2002)

Se comparar os imigrantes Africanos/Brasileiros/de Leste com os portugueses, considera-os muito diferentes, um pouco diferentes, um pouco semelhantes ou muito semelhantes no que respeita a...	Africanos		Brasileiros		De Leste	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Maneira como educam os filhos	2,96	0,98	2,35	0,99	3,10	0,97
Crenças e práticas religiosas	2,91	0,96	2,42	1,01	3,22	0,88
Valores e comportamentos sexuais	2,69	1,04	2,36	1,02	2,77	1,10
Língua que falam	2,80	1,04	1,61	0,86	3,80	0,54
Usos e costumes	3,18	0,85	2,29	0,97	3,37	0,80

A leitura destes valores revela que os imigrantes de Leste, seguidos dos africanos, foram aqueles que os portugueses consideraram, em 2002, como mais diferentes: em relação a todos os itens contemplados, mais de metade dos respondentes consideraram estes imigrantes como ‘um pouco’ ou ‘muito diferentes’ dos portugueses. No que respeita aos imigrantes brasileiros, a tendência vai no sentido de os considerar mais semelhantes aos portugueses do que quaisquer outros. Mas o padrão desenhado é algo ambivalente, já que os respondentes os consideram quer um pouco semelhantes quer um pouco diferentes.

Finalmente, é de salientar que, em 2002, se verificou uma percentagem elevada de não-respostas, principalmente em relação a indicadores como 'valores e comportamentos sexuais' e 'usos e costumes'. Pelo menos um em cada quatro inquiridos não conseguiu ou não quis posicionar-se a respeito destas questões. Em alguns casos, essa percentagem ascendeu a mais de 50%, sendo a respeito dos do Leste da Europa que maior percentagem de portugueses não respondeu (mais de 60%, no item relativo aos 'valores e práticas sexuais').

No estudo de 2004, esta dimensão do preconceito, enquanto percepção das diferenças culturais, foi operacionalizada apenas a partir de dois aspectos: 'maneira como educam os filhos' e 'usos e costumes'. A pergunta foi feita em relação aos três grupos de imigrantes em estudo. A Tabela 70 apresenta a classificação média dos inquiridos dos três grupos de imigrantes em relação a cada um dos indicadores de percepção da diferença cultural previstos. Na escala utilizada em 2004, os valores variavam entre 1 (Muito diferentes) e 3 (Nada diferentes), mas foram recodificados para 1 (Nada diferentes), 2 (Um pouco diferentes) e 3 (Muito diferentes), de modo que valores médios mais altos indicam, agora, maior atribuição de diferenças culturais aos imigrantes.

Tabela 70. Percepção da diferença cultural: média das classificações (2004)

'Se comparar os imigrantes Africanos/Brasileiros/de Leste com os portugueses, considera-os muito, um pouco ou nada diferentes no que respeita a...'	1 (Nada diferentes) a 3 (Muito diferentes)					
	Africanos		Brasileiros		De Leste	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Maneira como educam os filhos	2,22	0,72	1,95	0,69	2,23	0,70
Usos e costumes	2,37	0,66	2,03	0,67	2,31	0,67

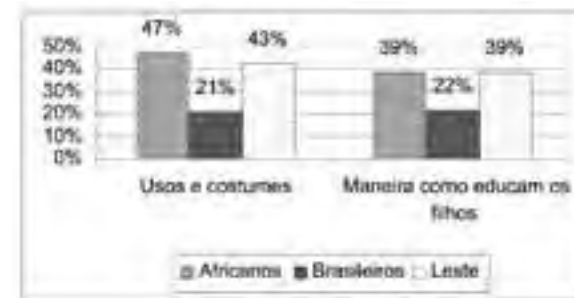
Verifica-se mais uma vez que os imigrantes africanos e do Leste europeu são aqueles que os portugueses avaliam como mais diferentes, estando ambos muito próximos nas representações destes a respeito da atribuição de diferenças culturais. Num sentido inverso, os imigrantes brasileiros surgem como os mais semelhantes aos portugueses. Uma vez que, como vimos, é o excesso na afirmação das diferenças que tomamos como indicador do preconceito, é interessante agregar estas respostas opondo todos os que consideram

os imigrantes 'nada diferentes' e 'um pouco diferentes' aos que simplesmente os consideram 'muito diferentes'.

Os resultados dizem que uma percentagem considerável de inquiridos considera os imigrantes 'muito diferentes' dos portugueses, no que respeita quer à maneira como eles educam os filhos quer aos seus usos e costumes, o que aponta para um exagero das referidas diferenças. Note-se, ainda, que esse exagero das diferenças percebidas é maior no caso dos imigrantes africanos, no que respeita aos usos e costumes, apesar de este ser o grupo que vive entre nós há mais tempo, o que poderia ter contribuído para o esbatimento delas.

Por outro lado, na avaliação da maneira como os imigrantes africanos e de Leste educam os filhos, não se notam diferenças entre os inquiridos que mais os diferenciam culturalmente dos portugueses e aqueles que tendem a fazê-lo menos. No entanto, os imigrantes brasileiros distanciam-se claramente destes dois grupos, em ambos os indicadores.

Gráfico 118. Percepção da diferença cultural: percentagem de inquiridos que considera os imigrantes 'muito diferentes', na sondagem de 2004



Deste modo, a identificação do Outro como culturalmente diferente, em relação ao Nós, não implicou entre os portugueses inquiridos um encobrimento das suas posições, talvez por ser percebida como socialmente aceitável. Ao contrário do que acontece com as posições percebidas como abertamente racistas, o facto da afirmação da diferença cultural não contrariar a norma que proíbe a discriminação das minorias não obriga ao seu encobrimento (Meertens e Pettigrew, 1999: 25).

É, pois, possível proceder à construção de uma nova variável que exprima o preconceito em relação aos imigrantes – entendido enquanto percepção desses imigrantes como diferentes da sociedade de acolhimento, no que se refere aos aspectos culturais inquiridos – com base na soma das médias dos inquiridos aos dois indicadores mencionados, para todos os grupos em geral; e para cada um dos grupos, em particular. Os seus valores variam entre 1 (nada diferentes) e 3 (muito diferentes) e o seu ponto médio é 2, podendo esta medida ser entendida como uma aproximação às expressões mais subtis do preconceito em relação aos imigrantes e ser tomada como variável, quer dependente quer independente, nas análises que se seguem.

O mesmo tipo de tratamento pode ser utilizado a respeito da percepção que os portugueses fazem dos diversos grupos de imigrantes, de forma a saber se ela é diferenciada em função da proveniência dos imigrantes, no que respeita às medidas de preconceito.

Com base nestes dois indicadores, constituiu-se a Tabela 71, onde se vê que, no que se refere à medida de racismo, os respondentes registaram classificações médias mais elevadas na nova variável em relação aos africanos e aos imigrantes de Leste quando comparados com os brasileiros. As suas diferenças em relação a estes são sensivelmente as mesmas. Resultados semelhantes são os que se encontram na mesma tabela relativamente ao índice de percepção da diferença cultural. Mas as diferenças entre africanos e de Leste, por um lado, e brasileiros, por outro, são mais pronunciadas. Como é obvio, as diferenças relativas aos imigrantes africanos e de Leste não são significativas.

Tabela 71. Diferenças na classificação média dos inquiridos nas medidas de preconceito

	Diferença de Médias	Desvio-Padrão	T	Sig.
Índice de racismo				
Africanos/Brasileiros	0,20	0,02	8,85	0,00
Africanos/Leste	0,00	0,02	0,19	0,853
Brasileiros/Leste	-0,19	0,02	-9,51	0,00
Índice de percepção da diferença cultural				
Africanos/Brasileiros	0,31	0,63	17,58	0,00
Africanos/Leste	0,03	0,64	1,35	0,176
Brasileiros/Leste	-0,26	0,60	-15,06	0,00

Os dados mostram, pois, com clareza que é maior o preconceito dos portugueses em relação aos imigrantes africanos e da Europa de Leste do que relativamente aos brasileiros, no que respeita quer ao racismo quer à percepção da diferença cultural.

3. PREDITORES DO PRECONCEITO

Tentamos em seguida explorar os factores que podem ajudar a compreender o preconceito em relação aos imigrantes (seja na sua dimensão mais declarada seja entendido como percepção da diferença cultural), nomeadamente as características sociodemográficas dos inquiridos (sexo, instrução, idade), os seus valores sociopolíticos, os factores socioeconómicos (como a precariedade na situação de emprego ou o sentimento subjectivo de insegurança económica) e, ainda, outras variáveis relacionadas com o tema em estudo, como a experiência (pessoal ou indirecta²¹⁹) de emigração.

Em termos gerais, pode-se dizer que a relação entre cada um dos referidos factores explicativos e as medidas construídas de preconceito em relação aos imigrantes (Índice de Racismo e Índice de Percepção da Diferença Cultural) revelou algumas regularidades, como se passa a explicar em detalhe.

No que respeita às variáveis sociodemográficas, o sexo não revelou relações estatisticamente significativas com as variáveis dependentes em causa, com excepção de uma ligeira tendência para um maior sentimento racista entre os homens, em relação aos brasileiros.²²⁰

Quanto à idade, verifica-se que, à medida que esta aumenta, aumenta igualmente a tendência dos indivíduos para manifestar atitudes racistas, indicando que os mais velhos manifestam mais preconceito.²²¹ Pelo contrário, no que respeita à percepção da diferença cultural, verifica-se que esta diminuiu à medida que aumenta a idade, para o caso dos imigrantes em geral e também no caso dos brasileiros.²²² Contudo, não se verificam correlações significativas em relação aos imigrantes africanos e de Leste.

219 Considera-se como "experiência indirecta" de emigração a existência de pelo menos um familiar emigrante.

220 $F(1,1506) = 6,42$; $p = 0,01$.

221 ρ de Spearman $p < 0,01$.

222 r de Pearson $p < 0,01$.

A cor da pele do inquirido foi, igualmente, considerada na análise, manifestando-se uma tendência por parte dos brancos a manifestarem mais atitudes racistas que os não brancos, o que, porém, só ocorre em relação aos imigrantes africanos.²²³ Esta variável não exerce influência sobre a medida de percepção da diferença cultural.

No que diz respeito às características da zona onde reside o inquirido e onde o inquirido foi realizado, verifica-se que os inquiridos alentejanos tendem a manifestar mais atitudes racistas em relação aos imigrantes de Leste do que os nortenhos e os habitantes da região de Lisboa e Vale do Tejo (regiões NUT).²²⁴ O mesmo se pode afirmar em relação aos inquiridos que residem em meio rural, por oposição aos que vivem em meio urbano, em relação aos imigrantes em geral, africanos, brasileiros e de Leste.²²⁵ No entanto, estas duas variáveis não exercem efeito sobre a medida de percepção da diferença cultural.

Em termos de *variáveis socioeconómicas* e culturais, no que respeita à *instrução*, verifica-se que, à medida que esta aumenta, diminui a tendência para que os indivíduos manifestem atitudes racistas, sendo os menos instruídos os mais preconceituosos. No entanto, no que respeita à percepção cultural, a tendência é inversa (e inesperada): aumenta a tendência para considerar os imigrantes em geral e os imigrantes brasileiros mais diferentes à medida que aumenta a instrução.²²⁶ Já no caso dos imigrantes africanos, essa

relação é mais ténue. E em relação aos imigrantes de Leste os resultados não são significativos. Não se deve esquecer na interpretação destes dados que existe alguma relação entre a idade e a instrução, na medida em que os indivíduos mais novos têm níveis de instrução mais elevados.

Quanto ao *rendimento*, à medida que este aumenta diminui a tendência para a manifestação de atitudes racistas.²²⁷ No entanto, o contrário acontece em relação à percepção da diferença cultural: à medida que o rendimento aumenta também a percepção da diferença cultural em relação aos imigrantes em geral e aos imigrantes brasileiros.²²⁸ Porém, esta relação não se revela significativa relativamente aos imigrantes africanos e aos de Leste.

223 $F(1, 1538) = 12,54$; $p < 0,00$.

224 $F(4,1537) = 4,065$; $p < 0,00$. Post-Hoc test $p < 0,05$.

225 Respectivamente: $F(1, 1537) = 7,825$; $p < 0,01$; $F(1, 1537) = 8,960$; $p < 0,00$; $F(1, 1537) = 6,055$; $p = 0,014$; $F(1, 1537) = 5,141$; $p = 0,024$.

226 r de Pearson: $p < 0,01$.

227 r de Pearson: $p < 0,01$.

228 r de Pearson: $p < 0,01$.

No que respeita às *variáveis económicas*, verifica-se uma relação bastante ténue entre a insegurança económica objectiva e o racismo em relação aos imigrantes em geral, aos africanos e aos brasileiros²²⁹. São principalmente os indivíduos que passaram, no último ano, pela experiência do desemprego que menos tendem a manifestar atitudes racistas. Por outro lado, quanto mais negativamente os inquiridos percebem a sua situação económica futura menos consideram culturalmente diferentes os imigrantes em geral, brasileiros e de Leste²³⁰. Note-se que existe, também, uma relação entre esta percepção subjectiva e o rendimento auferido, na medida em que, quanto maior o rendimento, tanto mais os inquiridos tendem a avaliar a sua situação económica como ‘muito boa’ ou ‘boa’.

No que respeita à *posição religiosa*, nota-se que os inquiridos que se identificaram com alguma religião manifestam mais atitudes racistas em relação aos imigrantes em geral, assim como relativamente a cada um dos grupos em estudo.²³¹ Porém, esta variável não apresenta relação significativa com a medida de percepção da diferença cultural.

As *variáveis sociopolíticas* revelam, porém, as relações mais interessantes, estatisticamente significativas, com a medida de racismo. Tem atitudes mais racistas quem defende valores materiais,²³² quem se situa à direita no espectro político²³³ e defende os valores da autoridade.²³⁴ Do mesmo modo, manifestam menos atitudes racistas os indivíduos que consideram que se deve ‘garantir a todos as mesmas oportunidades’²³⁵, ao contrário de quem pensa que se deve ‘compensar melhor os que mais trabalham’²³⁶ e ‘proteger os mais desfavorecidos’²³⁷. No entanto, este tipo de valores não exerce efeito sobre a medida de percepção da diferença cultural.

229 ρ de Spearman: $p < 0,05$.

230 r de Pearson: $p < 0,01$, excepto no caso dos imigrantes de Leste, em que $p < 0,05$.

231 Respectivamente: $F(1,1507) = 27,76$, $p < 0,00$; $F(1,1507) = 31,12$, $p < 0,00$; $F(1,1507) = 10,46$; $p = 0,05$; $F(1,1507) = 31,79$, $p < 0,00$.

232 Em relação aos imigrantes em geral: $F(2,1357) = 15,16$, $p < 0,00$. Africanos: $F(2,1357) = 18,29$, $p < 0,00$. Brasileiros (2,1357) = 10,13, $p < 0,00$. Leste(2,1357) = 10,99, $p < 0,00$.

233 ρ de Spearman: $p < 0,01$. Imigrantes em geral: $F(4,970) = 9,792$, $p < 0,00$. Africanos: $F(4,970) = 11,832$, $p < 0,00$. Brasileiros: $F(4,970) = 5,335$, $p < 0,00$. Leste: $F(4,970) = 8,568$, $p < 0,00$.

234 ρ de Pearson $p < 0,01$.

235 V.g. “Para reduzir a criminalidade são necessários mais polícias e penas mais duras” e “O respeito pela autoridade é o mais importante dos valores”.

Imigrantes em geral: $F(1,1422) = 51,885$, $p < 0,00$. Africanos: $F(1,1422) = 58,635$; $p < 0,00$. Brasileiros: $F(1,1422) = 34,759$; $p < 0,00$. Leste: $F(1,1422) = 39,122$; $p < 0,00$.

236 Imigrantes em geral: $F(1,1422) = 44,207$; $p < 0,00$. Africanos: $F(1,1422) = 36,834$; $p < 0,00$. Brasileiros: $F(1,1422) = 39,054$; $p < 0,00$. Leste: $F(1,1422) = 36,793$; $p < 0,00$.

237 Imigrantes em geral: $F(1,1422) = 4,710$; $p = 0,030$. Africanos: $F(1,1422) = 4,996$; $p = 0,026$. Brasileiros: n.s. . Leste: $F(1,1422) = 7,062$; $p < 0,01$.

No que respeita às variáveis interpessoais, o número de contactos pessoais com imigrantes revela uma correlação positiva com a medida de racismo, tendendo o preconceito a ser menor entre os indivíduos com maior número de contactos pessoais com imigrantes²³⁸. Esta relação não se verifica relativamente à percepção da diferença cultural dos imigrantes.

Teve-se também em conta, como possível variável preditora do preconceito, o *número de filhos em idade escolar*, na medida em que uma das perguntas inquiria acerca das atitudes dos respondentes portugueses a respeito de ter os filhos em escolas com maioria de imigrantes. No entanto, esta variável não revelou qualquer relação estatisticamente significativa com as medidas de preconceito consideradas.

A *experiência da emigração* também só revelou relações significativas com a medida de racismo em relação aos imigrantes brasileiros, tendendo os indivíduos com história de emigração para valores mais baixos neste índice²³⁹. Contudo, o facto de ter um familiar próximo emigrante está relacionado significativamente com as duas medidas de preconceito (à excepção da diferença cultural em relação aos africanos e aos brasileiros): os familiares de emigrantes manifestam menos atitudes racistas em relação aos imigrantes em geral, africanos, brasileiros e de Leste²⁴⁰, assim como tendem a perceber como culturalmente diferentes os imigrantes em geral e de Leste²⁴¹.

Também o grau de *satisfação com a vida* pode ter influência no preconceito em relação aos imigrantes. Segundo a teoria do bode expiatório, a frustração seria a primeira causa da agressividade, podendo ser desviada da sua causa primária e concentrada num substituto (Dollard et al., 1939; Adorno et al., 1950, citados por Echabe, 1997). Neste sentido, o grau de insatisfação com a vida pode constituir uma medida indirecta dessa frustração. No entanto, não se verificou qualquer relação significativa entre esta variável e as duas medidas de preconceito.

238 r de Pearson $<0,01$.

239 $F(1, 1524) = 4,806$; $p = 0,024$.

240 Respectivamente:

$F(1,1519) = 22,565$;

$p < 0,00$; $F(1,1519) =$

$15,932$; $p < 0,00$;

$F(1,1519) = 25,142$;

$p < 0,00$; $F(1,1519) =$

$17,612$; $p < 0,00$.

241 Respectivamente:

$F(1,1424) = 4,279$;

$p = 0,039$; $F(1,1424) =$

$6,833$; $p < 0,01$.

No que respeita aos valores individuais, têm atitudes mais racistas os indivíduos que dão menos importância a 'gozar a vida' e 'sentir-se bem consigo mesmo'²⁴², o que em certa medida contradiz o que era de esperar. Estes valores não parecem influenciar, porém, a percepção da diferença cultural. Em sentido inverso, os indivíduos que dão menos importância a 'ajudar os necessitados' têm valores mais elevados em ambas as medidas de preconceito²⁴³, enquanto os indivíduos que dão menos importância a 'dedicar a vida aos outros' têm valores mais elevados na medida de percepção da diferença cultural.²⁴⁴

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir destas análises e reflexões, o modelo que iremos testar comporta quatro grandes grupos de variáveis, três dos quais acabámos de descrever. O quarto grupo de variáveis explicativas é constituído pelos estereótipos em relação aos imigrantes, explorados no capítulo anterior. Parte-se da hipótese de que, quanto mais estereótipos os indivíduos partilharem a respeito de um grupo – neste caso, os imigrantes – mais tenderão para o preconceito em relação a esse grupo.

Preditores do racismo

A tabela que se segue apresenta-nos os coeficientes normalizados das análises de regressão linear múltipla realizadas, tendo como variáveis dependentes os índices de preconceito construídos a partir das variáveis atrás descritas.²⁴⁵ Enquanto preditores, foram introduzidos quatro grandes grupos de variáveis: sociodemográficas e situação económica (objectiva e/ou subjectiva), interpessoais, valores sociais e políticos, e estereótipos. No que respeita às variáveis sociodemográficas, incluíram-se: a dimensão do habitat (rural vs. urbana), a cor da pele do inquirido (outros vs. branco), a idade, a escolaridade, o rendimento e a posição religiosa (sem religião vs. com religião). Nas variáveis interpessoais, contam-se o facto de ter sido emigrante, de ter um familiar emigrante e o número de contactos pessoais com

242 ρ de Spearman: $p < 0,01$ para todos os casos, excepto em relação aos imigrantes de Leste, em que $p < 0,05$.

243 ρ de Spearman: $p < 0,01$.

244 ρ de Spearman: $p < 0,01$, excepto em relação aos imigrantes brasileiros, em que $p < 0,05$.

245 As análises foram realizadas utilizando o método forward. Na Tabela 72, só são apresentados os resultados do último modelo obtido.

os imigrantes. Quanto aos valores sociopolíticos, foram incluídos valores materiais²⁴⁶, ‘garantir a todos as mesmas oportunidades’, ‘compensar melhor os que mais trabalham’, ‘proteger os mais desfavorecidos’, o posicionamento político (esquerda-direita), ‘gozar a vida’, ‘sentir-se bem consigo mesmo’, ‘ajudar os necessitados’ e um índice que exprime a concordância dos inquiridos com valores de autoridade. No que respeita aos estereótipos, nomeadamente positivos, foram consideradas separadamente as dimensões da simpatia, competência e rectidão, identificadas em capítulo anterior. Foi também incluída uma variável que exprime a associação dos imigrantes ao crime. Finalmente, foi ainda incluída como variável independente a situação económica, objectiva e subjectiva. No

entanto, e uma vez que estas variáveis não se relacionam todas, como vimos, com as quatro variáveis dependentes, em cada uma das quatro análises só foram incluídas aquelas que haviam, previamente, revelado relação significativa com a respectiva variável dependente.

246 Esta variável pode assumir os seguintes valores: 1 (Valores Pós-Materiais), 2 (Mistos) e 3 (Valores Materiais).

Verifica-se que as variáveis que se revelam mais importantes na predição do preconceito declarado são as relações pessoais com imigrantes, a estereotipização e os valores sociopolíticos.

Tabela 72. Racismo em relação aos imigrantes: análises de regressão linear múltipla

Regressão Linear Múltipla	Índice de Racismo em relação aos imigrantes (Coeficientes normalizados)			
	Em geral	Africanos	Brasileiros	Leste
Variáveis Explicativas				
Sexo (M=0; F=1)			-0.073*	
Grau de instrução			-0.069*	
Religião (sim)		0.074*		0.078*
Familiar emigrante (sim)	-0.068*		-0.079*	0.066*
Contacto interpersoal entre imigrantes e portugueses	-0.138***	-0.138	-0.138***	-0.125***
Valores materiais		0.067*		
«Ajudar os necessitados»		-0.064*		-0.075*

«Garantir a todos as mesmas oportunidades»	-0.115***	-0.108***	-0.070	-0.070*
«Compensar melhor os que mais trabalham»			0.084*	0.074*
Posicionamento político (Esquerda-Direita)	0.151***	0.123***	0.110***	0.128***
Valores de autoridade	0.069*			0.070*
Simpatia	-0.159***	-0.166***	-0.104**	-0.148***
Competência	-0.132**		-0.127***	-0.133***
Rectidão	-0.110*	-0.172***	-0.116**	-0.131**
Imigrantes e crime	0.078*	0.098**		
Variância explicada:	22%	21%	16%	22%

*p<0,05 **p<0,01 ***p<0,001; Método Forward; Missing Pairwise

Quando se controla o efeito das restantes variáveis, verifica-se que a importância das variáveis *sociodemográficas* é menor do que a análise fazia esperar. O sexo e o grau de instrução apenas se mantêm significativos no que respeita às atitudes face aos brasileiros; e a expressão de sentimentos racistas é menor entre as mulheres e os indivíduos mais escolarizados. Por outro lado, o racismo em relação aos imigrantes africanos e de Leste é maior entre os indivíduos com religião do que entre os que não se identificam com nenhuma.

O fraco poder explicativo das variáveis sociodemográficas pode estar relacionado, por um lado, com o grande número de variáveis incluídas na análise. Por exemplo, à medida que as restantes variáveis vão entrando no modelo, o poder preditivo da escolaridade diminui, deixando de ser significativa a certo momento. Isto é particularmente verdade quando são introduzidos no modelo os valores sociais e políticos. Este resultado remete, pois, para a dificuldade de captar o poder explicativo de factores sociais, como a escolaridade, sempre que está em jogo um número considerável, e muito diversificado, de variáveis e, mais ainda, quando as mesmas remetem para o domínio dos valores (por exemplo, os valores sociais e políticos) ou das representações (por exemplo, os estereótipos).

Os melhores preditores do racismo em relação aos imigrantes são os contactos *personais* entre imigrantes e portugueses, os *valores sociais e políticos* e os *estereótipos*, quer positivos, quer negativos (nomeadamente, a associação dos imigrantes ao crime). No primeiro caso, verifica-se uma relação inversa entre os dois fenómenos, ou seja, quanto mais os indivíduos tendem a ter relações pessoais com imigrantes menos tendem a pontuar no índice de racismo. Por outro lado, o facto de ter um familiar emigrante revelou-se um preditor do racismo em relação aos imigrantes em geral, brasileiros e de Leste, mas não em relação aos africanos.

Quanto aos *valores sociais e políticos*, destaca-se o posicionamento esquerda-direita: os indivíduos que se situam mais à direita no espectro político tendem mais a manifestar atitudes racistas em relação aos imigrantes. São igualmente mais preconceituosos os inquiridos com valores meritocráticos (que consideram que se 'deve compensar melhor os que mais trabalham'), embora apenas no que se refere aos imigrantes brasileiros e de Leste. Por outro lado, quanto mais os inquiridos consideram que se deve 'garantir a todos as mesmas oportunidades' tanto menos atitudes de preconceito têm. Entre os três grupos de imigrantes considerados, esta relação é mais forte quando relativa aos africanos. Também apenas em relação a estes e aos de Leste os indivíduos que pensam que se deve 'ajudar os necessitados' tendem menos a manifestar atitudes racistas. O racismo é ainda maior entre os indivíduos que defendem valores materiais, mas apenas se mantém significativa no que respeita aos imigrantes africanos. Finalmente, os indivíduos que defendem valores de autoridade tendem a manifestar mais racismo, quer em relação aos imigrantes em geral quer em relação aos imigrantes de Leste.

Os *estereótipos* revelam igualmente algum poder preditivo das atitudes racistas. De facto, é entre os indivíduos que mais associam os imigrantes a imagens de violência ou crime que se constata um maior preconceito em relação a esses grupos. No entanto, isto é verdade em relação aos imigrantes em geral e aos africanos, mas não se revela significativo para os outros grupos. Pelo contrário, quanto mais os portugueses inquiridos associam os imigrantes à 'simpatia', 'competência' ou 'rectidão' tanto menos tendem a revelar preconceito em relação aos mesmos. Note-se que a imagem de 'competência' não se revela significativa na explicação do preconceito em relação aos africanos, ao passo que é a mais importante, dos três tipos de estereótipos aqui testados, no preconceito em relação aos brasileiros e a segunda mais importante para explicar o preconceito em relação aos imigrantes de Leste.

Preditores da percepção das diferenças culturais

Para o estudo da percepção das diferenças culturais utilizámos um modelo semelhante, tendo também retirado, à partida, as variáveis que a análise prévia não identificou como significativamente relacionadas com esta medida de preconceito.

O aspecto mais interessante a realçar é que os valores sociais e políticos não revelam a mesma importância na explicação do preconceito, quando este é concebido enquanto percepção do Outro como diferente do ponto de vista cultural. Apenas o altruísmo ('ajudar os necessitados' e 'dedicar a vida aos outros') mantém uma relação significativa com esta medida de preconceito. Quanto mais importante é, para os inquiridos, 'dedicar a vida aos outros' menos tendem a manifestar preconceito em relação aos imigrantes em geral e africanos em particular. Por outro lado, os inquiridos para quem é mais importante 'ajudar os necessitados' tendem menos a considerar os imigrantes brasileiros e de Leste como diferentes dos portugueses, do ponto de vista cultural.

Em contraste, o grau de instrução não revelou qualquer relação significativa, controladas as restantes variáveis, com o racismo. Mas esta variável é significativa em relação aos africanos: os indivíduos mais escolarizados tendem mais a exagerar a diferença cultural dos imigrantes – o que não deixa de ser um resultado surpreendente. Também a idade é significativa em relação aos brasileiros, sendo os indivíduos mais velhos quem menos os consideram diferentes culturalmente. O facto da idade representar um preditor pouco consistente do racismo tem sido referido em diversos trabalhos empíricos (vg. Pederson e Walker, 1997; Vala, Brito e Lopes, 1999: 51), muito embora contrariando resultados de outros estudos (vg. Pettigrew e Meertens, 1995). São também os indivíduos com maiores rendimentos que mais tendem a perceber os imigrantes em geral e os brasileiros em particular, como culturalmente diferentes.

Por último, os estereótipos revelam ser, mais uma vez, o grupo de variáveis mais associada ao preconceito, o que não surpreende, por serem dois aspectos da mesma realidade. Por um lado, quanto mais os inquiridos atribuem aos imigrantes estereótipos negativos (violência, crime, prostituição, tráfico de droga) tanto mais tendem a percebê-los

como diferentes, do ponto de vista cultural. Estas afirmações são válidas para todos os grupos. Por outro lado, quanto mais os inquiridos associam os imigrantes africanos e brasileiros a imagens de ‘competência’ e ‘rectidão’ tanto menos os consideram diferentes dos portugueses, do ponto de vista cultural. A associação dos imigrantes de Leste à ‘simpatia’ também leva os inquiridos a percepcioná-los como mais semelhantes aos portugueses, do ponto de vista cultural.

Tabela 73. Percepção da diferença cultural em relação aos imigrantes: análise de regressão linear múltipla

Regressão Linear Múltipla	Percepção da Diferença Cultural em Relação aos imigrantes (Coeficientes Beta normalizados)			
	Em geral	Africanos	Brasileiros	Leste
Variáveis Explicativas				
Idade			-0.107***	
Escolaridade	0.076*	0.072*		
Rendimento	0.070*		0.083**	
Familiar emigrante (sim)				-0.069*
«Dedicar a vida aos outros»	-0.096***	-0.086**		
«Ajudar os necessitados»			-0.066*	-0.104***
Simpatia				-0.123***
Competência	-0.088*	-0.110**	-0.100**	
Rectidão	-0.104**	-0.097**	-0.130***	
Imigrantes e crime	0.178***	0.164***	0.135***	0.123***
Variância explicada	7%	7%	8%	4%

*p<0,05 **p<0,01 ***p<0,001; Método Forward; Missing Pairwise

Outro aspecto que, em nosso entender, é digno de reflexão é o facto de um modelo semelhante revelar um poder explicativo bastante mais fraco no caso da percepção da diferença cultural do que no caso do racismo, explicando menos de 10% da variância total das respostas dos inquiridos; e, em relação aos imigrantes de Leste, esse valor é ainda mais baixo, 4%. Este resultado pode apontar para aspectos de diversa ordem. Por um lado, deixa entrever a existência de muitos outros factores, não considerados no

modelo, que permitiriam explicar melhor a percepção da diferença cultural. Por outro lado, está provavelmente relacionado com o facto dos indicadores usados para construir esta dimensão serem bastante reduzidos, limitando-se, como vimos atrás, a uma das componentes propostas pelos autores do ‘racismo subtil’ – a percepção da diferença cultural.²⁴⁷ De facto, Coenders *et al.* (2001: 290-291) também chegaram à conclusão de que a variância explicada do mesmo modelo era bastante inferior na análise da percepção da diferença cultural, quando comparada com a análise da medida de racismo, concluindo os autores que as respostas aos itens que medem a diferença cultural são socialmente consensuais.

A este respeito, Pettigrew e Meertens (2001) retorquem que essa é precisamente a natureza desta expressão subtil do preconceito. Radicando na conformidade às normas socialmente aceites, nomeadamente a anti-discriminatória, não é de espantar que as respostas sejam consensuais. Por outro lado, Coenders *et al.* concluem que os itens que permitem medir a percepção da diferença cultural não acrescentam novidade ao conhecimento do preconceito, na medida em que não identificam como preconceituosa nenhuma categoria social que a medida de racismo já não identificasse. Nomeadamente, a idade e a educação, identificados por Pettigrew e Meertens (1995; 1999) como importantes preditores do racismo, quer flagrante quer subtil, não se revelam significativos na análise da percepção da diferença cultural realizada por Coenders *et al.* No entanto, nos nossos resultados, é precisamente nesta medida de preconceito que a importância dessas duas variáveis se faz sentir, embora no sentido inverso ao apontado por Pettigrew e Meertens (1995: 68), e ao contrário dos resultados encontrados por Vala, Brito e Lopes (1999: 51), que, por um lado, estabeleceram uma relação entre a escolaridade e o racismo flagrante mas não entre aquela e o racismo subtil e, por outro, não encontraram qualquer relação consistente entre a idade e estas duas medidas de racismo. Uma hipótese de explicação para este resultado inesperado pode prender-se com um efeito da maior informação a que têm acesso os indivíduos mais instruídos, que, neste caso, e quando articulados

247 Se, por um lado, o mesmo modelo não revela um poder preditivo semelhante das medidas de preconceito (racismo e percepção da diferença cultural), por outro lado, encontramos uma correlação significativa, embora fraca, entre ambas as medidas ($r=0,14$; $p<0,01$). Além disso, o índice de percepção da diferença cultural correlaciona positivamente e significativamente com a maioria dos indicadores de racismo, v.g. a rejeição da intimidade.

com um conjunto de estereótipos a respeito das minorias, seria colocada “ao serviço” da construção do preconceito, em lugar da sua desmistificação. Por outras palavras: mais importante que o acesso à informação é o tipo de informação que seleccionamos e a forma como dela nos apropriamos e a usamos para romper com ideias preconcebidas e pouco complexas sobre a realidade.

Em síntese, pode-se afirmar que entre os factores com maior importância para prever o preconceito em relação aos imigrantes estão os estereótipos, os quais remetem para representações sociais colectivas, mais ou menos hegemónicas, que circulam na sociedade, num determinado momento. Outro grupo de factores diz respeito aos valores sociais e políticos, como a defesa da igualdade de oportunidades, de valores conservadores (autoridade, ordem e segurança) e de valores de tipo material (preferência do bem estar material e da segurança em detrimento da liberdade de expressão e de participação política), assim como o posicionamento à direita no espectro político. Também o contacto interpessoal com imigrantes se revelou um preditor do racismo, mas não da percepção da diferença cultural.

Por outro lado, quer as variáveis posicionais (como a idade e a instrução) quer as variáveis estruturais (como a precariedade económica, efectiva ou subjectiva) não resultaram desta análise serem as mais importantes para a compreensão das diversas formas de preconceito. Pelo contrário, estes resultados sugerem que tal compreensão deve também ser procurada em factores de ordem simbólica, como os valores e as formas de categorização intergrupais.

5. PRECONCEITO E RESISTÊNCIA À IMIGRAÇÃO

Chegados a este ponto, importa recordar que o nosso objectivo principal é compreender em que medida o preconceito pode contribuir para explicar as atitudes dos portugueses face à imigração e aos imigrantes: a sua permanência em Portugal, os seus direitos, o seu contributo para a sociedade de acolhimento. Partimos, inicialmente, do pressuposto de que, tal como foi enunciado por diversos autores (vg. Pettigrew e Meertens, 1995 e 1999, e, para o caso português, Vala *et al.*, 1999), as formas mais manifestas de racis-

mo não são suficientes para compreender tais atitudes. Por esse motivo, recorreremos à percepção da diferença cultural como indicador de uma expressão mais encoberta de preconceito, nomeadamente, quando implica um exagero dessas diferenças. Com este objectivo, procedemos à dicotomização das variáveis ‘racismo’ e ‘percepção da diferença cultural’, opondo, no primeiro caso, os menos racistas aos mais racistas e, no segundo caso, os que percebem menor diferença cultural aos que exageram essa diferença.

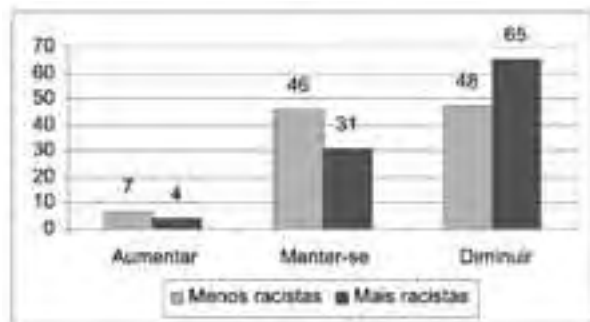
Pettigrew e Meertens (1999: 21) propõem uma metodologia semelhante. Segundo estes autores, esta divisão consiste, em primeiro lugar, em separar os níveis elevados de racismo dos níveis baixos, “cortando” a escala pelo seu ponto médio (e não pela média empírica). O cruzamento das duas variáveis dicotómicas que daí resultam dá origem, no seu caso, a três grandes grupos de indivíduos. Aqueles que têm resultados elevados nas duas medidas de preconceito constituem o grupo dos racistas flagrantes (“bigots”). Aqueles que têm resultados baixos em ambas as medidas constituem o grupo dos igualitários (“equalitarians”). Finalmente, aqueles que têm resultados baixos na medida de racismo flagrante mas elevados na de racismo subtil constituem o grupo dos racistas subtis (“subtles”) (Cf. Pettigrew e Meertens, 1995: 68-69). No entanto, pelas razões já explicadas atrás, e que se prendem com o facto de estarmos apenas a utilizar uma das componentes daquilo a que os autores chamam “racismo subtil” (a percepção da diferença cultural), consideramos que esta é insuficiente para medir esse conceito.

Por essa razão, preferimos considerar separadamente as duas medidas de preconceito (racismo e percepção da diferença cultural). No entanto, para facilitar a interpretação dos resultados, procedemos igualmente a uma dicotomização dessas variáveis. No caso da medida de racismo, a escala também foi cortada pelo seu ponto médio, opondo assim os menos racistas (68% da nossa amostra) aos mais racistas (32%). No caso da medida de percepção da diferença cultural, e uma vez que o que nos interessa é captar o exagero dessa diferença, a escala foi cortada pelo ponto em que os inquiridos tivessem respondido, numa escala de seis itens, ‘muito diferentes’ em pelo menos dois deles e ‘um pouco diferentes’ nos restantes quatro. Obtém-se, assim, uma nova variável em que se opõem os que percebem menor diferença cultural (56%) àqueles que exageram essa diferença (44%).

Resistência à imigração

Quando se cruzam estas novas variáveis com as atitudes face à presença dos imigrantes em Portugal verifica-se, tal como era esperado, que os mais racistas são aqueles que mais responderam que o número de imigrantes deveria diminuir. No entanto, é interessante notar que apenas uma percentagem muito reduzida considera que esse número deveria aumentar, concentrando-se a maioria das respostas dos indivíduos que podemos considerar menos racistas nas opções 'diminuir' e 'manter-se' (Gráfico 119).²⁴⁸ Por outras palavras, ainda que os menos racistas respondam menos que os mais racistas que o número de imigrantes deveria diminuir, as suas respostas repartem-se entre o 'manter-se' e o 'diminuir', com ligeira preferência para esta última. Assim, poderá colocar-se a questão de saber até que ponto estas respostas reflectem a manifestação de um preconceito que, inibido pela norma anti-discriminatória nas respostas aos indicadores de racismo tradicional, emerge neste tipo de pergunta.

Gráfico 119. Resistência à imigração, por atitudes racistas (%)

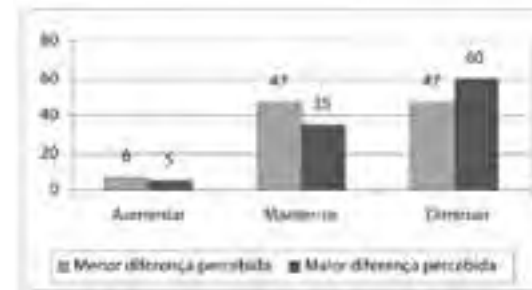


A mesma relação existe entre a resistência à imigração e a percepção da diferença cultural. São os indivíduos que mais exageram essa diferença que mais tendem a responder que esse número deveria diminuir, conforme se pode constatar pelo Gráfico 120. Aqui, é interessante verificar que, enquanto para

²⁴⁸ $\chi^2=37,65$; $p<0,00$.

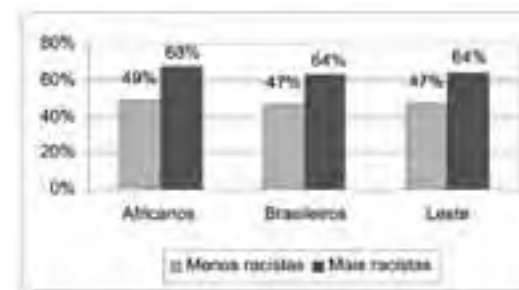
os que percebem menor diferença cultural é igual a percentagem dos que respondem 'manter-se' e 'diminuir', naqueles que exageram as diferenças culturais, a diferença entre estas duas categorias de resposta ascende a 25%.

Gráfico 120. Resistência à imigração, por percepção da diferença cultural (%)



Quando se consideram as respostas dos inquiridos relativamente a cada um dos principais grupos de imigrantes presentes em Portugal, verifica-se, mais uma vez, uma diferença marcante entre indivíduos menos racistas e mais racistas (Gráfico 121). No entanto, é em relação aos imigrantes africanos que mais indivíduos responderam que o seu número deveria diminuir, não só e principalmente entre os mais racistas mas também entre os que tiveram valores mais baixos nessa escala de racismo. Em contrapartida, não se verificam diferenças significativas nas respostas a respeito dos imigrantes brasileiros e de Leste.²⁴⁹

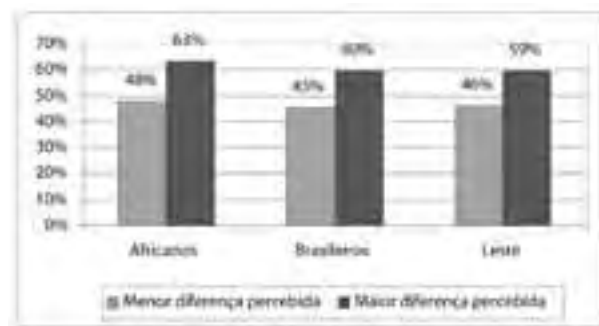
Gráfico 121. Percentagem que respondeu 'diminuir', por atitudes racistas



²⁴⁹ $\chi^2=23,30$; $p<0,00$.

É interessante verificar que, quando consideramos a percepção da diferença cultural, encontramos exactamente a mesma tendência: para além de serem os indivíduos que mais exageram essa diferença que mais responderam ‘diminuir’ em relação a todos os grupos, os imigrantes africanos são claramente destacados de forma negativa, principalmente pelos que exageram as suas diferenças culturais (Gráfico 122).

Gráfico 122. Percentagem que respondeu ‘diminuir’, por percepção da diferença cultural



Em suma, quer a medida de racismo quer a medida de percepção da diferença cultural contribuem para compreender melhor a resistência à entrada e presença de imigrantes em Portugal (atitude a que, como desenvolvido em capítulo anterior, chamámos *resistência à imigração*, seguindo a terminologia de Coenders *et al.*, 2005). Por um lado, são os mais racistas e os que mais tendem a exagerar a diferença cultural dos imigrantes aqueles que mais rejeitam a sua presença no país. Por outro lado, os imigrantes africanos são claramente destacados de forma negativa nas respostas dos portugueses. Finalmente, a percepção da diferença cultural, enquanto exagero dessa diferença, parece efectivamente contribuir para explicar as atitudes mais negativas face à imigração, o que corrobora o seu uso como um indicador, muito embora insuficiente, do preconceito mais encoberto.

Atitudes face aos direitos dos imigrantes

Como vimos em capítulo anterior, as atitudes face aos direitos dos imigrantes podem desdobrar-se em três grandes dimensões: direitos dos imigrantes legais; direitos dos imigrantes ilegais; e repatriação condicional.

No que respeita aos direitos dos imigrantes legais, verifica-se que são, sistematicamente, os indivíduos mais racistas e que tendem a exagerar a diferença cultural aqueles que menos concordam com essa atribuição de direitos. Essa diferença só não se revela significativa para o último indicador, no que respeita à percepção da diferença cultural (cf. Tabela 74).

Tabela 74. Atitudes face aos direitos dos imigrantes legais, por atitudes racistas e percepção da diferença cultural (% que concorda)

Direitos dos imigrantes a residir legalmente em Portugal	Menos racistas	Mais racistas	Menor diferença percebida	Maior diferença percebida
Devem poder votar como os portugueses ²⁵⁰	81,6	69,6	80,3	74,5
Deve-lhes ser facilitada a naturalização ²⁵¹	88,1	71,9	86,3	78,5
Devem poder trazer a sua família para Portugal ²⁵²	93,6	72,5	90,1	83,7
Devem ser reenviados para os seus países, mesmo tendo filhos nascidos em Portugal ²⁵³	85,5	74,2	83,1	82,2

250 Racismo: $\chi^2(1,1459) = 26,449$; $p < 0,00$. Diferença Cultural: $\chi^2(1,1459) = 6,557$; $p < 0,01$.

251 Racismo: $\chi^2(1,1409) = 56,208$; $p < 0,00$. Diferença Cultural: $\chi^2(1,1329) = 14,002$; $p < 0,00$.

252 Racismo: $\chi^2(1,1465) = 123,359$; $p < 0,00$. Diferença Cultural: $\chi^2(1,1380) = 12,787$; $p < 0,00$.

253 Racismo: $\chi^2(1,1384) = 25,162$; $p < 0,00$. Diferença Cultural: n.s..

Encontramos exactamente a mesma tendência quando estão em jogo os direitos dos imigrantes ilegais (cf. Tabela 75).

Tabela 75. Atitudes face aos direitos dos imigrantes ilegais, por atitudes racistas e percepção da diferença cultural (% que concorda)

Direitos dos imigrantes a residir ilegalmente em Portugal	Menos racistas	Mais racistas	Menor diferença percebida	Maior diferença percebida
Devem ser protegidos nos seus direitos laborais ²⁵⁴	73,2	57,0	72,7	61,9
Deve-lhes ser facilitada a legalização ²⁵⁵	83,0	60,6	82,6	67,9
Devem ser todos reenviados para os seus países de origem ^{256 257}	39,1	55,0	40,9	46,8

254 Racismo: $\chi^2(1,1433)=36,724$; $p<0,00$. Diferença Cultural: $\chi^2(1,1352)=17,712$; $p<0,00$.
255 Racismo: $\chi^2(1,1407)=83,307$; $p<0,00$. Diferença Cultural: $\chi^2(1,1327)=39,110$; $p<0,00$.
256 Racismo: $\chi^2(1,1418)=30,713$; $p<0,00$. Diferença Cultural: $\chi^2(1,1337)=4,630$; $p=0,018$.
257 Como vimos no capítulo 5 em que se descrevem as atitudes face aos imigrantes, a análise factorial em componentes principais identificou que este indicador se correlaciona negativamente com os direitos dos imigrantes ilegais. Assim, ele foi usado para construir esta dimensão das atitudes face aos direitos dos imigrantes, sendo essa a razão pela qual figura neste quadro e não no relativo à repatriação condicional.

Pode-se, pois, perguntar: se uma tão elevada percentagem de inquiridos considera que o número de imigrantes em Portugal deve diminuir – e isto para todas as origens territoriais consideradas (ainda que com algumas diferenças entre elas) – o que fazer com os imigrantes que já residem entre nós? Quando inquiridos acerca da eventual repatriação dos imigrantes, em determinadas condições, verifica-se que são igualmente os indivíduos mais racistas e que exageram a diferença cultural dos imigrantes que consideram que estes devem ser repatriados se não tiverem trabalho (Tabela 76). No entanto, no que respeita aos indicadores socialmente mais aceitáveis, que não envolvem recriminação social, nem põem em risco a auto-definição destes indivíduos como ‘não-racistas’, esbatem-se as diferenças nas respostas de racistas e não racistas, assim como daqueles que percebem maior e menor diferença cultural: por exemplo, quando se trata de repatriar os

imigrantes ilegais que não têm trabalho ou os imigrantes legais que ‘cometerem algum tipo de crime’. Desta forma, e tal como os racistas subtis de Pettigrew e Meertens (1999: 23), estes indivíduos dão uma «justificação aparentemente não racista para expressar a sua oposição à imigração»: no primeiro caso, a situação de ilegalidade dos imigrantes, no segundo caso, a criminalidade, ambas tidas consensualmente como violações das normas de comportamento aceitáveis na sociedade de acolhimento.

Tabela 76. Atitudes face à repatriação dos imigrantes, por atitudes racistas e por percepção da diferença cultural (% que concorda)

Os imigrantes devem ser reenviados para os seus países...	Menos racistas	Mais racistas	Menor diferença percebida	Maior diferença percebida
Devem ser reenviados para os seus países se não tiverem trabalho (Imig. Legais) ²⁵⁸	57,8	69,0	58,8	64,2
Devem ser reenviados para os seus países se não tiverem trabalho (Imig. Ilegais) (n.s.)	74,0	77,1	73,1	76,7
Devem ser reenviados para os seus países se cometerem algum tipo de crime (Imig. Legais) (n.s.)	79,0	80,6	78,8	79,7

Estas tendências, que acabámos de descrever detalhadamente, encontram-se igualmente representadas na Tabela 77, onde se apresentam as correlações entre as variáveis contínuas que agregam os diferentes indicadores de cada componente das atitudes face aos direitos dos imigrantes (vide capítulo 5) e as duas medidas de preconceito utilizadas. Como se pode constatar, verifica-se uma relação significativa com as diversas dimensões das atitudes, mais forte no caso da medida do racismo. Essa relação é inversa quando se trata de atribuir direitos aos imigrantes (quer legais quer ilegais), o que significa que quanto mais os indivíduos tendem a manifestar atitudes racistas e a exagerar a diferença cultural dos imigrantes tanto menos tendem

258 Racismo: $\chi^2(1,1376)=15,708$; $p<0,00$. Diferença Cultural: $\chi^2(1,1299)=3,840$; $p=0,028$.

a defender os seus direitos. Por outro lado, são os indivíduos mais racistas e que mais exageram a diferença cultural aqueles que mais defendem a repatriação dos imigrantes, em determinadas condições.

Tabela 77. Correlações entre as atitudes face aos direitos dos imigrantes e as duas medidas de preconceito (racismo e percepção da diferença cultural)

	ρ de Spearman	Índice de Racismo	Índice de Percepção da Diferença Cultural
Direitos dos Imig. Legais	Coeficiente Correlação N	-0,294*** 1522	-0,132*** 1427
Repatriação Condicional	Coeficiente Correlação N	0,097*** 1502	0,074*** 1411
Direitos dos Imig. Ilegais	Coeficiente Correlação N	-0,254*** 1503	-0,152*** 1413
Direitos dos Imigrantes (Total)	Coeficiente Correlação N	-0,295*** 1524	-0,163*** 1429
*** p<0,001			

6. VALORIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO

Finalmente, importa olhar para a última das dimensões das atitudes face aos imigrantes: a valorização do seu contributo, a diversos níveis, para o desenvolvimento da sociedade portuguesa. Verifica-se que são os indivíduos menos racistas aqueles que mais tendem a valorizar esse contributo, ou seja, mais tendem a considerar que a presença dos imigrantes ‘enriquece a vida cultural do país’, que eles são ‘fundamentais para a vida económica’ e que ‘fazem os trabalhos que os portugueses não querem’ (Tabela 78). Pelo contrário, são os indivíduos mais racistas aqueles que mais consideram que os imigrantes ‘recebem da segurança social mais do que dão’, e que a sua ‘convivência com os portugueses traz sempre problemas e conflitos’.

No entanto, quando se trata da percepção da diferença cultural, nem todos os indicadores revelam diferenças significativas entre os indivíduos que percebem menores diferenças e

aqueles que as tendem a exagerar, nomeadamente no que se refere a ‘fazerem os trabalhos que os portugueses não querem’, ou a ‘receberem da segurança social mais do que dão’.

Tabela 78. Valorização da imigração, por atitudes racistas e por percepção da diferença cultural (valores médios)²⁵⁹

	Menos racistas	Mais racistas	Menor diferença percebida	Maior diferença percebida
A sua presença enriquece a vida cultural do nosso país	2,02	2,32	2,04	2,20
São fundamentais para a vida económica do país	2,12	2,32	2,13	2,24
Fazem os trabalhos que os portugueses não querem	1,83	2,00	1,86	1,92
Recebem da segurança social mais do que dão	2,84	2,52	2,75	2,73
A convivência entre imigrantes e portugueses traz sempre problemas e conflitos	2,76	2,39	2,70	2,56
Escala: de 1 = Concordo totalmente a 4 = Discordo totalmente				

Em suma, as análises realizadas sugerem que o preconceito sentido pelos portugueses em relação aos imigrantes continua a ser uma variável importante para a compreensão das atitudes face à presença, aos direitos e contributos dos imigrantes em Portugal. Mais concretamente, a distinção entre o racismo dito tradicional e a percepção da diferença cultural parece-nos útil para desvendar as áreas de sombra que, no estudo das atitudes e valores humanos, surgem inevitavelmente. De facto, as atitudes mais negativas em relação aos imigrantes são manifestadas não só pelos indivíduos classicamente considerados racistas mas também por aqueles que percebem os imigrantes como culturalmente diferentes, principalmente quando exageram essa diferença.

259 Racismo: p<0,00 para todos os indicadores. Percepção da diferença cultural: p n.s. para “Fazem os trabalhos que os portugueses não querem” e “Recebem da segurança social mais do que dão”; p<0,01 para “São fundamentais para a vida económica do país” e “A convivência entre imigrantes e portugueses traz sempre problemas e conflitos”; p<0,00 para “A sua presença enriquece a vida cultural do nosso país”.

Por outro lado, ao apontar como importantes preditores do preconceito os valores sociais e políticos e os estereótipos a respeito dos imigrantes, estes resultados chamam indiretamente a atenção para a necessidade de complementar o estudo do racismo individual com o que está expresso e radicado nas instituições sociais que produzem os discursos dominantes na sociedade, os quais se traduzem, ao nível individual, em valores normativos e estereótipos. Neste sentido, estamos com quem pensa (vg. Echabe, 1997) que é importante perspectivar o racismo como um fenómeno enraizado em factores sociais e estruturais, e que é fundamental a preocupação de desconstruir o seu papel ideológico na manutenção da ordem estabelecida e na legitimação da posição privilegiada de determinados grupos em relação a outros com menor poder (neste caso, as minorias imigrantes), num contexto marcado pelas desigualdades de poder a diversos níveis.

Por último, se o contacto interpessoal entre portugueses e imigrantes parece revelar-se importante na construção de atitudes menos preconceituosas, o que pode e deve ser feito para implementar tal contacto? O debate em torno desta questão é, sem dúvida, uma das áreas sensíveis do estudo do racismo, situando as ciências sociais na fronteira entre a produção de conhecimento e a intervenção social.

CAPÍTULO 8.

OS IMIGRANTES E A DISCRIMINAÇÃO

Ao longo dos anos, o estudo sociológico e psicossociológico dos estereótipos, do preconceito e da discriminação tem procurado essencialmente a perspectiva dos membros de grupos dominantes, aqueles que exercem o preconceito e as práticas de discriminação. No entanto, tem-se assistido, nos últimos anos, e com maior relevo a partir da década passada, a um maior interesse pelo modo como lidam os membros de grupos dominados com a discriminação de que podem ser alvo, surgindo na literatura nacional e internacional variados trabalhos que procuram tomar o ponto de vista dos potenciais alvos de discriminação (e.g., Crocker, Major, e Steele, 1998; Foster e Matheson, 1999; França e Monteiro, 2002; Major *et al.*, 2002; Ruggiero, 1999; Swim e Stangor, 1998; Taylor, Wright e Porter, 1994; Vala, 2003). É nesta linha que este capítulo se insere, procurando analisar o sentimento de discriminação entre os diferentes grupos de imigrantes.

A relevância do estudo da discriminação, partindo da perspectiva do alvo, tem sido demonstrada pelas implicações da percepção de discriminação contra o próprio ao nível da estabilidade emocional, da realização pessoal e do relacionamento com os outros. Entre outros aspectos, “sentir que se é vítima de discriminação tem implicações importantes na auto-estima e bem-estar psicológico (Crocker, Cornwell, e Major, 1993; Crocker *et al.*, 1991; Major e Crocker, 1993), no relacionamento interpessoal (Kaiser e Miller, 2001), na identificação grupal (Branscombe, Schmitt, e Harvey, 1999), e na hostilidade intergrupala (Branscombe *et al.*, 1999)” (Major *et al.*, 2002).

Para além da percepção de discriminação, este capítulo também aborda as atitudes discriminatórias dos imigrantes, as quais são comparadas com as atitudes dos portugueses. E é precisamente por esse ponto que se começa.

1. OS IMIGRANTES FACE AOS IMIGRANTES

O preconceito dos imigrantes a respeito de imigrantes que pertencem a outros grupos que não o seu é uma abordagem importante não só em termos de conhecimento da predisposição para a convivência intercultural (ou, ao invés, para as eventuais resistências a ela)

mas também por permitir a comparação destas atitudes com as recolhidas junto da população portuguesa, avaliando as possíveis semelhanças ou distâncias entre elas existentes.

O ponto de partida é o pressuposto de que, quer para imigrantes quer para portugueses, tais atitudes são parte integrante de uma “ideologia dominante” que expressa a mundivisão e os interesses dos grupos com maior poder na sociedade, em determinado momento. Tornando-se amplamente partilhadas, num determinado meio social e cultural, tais representações impõem-se claramente como a “norma” de pensamento, justificando deste modo (e reproduzindo) os privilégios dos grupos maioritários, assim como as consequentes desigualdades sociais.

No sentido de verificar estes pressupostos e hipóteses, foram incluídos no questionário aos imigrantes alguns dos indicadores de preconceito usados no questionário aos portugueses. Podem, assim, estabelecer-se comparações, não só entre grupos nacionais mas também entre a população autóctone e a população migrante residente em Portugal.

Porém, no questionário aos imigrantes foram apenas incluídos indicadores de racismo flagrante, nomeadamente o indicador de distância social²⁶⁰ e o indicador de rejeição da intimidade²⁶¹. Começamos, assim, por ver como se distribuem as respostas dos inquiridos em relação a estas duas questões, comparando-as com as dos portugueses, e em função do seu grupo nacional de pertença²⁶².

260 A pergunta “Se dependesse de si, aceitava ser vizinho de... imigrantes africanos/brasileiros/de Leste?”

261 Através da pergunta “Como se sentiria se um filho seu casasse com um imigrantes africano/brasileiro/de Leste/com um português?”.

262 Para este efeito, a variável “nacionalidade” foi recodificada, agrupando, numa primeira categoria, todos os países africanos, numa segunda, os brasileiros e, numa terceira, os oriundos de países da Europa de Leste.

Distância social ou rejeição da proximidade

No que respeita à rejeição da proximidade social, a ideia de ter como vizinho um imigrante é mais rejeitada pelos portugueses inquiridos do que pelos imigrantes, como seria de esperar, sendo no entanto mais expressiva no que diz respeito aos imigrantes africanos. Este grupo é, aliás, aquele em relação ao qual mais inquiridos responderam negativamente, tanto entre a população portuguesa como entre a população imigrante.

Tabela 79. Distância social: comparação entre portugueses e imigrantes (% de respostas válidas)

'Aceitaria ter como vizinho um imigrante... (% de respostas NÃO)		Sondagem aos Portugueses	Sondagem aos Imigrantes ²⁶³
	Africano	21,8%	19,9%
	Brasileiro	14,3%	13,7%
	De Leste	18,7%	12,7%

Quando cruzamos estes dados com a origem territorial dos imigrantes, verificamos que os inquiridos que mais responderam negativamente a esta questão foram os imigrantes de Leste, distanciando-se bastante dos restantes grupos.

Tabela 80. Distância social, por grupo territorial de origem do inquirido²⁶⁴ (%)

Aceitaria ter como vizinho um imigrante... (% de respostas NÃO)		Grupo territorial		
		Africanos	Brasileiros	De Leste
	Africano (a)	---	7,7	40,3
	Brasileiro(b)	6,5	---	31,1
De Leste(c)	11,0	10,0	---	

(a) $\chi^2=92,811$ $p<0,00$; (b) $\chi^2=86,173$ $p<0,00$; (c) $\chi^2=n.s.$

Em nosso entender, este resultado pode compreender-se, pelo menos em parte, se tivermos em conta algumas das condições metodológicas de recolha de informação. De facto, os imigrantes de Leste, quando não falavam a língua portuguesa, respondiam a um inquérito em russo que eles mesmos liam e preenchiam. O auto-preenchimento, reforçado em função de ser realizado numa língua desconhecida do inquiridor, portador do questionário e representante simbólico da população autóctone, reforça o anonimato nas respostas. De resto, o simples facto de poder ler o texto das perguntas poderá ter contribuído para a compreensão das relações entre perguntas, afectando, deste modo, a resposta. Assim, quando comparamos os inquéritos feitos em português a imigrantes de Leste com os

263 Neste cálculo, os imigrantes inquiridos não respondem em relação ao seu próprio grupo de pertença, mas apenas em relação aos outros dois.

264 Conferir nota de rodapé 263.

preenchidos em língua russa, encontramos diferenças muito significativas, como se pode constatar pela Tabela 81, sendo bastante mais elevada a percentagem de inquiridos que responde negativamente, quando o seu anonimato é reforçado.

Tabela 81. Rejeição da proximidade: respostas dos inquiridos de Leste, por língua de aplicação do inquérito

Aceitava ser vizinho de imigrantes (% de respostas NÃO)	Língua do inquérito	
	Português	Russo
...africanos? (a)	20,7%	53,3%
...brasileiros? (b)	16,5%	40,6%
$\chi^2=24,386$ $p<0,00$; V de Cramer=0,326 $p<0,00$ $\chi^2=15,018$ $p<0,00$; V de Cramer=0,253 $p<0,00$		

O que está aqui em questão é a norma anti-discriminatória. O auto-preenchimento numa língua completamente estranha ao inquiridor deverá ter contribuído para que o inquirido não tenha sentido a mesma pressão para aderir a tal norma. Contudo, é de salientar, que, mesmo entre os imigrantes da Europa de Leste que responderam oralmente em língua portuguesa, existe uma percentagem maior de pessoas que recusam ser vizinhos de outros imigrantes do que entre brasileiros e africanos (Tabela 80, Tabela 81).

Distância pessoal ou rejeição da intimidade

O segundo indicador de preconceito utilizado no estudo sobre os imigrantes corresponde a uma medida de rejeição da intimidade. Perguntou-se aos inquiridos, do mesmo modo que havia sido feito para os portugueses, como se sentiriam se um filho (ou irmão) seu casasse com um imigrante africano, brasileiro e de Leste. Mais de metade da amostra situa-se num dos extremos da escala (no ponto positivo, 'nada incomodado').

Este não é um resultado inesperado. Segundo os dados relativos a Portugal do European Social Survey, recolhidos em 2002, à mesma pergunta, medida numa escala de zero a

dez, 45,4% dos portugueses situaram-se no ponto zero da escala ('Nada incomodado'), a respeito do casamento de um familiar próximo com um imigrante do mesmo grupo étnico; e 39,3% situaram-se nesse mesmo ponto zero da escala quando inquiridos a respeito do casamento de um familiar próximo com um imigrante de grupo étnico diferente do seu (ESS, 2004). É interessante notar que, quando se pede aos imigrantes que diferenciem a sua atitude em relação aos diferentes grupos territoriais, com maior representação na sociedade portuguesa, o grupo em relação ao qual é menor a percentagem de indivíduos que responde 'nada incomodado' é o dos africanos.

Tabela 82. Rejeição da intimidade²⁶⁵ (% de respostas válidas)

Como se sentiria se um filho seu casasse com um...	Muito incomodado	Incomodado	Pouco incomodado	Nada Incomodado
Imigrante africano	11,0	7,6	10,7	70,7
Imigrante brasileiro	5,9	6,2	9,0	78,9
Imigrante de Leste	4,3	4,4	5,8	85,6
Português	3,2	2,1	8,4	86,3

De facto, foi maior o número de pessoas que, em relação aos africanos, se situou nos restantes pontos da escala: cerca de 30% dos indivíduos que responderam a esta questão situaram-se entre o 'muito incomodado' e o 'pouco incomodado'.

Importa igualmente ver como se distribuem as respostas dos inquiridos a respeito desta questão, em função da sua origem territorial. Verifica-se que os inquiridos provenientes de países do Leste são aqueles que revelam os valores médios mais elevados nesta pergunta, principalmente em relação aos africanos, seguindo-se os brasileiros e, finalmente, os portugueses. Os imigrantes brasileiros revelam maior rejeição em relação aos imigrantes de Leste do que em relação aos africanos e mais em relação aos africanos que aos portugueses. Os africanos são, dos três grupos, os que revelaram valores médios mais baixos nesta pergunta, sendo os imigrantes de Leste aqueles que atingem valores mais elevados.

²⁶⁵ Conferir nota de rodapé 263.

Tabela 83. Rejeição da intimidade: média das classificações, por grupo nacional do inquirido

«Como se sentiria se um filho/irmão seu casasse com um...	Grupo territorial						
	Africanos		Brasileiros		De Leste		
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	
Africano(a)	-	-	1,19	0,60	2,23	1,25	
Brasileiro(b)	1,13	0,49	-	-	1,99	1,12	
De Leste(c)	1,22	0,69	1,24	0,69	-	-	
Português(d)	1,12	0,48	1,09	0,40	1,57	0,90	
Escala: 1=Nada incomodado; 2=Pouco incomodado; 3= incomodado; 4=Muito incomodado							
ANOVA: (a) F=91,201 p=0,00; (b) F=117,831 p=0,00; (c) n.s.; (d) F=66,106 p=0,00							

Dada a distribuição assimétrica das respostas, foi considerado conveniente recodificar esta questão em novas variáveis dicotómicas, opondo os inquiridos que declararam sentir-se 'nada incomodados', a todos os que se declararam 'pouco', algo ou 'muito incomodados'. 'Quando comparamos as respostas dos imigrantes a estas novas variáveis dicotómicas com as dos portugueses, verifica-se que é muito menor a percentagem de imigrantes que declararam sentir-se de alguma maneira incomodados com o cenário proposto.

Tabela 84. Rejeição da intimidade: comparação portugueses/imigrantes

Como se sentiria se um filho seu casasse com um imigrante...		'Muito incomodado', 'incomodado' e 'pouco incomodado'			
		Portugueses		Imigrantes	
		N	%	N	%
Africano	542	35,2	219	29,3	
Brasileiro	450	29,2	206	21,1	
De Leste	495	32,2	158	14,4	

Cruzando esta informação com o grupo territorial de origem do inquirido, mais uma vez se constata que são os imigrantes de Leste aqueles que revelam os valores mais elevados neste indicador de preconceito, a rejeição da intimidade.²⁶⁶

Tabela 85. Percentagem de inquiridos que se declarou 'Muito, pouco ou algo incomodado' em relação ao casamento de um filho com um imigrante, por grupo nacional do inquirido.

	Casamento com africano	Casamento com brasileiro	Casamento com europeu de Leste	Casamento com português
Africano		7,6	11,4	7,2
Brasileiro	11,4		13,4	5,8
Leste Eur.	56,7	52,6		36,8

À semelhança do que acontecia em relação à pergunta sobre a possibilidade de ter um imigrante como vizinho, este resultado está em parte dependente das condições metodológicas específicas em que foi feita a recolha de informação entre os imigrantes de Leste. De facto, quando comparamos as suas respostas, em função da língua do inquirido, encontramos diferenças muito significativas, como se pode constatar pela Tabela 86, apresentando os inquiridos cujo anonimato estava reforçado uma maior tendência para a assunção de incómodo perante o cenário proposto, quando comparados com os que responderam ao inquirido em língua portuguesa.

266 Diferenças significativas para todos os cruzamentos, $p < 0,00$ (Teste do Qui-Quadrado), à excepção do "Casamento com um imigrante de Leste", cujos resultados não revelam diferenças significativas nas respostas dos inquiridos africanos e brasileiros.

Tabela 86. Rejeição da intimidade: respostas dos inquiridos de Leste, por língua de aplicação do inquirido (valores médios)

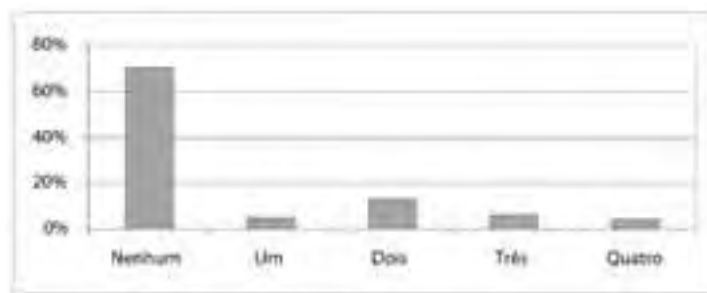
	Língua do inquirido	N	Média	DP	F
Como se sentiria se um filho seu (ou irmão/ã) casasse com um imigrante africano?	Português	93	1,54	0,891	61,04***
	Russo	137	2,71	1,244	
Como se sentiria se um filho seu (ou irmão/ã) casasse com um imigrante brasileiro?	Português	94	1,44	0,811	49,26***
	Russo	137	2,39	1,140	
Como se sentiria se um filho seu (ou irmão/ã) casasse com um português?	Português	97	1,21	0,499	30,55***
	Russo	150	1,82	1,017	

Escala de 1 'Nada incomodado' a 4 'Muito incomodado'. *** $p < 0,001$

Assim, parte da justificação de uma maior rejeição da intimidade manifestada por imigrantes da Europa de Leste deve-se à maior adesão à norma anti-discriminatória, por parte dos inquiridos, quando as respostas são dadas oralmente em língua portuguesa. Estas considerações levam-nos, também, a reflectir sobre a subestimação da avaliação do preconceito manifestado pelos imigrantes africanos e brasileiros, assim como pelos portugueses, que responderam ao inquérito oralmente, já que todas as entrevistas foram presenciais.

À semelhança do que foi feito para os portugueses, as duas dimensões em estudo podem ser reunidas numa única variável, com a qual se pretende medir o preconceito – neste caso, dos imigrantes em relação a imigrantes de outros grupos nacionais²⁶⁷. Num primeiro momento, construiu-se uma variável contínua, que varia entre zero (não respondeu afirmativamente em relação a nenhum dos itens e em relação a nenhum dos grupos de imigrantes) e quatro (quando o inquirido respondeu afirmativamente em relação a todos os grupos). O gráfico seguinte apresenta a distribuição dos inquiridos, nesta medida de preconceito.

Gráfico 123. Índice de preconceito dos imigrantes em relação aos outros grupos de imigrantes: distribuição percentual dos inquiridos



Como se pode constatar, praticamente dois em cada três inquiridos não responderam afirmativamente a nenhuma das perguntas em questão e em relação a nenhum dos grupos.

267 $\alpha=0,75$.

Em razão desta assimetria dos resultados, há vantagem em recodificar esta variável – e este constitui o segundo momento da análise – numa nova variável dicotómica, em que se opõem os que apresentam total ausência de manifestação de preconceito (70% dos inquiridos) a todos os outros que manifestaram algum preconceito (30% dos inquiridos). Esta será a variável a utilizar nas análises que se seguem, tomando com pergunta de partida a seguinte: quais são os factores que têm influência na construção do preconceito dos imigrantes face a imigrantes de outras origens?

Preditores do preconceito

No que respeita às *variáveis sociodemográficas*, verificou-se que os inquiridos que mais tendem a manifestar preconceito em relação a imigrantes de outros grupos nacionais que não o seu são os que: residem em zonas com poucos imigrantes;²⁶⁸ têm entre os 25 e os 44 anos²⁶⁹; residem no Norte ou no Algarve²⁷⁰; desempenham profissões superiores ou são profissionais especializados²⁷¹; casados ou viúvos²⁷²; com níveis de instrução mais altos, nomeadamente a frequência ou posse de cursos profissionais e a frequência ou curso universitário²⁷³.

Se a estas variáveis acrescentarmos a proveniência, vemos que são os inquiridos com origem nacional num dos países do Leste da Europa quem mais recusa a ideia, quer de vir a ter na família um imigrante de outra nacionalidade quer de o vir a ter como vizinho. E se tivermos em conta o tempo de permanência em Portugal, verificamos que são os imigrantes que se encontram há menos tempo no nosso país que mais tendem a manifestar preconceito em relação aos restantes grupos²⁷⁴, o que provavelmente está relacionado com o facto de os imigrantes de Leste (que são os que mais manifestaram preconceito, como vimos) terem chegado a Portugal no final dos anos 90, princípios dos anos 2000.

No que respeita aos valores sociopolíticos, testámos a possível influência dos valores igualitários, dos valores materiais (em contraste com os pós-materiais) e do posicionamento político (esquerda-direita).

268 $\chi^2(4) = 15,70$; $p < 0,00$; V de Cramer = 0,113; $p < 0,00$.
269 $\chi^2(5) = 14,58$; $p = 0,01$; Eta = 0,102.
270 $\chi^2(2) = 55,62$; $p < 0,00$; V de Cramer = 0,199; $p < 0,00$.
271 $\chi^2(8) = 24,27$; $p < 0,01$; V de Cramer = 0,135; $p < 0,01$.
272 $\chi^2(4) = 39,13$; $p < 0,00$; V de Cramer = 0,168; $p < 0,00$.
273 $\chi^2(8) = 64,98$; $p < 0,00$; V de Cramer = 0,217; $p < 0,00$.
274 $\chi^2(43) = 108,68$; $p < 0,00$; $p = 0,119$; $p < 0,00$.

A maioria dos imigrantes considera que se deve 'garantir a todos as mesmas oportunidades' (vide Cap. 4). No entanto, e ao contrário do que a literatura e resultados empíricos de outros estudos levariam a esperar, não encontramos qualquer relação significativa entre este indicador de igualitarismo e o preconceito dos imigrantes em relação aos outros imigrantes.

No que respeita aos valores materiais/pós-materiais, a maioria dos inquiridos situa-se num ponto intermédio ou misto, prevalecendo, contudo, os valores materiais sobre os pós-materiais (vide Cap. 4). Se nos perguntarmos em que medida os imigrantes inquiridos tendem a manifestar mais ou menos preconceito, em função deste tipo de valores sociopolíticos, chegamos à conclusão esperada de que são os que mais revelam valores materiais quem mais rejeita a ideia de ter como familiar ou como vizinho um imigrante de outra nacionalidade.²⁷⁵

Outro importante grupo de valores sociopolíticos, nas culturas ocidentais, articula, por um lado, os valores do mérito, assim como da recompensa do esforço pessoal (ambos na base da fundamentação axiológica e ideológica do sistema capitalista); e, por outro lado, os valores do igualitarismo e da protecção social (na base da fundamentação do Estado Providência, das medidas de bem-estar social e de atenuação das desigualdades, e cujo modelo reside fundamentalmente no Estado Social dos países do Norte da Europa) (vide Cap. 4). A análise revelou que os inquiridos que consideraram importante 'compensar melhor os que mais trabalham'²⁷⁶ tendem mais a manifestar preconceito em relação aos outros imigrantes. Pelo contrário, fazem-no menos os inquiridos que consideraram importante 'proteger os desfavorecidos'²⁷⁷. Note-se, no entanto, que se trata de relações muito ténues.

Por último, no que respeita à orientação política, é interessante observar que os imigrantes que não se pronunciaram sobre esta matéria são praticamente dois terços dos respondentes. Este resultado poderá estar relacionado com o facto de não se sentirem integrados no sistema político nacional (embora a questão posta fosse genérica) ou de terem receio em manifestar os seus

275 $\chi^2(2) = 18,68$
; $p < 0,00$; V de
Cramer = 0,133 ; $p < 0,00$.
276 $\chi^2(1) = 5,909$ $p = 0,01$
; V de Cramer = 0,074 ;
 $p = 0,01$.
277 $\chi^2(1) = 3,796$
 $p = 0,03$.

sentimentos ou mesmo considerar a questão irrelevante para a sua situação concreta (vide Cap. 4). Como seria de esperar, de acordo com os resultados dos estudos empíricos sobre o racismo (vg. Pettigrew e Meertens, 1999), muito embora realizados sobre os grupos dominantes, são os inquiridos que se declaram de esquerda e de centro esquerda aqueles que menos manifestam preconceito em relação aos outros imigrantes.²⁷⁸

Na sequência destas observações, tem interesse ver em que medida a tentativa de operacionalização dos valores sociais e políticos, usados na sondagem aos portugueses, e que foram aplicadas aos imigrantes, relativos ao autoritarismo, se relacionam com o tema em estudo. Ora, os dados mostram que estas variáveis não revelaram relações significativas com o preconceito em relação aos imigrantes de outros grupos nacionais, que não o de pertença do inquirido.

Por último, vejamos como os sentimentos de satisfação com a vida em Portugal se relacionam com o preconceito. Tal como era de esperar, são os inquiridos que menos satisfeitos estão com a sua vida em Portugal que mais rejeitam a ideia de proximidade ou intimidade com outros imigrantes.²⁷⁹

2. A PERCEPÇÃO E A EXPERIÊNCIA DE DISCRIMINAÇÃO

Uma outra dimensão do presente estudo prende-se com a percepção, por parte dos imigrantes, da discriminação de que são alvo pela sociedade de acolhimento, tendo sido inquiridos não só a respeito da forma como os portugueses tratam o grupo de pertença de cada um deles mas também os outros grupos de imigrantes.

Independentemente da sua origem territorial, os respondentes consideram que o grupo em relação ao qual os portugueses manifestam atitudes mais racistas é o dos africanos. Em contraste, os estrangeiros da União Europeia e dos Estados Unidos da América são vistos como aqueles em relação aos quais os portugueses mostram mais respeito e consideração, como se deduz da Tabela 87.

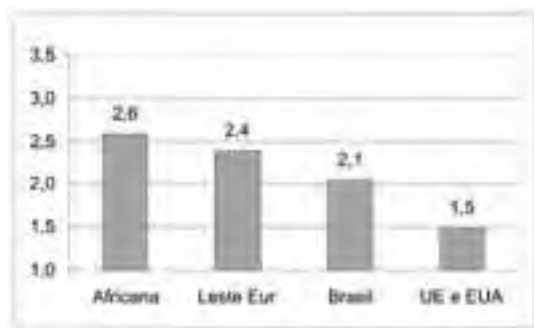
278 $\chi^2(4, 529) =$
18,225 $p < 0,00$. V de
Cramer = 0,186 $p < 0,00$.
279 $\chi^2(1, 1389) =$
6,700 $p < 0,01$. V de
Cramer = 0,069 $p = 0,010$.

Tabela 87. Percepção de discriminação por parte dos imigrantes (%)

Na sua opinião, como é que os portugueses tratam, em geral, os imigrantes...	Africanos	Brasileiros	Leste	Estrangeiros da UE e EUA
Mostram respeito e consideração	14,8	24,8	14,0	44,3
Mostram simpatia mas não se misturam	22,1	28,0	23,5	14,0
São indiferentes e julgam-se superiores	20,8	15,5	23,4	6,1
São racistas	20,6	6,0	9,6	2,1
Ns/Nr	21,8	25,7	29,6	33,6
$p \leq 0,000$ (Teste de Friedman)	N=1454			

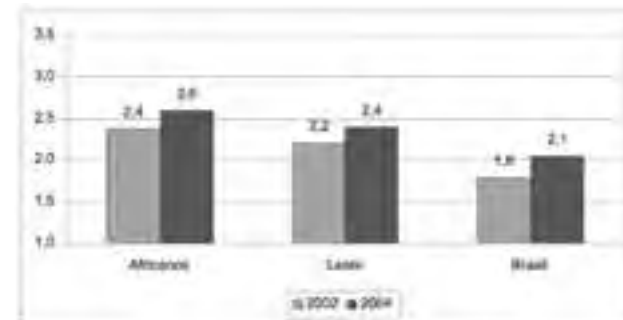
Em termos médios, e numa escala de 1 ('Mostram respeito e consideração') a 4 ('São racistas'), os imigrantes africanos destacam-se como o grupo percebido pelos imigrantes em geral (independentemente da sua origem) como o mais discriminado; seguem-se os imigrantes de Leste, brasileiros e, por último, os estrangeiros da União Europeia e dos Estados Unidos da América.

Gráfico 124. Valores médios da percepção da discriminação



Quando se comparam estes dados com os recolhidos em 2002, verifica-se que aumentou a percepção de discriminação em relação aos três grupos de imigrantes²⁸⁰.

Gráfico 125. Valores médios da percepção da discriminação na sociedade de acolhimento: comparação 2002-2004



Quando se considera a origem dos inquiridos, verifica-se que são os imigrantes brasileiros quem mais tende a avaliar negativamente a forma como os imigrantes são tratados pelos portugueses. Na tabela que se segue estão as distribuições das médias para cada uma das questões, por grupo de origem do inquirido, tendo em conta os seguintes valores: '1: Mostram respeito e consideração', '2: Mostram simpatia mas não se misturam', '3: São indiferentes e julgam-se superiores' e '4: São racistas'.

280 Teste T significativo para $p < 0,001$.

Tabela 88. Percepção da discriminação, por grupo nacional de origem do inquirido (valores médios)

	Origem do inquirido	N	Média	DP
Em geral, como é que os portugueses tratam os imigrantes de origem africana? (***)	Africanos	482	2,48	1,079
	Brasileiros	315	3,03	1,023
	de Leste	224	2,42	,910
	UE, etc	50	2,16	,955
	Total	1071	2,62	1,060
Em geral, como é que os portugueses tratam os imigrantes dos países de Leste? (***)	Africanos	397	2,42	1,011
	Brasileiros	282	2,63	,880
	de Leste	237	2,19	,868
	UE, etc	50	2,08	,829
	Total	966	2,41	,947
Em geral, como é que os portugueses tratam os imigrantes do Brasil? (*)	Africanos	424	2,07	,965
	Brasileiros	329	2,08	,940
	de Leste	207	2,07	,794
	UE, etc	58	1,71	,817
	Total	1018	2,05	,919
Em geral, como é que os portugueses tratam os estrangeiros da UE e dos EUA? (***)	Africanos	375	1,41	,782
	Brasileiros	253	1,46	,763
	de Leste	210	1,68	,788
	UE, etc	69	1,35	,614
	Total	907	1,48	,774
* p<0,05 ; **p<0,01 ; ***p<0,001 (ANOVA; Teste de Kruskal-Wallis; Teste de Mann-Whitney, comparação cada 2 grupos)				

De facto, quando avaliam o tratamento dado pelos portugueses aos imigrantes africanos, são os brasileiros quem faz uma avaliação mais negativa, quando comparados com qualquer um dos outros grupos, inclusivamente com os próprios imigrantes africanos – que

surgem em segundo lugar. Nesta pergunta, as respostas dos inquiridos dos três restantes grupos não são significativamente diferentes entre si.

Quando se trata de avaliar a forma como os portugueses se relacionam com os imigrantes de Leste, são igualmente os brasileiros quem o faz mais negativamente, ainda que de forma não tão acentuada como acontecia na avaliação da relação portugueses/africanos. Neste caso, porém, existem também diferenças significativas entre inquiridos africanos e de Leste, respondendo estes mais positivamente à questão – que, de resto, lhes diz directamente respeito.

No que concerne à avaliação do tratamento dado aos brasileiros, os inquiridos não se distinguem, nas suas respostas, em função da proveniência, com excepção dos estrangeiros da União Europeia e dos Estados Unidos da América, que tendem, mais do que os outros, a uma avaliação positiva desse tratamento. Este último dado constitui uma referência interessante, na medida em que as pessoas oriundas destes países, habitualmente não considerados “imigrantes” no sentido clássico do termo – por serem oriundos de países desenvolvidos do ponto de vista económico e social e por a sua presença em Portugal não se poder incluir, em geral, na “imigração económica” – serem sempre aquelas que menor grau de discriminação atribuem aos portugueses. De facto, o modo como eles são tratados pelos portugueses é, segundo todos os grupos nacionais de inquiridos, positivo, já que se situa abaixo do ponto 2 da escala. De todos os grupos, este é, pois, aquele em relação ao qual os inquiridos acham que os portugueses têm mais ‘respeito e consideração’, o que confirma a ideia de que este grupo não é, de facto, percebido pelos imigrantes como igual aos outros estrangeiros, representação essa que aqui nos surge de forma indirecta. Constata-se ainda que são os imigrantes de Leste quem mais tende a avaliar negativamente as atitudes dos portugueses a respeito deste grupo, distinguindo-se as suas respostas das dos inquiridos de outras origens.

Um dado interessante a salientar é que, quando inquiridos a respeito da forma como o seu próprio grupo de pertença é tratado, os inquiridos tendem a desvalorizar a discriminação de que podem ser alvo. Ainda assim, os africanos são aqueles que, quando inquiridos a respeito do seu próprio grupo de pertença, mais consideram negativo esse

tratamento. De igual modo, na avaliação do tratamento dado a africanos e imigrantes de Leste, verifica-se um padrão semelhante (ainda que não tão acentuado no segundo caso) com brasileiros e africanos que revelam, respectivamente, avaliações mais negativas.

Os dados sugerem, assim, por um lado, que os imigrantes africanos são o grupo que os inquiridos consideram mais discriminado pela sociedade de acolhimento; por outro lado, os brasileiros são, dos quatro grupos nacionais aqui analisados, aqueles que demonstram maior percepção da discriminação, principalmente em relação a outros grupos de imigrantes. Em parte, esta diferença poderá ser atribuída à instrução, uma vez que os brasileiros têm, em média, maior grau de instrução que os africanos. De facto, um grau de instrução mais elevado pode estar associado a uma maior capacidade de identificar fenómenos de discriminação, nomeadamente pela posse de códigos de linguagem que permitam nomeá-los e expressá-los. Por outro lado, sendo a escola um dos veículos privilegiados de transmissão social da norma anti-discriminatória, os indivíduos que a frequentaram mais longamente teriam desenvolvido maior sensibilidade às violações dessa mesma norma. As diferenças face ao outro grupo de imigrantes “económicos” mais instruído – os imigrantes de Leste – poderão derivar do conhecimento pleno da língua.

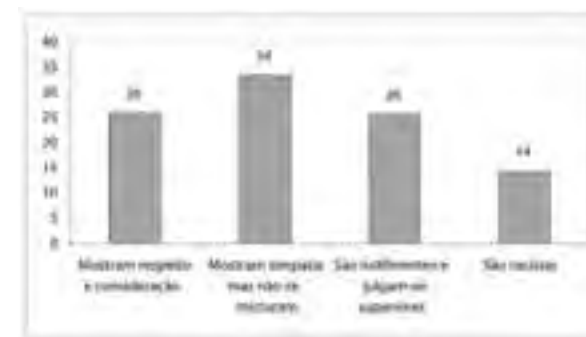
Outro tipo de factores que podem contribuir para compreender este aparente “sentido crítico” dos imigrantes brasileiros remete para as características sociais desta população, nomeadamente de ordem sociodemográfica, situação económica e profissional no momento do inquérito e seus valores sociopolíticos. Também a experiência directa de discriminação, na sociedade de acolhimento, a que daremos especial atenção posteriormente, pode ajudar-nos a compreender a forma como os imigrantes percebem o modo como os portugueses os tratam.

Em todo o caso, a pista que seguimos é a de uma nítida clivagem entre a avaliação do tratamento que é dado ao seu próprio grupo de pertença e a que é dada aos restantes grupos, nomeadamente a tendência para avaliar mais negativamente o segundo do que o primeiro. É sobre este aspecto que nos debruçaremos em seguida.

Discriminação do grupo de pertença vs. discriminação dos outros grupos

Quando consideramos apenas as respostas dos inquiridos a respeito do seu grupo de pertença, verificamos que 60% faz uma avaliação positiva do comportamento dos portugueses (Gráfico 126), apesar de 34% considerar que estes ‘mostram simpatia mas não se misturam’.

Gráfico 126. Percepção da discriminação do grupo de pertença (%)



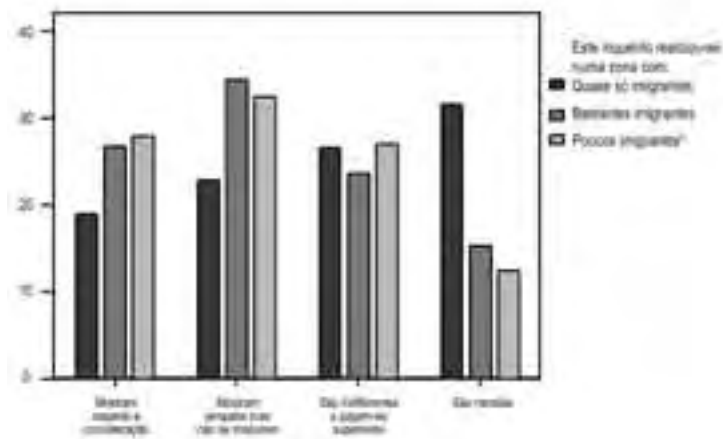
A comparação dos valores médios das respostas dos imigrantes quando inquiridos a respeito do seu próprio grupo, com os das respostas quando inquiridos a propósito dos restantes grupos, revela que a avaliação do comportamento dos portugueses é mais negativa no segundo caso²⁸¹. Falta saber que factores podem ter influenciado esta avaliação.

No que respeita à percepção da discriminação do próprio grupo, verifica-se que não existem diferenças significativas em função da região do país em que reside o inquirido. No entanto, o número de imigrantes que reside nessa região surge com alguma importância, na medida em que é nas zonas com mais imigrantes que os inquiridos mais tendem a perceber o comportamento dos portugueses como discriminatório.²⁸²

281 Se, no primeiro caso, a média das respostas é 2,29, no segundo caso, é 2,43. Diferença de médias significativa (Teste T para duas amostras dependentes, $t = -4,636$ $p < 0,00$; Teste de Wilcoxon, $Z = -4,728$ $p < 0,00$).

282 $\tau_b = -0,067$; $p = 0,027$; Gamma = $-0,103$; $p = 0,027$; D de Sommer = $-0,066$; $p = 0,027$; Teste de Kruskal-Wallis: $\chi^2 = 12,953$; $p < 0,00$; Teste da mediana: $\chi^2 = 10,814$; $p < 0,00$.

Gráfico 127. Percepção da discriminação do próprio grupo de pertença, por peso da população imigrante na zona de residência do inquirido²⁸³



283 Medida através da percepção subjectiva do inquiridor.

284 $\chi^2 = 48,149$; $p < 0,00$; $\lambda = 0,014$; $p = 0,022$; $\tau_b = 0,016$; $p < 0,00$; Teste de Kruskal-Wallis: $\chi^2 = 21,552$ $p < 0,01$; Teste da mediana: n.s.

285 $\chi^2 = 31,542$; $p = 0,025$; $Eta = 0,148$; Teste de Kruskal-Wallis: $\chi^2 = 16,195$; $p < 0,01$; Teste da mediana: $15,145$; $p = 0,010$.

286 $\chi^2(12, 1040) = 27,576$; $p < 0,01$; $\phi = 0,163$; $p < 0,01$; V de Cramer = $0,094$; $p < 0,01$; Teste de Kruskal-Wallis: $\chi^2 = 22,379$; $p < 0,00$; Teste da mediana: $21,665$; $p < 0,00$.

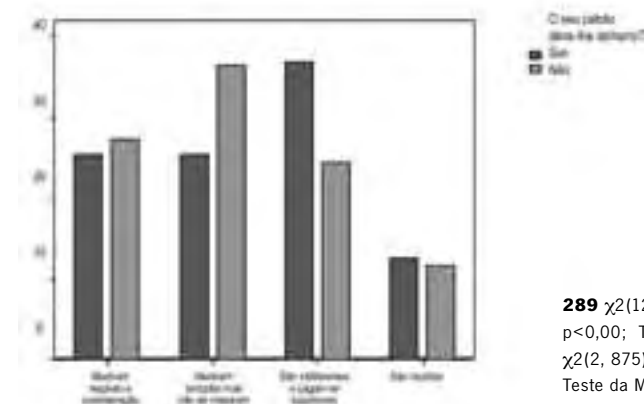
287 $\chi^2(3, 1048) = 28,358$; $p < 0,00$; $\tau_b = 0,007$; $p < 0,00$; $\phi = 0,164$; $p < 0,00$; V de Cramer = $0,164$; $p < 0,00$.

288 $\tau_b = -0,066$; $p < 0,05$; $\rho = -0,078$; $p < 0,05$.

Quanto à ocupação/profissão, são os desempregados, os estudantes, as domésticas e os trabalhadores não especializados aqueles que mais tendem a perceber o comportamento dos portugueses em relação ao seu próprio grupo como discriminatório²⁸⁴. Não se verificam diferenças em função da idade dos inquiridos, grau de instrução, identificação religiosa, assim como da escala de valores materiais. No entanto, verificam-se algumas diferenças em função do rendimento líquido mensal auferido, sendo que são os indivíduos com rendimentos mais elevados (mais de €5000) e médios (entre €1000 e €1499) aqueles que mais consideram que os portugueses são racistas²⁸⁵. Estão também entre aqueles que consideram o comportamento dos portugueses mais discriminatório os indivíduos que vivem em união de facto, solteiros e separados/divorciados²⁸⁶ e os que não pertencem à maioria branca²⁸⁷. Existe também uma muito ligeira correlação entre a percepção da discriminação do pró-

prio grupo e o grau de contacto interpessoal com portugueses, sendo que, à medida que este aumenta, tende a diminuir a tendência para avaliar o comportamento da população autóctone como discriminatório²⁸⁸. A percepção de discriminação é, também, influenciada pelo facto de, no momento do inquérito, o patrão dever dinheiro ao inquirido, sendo que os imigrantes nesta situação tendem, mais do que os outros, a considerar que os portugueses 'são indiferentes e julgam-se superiores'.

Gráfico 128. Percepção da discriminação contra o grupo de pertença, em função de ter rendimentos em atraso



No que respeita à percepção da discriminação dos outros grupos de imigrantes, aos quais o entrevistado não pertence, verifica-se que avaliam o comportamento dos portugueses como mais discriminatório os inquiridos que residem em zonas com muitos imigrantes,²⁸⁹ os que têm menores habilitações escolares²⁹⁰, os que têm rendimentos médios (entre os 1000€ e os 1999€)²⁹¹ e aqueles que pertencem à maioria branca.²⁹² Ao contrário do que acontece em relação à percepção da discriminação do próprio grupo de pertença, não se verificam correlações significativas entre a discriminação percebida e o número de contactos com portugueses.

289 $\chi^2(12, 875) = 32,904$; $p < 0,00$; Teste de Kruskal-Wallis: $\chi^2(2, 875) = 13,816$; $p < 0,00$. Teste da Mediana: $\chi^2(2, 875) = 18,250$; $p < 0,00$.

290 $\chi^2(48, 991) = 99,551$; $p < 0,00$; Teste de Kruskal-Wallis: $\chi^2(8, 991) = 31,218$; $p < 0,00$. Teste da Mediana: $\chi^2(2, 875) = 20,813$; $p < 0,00$.

291 $\chi^2(36, 750) = 63,663$; $p < 0,00$; $Eta = 0,193$; $r = 0,136$; $p < 0,00$; Teste de Kruskal-Wallis: $\chi^2(6, 750) = 28,015$; $p < 0,00$. Teste da Mediana: $\chi^2(6, 750) = 15,524$; $p = 0,017$.

292 $\chi^2(6, 1009) = 31,147$; $p < 0,00$. ϕ e V de Cramer = $0,176$ $p < 0,00$. Teste de Mann-Whitney U: $z = -4,278$ $p < 0,00$. Kolmogorov-Smirnov $Z = 2,142$ $p < 0,00$.

Experiência de discriminação na sociedade portuguesa

Outra forma de medir a percepção da discriminação por parte dos imigrantes na sociedade de acolhimento, passou por perguntar aos mesmos em que medida já tinham sido alvo de um tratamento diferente do dos portugueses, pela negativa, por serem estrangeiros. A pergunta foi colocada relativamente a cinco cenários diferentes, reflectindo, respectivamente: as relações de vizinhança, as relações de trabalho, o espaço público anónimo (ruas, estabelecimentos comerciais, etc.), as entidades prestadoras de serviços (públicas ou privadas) e algumas instituições (nomeadamente a polícia e os tribunais). Ainda que a maioria dos inquiridos tenha afirmado nunca ter sido alvo de discriminação nos espaços ou situações referidos, constata-se que é no local de trabalho e, seguidamente, no espaço público anónimo (rua, transportes públicos, etc.) que mais inquiridos declararam ter sido discriminados, algumas ou mesmo muitas vezes.

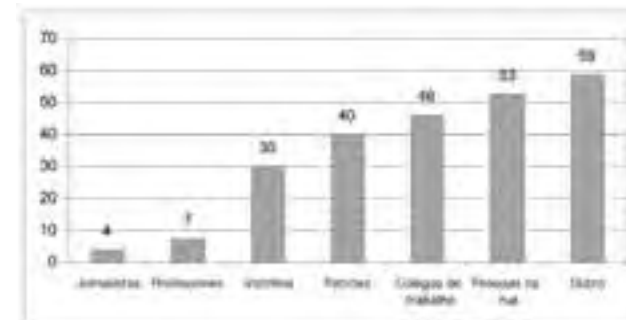
Tabela 89. Experiência de discriminação na sociedade portuguesa (%)

Já alguma vez foi tratado pior do que os portugueses por ser estrangeiro?	Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Ns/Nr	Total
Pelos vizinhos	77	13	4	6	100
No local de trabalho/escola	62	24	7	7	100
Nas compras, nos transportes públicos, na rua	65	22	6	7	100
Na procura de habitação, nos Bancos, nas escolas dos filhos	71	16	6	7	100
Pela Polícia, pelos tribunais	80	8	3	9	100
N=1454					

A comparação destes dados com os recolhidos em 2002 apenas pode ser feita indirectamente, uma vez que as perguntas então colocadas não foram exactamente as mesmas. Ainda assim, 37% dos imigrantes inquiridos em 2002 declararam ter já passado pelo menos por uma situação em que tinham sido tratados pior do que os portugueses por

serem africanos, brasileiros ou imigrantes de Leste. Quando inquiridos a respeito de quem os fez sentir assim, mais de metade respondeu que ‘foram pessoas na rua’ e quase metade que foram ‘colegas de trabalho’²⁹³.

Gráfico 129. Quem são os discriminantes (dados de 2002)



Centrando-nos, a partir deste momento, exclusivamente nos dados obtidos em 2004, quando cruzamos a experiência de discriminação com a origem geográfica do inquirido, podemos observar que, em geral, são os imigrantes de Leste quem mais declara já ter sido tratado de maneira diferente da dos portugueses, logo seguidos pelos africanos e depois pelos brasileiros. Isto é verdade no que diz respeito ao tratamento obtido no local de trabalho, por vizinhos ou ainda pela Polícia e Tribunais. A excepção são as situações ocorridas no espaço público (nas compras, nos transportes públicos, na rua), em que os africanos se destacam claramente como os que mais declararam ter sido discriminados. No que respeita às situações de procura de habitação, nos Bancos ou nas escolas dos filhos, não se verificam diferenças significativas entre os três grupos. Previsivelmente, mais uma vez, os estrangeiros da União Europeia e dos Estados Unidos da América afastam-se dos outros inquiridos, nas suas respostas.

293 No entanto, as categorias de resposta não foram suficientes para captar a diversidade de situações, o que se torna visível pela elevada percentagem de respostas à categoria “outro”. Foi essa a razão que levou à revisão da pergunta em questão, revisão essa que impossibilita a comparação directa dos dados. Note-se ainda que, em 2002, a questão era dicotómica (com duas categorias de respostas, “sim” e “não”), enquanto em 2004 se optou por uma escala ordinal de 3 pontos.

Tabela 90. Experiência de discriminação, por origem geográfica do inquirido

	% que respondeu 'algumas' e 'muitas vezes'			
	Africanos	Brasileiros	Leste	UE e EUA
Pelos vizinhos (**)	16,1	14,1	24,7	10,5
No local de trabalho/escola (***)	33,2	29,0	43,8	14,9
Nas compras, nos transportes públicos, na rua (**)	34,6	25,6	28,2	19,2
Na procura de habitação, nos Bancos, nas escolas dos filhos (n.s.)	23,3	22,8	28,3	13,3
Pela Polícia, pelos tribunais (**)	13,3	7,4	16,5	6,9
N	609	377	290	79
* p<0,05 ; **p<0,01 ; ***p<0,001				

Porém, à semelhança do que acontecia em relação aos indicadores de preconceito, também aqui a língua de realização do inquérito (assim como, provavelmente, a situação de auto-administração do mesmo) tem influência nas respostas dos inquiridos de Leste. De facto, existe uma diferença muito significativa entre aqueles que responderam ao inquérito em português e aqueles que o fizeram em russo, declarando estes mais experiências de discriminação que os primeiros.

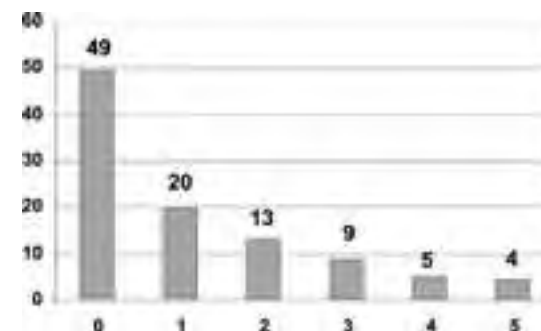
Tabela 91. Experiência de discriminação dos inquiridos de Leste, por língua do inquérito

	Língua do inquérito	
	Português	Russo
Pelos vizinhos (***)	15%	32%
No local de trabalho/escola (***)	31%	54%
Nas compras, nos transportes públicos, na rua (***)	15%	38%
Na procura de habitação, nos Bancos, nas escolas dos filhos (**)	18%	36%
Pela Polícia, pelos tribunais (***)	2%	27%
Teste do χ^2 * p<0,05 ; **p<0,01 ; ***p<0,00		

Assim, antes de partirmos precipitadamente para a conclusão de que os inquiridos de Leste são, mais que os brasileiros e os africanos, alvos de discriminação, importa sublinhar a força da situação de interacção face a face, enquanto inibidora de certo tipo de respostas, já que o inquiridor pode ser percebido como um representante simbólico da população autóctone e é sobre ela que, precisamente, os inquiridos são chamados a pronunciar-se, avaliando-lhes os comportamentos. O auto-preenchimento do questionário, pelo contrário, contornaria este condicionamento. É, pois, caso para nos interrogarmos sobre a influência que uma situação de auto-preenchimento poderia ter nas respostas de brasileiros e africanos – facto que, infelizmente, não é possível avaliar.

Somando as respostas dos inquiridos a estas cinco questões, é possível construir uma nova variável que mede a experiência de discriminação dos imigrantes, na sociedade portuguesa²⁹⁴, a qual tem valores entre 0 (zero) (quando o inquirido não esteve sujeito a nenhuma destas situações) e 5 (quando esteve exposto a todas). Utilizando-a, verificamos que cerca de metade dos imigrantes que compõem a amostra declarou já ter estado exposta a uma ou mais das situações discriminatórias contempladas no questionário, como se pode ver pela figura que se segue. 294 $\alpha=0,81$

Gráfico 130. Índice de Discriminação (distribuição percentual dos inquiridos)



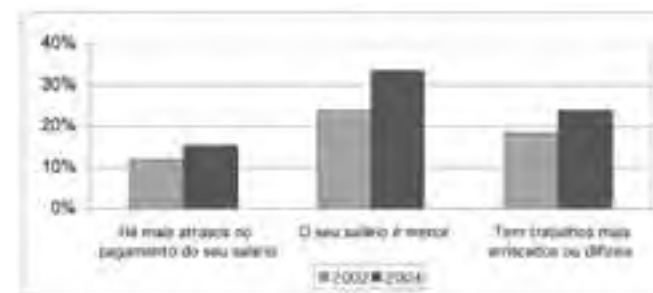
compreender a discriminação encontrava-se, provavelmente, relacionada com outros factores, v.g. o grau de instrução, pois uma vez conjuntamente contempladas o seu efeito desaparece. Também o efeito da origem nacional dos imigrantes em questão deixa de se fazer sentir, quando contemplado conjuntamente com as restantes variáveis.

Tabela 93. Factores explicativos da percepção de discriminação dos imigrantes: análise de regressão logística

	B	S.E.	Wald	gl	Sig.	Exp(B)
Reg (Norte) ³⁰³			21,959	4	0,000	
Centro	0,212	0,350	0,367	1	0,545	1,236
Lisboa e Vale Tejo	-0,535	0,226	5,629	1	0,018	0,586
Alentejo	-1,570	0,495	10,065	1	0,002	0,208
Algarve	-1,017	0,329	9,567	1	0,002	0,362
Profissões (Prof. superiores) ³⁰⁴			3,341	6	0,765	
Quadros Médios	-0,622	0,633	0,967	1	0,325	0,537
Prof. Serviços	-0,098	0,645	0,023	1	0,879	0,907
Trab. Especializados	-0,136	0,529	0,066	1	0,797	0,873
Trab. Não Espec.	-0,046	0,527	0,008	1	0,930	0,955
Domésticas	-0,220	0,770	0,082	1	0,775	0,802
Reformados	0,461	0,730	0,399	1	0,527	1,586
Idade	-0,083	0,082	1,020	1	0,312	0,921
Instrução	0,103	0,046	4,970	1	0,026	1,108
Nacionalidade (Leste) ³⁰⁵			0,499	2	0,779	
Africanos	-0,084	0,228	0,134	1	0,714	0,920
Brasileiros	-0,147	0,211	0,486	1	0,486	0,863
Satisfação com a Vida (Sim)	-0,895	0,158	31,965	1	0,000	0,409
O seu patrão deve-lhe dinheiro (Não)	-0,859	0,271	10,076	1	0,002	0,423
Constante	3,476	0,889	15,304	1	0,000	32,333
R ² de Nagelkerke: 0,16						

Sendo o local de trabalho aquele que foi mais associado à discriminação, principalmente entre os inquiridos de Leste, importa olhar para outros indicadores igualmente relativos à discriminação, neste espaço. Comparando a informação recolhida em 2004 com a recolhida em 2002, verificamos um aumento do sentimento de discriminação no local de trabalho, como se pode constatar pelo gráfico abaixo.³⁰⁶

Gráfico 132. Indicadores de sentimento de discriminação no local de trabalho: comparação 2002/2004



Entre 2002 e 2004, a percentagem de inquiridos que declarou haver mais atrasos no pagamento do seu salário, do que no salário dos seus colegas portugueses, subiu de 12% para 15%, enquanto a percentagem de inquiridos que afirmou ter trabalhos mais arriscados ou mais difíceis que os colegas portugueses subiu de 19% para 24%. Mas a diferença mais expressiva é a que diz respeito ao valor do salário, uma vez que os 24% que afirmaram ter salários menores que os portugueses, em 2002, subiram para 34%, em 2004. No que respeita às diferenças entre os grupos, se, em 2002, não havia diferenças significativas entre os três grupos territoriais no que respeita ao atraso no pagamento dos salários, já no que respeitava ao valor do salário eram os imigrantes de Leste (29%), seguidos dos africanos (24%), quem mais declarava que o seu salário era menor do que o dos portu-

303 Categoria de referência: Norte (Norte=0; cada uma das seguintes categorias=1)

304 Categoria de referência: Profissões superiores (Profissões superiores=0; cada uma das seguintes categorias=1)

305 Categoria de referência: Leste (Leste=0; cada uma das seguintes categorias=1)

306 Diferenças significativas, respectivamente, para $p \leq 0,01$, $p \leq 0,001$ e $p \leq 0,001$ (teste T para uma amostra).

gueses.³⁰⁷ Porém, no que respeita à natureza dos trabalhos realizados, em 2002, foram os africanos e brasileiros aqueles que mais afirmaram ter trabalhos mais arriscados ou difíceis.³⁰⁸ Em 2004, a situação apresenta algumas semelhanças: são os imigrantes de Leste que mais tendem a responder que, em comparação com os portugueses, auferem um salário menor e têm trabalhos mais arriscados ou difíceis, seguindo-se os africanos e, finalmente, os brasileiros. Assim, é principalmente nas respostas dos imigrantes de Leste que se registam as maiores diferenças, subindo a percentagem de respostas em relação a todos os itens considerados (e, no último item, subiu para quase o triplo).

Tabela 94. Discriminação dos imigrantes no local de trabalho, por origem nacional do inquirido (comparação 2002/2004).

Pode-me dizer se, no seu trabalho, e comparando com os seus colegas portugueses:	Origem nacional do inquirido (% que respondeu SIM)					
	Africanos		Brasileiros		Leste	
	2002	2004	2002	2004	2002	2004
Há mais atrasos no pagamento do seu salário (n.s.)	13,5	15,4	13,0	12,2	9,8	19,2
O seu salário é menor (***)	24,3	28,3	16,6	25,6	28,9	52,2
Tem trabalhos mais arriscados ou difíceis (**)	23,8	23,5	21,8	19,1	11,0	31,5
Teste do χ^2 : n.s. não significativo; **p≤ 0,01; ***p≤ 0,001						

Também aqui, porém, à semelhança do que acontecia com os indicadores de preconceito e de discriminação em geral, a língua em que foi realizado o inquérito assume importância, na medida em que a percentagem de inquiridos do Leste da Europa que afirmaram receber um salário menor e ter trabalhos mais arriscados ou difíceis é maior entre os inquiridos que responderam ao inquérito em regime de auto-preenchimento, como se pode observar na Tabela 95.

307 $\chi^2(2, 831) = 10,497$;
p<0,01

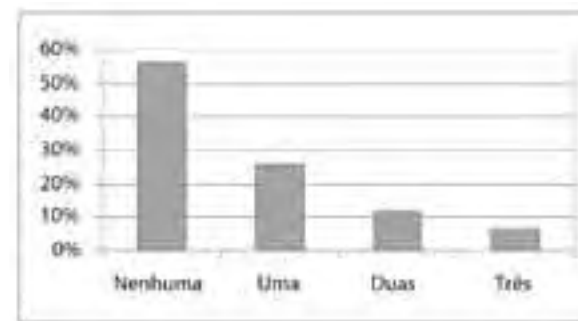
308 $\chi^2(2, 831) = 18,450$;
p<0,00

Tabela 95. Discriminação dos imigrantes de Leste no local de trabalho, por língua do inquérito

	Língua do inquérito	
	Português	Russo
Há mais atrasos no pagamento do seu salário (a)	21%	17%
O seu salário é menor (b)	37%	62%
Tem trabalhos mais arriscados ou difíceis (c)	20%	41%
χ^2 n.s. (b) $\chi^2(1,221)=13,409$ p<0,00 (c) $\chi^2(1,200)=9,960$ p<0,00		

Centrando-nos apenas nos dados de 2004, e à semelhança do que foi feito para a discriminação em geral, é possível reunir estas questões numa só medida de discriminação no local de trabalho³⁰⁹. A distribuição percentual dos inquiridos neste índice é apresentada no Gráfico 133, onde se pode observar que, ainda que mais de metade dos inquiridos tenham declarado não estar sujeitos às situações previstas (56%), os restantes 44% declararam ter estado expostos a uma ou mais destas situações.

Gráfico 133. Índice de Discriminação no local de trabalho (distribuição percentual dos inquiridos)



309 $\alpha=0,64$.

Porém, à semelhança do que acontecia em relação à discriminação em geral, as médias obtidas pelos inquiridos neste índice são diferentes em função do seu grupo nacional de origem.³¹⁰ Os imigrantes de Leste são aqueles que apresentam uma média mais elevada, em relação aos imigrantes africanos e brasileiros, embora as diferenças entre estes dois últimos não sejam significativas.³¹¹

Tabela 96. Percentagem que viveu uma ou mais situações de discriminação no local de trabalho, por origem nacional do inquirido

	Africanos	Brasileiros	Leste Europeus
Nenhuma situação de discriminação	59,2%	64,6%	41,2%
Uma ou mais situações de discriminação	40,8%	35,4%	58,8%
Teste do $\chi^2=32,17$ *** $p<0,001$ N	343	297	243

Tal como acontecia em relação à discriminação em geral, são os indivíduos residentes no Norte e Centro³¹² e mais instruídos³¹³ os que mais reportaram estarem sujeitos a uma

ou mais situações de discriminação no trabalho, bem como aqueles que auferem rendimentos mais baixos,³¹⁴ que estão menos satisfeitos com a vida³¹⁵ e a quem o patrão deve dinheiro.³¹⁶

As restantes variáveis sociodemográficas e de caracterização não revelam relações significativas com a percepção de discriminação dos imigrantes no trabalho.

A análise de regressão logística, cujos resultados se apresentam na Tabela 97, revelou que a probabilidade de ter declarado pelo menos uma situação de discriminação no local de trabalho foi maior entre os imigrantes residentes no Norte do país, em relação aos residentes em Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve. A probabilidade foi também maior entre os imigrantes de Leste, principalmente em relação aos brasileiros³¹⁷, mas também em relação aos africanos³¹⁸, entre os menos satisfeitos com a vida e entre aqueles a quem o patrão devia dinheiro, no momento

310 $F(2,883)= 10,806$;

$p<0,00$.

311 Teste de Scheffe:

Leste>Brasileiros

($p<0,00$); Leste>Africanos

($p<0,00$). Teste do χ^2 ,

(Africanos/Brasileiros)=

2,01 ($p=0,091$).

312 $\chi^2(4, 913)= 21,215$;

$p<0,00$.

313 $\chi^2(8, 889)= 21,075$;

$p<0,01$.

314 $\chi^2(6, 722)= 14,044$;

$p=0,029$.

315 $\chi^2(1, 894)= 38,024$;

$p<0,00$.

316 $\chi^2(1, 900)= 60,574$;

$p<0,00$.

317 $p<0,00$.

318 $p<0,05$.

da inquirição. Este é, aliás, o factor mais importante dos contemplados,³¹⁹ seguido da satisfação com a vida e da origem nacional (principalmente quando se comparam os imigrantes de Leste com os brasileiros).

Tabela 97. Factores explicativos da percepção de discriminação no local de trabalho: análise de regressão logística

	B	S.E.	Wald	gl	Sig.	Exp(B)
Reg (Norte)			11,041	4	0,026	
Centro	-0,261	0,322	0,658	1	0,417	0,770
Lisboa e Vale Tejo	-0,438	0,214	4,183	1	0,041	0,645
Alentejo	-0,647	0,459	1,988	1	0,159	0,524
Algarve	-1,083	0,342	10,036	1	0,002	0,338
Instrução	0,026	0,042	0,385	1	0,535	1,026
Origem (Leste)			13,580	2	0,001	
Africanos	-0,512	0,213	5,765	1	0,016	0,599
Brasileiros	-0,742	0,202	13,541	1	0,00	0,476
Satisfação com a Vida (sim)	-0,655	0,154	18,192	1	0,00	0,520
O seu patrão deve-lhe dinheiro (não)	-1,549	0,269	33,028	1	0,00	0,213
Constante	4,430	0,647	46,931	1	0,00	83,929
R^2 de Nagelkerke: 0,16						

Em conclusão, pode-se afirmar existir alguma disjunção entre a percepção, por parte dos imigrantes, da forma como os portugueses os tratam e a experiência de situações efectivas de discriminação (ou, pelo menos, do discurso sobre essa experiência). Enquanto no primeiro caso, são os brasileiros os que consideram mais negativo o tratamento dado pelos portugueses aos imigrantes (principalmente aos africanos e aos do Leste europeu) e existe um reconhecimento generalizado de serem os imigrantes africanos os mais discriminados, no segundo caso, são os imigrantes de Leste que mais declararam

319 Como se pode verificar pelo valor da estatística Wald.

ter vivido uma ou mais das cinco situações de discriminação referidas, assim como das situações ocorridas no local de trabalho.

Em parte, esta disjunção pode ocorrer porque, no primeiro caso, os inquiridos são levados a pronunciar-se em abstracto a respeito de uma atitude-tipo que caracterizaria a forma de tratamento dada pelos portugueses a cada um dos grupos de imigrantes. Pelo contrário, no segundo caso, os inquiridos são levados a pronunciar-se sobre situações concretas que lhes são colocadas em relação a si próprios, em lugar de relativamente a um grupo abstracto (os “africanos”, os “brasileiros”, os “de Leste”), este último remetendo, até certo ponto, para uma imagem estereotipada das relações interculturais.

A maior percepção da discriminação surge também associada, como vimos, ao grau de instrução. Tomada como indicador de maior complexidade cognitiva, a instrução tornaria os indivíduos mais aptos a identificar situações de eventual discriminação e a nomeá-las. Os indivíduos mais instruídos são ainda aqueles que têm mais interiorizada a norma anti-discriminação (nomeadamente disseminada pela via escolar), pelo que, da mesma forma que tendem menos a assumir sentimentos discriminatórios, também mais facilmente os identificam nos outros, por possuírem os códigos simbólicos que lhes permitem fazê-lo.

CAPÍTULO 9.

MODELOS INTERPRETATIVOS DAS ATITUDES DOS PORTUGUESES

Ao longo dos capítulos anteriores foram descritos alguns dos modos de pensar e actuar dos portugueses relativamente aos imigrantes, designadamente as suas atitudes e estereótipos; e também foi olhado com alguma profundidade o outro lado do espelho, ou seja, as imagens que os imigrantes fazem dos portugueses enquanto população receptora. De todas estas questões, há uma que marcou sobremaneira o estudo e que é seguramente fundamental na discussão sobre imigração: a posição face ao número de imigrantes no país, já analisada em função de variáveis sociodemográficas, interpessoais e intrapessoais, como os valores ou os estereótipos.

Todavia, mais do que a análise descritiva e bivariada das relações anteriores, torna-se indispensável uma análise multivariada, capaz de oferecer uma visão de conjunto acerca das razões de oposição ou aceitação de imigrantes no país. Sabendo que estas serão sempre de vária ordem e em número indeterminável, é impossível apresentar um modelo com a amplitude necessária à explicação cabal deste tipo de posições. Mas a consciência dessa limitação apenas exige que se caminhe nesse sentido, procurando as relações de justaposição entre variáveis, para poder apontar, ou ao menos sugerir, aquelas que mais nos aproximam de uma boa explicação, apresentando maior capacidade preditiva das atitudes.

Este esforço de apresentação e teste simultâneo do conjunto de variáveis relacionadas com as atitudes face ao número de imigrantes é recorrente em sondagens do género (como as presentes no Eurobarómetro) – é como que um passo obrigatório, pois apenas assim poderá ser compreendida a importância relativa de cada variável preditora na explicação da variável dependente, a atitude face ao número de imigrantes. No capítulo referente às atitudes perante os imigrantes, foram discutidos três blocos atitudinais, relativamente à questão do número de imigrantes, à valorização da imigração e às atitudes face aos direitos e condições de repatriação dos imigrantes. Retomamo-los, pois, atribuindo maior relevância ao primeiro. Mas os outros dois não deixarão de ser aqui tratados; começa-se, aliás, por eles.

1. DIREITOS E REPATRIAÇÃO

Como se verificou anteriormente, a população portuguesa apresenta atitudes contraditórias a respeito dos direitos e das condições de repatriação dos imigrantes. Se, por um lado, considera que os imigrantes legais devem ver facilitada a naturalização, ter direito ao reagrupamento familiar e poder votar como os portugueses, por outro, a maioria pensa que um imigrante, apesar de legal, deve ser enviado para o seu país de origem se cometer algum tipo de crime e, até, para 61% da população, caso não tenha trabalho. Estes dados indicam dois aspectos relevantes para a compreensão da atitude dos portugueses. Em primeiro lugar, parece que a maioria dos respondentes não tem uma posição coerente e estruturada relativamente a este assunto, aparentando responder emocionalmente: compreendem as dificuldades dos imigrantes, em termos de relações profissionais e familiares, mas com alguma facilidade lhes foge o coração para a pátria, ou para os seus familiares e amigos com dificuldades económicas, e, perante o crime e o desemprego, optam por os não querer cá. Este aspecto remete, em nosso entender, para o facto dos valores e atitudes serem, muitas vezes, intrinsecamente contraditórios e complexos; e, assim, atitudes de empatia solidária com as condições difíceis de vida dos imigrantes coexistem com a intolerância.

Em segundo lugar, talvez estejamos perante o que se poderá designar como uma visão utilitária da imigração – os imigrantes devem ser bem tratados e estar cá com todas as condições mas apenas enquanto forem úteis aos portugueses. Aliás, esta visão da imigração é coerente com alguns discursos dos poderes políticos e de colunistas, que reforçam nas suas intervenções a importância laboral das pessoas migradas, esquecendo-se tantas vezes de referir que estas são mais que mão-de-obra: transportam com elas a sua família, os seus sonhos e desejos, a sua cultura e tudo o mais que os constitui como pessoas. Esta visão utilitária da imigração, crê-se, poderá ser ponto fundamental na compreensão do tipo de estratégias de relacionamento entre imigrantes e sociedade em geral preferidas pelos cidadãos portugueses. É algo que, infelizmente, não é possível analisar convenientemente neste lugar, dada a natureza dos dados de que dispomos, mas que, futuramente, em estudos sobre a integração, nomeadamente nas áreas das orientações de aculturação (Berry, 2001; Bourhis et al., 1997), poderá ter um papel importante.

Recordamos as posições dos portugueses relativamente aos imigrantes legais e ilegais, já estudadas (Tabela 98 e Tabela 99).

Tabela 98. Percentagem de portugueses que concorda com direitos para imigrantes legais

Direitos dos imigrantes a residir legalmente em Portugal	Concorda
Devem poder votar como os portugueses	77,9
Deve-lhes ser facilitada a naturalização	83,2
Devem poder trazer a sua família para Portugal	87,2
Devem ser reenviados para os seus países, mesmo tendo filhos nascidos em Portugal	17,8
Devem ser reenviados para os seus países, se cometerem algum tipo de crime	79,5
Devem ser reenviados para os seus países, se não tiverem trabalho	61,3

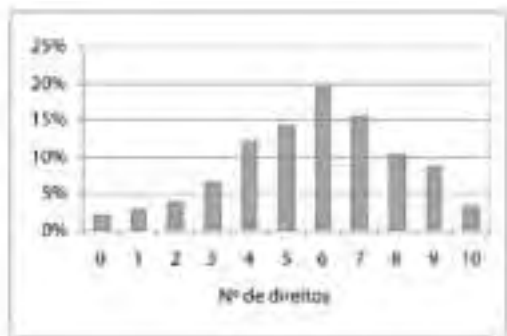
Tabela 99. Percentagem de portugueses que concorda com direitos para imigrantes ilegais

Direitos dos imigrantes a residir ilegalmente em Portugal	Concorda
Devem ser protegidos nos seus direitos laborais	68,2
Deve-lhes ser facilitada a legalização	76,0
Devem ser reenviados para os seus países, se não tiverem trabalho	75,0
Devem ser todos reenviados para os seus países de origem	43,9

No Cap. 5, com o objectivo de descrever e analisar os conteúdos e significados destes direitos, os indicadores foram agrupados, a partir de uma análise factorial em componentes principais, em três factores: os direitos dos imigrantes legais, os dos imigrantes ilegais e as condições de repatriação. Neste momento, por facilidade de leitura, a opção tomada foi no sentido de considerar todos os indicadores numa única variável, que designámos *direitos dos imigrantes*.³²⁰ Para este efeito, alguns indicadores foram invertidos de forma a que todos apontassem no mesmo sentido. O índice resultante varia entre 0 (mínimos direitos) e 10 (máximos direitos). Olhando o Gráfico 134, constata-se que a sua **320** $\alpha=0,72$.

distribuição é ligeiramente assimétrica e positiva, com 58% dos portugueses a declarar-se favorável aos direitos dos imigrantes em seis ou mais situações.

Gráfico 134. Distribuição da variável 'Direitos dos imigrantes'



Esta variável - *direitos dos imigrantes* - foi tomada como variável dependente numa regressão linear múltipla, tendo como variáveis independentes todas aquelas que se apresentavam como possíveis preditores, em função de análise bivariada feita anteriormente. Utilizando o método stepwise num único bloco, encontraram-se 10 preditores válidos, explicando 17,2% da variância (Tabela 100). Os cinco primeiros preditores a entrar na regressão foram o racismo, o nível de associação de imigrantes a crime (estereótipos negativos), a escolaridade, a percepção de diferença cultural e os estereótipos positivos. Aqueles que mais direitos dariam a imigrantes são, portanto, os menos racistas, os que menos associam imigrantes a crime, os mais instruídos, os que percebem menores diferenças culturais e os que mais estereótipos positivos têm acerca de imigrantes. Tomando em atenção os cinco maiores valores de β (normalizados), constata-se serem os melhores preditores o racismo, o grau de instrução, a percepção da diferença cultural, a associação de imigrantes ao crime e o valor de protecção aos mais desfavorecidos.

Tabela 100. Preditores de 'direitos dos imigrantes'

	β	t	p
(Constante)		8,962	0,00
Racismo	-0,216	-7,369	0,00
Estereótipos negativos (número de ocorrências)	-0,103	-3,676	0,00
Grau de instrução	0,123	4,435	0,00
Percepção da diferença cultural	0,110	3,941	0,00
Estereótipos positivos (número de ocorrências)	0,095	3,200	0,001
Região	0,081	2,991	0,003
'Proteger os mais desfavorecidos'	-0,103	-3,655	0,00
'Garantir a todos as mesmas oportunidades'	-0,090	-3,084	0,002
Etnia (branco vs. outros)	0,073	2,691	0,007
Emigração de familiares	-0,067	-2,472	0,014

Com o intuito de observar o peso relativo dos diversos tipos de variáveis, realizou-se uma nova regressão, tendo como variáveis independentes apenas as dez que provaram ser boas predictoras dos direitos dos imigrantes. Como se observa na Tabela 101, os melhores preditores do nível de direitos a atribuir a imigrantes são o racismo e a percepção de diferença cultural, que, colocados em equação posteriormente a todas os outros provocam o maior aumento de variância explicada.³²¹

321 $\Delta R^2=6,6\%$.

Tabela 101. Preditores de 'Direitos dos imigrantes', por tipo de variável

	R ² aj.=17,2%	β	t	p	ΔR2
	(Constante)		15,679	0,00	
Sociodemográficas	Região (Norte vs. Outros)	0,067	2,619	0,009	3,4%
	Etnia (outros vs. branco)	-0,047	-1,867	0,062	
	Grau de instrução	0,135	5,212	0,00	
Interpessoais	'Algum dos seus familiares saiu de Portugal para trabalhar?'	0,058	2,300	0,022	0,9%
Valores	'Garantir a todos as mesmas oportunidades'	0,074	2,706	0,007	1,8%
	'Proteger os mais desfavorecidos'	0,091	3,445	0,001	
Estereótipos	Estereótipos positivos total (número de ocorrências)	0,078	2,797	0,005	4,5%
	Estereótipos negativos total (número de ocorrências)	-0,098	-3,719	0,00	
Intergrupais	Racismo	-0,244	-8,740	0,00	6,6%
	Percepção da diferença cultural	-0,119	-4,543	0,00	

A leitura da Tabela 101 suscita alguns comentários interessantes. No que respeita às variáveis sociodemográficas, verifica-se que os indivíduos que residem no norte do país tendem menos a defender os direitos dos imigrantes do que os residentes nas restantes zonas de Portugal. Trata-se de um resultado consentâneo com os apresentados anteriormente, por exemplo, sobre o racismo, segundo os quais eram igualmente os indivíduos residentes no Norte que manifestavam maior preconceito em relação aos imigrantes. Além disso, é consistente com o que se conhece das características dessa população, tradicionalmente caracterizada por valores mais conservadores (em termos religiosos, morais e políticos). A etnia, no entanto, deixa de ser significativa. Mas a instrução revela-se o mais importante preditor, de entre as variáveis sociodemográficas, e o segundo mais

importante de todo o modelo (a seguir ao racismo), sendo os indivíduos mais instruídos aqueles que mais tendem a defender os direitos dos imigrantes.

Vimos anteriormente que a experiência directa de emigração, ao contrário do que o senso comum poderia levar a crer, não é significativa em relação aos direitos dos imigrantes. Pelo contrário, o facto de ter um familiar emigrado contribui significativamente para compreender a defesa dos direitos dos imigrantes, embora de forma ténue, pois explica menos de 1% da variância total das respostas.

No campo dos valores, não nos surpreende constatar, igualmente, que tendem mais a concordar com a atribuição de direitos aos imigrantes aqueles que partilham valores igualitários e de solidariedade social. Estas variáveis explicam cerca de 2% das respostas dos inquiridos.

No entanto, os grupos de factores mais significativos são, sem dúvida, os relacionados com os estereótipos e com o preconceito, que explicam cerca de 5% e 7% das respostas dos inquiridos, respectivamente. A defesa dos direitos dos imigrantes diminui à medida que aumentam as atitudes racistas dos indivíduos, a sua percepção dos imigrantes como culturalmente diferentes, mas também o número de ideias negativas a seu respeito (estereótipos negativos). Em contrapartida, a defesa dos direitos dos imigrantes aumenta na medida em que aumenta o número de ideias positivas (estereótipos positivos). Em todo o caso, é interessante constatar que a força dos estereótipos positivos para a explicação da defesa dos direitos é bastante menor que a do preconceito (racismo ou percepção da diferença cultural).

2. VALORIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO

O segundo grande grupo de atitudes perante a imigração estudado neste inquérito remete para um assunto que designamos como valorização da imigração, com o qual se pretende compreender se, independentemente dos direitos e condições de repatriação e da resistência à imigração, os portugueses valorizam a imigração e em que aspectos a consideram mais relevante para o país. Tal como as restantes dimensões das atitudes, a

análise descritiva desta variável foi efectuada no Cap. 5. Como aí se indica, foi construído um índice³²², a partir dos seguintes indicadores: ‘A sua presença enriquece a vida cultural do nosso país’; ‘São fundamentais para a vida económica do país’; ‘Fazem os trabalhos que os portugueses não querem’; ‘Recebem da segurança social mais do que dão’; ‘A convivência entre imigrantes e portugueses traz sempre problemas e conflitos’.

Com ele se pretende, pois, analisar o efeito conjunto dos diversos preditores, cuja relação com esta variável dependente (V.D.), ‘valorização da imigração’, já foi descrita anteriormente (vide Cap. 5). Com esta finalidade, realizou-se uma série de regressões lineares, tendo a primeira como variáveis independentes (V.I.) as variáveis sociodemográficas correlacionadas com a V.D. (método stepwise). Na segunda regressão, apenas entraram os Valores e as V.I. que, na regressão anterior, se mostraram preditores válidos ($p < 0,05$) e assim sucessivamente. Da última regressão, que justifica 19,2% da variância,³²³ concluiu-se serem os melhores preditores, por ordem decrescente, o racismo, o grau de instrução, o número de estereótipos positivos, o rendimento e o número de crimes associados a imigrantes (Tabela 102). As pessoas que mais valorizam a imigração são, portanto: as que não assumem atitudes racistas; as mais instruídas; as que atribuem mais características positivas aos imigrantes; as que auferem maiores rendimentos; e as que menos associam imigração e crime.

322 O índice ($\alpha = 0,59$)

varia entre 1=

Desvalorização da imigração e 4= Valorização da imigração (M=2,85;

dp=0,47; Moda=3;

Mediana=2,8; Min=1;

Max=4).

323 R^2 ajust. =19,2%.

Tabela 102. Preditores de ‘Valorização da Imigração’

		β	t	p	ΔR^2
	(Constante)		24,423	0,00	
Sociodemográficas	Grau de instrução	0,137	4,234	0,00	7,8%
	Rendimento líquido mensal da família	0,128	4,015	0,00	
Valores	Materiais/Pós-Materiais	0,106	3,694	0,00	4,5%
	‘Que importância tem para si dedicar a vida aos outros?’	0,107	3,841	0,00	
Estereótipos	Estereótipos positivos (número de ocorrências)	0,131	4,315	0,00	4,7%
	Estereótipos negativos (número de ocorrências)	-0,115	-3,970	0,00	
Intergrupais	Racismo	-0,166	-5,521	0,00	2,9%
	Percepção de Diferença Cultural	-0,066	-2,295	0,022	

Repare-se que, ao contrário do que acontece com os direitos dos imigrantes, o maior diferencial de variância explicada (ΔR^2) não é trazido pelas variáveis de último nível. Contudo, tal não implica que estas não sejam as mais importantes para a compreensão da valorização, uma vez que o método utilizado apenas permite detectar o diferencial acrescentado por cada conjunto de variáveis à variância explicada pelos grupos de variáveis já inseridos no modelo. Porém, é possível afirmar que o racismo e a percepção de diferença cultural pouco acrescentam à justificação da V.D. já garantida pelas outras variáveis no modelo.

3. RESISTÊNCIA À IMIGRAÇÃO – DOIS MODELOS INTERPRETATIVOS

Recentemente, no jornal Público de 16/05/05, o jornalista Ricardo Dias Felner relatava as conclusões de um estudo efectuado pelo Observatório Europeu do Racismo e Xenofobia: “os resultados do maior estudo já feito na União Europeia (UE) sobre racismo e xenofobia não permitem conclusões unívocas sobre o grau de discriminação dos migrantes. Mas

deixam claro uma tendência: metade dos europeus, sobretudo os menos instruídos e com empregos precários, embora aceite conviver com outras etnias, é contra a entrada de mais estrangeiros.” E mais adiante: “Resulta também das estatísticas que as classes com qualificações mais baixas, residentes em meio rural e com salários inferiores, mostram atitudes mais agressivas contra os imigrantes, receando a sua concorrência no mercado de trabalho”. Este relato elucida a importância das atitudes face à imigração para a opinião pública. O principal destaque é dado à oposição à entrada de mais imigrantes. O destaque seguinte é dado às variáveis sociodemográficas que explicam essa oposição. Em terceiro lugar, infere-se uma justificação³²⁴ – “receando a concorrência no mercado de trabalho” – para essa explicação.

Esta é uma conclusão habitual em estudos sobre atitudes perante a imigração. São os mais pobres, os menos instruídos, os que habitam ambientes rurais os que mais se opõem à imigração. As análises realizadas nos capítulos anteriores também nos conduzem a conclusões semelhantes. Concretamente, segundo os nossos dados, também são as pessoas com menor escolaridade e rendimentos as que mais se opõem à imigração. Porém, para compreender esta atitude, é necessário verificar o poder explicativo destas variáveis quando equacionadas conjuntamente com variáveis de outro tipo, também significativamente relacionadas com a atitude.

Primeiro modelo

Para testar os vários preditores em simultâneo, seguimos duas metodologias diferentes. Uma primeira, porventura mais adequada ao tipo de dados de que dispomos, é uma regressão logística que coloca em equação a variável dependente (V.D.) resistência à imigração. A construção desta variável implicou algumas decisões metodológicas. Como se viu atrás, os inquiridos pronunciaram-se sobre se, no seu entender, o número de imigrantes deveria aumentar, manter-se ou diminuir. A mesma questão foi colocada relativamente a imigrantes de cinco origens territoriais diferentes. Destas, apenas foram tratadas as respostas acerca dos imigrantes africanos, brasileiros e da Europa de Leste,

por serem os grupos nacionais mais representados na sociedade portuguesa. Foi efectuada uma média das respostas de cada inquirido em relação a cada um destes grupos. Esta média constituiu uma nova variável cuja distribuição foi dividida pela mediana, criando assim uma variável de tipo dicotómico, a que chamámos, adoptando a terminologia de Coenders *et al.* (2005), resistência à imigração. Nesta nova variável, ao valor 0 (zero) corresponde uma atitude mais favorável à imigração (menor resistência) e a 1 (um) uma atitude mais desfavorável (maior resistência).

Tendo esta nova variável como V.D., foram colocadas em equação numa regressão logística todas as variáveis que se mostraram relacionadas com a V.D., como demonstrado nos capítulos anteriores. Em função do elevado número e diferente tipologia de variáveis, a opção tomada foi a de observar por blocos o efeito das variáveis na V.D. Entraram em primeiro lugar as variáveis sociodemográficas, seguidas do bloco das interpessoais, depois a satisfação com a vida, os valores sociopolíticos, os estereótipos e, por último, o racismo e a percepção de diferença cultural. Em cada etapa apenas eram conservadas para a seguinte as variáveis que mantivessem uma contribuição significativa na explicação da V.D. (Tabela 103).

Entre os preditores sociodemográficos (passo 1), o sexo, a cor da pele e o grau de instrução contribuem significativamente para a explicação da atitude de rejeição da imigração. Das duas variáveis interpessoais consideradas (passo 2), verifica-se que apenas a amizade intergrupala parece interferir na explicação da V.D., confirmando que a existência de contactos intergrupais positivos pode, de facto, contribuir para a mudança da atitude face ao exogrupo. Apesar da entrada destas no modelo, as restantes variáveis mantêm-se significativas. A satisfação com a vida (3) nada acrescenta em relação às anteriores. Quanto aos valores (4), constata-se que são as pessoas mais conservadoras, não igualitárias e materialistas as que mais defendem a diminuição do número de imigrantes. A entrada destas variáveis no modelo provocou a queda da contribuição do grau de instrução. No passo seguinte (5), com o ingresso dos estereótipos positivos e negativos³²⁵, a cor da pele dos respondentes deixa de ser significativa. Com as últimas duas variáveis já em equação, observa-se a queda do conservadorismo e da percepção de diferença cultural para níveis de correlação não significativos.

325 Associação dos imigrantes à criminalidade.

324 A justificação é avançada pelos investigadores e não pelo jornalista, como se constata no media release disponibilizado em <http://eumc.eu.int/eumc/material/pub/eurobarometer/EB2005/MR-194-03-05-01-EN.pdf>

Entradas todas as variáveis, mantêm-se como bons preditores da V.D. o sexo, a amizade intergrupala, o igualitarismo, os valores materiais, o número de estereótipos positivos, o número de estereótipos negativos e o racismo. A diminuição do número de imigrantes é defendida: por quem afirma uma maior associação entre imigrantes e crime; por quem de um modo aberto assume posições que são manifestamente racistas; pelas mulheres; por quem atribui menor número de características positivas aos imigrantes; pelos que aderem a valores materiais; pelos não igualitários; e, com menor expressão, mas ainda significativa, pelos que não mantêm relações pessoais com os imigrantes.

Tabela 103. Resistência à imigração: análise de regressão logística

	B	S.E.	Wald	p	Exp(B)
Passo 1					
Sexo (0=M; 1=F)	0,320	0,146	4,799	0,028	1,377
Etnia (0=outros; 1=branco)	1,104	0,358	9,532	0,002	3,016
Grau de Instrução	-0,197	0,065	9,108	0,003	0,821
2					
Sexo (0=M; 1=F)	0,365	0,112	10,627	0,001	1,441
Etnia (0=outros;1=branco)	0,520	0,217	5,741	0,017	1,682
Grau de Instrução	-0,147	0,039	14,318	0,00	0,863
Índice de Amizade Intergrupala	-0,193	0,047	17,106	0,00	0,825
3					
Sexo (0=M; 1=F)	0,323	0,112	8,264	0,004	1,381
Etnia (0=outros; 1=branco)	0,458	0,220	4,322	0,038	1,581
Grau de Instrução	-0,137	0,040	11,816	0,001	0,872
Índice de Amizade Intergrupala	-0,206	0,046	20,301	0,00	0,814
4					
Sexo (0=M; 1=F)	0,479	0,127	14,339	0,00	1,615
Etnia (0=outros; 1=branco)	0,500	0,250	3,982	0,046	1,648
Índice de Amizade Intergrupala	-0,167	0,051	10,806	0,001	0,846
Índice de Conservadorismo	0,228	0,098	5,368	0,021	1,256

'Garantir a todos as mesmas oportunidades' (sim)	-0,415	0,126	10,858	0,001	0,660
Valores materiais	0,201	0,091	4,827	0,028	1,222
5					
Sexo (0=M; 1=F)	0,413	0,123	11,381	0,001	1,512
Índice de Amizade Intergrupala	-0,146	0,050	8,466	0,004	0,864
Índice de Conservadorismo	0,195	0,095	4,216	0,040	1,215
'Garantir a todos as mesmas oportunidades' (sim)	-0,307	0,124	6,094	0,014	0,736
Valores materiais	0,228	0,089	6,604	0,010	1,256
Índice Estereótipos positivos	-0,073	0,013	29,546	0,00	0,930
Índice Estereótipos Negativos	0,110	0,020	30,620	0,00	1,116
6					
Sexo (0=M; 1=F)	0,476	0,127	13,986	0,00	1,609
Índice de Amizade Intergrupala	-0,114	0,052	4,829	0,028	0,892
'Garantir a todos as mesmas oportunidades' (sim)	-0,289	0,130	4,942	0,026	0,749
Valores materiais	0,228	0,093	6,053	0,014	1,256
Índice Estereótipos Positivos	-0,045	0,015	9,517	0,002	0,956
Índice Estereótipos Negativos	0,104	0,021	25,446	0,00	1,110
Índice de Racismo	0,044	0,012	14,341	0,00	1,045

Porém, um dos aspectos que tem vindo a ser referido ao longo dos anteriores capítulos é a preocupação deste estudo em tentar compreender se as atitudes diferenciam negativamente algum dos principais grupos de imigrantes presentes em Portugal, manifestando assim, de forma encoberta, um preconceito em relação aos mesmos. Por exemplo, no Cap. 8, sobre o preconceito e a sua influência sobre as atitudes face à imigração, verificámos, precisamente, que os indivíduos mais racistas e que mais tendem a perceber os imigrantes como diferentes do ponto de vista cultural apresentam maior resistência à imigração dos imigrantes africanos do que dos restantes dois grupos nacionais. É precisamente esta análise que pretendemos aprofundar, neste ponto, procedendo a uma análise multivariada em que, além das variáveis relativas ao preconceito, sejam incluídas também outras potencialmente significativas. O modelo e o procedimento utilizados foram os

mesmos que os da análise anterior (cf. Tabela 103), ou seja, os diferentes grupos de variáveis (sociodemográficas, interpessoais, psicológicas, valores sociopolíticos, estereótipos e preconceito) foram introduzidos no modelo separadamente, de forma sequencial. Entre cada passo, foram retiradas as variáveis que não se revelaram significativas, de modo que só as significativas integrassem o passo seguinte, em que outras eram introduzidas. Podemos observar os resultados destas análises na Tabela 104.³²⁶

Tabela 104. Resistência à imigração de imigrantes africanos, brasileiros e de Leste: análises de regressão logística

	Africanos	Brasileiros	Leste
Passo 1			
Sexo (0=M; 1=F)	1.364*		1.424*
Etnia (0=outros; 1=branco)	3.534***	2.379*	
Grau de Instrução	0.774***	0.842**	0.819**
Religião (0=sem religião; 1=com religião)	1.806**		1.589*
2			
Sexo (0=M; 1=F)	1.320*		1.448***
Etnia (0=outros; 1=branco)	1.922**		
Grau de Instrução	0.856***	0.871***	0.831***
Religião (0=sem religião; 1=com religião)	1.792***		1.667**
Experiência directa de emigração		0.670**	
Índice de Amizade Intergrupar	0.839***	0.836***	0.840***
3			
Sexo (0=M; 1=F)	1.285*		1.406**
Etnia (0=outros; 1=branco)	1.775*		
Grau de Instrução	0.869***	0.874***	0.848***
Religião (0=sem religião; 1=com religião)	1.870***		1.721**
Experiência directa de emigração		0.659**	
Índice de Amizade Intergrupar	0.823***	0.827***	0.816***
Satisfação com a vida	0.864*		0.846*
4			
Sexo (0=M; 1=F)	1.481**		
Etnia (0=outros; 1=branco)	2.015**		

	Grau de instrução		0.914*	0.880**
	Religião (0=sem religião; 1=com religião)	1.622*		1.533*
	Experiência directa de emigração		0.622**	
	Índice de Amizade Intergrupar	0.850**	0.866**	0.854**
	Índice de Conservadorismo	1.371**	1.218*	1.281*
	'Garantir a todos as mesmas oportunidades' (sim)	0.690**	0.737*	0.657***
	Valores materiais	1.229*	1.252*	1.195*
5				
	Sexo (0=M; 1=F)	1.423**		1.585***
	Etnia (0=outros; 1=branco)	1.843*		
	Grau de instrução		0.918*	0.889*
	Religião (0=sem religião; 1=com religião)	1.570*		
	Experiência directa de emigração		0.641**	
	Índice de Amizade Intergrupar	0.871**	0.900*	0.896*
	Índice de Conservadorismo	1.323**		1.225*
	'Garantir a todos as mesmas oportunidades' (sim)	0.758*		0.745*
	Valores materiais	1.287**	1.258*	1.198*
	Índice Estereótipos positivos	0.922***	0.930***	0.934***
	Índice Estereótipos negativos	1.138***	1.115***	1.118***
6				
	Sexo (0=M; 1=F)	1.553***		1.719***
	Etnia (0=outros; 1=branco)	2.085**		
	Grau de instrução		0.886**	0.868**
	Religião (0=sem religião; 1=com religião)	1.497*		
	Experiência directa de emigração		0.681*	
	Índice de Conservadorismo	1.291*		
	'Garantir a todos as mesmas oportunidades' (sim)			0.754*
	Valores materiais	1.259*	1.277**	1.202*
	Índice Estereótipos Positivos	0.952***	0.953***	0.956**
	Índice Estereótipos Negativos	1.124***	1.107***	1.110***
	Índice de Racismo	1.056***	1.037***	1.032**
	Percepção da Diferença Cultural	1.341*	1.303*	1.344*
Valores de Exp[b] * p<0,05 **p<0,01 *** p<0,001				

Fixando-nos apenas no sexto e último passo, que apresenta o maior número de variáveis com poder explicativo, chegamos, assim, a algumas conclusões interessantes, quando comparamos os resultados dos três grupos.

No que diz respeito às atitudes face aos imigrantes africanos, a probabilidade de responder que o seu número deveria diminuir é maior entre as mulheres, os indivíduos brancos e aqueles que se identificam com posição religiosa. É igualmente maior entre aqueles que partilham mais valores autoritários e materiais, mais estereótipos negativos, mais atitudes racistas e que mais tendem a perceber os imigrantes como culturalmente diferentes dos portugueses. Pelo contrário, a probabilidade de rejeitar a imigração de africanos para Portugal diminui na medida em que se partilham mais imagens positivas a respeito da imigração. Este é o único grupo em relação ao qual a cor da pele se revelou significativa para a explicação da resistência à imigração, quando controlado o efeito das restantes variáveis.

Os resultados em relação aos imigrantes de Leste são, em alguns aspectos, semelhantes a estes, com excepção da etnia e da religião (que não se revelaram significativas) e da educação (que acabou por se revelar significativa, diminuindo a probabilidade de rejeitar a imigração de europeus de Leste à medida que aumenta o grau de instrução). Também apenas em relação a estes imigrantes os valores igualitários se revelaram significativos, sendo menor a probabilidade de rejeitar este tipo de imigração entre os que consideram que se deve ‘garantir a todos as mesmas oportunidades’.

Encontramos a mesma relação entre educação e rejeição da imigração nos resultados relativos aos imigrantes brasileiros. No entanto, estes apresentam-se um pouco diferentes dos outros, nomeadamente no que respeita à importância das variáveis socio-demográficas e interpessoais. De facto, este grupo é o único em relação ao qual o sexo nunca revela poder explicativo; e também unicamente em relação a ele a experiência directa de emigração (isto é, o facto do inquirido ter sido emigrante) se revela significativa para prever a resistência à imigração, sendo que a probabilidade de rejeitar a vinda e a presença de imigrantes brasileiros é

maior entre os indivíduos que nunca tiveram tal experiência. No restante, os resultados são semelhantes aos encontrados para os outros dois grupos, sendo a resistência à imigração brasileira maior entre os que tendem para os valores materiais, os que partilham mais estereótipos negativos e menos estereótipos positivos, os mais racistas e os que tendem a exagerar a diferença cultural dos imigrantes.

Segundo modelo

Uma outra hipótese de análise desta dimensão das atitudes face aos imigrantes foi-nos sugerida pela leitura de Pettigrew (1999) e de Vala e Lopes (2003), que propõem, para o caso do racismo, uma interessante forma de sistematização dos seus preditores. Não sendo a mais adequada para alguns dos nossos dados, quisemos ainda assim fazer esta abordagem e discutir as leituras que esta exploração permite.

A partir de todas as variáveis potencialmente explicativas, de natureza sociodemográfica, inter-individual e relativa aos valores sociopolíticos, relacionadas com a rejeição da imigração, foi realizada uma análise em componentes principais (rotação varimax), com o intuito de procurar uma organização destes preditores. Emergiram da análise 5 factores, conforme indicados na Tabela 105, os quais passamos a designar por: (1) Classe Social; (2) Satisfação com a vida; (3) Direitos das Minorias; (4) Tradicionalismo; e (5) Experiência de Emigração. Estes factores explicam 51% da variância total das respostas dos inquiridos.

326 As variáveis não significativas não foram, por norma, incluídas no quadro. Contudo, como este apresenta resultados de 3 regressões diferentes, pode acontecer que uma variável seja significativa em relação a um grupo, mas não em relação a outro(s). Nesse caso, as células em branco representam resultados não significativos.

Tabela 105. Identificação de factores potencialmente preditores da resistência à imigração: análise factorial em componentes principais

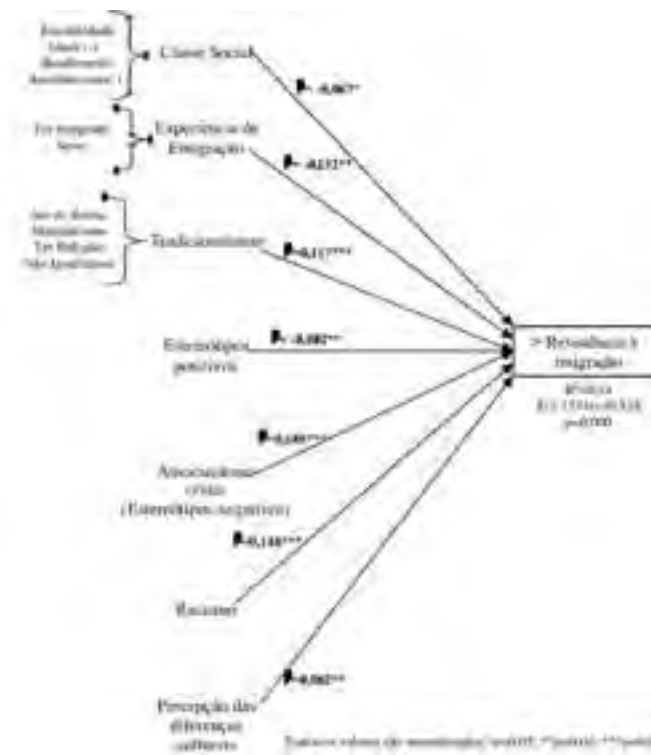
	Factores preditores da resistência à imigração				
	Classe Social	Satisfação com a vida	Direitos das Minorias	Tradicionalismo	Experiência de Emigração
Escolaridade	0,794				
Idade	-0,592		-0,523		
Rendimento	0,575	0,371			
Autoritarismo	-0,552		0,261	0,321	
Satisfeito com a vida		0,784			
Situação económica actual percebida		-0,761			
Amizade intergruppal	0,264		0,620		-0,396
Direitos de Homossexuais			0,588	-0,252	0,295
Cor da pele			0,509		
Posição política (esq. vs. outros)			-0,202	-0,623	
Valores materiais				-0,589	
Posição religiosa (religiosos vs. outros)	-0,209			-0,509	
Garantir a todos as mesmas oportunidades				-0,505	
Saiu de Portugal para trabalhar					0,734
Sexo			0,207		0,643
Valores próprios	2,468	1,562	1,338	1,188	1,041

São apenas apresentados os pesos factoriais com valores superiores a 0,2

Em seguida, foi equacionada uma regressão linear tendo como variável dependente a média da resistência à imigração oriunda de países africanos, da Europa de Leste e do Brasil. Como variáveis independentes, foram utilizados os cinco factores encontrados

na Análise em Componentes Principais precedente, assim como o número de estereótipos positivos e negativos relativos a imigrantes, o racismo e a percepção de diferenças culturais. Segundo esta análise, as pessoas que manifestam maior oposição à imigração são aquelas que, como se observa no esquema seguinte: mais associam os imigrantes a situações de criminalidade; são abertamente racistas; nunca emigraram (especialmente, as mulheres); são tradicionalistas (politicamente de direita, materialistas, religiosos...); detêm poucos estereótipos positivos acerca de imigrantes; percebem uma maior diferença cultural entre portugueses e imigrantes; têm menor grau de escolaridade e salários mais baixos.

Para além do rendimento, outras medidas objectivas e subjectivas da situação económica revelaram-se maus preditores, contradizendo algumas das principais “conclusões” normalmente apresentadas na esfera pública quando se debate a imigração.



Comparando as duas análises, observa-se o papel da associação dos imigrantes ao crime como principal preditor da resistência à imigração. Em ambos os casos, surge mesmo antes daquele que poderíamos prever ser o indicador mais forte – o racismo declarado –, que surge em segundo lugar.

Para além destas variáveis, ambas as regressões destacam também de modo evidente a importância de valores como o materialismo e o igualitarismo e dos estereótipos positivos para a explicação da atitude face ao número de imigrantes.

Por outro lado, o sexo dos inquiridos é claramente fundamental na compreensão destes dados. As mulheres, ao contrário do que alguns estereótipos sobre a “natureza feminina”, que as associariam a uma maior sensibilidade, poderiam levar a supor, manifestam uma resistência à imigração superior à dos homens. Ao ponto desta variável ser a única sociodemográfica a surgir como preditora válida nas duas regressões.

Uma pista de explicação deste resultado pode estar no facto de ser entre as mulheres que se encontram os maiores sentimentos de insegurança, em comparação com os homens, mesmo quando se trata de um tipo de criminalidade em que elas são, tradicionalmente, menos vitimadas (como é o caso do assalto, que afecta mais os homens, jovens).³²⁷ A este respeito, alguns autores falaram mesmo de uma “disjunção entre o medo e o risco”, ou seja, uma disparidade existente entre o sentimento de insegurança e o risco objectivo de vitimação, que faz com que sejam os grupos em que este risco é mais fraco os que sentem mais medo (v.g. os idosos e as mulheres) (Garofalo, 1979, citado por Fillieule 2001: 107).

Em todo o caso, não é possível testar neste estudo se este é um factor que se relaciona, efectivamente, com a maior resistência das mulheres à imigração, pelo que avançamos esta explicação apenas como uma hipótese a ser investigada em trabalhos futuros.

327 Diversos trabalhos relativos à vitimação e segurança do Observatório da Segurança dos concelhos de Lisboa, Almada e Loures, realizados no Centro de Estudos e Sondagens da Universidade Católica Portuguesa, têm dado conta desta realidade, em termos empíricos.

CONCLUSÃO

O presente estudo, sobre as imagens recíprocas dos portugueses e dos imigrantes que viviam Portugal em meados de 2004, está baseado em duas sondagens feitas nas mesmas localidades e nas mesmas datas e representativas das respectivas populações. A intenção geral da investigação era fazer dois retratos paralelos das atitudes dos portugueses em relação aos estrangeiros e destes em relação à sociedade de acolhimento.

Os objectivos da investigação consistiam, em termos mais específicos, no que reporta à população portuguesa, em caracterizar, compreender e explicar as suas representações e atitudes face aos imigrantes relativamente à sua presença entre nós, no que se refere ao número, à inserção social, às relações de trabalho, aos direitos cívicos e aos impactos económicos, sociais e culturais na sociedade portuguesa em geral. No que respeita à sondagem aos imigrantes, pretendia-se detectar, compreender e explicar as suas atitudes relativamente à sociedade de acolhimento, designadamente no que se refere à percepção da discriminação e à sua inclusão social, bem como caracterizar as populações imigrantes em termos sociodemográficos, trajectória migratória, redes de apoio e planos de reagrupamento familiar.

Retomando o essencial do que foi obtido nos capítulos deste trabalho, regista-se que, no que respeita ao enquadramento demográfico, foi posto em evidência que, se desde o século XVI a expansão ultramarina contribuiu para a constituição de comunidades lusas por muitas partes do mundo, designadamente nos países de língua portuguesa, como o Brasil e as então colónias africanas, nas décadas de 60 e 70, o sentido da emigração mudou para a Europa. Por outro lado, com a revolução de Abril, os fluxos imigratórios mudaram de sentido, sendo excedentárias as entradas relativamente às saídas, o que contribuiu para um aumento da população para além do que era esperado do simples movimento natural da população. De resto, nos últimos anos, os imigrantes europeus e brasileiros têm-se vindo a juntar aos que provêm dos PALOP. As autorizações de permanência concedidas ao abrigo do D.L. 4/2001, de 10 de Janeiro, confirmam o sentido das migrações para Portugal e atestam a emergência de comunidades imigrantes anteriormente pouco significativas, do ponto de vista quantitativo. Pela primeira vez, imigrantes

ucranianos, romenos, moldavos ou russos surgem no topo das estatísticas da imigração. Assim, no espaço de um ano (2001), foram concedidas 126.901 autorizações de permanência a trabalhadores estrangeiros que se encontravam ilegalmente no país.

Como era de esperar, a estrutura etária das populações estrangeiras recenseadas em 2001 estava profundamente desequilibrada, com predominância de pessoas em idade laboral. Comparando-a com a população portuguesa, verifica-se que, enquanto entre os portugueses havia 17% de pessoas com 65 ou mais anos, entre os imigrantes tal número apenas ascendia a 5%. Assim, os potencialmente activos estrangeiros somavam 81% enquanto entre os portugueses se situavam nos 67%. Havendo grandes diferenças na estrutura etária das populações estrangeiras, os grupos com razões de masculinidade mais desequilibradas – particularmente os de Leste e asiáticos – são também aqueles que têm maior percentagem de população activa (91 e 82%, respectivamente), o que se compreende dado o carácter relativamente recente desta imigração.

No que respeita à distribuição dos estrangeiros no território continental, assinala-se a forte atracção do distrito de Lisboa, onde, em 2001 e 2003, quase se incluíam metade de todos os imigrantes, secundado pelos de Faro, de Setúbal e do Porto. Os estrangeiros estão cada vez mais concentrados no Centro e no Sul, particularmente na zona litoral, sendo a sua expressão mais moderada no Norte e, sobretudo, no Interior Norte. De um modo geral, à preferência de africanos, pelos distritos de Lisboa e Setúbal, contrapõe-se uma relativa disseminação dos restantes estrangeiros por todo o território português. Os distritos do Interior Norte apresentavam, em 2003, elevados quantitativos de imigrantes da Europa de Leste e da América, realidade em grande parte devida à facilidade com que se integram nas diversas actividades do sector terciário e da agricultura de regiões mais envelhecidas e periféricas.

No que se refere às *características das populações inquiridas*, designadamente na sondagem aos imigrantes, há a notar que foram inquiridas 1.454 pessoas, um pouco por todo o país, uma grande parte dos quais (40%) provindos de África, sobretudo Angola e Cabo Verde. O segundo grupo mais importante de inquiridos é o dos brasileiros (26%), ocupando os nacionais de um dos países de Leste a terceira posição, com 20%. Os restantes

inquiridos têm diferentes nacionalidades, nenhuma das quais com valores superiores a 5%. Os africanos, em resultado de uma presença mais longa no território continental, apresentam uma composição etária e sexual ligeiramente mais equilibrada do que os oriundos do Leste e do Brasil.

Os motivos para a escolha de Portugal como destino migratório apresentados pelos grupos de migrantes mostram histórias migratórias muito diversas: 46% dos africanos afirmaram que ou nasceram em Portugal ou vieram em criança ou adolescente, muitas vezes para se juntar à família. Os mesmos motivos são referidos por 21% dos brasileiros e por 11% dos nacionais do Leste. Estes dois grupos, assim como os restantes grupos, indicaram com maior frequência razões de natureza económica e/ou profissional para virem para Portugal.

Quanto à sua situação de trabalho nos seus países de origem, a posição dos imigrantes tinha alguma diversidade, podendo distinguir-se quatro grandes grupos: 19% dos indivíduos exerciam profissões superiores ou eram quadros médios; 35% eram profissionais de nível intermédio; 21% tinha uma profissão não especializada; e 26% eram inactivos, sobretudo estudantes. Os detentores de níveis educativos superiores tendiam a ocupar profissões mais qualificadas. Mas deixou de haver correspondência entre o nível educativo e a profissão exercida quando os imigrantes se inseriram no mercado de trabalho português. De facto, a diversidade de perfis profissionais dos imigrantes nos seus países de origem reduziu-se drasticamente quando entraram em Portugal: o grupo dos trabalhadores especializados e o dos trabalhadores não especializados congregavam mais de 60% dos imigrantes e 77% da população activa. Os restantes imigrantes activos encontravam-se maioritariamente desempregados (11% dos activos) ou exerciam uma profissão de nível superior. Esta estrutura ocupacional era, com ligeiras variações, comum a todos os grupos considerados.

A permanência mais demorada dos imigrantes africanos em Portugal não significou um maior sucesso na sua inserção (medida pelos rendimentos auferidos) no mercado de trabalho português. Com efeito, eles estavam preponderantemente – juntamente com os grupos de imigrantes mais recentes – entre os escalões de rendimento familiar mais

baixos (até 600€). Os imigrantes brasileiros eram os que apresentavam situações mais diversificadas, combinando uma proporção significativa de inquiridos com rendimentos familiares inferiores a 600€ com uma percentagem maior de rendimentos médios (entre 600€ e 1499€) ou elevados (superiores a 1500€). Assim, os africanos tinham os rendimentos médios mais baixos (713€), seguidos pelos imigrantes de Leste (776€) e, a uma distância considerável, pelos brasileiros (1008€), os quais se aproximavam do rendimento médio dos portugueses (1131€).

Verificou-se haver disparidades na forma de tratamento dos diferentes grupos de nacionalidade por parte das entidades empregadoras, o que era particularmente visível nas questões relativas aos vencimentos em atraso. Os imigrantes do Leste europeu eram os mais atingidos pelo incumprimento das obrigações das entidades patronais: 17%, contra 9% para os africanos e brasileiros, reportaram tais ilegalidades. Foram também os imigrantes do Leste que, juntamente com os brasileiros, referiram que os patrões lhes deviam mais dinheiro. No caso dos brasileiros, os mais atingidos eram os que tinham chegado depois de 1998.

No que se refere à ajuda recebida da sociedade de acolhimento, um pouco mais de metade (52%) dos imigrantes já tinha sido assistida em Portugal. Os brasileiros e os europeus do Leste foram os que mais referiram tais apoios, provindos sobretudo das redes de conhecimento constituídas por familiares e amigos e conhecidos, tendo sido mencionados por 87% do total de inquiridos, dos quais 65% referiram ajudas familiares e de amigos e de membros da mesma comunidade nacional e, em 22% dos casos, apoios de portugueses. As associações de imigrantes e as diversas organizações (de solidariedade, religiosas e do Estado) contribuem apenas marginalmente (5%) para o conjunto de ajudas recebidas. Em termos de diferenças entre grupos imigrantes, verifica-se que, se a família constitui a principal fonte de apoio para os africanos, para os brasileiros e imigrantes de Leste ele vem maioritariamente de amigos e conhecidos, do país de origem e portugueses. Parece, por outro lado, haver uma forte interacção entre imigrantes e autóctones: 87% de imigrantes afirmaram ter amigos portugueses. Os africanos eram quem mais referiu o facto (89%), logo seguidos pelos nacionais da Europa de Leste (88%) e pelos brasileiros (87%); e sendo estas percentagens bastante superiores às dos que

afirmaram ter algum familiar português (37%), é de crer que uma parte substancial das relações de sociabilidade dos imigrantes ocorra fora do quadro familiar.

No que se refere à inserção na sociedade portuguesa, estes três grupos de imigrantes atribuem um significado variável às diferentes condições que a permitem. Os imigrantes de Leste, certamente devido ao desconhecimento inicial da língua, pensam ser mais importante o desenvolvimento de competências linguísticas (63%). Mas os três grupos afirmam ser essencial o exercício de uma actividade profissional (respectivamente, 63%, 58% e 56% para brasileiros, africanos e de Leste). A família surge como condição fundamental de inserção, sobretudo para os africanos (43%) e brasileiros (37%) e um pouco menos (29%) para os imigrantes de Leste. As relações de amizade com portugueses surgem como importantes para 32% dos brasileiros, 19% dos africanos e 12% dos imigrantes de Leste. A aquisição da nacionalidade portuguesa é referida por cerca de um quarto de cada um dos três grupos no mesmo contexto.

Relativamente à *sondagem aos portugueses*, regista-se, antes de mais, que diversos controlos relativos à composição sociodemográfica da amostra de 1.539 pessoas inquiridas mostram que elas reproduzem bastante fielmente a população donde foram retiradas (designadamente em termos de cluster, sexo, idade, posição religiosa). Quanto ao perfil de instrução dos inquiridos, verifica-se ser relativamente baixo: a maioria dos entrevistados tinha grau de instrução igual ou inferior ao 6º ano de escolaridade (42%), quantitativo ligeiramente inferior ao total nacional registado no Censo de 2001 (47%), compensado pelo número dos que não frequentaram a escola ou que não terminaram a 4ª classe (10%), que é superior ao registado no último recenseamento. Por outro lado, a posição política dos respondentes parece reproduzir o perfil das eleições mais próximas do trabalho de campo (Europeias de 2004 e Legislativas de 2005); e no que se refere ao vínculo laboral dos activos portugueses, verifica-se que a grande maioria trabalhava por conta de outrem e só 20% trabalhava por conta própria, números que estão muito próximos dos do Censo de 2001. A taxa de actividade da população inquirida era de 40%. Um outro dado importante para o presente contexto é o da experiência da emigração por parte da população respondente, tendo-se verificado que 18% dos inquiridos tinha sentido o que é trabalhar em país estrangeiro, nestes havendo 60% de homens e 40% de mulheres.

Um dos temas abordados neste trabalho foi o dos valores a que tanto a população portuguesa como a imigrante aderiu, tendo sido introduzido o tema através do sentimento de satisfação com a vida em geral. No que se refere à população portuguesa, a maior ou menor satisfação não se diferencia em função do sexo. Mas as pessoas mais idosas tendem a considerar-se menos satisfeitas com a vida do que os mais jovens. Um dos resultados inesperados é que o mesmo sentimento tem relação com o número de imigrantes na zona, aumentando com este o grau de satisfação. E, curiosamente, estes portugueses sentem-se muito melhor do que os imigrantes em idêntica situação. Por outro lado, quanto maior é a escolaridade maior é a satisfação. Mas, entre os imigrantes, há mais 'muito satisfeitos' entre os graus de instrução mais baixos do que nos que têm um curso superior. Uma das variáveis explicativas das variações deste sentimento em ambas as populações estaria na situação económica. Resumindo estes dados, deve-se acrescentar que, quando se passa da análise das variáveis isoladas para um regressão categorial, verifica-se estar a satisfação com a vida dos portugueses 'explicada' pelas variáveis cluster, grau de instrução, situação económica e atitudes para com gozar a vida, sentir-se bem consigo mesmo e respeito pela autoridade; e, no que respeita aos imigrantes, das muitas variáveis testadas no modelo, apenas restaram a urbano-rural, a instrução e a orientação política.

No que se refere aos *valores da tolerância e do acolhimento* medidos através da aceitação da proximidade com grupos mais ou menos estigmatizados, verificou-se que os mais rejeitados são os toxicodependentes, as pessoas com passado criminoso e os alcoólicos, sendo as atitudes de portugueses e imigrantes bastante semelhantes. Utilizando estes dados para construir uma medida de proximidade, verifica-se que os portugueses têm atitudes mais positivas do que os imigrantes e que as pessoas mais acolhedoras são as de esquerda. No que se refere à igualdade de direitos de homo e heterossexuais, verifica-se que a pequena dimensão dos clusters é indicativa de posições mais conservadoras, para além de que, quem vive em zonas com mais imigrantes, tem atitudes mais liberais do que os demais. Os mais jovens e os mais instruídos, os menos crentes e os mais de esquerda também são mais liberais. Estes factores são menos visíveis na diferenciação das atitudes da população imigrante, a respeito da qual os valores não são tão extremos, designadamente no que se refere à posição religiosa.

No que se refere à medida do *autoritarismo*, verificou-se que os brasileiros e os imigrantes de Leste têm atitudes mais liberais do que os africanos e portugueses. Em nenhum destes grupos o sexo discrimina tais atitudes. No entanto, relativamente aos portugueses, o maior autoritarismo seria uma função da idade mais avançada, da menor instrução, do menor rendimento, das ocupações mais baixas, de ser crente e de ter posições de direita. Nos imigrantes seriam discriminantes o cluster e a instrução.

Quanto aos indicadores de adesão a propostas genericamente relacionadas com questões de justiça social, designadamente no que se refere à protecção dos mais desfavorecidos, verifica-se que na população portuguesa são significativas as variações em função da instrução, da profissão e do rendimento, enquanto entre os imigrantes seriam discriminantes o número de imigrantes, a origem territorial, o grau de instrução e o ano de entrada em Portugal. Por outro lado, no que toca à igualdade de oportunidades, as variáveis que têm variações significativas são o cluster, a idade, a instrução, a profissão, o rendimento e a posição política; e no que toca aos imigrantes, são significativas a região, a instrução e o ano de entrada. Relativamente à adesão à ideia de que se deve compensar melhor os que mais trabalham, no que se refere à população portuguesa, as variáveis explicativas das variações quando tomadas separadamente são o cluster, o número de imigrantes na zona, a instrução, a profissão, o rendimento e a posição política; e, no que respeita aos imigrantes são discriminantes o cluster, o número de imigrantes, a origem territorial e o grau de instrução.

Relativamente aos *valores e direitos políticos*, como a liberdade de expressão, nota-se que, entre os portugueses, apenas a posição religiosa, medida numa escala de três pontos, e a posição política têm variações significativas. E, no que se refere aos imigrantes, apenas esta última variável tinha reflexos na sua diferenciação. No entanto, o ideal de *aumentar a participação nas decisões políticas* varia, no que se refere à população portuguesa, em função do número de imigrantes na zona, da idade, da instrução, do rendimento e das posições religiosa e política. No que toca aos imigrantes, as variáveis discriminantes são a região, o número de imigrantes, a idade, a origem territorial, a instrução, a profissão. Quanto às opções pela *manutenção da ordem* e segurança, as variáveis diferenciadoras para os portugueses são o sexo, o grau de instrução, o rendimento e as posições religio-

sa e política; e, para os imigrantes, as atitudes diferenciam-se em função do sexo e da região, apenas a primeira sendo interpretável. A adesão à ideia de que um dos objectivos políticos principais deveria ser o aumento da riqueza e do poder de compra tem diferenças significativas, na população portuguesa, em função da região, da instrução e da profissão, ao passo que, nos imigrantes, apenas a origem territorial discrimina as atitudes a esse respeito. Por outro lado, organizando estes itens num índice conjunto de valores materiais e pós-materiais, verifica-se que as suas variações podem ser atribuídas, no caso da população portuguesa, ao cluster, à região, ao número de imigrantes, à idade, à instrução, à profissão, ao rendimento e às posições religiosa e política; e, no que se refere aos imigrantes, ao cluster, à idade, à origem territorial e ao rendimento.

Acerca das *atitudes da população portuguesa* face à imigração em geral, pode-se afirmar que se caracterizam por serem algo contraditórias. Assim, por um lado, verifica-se um acréscimo muito significativo, entre 2002 e 2004, na percentagem de pessoas que reconhecem os imigrantes como fundamentais para a vida económica do país. Em consonância com este dado, quatro em cada cinco inquiridos no estudo afirmou que os imigrantes fazem os trabalhos que os portugueses não querem. A percepção da relação entre imigrantes e segurança social parece também ter-se invertido, no sentido de que é, em 2004, maior a percentagem de portugueses que reconhecem que aqueles não dão prejuízo ao Estado português, não recebendo dele mais do que o que dão. Neste sentido, a maioria das pessoas defende os direitos dos imigrantes (direito de voto, direito à nacionalidade, reagrupamento familiar, etc.), desde que estes tenham trabalho e não cometam crimes.

Por outro lado, apesar destas ideias que favorecem os imigrantes e a imigração, a maioria dos portugueses (53%) considera que o número de imigrantes em Portugal deveria diminuir, apenas 6% julgando que o seu número deveria aumentar. São valores que demonstram, mais do que qualquer outro estudo, uma elevada oposição à imigração. Ao contrário de outras sondagens nacionais, que dirigem o debate para a possibilidade do aumento do número de imigrantes, pedindo ao inquirido um parecer (positivo ou negativo) sobre essa questão, este estudo propôs um leque de respostas mais amplo, permitindo que o respondente se mostrasse favorável ao aumento, à diminuição ou

à manutenção do número de imigrantes, para além de que o faria não relativamente aos imigrantes em geral mas a cada um de cinco grupos de imigrantes e estrangeiros, podendo diferenciar entre os grupos e responder de acordo com o que pensa de cada um. Deste modo, pode-se considerar que os dados obtidos são elucidativos das atitudes da população portuguesa; e a maioria das pessoas opta pela diminuição do número actual de imigrantes em todos os grupos.

Entre as pessoas que mais se opõem à imigração estão as mulheres, quem pertence aos estratos sociais mais desfavorecidos, quem nunca emigrou, quem partilha valores tradicionalistas, quem tem uma imagem menos positiva dos imigrantes, quem mais tende a associá-los à criminalidade, os racistas ou quem percebe diferenças culturais exageradas entre “nós” e “eles”. Como seria de esperar, e fora já pressuposto nas hipóteses gerais avançadas na Introdução, os estereótipos e o preconceito, que reflectem associações e valorações sistémicas, revelaram-se melhores preditores das atitudes face à imigração do que as variáveis de carácter sociodemográfico ou inter-relacional, com particular saliência no que respeita aos direitos dos imigrantes e atitude face ao número de imigrantes no país. É o que resulta das análises explicitadas no capítulo 9, onde se verificou a importância do racismo, da percepção de diferença cultural e dos estereótipos (quer os que remetem para a associação imigrantes-crime quer os que se apoiam em aspectos mais personalísticos) para a compreensão da defesa dos direitos atribuíveis a imigrantes. Estes factores são ainda relevantes no que respeita aos resultados relativos ao número de imigrantes, para os quais tem maior relevo o racismo e os estereótipos negativos. Tais resultados não excluem nem tornam insignificantes as variáveis socioeconómicas como a instrução e o rendimento, que explicam a maior parte da variância da ‘Valorização da Imigração’ e são também importantes para a compreensão das atitudes perante os ‘Direitos dos imigrantes’ e a ‘Resistência à Imigração’, nem algumas variáveis inter-relacionais como a experiência directa ou indirecta de emigração, que aparentam ser boas predictoras das atitudes para com os direitos dos imigrantes e sobre o seu número.

Outra das preocupações deste estudo foi abordar os *estereótipos* partilhados pelos portugueses a respeito dos imigrantes, os quais, indiscutivelmente, afectam as suas atitudes face à imigração. De entre os grupos de imigrantes analisados, aqueles de quem os por-

tugueses têm melhor imagem, no que toca ao trabalho, são os originários da Europa de Leste – os únicos a ser percebidos como mais trabalhadores do que os portugueses. Mas é reconhecido que todos os imigrantes são discriminados negativamente, quando comparados a colegas portugueses, no que se refere ao salário e à possibilidade de ascensão social. No que respeita a estereótipos positivos mais próximos de características de personalidade, verifica-se que a população portuguesa tem melhor imagem dos imigrantes brasileiros do que dos imigrantes africanos: 85% dos portugueses atribuem características positivas aos primeiros e apenas 68% o faz relativamente aos africanos (com metade da amostra a indicar um ou mesmo nenhum atributo positivo). Os imigrantes brasileiros tendem a ser vistos como os mais simpáticos e os da Europa de Leste como os mais competentes e rectos, ao passo que os imigrantes africanos são tidos como os menos competentes e os menos rectos. Comparando imigrantes com portugueses, estes últimos vêem-se como menos alegres e bem dispostos do que brasileiros e africanos, mas melhores profissionais, mais competentes e mais sérios. Por outro lado, os imigrantes de Leste são considerados menos alegres e bem dispostos, menos simpáticos e menos sérios, mas mais competentes e cumpridores e mais bem educados.

Em termos de *criminalidade*, os imigrantes africanos são sobretudo associados à violência e ao tráfico de droga, os imigrantes brasileiros à prostituição e os do Leste à criminalidade organizada, o que parece reflectir a imagem criada na comunicação social, mais empenhada em fenómenos de circunstância e de pormenor, dos quais as “mães de Bragança” ou o suposto “arrastão”³²⁸ seriam exemplos significativos. A este propósito lembra-se que Cunha *et al.* (2004) referem ser o Crime a principal temática das notícias sobre imigração, embora se saiba que a criminalidade em Portugal não é maior entre estrangeiros do que entre portugueses (cf. Seabra e Santos, 2005).

No que respeita à análise da relação entre *preconceito e atitudes* face aos imigrantes, os dados revelam igualmente uma tendência de maior preconceito, por parte dos portugueses, em relação aos imigrantes africanos e aos de Leste do que em relação aos brasileiros, nas duas dimensões consideradas (racismo e percepção da diferença cultural). Por um lado, e ainda que a grande maioria

dos inquiridos revele atitudes de aceitação dos estrangeiros, um pouco mais de um terço respondeu que não aceitaria ter como chefe um imigrante e que não colocaria os seus filhos numa escola com muitos imigrantes. E também um pouco mais de um terço dos inquiridos disse sentir-se algo incomodado caso um seu familiar directo (filho ou irmão) casasse com um imigrante africano, brasileiro ou de Leste, as diferenças existentes sendo desfavoráveis aos africanos. Finalmente, apenas menos de um em cada cinco inquiridos declarou abertamente que não aceitaria ser vizinho de imigrantes brasileiros ou de Leste. Os imigrantes africanos surgem, pois, destacados negativamente nas avaliações feitas pelos portugueses inquiridos. Por outro lado, no que se refere à percepção da diferença cultural, mais de um terço dos inquiridos considera os imigrantes africanos e de Leste ‘muito diferentes’ dos portugueses, no que respeita à maneira como eles educam os filhos, subindo esta percentagem para mais de 40% quando respeita à avaliação dos seus “usos e costumes”. Os imigrantes brasileiros surgem como os menos diferentes dos portugueses: apenas um pouco mais de um em cada cinco inquiridos os considerou ‘muito diferentes’ dos portugueses.

O uso destas duas medidas de preconceito permitiu identificar atitudes diferenciadas em relação à imigração, nomeadamente no que diz respeito ao número de imigrantes em Portugal, aos seus direitos ou ainda aos seus contributos para o desenvolvimento económico e cultural do país. Assim, os indivíduos mais racistas tendem, sistematicamente, a adoptar atitudes mais negativas face à imigração. Os que mais afirmam que o número de imigrantes deveria diminuir são também quem menos concorda com a atribuição de direitos aos imigrantes e quem menos tende a valorizar o contributo dos imigrantes para a sociedade de acolhimento. Esta tendência para a discriminação negativa encontra-se também entre os indivíduos que mais tendem a perceber os imigrantes como diferentes dos portugueses, no que respeita aos seus usos e costumes e à forma como educam os filhos, o que corrobora o uso da percepção da diferença cultural enquanto indicador útil para a captação de um tipo de preconceito mais encoberto, na medida em que não viola, de forma explícita, a norma anti-discriminatória de comportamento. Se considerarmos as respostas dos portugueses inquiridos relativamente à presença de cada um dos principais grupos de imigrantes em Portugal, verifica-se, mais uma vez, que os africanos são negativamente discriminados, sendo maior a percentagem de inquiridos

328 Sobre a fabricação mediática do “arrastão”, veja-se o vídeo de Diana Andringa em www.eraumavezumarrastao.net.

que pensa que o seu número deve diminuir. Isto é verdade sobretudo entre os indivíduos que revelaram níveis mais elevados quer de racismo quer de percepção da diferença cultural dos imigrantes.

Quando inquiridos quanto à eventual repatriação dos imigrantes, em determinadas condições, verifica-se que são igualmente os indivíduos mais racistas e que mais percebem os imigrantes como culturalmente diferentes que consideram que estes devem ser repatriados se não tiverem trabalho. No entanto, no que respeita aos indicadores socialmente mais aceitáveis, os mais racistas aproximam-se dos menos racistas, assim como os que percebem maior diferença se aproximam dos que percebem menor diferença, por exemplo, quando se trata de repatriar os imigrantes ilegais 'se não tiverem trabalho' ou os imigrantes legais que 'cometerem algum tipo de crime'. Desta forma, aqueles indivíduos revelam, nas suas respostas, valores de conformismo social com a norma anti-discriminatória, na medida em que aderem a justificações aparentemente não racistas (como a situação de ilegalidade dos imigrantes, ou a criminalidade) para justificar as suas posições negativas face à imigração.

As análises realizadas sugerem, assim, que o preconceito continua a ser um factor importante para a melhor compreensão das atitudes dos portugueses face à presença, aos direitos e contributos dos imigrantes em Portugal. Mais concretamente, a clássica definição de racismo é complementada pela percepção da diferença cultural, nomeadamente quando esta se traduz num exagero dessa diferença, a qual contribui para desvendar as contradições presentes nas atitudes e valores humanos e explicaria, por exemplo, que alguém pense que os imigrantes são importantes para a vida cultural do país e, ainda assim, considere que eles devem abandonar esse país em determinadas circunstâncias. Uma outra importante dimensão deste estudo prendeu-se com a abordagem da percepção da discriminação, na sociedade portuguesa, por parte dos imigrantes. Ou seja, tentou-se «olhar para o outro lado do espelho» das atitudes face à imigração, contrariando a tendência de abordar a temática captando apenas a perspectiva dos membros de grupos dominantes e indo, assim, ao encontro do crescente interesse dos estudiosos do preconceito pelo modo como os membros de grupos dominados lidam com a discriminação de que são eventualmente alvo.

Quando interrogados sobre a forma como os portugueses tratam os imigrantes africanos, brasileiros, do Leste europeu ou ainda os estrangeiros da União Europeia ou Estados Unidos da América, os imigrantes africanos foram apontados, pela generalidade da amostra, como o grupo mais discriminado (tendo 42% da amostra respondido nos dois pontos mais altos da escala, em relação a este grupo). Seguem-se os imigrantes brasileiros e de Leste. Em contrapartida, os cidadãos da União Europeia e Estados Unidos da América são percebidos, pelos imigrantes inquiridos, como os mais respeitados – ou seja, aqueles por quem os portugueses mais demonstram 'respeito e consideração'. Os brasileiros são vistos pelos três grandes grupos de imigrantes como os mais respeitados. Os imigrantes de Leste estão, em certos aspectos, mais próximos dos africanos – muito embora sejam menos percebidos como um alvo de racismo. De facto, enquanto 21% dos imigrantes afirmaram que os portugueses são racistas em relação aos africanos, apenas 10% o fizeram em relação aos imigrantes de Leste. Por outro lado, algumas diferenças interessantes tomam forma quando se comparam as respostas de inquiridos de diferentes origens territoriais, no que ressaltam dois aspectos centrais: em primeiro lugar, os inquiridos tendem a depreciar a discriminação sofrida pelo seu próprio grupo de pertença; em segundo, os inquiridos do Brasil avaliam mais negativamente que os outros grupos a forma como os portugueses tratam os imigrantes, no que são seguidos pelos africanos e, só depois, pelos imigrantes do Leste da Europa.

Tentando ir além desta dimensão subjectiva da percepção de discriminação, perguntou-se aos imigrantes se já alguma vez haviam sido tratados pior que os portugueses por serem estrangeiros num conjunto de cinco diferentes contextos de interacção social: na vizinhança; no local de trabalho ou escola; nos transportes públicos, nas compras, na rua; na procura de habitação, nos bancos, nas escolas dos filhos; pela Polícia ou nos Tribunais. Tentou-se, desta forma, captar a experiência efectiva de discriminação. Apesar de a maioria dos imigrantes ter declarado nunca ter sido alvo de discriminação nos espaços referidos, constata-se que metade da amostra já tinha estado sujeita a pelo menos uma das situações contempladas. Os imigrantes de Leste são aqueles que mais declararam ter vivido situações de discriminação na maioria dos cenários propostos, principalmente no local de trabalho; mas também os vizinhos, a polícia e os tribunais lhes fizeram sentir a sua condição de estrangeiros. Os imigrantes africanos foram os que mais

afirmaram ter vivido situações de discriminação nos transportes públicos, nas compras ou na rua. Entre os que declaram maior discriminação estão os residentes no Norte do país, os mais instruídos, aqueles a quem o patrão deve dinheiro e os que estão menos satisfeitos com a sua vida em Portugal.

Nota-se, ainda, que se identificou uma relação significativa entre a percepção de discriminação e as condições metodológicas de aplicação do inquérito, no caso dos imigrantes de Leste: os imigrantes que responderam ao inquérito em língua russa, por auto-preenchimento, declararam mais situações de discriminação do que aqueles que responderam ao inquérito oralmente, perante um inquiridor, numa situação de entrevista face-a-face, em língua portuguesa.

Uma leitura geral dos resultados destas duas sondagens mostra, de modo inequívoco, a falácia da imagem que Portugal tem de si, de ser «um povo acolhedor e de brandos costumes». Se comportamentos declaradamente racistas têm pouca visibilidade e são em número reduzido, quando comparados com os ocorridos noutros países europeus, a verificação da existência de comportamentos xenófobos tem chamado a atenção mesmo de quem tem o olhar mais alheado ou está desinteressado destas temáticas. O presente estudo que, mais do que comportamentos, analisa atitudes, crenças, estereótipos, torna claro haver algumas manifestações de racismo em aproximadamente 1/4 da nossa população, valor que quase dobra quando se observa o exagero da diferença cultural percebida, particularmente no que toca a imigrantes de Leste e imigrantes africanos. Em reforço da ideia de que não existe uma “capacidade própria” do povo português para o acolhimento e aceitação de imigrantes estão os seguintes factos: a prontidão com que a maioria não apenas rejeita a vinda de mais imigrantes mas também afirma deverem ir-se embora os que aqui estão; a disponibilidade para garantir todos os direitos aos que para aqui imigram mas apenas enquanto tiverem trabalho; a clareza com que os imigrantes afirmam a distância, e até o racismo, que os portugueses mantêm ou perpetram em relação aos grupos de que fazem parte.

Um outro aspecto merece ser destacado como um dos resultados-chave deste estudo: as atitudes perante os imigrantes africanos. A África, na História e na composição de

Portugal há mais de 500 anos, continua a ser alvo de um tremendo desconhecimento por parte duma larga maioria da população portuguesa. Embora tenhamos esses cinco séculos de história em comum, embora já no século XVI a capital e algumas das principais urbes do país contassem entre os seus residentes cerca de 10% de negros (Tinhorão, 1988), embora corra em muitos de nós algum sangue negro, a maioria dos portugueses gosta de pensar no seu país como um país de brancos, em função de muitas ideias-feitas acerca das características do negro, que sempre o inferiorizaram. Talvez seja este desconhecimento, este afastamento e estes preconceitos que levaram os nossos inquiridos a considerar os imigrantes africanos em Portugal como tão diferentes dos portugueses como os imigrantes da Europa de Leste, aqui recém-chegados, sem qualquer laço histórico ou cultural. A História e a cultura determinaram esse fundo que emerge nas atitudes discriminatórias.

Aqui chegados e sabendo que o conhecimento se faz mais com as questões colocadas do que nas respostas dadas, ficamos com um conjunto de interrogações a respeito das quais não obtivemos resposta e que aguardam ulteriores investigações. Algumas delas são as seguintes: em que medida podemos interpretar as diferenças de atitudes em relação a imigrantes de diferentes origens como uma manifestação de um preconceito que, inibido pela norma anti-discriminatória nas respostas aos indicadores de racismo tradicional, emerge noutro tipo de questões, percebidas como socialmente aceitáveis? Como explicar as atitudes “contraditórias” ou “ambivalentes” dos portugueses face à imigração? Como explicar que muitos continuem a defender a repatriação condicional dos imigrantes, apesar de defenderem os seus direitos e partilharem cada vez mais a ideia de que o seu contributo é importante para a nossa sociedade? Se factores como os estereótipos e o contacto interpessoal entre imigrantes e portugueses se revelam tão importantes na construção de atitudes discriminatórias, o que pode ser feito a esse respeito? Finalmente, quais as implicações destas atitudes que temos vindo a descrever no processo de inserção/aculturação das minorias migrantes na sociedade de acolhimento?

Sejam quais forem as respostas que estas questões, e outras que seria longo explicitar, possam ter, resta-nos a certeza de que uma sociedade plural, igualitária e justa saberá incluir nas suas estruturas as minorias migrantes, potenciando os seus contributos eco-

nómicos e sociais e aproveitando a dinâmica original das suas culturas para que surja uma nova sociedade intercultural onde o respeito pelas raízes de cada grupo e de cada indivíduo possa gerar o entendimento e a cooperação.

ANEXO 1: DEMOGRAFIA

1. ESTRANGEIROS LEGALMENTE RESIDENTES EM PORTUGAL, 1960-1979

Ano	África	Brasileiros	Europa	Outros	Total
1960	96	611	18092	1715	20514
1961	117	621	16580	1891	19209
1962	110	599	17373	1858	19940
1963	145	592	16488	1994	19219
1964	100	695	15685	2337	18823
1965	168	769	17535	2757	21229
1966	188	933	18305	3200	22635
1967	168	944	17715	3277	22104
1968	262	1044	17968	3633	22907
1969	190	497	8019	2233	10945
1970	221	1330	18709	4443	24703
1971	365	1554	19696	5076	26691
1972	450	1935	19645	6078	28108
1973	442	2301	20721	6619	30083
1974	434	2667	21797	7159	32057
1975	503	2848	21414	7218	31983
1976	2463	3169	19889	6511	32032
1977	6578	3359	18792	6685	35414
1978	13144	3765	17439	7459	41807
1979	20025	3425	16635	7104	47189

Fonte: (BARRETO, 1998)

2. ESTRANGEIROS LEGALMENTE RESIDENTES EM PORTUGAL, 1980-2002

Ano	África ²	América do Norte	América do Sul	Ásia	Europa ⁴	Outros	TOTAL
1980	27.748	4.821	6.403	1.153	17.706	260	58.091
1981	27.948	6.018	8.123	1.394	18.931	278	62.692
1982	28.903	6.855	10.481	1.663	19.924	327	68.153
1983	32.481	8.520	13.351	2.219	22.053	391	79.015
1984	37.128	9.887	15.394	2.860	23.896	460	89.625
1985	34.978	7.987	11.567	2.564	22.060	438	79.594
1986	37.829	9.047	12.629	2.958	24.040	479	86.982
1987	38.838	8.623	13.009	3.124	25.676	508	89.778
1988	40.253	8.338	14.645	3.413	27.280	524	94.453
1989	42.789	8.737	15.938	3.741	29.247	559	101.011
1990	45.255	8.993	17.376	4.154	31.410	579	107.767
1991	47.998	9.236	18.066	4.458	33.011	609	113.978
1992 (1)	52.037	9.430	19.060	4.768	34.732	621	122.348
1993	55.786	10.513	21.924	5.520	37.154	696	136.932
1994 (2)	72.630	10.739	24.813	6.522	41.819	748	157.073
1995	79.231	10.853	25.867	6.730	44.867	768	168.316
1996	81.176	10.783	25.733	7.140	47.315	765	172.912
1997	81.717	10.573	25.174	7.192	49.747	760	175.263
1998	83.065	10.547	24.579	7.419	52.060	767	178.137
1999	89.516	10.171	25.818	7.871	56.731	769	190.896
2000	98.754	10.201	27.419	8.721	61.709	803	207.607
2001	107.273	10.187	28.856	9.721	67.121	818	223.976
2002 (3)	114.193	10.195	30.592	10.615	72.121	830	238.746
2003 (3)	119.204	10.167	32.462	11.570	76.744	844	250.991

SEF, Residentes Estrangeiros em Portugal - 1980/1998. Que Evolução. Sef, Lisboa, 1999;. Baganha, 2001 e SEF, Estatísticas de 2000.

Fontes: 1980-1994: Estatísticas Demográficas e SEF, cit. in Baganha (1996); 1995-2003: Estatísticas Demográficas, 1996-2003;

Notas: 1 As estatísticas de 1994 e de 1996 incluem os processos de legalização extraordinários de 1992/93 e 1996, respectivamente;

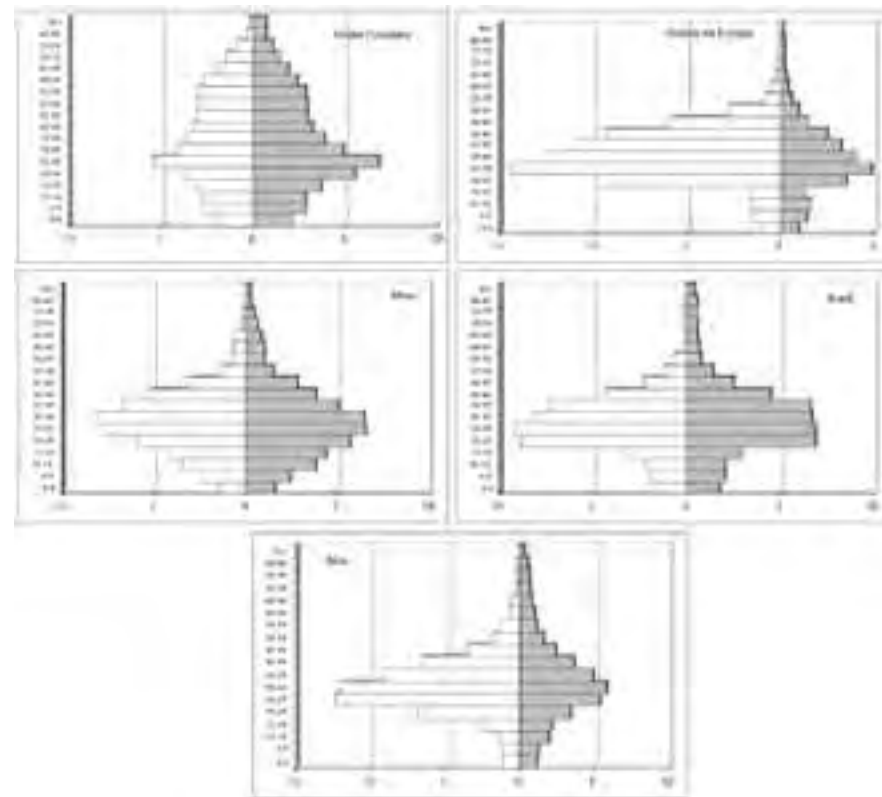
2 Os valores para 1992 e 1993 variam consoante as fontes estatísticas;

3 Cerca de 95% dos Estrangeiros Residentes originários de África são de países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);

4 Na Europa, cerca de 90% vêm de um país da União Europeia

5 Dados provisórios. (Não estão incluídas as autorizações temporárias de permanência).

3. PIRÂMIDES ETÁRIAS DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA, SEGUNDO O CENSO DE 2001



4. CASAMENTOS CELEBRADOS, POR NACIONALIDADE DO CÔNJUGE

Nacionalidade do cônjuge masculino

Idade	Nacionalidade do cônjuge masculino												Total	%	Idade		
	Portuguesa	Brasileira	Italiana	Francesa	Além-mar	Outros	Portuguesa	Brasileira	Italiana	Francesa	Além-mar	Outros					
18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
22	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
26	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
27	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
31	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
32	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
33	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
34	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
35	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
36	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
37	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
38	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
39	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
41	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
42	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
43	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
44	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
45	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
46	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
47	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
48	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
49	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
51	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
52	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
53	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
54	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
55	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
57	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
58	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
59	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
60	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Nacionalidade do cônjuge masculino

Idade	Nacionalidade do cônjuge masculino												Total	%	Idade		
	Portuguesa	Brasileira	Italiana	Francesa	Além-mar	Outros	Portuguesa	Brasileira	Italiana	Francesa	Além-mar	Outros					
18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
22	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
26	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
27	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
31	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
32	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
33	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
34	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
35	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
36	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
37	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
38	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
39	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
41	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
42	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
43	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
44	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
45	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
46	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
47	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
48	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
49	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
51	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
52	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
53	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
54	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
55	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
57	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
58	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
59	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
60	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

5. COMPONENTES DO CRESCIMENTO POPULACIONAL, POR CONCELHO, 2001-2002



ANEXO 2: METODOLOGIA

Sendo o presente estudo baseado em duas amostras que tinham como intenção genérica a captação das mútuas imagens dos portugueses e dos estrangeiros que vivem entre nós, deu-se particular atenção aos procedimentos metodológicos utilizados na sua definição e concretização. Em seguida, são explicitados alguns dos pressupostos das opções tomadas, os procedimentos seguidos no desenho das sondagens, a ficha técnica de cada uma delas, a distribuição efectiva dos inquéritos pelas freguesias e as línguas usadas na inquirição aos estrangeiros.

1. PRESSUPOSTOS

1. Pretendendo-se obter informações válidas e representativas das populações portuguesa e estrangeira acerca das imagens recíprocas nelas existentes, derivadas de ideias-feitas e de preconceitos e exprimindo estereótipos mais ou menos comuns, e tendo em conta que a fonte da variação destes fenómenos não se encontra apenas nas definições dadas pelas culturas nacionais, de classe e de grupo, mas também nas experiências individuais e contactos havidos entre as pessoas inquiridas, considerou-se fundamental e necessário que as duas amostras fossem realizadas nas mesmas localidades e simultaneamente.

2. Tendo-se suposto, em termos da hipótese do contacto e do conhecimento directo na sua função anti-estereotípica, que a densidade das comunidades imigrantes numa zona poderia condicionar a percepção e as atitudes, e sendo necessário encontrar um critério teoricamente válido que dispersasse o mais possível as amostras no território, foram definidas estatisticamente 5 unidades homogéneas (clusters), em função da maior ou menor concentração de estrangeiros nas localidades e de outras variáveis com significado sociológico, como se explicitará em seguida. Considerou-se que a dispersão da amostra em função deste critério seria mais adequada do que a que seria obtida utilizando as regiões administrativas ou a simples distinção entre rural e urbano ou entre rural, semi-urbano e urbano: no primeiro caso, porque as regiões são menos discriminantes do ponto de vista dos comportamentos (nelas coexistindo uma grande heterogeneidade de condições socioeconómicas); e, no segundo, porque os clusters são um refinamento da nomenclatura rural/urbano.

3. Sabendo-se que a população imigrante não se distribui uniformemente no território nem é proporcional à portuguesa – havendo zonas urbanas onde os grupos imigrantes se concentram e zonas rurais onde estão muito rarefeitos, como se mostrou no Cap. 1 –, teve-se em conta tais factos na definição das amostras, as quais são dependentes uma da outra, tendo tido a população imigrante a primazia na definição dos locais de inquérito, por ser mais difícil obter uma amostra representativa desta população. Mas as localidades escolhidas em função da sua atractividade diferencial relativamente aos imigrantes não deixam de ser igualmente representativas da população portuguesa, já que na separação das localidades em clusters, para além do número de estrangeiros todas as outras variáveis se referiam aos portugueses. Por esta razão, a representatividade das amostras depende apenas de que em todas as ultiores etapas da sua definição e concretização tenham sido seguidos rigorosos procedimentos aleatórios.

4. Estando nos dados do Censo da população de 2001 relativos às freguesias do Continente a única informação relativamente precisa e segura sobre a distribuição diferencial dos imigrantes no território, foram os seus números utilizados na definição dos clusters e, consequentemente, dos locais de amostragem; isto apesar de se saber que esses números já estavam desactualizados quando, em Janeiro de 2004, foi definida a metodologia do trabalho. Considerou-se, com efeito, que a estrutura da distribuição – a única necessária ao desenho da amostra – não teria sofrido grandes alterações entretanto, mesmo se os números concretos de imigrantes em cada localidade tivessem mudado. É muito provável que o padrão de atractividade relativa de cada localidade no território se tenha mantido, em termos gerais, proporcionalmente idêntico ao longo dos três anos que medeiam entre o Censo e a realização do trabalho de campo.

5. Não distinguindo o Censo entre os vários tipos de estrangeiros – imigrantes económicos e outros –, o seu número global foi tomado como base da definição dos clusters, o que tem algumas vantagens metodológicas: não condicionar a amostra a uma definição prévia dos locais e pessoas a inquirir; determinar a posteriori a qualificação dos inquiridos; e fazer o registo daqueles que não correspondem à noção dos imigrantes económicos, como residentes permanentes, etc. Porque a principal população visada era a imigrante e por razões de simplicidade, ao longo deste texto diz-se quase sempre

sondagem aos imigrantes, quando em rigor se trata de uma sondagem aos estrangeiros vivendo em Portugal.

2. DESENHO DAS AMOSTRAS

1. De forma a garantir a representatividade das amostras e a não exceder o orçamento disponível, decidiu-se proceder a amostras aleatórias tri-etápicas: em primeiro lugar, fez-se a escolha aleatória das localidades de inquérito dentro de cada cluster, tendo cada um deles o peso que as famílias dos portugueses ou o número dos estrangeiros tinham em cada um destes universos; em segundo, foram seleccionados os agrupamentos domésticos onde se faria o inquérito seguindo um percurso aleatório sistemático, com um passo de inquérito constante em cada freguesia, a partir de um ponto escolhido também aleatoriamente, de forma a que toda a freguesia fosse percorrida; por último, escolheu-se aleatoriamente o respondente em cada agrupamento doméstico inquirindo sobre quem tinha feito anos em último lugar, fazendo o inquérito a essa pessoa.

2. Deu-se a máxima atenção à definição dos clusters. Foram ensaiadas diversas agregações em função das variáveis demográficas – as únicas disponíveis no Censo de 2001, ao nível da freguesia – que mais sentido faziam na diferenciação das localidades. De todas elas (sexo, população total em 1991 e 2001, grupos etários quinquenais, variação percentual entre 1991-2001, nacionais, analfabetos em 1991 e 2001, população segundo os diversos graus de ensino, população com um curso superior, percentagem de população activa), foram utilizadas apenas as seguintes: ‘Estrangeiros em 2001’, ‘Nacionais em 2001’, ‘População com mais de 65 anos’, ‘População inactiva’, e ‘População com um grau de ensino superior’, por serem as que mais sentido têm para a discriminação das localidades: as duas primeiras porque constituem o objecto de inquérito; a população com mais de 65 anos e a população inactiva por serem indicadores da não-tractividade das localidades relativamente aos imigrantes e a população com ensino superior porque pode ser interpretada como significando o inverso destas.

2.1. As correlações entre estas variáveis são as que constam da Tabela 106.

Tabela 106. Correlação entre as variáveis usadas na definição dos clusters

		Estrangeiros	Nacionais	Mais de 65 anos	Pop. Inactiva
Nacionais	R	,758*			
Mais de 65 anos	R	,660*	,925*		
Pop. Inactiva	R	,753*	,997*	,945*	
Pop. com Ens. Sup.	R	,640*	,835*	,853*	,838*

* Correlação significativa a 0,01 (2-tailed)

2.2. Para a definição dos clusters foi utilizada a respectiva rotina do SPSS.

2.3. A distribuição percentual dos efectivos populacionais portugueses e imigrantes em cada cluster é a que se lê na Tabela 107.

Tabela 107. Percentagens de população portuguesa e estrangeira nos clusters da amostra

Cluster	Portugueses		Estrangeiros
	% população	% famílias	%
1	30,98	29,77	13,71
2	20,98	20,20	15,76
3	21,29	21,70	24,21
4	10,54	11,16	18,79
5	16,22	17,17	27,52

2.4. Foi definido à partida, para efeitos de distribuição da amostra no território, que seriam 40 as freguesias e 1400 o número global de inquéritos a obter em cada uma das amostras. A distribuição do número de freguesias e de inquéritos por cluster são proporcionais ao número de famílias na amostra aos portugueses e ao número de estrangeiros na respectiva sondagem, como consta da Tabela 108.

Tabela 108. Número de freguesias e inquéritos por freguesias

Cluster	N.º de freguesias	Total de inquéritos	Inquéritos/freguesia
1	5	192	38
2	6	221	37
3	10	339	34
4	8	263	33
5	11	385	35

3. Os clusters foram ordenados em função da sua população, sendo o cluster 1 constituído por freguesias menos populosas e o cluster 5 pelas mais populosas.

4. A distribuição das freguesias por distritos é referida na Tabela 109.

Tabela 109. Freguesias para que foi planeado o inquérito por distrito, por clusters

Distrito	Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4	Cluster 5	Todos
Braga		1				1
Porto			2	1	2	5
Aveiro	1					1
Coimbra			2			2
Leiria	1		1			2
Santarém					1	1
Lisboa	2	1	2	4	8	17
Setúbal			3	2		5
Bragança		1				1
Guarda		1				1
Beja		1				1
Faro	1	1		1		3
	5	6	10	8	11	40

5. Sendo o agrupamento familiar a unidade de inquérito e considerando que o rigor utilizado na sua escolha seria determinante da representatividade final da amostra, optou-se por um procedimento denominado caminho aleatório sistemático, o qual supunha que de tantas em tantas habitações (o passo do inquérito) se faria uma entrevista.

5.1. No que se refere aos portugueses, a fórmula de cálculo desse passo foi a seguinte: $\text{passo} = \frac{n}{2 \times 40}$, já que, em princípio, se queria obter cerca de 40 inquéritos por freguesia e que, por medida de segurança e por forma a compensar eventuais falhas (recusas em responder, ausências da habitação, incorrecções do Censo, etc.), o passo deveria ser encurtado, segundo experiência de outras sondagens, para cerca de metade. No que se refere à população imigrante, o passo = $\frac{n}{3 \times 2 \times 40}$, segundo o mesmo princípio, supondo que em cada agrupamento familiar havia 3 pessoas, uma hipótese conservadora que visava obter todos os inquéritos programados em cada localidade escolhida.

5.2. Os resultados destes cálculo aparecem na Tabela 110 relativamente às freguesias originalmente escolhidas, sob a designação de passo teórico.

Tabela 110. Passos de sondagem

Freguesia	Portugueses		Imigrantes	
	Passo teórico	Passo efectivo	Passo teórico	Passo efectivo
Águas Santas	110	10	0,82	1
Alcabideche	136	10	6,20	6
Aldeia de Paio Pires	50	10	2,18	2
Algueirão-Mem Martins	280	10	15,29	10
Alhos Vedros	57	10	1,54	2
Aljezur	14	8	1,33	1
Alverca do Ribatejo	131	10	4,24	4
Amora	226	10	14,57	10

Barão de São João	4	3	0,97	1
Belas	91	10	4,35	4
Bougado (São Martinho)	56	10	0,7	1
Bragança (Santa Maria)	16	10	0,22	1
Caldelas	20	10	0,24	1
Campanhã	172	10	1,09	1
Cascais	158	10	12,13	10
Eiras	56	10	0,95	1
Entroncamento	84	10	0,61	1
Fátima	39	10	1,58	2
Feijó	75	10	2,56	3
Foz do Douro	55	10	1,53	2
Frielas	11	8	1,24	1
Lousã	47	10	0,64	1
Matosinhos	129	10	1,34	1
Mina	94	10	6,69	7
Oeiras e São Julião da Barra	172	10	6,47	6
Ourique	14	8	0,29	1
Penha de França	80	10	1,69	2
Pontinha	114	10	5,57	6
Portimão	172	10	8,57	9
Reboleira	85	10	5,02	5
Santa Iria de Azoia	79	10	2,31	2
São Domingos de Rana	190	10	6,87	7
São José	21	10	0,83	1
São Martinho do Porto	12	8	0,51	1
São Miguel da Guarda	29	10	0,45	1
Setúbal (São Sebastião)	239	10	8,73	9
Socorro	16	10	0,72	1
Troviscal	10	8	0,35	1
Venteira	102	10	3,14	3
Vialonga	65	10	3,92	4

5.3. Nesta mesma tabela, é indicado o *passo efectivo*, aquele que na realidade foi empregue na sondagem. Quando há redução neste passo, na sondagem à população portuguesa, isso deveu-se a que não são praticáveis no trabalho de campo passos muito superiores a 10. No entanto, garantiu-se que todas as zonas sociograficamente diferenciadas fossem cobertas, já que os inquiridores não partiram todos do mesmo local mas foram distribuídos por todas as zonas diferenciadas, segundo indicações de pormenor fornecidas por escrito aos coordenadores do trabalho de campo. No que se refere à população imigrante, o *passo efectivo* corresponde a um simples arredondamento do *passo teórico*. Quando o passo era de 1, os inquiridores poderiam fazer inquéritos pelo processo de bola-de-neve até perfazer o número de inquéritos desejado.

5.4. Em regra, cada equipa de inquiridores fez entrevistas tanto a portugueses como a imigrantes, com passos diferenciados para cada uma das sondagens, a fim de evitar repetição de inquéritos aos mesmos agrupamentos domésticos. As maiores dificuldades em obter os 40 questionários pretendidos em cada freguesia, no que se refere aos imigrantes, foram encontradas nas freguesias mais populosas e com grande dispersão de habitat e um reduzido número de imigrantes. Em freguesias com grandes concentrações populacionais, como Oeiras, Venteira, São João da Talha (suplente de Santa Iria da Azóia), Algueirão-Mem Martins, Paio Pires, São Domingos de Rana, Alverca, Vialonga, Pontinha ou Socorro, foi relativamente fácil atingir mais de 80% dos inquéritos desejados.

3. A DISTRIBUIÇÃO EFECTIVA DAS AMOSTRAS

1. As sondagens às populações portuguesa e imigrante foram realizadas nas localidades elencadas na Tabela 111, da qual também consta o número de inquéritos feitos em cada uma delas e o cluster a que pertencem.

Tabela 111. Número de inquiridos na população portuguesa e imigrante, por freguesia e cluster

Freguesia	População portuguesa						População imigrante					
	cl.1	cl.2	cl.3	cl.4	cl.5	Total	cl.1	cl.2	cl.3	cl.4	cl.5	Total
Águas Santas					37	37					40	40
Alcabideche					47	47					22	22
Alcantarilha							9					9
Aldoar									2			2
Algueirão/Mem Martins				35		35				35		35
Alhos Vedros			36			36			39			39
Aljezur		33				33		27				27
Alverca do Ribatejo					39	39					40	40
Amora				39		39				32		32
Anjos									16			16
Barão de S. João	25					25	9					9
Belas					38	38					32	32
Bensafrim	14					14	8					8
Caldelas		39				39		14				14
Campanhã				37		37				38		38
Cascais				37		37				28		28
Coração de Jesus		12				12		7				7
Eiras			39			39			30			30
Entroncamento					39	39					13	13
Fanhões	19					19	23					23
Fátima			40			40			32			32
Feijó			21			21			12			12
Foz do Douro			32			32			30			30
Frielas	25					25	16					16
Lousã			21			21			22			22

Matosinhos					38	38					39	39
Mina					35	35					17	17
Oeiras e S. Julião da Barra			37		37				69		69	
Ourique		49			49		13					13
Paio Pires			40		40			38				38
Palhaça	14				14	13						13
Pena							14					14
Penha de França			35		35			30				30
Pera						3						3
Pontinha					39	39					40	40
Portimão				51	51			61				61
Reboleira					30	30					55	55
S. Domingos de Rana				37	37			40				40
S. José		35			35		25					25
S. Martinho de Bougado			38		38			40				40
S. Martinho do Porto	30				30	12						12
S. Miguel da Guarda		20			20		16					16
S. Salvador							17					17
S. Sebastião				38	38			30				30
São João da Talha											36	36
São Pedro e Santiago											40	40
São Romão								12				12
Seia		20			20			9				9
Socorro	39				39	40						40
Stª Iria da Azóia					53	53					15	15
Stª Maria de Bragança		38			38		40					40
Tavarede			18		18			16				16

Troviscal	22					22	15					15
Venteira					40	40					34	34
Vialonga			38			38			40			40
Vila Nova de Milfontes								9				9
Ignorado						1						
Total	188	246	358	311	435	1539	148	182	368	333	423	1454

4. FICHAS TÉCNICAS

4.1. Sondagem à população portuguesa

1. O universo desta sondagem era constituído pelos residentes no Continente, com 18 ou mais anos e de nacionalidade portuguesa.

2. A amostra inicialmente pretendida era de 1400 inquéritos; mas foram obtidos 1539 inquéritos válidos, em 46 freguesias. As 6 localidades acrescentadas às inicialmente programadas (em razão de não ter sido obtido o número de inquéritos que equilibrassem a amostra do respectivo cluster) faziam parte das freguesias definidas como suplementares no primeiro desenho do trabalho de campo.

3. A unidade de sondagem foi o agrupamento doméstico, tendo-se na sua escolha seguido um caminho aleatório sistemático, segundo os passos de inquérito definidos acima. Dentro de cada um deles foi escolhida a pessoa cujo aniversário tinha ocorrido há menos tempo.

4. O instrumento de recolha da informação era constituído por um inquérito estruturado, quase todo constituído por perguntas fechadas, como se vê no Anexo 3.

5. As entrevistas, pessoais e domiciliadas, foram feitas por 204 estudantes universitários, colaboradores habituais do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião, da Universidade Católica Portuguesa, que receberam formação específica para este tipo de trabalho e foram supervisiona-

dos por 60 coordenadores que fizeram in loco o controle de qualidade do trabalho realizado.

6. As entrevistas foram realizadas de 2 a 24 de Abril e de 2 a 27 de Junho de 2004.

7. O erro máximo da amostra, com um grau de confiança de 95%, é de $\pm 2,5\%$.

4.2. Sondagem aos estrangeiros

1. O universo da sondagem aos estrangeiros era constituído por todos os que, com 18 ou mais anos, estavam presentes no Continente à data do inquérito.

2. A amostra pretendida era de 1400 inquéritos, tendo sido obtidos 1454 válidos, em 56 localidades. O número de freguesias inicialmente previsto foi acrescentado de mais 16, de forma a perfazer o número desejado de inquéritos em cada cluster. As freguesias a mais faziam parte das que tinham sido primeiramente definidas como suplementares.

3. A unidade de sondagem foi a família, tendo-se na sua escolha seguido um caminho aleatório sistemático, segundo os passos de inquérito definidos acima. Dentro de cada agregado doméstico foi escolhida a pessoa cujo aniversário tinha ocorrido há menos tempo. Quando o passo do inquérito era 1, o método de identificação dos respondentes foi o da bola-de-neve.

4. O instrumento de recolha da informação era constituído por um inquérito estruturado, quase todo constituído por perguntas fechadas, como se vê no Anexo 4.

5. As entrevistas, pessoais e domiciliadas, foram feitas por 204 estudantes universitários, colaboradores habituais do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião, que receberam formação específica para este tipo de trabalho e foram supervisionados por 60 coordenadores que fizeram in loco o controle de qualidade do trabalho realizado.

6. As entrevistas foram realizadas de 2 a 24 de Abril e de 2 a 27 de Junho de 2004.

7. O erro máximo da amostra, com um grau de confiança de 95%, é de $\pm 2,6\%$.

5. LÍNGUAS DO INQUÉRITO AOS ESTRANGEIROS

1. O questionário aos estrangeiros foi aplicado em três línguas, portuguesa, inglesa e russa, por entrevistadores portugueses. Quando a língua do entrevistado não era a do entrevistador, os inquéritos foram lidos e preenchidos directamente pelos inquiridos na presença do inquiridor. Todos os inquéritos em português foram preenchidos por este.

2. Os números de estrangeiros que responderam ao inquérito em português ou o preencheram nas outras línguas estão expressos na Tabela 112.

Tabela 112. Inquéritos aos estrangeiros segundo a língua em que foram feitos

	Português	Russo	Inglês	Total
Águas Santas	26	7	7	40
Alcabideche	22			22
Alcantarilha	8		1	9
Aldoar	1	1		2
Algueirão/Mem Martins	35			35
Alhos Vedros	36		3	39
Aljezur	19	3	5	27
Alverca do Ribatejo	38		2	40
Amora	32			32
Anjos	15		1	16
Barão de S. João	9			9
Belas	30		2	32
Bensafrim	6	1	1	8
Caldelas	7	2	5	14
Campanhã	24	10	4	38
Cascais	27		1	28
Coração de Jesus	7			7
Eiras	22		8	30
Entroncamento	10		3	13

Fanhões	18		5	23
Fátima	28		4	32
Feijó	10		2	12
Foz do Douro	21	6	3	30
Frielas	16			16
Lousã	14	5	3	22
Matosinhos	22	12	5	39
Mina	17			17
Oeiras e S. Julião da Barra	64	2	3	69
Ourique	7	4	2	13
Paio Pires	37		1	38
Palhaça	5	1	7	13
Pena	14			14
Penha de França	26		4	30
Pera	3			3
Pontinha	30		10	40
Portimão	42	3	16	61
Reboleira	54		1	55
S. Domingos de Rana	37		3	40
S. José	24		1	25
S. Martinho de Bougado	15	6	19	40
S. Martinho do Porto	11	1		12
S. Miguel da Guarda	14		2	16
S. Salvador	12		5	17
S. Sebastião	27		3	30
São João da Talha	30	3	3	36
São Pedro e Santiago	35		5	40
São Romão	9	3		12
Seia	6	1	2	9
Socorro	36	1	3	40
Stª Iria da Azóia	12		3	15
Stª Maria de Bragança	26	2	12	40

Tavarede	10	2	4	16
Troviscal	15			15
Venteira	30		4	34
Vialonga	40			40
Vila Nova de Milfontes	8		1	9
Total	1199	76	179	1454
%	82,5	5,2	12,3	100,0

ANEXO 3. INQUÉRITO AOS PORTUGUESES

INQ N° _____

INQUÉRITO AOS PORTUGUESES			
Data: ____/____/2004	Hora do início: _____	Hora do fim: _____	Interventores: _____
Freguesia: _____ Rua: _____ N.º _____			Código: _____

Boa tarde (Boa noite). Chamo-me _____ e estou a colaborar com o Centro de Estudos e Sondagens de Opinião num inquérito sobre valores e atitudes face aos imigrantes em Portugal. Gostaria de fazer algumas perguntas sobre este assunto à pessoa desta casa, que, tendo 18 ou mais anos, foi a última a fazer anos. Não se importaria de a chamar? (Continuar o inquérito com o respondente). O inquérito que estou a fazer é sobre as ideias e atitudes dos portugueses a respeito dos imigrantes. Ela/ele/a foi escolhida com mais 1300 portugueses para nos dar uma imagem do que se pensa no nosso país sobre o assunto. Por isso lhe peço que responda com toda a verdade às perguntas que lhe vou fazer, na certeza de que tudo o que me disser é confidencial. O inquérito é anónimo e as suas respostas serão utilizadas apenas para fins estatísticos.

P1. Na sua opinião, o número de imigrantes (LER ITENS) em Portugal, deveria aumentar, manter-se ou diminuir?

	Aumentar	Manter-se	Diminuir	NS/NR
1. Da Europa de Leste	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. De países ocidentais (Itália, Espanha, E.U.A, Canadá, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Africanos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Brasileiros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Asiáticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P2. Concorda ou não com as seguintes afirmações? (LER ITENS)

	Concordo	Discordo	Ns/Nr
1. Nas escolas, os filhos de imigrantes devem ser ensinados as suas línguas de origem.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. É importante que os imigrantes se tornem portugueses com os portugueses, no sentido de falar, de vestir e de falar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Os filhos dos imigrantes devem interiorizar os valores da sociedade portuguesa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. A valorização da cultura de origem é importante para a integração dos imigrantes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P3. **Pode dizer-me em que medida concorda ou discorda das seguintes afirmações acerca dos imigrantes em geral?** (LER ITENS; LER ESCALA)

	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Ni/Nr
1. A sua presença enriquece a vida cultural do nosso país	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. São fundamentais para a vida económica do país	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Fazem os trabalhos que os portugueses não querem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Recebem da segurança social mais do que dão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. A convivência entre imigrantes e portugueses traz sempre problemas e conflitos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P4. **Na sua opinião, os** (LER OS VÁRIOS GRUPOS) **em geral:** (LER OS VÁRIOS ITENS; ASSINALAR APENAS AS RESPOSTAS SIM)

	Imigrantes africanos	Imigrantes brasileiros	Imigrantes de Leste
1. Trabalham mais do que os portugueses	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Ganham menos que os portugueses pelo mesmo trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Têm habilitações a mais para os trabalhos que fazem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. No futuro vão ocupar lugares de maior importância que os portugueses	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P5. **Na sua opinião, os** (LER OS VÁRIOS GRUPOS) **são em geral:** (LER ITENS; ASSINALAR APENAS AS RESPOSTAS SIM)

	Imigrantes africanos	Imigrantes brasileiros	Imigrantes de Leste	Portugueses
1. Alegres e bem dispostos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Bem-pensionados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Simpatéticos e de trato fácil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Competentes e cumpridores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Bem educados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Sérios e honestos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P6. **Acha que os imigrantes** (LER OS VÁRIOS GRUPOS) **têm contribuído nos últimos tempos para:** (LER OS VÁRIOS ITENS; RODAR OS GRUPOS)

	Imigrantes africanos	Imigrantes brasileiros	Imigrantes de Leste
1. Visitação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Tráfico de droga	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Prostituição	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Crime organizado (mafias)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P7. **A respeito dos imigrantes a residir legalmente em Portugal, diga-me se concorda ou não com as seguintes afirmações:** (LER ITENS)

	Concordo	Discordo	Ni/Nr
1. Devem poder votar como os portugueses	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Deve-lhes ser facilitada a naturalização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Devem poder trazer a sua família para Portugal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Devem ser reconvidados para os seus países, mesmo sendo filhos nascidos em Portugal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Devem ser reconvidados para os seus países se cometerem algum tipo de crime	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Devem ser reconvidados para os seus países se não tiverem trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P8. **E a respeito dos imigrantes a residir ilegalmente em Portugal, diga-me se concorda ou não com as seguintes afirmações:** (LER ITENS)

	Concordo	Discordo	Ni/Nr
1. Devem ser protegidos nos seus direitos laborais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Deve-lhes ser facilitada a legalização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Devem ser reconvidados para os seus países se não tiverem trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Devem ser todos reconvidados para os seus países de origem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P9. **Acreditaria ter como chefe um imigrante?** (LER ITENS; ASSINALAR APENAS AS RESPOSTAS SIM)

- Africano
- Brasileiro
- De Leste

P10. **Colocaria os seus filhos numa escola onde os filhos de imigrantes de** (LER ITENS) **fossem mais de metade?** (ASSINALAR APENAS AS RESPOSTAS SIM)

- Africano
- Brasileiro
- De Leste

P11. **Como se sentiria se um filho seu (ou irmão/ã) casasse com um?** (LER ITENS; LER ESCALA)

	Muito Inconveniente	Inconveniente	Pouco Inconveniente	Nada Inconveniente	Ni/Nr
1. Imigrante Africano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Imigrante Brasileiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Imigrante de Leste	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P12. **Se comparar os imigrantes AFRICANOS com os portugueses, considera-os muito, um pouco, ou nada diferentes, no que respeita a:** (LER ITENS)

	Muito diferentes	Um pouco diferentes	Nada diferentes	Ni/Nr
1. Maneira como educar os filhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Usos e costumes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P13. E se comparar os imigrantes BRASILEIROS com os portugueses, considera-os muito, um pouco, ou nada diferentes, no que respeita a: (L.E.R. ITENS)

	Mto. diferentes	Um pouco diferentes	Nada diferentes	Nu/Nr
1. Maneira como educam os filhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Usos e costumes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P14. E quanto aos imigrantes DE LESTE, acha-os muito, um pouco, ou nada diferentes dos portugueses, no que respeita a: (L.E.R. ITENS)

	Mto. diferentes	Um pouco diferentes	Nada diferentes	Nu/Nr
1. Maneira como educam os filhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Usos e costumes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P15. Pode-me dizer se: (L.E.R. ITENS)

	Sim	Não	Nu/Nr
1. Já foi convidado para a casa de um imigrante?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Já convidou um imigrante para sua casa?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Tem algum amigo imigrante?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Tem alguma família imigrante?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P16. Alguma vez saiu de Portugal para trabalhar?

- Sim
 Não → PASSA À P15
 Nu/Nr → PASSA À P16

P17. Em que ano saiu de Portugal para trabalhar pela última vez?

- Até 1974
 Entre 1975 e 1985
 Entre 1986 e 1995
 Entre 1996 e 2004
 Nu/Nr

P18. Algum dos seus familiares (pais, irmãos, filhos, avós) saiu de Portugal para trabalhar?

- Sim
 Não
 Nu/Nr

P19. Em geral, está satisfeito com a sua vida? (L.E.R. ITENS)

- Nada satisfeito
 Pouco satisfeito
 Bastante satisfeito
 Muito satisfeito
 Nu/Nr

P20. Que importância tem para si (L.E.R. ITENS, L.E.R. ESCALA)

	Nenhuma	Pouca	Muito	Muito	Nu/Nr
1. Garantir a vida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Sentir-se bem consigo mesmo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Ajudar os necessitados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Dedicar a vida aos outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P21. Se dependesse de si, aceitava ser vizinho de: (L.E.R. ITENS)

	Sim	Não	Nu/Nr
1. Pessoas c/ passado criminal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Alcoólicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Famílias numerosas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Pessoas de outra religião	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Heterossexuais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Tóxicodependentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Famílias muito pobres	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Imigrantes Africanos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Imigrantes de Leste	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Imigrantes Brasileiros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Ciganos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P22. Em relação a cada uma das seguintes afirmações, diga por favor se concorda totalmente, concorda, discorda ou discorda totalmente. (L.E.R. ITENS)

	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Nu/Nr
1. Ocasões homossexuais devem ter os mesmos direitos que os casos heterossexuais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Para reduzir a criminalidade são necessários mais polícia e penas mais duras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. O respeito pela autoridade é o mais importante dos valores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P23. Das seguintes medidas, quais as duas que considera mais importantes para que haja uma sociedade mais justa? (L.E.R. ITENS; MÚLTIPLA ATÉ 2)

- Garantir a todos as mesmas oportunidades
 Compensar melhor os que mais trabalham
 Proteger os mais desfavorecidos
 Castigar a corrupção e o abuso do poder
 Nu/Nr

P24. Dos seguintes objectivos políticos, quais são para si os dois mais importantes para Portugal? (L.E.R. ITENS; MÚLTIPLA ATÉ 2)

- Defender a liberdade de expressão
 Aumentar a participação dos povos nas decisões políticas
 Manter a ordem e a segurança
 Aumentar a riqueza e o poder e o comércio
 Nu/Nr

P25. Com que orientação política se identifica mais? (LEIA ITENS)

- Esquerda
- Centro esquerda
- Centro
- Centro Direita
- Direita
- Não/Na

P26. Considera a sua situação económica actual muito boa, boa, satisfatória, má, muito má?

- Muito boa
- Boa
- Satisfatória
- Má
- Muito Má
- Não/Na

P27. Pode dizer-me se alguma das seguintes situações lhe aconteceram no último ano? (L1) (L1)

- | | Sim | Não | Não/Na |
|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1. Esteve desempregado pelo menos uma vez | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2. Pelo menos um membro da sua família esteve desempregado | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3. A empresa em que trabalha despediu trabalhadores pelo menos uma vez | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

P28. Qual é a posição religiosa com que se identifica mais? (LEIA ITENS)

- Ortodoxa
- Protestante
- Católica
- Outra religião cristã
- Muçulmana
- Judeu
- Hindu
- Outra religião não cristã
- É crente sem religião
- Indiferente
- Agnóstico/ateu
- Não/Na

P29. Qual o último ano escolar que completou?

- Menos do que a 4ª classe
- 4ª classe antiga, 6ª classe ou ciclo preparatório recente
- 5º ano antigo ou 5º ano unificado, 10º ano, 11º ano
- 7º ano antigo, ano propedéutico, 12º ano recente ou curso médio
- Freqüência da universidade ou faculdade
- Licenciatura, mestrado ou doutoramento
- Não/Na

P30. Quantos filhos tem em idade escolar?

P31. Quantas pessoas vivem aqui em sua casa, contando consigo?

P32. Qual a sua ocupação ou profissão actual? (ESPECIFIQUE) _____

Codificação: (NÃO PREENCHER)

- 1 2 3 4 5 6 7 8 9

P33. Pode-me dizer se trabalha por...? (LEIA ITENS)

- Conta própria com familiares
- Conta própria com empregados
- Conta própria sem empregados ou familiares
- Conta de controlado
- Outro
- Não se aplica
- Não/Na

P34. Neste cartão, a seguir a umas letras, estão indicados alguns escalões de rendimento. Podia-me dizer que letra corresponde melhor ao rendimento da sua família (depois de feitos os descontos) no último mês?

- C
- F
- H
- S
- O
- P
- V
- Não/Na

P35. Que idade tem?

- 16-24 anos
- 25-34 anos
- 35-44 anos
- 45-54 anos
- 55-64 anos
- 65+ anos
- Não/Na

1. VERIFIQUE SE TODAS AS PERGUNTAS FORAM FEITAS E RESPONDIDAS.
2. PEÇA O NÚMERO DE TELEFONE PARA EVENTUAL CONTACTO POSTERIOR DE VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE DO TRABALHO
3. AGRADEÇA A COLABORAÇÃO PRESTADA

Muito obrigado pela sua colaboração

PREENCHA AS PERGUNTAS SEGUINTE SEM PERGUNTAR NADA AO INQUERIDO.
FAÇA-O FORA DO LOCAL DA ENTREVISTA.

P36. (SEXO DO RESPONDENTE)

- Masculino
- Feminino

P37. (SEM PERGUNTAR)

- Negro
- Asiático
- Branco
- Cigano
- Indiano
- Outro

P38. Habitação

- Ilícita (ou caso degradado)
- Casa/apartamento em baixo social
- Casa/apartamento modesto(a)
- Casa/apartamento médio(a)
- Casa/apartamento muito bom(a)
- Apartamento de luxo ou residência espaçosa

P39. Este inquérito realizou-se numa zona com:

- Quase só imigrantes
- Bastantes imigrantes
- Poucos imigrantes

P40. Aceitação da entrevista:

- Muito boa
- Boa
- Razoável
- Difícil

P41. Prentidão na maioria das respostas:

- Próxima
- Muito pensada
- Pouco pensada e outras pessoas

Assinatura do inquiridor: _____

ANEXO 4. INQUÉRITO AOS IMIGRANTES

INQ N^o

INQUÉRITO AOS IMIGRANTES	
Dim. ____/____/2004 Hora de início ____ Hora do fim ____ Entrevistador: _____	Código: _____

Freguesia _____ Rua _____ N.º _____

Boa tarde (Boa noite). Chamo-me _____ e estou a colaborar com o Centro de Estudos e Sondagens de Opinião num inquérito sobre os imigrantes. Gostaria de lhe fazer algumas perguntas sobre a sua vida e trabalho em Portugal. As suas respostas são muito importantes para o conhecimento de alguns dos problemas dos imigrantes neste país. Por isso peço-lhe que responda com toda a verdade às perguntas que lhe vou fazer, na certeza de que as suas respostas são inteiramente confidenciais. O inquérito é anónimo e o que me disser será utilizado apenas para fins estatísticos.

P1. Qual é a sua nacionalidade?

- Argentina
- Cabo Verde
- Guiné-Bissau
- Moçambique
- São-Tomense
- Outro país africano
- Gué-Macau
- Timorense
- Brasileiro
- Russo
- Ucrainiano
- Moldava
- Bulgária
- Romena
- Outro país de Leste
- País Asiático ou do Médio Oriente
- País da União Europeia → PASSA À P28
- Outro país ocidental → PASSA À P28
- Outro país da América Latina → PASSA À P28
- Outro → PASSA À P28

P2. Por que razão decidiu vir para Portugal? (LER ITENS; RESPOSTA MÚLTIPLA)

- Necesso cá ou veio em criança → PASSA À P10
- Veio adólescente → PASSA À P6
- Não encontrou outro país para trabalhar
- Juntar-se à família (igrada)
- Oportunidade de sucesso profissional
- Bom estado
- Ouvir dizer que havia trabalho em Portugal
- O visto de trabalho é mais fácil em Portugal
- Em Portugal, a contratação das autoridades é melhor
- Outro
- Não/Nr

P3. Qual foi a última ocupação ou profissão que teve no seu país, antes de partir? (ESCREVER)

Codificação (NÃO PRENCHE):

1 2 3 4 5 6 7 8 9

P4. Trabalhou no seu país estrangeiro antes de vir para Portugal?

- Sim
- Não → PASSA À P6
- Não/Nr → PASSA À P6

P5. (Se sim) Em que país ou países trabalhou? (RESPOSTA MÚLTIPLA)

- Espanha
- Itália
- França
- Alemanha
- Holanda
- Um país africano
- Um país do Leste Europeu
- Outros país da Europa
- Outro
- Não/Nr

P6. O que o levou a ficar em Portugal? (LER ITENS; MÚLTIPLA ATÉ 3)

- Ter trabalho disponível
- Estar à espera de conseguir ou trabalho seguro
- Já cá ter a família
- Estar à espera de conseguir trazer a família
- Ter conseguido legalizar-se
- Ajuda não conseguia ir para o país de que provém
- Outro
- Não/Nr

P7. Alguém o tem ajudado, desde que chegou a Portugal?

- Sim
- Não → PASSA À P10
- Não/Nr → PASSA À P10

P8. (Se sim) Em quê? (LER ITENS; RESPOSTA MÚLTIPLA, ATÉ 3)

- A encontrar trabalho
- A encontrar alojamento
- A aprender português
- A tratar de legalização
- Outro
- Não/Nr

P9. (Se sim) De quem tem recebido essa ajuda? (LER ITENS; RESPOSTA MÚLTIPLA, ATÉ 3)

- Família
- Amigos e conhecidos do meu país de origem
- Amigos e conhecidos portugueses
- Associações de imigrantes
- Organizações de solidariedade social
- Organizações religiosas (a Igreja Católica, das igrejas evangélicas, etc.)
- Organizações do Estado
- Outro
- Não/Nr

P10. Actualmente, tem algum trabalho aqui em Portugal?

- Sim
- Não → PASSA À P20
- Não/Nr → PASSA À P20

P11. Pode-me dizer se concorda ou discorda das seguintes afirmações acerca do seu trabalho actual? (LER ITENS)

	Concordo	Discordo	Não/Nr
1. Esta abaixo das suas habilitações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. É apenas uma etapa para conseguir um trabalho melhor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P12. Pode-me dizer se, no seu trabalho, é comparando com os seus colegas portugueses? (LER ITENS)

	Sim	Não	Não/Nr
1. Há mais atraso no pagamento do seu salário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. O seu salário é inferior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Tem trabalhos mais atribuídos e com difíceis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P13. Quantos dias trabalhou no último mês?

- Nenhum dia
- De 1 a 5 dias
- De 6 a 10 dias
- De 11 a 15 dias
- De 16 a 22 dias
- Mais de 22 dias
- Não/Nr

P14. Em média, quantas horas trabalhou por dia na última semana?

- Menos de 4 horas
- Até 8 horas
- Até 12 horas
- Mais de 12 horas

Não/Ne

P15. Enviou algum dinheiro no último mês para a sua família no seu país de origem?

- Sim
 Não → PASSA À P17
 Não/Ne → PASSA À P17

P16. (SE SIM) Quanto?

- Até 99 Euros
 De 100 a 499 Euros
 De 500 a 999 Euros
 De 1000 a 1999 Euros
 De 2000 a 4999 Euros
 Mais de 5000 Euros
 Não/Ne

P17. O seu patrão deve-lhe dinheiro?

- Sim
 Não → PASSA À P20
 Não/Ne → PASSA À P20

P18. (SE SIM) Quanto dinheiro lhe deve?

- Até 99 Euros
 De 100 a 499 Euros
 De 500 a 999 Euros
 De 1000 a 1999 Euros
 Mais de 2000 Euros
 Não/Ne

P19. Há quantos meses?

- 1 mês
 2 a 3 meses
 4 a 6 meses
 Mais de 6 meses
 Não/Ne

P20. Como tem sido atendido pelos serviços do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras? (LER ITENS)

- Muito bem
 Bem
 Assaz assim
 Mal
 Muito mal
 Não/Ne

P21. Quantas pessoas da sua família vivem actualmente consigo, em Portugal?

P22. Ao todo, quantas pessoas fazem parte da sua família directa, contando consigo?

P23. Pensa trazer para Portugal alguns dos seus familiares?

- Sim
 Não → PASSA À P25
 Não se aplica → PASSA À P25
 Não/Ne → PASSA À P25

P24. Quem?

- Mulher(es) e/ou companheiro(a)
 Filhos
 Pais
 Irmãos
 Outros parentes
 Não/Ne

P25. Quais os seus planos a médio e longo prazo? (LER ITENS)

- Não tem planos definidos
 Ficar em Portugal até obter situação suficiente para viver bem no seu país
 Ficar em Portugal até obter a prestação de reforma
 Ficar residência definitiva em Portugal
 Não se aplica
 Não/Ne

P26. Onde está a viver actualmente? (LER ITENS)

- Em casa de familiares
 Em casa de amigos ou conhecidos
 Em quarto/casa alugada
 Em habitação própria
 No local onde trabalha
 Outro
 Não/Ne

P27. Faz parte de alguma associação de imigrantes?

- Sim
 Não
 Não/Ne

P28. Para se sentir bem em Portugal, o que é que lhe parece mais necessário? (LER ITENS);
MULTIPLA ATÉ 7; RODAR

- Saber falar bem português
 Saber como funcionam os serviços (saúde, educação, etc.)
 Ter trabalho
 Obter nacionalidade portuguesa
 Ter amigos portugueses
 Ter amigos da sua nacionalidade
 Ter família emigrante
 Não/Ne

P29. Em geral, está satisfeito com a sua vida aqui? (LER ITENS)

- Nada satisfeito
 Pouco satisfeito
 Bastante satisfeito
 Muito satisfeito
 Não/Ne

P30. Poder-me dizer se: (LER ITENS)

	Sim	Não	Ni/Nr
1. Já foi convidado para a casa de um português?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Já cozinhou um português para sua casa?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Tem algum amigo português?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Tem algum familiar português?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P31. Se dependesse de si, acreditava ser vizinho de: (LER ITENS; NÃO FAZER A PERGUNTA SOBRE O GRUPO A QUE PERTENCE O INQUIRIDO)

	Sim	Não	Ni/Nr
1. Pessoas e/ou passado criminais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Alcoólicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Famílias numerosas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Pessoas de outra religião	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Homossexuais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Terceiro-dependentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Famílias muito pobres	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Imigrantes Africanos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Imigrantes de Leste	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Imigrantes Balcários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Ciganos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P32. Como se sentiria se um filho seu (ou irmão/ã) casasse com um: (LER ITENS; LER ESCALA; NÃO FAZER A PERGUNTA SOBRE O GRUPO A QUE PERTENCE O INQUIRIDO)

	Muito Inconfortável	Inconfortável	Pouco Inconfortável	Nada Inconfortável	Ni/Nr
1. Imigrante Africano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Imigrante Brasileiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Imigrante de Leste	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Português	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P33. Na sua opinião, como é que, em geral, os portugueses tratam os imigrantes de origem AFRICANA? (LER ITENS)

- Mostram respeito e consideração
- Mostram simpatia mas não se misturam
- São indiferentes e julgam-se superiores
- São racistas
- Ni/Nr

P34. E como lhe parece que os portugueses, em geral, tratam os imigrantes dos PAISES DE LESTE? (LER ITENS)

- Mostram respeito e consideração
- Mostram simpatia mas não se misturam
- São indiferentes e julgam-se superiores
- São racistas
- Ni/Nr

P35. E como lhe parece que os portugueses, em geral, tratam os imigrantes do BRASIL? (LER ITENS)

- Mostram respeito e consideração
- Mostram simpatia mas não se misturam
- São indiferentes e julgam-se superiores
- São racistas
- Ni/Nr

P36. E como lhe parece que os portugueses, em geral, tratam os ESTRANGEIROS DA UNIÃO EUROPEIA E DOS EUA? (LER ITENS)

- Mostram respeito e consideração
- Mostram simpatia mas não se misturam
- São indiferentes e julgam-se superiores
- São racistas
- Ni/Nr

P37. Já alguma vez foi tratado pior do que os portugueses por ser estrangeiro: (LER ITENS; LER ESCALA)

	Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Ni/Nr
1. Pelos serviços	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. No local de trabalho/escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Nas compras, nos transportes, públicos, na rua, etc.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Na procura de habitação, nos bancos, na escola dos filhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Pela Polícia, pelos tribunais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P38. Concorda ou não com as seguintes afirmações? (LER ITENS)

	Concordo	Discordo	Ni/Nr
1. Nas escolas, os filhos de imigrantes devem poder ser admitidos nos seus grupos de origem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. É importante que os imigrantes se sintam parecidos com os portugueses no domínio da língua, da costia e de falas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Os filhos dos imigrantes devem aprender os valores da sociedade portuguesa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. A valorização da cultura de origem é importante para a integração dos imigrantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Em relação a cada uma das seguintes afirmações, diga por favor se concorda totalmente, concorda, discorda ou discorda totalmente. (LER ITENS)

	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Ni/Nr
1. Os casos homocídicos devem ter os mesmos direitos que os casos heterocídicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Para reduzir a criminalidade são necessários mais polícia e penas mais duras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. O respeito pela autoridade é o mais importante dos valores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P39. Das seguintes medidas, quais as duas que considera mais importantes para que haja uma sociedade mais justa? (LER ITENS; MULTIPLA ATÉ 2)

- Garantir a todos os mesmos oportunidades
- Criar mais empregos para quem mais trabalha
- Proteger os mais desfavorecidos
- Castigar a corrupção e o abuso do poder
- Ni/Nr

P40. Dos seguintes objectivos políticos, quais são para si os dois mais importantes para Portugal? (LER ITENS; MULTIPLA ATÉ 2)

- Defender a liberdade de expressão
- Aumentar a participação das pessoas nas decisões políticas
- Manter a ordem e a segurança
- Aumentar a riqueza e o poder de compra
- Ni/Nr

P41. Com que orientação política se identifica mais? (COR-ITENS)

- Esquerda
- Centro-esquerda
- Centro
- Centro-Direita
- Direita
- Não/Ne

P42. Qual é a posição religiosa com que se identifica mais? (LOR-ITENS)

- Ortodoxo
- Protestante
- Católico
- Outra religião cristã
- Muçulmano
- Judeu
- Hindu
- Outra religião não cristã
- É crente sem religião
- Indiferente
- Agnóstico/ateu
- Não / Ne

P43. Quantos anos andou na escola?

- Até 4 anos
- Até 6 anos
- Até 9 anos
- Até 13 anos
- Frequência de cursos profissionais
- Curso Profissional
- Frequência da universidade
- Graua universitária
- Não andou na escola
- Não / Ne

P44. Qual é o seu estado civil actual?

- Solteiro
- Casado
- Junto (casão de facto, vive com companheira)
- Separado / Divorçado
- Viúvo
- Não / Ne

P45. Quantos filhos tem? ____ Se 0, PASSA À P47

P46. Algum desses filhos anda na escola em Portugal?

- Sim
- Não
- Não/Ne

P47. Qual é a ocupação ou profissão que tem actualmente? (ESPECIFICAR) _____

Codificação: (NÃO PREZENTAR)

- | | | | | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |

P48. Neste cartão, a seguir a umas letras, estão indicados alguns escalões de rendimento. Podia-me dizer que letra corresponde melhor ao rendimento da sua família (depois de feitos os descontos) no último mês?

- C
- F
- H
- N
- O
- P
- V
- Não/Ne

P49. Que idade tem?

- 18-24 anos
- 25-34 anos
- 35-44 anos
- 45-54 anos
- 55-64 anos
- 65+ anos
- Não / Ne

P50. Em que ano veio para Portugal? _____

P51. Que tipo de visto tinha quando veio para Portugal?

- Tinha visto turístico
- Tinha visto de curta duração (até 3 meses)
- Tinha visto de residência (até 6 meses)
- Tinha visto de trabalho (até 1 ano)
- Não tinha nenhum visto
- Outros
- Não/Ne

P52. E agora? Qual é a sua situação?

- Visto turístico
- Visto de curta duração (até 3 meses)
- Visto de residência (até 6 meses)
- Visto de trabalho (até 1 ano)
- Visto de trabalho prorrogado (até dois anos)
- Autorização de residência (temporária ou permanente)
- Já teve processo agendada resolução no SEF
- Não tem nenhum visto/autorização de residência
- Outros
- Não/Ne

-
1. VERIFIQUE SE TODAS AS PERGUNTAS FORAM FEITAS E RESPONDIDAS
 2. PEÇA O NÚMERO DE TELEFONE PARA EVENTUAL CONTACTO POSTERIOR DE VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE DO TRABALHO
 3. AGRADEÇA A COLABORAÇÃO PRESTADA
-

Muito obrigado pela sua colaboração

PREENCHA AS PERGUNTAS SEGUINTE SEM PERGUNTAR NADA AO INQUIRIDO.
FAÇA-O FORA DO LOCAL DA ENTREVISTA.

P53. (SEXO DO RESPONDENTE)

- Masculino
- Feminino

P54. (SEM PERGUNTAR)

- Negro
- Asiático
- Branco
- Cigano
- Indiano
- Outro

P55. Habitação

- Barraca ou casa degradada
- Casa/apartamento em bairro social
- Casa/apartamento modesto(a)
- Casa/apartamento médio(a)
- Casa/apartamento muito bom(a)
- Apartamento de luxo ou residência apelçada

P56. Este inquérito realizou-se numa zona com:

- Quase só imigrantes
- Bairros imigrantes
- Poucos imigrantes

P57. Aceitação da entrevista:

- Muito boa
- Boa
- Ruim/ótima
- Difícil

P58. Prontidão na maioria das respostas:

- Pronta
- Muito pouco
- Pouca atenção e outras pessoas

Assinatura do inquiridor: _____

BIBLIOGRAFIA

AA.VV., 1980, Migrants de la deuxième génération, Symposium, Athènes, Centre Européen Culturel de Delphes.

ADORNO, T., E. FRENKEL-BRUNSWICK, D. J. LEVINSON & R. N. SANFORD, 1950, The Authoritarian Personality, New York, Harper.

ALBUQUERQUE, Rosana, Lígia Évora FERREIRA e Telma VIEGAS, 2000, O fenómeno associativo em contexto migratório. Duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal, Oeiras, Celta.

ALEXANDRE, V., 1999, «O Império e a ideia de raça (séculos XIX e XX)», in J. VALA, ed., Novos Racismos, Perspectivas comparativas, Oeiras, Celta, pp. 133-144.

ALMEIDA, André Corrêa d', 2003, O impacto da imigração nas contas do Estado, Lisboa, ACIME.

ALMEIDA, Carlos & António BARRETO, 1970, Capitalismo e emigração em Portugal, Lisboa, Prelo.

ALMEIDA, Carlos C., 1973, «Sobre a problemática da emigração portuguesa: notas para um projecto de investigação interdisciplinar», Análise Social 40 (10), pp. 778-789.

ALMEIDA, Carlos C., 1975, «Movimentos migratórios, espaços socioculturais e processos de aculturação», Análise Social 42-43 (11), pp. 203-212.

ALMEIDA, J. C. Ferreira de, 1966, «Dados sobre a emigração portuguesa em 1963-65: alguns comentários», Análise Social 13 (4), pp. 116-128.

ALMEIDA, J. C. Ferreira de, 1964, «A emigração portuguesa para França: alguns aspectos quantitativos», Análise Social 7-8 (2), pp. 599-622.

ALMEIDA, Miguel Vale, 2000, *Um Mar da Cor da Terra, Raça, Política e Cultura de Identidade*, Oeiras, Celta.

ALVES, Jorge Fernandes, 1999, «Ler, escrever e contar na emigração oitocentista», *Revista de História das Ideias 20 — O Livro e a Leitura*, Fac. de Letras da Univ. de Coimbra/IHTI, Coimbra.

AMARO, Rogério Roque, 1985, «Reestruturações demográficas, económicas e socioculturais em curso na sociedade portuguesa: o caso dos emigrantes regressados», *Análise Social* 87-88-89 (21), pp. 605-677.

ANIDO, Nayade et Rubens FREIRE, 1978, *L'émigration portugaise, Présent et avenir*, Paris, PUF.

ANTUNES, M. L. Marinho, 1970, «Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários», *Análise Social* 30-31 (8), pp. 299-385.

ANTUNES, M. L. Marinho, 1973, *A emigração portuguesa desde 1950: dados e comentários*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia. Gabinete de Investigações Sociais.

ANTUNES, M. L. Marinho, 1981, «Migrações, mobilidade social e identidade cultural: factos e hipóteses», *Análise Social* 65 (17), pp. 17-27.

ARROTEIA, Jorge Carvalho & Pierre-André DOUDIN, eds., 1998, *Trajectórias sociais e culturais de jovens portugueses no espaço europeu: questões multiculturais e de integração*, Aveiro, Universidade de Aveiro.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1983, *A emigração portuguesa, Suas origens e distribuição*, Lisboa, ICALP.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1985, *Atlas da emigração portuguesa*, Porto, Secretaria de Estado da Emigração. Centro de Estudos.

ATKINSON, Rowland & John FLINT, 2001, «Accessing Hidden and Hard-to-Reach Populations: Snowball Research Strategies», *Social Research Update*, 33 (<http://www.soc.surrey.ac.uk/sru/SRU33.html>).

BAGANHA, Maria I., 1991, «Uma imagem desfocada? A emigração portuguesa e as fontes portuguesas sobre emigração», *Análise Social*, XXVI (112-113), pp. 723-739.

BAGANHA, Maria I., 1992, «Principais Características e Tendências da Emigração Portuguesa», *Actas do 2º Congresso Português de Sociologia*, Fragmentos, pp. 819-833.

BAGANHA, Maria I. 1994, «As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional», *Análise Social* 128 (29), pp. 959-980.

BAGANHA, Maria I. e João PEIXOTO, 1997, «Trends in the 90's: The Portuguese migratory experience», in M. I. Baganha, ed., *Immigration in Southern Europe*, Oeiras, Celta, pp. 15-40.

BAGANHA, Maria I., e José Carlos MARQUES, 2001, *Imigração e Política. O Caso Português*, Lisboa, Fundação Luso-Americana.

BAGANHA, Maria I., e Pedro GÓIS, 1998/1999, «Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, pp. 229-280.

BAGANHA, Maria I., João FERRÃO e Jorge MALHEIROS, eds., 2002, *Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.

BAGANHA, Maria I., José Carlos MARQUES e Pedro GÓIS, 2003, «A última vaga: imigrantes de Leste em Portugal», *Comunicação à Conferência 'Imigração de Leste - Uma Nova Realidade: Oportunidades e Desafios'*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 14 de Outubro 2003.

BAGANHA, Maria I., José Carlos MARQUES e Pedro GÓIS, 2004, *Novos fluxos imigratórios - Imigrantes da Europa de Leste em Portugal*, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, (no prelo).

BAGANHA, Maria I., José MARQUES e Pedro GÓIS, 2004, "The unforeseen wave: migration from Eastern Europe to Portugal", in M. I. BAGANHA e M. L. FONSECA, eds., *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*, Lisbon, Luso-American Foundation, pp. 23-39

BAGANHA, Maria I., José MARQUES e Pedro GÓIS, 2005, «Novas Migrações, Novos Desafios: a Imigração do Leste Europeu», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 69.

BARRETO, António, ed., 1988, *A Situação Social em Portugal*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

BASTIDE, H., 1982, *Les enfants d'immigrés et l'enseignement français: Enquête dans les établissements du premier et du deuxième degré*, Paris, PUF/INED.

BAUDRILLARD, J., 1990, *As estratégias fatais*, Lisboa, Estampa.

BAUDRILLARD, J., 1991, *Simulacros e simulações*, Lisboa, Relógio d'Água.

BEAUCHESNE, H. & J. ESPOSITO, 1981, *Enfants de migrants*, Paris, PUF.

BERRY, J. W., 2001, «A Psychology of Immigration», *Journal of Social Issues*, 57 (3), pp. 651-631.

BIE, E. de, & B. BIELEMAN, 1992, *Between the Lines, A study of the nature and extent of cocaine use in Rotterdam*, Groningen-Rotterdam, Intraval Foundation.

BODI-GENDROT, S., 2002, «Living apart or together with our differences?», *Ethnicities*, 2 (3), pp. 367-385.

BORJAS, George J., 1985, "Assimilation, changes in cohort quality and the earnings of immigrants", *Journal of Labor Economics*, vol. 3, pp. 463-489.

BORJAS, George J., 1989, "Immigrant and emigrant earnings: a longitudinal study", *Economic Inquiry*, vol. 27, pp. 21-37

BORJAS, George J., 1994, "The Economics of Immigration", *Journal of Economic Literature*, 32, pp. 1667-1717

BOURHIS, R.Y., L. C. MOISE, S. PERREAULT & S. SENÉCAL, 1997, «Towards an Interactive Acculturation model: A Social Psychological Approach», *International Journal of Psychology*, 32 (6), pp. 369-386.

BREWER, M. B., 1999, «The Psychology of Prejudice: Ingroup Love or Outgroup Hate?», *Journal of Social Issues*, 55 (3), pp. 429-444.

BRILHANTE, Miguel, 2000, *As representações sociais do repatriado*, Lisboa, Salamandra.

CABRAL, A. M. Pires, 1985, *A Emigração na Literatura Portuguesa: uma Colectânea de Textos*, Lisboa, Secretaria de Estado da Emigração.

CAMAROTA, S. A., 1998, «Does immigration harm the poor?», *Public Interest*, 133, pp. 23-32.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes, et al., 2000, *Direitos Humanos, Estrangeiros, Comunidades Migrantes e Minorias*, Oeiras, Celta.

CAPELA, José, 1995, *Donas, Senhores e Escravos*, Porto, Afrontamento.

CARREIRA, António, 1977, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa, Universidade Nova.

CASTELO, Cláudia, 1998, «O Modo Português de Estar no Mundo», *O luso-tropicalismo e a Ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento.

CASTRO, Paula e Maria João FREITAS, 1991, *Contributos para o Estudo de Grupos Étnicos Residentes na Cidade de Lisboa*, Lisboa, LNEC.

CAVALHEIRO, Luís Miguel Garcia da Silva, 2000, O sector da construção civil português. O emprego e as migrações para o mercado de trabalho Alemão, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

CHANDLER, Charles R. & Yung-mei TSAI, 2001, «Social Factors Influencing Immigration Attitudes, An Analysis of Data from the General Social Survey, The Social Science Journal, 38, pp. 177-88.

CHATURVEDI, Nishi & Paul M. MCKEIGUE, 1994, «Methods for Epidemiological Surveys of Ethnic Minority Groups», Journal of Epidemiology and Community Health, 48, pp. 107-11.

CHAVEZ, L., 2001, Covering Immigration: Popular Images and the Politics of the Nation. Los Angeles, University of California.

CHISWICK, Barry R., 1978, "The effect of americanization on the earnings of foreign-born men", Journal of Political Economy, vol. 86, pp. 897-922.

COENDERS, M. et al., 2005, «Majorities attitudes towards minorities. Key findings from the Eurobarometer and the European Social Survey», EUMC.

COENDERS, M., P. SCHEEPERS, P. SNIDERMAN & G. VERBERK, 2001, «Blatant and subtle prejudice: dimensions, determinants and consequences; some comments on Pettigrew e Meertens», European Journal of Social Psychology, Vol. 31, pp. 281-297.

CORDEIRO, Albano, 1987, L'immigration, Paris, La Découverte.

CROCKER, J., B. MAJOR & C. STEELE, 1998, «Social stigma», in D. GILBERT, S. T. FISKE, & G. LINDZEY, eds., Handbook of social psychology, Boston: McGraw-Hill, 4 ed., pp. 504-533.

CUNHA, Isabel Ferin, 2001, «African and East European Immigration to Portugal: Two Media Treatments», Lusotopie, pp. 91-102

CUNHA, Isabel Ferin, Clara Almeida SANTOS, Maria João SILVEIRINHA e Ana Teresa PEIXINHO, 2004, Media, Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa, ACIME.

CUNHA, Maria do Céu, 1988, Portugais de France. Essai sur une dynamique de double appartenance, Paris, Harmatan.

CUNHA, Pedro d'Orey da, 1997, Entre Dois Mundos. Vida quotidiana de famílias portuguesas na América, Lisboa, Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural/Min. Edu.

DELAUNAY, Daniel & Georges TAPINOS, 1998, La mesure de la migration clandestine en Europe, 2 vols, Bruxelles, Commission Européenne, (Population et conditions sociales 3/1998/E/nº7)

DEVINE, P. G., 1989, «Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components», Journal of Personality and Social Psychology, 56, pp. 5-18.

DION, Keneth L., 2001, «Immigrants' Perceptions of Housing Discrimination in Toronto, The Housing New Canadians Project», Journal of Social Issues, 57 (3), pp. 523-39.

DOLLARD, DOOB, MILLER, MOWRER & SEARS, 1939, Frustration and aggression, New Haven, Yale University Press.

DOVIDIO, J. F. & S. L. GAERTNER, 1998, «On the nature of contemporary prejudice: the causes, consequences and challenges of aversive racism», in J. L. EBERHARDT & S. T., FISK, eds., 1998, Confronting Racism: the problem and the response, Thousand Oaks, Sage.

DOVIDIO, J. F., S. L. GAERTNER & K. KAWAKAMI, 2003, «Intergroup contact: the past, present and the future», Group Processes & Intergroup Relations, 6 (1), pp. 5-21.

DUMONT, Jean-Christophe & G. LEMAÎTRE, 2005, «Counting Immigrants and Expatriates In OECD Countries, A New Perspective», United Nations Expert Group Meeting On

International Migration And Development (UN/POP/MIG/2005/09) http://www.un.org/esa/population/publications/-ittmigdev2005/-PO9_Dumont&Lemaitre.pdf

DUNN, John and Cleusa FERRI, 1999, «Epidemiological methods for research with drug misusers: review of methods for studying prevalence and morbidity», *Revista da Saúde Pública*, S.Paulo, 33 (2), pp. 206-15,

DURKHEIM, Émile, 1951 [1898], «Représentations individuelles et représentations collectives», in *Sociologie et Philosophie*, Paris PUF, pp. 1-48.

EATON, M., 1993, «Foreign Residents and Illegal Immigrants, Os negros em Portugal», *Ethnic and Racial Studies*, 16 (3), pp. 536-562.

EATON, M., 1998, «Foreign residents and illegal immigrants in Portugal», *International Journal of Intercultural Relations*, 22 (1), pp. 49-66.

ECHABE, A. E., 1997, «Social-Psychological Approaches to Racism: A Critical Review», *Papers on social representations: threads of discussion*, 6 (1), pp. 1-11.

EISENSTADT, S. N., 1954, *The absorption of immigrants*, London, Routledge & Kegan Paul.

ESPENSHADE, Thomas J. and Charles A. CALHOUN, 1993, «An analysis of public opinion toward undocumented immigration 1993», *Population Research and Policy Review (Historical Archive)*, 12(3) pp. 189 - 224

ESTEVEES, Maria do Céu, ed., 1991, *Portugal, Pais de Imigração*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

EVANGELISTA, João, 1971, *Um século de população portuguesa (1864-1960)*, Lisboa, CED-INE.

FAVELL, A., 1998, *Philosophies of Integration: Immigration and the Idea of Citizenship in France and Britain*, Nova Iorque, St. Martin's Press.

FÉLIX-MEDINA, Martin and Steve K. THOMPSON, 2004, «Combining Link-Tracing Sampling and Cluster Sampling to estimate de size of Hidden Populations», *Journal of Official Statistics (Stockholm)*, 20 (1), pp. 19-38.

FERREIRA, Eduardo de Sousa, 1984, *Reintegração dos emigrantes portugueses, Integração na CEE e desenvolvimento económico*. Lisboa, Centro de Estudos da Dependência / Assoc. de Estudantes do Instituto Superior de Economia.

FERREIRA, Eduardo de Sousa, Helena RATO e João MORTÁGUA, 2004, *Viagens de Ulisses. Efeitos da Imigração na Economia Portuguesa*, Lisboa, ACIME.

FERREIRA, Eduardo de Sousa, Helena RATO, Fátima GEADA e Susanne RODRIGUES, 2000, *Economia e Imigrantes. Contribuição dos Imigrantes Para a Economia Portuguesa*, Oeiras, Celta.

FONSECA, Lucinda, Jorge MALHEIROS, Alina ESTEVES e Maria J. CALDEIRA, 2003, «Migrant integration in European cities, análise do caso da área metropolitana de Lisboa», in H. Koff (ed.), *Ethnobarometer, Second Report*, Roma, 214-251.

FONSECA, M. L., M. J. CALDEIRA e A. ESTEVES, 2002, «New Forms of Migration into the European South, Challenges for Citizenship and governance – The Portuguese case.

FONSECA, Maria Lucinda e Jorge MALHEIROS, 2004, «Immigration and globalisation from bellow: the example of ethnic restaurants in Lisbon», *Revista Portuguesa de Geografia*, XXXIX (77), pp. 153-181.

FONSECA, Maria Lucinda, 2002/03, «Outros - Immigrants in Lisbon. Routes of integration», *Estudos para o Planeamento Regional e Urbano*, 56.

FONSECA, Maria Lucinda, 2002a, «Immigration and spatial change: the Lisbon experience», *Studi Emigrazione*, XXXIX (145), pp. 49-76.

FONSECA, Maria Lucinda, 2002b, «Portugal no sistema das migrações internacionais na Europa», in C. C. Cavaco (ed.), *Repensar Portugal na Europa: Perspectivas de um País Periférico*-Actas do Seminário Internacional, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, pp. 352-373.

FONSECA, Maria Lucinda, 2003, «Imigrantes de Leste nas Áreas Rurais Portuguesas: o caso do Alentejo Central», *Imigrantes de Leste, uma nova realidade: problemas e desafios*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

FONSECA, Maria Lucinda, 2004, «Immigration to Medium Sized Cities and Rural Areas: The case of Eastern Europeans in the Évora Region (Southern Portugal)», in M. I. F. Baganha, M. L. (eds) (ed.), *New waves: migration from Eastern to Southern Europe*, Lisboa, Fundação Luso-Americana, pp. 91-118.

FOSTER, M. D. & K. MATHESON, 1999, «Perceiving and responding to the personal/group discrimination discrepancy», *Personality and Social Psychology Bulletin*, 25 (10), pp. 1319-1329.

FRANÇA, D. X. & M. B. MONTEIRO, 2002, «Identidade racial e preferência em crianças brasileiras de cinco a dez anos», *Psicologia*, 16 (2), pp. 293-323.

FRANK, Ove and Tom SNIJDERS, 1994, «Estimating the Size of Hidden Population using Snowball Sampling», *Journal of Official Statistics (Stockholm)*, 10 (1), pp. 53-67.

FREIRE, Rubens & Nayade ANIDO, 1976, «A existência de ciclos emigratórios na emigração portuguesa», *Análise Social* 45 (12), pp. 179-186.

FREITAS Eduardo, 1990, «Fenómeno Emigratório: Diáspora Portuguesa», in *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Alfa, pp. 191-200.

FREYRE, Gilberto, 2003, *Casa Grande e senzala*, Lisboa, Livros do Brasil.

GAERTNER S. & J. DOVIDIO, 1986, «The aversive form of racism», in J. DOVIDIO, & S. GAERTNER, eds., *Prejudice, discrimination and racism*, Orlando, Academic Press.

GALAP, J. Lirus, 1981, «Seconde génération ou enfants d'immigrés. Bibliographie internationale (1969-1979)», *Cahiers d'anthropologie*, 3-4, pp. 1-230.

GARCIA, José Luís & Diana Brito NUNES, 2000, *Migrações e Relações Multiculturais, Uma Bibliografia*, Oeiras, Celta.

GARCIA, José Luís et al., 1998, *A Emigração portuguesa, Uma Breve Introdução*, Lisboa, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

GARCIA, José Luís, ed., 2000, *Portugal Migrante, Emigrantes e Imigrados, Dois Estudos Introdutórios*, Oeiras, Celta.

GARCIA-MARQUES, L., 1999, «O estudo dos estereótipos e as novas análises do racismo: serão os efeitos dos estereótipos inevitáveis?», In J. Vala, ed., *Novos racismos, Perspectivas comparativas*, Oeiras, Celta, pp.121-131.

GODINHO, Vitorino Magalhães, 1978, «L'émigration portugaise: XV-XXe siècles: une constante structurale et les réponses aux changements du monde», *Revista de História Económica e Social*, I, pp. 5-32.

GOFFMAN, Erving, 1975, *Frame Analysis*, Harmondsworth, Penguin.

GÓIS, Pedro, 2002, *A Emigração Cabo-Verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

GOLDEY, Patrícia 1982, *Emigrantes e camponeses: uma análise da literatura sociológica*, *Análise Social* 71 (18), pp. 533-553.

GUERREIRO, José, 1981, «Análise tendencial da emigração portuguesa nos últimos anos», *Revista de História Económica e Social, Cadernos 1-2: Estudos sobre a emigração portuguesa*, pp. 31-69.

GUICHARD, François, ed., 1990, Les portugais en Aquitaine, Des “soutiers de l’Europe” à l’esquisse d’un partenariat privilégié?, Bordeaux, Maison des Sciences de l’Homme d’Aquitaine.

HECKATHORN, Douglas D., 1997, «Response-Driven Sampling, A New Approach to the the Study of Hidden Populations», *Social Problems*, 44 (2) pp. 174-199.

HECKATHORN, Douglas D., 2002, «Response-Driven Sampling, II, A New Approach to the the Study of Hidden Populations», *Social Problems*, 49 (1) pp. 11-34.

HECKATHORN, Douglas D. and Joan JEFFRI, 2003, «Social Networks of Jazz Musicians» in *Changing the Beat: A Study of the Worklife of Jazz Musicians*, III, Respondent-Driven Sampling: Survey Results by the Research Center for Arts and Culture, National Endowment for the Arts Research Division Report #43, Washington DC, 2003, pp. 48-61.

HECKATHORN, Douglas D. Salaam SEMAAN, Robert S. BROADHEAD, and James J. HUGHES, 2002, «Extensions of Respondent-Driven Sampling: A New Approach to the Study of Injection Drug Users Aged 18–25», *AIDS and Behavior*, 6 (1), pp. 55-67.

HEWSTONE, M., 2003, «Intergroup contact. Panacea for Prejudice?», *The Psychologist*, 16 (7), pp. 352-355.

HIGGS, David, ed., 1990, Portuguese Migration in Global Perspective, The Multicultural History Society of Ontario, Toronto.

HOLLIFIELD, James F., 1994, «The Migration Challenge: Europe’s Crisis in Historical Perspective», *Harvard International Review*, 16 (3).

HOUVOURAS, S. K., 2001, «The Effects of Demographic Variables, Ethnic Prejudice, and Attitudes Toward Immigration on Opposition to Bilingual education», *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, 23 (2), pp. 136-152.

HUGUES, Anthony O., Steve FENTON & Christine F. HINE, 1995, «Strategies for Sampling Black and Ethnic Minority Populations», *Journal of Public Health Medicine*, 17 (2), pp. 187-192.

INGLEHART, Ronald, 1997, *Modernization and Post-Modernization, Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*, Princeton, NJ, Princeton University Press.

JODELET, Denise, 1989, «Représentations sociales, un domaine en expansion», in Denise JODELET, ed., *Représentations sociales*, Paris, PUF, pp. 31-61

KALIN, R. & J. W. BERRY, 1996, «Interethnic attitudes in Canada: Ethnocentrism, Consensual Hierarchy and Reciprocity», *Canadian Journal of Behavioral Science*, 28, pp. 253-261.

KANE, R. J. 2003, «Social control in the Metropolis, A Community-level Examination of the Minority Group-threat Hypothesis», *Justice Quarterly*, 20, pp. 265-295.

KASPER, V. & NOH, 2001, «Discrimination and Identity. An overview of Theoretical and Empirical Research», in www.metropolis.net.

KATZ, D. & K. W. BRALY, 1933, «Racial stereotypes of one hundred college students», *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 28, pp. 280-290.

KATZ, I. & R. G. HASS, 1988, «Racial ambivalence and American value conflict: Correlational and priming studies of dual cognitive structures», *Journal of Personality and Social Psychology*, 55 (6), pp. 893-905.

KATZ, I., J. WAKENHUT & R.G. HASS, 1986, «Racial ambivalence, value duality and behaviour», in J. DOVIDIO, & S. GAERTNER, eds., *Prejudice, discrimination and racism*, California, Academic Press.

KELLY, George A., 1963, *A Theory of Personality, The Psychology of Personal Constructs*, New York, Norton & Co.

KINDER, D. R., & D. O. SEARS, 1981, «Prejudice and politics: Symbolic racism versus racial threats to the good life», *Journal of Personality and Social Psychology*, 40(3), pp. 414-431.

KITSCHOLT, H., 1995, *The Radical Right in Western Europe, A Comparative Analysis*. Ann Arbor, Univ. of Michigan Press.

KNIGGE, P., 1998, «The Ecological Correlates of Right-Wing Extremism in Western Europe», *European Journal of Political Research*, 34, pp. 249-279.

L'EVÊQUE, Henry, 1814, *Portuguese Costumes*, ed. fac-similada, Lisboa, 1993.

LAGES, Mário F., 1997, «Pós-modernidade e identidade», *Colóquio/Educação e Sociedade*, n.s., 1 (Out), pp. 45-61.

LAGES, Mário F., 2004, «Sobre a inferência em estudos de opinião», in M. Paula Serras de OLIVEIRA, ed., *Teias Matemáticas*, Coimbra, Lisboa/Coimbra, Gradiva/Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 89-106.

LAGES, Mário F., e Verónica POLICARPO, 2003, *Atitudes e valores perante a imigração* Lisboa, ACIME.

LAMBERT, Elizabeth Y. and W. W. WIEBEL, eds., 1990, *The Collection and Interpretation of Data from Hidden Populations*, Rockville, National Institute on Drug Abuse, Research Monograph Series 98.

LEE, Raymond M. 1993, *Doing Research on Sensitive Topics*, London, Sage.

LEE, Y. T., V. OTTATI & I. HUSSAIN, 2001, «Attitudes Toward 'Illegal' Immigration Into the United States: California Proposition 187. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, 23 (4), pp. 430-443.

LEEDS, Elizabeth, 1983, «Industrialização e emigração em Portugal, Sintomas inevitáveis de uma doença estrutural», *Análise Social* 77-78-79 (19), pp. 1045-1081.

LEMISH, D., 2000, «The Whore and the Other, Israeli Images of Female Immigrant From The Former USSR», *Gender & Society*, 14 (2), pp. 333-349.

LEONARDI, Laura, 2000, «A Breach in the European "Fortress"? Spain, Portugal and Italy Facing the Problem of Immigration», *Quaderni di Sociologia*, 44 (22), pp. 149-155.

LEVIN, S., 2003, «Social psychological evidence on race and racism», in M. J. CHANG, D. WITT, J. JONES & K. HAKUTA, eds., *Compelling interest: Examining the evidence on racial dynamics in colleges and universities*, Stanford, Stanford University Press, pp. 97-125.

LIMA, M. E. O., 2003, *Normas sociais do racismo, Efeitos do individualismo meritocrático e do igualitarismo na infra-humanização dos negros*, Lisboa ISCTE, (Tese de Doutoramento).

LIMA, M. E. O., e J. VALA, 2004, «Sucesso Social, Branqueamento e Racismo», *Psicologia, Teoria e Pesquisa*, 20 (1), pp. 11-19.

MACHADO, Fernando Luís, 2002, «Guineenses no mercado de trabalho: entre a homogeneidade e a diferenciação», *Cadernos Sociedade e Trabalho*, 2, pp. 13-24.

MACHADO, Fernando Luís, 2003, «Etnicidade e sociabilidades dos guineenses em Portugal», in G. I. B. Cordeiro, Luís Vicente; Costa, António Firmino da (orgs.) (ed.), *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta Editora, pp. 131-142.

MAGNANI, Robert, Keith SABIN, Tobi SAIDEL & Douglas HECKATHORN, 2005, «Review of sampling hard-to-reach and hidden populations for HIV surveillance», *AIDS*, 19 (suppl. 2), pp. S67-S72.

MAJOR, B., R. H. GRAMZOW, K. M. SHANNON, L. SHANA, T. SCHMADER & J. SIDANIUS, 2002, «Perceived personal discrimination: the role of group status and legitimizing ideology», *Journal of Personality and Social Psychology*, 82 (3), pp. 269-282.

MALHEIROS, Jorge, 2001, *Arquipélagos migratórios: transnacionalismo e inovação*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MALHEIROS, Jorge, 2002, «“Nova” imigração e desenvolvimento regional: situação actual e oportunidades para as regiões portuguesas», *Cadernos sociedade e Trabalho* II, pp. 69-88.

MALHEIROS, Jorge, 2002, «Ethni-Cities, Residential Patterns in the Northern European and Mediterranean Metropolises: Implications for Policy Design», *International Journal of Population Geography*, 8, pp. 107-134.

MALHEIROS, Jorge, 2004, *A 2.ª Vaga da Imigração Brasileira para Portugal (1998-2003)*, Lisboa, Casa do Brasil.

MARQUES, José Carlos e Pedro GÓIS, 2004, *Migration Trends to and from Portugal*, Centro de Estudos Sociais, Coimbra (no prelo).

MARQUES, José Carlos, 1997, *A emigração portuguesa para a Suíça*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

MARQUES, M. M., 1999, «Attitudes and Threat Perception, Unemployment and Immigration In Portugal», *South European Society & Politics*, 4 (3), pp. 184-205.

MARQUES, Maria, Catarina OLIVEIRA e Nuno DIAS, 2002, «Empresários de origem imigrante em Portugal», *Imigração e Mercado de Trabalho*, *Cadernos Sociedade e Trabalho*, II, pp. 131-147.

MARUJO, Manuela et al., 1995, *Portuguese Canadian press in a multicultural society: an exhibit, featuring about 100 newspapers, magazines and bulletins published by Portuguese immigrants in Canada*, Toronto, Univ. of Toronto.

MATEOS, Araceli y Félix MORAL, 2000, *Europeos e inmigrantes, La Unión Europea y la inmigración extranjera desde la perspectiva de los jóvenes*, CIS, Madrid.

MATOS, Manuel, 1980, *A Emigração na RFA do Ponto de Vista do Emigrante Português*. Bonn, Embaixada de Portugal.

MCCONAHAY, J. B., 1986, «Modern racism, ambivalence and the modern racism scale» in J. DOVIDIO & S. GAERTNER, eds., *Prejudice, discrimination and racism*, California, Academic Press.

MEERTENS, R. e T. PETTIGREW, 1999, «Será o racismo subtil mesmo racismo?» in J. VALA, ed., *Novos Racismos*, Oeiras, Celta.

MENDOZA, C., 2001, «The Role of the State In Influencing African Labour Outcomes in Spain and Portugal», *Geoforum*, 32, pp. 167-180.

MONTEIRO, Paulo Filipe, 1993, *Emigração, O Eterno Mito do Retorno*, Celta, Oeiras.

MONTEIRO, Paulo Filipe, 1989, «Luso-Americanos no Connecticut: Questões de etnicidade e comunidade», *Povos e Culturas*, 2, pp. 765-913.

MOREIRA, Adriano e José Carlos VENÂNCIO, eds., 2000, *Luso-Tropicalismo, Uma teoria social em questão*, Vega, Lisboa.

MOSCOVICI, Serge, 1989, «Des représentations collectives aux représentations sociales, Éléments pour une histoire», in Denise JODELET, ed., *Représentations sociales*, Paris, PUF, pp. 62-86.

MOSCOVICI, Serge e J. A. PÉREZ, 1999, «A Extraordinária resistência das minorias à pressão das maiorias», In J. Vala (Org.), *Novos Racismos – perspectivas comparativas*, Oeiras, Celta, pp. 103-119.

MULLEN, B. & D. R. RICE, 2003, «Ethnophaulisms and Exclusion, The Behavioral Consequences of Cognitive Representation of Ethnic Immigrant Groups», *Personal and Social Psychology Bulletin*, 29, (8), pp. 1056-1067.

NESDALE, Drew & Anita S. MAK, 2000, «Immigrant Acculturation Attitudes and Host Country Identification», *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 10, pp. 483-495.

NETO, Félix, 1984, *A migração portuguesa vivida e representada. Contribuição para o estudo dos projectos migratórios*, Porto, Univ. do Porto/F.P.C.E (Dissertação de doutoramento).

NETO, Félix, 2002, «Acculturation strategies among adolescents from immigrant families in Portugal», *International Journal of Intercultural Relations*, 26, pp. 17-38.

OGAY, T., R. Y. BOURHIS, G. BARRETTE & A. MONTREUIL, 2001, «Orientations d'acculturation de Suisses romands envers des immigrants "valorisés" et "dévalorisés"», *Actes du VIIIème Congrès de l'Association pour la Recherche InterCulturelle (ARIC)*. Université de Genève, 24-28 Septembre.

OLIVE, J. L., 2004, «Groupes minorisés et ethnies discriminées, Des processus de nomination et désignation de l'autre», *Esprit Critique*, 6 (1).

OLIVEIRA, Catarina, 2002, «Chinese in Portugal: an immigration cartography», in Maria L. Fonseca et al., eds., *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*, Metropolis Portugal, Lisboa, Fundação Luso-America, pp. 229-254.

OLIVEIRA, Catarina, 2005, *Estratégias empresariais de imigrantes em Portugal*, Lisboa, Observatório da Imigração/ACIME.

ORTIZ, J. M. C., 1998, «Prejuicio, estereotipo y racismo», In J. M. C. Ortiz, ed., *Psicología de los grupos, Estructura y procesos*, Málaga, Ediciones Aljibe, pp. 219-240.

PAPADEMETRIOU, D., 2001, *Reflections on international migration and its future*. Conference, School of Policy Studies, Queen's University, Oct. 25, 2001.

PAPADEMETRIOU, D., 2004, «Imigração, Perspectivas e desafios», *Actas do I congresso sobre a Imigração em Portugal*, Lisboa, 18-19 Dez. 2003, Lisboa, ACIME, 2004, pp. 25-29.

PEDERSEN, A. & WALKER, I. (1997) «Prejudice against Australian aborigines: old-fashioned and modern forms» in *European Journal of Social Psychology*, Vol. 27, pp. 561-587.

PEIXOTO, João, 1993, «A Emigração Portuguesa a partir de 1980: Factos Estatísticos e Modalidade de Evolução», *Revista de Estudos Demográficos*, 31, pp. 35-70.

PEIXOTO, João, 2001, «The international mobility of highly skilled workers in transnational corporations: the macro and micro factors of the organizational migration of cadres», *International Migration Review*, 35 (84), pp. 1030-1053.

PEIXOTO, João, 2004, «País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade de no regime minoritário em Portugal», *SOCIUS working papers*, 2.

PÉREZ, A., S. MOSCOVICI & B. CHULVI, 2002, «Natura y cultura como principio de clasificación social. Anclaje de representaciones sociales sobre minorías étnicas», *Revista de Psicología Social*, 17 (1), pp. 51-67.

PETERSEN, Rebecca D. and Avelardo VALDEZ, 2005, «Using Snowball-Based Methods in Hidden Populations to Generate a Randomized Community Sample of Gang-Affiliated Adolescents», *Youth Violence and Juvenile Justice*, 3 (2), pp. 151-167.

PETTIGREW, T. F. & R. W. MEERTENS, 1995, «Subtle and blatant prejudice in western Europe», *European Journal of Social Psychology*, Vol. 25, pp. 57-75.

PETTIGREW, T. F., 1998, «Reactions Toward the New Minorities of Western Europe» . Annual Review of Sociology, 24, pp. 77-103.

PETTIGREW, T. F., 1999, «A sistematização dos preditores do racismo: uma perspectiva empírica» in Vala, J., ed., Novos Racismos, Oeiras, Celta.

PETTIGREW, T. F. & MEERTENS, R.W., 1995, «Subtle and blatant prejudice in western Europe», in European Journal of Social Psychology, 25, pp. 57-75.

PETTIGREW, T. F. & MEERTENS, R.W., 2001, «In defense of the subtle prejudice concept: a retort», in European Journal of Social Psychology, 31, pp. 299-309.

PIRES, Rui Pena et al. 1987, Os Retornados, Um Estudo Sociográfico, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

PIRES, Rui Pena, 2003, Migrações e Integração, Teoria e aplicações à sociedade portuguesa, Oeiras, Celta.

PIRES, Sónia, 2004, O terceiro sector imigrante e as associações de imigrantes do Leste Europeu em Portugal, Coimbra, Centro de Estudos Sociais (Oficina do CES nº 204).

POHJOLA, A., 1991, «Social Networks, Help or Hindrance to the migrant», International Migration, 29 (1), pp. 435-444.

POINARD, Michel, 1983, «Emigrantes portugueses: o regresso», Análise Social, pp. 25-56.

PORTES, Alejandro et al., 1999, Migrações Internacionais, Origens, Tipos e Modos de Incorporação, trad. Frederico Ágoas, Oeiras, Celta.

REIS, Carlos Amado, 1991, 10 Anos de Realização do Inquérito de Fronteira a Residentes no Estrangeiro: Síntese de Resultados para o Período 1979/88, Lisboa, Secretaria de Estado do Turismo.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz & ARROTEIA, Jorge, 1984, Bibliografia da Emigração Portuguesa, Lisboa, Inst. Port. de Ensino à Distância.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1973, Immigrés Portugais, Lisboa, ISCSPU.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1976, «Comunidades migrantes em situação bipolar: análise de três casos de emigração especializada para os EUA, para o Brasil e para França», Análise Social 48 (12), pp. 983-997.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1986a, «Do rural ao urbano: o associativismo como estratégia de sobrevivência», Análise Social 91 (22), pp. 313-330.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1986b, «Longitudinalmente diferente ou o discurso polémico de luso-descendentes», Análise Social 92-93 (22), pp. 609-618.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1986c, «Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil», Análise Social 90 (22), pp. 139-156.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1986d, A Emigração, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1987a, «A presença dos ausentes», Sociedade e Território, 8, pp. 8-16.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1987b, «As micropátrias do interior português», Análise Social 98 (23), pp. 721-732

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1988, «Espaços de herança cultural portuguesa - gentes, factos, políticas», Análise Social 100 (24), pp. 313-351.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1992, Fenómeno da Emigração em Portugal, Lisboa, Inst. de Invest. Cient. e Tecnológica.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1993, «Perspectivas sociológicas da interculturalidade», *Análise Social* 123-124 (28), pp. 869-878.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, Rui JACINTO, Ana Paula CORDEIRO e António SANTOS, 1987, *O fenómeno migratório na Região Centro*, Coimbra, CCRC.

ROSA, M. J. Valente, Hugo SEABRA e Tiago SANTOS, 2003, *Contributos dos «Imigrantes» na Demografia Portuguesa. O Papel das Populações de Nacionalidade Estrangeira*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

RUDMIN, F. W., 2003, «Critical History of the Acculturation Psychology of Assimilation, Separation, Integration, and Marginalization», *Review of General Psychology*, 7 (1), pp. 3-37.

RUGGIERO, K. M., 1999, «The personal/group discrimination discrepancy: extending Allport's analysis of targets», *Journal of Social Issues*, 55 (3), pp. 519-536.

SALGANIK, M. J. & D. D. HECKATHORN, 2004, «Sampling and Estimation in Hidden Populations Using Respondent-Driven Sampling», *Sociological Methodology*, 34, pp. 193-239.

SASSEN, S., 2003, «Será este o caminho?», *Eurozine* (publicado em 2003-06-04)

SAXTON, G. D. & M. A. BENSON, 2003, «The Origins of Socially and Politically Hostile Attitudes toward Immigrants and Outgroups: Economics, Ideology, or National Context?», *Journal of Political Science*, 31, pp. 101-37.

SAYEGH, L. & L. Jean-Claude, 1993, «Immigrants' Adaptation in Canada, Assimilation, Acculturation, and Orthogonal Identification», *Canadian Psychology*, 34, pp. 98-109.

SEABRA, Hugo Martinez de e SANTOS, Tiago, 2005, *A Criminalidade dos Estrangeiros em Portugal – Um inquérito científico*, Lisboa, ACIME.

SEARS, D. O., 1988, «Symbolic racism» in Katz & Taylor, eds., *Eliminating racism*, New York, Plenum Press.

SEARS, D. O., M. FU, P. J. HENRY & K. BUI, 2003, «The origins and persistence of ethnic identity among the “new immigrant” groups», *Social Psychology Quarterly*, 66 (4), pp. 419-437.

SEMAAN, Salaam, Jennifer LAUBY and Jon LIEBMAN, 2002, «Street and Network Sampling in Evaluation Studies of HIV Risk-Reduction Interventions», *AIDS Review*, 4, pp. 213-223

SERRÃO, Joel, 1973, *Fontes de demografia portuguesa 1800-1862*, Lisboa, Livros Horizonte.

SERRÃO, Joel, 1982, *A emigração portuguesa, Sondagem histórica*, Lisboa Horizonte.

SERRÃO, Joel, 1985, «Sobre a emigração e mudança social no Portugal contemporâneo», *Análise Social* 87-88-89 (21), pp. 995-1004.

SERUYA, Luis Miguel, 1982, *Determinantes e características da emigração portuguesa: 1960-1979*, Lisboa, Moraes Editores e I.E.D.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (SEF), 1999, *Estatísticas em 1999*, Lisboa, SEF (<http://www.sef.pt/estatisticas.htm>)

SILVA, Manuela, et al., 1984, *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

SMITH, J. P. & B. EDMONSTON, eds., 1997, *The New Americans: Economic, Demographic, and Fiscal Effects of Immigration*. SI. NRC.

STAHL, Heing-Michael et al., 1983, *Perspectivas da Emigração Portuguesa para a CEE:1980-1990*, Lisboa, Inst. Est. para o Desev/Moraes.

SWIM, J. K. & C. STANGOR (Eds.), 1998, *Prejudice – the target's perspective*, Londres, Academic Press.

TAYLOR, D. M. S. C. WRIGHT, & L. E. PORTER, 1994, «Dimensions of perceived discrimination: the personal/group discrimination discrepancy», in M. P. ZANNA & J. M. OLSON, *The Psychology of Prejudice: the Ontario symposium*, vol. 7, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.

THRAENHARDT, D., 1995, «The Political Uses of Xenophobia in England, France, and Germany. *Party Polit.*, 1, pp. 323-45.

TINHORÃO, José Ramos, 1988, *Os negros em Portugal - uma presença silenciosa*, Lisboa, Caminho.

TROPP, L. R., 2003, «The Psychological Impact of Prejudice, Implications for Intergroup Contact», *Group Processes & Intergroup Relations*, 6 (2), pp. 131-149.

VALA, Jorge, ed., 2003, *Simetrias e identidades: jovens negros em Portugal*, Oeiras, Celta.

VALA, Jorge, Marcus LIMA e Diniz LOPES, 2003, «Valores sociais, preconceito e solidariedade relativamente a grupos racializados e imigrantes» in J. VALA, M. CABRAL e A. RAMOS, 2003, *Valores sociais. Mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa: ICS/EVS.

VALA, Jorge, Rodrigo BRITO e Diniz LOPES, 1999, «O racismo flagrante e o racismo subtil em Portugal» in J. Vala, ed., *Novos Racismos*, Oeiras, Celta.

VALA, Jorge, Rodrigo BRITO e Diniz LOPES, 1999, *Expressões dos racismos em Portugal: Perspectivas psicossociológicas*, Lisboa, ICS/Universidade de Lisboa.

VALK, A. «Ethnic attitudes in relation to ethnic pride and ethnic differentiation», *The Journal of Social Psychology*, 141, pp. 583-601.

VAN METER, Karl M., 1990, «Methodological and Design Issues. Techniques for Assessing the Representatives of Snowball Samples», in LAMBERT, Elizabeth Y. and W. W. WIEBEL, eds., 1990, *The Collection and Interpretation of Data from Hidden Populations*, Rockville, National Institute on Drug Abuse, pp. 31-43.

VASCONCELOS, A., 1984, *Raconte-moi maman, Mémoire pour le C.E.S. de psychiatrie*, Paris VI, Paris.

VENÂNCIO, José Carlos, 1996, *Colonialismo, antropologia e lusofonias. Repensando a presença portuguesa nos Trópicos*, Vega, Lisboa.

VERKUYTEN, M., 1998, «Perceived discrimination and self-esteem among ethnic minority adolescents», *The Journal of Social Psychology*, 138, pp. 479-493.

VOGEL, CHARLES, 1860, *Portugal et ses colonies*, Paris.

WAGNER, U., R. VAN DICK, T. PETTIGREW & O. CHRIST, 2003, «Ethnic Prejudice in East and West Germany, The Power of Intergroup Contact», *Group Processes & Intergroup Relations*, 6 (1), pp. 22-36.

WENDEN, C., 1978, *Les immigrés dans la cité*, Paris, La Documentation Française.

ZICK, Andreas, Ulrich WAGNER, Rolf VAN DICK & Thomas PETZEL, 2001, «Reciprocal Responses, Acculturation and Prejudice in Germany, Majority and Minority Perspectives», *Journal of Social Issues*, 57 (3) , pp. 541-558

